

Qual legado

*Leituras e Reflexões sobre os
Jogos Olímpicos Rio-2016*

José Carlos Marques
Ary José Rocco Jr.
(Org.)

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Qual
legado



José Carlos Marques
Ary José Rocco Jr.
(Org.)

Qual legado

*Leituras e Reflexões sobre os
Jogos Olímpicos Rio-2016*

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

Cultura Acadêmica
São Paulo – 2018

CULTURA ACADÊMICA

Editora

Conselho Editorial

Danilo Rothberg (Unesp)
Flavio de Campos (USP)
Luiz Henrique de Toledo (UFSCar)
Marcelo Magalhães Bulhões (Unesp)
Rafael Fortes Soares (Unirio)
Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Produção

Grupos de Estudos em Comunicação sobre Esporte e Futebol (GECEF)
Grupo de Estudos e Pesquisa em Marketing e Comunicação no Esporte
(GEPECOM)

Capa

Karina Tenório

Projeto Gráfico e Diagramação

Canal 6 Editora

Q14

Qual legado – Leituras e Reflexões sobre os Jogos Olímpicos Rio-2016. / José Carlos Marques e Ary José Rocco Júnior (orgs.). E-book. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. 422 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-7983-965-8

1. Jogos Olímpicos. 2. Olimpíada 2016. 3. Brasil. I. Marques, José Carlos. II. Rocco Júnior, Ary José. III. Título

CDD: 796

Copyright© José Carlos Marques, 2018

Cultura Acadêmica / Editora Unesp

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo - SP

www.editoraunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

Produção:



Gecef



Apoio:



Faculdade de Arquitetura,
Artes e Comunicação
Bauru - São Paulo

unesp



DEPARTAMENTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS

Sumário

Prefácio | “O legado de nossa miséria”, por José Carlos Marques.....9

Apresentação | “Os múltiplos olhares sobre o legado olímpico”,
por *Ary José Rocco Júnior*13

Parte 1 | Da promessa do legado à cerimônia de abertura

- 1** Perspectiva Social e Organizacional dos Jogos Olímpicos: Estado da Arte
- *Tiago Ribeiro; Abel Correia; Rui Biscaia; Carlos Figueiredo* 19
- 2** Políticas Públicas Esportivas no Brasil do Século XXI: da Candidatura
Olímpica à Construção de um “Legado” para os Jogos Olímpicos Rio 2016
- *Bernardo Borges Buarque de Hollanda; Jimmy Medeiros; Vivian Fonseca*37
- 3** Indicadores e Critérios de Escolha das Sedes dos Megaeventos
- *Rene Vinicius Donnangelo Fender; Flávia da Cunha Bastos*67
- 4** Dos Jogos Olímpicos que Temos ao Espírito Olímpico que Queremos
- *Katia Rubio*91
- 5** Retratos da Nação: as Narrativas das Cerimônias de Abertura das Grandes
Competições Esportivas Internacionais no Brasil (1919-2016)
- *João Manuel Casquinha Malaia Santos; Camille Ricaud* 107
- 6** “Referenciais Ocultos”: a Questão da Identidade Nacional nos Jogos
Olímpicos de Berlim e do Rio de Janeiro
- *Claudio Bertolli Filho; Renata Aparecida Frigeri*..... 125

Parte 2 | Leituras sobre os Jogos Rio-2016 e o esporte brasileiro

- 7 Jogos Olímpicos do Rio: elementos para uma Reflexão
- *Ronaldo Helal; Fausto Amaro* 143
- 8 Rio 2016. Análisis y Relatos de los Juegos Olímpicos Desde Dentro
- *Joaquín Marín Montín* 161
- 9 Os Jogos Olímpicos de Berlim 1936 e Rio 2016, e os Fantasmas do Passado
- *Elcio Loureiro Cornelsen* 187
- 10 E para o Esporte Brasileiro, Existe Luz no Fim do Túnel?
Reflexões pós Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016
- *Leandro Carlos Mazzei*..... 203

Parte 3 | Os Jogos Rio-2016 e o aparato midiático

- 11 Os Jogos Olímpicos do Rio nas Páginas do The New York Times:
uma Análise do Soft Power Brasileiro
- *Marco Bettine; Diego Gutierrez; Billy Graeff* 219
- 12 A Bipolaridade das Narrativas da Imprensa Acerca do Futebol
Masculino e Feminino nos Jogos Olímpicos
- *Sérgio Settani Giglio* 235
- 13 A Fotografia no Ecosistema Midiático: Estudo de Caso dos
Jogos Olímpicos Rio 2016
- *Laís Akemi Margadona; Marcos Américo* 267
- 14 Do Oito ao Oitenta: Um Modo Português de Estar no Desporto
- *Francisco Pinheiro* 297
- 15 A Medalha que (não) Salva a Honra do Convento. Apontamentos
Sobre a Deceção 'Olímpica' Portuguesa
- *João Sedas Nunes* 321
- 16 Entre Imagens e Palavras: os Jogos Paralímpicos Rio 2016 e as
Representações na Imprensa Brasileira do Atleta com Deficiência
- *José Carlos Marques* 339

Parte 4 | Os Jogos Rio-2016 e outros olhares

- 17** Entretenimento, Torcedores, Consumidores e os Jogos Olímpicos Rio 2016:
Motivação e Ida aos Locais de Competição
- *Eduardo de Oliveira Cruz Carlassara; Ary José Rocco Júnior*365
- 18** Violência como Parte dos Jogos: Medalhas, Rastro de Sangue e
Terrorismo On-Line
- *Carlo José Napolitano; Matheus Ramalho Orlando*379
- 19** Olimpismo e Desporto Contemporâneo: o Regresso do Tênis aos Jogos
- *João Tiago Lima*393
- 20** Para Além dos Jogos Olímpicos: Registros do Tema Olimpismo nas
Aulas de Educação Física do Ensino Médio
- *Patrício Júnior da Silva Xavier; Eduardo Silva dos Santos;
Allyson Carvalho de Araújo*407

Prefácio

“O Legado de Nossa Miséria”

Quando o Rio de Janeiro se preparava para organizar os Jogos Pan-americanos de 2007, uma das discussões centrais que já ocupava o espaço da opinião pública àquela altura dizia respeito aos recursos públicos a ser empregados na construção das estruturas esportivas e dos acessos aos locais das competições. Para uns, a cidade possuía carências múltiplas nas áreas de saneamento, saúde pública, segurança, educação etc., de sorte que não se justificava o emprego de verbas vultosas para a realização de uma competição esportiva. Para outros, entretanto, os gastos se justificavam pela herança positiva que o cidadão comum usufruiria com o próprio evento e com as obras que passariam a fazer parte da paisagem urbana. Tal herança ficou sintetizada por meio do termo “legado”; de uso invulgar até então na língua portuguesa falada no Brasil, o vocábulo passou a conviver conosco quase que diariamente em meio às discussões sobre o esporte, sendo também evocado para se justificar a realização no país da Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Que o legado dos Jogos Pan-americanos foi uma falácia, isso já sabíamos em 2007 tão logo a competição se encerrou, haja vista a enorme quantidade de denúncias e acusações de mau uso do erário que foram tornadas públicas à época. O que não imaginávamos era que essa falácia seria ressignificada – com o beneplácito de governos federal, estadual e municipal, entre outros atores – logo que a mesma cidade do Rio de Janeiro teve o conhecimento, em outubro de 2009, de que sediaria os Jogos Olímpicos de 2016.

Inebriados à época pelo fato de organizarmos a primeira olimpíada da América do Sul, acabamos contaminados pelo vírus olímpico antes de saber que seríamos infectados pela dengue, pelo zika vírus ou pela febre amarela, reatualizando sem querer o lema “Muita Saúva, Pouca Saúde, os Males do Brasil São” – célebre frase do escritor Mário de Andrade imortalizada na obra *Macunaíma* (1928). Se incluirmos nesse caldeirão as crises política e econômica com as quais tivemos que coexistir às vésperas do início dos Jogos Rio 2016, não é difícil perceber o panora-

ma de enorme turbulência que tínhamos como cenário para apresentar ao planeta durante a “maior festa do esporte mundial”.

O que este e-book quer oferecer é justamente aquilo que imaginamos ser a vocação da universidade: analisar, interpretar, debater, dotar de sentido – enfim – os fatos e episódios que envolveram a organização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para tanto recorremos a vários pesquisadores que têm desenvolvido suas carreiras acadêmicas em torno da produção sobre as relações do esporte com diferentes áreas do saber. Temos aqui um belo mosaico de pesquisadores e pesquisadoras que, nos últimos tempos, vêm contribuindo com o debate e com a melhor compreensão do fenômeno esportivo no Brasil e na literatura da área em língua portuguesa.

Em meio a uma cerimônia de abertura marcante, em meio a vaia e a comportamentos efusivos do público em diferentes momentos, em meio a conquistas surpreendentes e a decepções anunciadas, cabe reconhecer que o Brasil não protagonizou a Olimpíada dos sonhos ou a melhor Olimpíada da história, como prometido pelo discurso oficial, mas realizou a Olimpíada possível. O país demorou a compreender que não seria possível concorrer com o capital simbólico grego de Atenas-2004, nem com o poderio econômico chinês de Pequim-2008 e muito menos com o tradicionalismo aristocrático britânico de Londres-2012, apenas para compararmos com as últimas edições dos jogos. Daí que o Rio de Janeiro teve que optar por aquilo que vem singularizando o *ethos* nacional perante o olhar estrangeiro: a capacidade do improvisado e da carnavalização, a sublimação da paixão e da emoção, a valorização do jeitinho e da quebra de protocolos (mesmo que isso não nos absolva de nossos pecados).

Passados cerca de um ano e meio após o fim dos Jogos Rio-2016, a euforia desenfreada vivida inicialmente não se sustenta mais diante da falência pública que se observa na gestão pública da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. O que nos assevera igualmente que a falácia do termo “legado” também não resista a um juízo mais prospectivo, a não ser na acepção utilizada de forma magistral pelo escritor Machado Assis ao finalizar o “Das negativas”, nome do capítulo que encerra o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) – grifo nosso:

Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve minguagem nem sobra, e conseqüentemente que saí quite com a vida. E imaginará mal; porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.

Mas antes de retratar o “legado da nossa miséria” neste livro, é preciso tecer um parágrafo com o “Das positivas” – donde se faz necessário prestar alguns vários agradecimentos: inicialmente, aos autores e autoras, que gentilmente aceitaram o chamado de oferecer seus olhares críticos a respeito dos Jogos Olímpicos Rio 2016; ao GECEF (Grupo de Pesquisa e Estudos em Comunicação sobre Esporte e Futebol) e ao GEPECOM (Grupo de Estudos e Pesquisa em Marketing e Comunicação no Esporte), que pautaram os temas e abordagens da presente obra; ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP/*campus* de Bauru, pelo auxílio e financiamento de sua publicação; e à Cultura Acadêmica, por aceitar a inclusão desta iniciativa em seu selo editorial.

Que a leitura seja tão agradável a vocês como a satisfação que experimentamos ao organizar este material. Bom proveito!

JOSÉ CARLOS MARQUES

Fevereiro de 2018

Apresentação

“Os Múltiplos Olhares sobre o Legado Olímpico”

Um megaevento esportivo como os Jogos Olímpicos Rio 2016 atrai sempre, em função de sua amplitude e complexidade, uma série enorme de estudos, análises e visões sobre seus mais variados aspectos. Diversos campos do conhecimento, como economia, segurança pública, urbanismo, sociologia, psicologia e muitos outros, além do próprio esporte, motor principal do megaevento em questão, voltam seus olhares para a mais importante competição entre atletas da elite esportiva do planeta.

Em um país como o Brasil, localizado na América do Sul e até então fora do centro das atenções do Comitê Olímpico Internacional, sediar os Jogos Olímpicos dentro de toda a sua natureza peculiar de uma nação em busca de afirmação internacional e valorização própria torna a leitura do megaevento mais rica e peculiar. Diversidade é a palavra que melhor define o movimento provocado pela Rio 2016 entre acadêmicos, pesquisadores e estudiosos, não só do Brasil, mas também de investigadores de países como Portugal e Espanha.

Em busca de um melhor entendimento sobre essa diversidade de olhares em torno do megaevento Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o GECEF (Grupo de Pesquisa e Estudos em Comunicação sobre Esporte e Futebol) e o GEPECOM (Grupo de Estudos e Pesquisa em Marketing e Comunicação no Esporte) reuniram no e-book *Qual legado – Leituras e Reflexões sobre os Jogos Olímpicos Rio-2016*, agora oferecido ao leitor, um seleto grupo de pesquisadores e acadêmicos de Brasil, Portugal e Espanha para apresentar, cada um em sua área principal de investigação, a sua leitura do evento que agitou a cidade do Rio de Janeiro. São, ao todo, vinte pontos de vista diferentes sobre o que aconteceu na Cidade Maravilhosa antes, durante ou depois do megaevento esportivo de agosto de 2016.

O presente e-book, para melhor agrupar as diferentes visões apresentadas do megaevento, está dividido em quatro grandes partes: *Da promessa do legado à ce-*

rimônia de abertura; Leituras sobre os Jogos Rio-2016 e o esporte brasileiro; Os Jogos Rio-2016 e o aparato midiático; e, Os Jogos Rio-2016 e outros olhares.

Na parte I, *Da promessa do legado à cerimônia de abertura*, o leitor encontra seis textos que analisam as perspectivas de legado, em seus aspectos mais amplos, apontadas quando do surgimento e do anúncio oficial da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, e tudo aquilo que, efetivamente, foi concretizado após a realização do meagevento na capital fluminense.

Perspectiva social e organizacional dos Jogos Olímpicos: estado da arte, dos investigadores portugueses Tiago Ribeiro, Abel Correia e Rui Biscaia, e o brasileiro Carlos Figueiredo; *Políticas públicas esportivas no Brasil do século XXI: da candidatura olímpica à construção de um “legado” para os Jogos Olímpicos Rio 2016*, de Bernardo Borges Buarque de Hollanda, Jimmy Medeiros e Vivian Fonseca, pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV); *Indicadores e critérios de escolha das sedes dos megaeventos esportivos realizados nos países do BRICS*, de Flávia da Cunha Bastos e Rene Vinicius Donnangelo Fender, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão do Esporte da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (GEPAE – EEFEE/USP); *Dos Jogos Olímpicos que temos ao Espírito Olímpico que queremos*, de autoria da pesquisadora Katia Rubio, líder do Grupo de Estudos Olímpicos da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (GEO – EEFEE/USP); *Retratos da nação: as narrativas das cerimônias de abertura das grandes competições esportivas internacionais no Brasil (1919-2016)*, dos pesquisadores João Manuel Casquinha Malaia Santos e Camille Ricaud; e, *“Referenciais ocultos”: a questão da identidade nacional nos Jogos Olímpicos de Berlim e do Rio de Janeiro*, de Claudio Bertolli Filho e Renata Aparecida Frigeri, ambos da Universidade Estadual Paulista (Unesp), apontam, interpretam e analisam as circunstâncias históricas, econômicas, sociais e políticas da indicação e das narrativas que constroem uma cidade sede de Jogos Olímpicos.

Os quatro artigos que compõem a Parte II deste e-book, *Leituras sobre os Jogos Rio-2016 e o esporte brasileiro*, procuram analisar os diversos impactos do principal megaevento esportivo do planeta no esporte nacional em seus mais diversos espectros. *Jogos Olímpicos do Rio: elementos para uma reflexão*, de Ronaldo Helal e Fausto Amaro, membros do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LEME – UERJ); *Rio 2016. Análisis y relatos de los Juegos Olímpicos desde dentro*, do pesquisador espanhol Joaquín Marín Montín; *Os Jogos Olímpicos de Berlim 1936 e Rio 2016, e os fantasmas do passado*, de Elcio Loureiro Cornelsen, da Universidade Federal de Minas Gerais; e, *E para o esporte*

brasileiro, existe luz no fim do túnel? Reflexões pós Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, de autoria de Leandro Carlos Mazzei, docente e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), buscam interpretar e analisar a realidade e o legado do esporte brasileiro depois da experiência de sediar a primeira edição dos Jogos Olímpicos na América do Sul.

Os seis artigos que integram a Parte III deste e-book, *Os Jogos Rio-2016 e o aparato midiático*, procuram dissecar a nem sempre harmoniosa e colaborativa relação entre a mídia e o universo do esporte. *Os Jogos Olímpicos do Rio nas páginas do New York Times: uma análise do soft power brasileiro*, dos pesquisadores Marco Bettine, Diego Gutierrez e Billy Graeff; *A bipolaridade das narrativas da imprensa acerca do futebol masculino e feminino nos Jogos Olímpicos*, de Sérgio Settani Giglio, docente da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF - UNICAMP); *A fotografia no ecossistema midiático: estudo de caso dos Jogos Olímpicos Rio 2016*, de Laís Akemi Margadona e Marcos Américo, da Universidade Estadual Paulista (Unesp); *Do oito ao oitenta - um modo português de estar no desporto*, do investigador das Universidades de Coimbra e Nova Lisboa, em Portugal, Francisco Pinheiro; *A medalha que (não) salva a honra do convento. Apontamentos sobre a deceção 'olímpica' portuguesa*, de João Sedas Nunes, também docente da Universidade Nova Lisboa; e, *Entre imagens e palavras: os Jogos Paralímpicos Rio 2016 e as representações na imprensa brasileira do atleta com deficiência*, do pesquisador e líder do Grupo de Estudos em Comunicação sobre Esporte e Futebol da Universidade Estadual Paulista (GECEF - Unesp), José Carlos Marques, procuram apresentar e analisar aspectos positivos e negativos da cobertura realizada pela imprensa esportiva no Brasil e em Portugal dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos ocorridos no Rio de Janeiro em 2016.

A quarta e última parte deste e-book, *Os Jogos Rio-2016 e outros olhares*, traz quatro artigos que procuram interpretar e analisar fenômenos distintos dos dezesseis textos que caracterizaram as três partes anteriores da obra. Entretenimento, consumo, violência, terrorismo, olimpismo e educação foram alguns dos temas abarcados pelos trabalhos que fecham a obra. *Entretenimento, torcedores, consumidores e os Jogos Olímpicos Rio 2016: motivação e ida aos locais de competição*, dos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisa em Marketing e Comunicação no Esporte da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (GEPECOM - EEF/USP), Eduardo de Oliveira Cruz Carlassara e Ary José Rocco Júnior; *Violência como parte dos Jogos: medalhas, rastro de sangue e terrorismo*, de Carlo José Napolitano e Matheus Ramalho Orlando, da Universidade Estadual Paulista (Unesp); *Olimpismo e desporto contemporâneo: o regresso*

do Tênis aos Jogos, de João Tiago Lima, da Universidade de Évora, em Portugal; e, *Para além dos Jogos Olímpicos: registros do tema olimpismo nas aulas de Educação Física do ensino médio*, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ilustram a diversidade de olhares sobre os Jogos Olímpicos Rio 2016, no fechamento da presente obra.

Esperamos que os vinte artigos que compõem esta obra consigam, de alguma forma, mostrar a você, leitor, a imensa diversidade de temas e propostas de investigação e pesquisa que um megaevento desta natureza provoca na universidade. Longe de esgotar o tema, é nossa intenção demonstrar, através de vinte olhares diferentes, o quão rica foi a experiência que todos tivemos ao viver os Jogos Olímpicos Rio 2016, com todas as suas misérias e riquezas, “das negativas” e “das positivas”. Venha conferir agora.

ARY JOSÉ ROCCO JÚNIOR

The background is a solid blue color with several large, overlapping, organic shapes in a lighter shade of blue. These shapes resemble stylized leaves or petals, creating a layered, textured effect. The shapes are positioned in the upper and middle portions of the page, leaving the bottom section clear for text.

Parte 1

Da promessa do legado à cerimônia de abertura

1 Perspectiva Social e Organizacional dos Jogos Olímpicos: Estado da Arte¹

*Tiago Ribeiro*²; *Abel Correia*³; *Rui Biscaia*⁴; *Carlos Figueiredo*⁵

Introdução

Os Jogos Olímpicos são considerados a ocasião desportiva mais prestigiada do mundo e evoluíram para um megaevento internacional com grande importância económica, cultural, política e social (GIRGINOV & PARRY, 2005). Atualmente, o poder do olimpismo na reestruturação urbana é enorme (BURBANK, ANDRANOVICH & HEYNG, 2001; HOLZ, 2011), transformando momentaneamente as cidades-sede num centro de atenção mediática à escala planetária. Como evento único e singular, os Jogos Olímpicos não só possibilitam à cidade-sede a reivindicação de seu estatuto global (Short et al., 2000) como também afetam a cidade e a sua comunidade, através de obras, gastos públicos e custos sociais produzidos pelo seu acolhimento (MAO & HUANG, 2015; HUANG *et al.*, 2016).

Estes megaeventos são vistos como a panaceia para o crescimento económico e um catalisador significativo para a regeneração urbana (JONES & STOKES, 2003).

-
- 1 Este texto mantém a ortografia utilizada em Portugal.
 - 2 Doutorando da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa.
 - 3 Docente e Doutor em Ciências do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa.
 - 4 Doutor em Ciências da Motricidade Humana pela Universidade de Lisboa. Senior Lecturer na School of Marketing and Management da Coventry University (Inglaterra).
 - 5 Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, no programa de mestrado em Ciências da Atividade Física.

Não é surpreendente que as cidades-sede invistam consideravelmente na melhoria das instalações desportivas e infraestruturas de apoio para aumentar os seus lucros económicos, embora tais investimentos resultem sobretudo do fluxo de milhares de visitantes à cidade anfitriã e na criação de novos empregos (RITCHIE & SMITH, 1991) durante o período em que decorre o evento. Ainda assim, o crescimento económico após os Jogos não é garantido (MULES & FAULKNER, 1996) tendo havido exemplos de estragos económicos e sociais em vez de prosperidade e afluência à cidade anfitriã dos Jogos [e.g., quase 2/3 dos russos acreditam que foi gasto demasiado dinheiro público nos Jogos Olímpicos de Sochi 2014 (PARENT e SMITH-SWAN, 2013); outro exemplo é a destruição das casas tradicionais chinesas nos Jogos de Pequim 2008 para a construção de estradas e estádios (CHAPPELET, 2001)]. Atualmente, a capacidade financeira do poder público para sustentar os custos relacionados com o megaevento vai desde a candidatura até a execução das obras necessárias na preparação da cidade-sede para os Jogos (MATIAS, 2008). Lo Bianco (2010) afirma que o envolvimento do governo na preparação do megaevento torna-se indispensável para o seu sucesso. Além disso, a realização de megaeventos pode esbarrar em erros de planeamento e necessita de uma adequada análise do efetivo legado que será deixado por esses acontecimentos desportivos (PILLAY & BASS, 2010). A candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos em 2004 estimou um custo total de 14,42 bilhões de dólares entre o orçamento do Comité Organizador (2.82 bilhões) e o orçamento fora do Comité Organizador (11,6 bilhões) dedicado às infraestruturas e serviços para os Jogos (Comité de Candidatura Rio 2016, 2009). Um ano antes de começar o evento os custos totais foram atualizados aumentando 34% do orçamento inicial, excluindo as despesas com serviços tais como a segurança, programas educacionais e zonas de divertimento (APO, 2015). Segundo Proni (2009), os Jogos Olímpicos, realizados na cidade do Rio de Janeiro iriam movimentar cerca de 51 bilhões de dólares, durante e após a preparação da cidade para os Jogos, projetando-se a expansão do PIB e o aumento na arrecadação de impostos o que faria com que cerca de 97% dos investimentos públicos realizados com a organização do evento retornassem à economia brasileira. Hoje isso parece não se verificar, dado que a cidade vive em estado de calamidade pública, as instalações olímpicas estão ao abandono⁶ e sem recursos financeiros⁷.

6 Notícia publicada pelo jornal The Guardian: <https://www.theguardian.com/sport/gallery/2017/feb/10/rios-olympic-venues-six-months-on-in-pictures> (acesso em 15 set. 2017).

7 Notícia publicada no Diário Oficial. O decreto original foi publicado por Francisco Dornelles no dia 17 de junho de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/no->

Mais recentemente, a cidade de Boston (EUA) anunciou o abandono, em caráter definitivo, da sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2024. O ocorrido em Boston não é fenômeno isolado, nem tão pouco surpreendeu os mais atentos às tensões em curso no seio do movimento olímpico (Mascarenhas, 2016). Ao contrário, nos últimos anos, tem-se presenciado um conjunto de reações similares e em série, um processo absolutamente inédito na história dos Jogos Olímpicos. Destacando por exemplo cidades como Annecy (França) – um dos primeiros casos a ganhar repercussão mundial –, Oslo (Noruega), Hamburgo (Alemanha), Saint Moritz-Davos (Suíça), Roma (Itália), Cracóvia (Polónia), Lviv (Ucrânia), Estocolmo (Suécia), Baku (Azerbaijão) e Toronto (Canadá), que recusaram ou abandonaram as candidaturas olímpicas, quase sempre a partir de intensa contestação por parte das suas populações locais. Não obstante a diversidade de justificações envolvidas em cada caso, percebe-se que em comum estão os casos das recorrentes críticas aos “elefantes brancos”, aos gastos públicos excessivos ou incontrolláveis, às (falsas) promessas de legado sustentáveis e aos impactos indesejados (i.e., sociais, económicos, ambientais). Perante estes factos, o Comité Olímpico Internacional (COI) repensou as suas exigências para as cidades e, em dezembro de 2014, aprovou a Agenda Olímpica 2020, que, embora pouco efetiva, flexibiliza algumas das exigências e sinaliza claramente a possibilidades de reduzir os custos do megaevento (MASCARENHAS, 2016).

Muitos desses argumentos vão além do olimpismo na sua definição tradicional ou do desporto de elite em qualquer das suas manifestações. De uma forma geral, os megaeventos desportivos têm sido referenciados na literatura como meio para aumentar investimentos na regeneração urbana, potencialmente atraindo investimentos privados e benefícios através da venda de imagens positivas de países e cidades-sede (ALLEN, O'TOOLE, MCDONNELL & HARRIS, 2002; DE ALMEIDA, 2016). Por outro lado, esses megaeventos também podem proporcionar consequências negativas afetando as comunidades locais com o aumento da criminalidade, o congestionamento do tráfego e o aumento dos custos económicos, ambientais e sociais (HUANG ET AL., 2016; CASHMAN, 2006; FREDLINE, 2004), transformando o padrão social e a capacidade urbana das cidades.

A partir destas considerações prévias, este artigo procura refletir sobre a dimensionalidade social e organizacional dos Jogos Olímpicos como um megaevento desportivo que arrasta multidões, impacta e transforma a cidade que o acolhe.

A perspectiva organizacional dos Jogos Olímpicos

Os Jogos Olímpicos de Verão reúnem mais de 10.500 atletas (em 300 eventos), 200 delegações internacionais, 20 mil meios de comunicação internacionais e quatro bilhões de espectadores e telespectadores (Comité Olímpico Internacional, 2009a). Os voluntários também desempenham um papel vital na organização dos Jogos Olímpicos desde 1948, com a participação de 100 mil voluntários nos Jogos Olímpicos de Pequim, 25 mil nos Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi e 20 mil nos Jogos Olímpicos da Juventude de Cingapura. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012 não foram uma exceção, recrutando mais de 70 mil voluntários para preencher uma grande variedade de funções em todos os locais do evento. Numa perspectiva organizacional, os Jogos Olímpicos exigem um conhecimento profundo dos seus parceiros e das funcionalidades de cada área funcional de forma a contribuir para o sucesso do megaevento desportivo (PARENT & SMITH-SWAN, 2013).

De acordo com Frawley (2013), a organização dos Jogos Olímpicos é o resultado de consequências planeadas e não planeadas por parte da organização sobre as quais nenhum indivíduo tem controlo total, apontando assim para a natureza organizacional e para o potencial dos parceiros dentro da rede do evento. A organização dos Jogos Olímpicos implica um relacionamento permanente entre o comité organizador com os seus parceiros (PARENT & CHAPPELET, 2015). Esses parceiros como o governo, a comunidade, as organizações desportivas, os patrocinadores, as delegações e os meios de comunicação têm diferentes necessidades e interesses que condicionam o desempenho da organização (PARENT & SMITH-SWAN, 2013; REICHARD, 2003). De um modo geral, os parceiros são uma parte integrante dos Jogos Olímpicos e sem eles este megaevento desportivo não se realizaria. Segundo Parent (2008), os diferentes grupos de parceiros merecem ser estudados individualmente sob o ponto de vista organizacional porque eles criam problemas para a organização. Cada parceiro interfere no desempenho do comité organizador, estabelece uma relação de proximidade e adquire novas experiências que contribuem para que próximas edições do megaevento sejam mais eficazes e mais eficientes (PARENT & CHAPPELET, 2015).

Além do relacionamento com os parceiros, a organização dos Jogos Olímpicos é complexa, abrangendo um período de competição de duas semanas, precedida por um período de receção e hospedagem (EMERY, 2002). A preparação dos Jogos Olímpicos é um desafio significativo para cada cidade-sede. Começa logo depois do momento em que a cidade é escolhida como anfitriã, sete anos antes da cerimónia

de abertura dos Jogos (G-7), atingindo um pico de trabalho no último período de quatro anos (G-4). Uma parte significativa da preparação está relacionada com a logística do evento e com todas as questões operacionais, infraestruturais, políticas e financeiras desenvolvidas para que o evento corra com sucesso (PARENT & SMITH-SWAN, 2013). Segundo alguns especialistas os Jogos Olímpicos são o maior desafio de logística em tempo de paz (MINIS et al. 2006), evidenciado o seu caráter político e operacional como grandes barreiras deste megaevento.

Inseridos neste contexto cada vez mais dinâmico e competitivo, os comitês organizadores dos Jogos Olímpicos relacionam-se com vários desafios organizacionais que influenciam o modo de agir da organização. Esses desafios concentram-se em planejar, gerir e executar a recepção, o controlo, o armazenamento, o transporte, a distribuição, a instalação e a recuperação de todos os equipamentos e materiais referentes a clientes externos (comitês olímpicos, meios de comunicação, patrocinadores, atletas, etc.), áreas funcionais do comité organizador dos Jogos Olímpicos e à logística das instalações olímpicas. De forma a compreender a gestão dos Jogos Olímpicos, muitas estruturas da organização precisam ser consideradas, tais como a de recursos humanos, a gestão de riscos, infraestruturas públicas, considerações políticas e financeiras, operações de segurança e o legado (LEOPKEY & PARENT, 2009; PARENT, 2008).

As estruturas de segurança têm vindo a ganhar atenção nos últimos anos como uma dimensão insubstituível na organização de um megaevento como os Jogos Olímpicos (KONSTANTAKI & WICKENS, 2010). Além dos ataques terroristas conhecidos, outros atentados como em Bali (2002), Madrid (2004) e Londres (2005) aumentaram a preocupação pública com as ameaças terroristas e a percepção de risco nos eventos desportivos (TOOHEY & TAYLOR, 2008). As estruturas de recursos humanos também são problema crítico, uma vez que afetam em grande parte a prestação de serviços no evento. O comité organizador dos Jogos Olímpicos de Atlanta ouviu reclamações sobre motoristas dos autocarros, dado que não sabiam os trajetos para as instalações olímpicas (RIVENBURGH, 2008). Nos Jogos Olímpicos de Atenas, a equipa gestora do transporte olímpico foi recém-contratada, e na maioria dos casos composta por pessoal inexperiente (MINIS, KEYS & ATHANASOPOULOS, 2006). Por outro lado, as infraestruturas também têm sido alvo de destaque, com investimentos exagerados e muitas vezes sem capacidade de manutenção a longo prazo. Por exemplo, depois de ganhar a candidatura aos Jogos Olímpicos, Atlanta foi confrontada com o facto de não ter instalações suficientes para sediar os Jogos (BURBANK, ANDRANOVICH, & HEYING, 2001). Mais recentemente, a estrutura da Baía de Guanabara para acolher os Jogos Olímpicos Rio

2016 não era compatível com os padrões olímpicos, comprometendo a realização da competição (Relatório Inicial dos Estudos de Impacto e de Legado Rio 2016, 2014).

Do mesmo modo, a estrutura de caráter social é muitas vezes negligenciada pelos comitês organizadores e contribui para a organização dos Jogos através das percepções, reivindicações e experiências dos moradores. Os residentes da cidade olímpica são muitas vezes afetados diretamente pelos eventos desportivos, especialmente quando residem nas proximidades do local do evento (SWART & BOB, 2009), e as suas opiniões não têm sido consideradas como fator de decisão (KIM & WALKER, 2012). A literatura evidência alguns estudos que investigaram a percepção dos moradores sobre eventos desportivos (DECCIO & BALOGLU, 2002; FREDLINE & FAULKNER, 2000; RITCHIE et al., 2009; KIM & WALKER, 2012; MAO & HUANG, 2015) embora se concentrem predominantemente no impacto socioeconômico do evento descurando as questões sociais que influenciam a vida da população.

Deste modo, cada edição dos Jogos Olímpicos requer estruturas específicas. Todas as estruturas do legado geradas a partir do evento alteram a qualidade da cidade-sede de uma forma positiva ou negativa (PREUSS, 2007). Cada cidade tem diferentes fatores de qualidade que tornam a cidade mais ou menos atraente para viver, para turistas, para a indústria ou para a realização de futuros eventos desportivos. Os Jogos Olímpicos diferem nas estruturas que necessitam e as cidades diferem nas estruturas que podem fornecer.

Hoje em dia, a organização dos Jogos Olímpicos requer um conjunto de dinâmicas organizacionais que se adaptem às necessidades do evento e da sua população, de forma a promover sustentabilidade a longo prazo (PARENT, 2008; MAO & HUANG, 2015). Atualmente o problema centra-se nas estruturas obrigatórias e adicionais criadas pelos Jogos Olímpicos, na sua capacidade organizacional de se adaptar ao contexto social e urbano, considerando aquilo que uma cidade pode oferecer e aquilo que a comunidade pode lidar.

A perspectiva social dos Jogos Olímpicos

Do ponto de vista social, os Jogos Olímpicos estão inseridos num contexto cada vez mais controverso com uma tendência internacional para o referendo junto da população (STREICHER et al., 2017). Enquanto no passado, principalmente cidades e conselhos governamentais decidiam candidatar-se para acolher os Jogos Olímpicos, hoje em dia são os cidadãos que muitas vezes decidem sobre as ambi-

ções de sua cidade através de referendos públicos (COATES & WICKER 2015). Os defensores da realização dos Jogos Olímpicos reagem a esta tendência com campanhas caras e exaustivas. Essas campanhas seguem *slogans* famosos (como o da campanha presidencial de Bill Clinton: “*It’s the economy, stupid*” ou “*Building a bridge to the twenty-first century*”) e concentram-se em benefícios económicos promissores para o acolhimento do megaevento (MITCHELL & STEWART, 2015). No entanto, o apoio da população aos Jogos Olímpicos parece ter diminuído na Europa e nos Estados Unidos, apesar das extensas campanhas com promessas económicas. Estudos recentes levantam dúvidas sobre os benefícios económicos de acolher os Jogos Olímpicos, encontrando poucos impactos económicos favoráveis na economia (BILLINGS & HOLLADAY 2012; MITCHELL & STEWART 2015). Alguns investigadores têm-se também concentrado em investigar os fatores sociais relacionados com os Jogos Olímpicos, por exemplo, o aumento de um espírito comunitário, o orgulho cívico e o fortalecimento da cultura desportiva (KAPLANIDOU & KARADAKIS, 2010; MITCHELL & STEWART, 2015). Tais fatores podem influenciar os cidadãos porque contribuem para o bem-estar do indivíduo, que vai muito para além dos aspetos materiais captados pelas medidas da atividade económica (FREY & STUTZER, 2010).

Nesta esteira, é de considerar que os Jogos Olímpicos transportam também mudanças urbanas e sociais nas comunidades locais (HALL, 2001; WAITT, 2003; OHMANN et al, 2006; REUTERS, 2007). Estes megaeventos desportivos são catalisadores da transformação urbana e territorial (ESSEX & CHALKLEY, 1998), podendo unir uma cidade e recriar uma região em termos de simbologia e identidade (MORAGAS, KENNETT, & PUIG, 2003). A realização destes eventos é uma oportunidade para a promoção urbana e um meio para melhorar o estatuto social, reposicionamento da cidade como um território no espaço internacional (ROCHE, 2000). Os efeitos sobre o desenvolvimento local e os legados materiais e imateriais têm diferentes magnitudes de acordo com o tipo de evento, a sua escala, ciclo de vida, orçamento e cobertura mediática. Os efeitos sociais, psicológicos e políticos são cada vez mais evidentes e muitas vezes enfatizados como motivos para a candidatura aos Jogos Olímpicos (sobretudo em a países menos desenvolvidos). Esses efeitos contribuem, em grande parte, para a popularidade dos megaeventos desportivos (PREUSS & SOLBERG, 2006).

Ao longo do tempo tornou-se cada vez mais claro que os Jogos Olímpicos são transformadores das cidades que os acolhem (ESSEX & CHALKLEY, 1998) e das suas comunidades locais (HUANG et al., 2016). A cidade de Barcelona, por exemplo, experimentou este tipo de mudança como a construção da vila olímpica

(Icaria), que transformou a área povoada pela classe trabalhadora numa comunidade habitada maioritariamente por residentes da classe média-alta após os Jogos (KENNETT & DE MORAGAS, 2006). Isto levanta questões sobre quem na cidade beneficia mais com o acolhimento dos Jogos Olímpicos, e é por isso que os Jogos quase sempre provocam oposição entre aqueles que preferem que os recursos escassos de uma cidade sejam direcionados para beneficiar os mais desfavorecidos ao invés de apoiar o lucro e o gigantismo da cidade (HILLER, 2006). Outra questão passa por identificar o real impacto que as instalações olímpicas acarretam para as comunidades locais. Este aspeto social é negligenciado pela análise de impacto olímpico (HILLER, 2006). Alguns eventos como os Jogos Olímpicos de Inverno são realizados nas montanhas, assumindo que o impacto urbano deste evento é reduzido em comparação com os Jogos Olímpicos de Verão. No entanto, o estádio Olímpico de Calgary foi construído dentro de uma comunidade mais envelhecida no centro da cidade delimitada por uma área chamada de *Victoria Park East*. A construção deste edifício teve um papel na deterioração contínua desta área residencial e no afastamento da comunidade residente (HILLER, 2000).

A literatura mais recente, baseada na área do turismo e eventos, sugere que as atitudes dos residentes locais são influenciadas pelos benefícios que são gerados pelos eventos desportivos (HUANG et al., 2016). Segundo alguns autores os megaeventos trazem benefícios económicos positivos para a cidade-sede sob a forma de receitas fiscais, emprego e rendimentos adicionais (HUANG et al., 2013), contribuindo para o desenvolvimento económico regional e para a regeneração urbana (GARCÍA, 2004), promovem a cidade ou região como destino turístico (CHIEN, RITCHIE, SHIPWAY, & HENDERSON, 2012), e melhoram a identidade da marca de uma cidade à escala global (CHALIP & COSTA, 2005). Além disso, os megaeventos também ajudam a construir o orgulho local (Huang & Zhang, 2012), a aumentar a identidade da comunidade (CEGIELSKI & MULES, 2002), a oferecer benefícios de inclusão social (DECCIO & BALOGLU, 2002), a melhorar a qualidade de vida (GÜRISOY & KENDALL, 2006) e a preservar o ambiente físico e o património local (DECCIO & BALOGLU, 2002; LORDE, GREENIDGE & DEVONISH, 2011). De um modo geral, os estudos anteriores sugerem uma relação positiva entre os benefícios percebidos pelos residentes e suas atitudes e intenções de apoiar os megaeventos (GÜRISOY & RUTHERFORD, 2004).

Contudo, apesar dos benefícios, os megaeventos desportivos como os Jogos Olímpicos também são suscetíveis de gerar consequências negativas sobre as comunidades locais que os acolhem (HUANG et al., 2016). Vários estudos sugerem que os moradores tendem a perceber os custos económicos de grandes eventos,

como causas da inflação de preços, do aumento a carga tributária para os habitantes locais, e a gestão descontrolada dos fundos públicos (DECCIO & BALOGLU, 2002; PILLAY & BASS, 2008), desperdiçando o dinheiro dos contribuintes (LORDE et al., 2011). Outros estudos sugerem que os moradores percebem outros problemas sociais resultantes de grandes eventos, como o congestionamento de trânsito, o excesso de forças policiais e o aumento da criminalidade (KIM & PETRICK, 2005). De acordo com Ma et al, (2011) embora tenham sido criados 20 mil empregos por causa dos Jogos Mundiais, não havia estratégias tangíveis para garantir a sustentabilidade a longo prazo dessas oportunidades de emprego. Os mesmos autores também consideram que as questões de igualdade e inclusão social, juntamente com a deslocalização de parte da população de acolhimento como problemas de sustentabilidade social. Além disso, estes megaeventos podem influenciar negativamente os valores familiares tradicionais, causar a comercialização cultural e criar conflitos sociais entre a comunidade e os visitantes devido a diferenças nos padrões de vida, bem-estar econômico e no poder de compra (TOSUN, 2002). Os custos ambientais, físicos e naturais, incluindo a destruição de recursos naturais, poluição e deterioração de recursos culturais e históricos, explicam as mudanças sociais (GÜRISOY, CHI, AI, & CHEN, 2011; LORDE et al., 2011). Deste modo, as percepções negativas sobre os impactos gerados pelos megaeventos também levam a atitudes negativas e a uma menor intenção de apoiar os grandes eventos (ANDERECK & VOGT, 2000; GÜRISOY & RUTHERFORD, 2004; NUNKOO e RAMKISSOON, 2011).

De um modo geral, o acolhimento dos Jogos Olímpicos tem consequências positivas e negativas para a população, cabendo ao comitê organizador e seus parceiros trabalhar em conjunto para aumentar os aspectos positivos, resolver e minimizar os problemas organizacionais e envolver a população local na tomada de decisão. Conforme foi referido anteriormente, uma forma de estimular a comunidade local e desenvolver a imagem de uma cidade, região ou país passa pelo acolhimento de megaeventos desportivos internacionais (MASTERMAN, 2009; JORDAN, 2011). As edições mais recentes dos Jogos Olímpicos (e.g., Vancouver 2010 e Londres 2012) têm enfatizado cada vez mais a necessidade de proporcionar um impacto positivo e duradouro para as comunidades anfitriãs (Leopkey & Parent, 2015). Segundo Prayag et al (2013), existe uma relação positiva entre a atitude dos moradores e seu apoio aos Jogos Olímpicos de Londres. Estes autores, afirmaram que a atitude positiva dos moradores em relação aos Jogos de Londres levou à sua intenção de apoiar o evento e o seu governo local para outros eventos desportivos no futuro (PRAYAG et al. 2013). Deste modo, a atitude dos moradores em relação aos megaeventos desportivos, decorrente da avaliação dos custos e benefícios percebidos, sendo escasso

o conhecimento longitudinal sobre este assunto (KIM & WALKER, 2012). Embora os benefícios sociais dos megaeventos sejam relatados na literatura, é salientado por alguns autores que apenas existem evidências empíricas limitadas (MINNAERT, 2012). Quando esses conceitos são discutidos, eles são geralmente aplicados à população que acolhe o evento e poucos autores os aplicaram a residentes e/ou a grupos socialmente excluídos.

Para realçar a importância destes factores o Quadro 1 foi desenvolvido, com o intuito de apresentar os aspectos sociais positivos e negativos apontados por estudos anteriores no âmbito dos megaeventos desportivos, particularmente no caso dos Jogos Olímpicos.

Quadro 1: Aspectos sociais positivos e negativos no âmbito dos megaeventos desportivos

Aspectos Positivos	Suporte
Combate à exclusão social	Bramwell, 1997; Comité Olímpico Internacional, 1999
Promoção da saúde	Frey, Iraldo, & Melis, 2007
Estímulo a programas socioculturais (experiências)	Masterman, 2004
Hábitos de consumo sustentáveis	Ma et al, 2011
Criação de novas instalações desportivas	Comité Olímpico Internacional, 1999
Aumento do espírito comunitário e o orgulho cívico	Kaplanidou & Karadakis, 2010; Huang & Zhang, 2012
Fortalecimento da cultura desportiva	Mitchell & Stewart, 2015
Preservar o ambiente físico e o património local	Deccio & Baloglu, 2002; Lorde et al., 2011
Promoção da cidade ou região como destino turístico no espaço internacional	Roche, 2000; Chien, Ritchie, Shipway, & Henderson, 2012
Receitas fiscais, emprego e rendimentos adicionais	Huang et al., 2013
Regeneração urbana e desenvolvimento económico	Essex & Chalkley, 1998; García, 2004
Simbologia e identidade da marca de uma cidade à escala global	Moragas, Kennett, & Puig, 2003; Chalip & Costa, 2005

Aspectos Positivos	Suporte
Aumentar a identidade da comunidade	Cegielski & Mules, 2002
Benefícios de inclusão social	Deccio & Baloglu, 2002
Melhorar a qualidade de vida	Gürsoy & Kendall, 2006
Negativos	Suporte
Deslocalização/despovoamento de comunidades locais	Ma et al, 2011, Hiller, 2000
Destruição de patrimonio local	Chappelet, 2001
Sustentabilidade nas oportunidades de emprego	Ma et al, 2011
Utilizada/impacto das instalações olímpicas	Hiller, 2006
Falta de participação na tomada de decisão	Kim & Walker, 2012
Inflação de preços, do aumento a carga tributária e a gestão descontrolada dos fundos públicos	Deccio & Baloglu, 2002; Pillay & Bass, 2008; Lorde et al., 2011
Congestionamento de trânsito, o excesso de forças policiais e o aumento da criminalidade	Kim & Petrick, 2005
Comercialização cultural e criar conflitos sociais	Tosun, 2002
Destruição de recursos naturais, poluição e deterioração de recursos culturais e históricos	Gürsoy, Chi, Ai, & Chen, 2011; Lorde et al., 2011

Considerações finais e implicações futuras

Este artigo representa uma reflexão sobre a perspectiva social e organizacional dos Jogos Olímpicos, fornecendo considerações relevantes sobre causas e consequências geradas pelo seu gigantismo organizacional. Um evento desta dimensão transporta um conjunto de transformações na cidade que o acolhe, sendo impor-

tante realizar uma profunda análise aos resultados sociais e organizacionais que foram criados como um legado para o futuro.

Facto é que estes megaeventos são vistos como a panaceia para o crescimento económico e um catalisador significativo para a regeneração urbana (JONES & STOKES, 2003). Não é surpreendente que as cidades-sede invistam consideravelmente na melhoria das instalações desportivas e infraestruturas de apoio para aumentar os seus lucros económicos, embora tais investimentos resultem sobretudo do fluxo de milhares de visitantes na cidade anfitriã e na criação de novos empregos (RITCHIE & SMITH, 1991). Porém, o crescimento económico após os Jogos não é garantido existindo exemplos de estragos económicos e sociais em vez de prosperidade e afluência à cidade anfitriã dos Jogos. Novas linhas de pesquisa devem analisar as consequências sociais provocadas pelo acolhimento dos Jogos Olímpicos, tendo em conta as novas recomendações da Agenda Olímpica 2020.

Do mesmo modo, é sabido que o poder do olimpismo na reestruturação urbana é forte (BURBANK, ANDRANOVICH & HEYNG, 2001; HOLZ, 2011), transformando momentaneamente as cidades-sede num centro de atenção mediática à escala planetária. O problema está na forma como esta transformação é feita, sem priorizar as necessidades da população local, sem ouvir a comunidade residente, mas realizando obras, aumentando os gastos públicos e gerando impactos insustentáveis produzidos pelo seu acolhimento. Isto sugere que o governo local e os comités organizadores dos Jogos Olímpicos tomem medidas para minimizar os custos e maximizar os benefícios de hospedagem do evento para com os moradores locais. Em termos de benefícios, o governo local e os organizadores de eventos devem assegurar que os moradores locais estejam plenamente conscientes dos benefícios relacionados ao evento através de meios de comunicação social e trabalhando constantemente na melhoria do ambiente comunitário, impulsionando a economia local e construindo condições sociais harmoniosas entre os moradores.

Para o desenvolvimento sustentável dos Jogos Olímpicos, é vital que os vários parceiros do evento se envolvam e atenuem os custos económicos, ambientais e sociais. Recomenda-se a condução de ações adequadas para reduzir as preocupações dos moradores sobre o congestionamento do tráfego, o consumo de álcool e o vandalismo, a deterioração da ordem social, o ruído e o lixo. Além disso, o empoderamento, envolvimento e participação dos residentes locais no evento através de programas de voluntariado são de grande importância para alcançar o apoio e a sustentabilidade social.

De salientar que os gestores do desporto e gestores de eventos devem-se concentrar em atividades que podem aumentar os resultados sociais do evento, criando

oportunidades de envolvimento na comunidade local (e.g. como foi feito nos Jogos Olímpicos Rio 2016, com a implementação do Programa Transforma – de educação e transmissão dos valores olímpicos e paralímpicos nas escolas) e aumentar os intercâmbios culturais entre visitantes e residentes (e.g. criando espaços de encontro, debate e turismo como foi o caso dos espaços culturais denominado – “Casas dos Países”, que os Jogos Olímpicos Rio 2016 souberam explorar).

Por último, mas não menos importante, além de maximizar os benefícios e minimizar os custos, os comités organizadores e os governos locais devem ter em mente que os residentes de países coletivistas frequentemente se submetem à autoridade do governo para alcançar objetivos comunitários/sociais. Assim, esses órgãos governamentais não devem apenas evitar custos potenciais, mas também analisar claramente as consequências a longo e curto prazo que podem resultar para os residentes e minorias locais.

Referências Bibliográficas

ALLEN, J. et al. *Festival and special event management*. Milton, Australia: John Wiley & Sons Australia, 2002.

ANDERECK, Kathleen L.; VOGT, Christine A. “The relationship between residents’ attitudes toward tourism and tourism development options”. In *Journal of Travel Research*, v. 39, n.1, p. 27–36, 2000.

APO (Autoridade Pública Olímpica) (2015) Plano de Políticas Públicas - Legado 1ª atualização. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/wp-content/downloads/abril/PlanodePolíticasPublicasV2.pdf> (acesso em 18 fev. 2017).

BILLINGS, Stephen; HOLLADAY, Scott. “Should Cities Go For The Gold? The Long-Term Impacts of Hosting The Olympics” In *Economic Inquiry*, v. 50, n.3, p. 754-772, 2012.

BURBANK, M. et al. *Olympic dreams: the impact of mega-events on local politics*. London: Lynne Reiner, 2001.

BRAMWELL, B. “A sport mega-event as a sustainable tourism development strategy”. In *Tourism, Recreation Research*, v. 22, n. 2, p. 13–19, 1997.

CASHMAN, R. *The bitter-sweet awakening: the legacy of the Sydney 2000 Olympic Games*. Sydney: Walla Walla Press, 2006.

CHALIP, Laurence; COSTA, Carla. “Sport Event Tourism and the Destination Brand: Towards a General Theory”. In *Sport in Society*, v. 8, n. 2, p. 218–237, 2005.

CHAPPELET, Jean-Loup. "Risk management for large-scale events: The case of the Olympic Winter Games". In *European Journal for Sport Management*, v. 8 (Special Issue), p. 6-21, 2001.

CHIEN, Monica; RITCHIE, Brent; SHIPWAY Richard; HENDERSON, Holly. "I am having a dilemma: factors affecting resident support of event development in the community". In *Journal of Travel Research*, v. 51, n. 4, p. 451-463, 2012.

CEGIELSKI, Michele; MULES, Trevor. "Aspects of residents' perceptions of the GMC 400-canberra's V8 supercar race". In *Current Issues in Tourism*, v. 5, n. 1, p. 54-70, 2002.

COATES, Dennis; WICKER, Pamela. "Why were voters against the 2022 Munich Winter Olympics in a referendum?" In *International Journal of Sport Finance*, v. 10, p. 267-283, 2015.

COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Revenue Sources and Distribution. Online. Disponível em www.olympic.org/ioc-financing-revenue-sources-distribution?tab=1 (acesso em 18 fev. 2017).

COMITÉ OLÍMPICO INTERNACIONAL. *Olympic movement's agenda 21: Sport for sustainable development*. Lausanne: Sport and Environment Commission, 1999.

COMITÉ DE CANDIDATURA RIO 2016. *Ficheiro de Candidatura do Rio de Janeiro para acolhimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016*. Vol. 3, Rio de Janeiro, 2009.

COMITÉ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS RIO DE 2016. *Relatório Inicial dos Estudos de Impacto e de Legado Rio 2016*. Rio de Janeiro, 2014.

DE ALMEIDA, Bárbara. "Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016". *Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología*, v. 25, n. 2, p. 66-82, 2016.

DECCIO, Cary; BALOGLU. "Seyhmus Nonhost community resident reactions to the 2002 Winter Olympics: The spillover impacts". In *Journal of Travel Research*, v. 41, n. 1, p. 46-56, 2002.

EMERY, Paul. "Bidding to host a major sports event: the local organising committee perspective". In *International Journal of Public Setor Management*, v. 15, p. 316-335, 2002.

ESSEX, Stephen; CHALKLEY, Brian. *Olympic Games: catalyst of urban change*. Leisure Studies, 27 187-206, 1998.

FRAWLEY, Stephen. "Organising Sport at the Olympic Games: the case of Sydney 2000". In *The International Journal of the History of Sport*, v. 30, n. 5, p. 527-544, 2013.

FREDLINE, Elizabeth. "Host community reactions to motorsports events: The perception of impact on quality of life". In B. Ritchie & D. Adair (Eds.). *Sport tourism: Interrelationships, impacts and issues* (pp. 155–173). Clevedon: Channel View Publications, 2004.

FREDLINE, Elizabeth; Faulkner, Bill. "Host community reactions: A cluster analysis". In *Annals of Tourism Research*, v. 27, n. 3, p. 763–784, 2000.

FREY, Bruno; STUTZER, Alois. *Happiness and economics: How the economy and institutions affect human well-being*. Princeton University Press. Princeton e Oxford, 2010.

FREY, Marco; IRALDO, Fabio; MELIS, Michela. "The impact of wide-scale sport events on local development: An assessment of the XXth Torino Olympics through the sustainability report". Paper presented at RSA, *Region in Focus? International Conference*, Lisbon, Portugal, 2007.

GARCÍA, Beatriz. "Urban regeneration, arts programming and major events: Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004". In *International Journal of Cultural Policy*, v. 10, p. 103–118, 2004.

GIRGINOV, Vassil; PARRY Jim. *The Olympic Games explained: a student guide to the evolution of the Modern Olympic Games*. London: Routledge, 2005.

GÜRISOY, Dogan; RUTHERFORD, Denney. "Host attitude toward tourism: an improved structural modelling approach". In *Annals of Tourism Research*, v. 31, n. 3, p. 495–516, 2004.

GÜRISOY, Dogan; KENDALL, K. W. "Hosting mega events: modeling local's support". In *Annals of Tourism Research*, v. 33, p. 603–623, 2006.

HALL, Michael, C. "Imaging, tourism and sports event fever: the Sydney Olympics and the need for a social charter for mega-events". In C. Gratton & I. Henry (Eds.). *Sport in the city: the role of sport in economic and social regeneration*. London: Routledge, 2001.

HILLER, Harry. "Mega-events and community obsolescence: redevelopment vs. rehabilitation in Victoria Park East". In *Canadian Journal of Urban Research*, v. 8, n. 1, p. 47-81, 2000.

HILLER, Harry. "Post-event outcomes and the Post-modern Turn: the Olympics and urban transformations". In *European Sport Management Quarterly*. V. 6, n. 4, p. 317-332, 2006.

HOLZ, Jean-Marc. *Les Jeux Olympiques et leurs territoires*. Perpignan: Presses Universitaires de Perpignan, 2011.

HUANG, Hai-Yan; ZHANG, Lin. "Estimation of the non-market value of sports events: a case study of the civic pride generated by the 2009 Shanghai ATP Masters 1000". In *Tourism Economics*, v. 18, n. 4, p. 887-895, 2012.

HUANG, Haiyan; MAO, Luke; KIM, Kyu; ZHANG, James. "Assessing the economic impacts of three major sport events in china: the perspective of attendees". In *Tourism Economics*, v. 20, n. 6, p. 1277-1296, 2013.

HUANG, Hai-Yan; et. al. "Social exchange process in collectivistic countries: an examination of sporting events in China". In *European Sport Management Quarterly*, v. 16, n. 2, p. 172-189, 2016.

JONES, Magie; STOKES, Terry. "The Commonwealth Games and urban regeneration: an investigation into training initiatives and partnerships and their effects on disadvantaged groups in East Manchester". In *Managing Leisure*, v. 8, n. 4, p. 198-211, 2003.

JORDAN, Leslie-Ann. "Staging sports events: challenges and opportunities". In L.A. Jordan, B. Tyson, C. Hayle, e D. Truly (eds.). *Sports event management: the Caribbean experience*, 3-24, Farnham: Ashgate Publishing Ltd., 2011.

KAPLANIDOU, Kiki; KARADAKIS, Kostas. "Understanding the legacies of a host Olympic city: the case of the 2010 Vancouver Olympic Games". In *Sport Marketing Quarterly*, v. 19, p. 110-117, 2010.

KENNETT, Christopher; De Moragas, Miquel. "The bid". In A. Tomlinson & C. Young (Eds.), *National identity and global sports events* (pp. 179-188). State University of New York Press, 2006.

KIM, Woosoon; WALKER, Matthew. "Measuring the social impacts associated with Super Bowl XLIII: Preliminary development of a psychic income scale". In *Sport Management Review*, v. 15, n. 1, p. 91-108, 2012.

KIM, Samuel; PETRICK, James. "Residents' perceptions on impacts of the FIFA 2002 World Cup: the case of Seoul as a host city". In *Tourism Management*, v. 26, n. 1, p. 25-38, 2005.

KONSTANTAKI, Maria; WICKENS, Eugenia. "Residents' perceptions of environmental and security issues at the 2012 London Olympic Games". In *Journal of Sport & Tourism*, v. 15, n. 4, p. 337 - 357, 2010.

LEOPKEY, Becca; PARENT, Milena. "Risk management issues in large-scale sporting events: a stakeholder perspective". In *European Sport Management Quarterly*, v. 9, n. 2, p. 187-208, 2009.

LO BIANCO, Joseph. "Language policy and planning". In N. H. Hornberger e S.L. Elder, eds., *Sociolinguistics and Language Education*, 143-176. Bristol: Multilingual Matters, 2010.

LORDE, Troy; GREENIDGE, Dion; DEVONISH, Dwayne. "Local residents' perceptions of the impacts of the ICC Cricket World Cup 2007 on Barbados: comparisons of pre-and post-games". In *Tourism Management*, v. 32, p. 349-356, 2011.

MA, Shang-Chun; EGAN, David, ROTHERHAM, Ian; MA, Shang-Min. "A framework for monitoring during the planning stage for a sports mega-event". In *Journal of Sustainable Tourism*, v. 19, n.1, p. 79-96, 2011.

MAO, Luke; HUANG, Hai-Yan. "Social impact of Formula One Chinese Grand Prix: A comparison of local residents' perceptions based on the intrinsic dimension". In *European Sport Management Quarterly*, v. 11, p. 371-395, 2015.

MASCARENHAS, Gilmar. "A produção da cidade olímpica e os sinais da crise do modelo globalitário". In *Geosp - Espaço e Tempo*, v. 20, n. 1, p. 52-68, 2016.

MASTERMAN, Guy. *Strategic Sports event management: Olympic edition provides students and event*. London: Routledge, 2009.

MASTERMAN, Guy. *Strategic sports event management: an international approach*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.

MATIAS, Marlene. "Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades". In *Turismo e Sociedade*, v. 1, n.2, 2008.

MINIS, Ioannis; KEYS, Eric; ATHANASOPOULOS Theodore. "Contribution to the design of the athletes bus network during the Athens 2004 Olympic Games". In *Transport Research Part A: Policy and Practice*, v. 40, n. 9, p. 776-791, 2006.

MINNAERT, Lynn. "An Olympic legacy for all? The non-infrastructure outcomes of the Olympic Games for socially excluded groups (Atlanta 1996 and Beijing 2008)". In *Tourism Management*, v. 33, p. 361-370, 2012.

MITCHELL, Heather; STEWART, Fergusson. "What should you pay to host a party? An economic analysis of hosting sports mega-events". In *Applied Economics*, v. 47, n. 15, p. 1550-1561, 2015.

MORAGAS, Miquel; KENNETT, Christopher; PUIG, Nuria. "The legacy of the Olympic Games: 1984-2000". In *Proceedings of the International Symposium*, 14-16 November 2002, Lausanne: International Olympic Committee, 2003.

MULES, Trevor; FAULKNER, Bill. "An economic perspective on special events". In *Tourism Economics*, v. 2, p. 314-329, 1996.

NUNKOO, Robin; RAMKISSOON, Haywantee. "Developing a community support model for tourism". In *Annals of Tourism Research*, v. 38, n. 3, p. 964-988, 2011.

OHMANN, Susanne; JONES, Ian; WILKES, Keith. "The perceived social impacts of the 2006 Football World Cup on Munich residents". In *Journal of Sport & Tourism*, v. 11, p. 129-152, 2006.

PARENT, Milena. "Evolution and issue patterns for major-sport-event organizing committees and their stakeholders". In *Journal of Sport Management*, v. 22, n. 2, p. 135-164, 2008.

PARENT, Milena; SMITH-SWAN, Sharon. *Managing major sports events: theory and practice*. Londres: Routledge, 2013.

PARENT, Milena; CHAPPELET, Jean-Loup. *Routledge Handbook of Sports Event Management*. Routledge International Handbooks. Londres e Nova York, 2015.

PILLAY, Udesch; TOMLINSON, Richard; BASS, Orli. *Development and dreams. The urban legacy of the 2010 football World Cup*. Cape Town: HSRC Press, 2010.

RAYAG, Giris et al. "London residents' support for the 2012 Olympic Games: the mediating effect of overall attitude". In *Tourism Management*, v. 36, p. 629-640, 2013.

PREUSS, Holger; SOLBERG, Harry. "Attracting Major Sporting Events: The Role of Local Residents". In *European Sport Management Quarterly*, v. 6, n. 4, p. 391-411, 2006.

PREUSS, Holger. "The Conceptualisation and Measurement of Mega Sport Event Legacies". In *Journal of Sport & Tourism*, v. 12, n. 3-4, p. 207-227, 2007.

PRONI, Marcelo. "Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016". In *Motrivivência*, v. 32, n. 33, p. 49-70, 2009.

REICHART, Joel. "A theoretical exploration of expectational gaps in the corporate issue construct". In *Corporate Reputation Review*, v. 6, p. 58-69, 2003.

REUTERS. *Beijing to evict 1.5 million for Olympics: group*. Reuters, 2007.

RITCHIE, J. R. Brent; SMITH, Brian. "The impact of a mega-event on host region awareness: A longitudinal study". In *Journal of Travel Research*, v. 30, n.1, p. 3-10, 1991.

RIVENBURGH, Nancy. "For the Cinderella of the new south, the shoe just didn't fit: the "most exceptional" Games of 1996". In *International Journal of Sport Communication*, v. 1, p. 465-486, 2008.

ROCHE, Maurice. *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. London: Routledge, 2000.

TOSUN, Cevat. "Host perceptions of impacts a comparative tourism study". In *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 231-253, 2002.

2 Políticas Públicas Esportivas no Brasil do Século XXI: da Candidatura Olímpica à Construção de um “Legado” para os Jogos Olímpicos Rio 2016

*Bernardo Borges Buarque de Hollanda*⁸; *Jimmy Medeiros*⁹; *Vivian Fonseca*¹⁰

Introdução

O encerramento da trigésima primeira edição dos Jogos Olímpicos de Verão, realizados em agosto de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, não esgotou consigo o debate em torno de seu significado para o Brasil. Se, entre fins de 2009, quando da escolha da cidade-sede, e meados de 2016, quando do curso das competições, inúmeras polêmicas se sucederam em torno dos preparativos e da organização, de um ano para cá a discussão continua, ainda que em outros termos e em novas frentes.

Por um lado, a opinião pública volta-se para criticar a ausência do suposto “legado” – desportivo, urbanístico, ambiental, econômico e social – prometido à cidade e ao país na esteira deste megaevento. Por outro, sob a forma de sucessi-

8 Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). Docente da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

9 Doutor em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pela IE/UFRJ. Pesquisador da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

10 Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Docente do Departamento de História da Universidade Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

vos escândalos, dotados de forte repercussão e de grande apelo midiático, órgãos competentes investigam e revolvem todo o processo de financiamento e custeio dos Jogos. Colocam-se na mira, para tanto, personalidades estratégicas, situadas à testa de entidades governamentais – em nível federal, estadual e municipal –, de agências público-privadas transnacionais, e de entidades esportivas, responsáveis pela gestão de toda a cadeia organizacional desse “complexo concerto logístico de recursos e ampla coalizão política” (MASCARENHAS, 2009: 56).

Sabe-se que os investigadores têm por precedente a apuração de uma série de irregularidades também voltadas contra autoridades e instituições que organizaram outro megaevento ocorrido no Brasil, em 2014: a vigésima edição da Copa do Mundo de futebol masculino profissional. Os inquéritos da agência estadunidense FBI atingiram em cheio nomes poderosos da FIFA, na Suíça, e da CBF, no Brasil. A investida levou à queda, quando não à prisão, de integrantes das cúpulas dessas instituições, por suspeição contra a probidade em atos que antecederam e sucederam a realização do torneio.

Algo semelhante passa-se agora, sob os holofotes dos meios de comunicação, em relação aos Jogos Olímpicos (JO) Rio 2016. A escalada das denúncias internacionais se dá no bojo de uma série de processos investigativos anticorrupção em curso no Brasil. Estes foram iniciados em 2014, sob a alcunha de Operação Lava Jato, com denúncias de esquemas estruturados e sistemáticos de desvios de recursos públicos. A revelação das formas escusas de apropriação da verba governamental por parte de políticos e de empresários tem gerado desde então uma crise institucional contínua, reavivando a permanência de práticas e de mentalidades patrimonialistas, enraizadas historicamente no país (FAORO, 2012).

No âmbito esportivo, os escândalos trazem à baila nomes de dirigentes há décadas à frente de instituições como o COB – Comitê Olímpico Brasileiro –, a agir em suposto conluio com representantes da congênera internacional, o Comitê Olímpico Internacional. Entre outras suspeitas, investiga-se até que ponto a vitória do Rio de Janeiro na eleição para a escolha da cidade-sede passou por desvirtuamentos, por expectativas de superfaturamento e por arranjos pouco republicanos, como a compra de votos dos delegados que integram a entidade.

Outra frente de atuação são os contratos das obras de infraestrutura destinadas aos Jogos. Dados do portal de notícias G1 ¹¹ informam que o dispêndio total dos JO 16 chegou à marca de 43 bilhões de reais. Para que se tenha uma ordem de

11 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/olimpiada-do-rio-custou-r-137-milhoes-a-mais-do-que-o-planejado.ghtml>. Acesso em 14 jun. 2017.

grandeza, este valor equivale a dez vezes o custeio do Pan-americano de 2007, na mesma cidade do Rio de Janeiro, apenas dez anos antes. Somente em instalações desportivas, o custo equivaleu a mais de sete bilhões. Ainda no quesito financeiro, foram gastos 137 milhões a mais do que o planejado na matriz de responsabilidade original. Tudo isto sem aparente contrapartida, pois o Parque Olímpico na zona oeste do Rio encontra-se parcialmente aberto ao público, permanecendo fechado a maior parte da semana, com acesso vedado aos atletas e ao público.

Longe de ser uma situação exclusiva ao país, a opinião pública internacional também levanta dúvidas quanto a lisuras em outros pleitos. A imprensa francesa, por exemplo, tem questionado com veemência as vantagens de hospedar a edição de 2024, conquistada por Paris e anunciada com sete anos de antecedência. Somadas às ameaças de terrorismo na Europa, as críticas de jornais como *Libération*, *Le Figaro* e *Le Monde*¹², de distintas colorações ideológicas entre si, investem de modo implacável contra o modelo atual vigente, imposto pelo COI e altamente custoso para os destinatários dos JOs.

Em que pesem as vantagens aventadas pelo presidente da República, Emmanuel Macron, e pela prefeita de Paris, Anne Hidalgo, os formadores de opinião local alegam que os Jogos de 2024 comprometem o orçamento dos anfitriões parisienses, criam benefícios fictícios à cidade e, afinal, acabam por sacrificar a vida da população local. Ao fim e ao cabo, o gigantismo das imposições do Comitê de Lausanne enseja uma desproporção na balança de direitos e deveres, de ônus e bônus, de riscos e oportunidades para cada um dos entes envolvidos¹³.

12 Vejam-se as reportagens dos seguintes sítios: http://www.huffingtonpost.fr/fabien-ollier/paris-est-une-fete-de-la-corruption-olympique_a_23205979/; http://www.liberation.fr/sports/2017/09/12/jo-2024-paris-flambe-la-base-se-consume_1595876/; <http://www.lejdd.fr/sport/jo-2024-les-jeux-de-paris-ne-seront-pas-rentables-3402572/>; [http://www.la-croix.com/Sport/Jeux-olympiques-aubaine-Paris-2017-08-01-1200867053?from_univers=lacroix](http://www.la-croix.com/Sport/Jeux-olympiques-aubaine-Paris-2017-08-01-1200867053?from_univers=lacroix;); http://www.lefigaro.fr/conjoncture/2017/07/10/20002-20170710AR-TFIG00008-jeux-olympiques-ce-n-est-pas-toujours-une-bonne-affaire.php?een=c6f04f0007b2d319d6e2b92822d6bc93&seen=6&m_i=nPTAKJ6RICwQ%2BH0kIL_Ri0Pf3So-7wTIt5e9Bn6eS5i_Oxo7nR3y0TCjG3ZpmHLBOiy0WosyF_KdCdIFTIIqL5CPGgWoONzg_n2#xtor=EPR-300-%5Bactualites%5D-20170711. Acesso em 14 jun. 2017.

13 Blogs de periódicos esportivos, como o tradicional L'Équipe, exercem igualmente o espírito crítico com relação às Olimpíadas: <https://sports.vice.com/fr/article/xwqk4a/les-jeux-olympiques-montrent-precisement-ou-en-est-lhumanite>. Acesso em 14 jun. 2017.

Sem ser uma peculiaridade francesa, a aprender com a lição brasileira anterior, o que se dará provavelmente também com a experiência de Tóquio em 2020, a percepção é de que se está diante de um sistema injusto e desproporcional. Isto se expressa mais recentemente sob a forma das desistências em série de várias candidaturas. À disputa ferrenha pelo direito de albergar os Jogos até princípios do século XXI, na última década, cidades-candidatas vêm abrindo mão da concorrência, sob pressão da sociedade civil organizada de seus respectivos países. A revogação do pleito de submissões, já presente nos Jogos de Inverno, vem também acontecendo nas edições de Verão. Depois de desistências observadas para 2024, cuja sede será Paris, movimentos em tal sentido ocorrem igualmente para 2028, a ser realizada, em Los Angeles.

O esgotamento do modelo não é apenas uma constatação dos meios de comunicação de massa contemporâneos. Estudos acadêmicos interpretam os gestos de desistência como sintomas da crise do olimpismo (RUBIO, 2016) em que se encontra enredada a forma instituída pelo COI nos últimos 30 anos. As incumbências se exponenciaram sob a administração do espanhol Juan Antônio Samaranch, presidente da entidade entre 1980 e 2001, e foram aprofundadas pelo belga Jacques Rogge (2001-2013), com seguida continuidade de parte do alemão Thomas Bach, nos últimos quatro anos.

A gênese dessa crise, segundo o historiador econômico Marcelo Proni, da Unicamp, coincide com a chegada de Samaranch e remonta ao fim da Guerra Fria. Com a liberalização da economia na virada para os anos 1990, os esportes assistem à confluência de duas linhas de força: a mercantilização, de um lado, e a espetacularização televisiva, de outro.

Entre fins do século XX e princípios do século XXI, a mutação do formato dos Jogos articular-se à entrada maciça do marketing publicitário, ao pool de patrocínios oficiais, à exclusividade dos direitos de transmissão, à sofisticação tecnológica e aos modos de televisionamento dos torneios. O princípio da Carta Olímpica é subvertido em empreendimento lucrativo e atinge o próprio condicionamento atlético dos competidores. Este resulta por sua vez do desenvolvimento das ciências aplicadas no terreno biológico, médico e fisiológico, com progressivas alterações do tônus muscular, da velocidade e da performance.

Em comparação com outros megaeventos, Proni reconhece que a especialização profissional crescente, a metamorfose gerencial por meio de corporações transnacionais e a perversão do ideário de Pierre de Coubertin – estabelecido na primeira edição da era moderna, em Atenas, no ano de 1896 –, são mais evidentes no olimpismo, pois:

... nenhuma reformulação é tão controversa como a dos Jogos Olímpicos. (...) um misto entre a mentalidade empresarial do esporte profissional norte-americano e a clássica configuração político-institucional europeia de esporte amador, as Olimpíadas atuais são a melhor síntese das contradições que permeiam a transfiguração do esporte-espetáculo na era da globalização. (PRONI: 1998, 120).

O presente capítulo não menospreza o quadro crítico acima descrito. Tampouco se exime da problematização necessária à reflexão sobre a intrincada geopolítica de interesse comercial nas Olimpíadas. Todavia, a opção aqui adotada é por uma distinta reconstituição dos Jogos ocorridos no Rio de Janeiro, em 2016. Trata-se de circunscrever a evolução de duas questões concretas, num cenário mais amplo de fatos e de representações relacionadas ao evento. O duplo objetivo a seguir proposto configura-se, por assim dizer, como de ordem mais pragmática que especulativa. Com interesse nas políticas públicas aplicadas ao esporte, intenta-se um recorte mais preciso no tocante a dois fenômenos específicos que se quer abordar. O primeiro diz respeito à dinâmica constitutiva da candidatura olímpica carioca, enxergada à luz da diacronia. Isto é, em quatro ocasiões, o Rio de Janeiro apresentou-se como espaço para abrigar uma edição olímpica, mas apenas em 2016 esta meta foi alcançada. Como tal processo pode ser compreendido e explicado?

O esforço inicial dessa primeira seção consiste em perceber de que modo, ao longo do tempo, mediante critérios em princípio isonômicos, a construção da cidade-candidata foi amadurecida, no sentido de o Brasil – leia-se seu governo e seu comitê olímpico – mediante uma concertação de interesses, ter sido capaz de persuadir os mandatários do COI e os delegados responsáveis pela decisão em prol da cidade do Rio.

Enquanto os critérios oficiais internacionais prescrevem uma métrica que se quer neutra e tão-somente quantitativa, argumenta-se em sentido contrário. Mostra-se a prevalência de elementos decisórios extradesportivos, que vão além da meritocracia preestabelecida pelos votantes, a que a “democracia” do rito leva a sugerir (DAMO; OLIVEN, 2014). Procura-se lançar luz nos quesitos políticos e conjunturais subjacentes à escolha do COI, com o argumento de que consistem nos fatores intervenientes decisivos a explicar a opção por esta ou por aquela candidatura. Nesse caso, valendo-se dos mesmos relatórios oficiais divulgados pela entidade mantenedora dos esportes olímpicos, pretende-se elucidar por que, pas-

sados 120 anos da reinvenção moderna dos Jogos, uma cidade sul-americana pode finalmente ser eleita para sediar uma edição quadrienal das competições atléticas.

O segundo objetivo tenciona entender, também de modo menos abstrato e mais concreto, de maneira menos teórica e mais prática, até que ponto pode-se verificar a existência de um real “legado” esportivo dos JO Rio 2016 para o país. Sob este ângulo, também não se entra no mérito das críticas aos abusos de poder, à subserviência internacional e à irregularidade nos gastos públicos com infraestrutura para o megaevento em exame, questionamentos pertinentes cuja investigação merece todo o aval. Outrossim, importa aqui acompanhar e apreciar a agenda de políticas públicas acionadas pelo Ministério do Esporte a partir do anúncio das Olimpíadas, em 2009.

Nesse sentido, as seções 2 e 3 do presente capítulo acompanham e se debruçam sobre a implantação da Rede Nacional de Treinamento (RNT), uma das frentes institucionais adotadas pelo ME para legar espaços e equipamentos em território nacional a desportistas de todo o país. A intenção desse foco de análise é dar evidências dos alcances e limites da logística de tais centros, no provimento de um parque olímpico à altura das necessidades e do potencial dos atletas brasileiros nas futuras edições das Olimpíadas.

A candidatura olímpica brasileira: entre a ação política e o discurso tecnicista

Os Jogos Olímpicos no Brasil não podem ser entendidos de maneira isolada ou descontextualizada. Em termos esportivos, os últimos 10 anos foram pródigos em uma série de megaeventos no país, com especial destaque para a cidade do Rio de Janeiro: os XV Jogos Pan-americanos e os III Jogos Parapan-americanos 2007; os V Jogos Mundiais Militares Rio 2011; a Conferência Rio + 20, em 2012; a XXVIII Jornada Mundial da Juventude Rio 2013; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino Profissional, em 2014.

Todos esses eventos prévios concorreram para que, em 2016, os XXXI Jogos Olímpicos e os XV Jogos Paralímpicos de verão se realizassem na cidade do Rio. Tanto a Copa das Confederações quanto a Copa do Mundo envolveram ainda outras cidades brasileiras. A Copa das Confederações foi realizada em seis cidades, quais sejam: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Já a Copa do Mundo transcorreu em doze cidades-sede, seis além das

capitais que receberam o evento de 2013: Cuiabá, Curitiba, Manaus, Natal, Porto Alegre e São Paulo.

Com relação às competições esportivas, 2007 é um ano-chave para a compreensão do período, não apenas em função dos Jogos Pan-americanos, considerada uma experiência logística exitosa. Seu *modus operandi* credenciou a cidade a realizar outro evento, de ainda maior porte, com o aproveitamento da existência de equipamentos olímpicos legados pelo torneio. Há exatos dez anos, o Rio de Janeiro foi marcado também por três outras efemérides: 1) em maio, a 62ª Assembleia Geral da Confederação Internacional do Esporte Militar (CISM) elegeu-a cidade-sede dos Jogos Mundiais Militares, em 2011; 2) em setembro, a proposta de candidatura do Rio à sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 foi oficializada; e 3) em outubro, o Brasil foi anunciada pela FIFA para sediar a Copa do Mundo de Futebol 2014. Essa conjunção de eventos esportivos, somada à conjuntura político-econômica do país, trouxe consigo a construção e a reforma de uma série de equipamentos desportivos, tais como centros de treinamento e arenas multiuso. Embora a introdução desse novo complexo de infraestrutura esportiva tenha ocorrido em diversas cidades brasileiras, o foco desta seção incide na organização da cidade do Rio de Janeiro, em virtude da escolha dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Entre 2007 e 2009, o Rio passou da condição de “cidade postulante”, ou “aspirante”, para o status de “cidade candidata”. Após avançar nas etapas competitivas e decisórias estabelecidas pelo COI, chegou à final contra metrópoles do porte de Chicago, Madrid e Tóquio. Por fim, tornou-se oficialmente “cidade-sede” dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão de 2016, sob o frenesi da cobertura midiática, a registrar a comemoração da população na praia de Copacabana e a euforia de personalidades públicas – artistas, ex-jogadores, literatos – e de figuras do governo brasileiro – presidente da República, governador de Estado, prefeito etc. –, em comitiva que representava o Brasil em Copenhague (MARQUES, 2016: 61). Dessa feita, a 31ª edição das Olimpíadas, pela primeira vez na história, seria organizada na América do Sul, ineditismo contribuinte à sua eleição, na estratégia de ampliação de sua representatividade, expressa na simbologia continental dos cinco anéis. Face às edições anteriores dos Jogos modernos, iniciadas em 1896, seria a segunda vez que a América Latina abrigaria o torneio¹⁴ e a terceira em que este evento internacional seria sediado no Hemisfério Sul¹⁵.

14 A primeira aconteceu na Cidade do México, em 1968.

15 As outras duas edições foram Melbourne, em 1956, e Sidney, em 2000, ambas na Austrália.

No processo seletivo, o Rio de Janeiro passou da primeira para a segunda fase da seleção de candidatura juntamente com três outras cidades, conforme dito acima: uma cidade estadunidense; a capital espanhola e a capital japonesa¹⁶. A decisão que elegeu a urbe carioca como sede das Olimpíadas de 2016 foi anunciada durante a 121ª Sessão do COI, realizada na capital da Dinamarca, em 2 de outubro de 2009.

Se, em meados dos anos 2000, o Brasil e o Rio de Janeiro conquistaram o direito de receber a série de megaeventos descritos acima, o retrospecto das décadas anteriores havia sido menos auspicioso, com sucessivos fracassos nas tentativas de participar da disputa de cidade-sede dos Jogos Olímpicos. Foram, no total, três candidaturas frustradas: uma mais longínqua, em 1936, e as outras duas em fase mais recente, 2004 e 2012¹⁷. O presente artigo concentra-se nas experiências de postulação para 2012 e 2016: a primeira, derrotada; e a segunda, vitoriosa. Interessa perceber como, em um breve intervalo de tempo, Brasil e a cidade-candidata logram reverter a imagem do país, mudando a percepção dos dirigentes do COI e adquirindo o aspirado direito de sediar os Jogos Olímpicos 2016.

Como se sabe, das quatro candidaturas apresentadas pelo Rio de Janeiro, apenas uma foi exitosa, a de 2016. Nos três casos anteriores, referentes às edições de 1936, 2004 e 2012, a candidatura carioca não passou sequer da primeira fase. Na ritualística e no vocabulário estabelecido pelo COI, a triagem é dividida em etapas rigorosas e precisas. Dada a complexidade dos requisitos, a maioria das cidades que apresentam interesse em sediar os Jogos não é habilitada como Cidades Candidatas.

De início, as pretendentes apresentam a proposta oficial de candidatura ao COI, por meio de um conjunto de cartas de compromisso governamentais, remetidos pelo Comitê Olímpico Nacional. Após o recebimento dos documentos e da sua aceitação pelo COI, as cidades postulantes têm um período para responder a um vasto questionário elaborado pelo próprio Comitê. Os dados da documentação são analisados e, em seguida, a entidade internacional indica quais cidades estão aptas a deixar de ser apenas Aspirantes e passar à condição efetiva de Candidatas (COI, 2003 e 2007).

Até a candidatura de 2016, o Rio de Janeiro nunca havia passado dessa primeira fase, ou seja, nunca havia homologado de fato sua candidatura, por não conse-

16 Em 2013, Tóquio foi escolhida para sediar os Jogos de 2020.

17 Em 1936, os Jogos Olímpicos foram realizados em Berlim, na Alemanha. Em 2004 foi a vez de Atenas, na Grécia, receber as Olimpíadas. Por fim, Londres, capital inglesa, sediou a edição de 2012.

guir atender às normas e exigências mínimas preestabelecidas pelo COI. Para o pleito de 2016, no entanto, não só o Rio se tornou cidade-candidata como conseguiu superar todos os concorrentes e todas as etapas. Na segunda fase, competiu com três poderosas metrópoles continentais – uma da Europa, outra da Ásia e outra da América do Norte – e conquistou o duplo direito de realizar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos. A escolha pareceu à primeira vista uma surpresa, pois desbancou cidades com melhores indicadores de infraestrutura urbana e esportiva, bem como de condições econômicas e sociais.

A análise dos relatórios publicados pelo COI sobre a primeira fase permite perceber a melhoria e a evolução do Rio de Janeiro no cálculo de avaliação de vários quesitos. Neste primeiro momento, o Grupo de Trabalho definido pelo COI analisa uma série de critérios, quais sejam: 1) Suporte governamental, questões de ordem legal e opinião pública; 2) Infraestrutura geral; 3) Instalações desportivas; 4) Vila olímpica; 5) Condições e impacto ambiental; 6) Acomodações; 7) Conceito do transporte; 8) Segurança; 9) Experiência de eventos esportivos anteriores; 10) Finanças; 11) Visão geral do projeto e legado¹⁸ (COI, 2004 e 2008).

Com base nesses elementos, o Comitê Olímpico Internacional declara quais cidades demonstram capacidade técnica e viabilidade urbanística para organizar as Olimpíadas. Os documentos intitulados *Games of the XXX Olympiad in 2012/ Report by the IOC candidature acceptance working group to the IOC executive board* (COI, 2004) e *Games of the XXXI Olympiad 2016 – working group report* (COI, 2008) contêm informações sobre a metodologia utilizada pelo COI para mensurar as propostas das Cidades Aspirantes em cada um dos critérios supracitados. Para tal, o corpo de especialistas reunidos do Comitê, utiliza o software *OlympLogic*, parte do método estabelecido pelo COI para quantificar e objetivar sua análise. A tecnologia de processamento em questão foi desenvolvida especialmente para a avaliação das etapas de candidatura olímpica.

Faça-se aqui um parêntesis na descrição do método do COI, a fim de cogitar outras variáveis importantes. Em artigo publicado no *Boletim de Economia e Política Internacional*, do Ipea, em abril de 2010, Ricardo Leyser Gonçalves, à época Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, e André Rego Viana, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, comparam a per-

18 Tradução livre dos autores. O original encontra-se em inglês: 1) Government support, legal issues and public opinion; 2) General infrastructure; 3) Sports venues; 4) Olympic Village; 5) Environmental conditions and impact; 6) Accommodation; 7) Transport concept; 8) Safety and Security; 9) Experience from past sports events; 10) Finance; 11) Overall Project and legacy.

formance da candidatura do Rio de Janeiro para os Jogos de 2012 e 2016. Trata-se de um texto com teor “interessado”, por assim dizer, posto que Leyser ocupou diversos cargos no Ministério do Esporte desde sua criação, em 2003, e, no ano de 2016, chegou a ser Ministro do Esporte do governo Dilma Roussef.

Nos diversos cargos que assumiu ao longo de 13 anos no Ministério, Leyser acompanhou toda a organização e todos os preparativos dos megaeventos esportivos supracitado, de modo que conhece “por dentro” os mecanismos legitimadores da candidatura. No artigo “Inserção do Brasil no cenário internacional: a evolução da Candidatura Olímpica do Rio de Janeiro para 2012 e 2016”, o autor esclarece que o *OlympLogic* é “baseado na lógica *fuzzy*, que busca incorporar os elementos de incerteza ao modelo decisório. Um número *fuzzy* é dado como intervalo que compreende uma nota mínima e uma nota máxima para os diferentes critérios de avaliação” (2010: 57).

Para que o sistema operacional consiga prover essas notas, devem ser estabelecidos alguns quesitos fundamentais pelo próprio COI, conforme pode-se perceber no quadro abaixo:

Figura 1: Quadro retirado do item “Methods of analysis”, do documento “Games of the XXX Olympiad in 2012/ Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board” (COI, 2004: 11).

Evaluation procedure

OlympLogic requires a number of steps to evaluate Applicant Cities:

Step	Action
1	Create a list of criteria to describe the potential of a city to host the 2012 Olympic Games.
2	Assign a weighting factor to each criterion, as all criteria do not carry the same importance.
3	Set the IOC benchmark. This benchmark constitutes the IOC's minimum desirable grade. The Working Group set the IOC benchmark at 6.
4	Assess each Applicant City on each criterion.

O quadro acima refere-se ao processo de candidatura à edição de 2012. No entanto, em relatório análogo produzido pelo “Grupo de Trabalho” do COI, referente à Candidatura 2016, permanecem os mesmos critérios reproduzidos na Figura 1, o que permite empreender uma análise comparativa entre os dois momentos.

Após a exposição do método, os relatórios analisam cada um dos 11 itens enumerados anteriormente. Cada cidade recebe uma pontuação em separado por

item. Isto pode permitir, no futuro, uma comparação entre as candidaturas em cada uma das edições. Para os fins pontuais desta seção, observem-se os dados do Rio de Janeiro, atinentes a quatro dos onze critérios: 1ª) Suporte governamental, questões legais e opinião pública; 2ª) Infraestrutura geral; 3ª) Instalações esportivas; 4ª) Experiência de eventos esportivos anteriores. Abaixo constam os quadros com as notas que a proposta carioca recebeu nas disputas para 2012 e 2016.

CANDIDATURA 2012

Figura 2: Item Government support, legal issues and public opinion. “Games of the XXX Olympiad in 2012/ Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board” (COI, 2004: 21).

RIO DE JANEIRO					
Government support & commitment			Olympic Charter & legal aspects		Public opinion
Minimum	Maximum	Feasibility	Minimum	Maximum	
8	9	0.8	8	9	8.5

Figura 3: Item General infrastructure. “Games of the XXX Olympiad in 2012/ Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board” (COI, 2004: 33).

RIO DE JANEIRO								
Transport infrastructure					Airport		IBC/MPC	
Existing		Planned and additional						
Minimum	Maximum	Minimum	Maximum	Feasibility	Minimum	Maximum	Minimum	Maximum
2	4	7	9	0.4	7	8	8	9

Figura 4: Item Sports venues. “Games of the XXX Olympiad in 2012/ Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board” (COI, 2004: 42).

RIO DE JANEIRO						
Existing venues		Planned and additional venues			Sports concept & legacy	
Minimum	Maximum	Minimum	Maximum	Feasibility	Minimum	Maximum
4	6	6	9	0.8	6	8

Figura 5: Item Experience from past sports events. “Games of the XXX Olympiad in 2012/ Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board” (COI, 2004: 78).

RIO DE JANEIRO			
Number of sports events organised		Quality	
Minimum	Maximum	Minimum	Maximum
5	7	5	7

CANDIDATURA 2016

Figura 6: Item: Government support, legal issues and public opinion “Games of the XXXI Olympiad 2016 Working Group Report” (COI, 2008:20).

The Rio 2016 bid reports that there are no legal obstacles to organising and hosting the Olympic Games.

An opinion poll commissioned by the bid committee shows 78% support in the City and the State of Rio de Janeiro and 60% support nationally. The IOC’s poll shows 77% support in Rio and the surrounding municipal areas.

RIO DE JANEIRO				
Government support & commitment		Olympic Charter & legal aspects		Public opinion
Minimum	Maximum	Minimum	Maximum	
7	9	8	9	7.7

Figura 7: Item General infrastructure “Games of the XXXI Olympiad 2016 Working Group Report” (COI, 2008: 30).

RIO DE JANEIRO								
Transport infrastructure					Airport		IBC/MPC	
Existing		Planned and additional						
Minimum	Maximum	Minimum	Maximum	Feasibility	Minimum	Maximum	Minimum	Maximum
5	7	7	9	0.8	5	7.5	6	8

Figura 8: Item Sports venues “Games of the XXXI Olympiad 2016 Working Group Report” (COI, 2008: 43).

Existing venues		Planned	Additional	Temporary	Total No.
No permanent work required	Permanent work required		Bid Dependant		
8	10	8	4	3	33
24%	30%	24%	12%	9%	

Rio de Janeiro proposes four zones, spread across the extended city:

- Barra - Rio Olympic Park precinct: 10 sports; Rio Centro precinct: 6 sports
- Deodoro - X-Park precinct: 7 venues/7 sports
- Maracana cluster: 4 venues/4 sports
- Copacabana Beach cluster: 2 venues/3 sports

Figura 9: Item Experience from past sports events. “Games of the XXXI Olympiad 2016 Working Group Report” (COI, 2008: 82).

RIO DE JANEIRO			
Number of sports events organised		Quality	
Minimum	Maximum	Minimum	Maximum
7	8.5	6	7

Pode-se perceber, a partir dos quadros acima, que não houve um aumento na atribuição de nota em todos os itens destacados. Dentre os que recebem uma pontuação maior, estão os quesitos “Instalações Esportivas (*Sport Venues*)” e “Experiência de eventos esportivos anteriores (*Experience from past sports events*)”. Em parte, no próprio relatório essa pontuação mais alta é explicada pelo fato de o Rio de Janeiro ter sediado os Jogos Pan-americanos de 2007. Essa infraestrutura é destacada no relatório de 2008 (COI, 2008: 43).

O item relativo a “Experiências em eventos esportivos anteriores” concerne não somente aos Pan-americanos, como também ao Campeonato Mundial de Vôlei da FIVB em 2003 e ao Campeonato Mundial de Judô IJF 2007. Por fim, um evento em geral esquecido é mencionado: os Jogos Sul-Americanos de 2002. A comparação com o Relatório de 2004 (COI, 2004) possibilita notar que, entre todos os eventos, há apenas um que não havia acontecido até aquele momento: os Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007.

No que tange ao tópico “Instalações esportivas”, o Grupo de Trabalho do COI considera, em 2004, que o Rio de Janeiro apresenta um baixo número de arenas construídas, mas que um número significativo está em processo de construção

para os Pan-americanos de 2007. Apesar da promessa contida no diagnóstico, nesse momento parecia ainda haver dúvidas quanto à capacidade de tais equipamentos esportivos tornarem-se realidade e em quais termos e padrões de qualidade seriam construídos.

Fechando o parêntesis, Ricardo Leyser e André Viana retomam na argumentação de fundo os relatórios oficiais supracitados, produzidos pelo COI. Os autores argumentam que “a candidatura olímpica e a sistemática de escolha das cidades-sede refletem um processo de preparação técnica e de opções de política pública que se relacionam fortemente com a imagem projetada pelo país no exterior” (2010: 55).

Não obstante, ainda segundo os autores, a melhoria das notas tem como parâmetro de comparação as candidaturas de 2012 e 2016 e não pode ser explicada apenas por elementos técnicos. Para ambos, a notação diferenciada “põe em relevo o caráter político da votação final” (2010: 58). De acordo com Leyser e Viana, para além do aprimoramento técnico das propostas de cada cidade, e da ampliação do número de instalações esportivas, entre outros critérios, a candidatura olímpica de 2016 é bem-sucedida tendo em vista a “projeção brasileira obtida ao longo do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, associada ao sucesso dos Jogos Pan-Americanos de 2007, que melhoraram, em especial, a percepção dos membros do COI sobre o Brasil” (2010: 60).

A visão é corroborada por outros autores, como os cientistas políticos Antônio Lassance (UnB) e Luís Fernandes (UFF), e valem também para a escolha do Brasil para país-sede da Copa de 2014. Ambos os intelectuais também têm vinculações institucionais, aquele como técnico de planejamento de pesquisa do IPEA, este na condição de secretário executivo do Ministério do Esporte.

De acordo com Fernandes, em tom otimista, os megaeventos são decorrência de fatores imagéticos do país e também contribuem para projetar seu fortalecimento: “Sob os olhares do mundo inteiro, o Brasil procurará consolidar a imagem de país moderno e democrático, com diversidade cultural e capacidade de organização, pleno de atrações turísticas espalhadas por todo o território nacional”. (2014: 64)

Sem embargo, embora a projeção da imagem externa do país no mercado internacional e a agenda desenvolvimentista sejam fatores plausíveis para a definição das motivações do COI, o argumento levantado por Leyser e Viana, assim como o de Fernandes, merecem ser melhor investigados do ponto de vista interno. Por exemplo, é necessário discutir a própria ideia de “sucesso dos Jogos Pan-Americanos de 2007”, uma vez que, em sentido contrário, movimentos sociais como o Comitê Social do Pan – ou mesmo os moradores da Vila Autódromo – destacam os megaeventos esportivos supracitados como momentos de aprofundamento

dos processos de remoções e exclusão social (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2012).

Isso coloca a reflexão sobre a existência de narrativas em disputa, conforme argumentado em chave crítica pelo professor Carlos Vainer (2014), criador da expressão “cidade de exceção”, inspirada em Agamben. Junto à matemática dos relatórios, com pontos fracos e fortes regidos por uma lógica tecnicista no estilo SWOT, trata-se de aferir as construções retóricas e os processos de valoração positiva/negativa desses megaeventos esportivos e de seus supostos legados. Do ponto de vista dos organizadores, procura-se persuadir o COI por meio da convergência entre o potencial da nova economia do esporte e a adequação ao paradigma de gestão e planejamento imposto às cidades olímpicas.

Aqui, volta-se ao debate levantado na Introdução sobre o paradigma em curso desde os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, conforme diagnosticou também o sociólogo Pierre Bourdieu, em estudo famoso sobre o assunto (1997). Embora seja um *turning point* na atração das Olimpíadas para investimentos internacionais, em economia cada vez mais globalizada, o trabalho dos urbanistas catalães, como Jordi Borja, foi considerado inovador e incluído à época. Governada pelo Partido Socialista, Barcelona soube articular o evento esportivo a um projeto urbanístico de intervenção apropriada à cidade e a seus moradores (MASCARENHAS, 2011).

Independente das disputas narrativas acima apontadas, ou do ângulo de análise a ser privilegiado – ora crítico ora institucional –, cumpre destacar que, de 2002, ano dos Jogos Sul-Americanos, até 2008, quando a candidatura do Rio de Janeiro é acolhida pelo COI, verifica-se um incremento expressivo da rede de equipamentos e de infraestrutura esportiva para competições voltadas a atletas de alto rendimento.

No entanto, cabe ainda questionar em que medida o provimento dessa logística de praças de esportes transformou-se de fato em “legado positivo” e em fator decisivo para a escolha da cidade. Ou seja, está em questão até que ponto esses equipamentos, pré-condição para uma votação favorável por parte do COI, tiveram utilidade a posteriori e estão sendo utilizados em seu potencial pleno. Ademais, vale perguntar se políticas esportivas continuam, um ano após as Olimpíadas, a incentivar o desenvolvimento dos atuais competidores e a formação de novas gerações de atletas.

Para articular com a seção seguinte, levanta-se por fim um ponto: para além do esporte de alto rendimento, é possível indagar se todo esse incremento na área esportiva se desdobrou em políticas atentas ao âmbito do lazer – aqui entendido no sentido atribuído por Nelson Carvalho Marcellino (2000) –, da educação física

e do atendimento da recreação à população de modo geral. Este é um aspecto que requer exame, pois reportagens dos meios de comunicação sugerem processos de descontinuidade desde o encerramento dos JO 2016. Na seção a seguir, será discutida a concretude do legado olímpico ao país, um ano após seu encerramento.

A Rede Nacional de Treinamento: um projeto de ampliação do “legado” esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Um dos principais argumentos utilizados para o engajamento político-social em favor da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 foi a consolidação de um “legado” – termo nativo – para o país (COMITÊ RIO 2016, 2009). Tal contributo estaria, de início, concentrado no Rio de Janeiro, pela razão evidente de ser a cidade sede do megaevento esportivo. Todavia, também em princípio, a realização de algumas disputas da modalidade futebol¹⁹ em outras cidades permitiria a expansão desse raio de alcance, mesmo que em menor escala, estendendo-se para além da capital fluminense.

Apesar disso, em 2011, o governo federal vislumbrou uma medida que permitisse multiplicar espacialmente os benefícios do megaevento esportivo. Da esfera urbana local, passava-se a mirar para todo o país, através da formação de uma complexa rede, cuja finalidade atual é interligar estruturas esportivas no território nacional. Esta teia deveria ser formada por centros esportivos de treinamento e considerava tanto os espaços dedicados às atividades de alto rendimento quanto aqueles destinados à iniciação esportiva de cunho social. Nesse sentido, o incentivo à infraestrutura esportiva nas demais regiões do país, assim como a sua transformação em parte do legado dos Jogos Rio 2016, foi firmada pela Lei Federal nº 12.395, de 16 de março de 2011²⁰, com a criação da Rede Nacional de Treinamento (RNT).

19 As partidas de futebol foram disputadas no Rio de Janeiro (Estádio Mário Filho e Estádio Nilton Santos) e em outras cinco capitais brasileiras que também receberam partidas da Copa do Mundo FIFA 2014: Belo Horizonte (Mineirão), Brasília (Estádio Nacional Mané Garrincha), Manaus (Arena Amazônia), Salvador (Arena Fonte Nova) e São Paulo (Arena Corinthians).

20 A Rede Nacional de Treinamento é regulada pela portaria nº 248, de 20 de julho de 2016, e também pela portaria nº 01, de 1º de agosto de 2016, do Ministério dos Esportes.

O objetivo da RNT é, conforme a portaria nº 01, de 1º de agosto de 2016 ²¹, publicada pelo Ministério do Esporte, “garantir o desenvolvimento do esporte brasileiro e assegurar uma rede racional com a otimização de esforços e recursos, para possibilitar qualidade ao esporte nacional e consolidar o país como potência esportiva mundial” (p. 3).

Em específico, o objetivo acima enunciado pode ser desdobrado em quatro partes: i) uma mais genérica, cuja finalidade é estimular a prática esportiva no Brasil; ii) outra mais concreta, visto que há o propósito de consolidar uma teia de instituições e agentes por todo o país; iii) uma mais abstrata e difusa, destinada a possibilitar certo padrão de qualidade ao esporte; iv) por fim, uma parte difícil de ser tangibilizada, de médio e longo prazo, que pretende alçar o país à condição de referência esportiva internacional. A dificuldade reside no uso de métricas objetivas ²², pois incorre em risco maior de insucesso. Outra equação difícil é o emprego de métricas subjetivas, pois comprometem a materialização da eficácia e da efetividade.

De acordo com a legislação pertinente, a Rede Nacional de Treinamento é coordenada e organizada pelo Ministério do Esporte (ME), com o auxílio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Estas instituições devem, segundo a portaria mencionada:

unir, reunir, articular e fazer a integração das políticas públicas, a ciência esportiva, os conceitos esportivos, os recursos materiais, as instalações físicas, as entidades de administração e de prática do desporto e a sua grande riqueza, a pessoa, o praticante, o atleta. (p. 3)

De certa forma, isso permitiria que o incentivo não se restringisse aos equipamentos esportivos, mas também à concessão de bolsas e de incentivos aos atletas profissionais em desenvolvimento, além de equipes técnicas e de apoio aos despor-

21 Fonte: http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/redenacionaltreinamento/02_09_2016_Portaria_n_01-01_08_2016-diretrizes_da_Rede_Nacional_de_Treinamento.pdf (acesso em 27 ago. 2017).

22 O uso de metas de medalhas nos Jogos Rio 2016 foi uma polêmica, segundo noticiado na imprensa brasileira. Fontes: <http://www.ebc.com.br/esportes/rio-2016/2016/08/rio-2016-brasil-nao-atinge-meta-de-medalhas-confira-os-recursos-publicos>; <https://oglobo.globo.com/esportes/cob-minimiza-meta-de-medalhas-nao-alcancada-valoriza-numero-de-finais-19972389>; <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/13547> (acesso em 07 set. 2017).

tistas. Nesse sentido, a RNT conseguiria estabelecer, no campo da infraestrutura, uma conexão entre os diversos equipamentos esportivos. Ela incentivaria a construção de novas instalações e centros de treinamento, bem como a modernização e a equipagem das estruturas esportivas existentes. Além disso, permitiria identificar e desenvolver novos talentos esportivos, auxiliar no aperfeiçoamento das técnicas de treinamento e do conhecimento científico da medicina do esporte. Ou seja, daria ensejo para constituir, apoiar e financiar condições que vão além da infraestrutura.

Muitos equipamentos esportivos só foram possíveis graças aos recursos federais vinculados à Lei nº 12.395/11. Foi o caso do Velódromo de Indaiatuba/SP e do Centro de Desenvolvimento do Handebol, em São Bernardo do Campo/SP. Para cumprir os propósitos legais, a Rede foi estabelecida em cinco segmentos, organizados e hierarquizados em formato piramidal, conforme a Figura 10. Na base, estão as atividades, as políticas públicas e as estruturas voltadas para a iniciação esportiva, como os programas “Atleta na escola²³”, “Forças no esporte²⁴”, “Esporte e lazer na cidade²⁵” e “Segundo tempo²⁶”.

No segundo patamar, de baixo para cima, estão localizados os centros de treinamento, de abrangência local. Este segmento da pirâmide é composto por centros de iniciação ao esporte, clubes, estruturas do sistema S²⁷ e algumas unidades militares. As instalações podem ser poliesportivas ou destinadas a uma única atividade, com ênfase no esporte de base. O público é constituído por jovens e atletas em formação, sendo atendidos, ou não, por programas olímpicos e paralímpicos.

23 Fonte: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html> (acesso em 03 set. 2017).

24 Fonte: <http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte> (acesso em 03 set. 2017).

25 Fonte: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade> (acesso em 03 set. 2017).

26 Fonte: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/> (acesso em 03 set. 2017).

27 Segundo o próprio Ministério do Esporte em seu sítio eletrônico, o Sistema S é “formado pelo conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares”. Entre as instituições, estão o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); o Sesc (Serviço Social do Comércio); o Sesi (Serviço Social da Indústria, entre outros. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>. (acesso em 03 set. 2017).

Em linha ascendente, o terceiro degrau, que ocupa posição central na pirâmide, reúne os centros regionais de treinamento. Mais uma vez, as instalações podem ser multiesportivas ou destinadas a uma única atividade para estimular o desenvolvimento esportivo em uma dada região de uma unidade federativa. Ele busca atender atletas das categorias de base, além dos definidos como de alto rendimento das modalidades que fazem parte dos programas olímpicos e paralímpicos.

O quarto segmento é denominado de Centros Nacionais de Treinamento de Modalidades Esportivas, cujas instalações estão voltadas a práticas esportivas olímpicas ou paraolímpicas. Esses equipamentos precisam ser adotados como parâmetros nacionais para determinadas modalidades. Desta maneira, o público atendido deve ser constituído por atletas de alto rendimento, em geral beneficiados por programas olímpicos e paraolímpicos.

No topo da pirâmide, estão alocadas as instalações olímpicas e paraolímpicas construídas para receber os Jogos Rio 2016. Conhecido como Centro Olímpico de Treinamento (COT), reúne os equipamentos esportivos localizados no Parque Olímpico da Barra da Tijuca, bem como aqueles situados no Parque Olímpico de Deodoro, ambos na cidade do Rio de Janeiro. Além de sediar o megaevento esportivo, sua finalidade principal é receber competições nacionais e internacionais e atender os atletas de alto rendimento, ao longo das suas atividades e dos seus treinamentos específicos.

Figura 10: Organização da Rede Nacional de Treinamento



Fonte: Portal do Ministério do Esporte: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/rede-nacional-de-treinamento> (acesso em 7 de setembro de 2017).

Na letra da lei, a RNT é um instrumento que visa a potencializar o esporte nacional, seja pela perspectiva do alto rendimento, seja na chave da inclusão social. Embora esta política pública seja recente, e conte com pouco tempo de maturação para os seus resultados, sua implementação demanda estudos para avaliar e monitorar a sua conformação como um efetivo “legado”. Tais avaliações podem ser fundamentais para ajustar e/ou refinar o desenvolvimento da pauta da política pública, principalmente se considerada a atual conjuntura econômica, com crescente restrição orçamentária dos entes governamentais no último triênio (2014-2016).

Decerto, uma análise mais extensa é necessária e tenderia a produzir resultados mais densos. Apesar disto, o exame parcial desse suposto legado permite avançar neste debate e contribuir com diagnósticos infraestruturais. Com efeito, decidiu-se apreciar nos limites deste capítulo a implantação do quarto segmento da RNT: os Centros Nacionais de Treinamento.

A decisão de não considerar os três primeiros segmentos está fundamentada na multiplicidade das unidades de análise – um amplo leque de centros e instalações esportivas –, responsáveis por requerer um aprofundamento maior da investigação.

Convém ponderar que uma avaliação focada no item de maior visibilidade, o COT, traria a vantagem operacional de condução da pesquisa em razão de dois fatores: i) a concentração dos equipamentos e prédios em um único município; ii) a quantidade mais reduzida de unidades de análise, se comparada aos demais segmentos da Rede.

No entanto, a discussão em torno do “legado”, à luz única e exclusiva do COT, tenderia a ser reduzida ao nível local – em âmbito municipal ou para a região metropolitana do Rio – em detrimento da esfera nacional. Destarte, a análise a seguir tenciona considerar uma possível abrangência nacional da chamada herança olímpica.

O “legado” em questão: o caso dos Centros Nacionais de Treinamento

No portal oficial do Ministério do Esporte, há um desencontro de informações relativas à quantidade de CNTs que aderiram à Rede Nacional de Treinamento, neste específico segmento. Se em uma mapa estático²⁸ do território brasileiro foi verificada a existência de 17 centros, no mapa dinâmico foram constatadas

28 Fonte: Portal do Ministério dos Esportes <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/rede-nacional-de-treinamento> (acesso em 06 set. 2017).

25 instalações²⁹. Há ainda uma terceira fonte governamental, que enumera uma quantidade menor, 16 entidades³⁰, integrantes da RNT.

A Portaria nº 01 define um centro nacional de treinamento como “instalação de treinamento por modalidade esportiva, destinado a atletas de alto rendimento de modalidades dos programas olímpico e paraolímpico de cada esporte, de âmbito nacional” (p. 3). Um exemplo deste segmento é o Centro de Desenvolvimento do Voleibol, localizado no município de Saquarema/RJ, inaugurado em 2001. Obteve notabilidade como um dos alicerces do sucesso do voleibol nacional, visto que oferece condições adequadas de uso para as seleções masculinas e femininas desta modalidade. A qualidade do equipamento ficou tão reconhecida que passou a ser utilizada, em ocasiões eventuais, pelos grandes clubes de futebol do Rio para treinamento nas pré-temporadas.

De modo similar, o Centro de Treinamento de Ginástica, sediado em Curitiba, foi inaugurado em 2010 e obteve reconhecimento pela infraestrutura, pelos resultados e pela exposição dos atletas nos meios de comunicação, ao longo dos Jogos Olímpicos de 2012 e dos campeonatos mundiais dessas modalidades atléticas.

Tabela 1: Centros Nacionais de Treinamento

	Nome do Centro Nacional de Treinamento	UF	Município	Atividades esportivas contempladas	Inauguração
1	Centro Pan-Americano de Judô	BA	Salvador	Judô	2014
2	Centro Nacional de Treinamento Caixa	CE	Fortaleza	5 modalidades: atletismo, basquete, handebol, tênis e vôlei	2008
3	Centro de Formação Olímpica	CE	Fortaleza	26 modalidades	2013

29 Fonte: <http://www.esporte.gov.br/redenacional/> (acesso em 06 set. 2017). As informações desta segunda fonte foram adotadas neste trabalho, por estarem mais completas e detalhadas.

30 Fonte: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/legado/centros-de-treinamento> (acesso em 07 set. 2017).

	Nome do Centro Nacional de Treinamento	UF	Município	Atividades esportivas contempladas	Inauguração
4	Centro de Excelência em Saltos Ornamentais	DF	Brasília	Saltos ornamentais	2014
5	Centro Olímpico do Espírito Santo	ES	Vitória	9 modalidades: badminton, boxe, ginástica artística, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, taekwondo e vôlei de praia	-
6	CT de canoagem velocidade	MG	Lagoa Santa	canoagem de velocidade	-
7	Centro Nacional de Treinamento de Atletismo	MG	Uberlândia	Atletismo, vôlei de praia, futebol de 5 e basquete em cadeira de roda, corrida, salto e arremessos/lançamentos	1995 (reforma em 2006)
8	Centro de Canoagem Slalom	PR	Foz do Iguaçu	Canoagem Slalom	2015
9	Centro de Treinamento de Canoagem de Velocidade	PR	Curitiba	Caiaque e canoa	-
10	Centro de Canoagem de Ginástica	PR	Curitiba	Ginástica artística	2010
11	Granja Comary	RJ	Teresópolis	Futebol	-
12	Centro de Desenvolvimento do Voleibol	RJ	Saquarema	Vôlei	2001

	Nome do Centro Nacional de Treinamento	UF	Município	Atividades esportivas contempladas	Inauguração
13	Clube da Aeronáutica	RJ	Rio de Janeiro	Futebol, rúgbi e vôlei (olímpico) e futebol (paralímpicas)	-
14	Centro Nacional de Alto Rendimento da Confederação Brasileira de Lutas Associadas	RJ	Rio de Janeiro	Luta olímpica	-
15	Lagoa Rodrigo de Freitas	RJ	Rio de Janeiro	Estádio de Remo / Lagoon	-
16	Ginásio do Maracanazinho	RJ	Rio de Janeiro	Vôlei	2011
17	Centro de Hipismo	SP	Barretos	Hipismo	-
18	Velódromo de Indaiatuba	SP	Indaiatuba	ciclismo	2014 e 2016 (1ª e 2ª fase)
19	Centro de Treinamento de Freestyle da América Latina	SP	São Roque	Esqui e snowboard	2014
20	Centro Desportivo Baby Barioni	SP	Água Branca	Natação, hidroginástica, kickboxing, futsal, basquete, musculação, etc.	1945 (reforma em)
21	Clube Escola Joerg Bruder	SP	Santo Amaro	Boxe	-
22	Centro de Atletismo Prof. Oswaldo Terra (Arena Caixa)	SP	São Bernardo do Campo	Atletismo	2014
23	Centro Nacional de Ginástica Artística	SP	São Bernardo do Campo	Ginástica artística	2014

	Nome do Centro Nacional de Treinamento	UF	Município	Atividades esportivas contempladas	Inauguração
24	Centro do Desenvolvimento do Handebol Brasileiro	SP	São Bernardo do Campo	Handebol	2016
25	Centro Paralímpico Brasileiro	SP	São Paulo	15 modalidades: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, esgrima em cadeiras de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, judô, natação, rúgbi em cadeira de rodas, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, triatlo e voleibol sentado.	2016

Fonte: <http://www.esporte.gov.br/redenacional/> (acesso em 13 de setembro de 2017).

O caso do CT de Ginástica da capital paranaense foi considerado exemplar. Deste modo, seu modelo foi extrapolado para outras modalidades, após a assinatura da Lei nº12.395/2011. Foram construídos, entre outros, o Centro Nacional de Desenvolvimento do Handebol, em São Bernardo do Campo/SP, o Centro Pan-americano de Judô, em Lauro de Freitas/BA, o Velódromo de Indaiatuba/SP, o Centro de Treinamento de Canoagem de Velocidade, em Curitiba/PR, e o Centro de Treinamento de Canoagem Slalom, situado em Foz do Iguaçu/PR. Ao mesmo tempo, foi possível identificar outros 6 equipamentos que não são específicos de uma única modalidade esportiva. Ao contrário, comportam múltiplas práticas e fogem ao escopo da portaria que regula a RNT. À guisa de exemplo, o Centro Nacional de Treinamento Caixa, localizado em Fortaleza, cobre 5 modalidades esportivas: atletismo, basquete, handebol, tênis e vôlei. Na capital cearense, situa-se o Centro de Formação Olímpica, responsável por atender ao impressionante número de 26

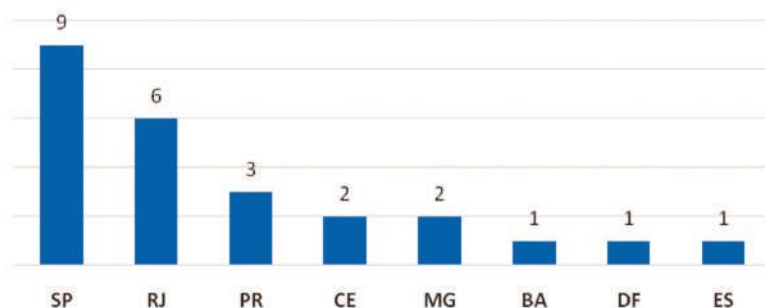
modalidades esportivas. Este equipamento é público e foi erguido para a disputa dos Jogos Escolares de 2015.

O ente possuidor da instalação membro da RNT deve ser levado em consideração. Por ser uma lei federal, a princípio pode-se imaginar que todos os seus equipamentos sejam públicos. Todavia, foram encontradas algumas entidades privadas, como o Centro de Treinamento de Freestyle da América Latina, estruturado em um parque privado³¹, localizado em São Roque/SP e destinado às modalidades de esqui na neve e *snowboard*. O mesmo ocorre com o Centro de Hipismo em Barretos/SP, cuja decisão de custear a reforma com recursos públicos pode gerar questionamentos em virtude de um eventual baixo impacto esportivo e social.

Conforme a figura 10, exibida acima, o COT ocupa o ponto mais alto da hierarquia e configura um legado centralizado na cidade do Rio de Janeiro. Os Centros Nacionais de Treinamento de Modalidades Esportivas procuram escapar de tal centralização e visam uma capilaridade no território nacional. Persegue-se, pois, o objetivo de descentralizar os benefícios do legado para o restante do país.

Com base nos exemplos mencionados, identifica-se uma pulverização por capitais e cidades do interior do país. Entretanto, essa finalidade centrífuga não se materializa por completo. Verifica-se que a maior parte dos Centros Nacionais está restrita a oito unidades federativas do país. Como seria de se esperar, a região Sudeste conta com a maior quantidade de centros cadastrados. Previsível também, embora lamentável, é a informação de que nenhum estado da região Norte possui qualquer equipamento deste segmento da RNT (Figura 2).

Figura 11: Quantidade de equipamentos por Unidade Federativa



Fonte: Mapa Interativo da Rede Nacional de Treinamento no Portal do Ministério dos Esportes: <http://www.esporte.gov.br/redenacional/>.

31 Para maiores informações, visitar <http://www.skipark.com.br/>.

Isso, no entanto, não precisa ser tomado como uma inadequação da política pública. Neste segmento da Rede, o mais importante em relação à localização é a garantia das condições climáticas e infraestruturais apropriadas à atividade esportiva de alto rendimento. O alcance territorial constitui uma preocupação maior nos dois ou três primeiros patamares da RNT.

De todo modo, para esse quarto segmento da Rede é mais importante cobrir a diversidade de atividades esportivas olímpicas e paraolímpicas, sendo a representação regional uma variável de importância secundária. Assim, o Centro Paralímpico Brasileiro, situado em São Paulo, é um bom exemplo, pois oferece espaço para treinamento de 15 modalidades paraolímpicas. Como tal, pode ser considerado um equipamento importante para auxiliar na eficácia dos objetivos da Rede quanto ao estímulo e aprimoramento dessas modalidades, permitindo a melhora da qualidade do esporte nacional.

A Rede Nacional de Treinamento configura uma política pública importante para o desenvolvimento do esporte nacional, quando visto em sentido holístico. O projeto de criação de equipamentos esportivos considera a expansão da infraestrutura e o suporte técnico-financeiro para espaços dessa envergadura.

Concebido como ação ministerial de longo prazo, encabeçado nos últimos anos pelo Ministério do Esporte em meio à efervescência de grandes eventos, sua criação busca corresponder às necessidades básicas de atletas, treinadores, comissão técnica, entre outros atores. Longe de ser fruto unicamente do campo esportivo nacional, sua adoção foi emulada por um imperativo de visibilidade da agenda pública internacional, desde o anúncio dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Apesar disso, trata-se de programa incipiente, com algumas distorções em sua implementação, conforme verificado no quarto segmento, à espera de ajustes e de aprofundamentos.

Conclusão

A finalidade precípua do presente capítulo foi oferecer análises que contornem juízos de valor sobre positivities e negatividades dos JO16, ao menos nos termos usuais que parcelas da imprensa e mesmo da Academia costumam fazer. “Nem bênção, nem maldição”, como sugere o antropólogo Arlei Damo, sabe-se que a crítica é imprescindível, mas que igualmente importante é a atuação científica na criação de parâmetros de avaliação, com indicadores capazes de fornecer elementos para pensar políticas públicas inclusivas e democráticas.

É sabida a insuficiência do apoio governamental diante das potencialidades de desempenho esportivo de segmentos expressivos da sociedade brasileira. Historicamente, a presença do Estado foi tardia e desigual. Somente nos últimos vinte anos uma configuração institucional foi delineada para os esportes. Um olhar retrospectivo aponta que nos anos 1940 iniciativas estatais começaram a se voltar para o fenômeno esportivo. Ainda que sob a égide tutelar, o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão estadonovista, surgiu no seio do Ministério da Educação (LYRA FILHO, 1970), com propósitos centralizadores e hierárquicos, disciplinares e pedagógicos (PARADA, 2009).

Em um contexto de adoção do profissionalismo no futebol masculino, coube ao CDN controlar toda a cadeia esportiva, legislando, fiscalizando e subordinando ligas, federações e confederações esportivas privadas. A função foi cumprida não apenas na chamada Era Vargas, mas durante boa parte da segunda metade do século XX, com períodos de maior ou menor interveniência e protagonismo.

A ditadura civil-militar (1964-1985) foi uma dessas fase em que a entidade voltou a ter maior destaque. A estruturação do campo esportivo, em termos materiais e simbólicos, foi impulsionada neste momento, na esteira de obras faraônicas dos presidentes-ditadores. No caso do futebol profissional, o período assistiu à construção de dezenas de estádios e praças desportivas em vários quadrantes do país. Estes equipamentos atendiam ao projeto do “Brasil grande” e da “modernização conservadora”, pelo qual passava o país nas suas diversas esferas. Mesmo que em evidência, a esfera estatal do CND não deixou de negociar com interesses particulares e de se acumpliciar com entidades privadas, como foi o caso da CBD sob o comando de João Havelange (1956-1974).

Conforme estudado por Manhães (2002), o período de declínio do CND acontece nos anos 1980 e 1990. Em paralelo à sua extinção, a pasta de Esportes, sempre subordinada ao Ministério da Educação, começa a ganhar autonomia e a forjar seu próprio status ministerial. A institucionalização vem então sendo a tônica do século XXI, com o delineamento de políticas públicas e de leis de incentivo para a área esportiva, que se querem doravante sistemáticas e perenes. A coincidência desse processo com uma conjuntura favorável a inúmeras competições internacionais no país estimulou a criação de programas de incentivos ao esporte, somados à premência pela atualização de espaços e equipamentos destinados à prática do esporte.

Dentro de tal quadro temporal e espacial, o presente capítulo pretendeu contribuir com um exame de dois aspectos discutidos durante os preparativos para os Jogos Olímpicos Rio 2016. O primeiro consistiu na evolução histórica da candidatura olímpica do Brasil, ao longo de sucessivas tentativas. Procurou-se mostrar

que os supostos critérios matemático-objetivos preconizados pelo COI são secundários e encontram-se à mercê da geopolítica do poder esportivo, conforme discutido por uma gama de autores (MATIAS; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2015), alguns com vernizes acadêmicos, outros com vinculações governamentais diretas.

O segundo aspecto voltou-se à polêmica categoria “legado”. Termo nativo, eivado de incompreensões, buscou-se contornar os crivos crítico-ideológicos, ou mesmo os apoloéticos (Giambiagi, 2015), para abordar uma experiência concreta de atuação do Ministério do Esporte no desenvolvimento das atividades esportivas olímpicas. A malha nacional de Centros de Treinamento, em particular a RNT, constituiu aqui o alvo das nossas atenções, com vistas a diagnosticar o quanto foi possível avançar nessa seara e o quanto ainda há por aprimorar.

Se as ciências sociais têm a capacidade de produzir um conhecimento científico ao mesmo tempo teórico e aplicado, espera-se por fim que este capítulo tenha podido contribuir com elementos contextuais para a compreensão das condições do desempenho esportivo brasileiro, nessa última e nas próximas edições dos Jogos Olímpicos.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. “Os Jogos Olímpicos”. In: *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. *Lei nº 12.395*. Brasília, 16 de março de 2011.

BRASIL. *Portaria nº 01*. Brasília, 1º de agosto de 2016. Aprova as Diretrizes da Rede Nacional de Treinamento para os anos de 2016/2017 e dá outras providências.

BRASIL. *Portaria nº 248*. Brasília, 20 de julho de 2016. Estabelece os objetivos da Rede Nacional de Treinamento, sua infraestrutura, órgãos e entidades componentes e dá outras providências.

COMITÊ RIO 2016. *Rio 2016: cidade candidata* – dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Rio de Janeiro: Comitê Olímpico Brasileiro, 2009, vols. 1, 2 e 3.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. *Games of the XXX Olympiad in 2012/ Report by the IOC Candidature Acceptance Working Group to the IOC Executive Board*. Lausanne, 12 de março de 2004.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. *Games of the XXXI Olympiad 2016 Working Group Report*. Lausanne, 12 de março de 2008.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro* – Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-viola-c3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf> (acesso em 15 ago. 2017).

DAMO, Arlei; OLIVEN, Rubem. *Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico*. Campinas: Tronco do Ipê, 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Global, 2012.

FERNANDES, Luís. “Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional”. In: JENNINGS, Andrew (et al). *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

GONÇALVES, Ricardo Leyser; VIANA, André Rego. “Inserção do Brasil no cenário internacional: a evolução da Candidatura Olímpica do Rio de Janeiro para 2012 e 2016”. In: *Boletim de Economia e Política Internacional* do Ipea. Brasília, número 2, abril de 2010, p. 55-60.

LYRA FILHO, João. *Educação e vida*. Guanabara: Editora Livro S.A., 1970.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MARQUES, José Carlos. “Tá tranquilo, tá favorável: a cobertura brasileira dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016”. In: *Revista USP* – dossiê Jogos Olímpicos. São Paulo: Superintendência de Comunicação Social, 2016, n. 108.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer – uma introdução*. Campinas: Editora Autores Associados, 2000.

MASCARENHAS, Gilmar. “Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos”. In: MELO, Victor Andrade; PRIORE, Mary Del (Orgs.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. “O ideário urbanístico em torno do olimpismo: Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007). In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Orgs.). **O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Faperj, 2011.

MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando. (Orgs.). *Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma*. Brasília: Thesaurus, 2015.

PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

RUBIO, Kátia. “Agenda 20 + 20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional”. In: *Revista USP – dossiê Jogos Olímpicos*. São Paulo: Superintendência de Comunicação Social, 2016, n. 108.

VAINER, Carlos. “Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?”. In: JENNINGS, Andrew (et al). *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

3 Indicadores e Critérios de Escolha das Sedes dos Megaeventos

Esportivos Realizados nos Países do Brics

*Rene Vinicius Donnangelo Fender*³²; *Flávia da Cunha Bastos*³³

Introdução

O grupo BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b), tem como características serem países em pleno desenvolvimento, caracterizado pelas suas economias estáveis e rápido crescimento econômico (O'NEILL, 2001). O agrupamento ultrapassou os ideais financeiros, evoluindo para um conjunto de países emergentes (SILVA, 2012), os quais, mesmo com muitos interesses diversos e conflitantes (REIS, 2012; RICUPERO, 2012; AGUIAR, 2014), possuem propostas de políticas comuns que visam o mesmo objetivo: se inserirem no competitivo sistema econômico internacional (AGUIAR, 2014).

Segundo Braathen et al. (2014), há uma tendência de aproximar os megaeventos esportivos às chamadas “economias emergentes”. Isto pode ser observado do ponto de vista que tais países possuem três fatores preponderantes para que esses eventos aconteçam: no âmbito econômico há a disponibilidade de recursos; na esfera po-

32 Bacharel em Esporte pela Universidade de São Paulo. Membro do Laboratório de Gestão, Políticas, Marketing e Comunicação em Esporte e Educação Física (Lagecom - USP). Analista de Pesquisa de Mercado da Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN).

33 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Livre Docente e professora nos cursos de Bacharelado em Educação Física e Esporte e do Programa de Pós-Graduação da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.

lítica a ambição de fortalecer a imagem de potência emergente perante o mundo; e no quesito ambiental a relativa debilidade das instituições que protegem o meio ambiente e os direitos humanos.

Horne e Manzenreiter (2006) apontam os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo FIFA como sendo eventos de dimensão internacional, onde alguns deles são transformados em valiosas oportunidades para promoção local ou internacional de cidades e países. Almeida e Marchi Júnior (2014) destacam momentos onde governos nacionais, com a intenção de estabelecer sua presença e seu poder como uma liderança nacional ou regional, lançaram-se candidatos para os Jogos Olímpicos, por exemplo.

Desta maneira, Braathen et al. (2014) explicam que cidades detentoras do direito de sediar tais eventos consentem em se comprometer com algumas das normas exigidas pelos comitês internacionais das organizações, tais como Fédération Internationale de Football Association (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Commonwealth Games Federation (CGF). Tendo em vista os recentes e os próximos megaeventos esportivos acontecerem nos países que formam o BRICS, o presente estudo, de caráter qualitativo e exploratório, identifica e analisa os indicadores e critérios que fizeram os países do BRICS terem sido escolhidos para sediarem tais eventos.

Revisão de Literatura

Para o presente estudo foram analisados os megaeventos esportivos considerados de maior porte e de realização internacional. Apesar da literatura já mencionar o termo gigaevento (MULLER, 2015), este estudo trabalha com o termo megaevento. Segundo Horne (2015), a definição que ainda fornece a melhor maneira de entender os megaeventos é a de Roche, que diz que estes “são melhor compreendidos como eventos culturais (inclusive comerciais e esportivos) de larga escala, os quais têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional”. Dessa forma, aqui são considerados como objeto de análise os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo de Futebol e os Commonwealth Games.

Horne (2015) frisa que ainda há uma indefinição quanto ao conceito de megaevento esportivo, assim como ainda é difícil identificar a classificação destes num nível de “grandeza”. Deste modo, o autor definiu que há os eventos de “primeira ordem”, representados pelos Jogos Olímpicos de Verão e pela Copa do Mundo de Futebol FIFA (masculino), e os de “segunda ordem”, como também define Black

(2008), que são representados pela Eurocopa UEFA (campeonato de futebol com seleções europeias), os Jogos Olímpicos de Inverno, os Commonwealth Games e os Jogos Pan-Americanos (BLACK, 2008; HORNE, 2015).

Tal classificação foi baseada em alguns fatores, tais como a cobertura de mídia que o evento proporciona com a consequente audiência alcançada ao redor do mundo, levando em consideração as regiões não tão familiarizadas com determinado esporte. Um exemplo a ser citado é a Copa do Mundo de Críquete, que possui alto apelo na região sul-asiática, e do Superbowl nos EUA, e que em outras regiões não são tão populares. Assim, fatores como tamanho, alcance dos esportes envolvidos, sua localização e apelo são tratados como indicadores de classificação (HORNE, 2015).

Tomando como base tais eventos esportivos e os cinco países que agrupam o BRICS, é possível traçar um panorama cronológico interessante a respeito das etapas do processo de formação e institucionalização do BRICS em relação às datas de escolha dos eventos e a realização dos mesmos (Quadro 1). Os Jogos Mundiais da Juventude também foram levados em consideração nesta análise. A Copa das Confederações não consta na lista, pois, desde 2001 tal evento acontece um ano antes na sede onde a Copa do Mundo irá ocorrer, com a prerrogativa de ser um evento teste/preparatório (CONMEBOL, 2015).

Quadro 1: Panorama dos megaeventos esportivos com as realizações do BRICS

ANO	EVENTO	BRICS
2000	Escolha do Rio de Janeiro aos Jogos Pan-Americanos de 2007	
2001	Escolha de Pequim aos Jogos Olímpicos de 2008	Estudo prognóstico de Jim O'Neill e criação do acrônimo BRIC.
2003	Escolha de Dheli (Índia) para o Commonwealth Games de 2010	Projeção Goldman Sachs: Economia países BRIC superaria a do G6 até 2050 em dólares americanos (Wilson; Purushothaman, 2003).
2004	Escolha da África do Sul para a Copa do mundo de 2010	
2006		Coordenação diplomática para incorporação do conceito BRIC, antes da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York.

ANO	EVENTO	BRICS
	Jogos Pan-Americanos Rio de Janeiro	
2007	Escolha do Brasil para a Copa do Mundo 2014	
	Escolha de Sochi (Rússia) para as Olimpíadas de Inverno de 2014	
2008	Jogos Olímpicos de Pequim, China	
2009	Escolha do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016	I Cúpula do BRIC, em Ecaterimburgo, Rússia: institucionalização do agrupamento BRIC; criação de uma dinâmica de atividades conjuntas entre os quatro membros iniciais.
2010	Copa do Mundo FIFA, África do Sul Commonwealth Games, Dheli, Índia Escolha da Rússia para Copa do Mundo 2018	II Cúpula do BRIC, em Brasília, Brasil: O apoio do BRIC a uma ordem mundial multipolar e equitativa, à reforma da ONU e às aspirações de Brasil e Índia a um papel maior na organização.
2011		III Cúpula do BRICS em Sanya, China: Inclusão formalizada da África do Sul ao BRICS. Cobriu temas econômicos e financeiros e impulsionou projetos em agricultura, energia e ciência e tecnologia.
2012		IV Cúpula do BRICS, em Nova Dheli, Índia: objetivo de reforçar a parceria para a estabilidade, a segurança e a prosperidade globais.
2013		V Cúpula do BRICS, em Durban, África do Sul: início às negociações do acordo para a criação de um novo banco de desenvolvimento liderado pelos cinco Estados e voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.
	Jogos Olímpicos de Inverno, Sochi, Rússia	VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza, Brasil: formalização e criação do Banco do BRICS e de um fundo de reserva emergencial.
2014	Copa do Mundo FIFA, Brasil	

ANO	EVENTO	BRICS
2015	Escolha de Pequim (China) para as Olimpíadas de Inverno de 2022	VII Cúpula do BRICS, em Ufa, na Rússia: Discussões acerca da reforma das instituições financeiras internacionais e reforma nas cotas do FMI.
	Escolha de Durban (África do Sul) para o Commonwealth Games de 2022 (Não irá mais sediar o evento devido a questões financeiras) *	
2016	Jogos Olímpicos Rio de Janeiro, Brasil	VIII Cúpula do BRICS, em Goa, Índia: Discurso voltado à recuperação econômica mundial e destaque à importância do combate ao terrorismo.
2017		IX Cúpula do BRICS, em Xiamen, China. Possível tema: "BRICS: parceria mais forte para um futuro mais brilhante".
2018	Copa do Mundo FIFA, Rússia	
2022	Jogos Olímpicos de Inverno, Pequim, China	

Fonte: Elaboração própria (adaptado de Jesus, 2013; Bandeira, 2015; FIFA, 2015.).

Além desses dois megaeventos principais e dos chamados de segunda ordem (BLACK, 2008; HORNE, 2015), países integrantes do BRICS sediaram ou vão sediar diversos outros eventos internacionais (Quadro 2). Segundo Horne (2015), os eventos de ordem menor, em relação ao tamanho, alcance e impacto, foram realocados para acomodarem o ritmo dos eventos de maior ordem, evitando assim uma congestão de eventos e fazendo com as receitas sejam maximizadas e a audiência tenha maior alcance.

Quadro 2: Diversos outros eventos sediados pelos países do BRICS

ANO	EVENTO
2003	Copa do Mundo de Críquete, África do Sul
	Afro-Asian Games, Hyderabad, Índia
2007	Jogos Mundiais Militares, Hyderabad, Índia (Verão)
2009	Universíade, Harbin, China (Inverno)

ANO	EVENTO
2010	Asian Games, Guangzhou, China
2011	Jogos Mundiais Militares, Rio de Janeiro, Brasil (Verão)
	Universíade, Shenzhen, China (Verão)
2013	Universíade, Kazan, Rússia (Verão)
	Jogos Mundiais dos Trabalhadores, Brasil
2014	Jogos Mundiais da Juventude, Nanjing, China (Verão)
	Jogos da Lusofonia, Goa, Índia
2019	Universíade, Krasnoyarsk, Rússia (Inverno)
	Jogos Mundiais Militares, Wuhan, China
2022	Asian Games, Hangzhou, China
2023	Copa do Mundo de Críquete, Índia

Fonte: Elaboração própria.

A primeira edição dos Jogos Olímpicos Modernos de Verão ocorreu no ano de 1896, em Atenas, na Grécia. Já a primeira edição dos Jogos de Inverno se deu em 1924 em Chamonix, na França. Essas duas competições fazem parte do chamado Jogos das Olimpíadas. O termo “Olimpíadas” é designado para estabelecer o intervalo de quatro anos entre cada edição dos Jogos de Verão. Até 1992 os Jogos Olímpicos de Verão e de Inverno eram realizados no mesmo ano. Contudo, desde então obedecem a um intervalo de dois anos entre os eventos (COI, 2013).

Matias (2008) realizou interessante trabalho relatando como se dá o processo de captação dos Jogos Olímpicos. O processo de eleição para uma cidade sediar este megaevento é longo, sendo dividido em diversas etapas, mostrado de maneira adaptada a seguir:

- a) A fase de postulação, de âmbito nacional: uma cidade tenta se tornar cidade aspirante para sediar o evento; Prefeitura da Cidade entrega ao Comitê Olímpico (CO) do país uma carta de intenção; criação do Comitê de Cidade Postulante; elaboração do Questionário de Cidade Aspirante e do Dossiê Oficial de Postulação que deve ser entregue ao CO do país; pagamento da taxa de postulação, entrega do Questionário e do Dossiê ao CO do país pela cidade, oficializando intenção de candidatura; eleição

- da Cidade Aspirante em Assembleia do CO do país; cidade se transforma em cidade aspirante e o CO do país envia ao COI o nome da cidade eleita. Etapa com duração de aproximadamente sete meses.
- b) A fase de aspiração, de âmbito internacional: semelhante à fase de postulação nacional; questionário do COI respondido pelas cidades aspirantes; análise do COI; caso questionário seja aprovado, o Conselho Executivo do COI transforma as Cidades Aspirantes em Cidades Candidatas. Etapa com duração de aproximadamente cinco meses.
 - c) A fase de candidatura, de âmbito internacional: preparação do Dossiê de Candidatura, com maiores detalhes que o Dossiê Oficial de Postulação; entrega dos Dossiês ao COI; visita técnica da Comissão de Avaliação do COI nas cidades candidatas para checar as informações dos Dossiês; Comissão elabora relatório com pontos negativos e positivos das cidades, possibilitando ao Conselho Executivo do COI selecionar as cidades que serão submetidas à eleição do COI. Duração de cerca de um ano.
 - d) A fase de eleição da cidade sede: através de um processo de votação dos membros do Conselho Executivo do COI, é escolhida a cidade sede sete anos antes da realização do evento.

Além dos sete anos antecedentes ao evento, é possível contabilizar aproximadamente mais dois anos até a votação que elege a cidade sede. Ou seja, as cidades dedicam quase 10 anos desde a ideia de se candidatar à cidade sede até o fim da realização dos Jogos.

No âmbito da Copa do Mundo FIFA de futebol, esta teve sua primeira edição realizada em 1930 no Uruguai, com os anfitriões sagrando-se campeões. Desta edição até a Copa de 1986 realizada no México, por variados motivos e circunstâncias, não há um intervalo de tempo padrão entre a eleição do país sede e a realização do evento. Da Copa da Alemanha em 1990 até a Copa de 2010 na África do Sul, parece haver uma uniformidade neste intervalo de tempo entre a escolha da sede e o evento, sendo este de seis anos. Para a Copa de 2014 no Brasil a escolha foi feita sete anos antes do evento. Por fim, para as edições de 2018 na Rússia e de 2022 no Catar, a escolha foi de decisão conjunta no ano de 2010, oito e doze anos antes dos eventos, respectivamente (FIFA, 2015).

No ano de 2000, para as eleições das sedes das Copas do Mundo seguintes, deu-se início a um sistema de rodízio entre os continentes (FIFA, 2007a). A medida foi abolida após a escolha do Brasil como sede do Mundial de 2014. A FIFA alega que o sistema estava prejudicando a competição entre países para concorrer ao posto de sede, já que para a Copa de 2014 apenas o Brasil se lançou candidato ofi-

cial (FIFA, 2007a), com Colômbia e Argentina desistindo da candidatura ainda no período burocrático do processo (CNN, 2007; ANDRADE, 2013). Para a entidade, a concorrência entre os países atrai mais publicidade (TERRA, 2007), e a qualidade do Mundial é elevada (CHADE; NOSSA, 2007).

Contudo, o ex-presidente da FIFA Joseph Blatter alegou que o objetivo principal do rodízio foi alcançado, pois foi possível levar a mais prestigiada competição da entidade pela primeira vez para a África, e também para a América do Sul após muitos anos (FIFA, 2007a). Apesar disso, a decisão de terminar com o rodízio de continentes não foi unânime, já que assim países em desenvolvimento terão mais dificuldade em concorrer com os ricos, como relata Chade e Nossa (2007) em reportagem do Estado de São Paulo.

Segundo site oficial da FIFA (FIFA, 2017a), a entidade explica ter desenvolvido um “*Bidding Manual*”, ou Manual do Processo de Candidatura / Manual de Licitação. Isto, com o intuito de ajudar a guiar os Membros Associados (MA) a formularem suas candidaturas. Este processo é válido não apenas para a Copa do Mundo FIFA, mas para todas as outras categorias, independente do gênero e faixa etária da competição que a FIFA organiza.

A entidade reconhece que nem todos os países têm a capacidade de sediar um evento do porte da Copa do Mundo. Contudo, enxergam que muitos dos MAs têm potencial para candidatar-se e sediar outras Copas do Mundo da FIFA. Tais eventos carregam consigo o título prestigioso de ser uma Copa do Mundo da FIFA: Copa do Mundo Feminina, Copa do Mundo Sub-20 Masculina e Feminina, Copa do Mundo Sub-17 Masculina e Feminina, Copa do Mundo de Futebol de Areia e Copa do Mundo de Futsal (FIFA, 2017b).

Segundo a Associação, candidatar-se e sediar esses eventos pode oferecer uma vasta gama de benefícios para os MAs e seus respectivos países, que não são apenas limitados ao futebol, mas que se estendem para muitos outros setores (FIFA, 2017b). Assim, o processo de licitação é definido pelas seguintes etapas (Adaptado do Relatório para a Copa do Mundo de 2010 – Grupo de Inspeção (FIFA, 2004), do Relatório de Avaliação da Rússia para a Copa do Mundo de 2018 (FIFA, 2010a), do Aviso de manifestação de interesse para as Copas do Mundo de 2018 e 2022 e do roteiro estabelecido no site da FIFA (FIFA, 2017a):

- a) A FIFA envia os pedidos de manifestação de interesse para os MAs.
- b) Para aqueles que retornarem à FIFA o documento específico de Manifestação de Interesse, a mesma enviará para preenchimento o formulário “Registro de Candidatura”.

- c) Após o receber esse Registro, a FIFA envia informações da candidatura, incluindo o “*Bidding Manual*”, e uma Lista de Requisitos onde é detalhado os elementos essenciais que precisam conter nos documentos oficiais da candidatura, tais como o Contrato de Candidatura, o Contrato de Local Sede, entre outros.
- d) Os MAs retornam o Contrato de Candidatura para atestar a conformidade com os Requisitos da Candidatura.
- e) Os MAs submetem suas Candidaturas à FIFA, o chamado “*Bid Book*”, junto com o Contrato de Sede e outros documentos.
- f) A FIFA avalia as submissões e identifica o candidato selecionado para aprovação.
- g) FIFA apresenta suas recomendações.
- h) FIFA anuncia a sede vencedora para a realização do evento.

A *Commonwealth Games Federation* (CGF) é a entidade que rege os *Commonwealth Games*, evento este que tem como participantes os membros da *Commonwealth*, organização internacional de países da comunidade britânica (fizeram parte do Império Britânico, do qual se desenvolveram). Com representantes de todos os continentes, seu público alcança 2,2 bilhões de pessoas, sendo este número aproximadamente 30% da população mundial (CGF, 2017).

Também conhecida como os “Jogos da Amizade”, pelo fato de compartilharem do mesmo idioma, estes, assim como a Copa do Mundo FIFA, também tiveram sua primeira realização em 1930 e igualmente realizam suas edições a cada quatro anos (CGF, 2017). Com relação a escolha da sede dos *Commonwealth Games*, o processo se assemelha ao dos Jogos Olímpicos. Tomando como base a Constituição da CGF (CGF, 2014), o processo de licitação é dado como segue:

- a) A CGF faz o lançamento das diretrizes necessárias para que uma sede se candidate aos Jogos e faz com que esse documento circule por todas os países associados.
- b) É estabelecida uma data para que as Cidades Candidatas notifiquem a CGF de sua intenção de se tornar um candidato e enviem uma cópia do documento de Aceitação do Processo de Candidatura.
- c) A Cidade Candidata paga uma taxa de inscrição e apresenta a cópia original da Aceitação do Processo de Candidatura.
- d) É realizado um encontro com todas as cidades candidatas para que se explique o processo de licitação da candidatura.

- e) São distribuídos formulários eletrônicos do processo de licitação.
- f) Cada cidade candidata recebe o Contrato de Cidade Sede que deve ser devolvido devidamente assinado à CGF.
- g) Realiza-se uma reunião, individual, com as Cidades Candidatas para esclarecimentos.
- h) O documento oficial da Candidatura deve ser entregue à CGF pela sede candidata na data descrita no Manual da Cidade Candidata pelo menos seis meses antes da reunião da Assembleia Geral que decide a sede do próximo Commonwealth Games.
- i) A Comissão de Avaliação da CGF revisa formalmente os inscritos no processo, incluindo visitas locais.
- j) O Relatório da Comissão de Avaliação da CGF é publicado.
- k) É estabelecido um prazo para que sejam realizadas atualizações pelas Cidades Candidatas em resposta ao Relatório da Comissão de Avaliação.
- l) A Assembleia Geral da CGF informa a sede com o direito de sediar os próximos Commonwealth Games.

Método

O presente artigo baseia-se num estudo do tipo qualitativo exploratório, a partir da análise de fontes documentais. Para Vergara (2006), faz-se uso da pesquisa de caráter exploratório “em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Stevens et al. (2012) caracterizam que um trabalho investigativo procura por evidências para revelar algo que aconteceu ou que está acontecendo, sendo utilizada uma grande variedade de fontes fornecedoras de ideias e informações.

Assim, o presente estudo, além da revisão da literatura para contextualização do tema, utiliza como documentos para levantamento das informações: cadernos do processo de candidatura das sedes e relatórios de avaliação e inspeção das candidaturas, todos eles documentos oficiais dos comitês internacionais das organizações - *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a *Commonwealth Games Federation* (CGF).

Foram pesquisados os megaeventos esportivos entre 2008 e 2018 realizados nos países do BRICS, sendo eles: Jogos Olímpicos de Verão 2008 Pequim na China, Copa do Mundo FIFA 2010 na África do Sul, Commonwealth Games 2010 Nova Delhi na Índia, Jogos Olímpicos de Inverno 2014 Sochi na Rússia, Copa do Mundo

FIFA de 2014 no Brasil, Jogos Olímpicos de Verão 2016 Rio de Janeiro no Brasil e Copa do Mundo FIFA 2018 na Rússia.

Resultados

Aqui é feita uma abordagem dos indicadores que fizeram os países do BRICS serem eleitos como sedes de tais megaeventos, e apresentam-se quais são os critérios exigidos pelas entidades organizadoras para que uma cidade/país sejam nomeados sede de um megaevento. Como visto, em comum, COI, FIFA e CGF solicitam que os candidatos completem os documentos oficiais com informações pré-determinadas dos países ou cidades. Normalmente estas informações são divididas por “temas”. O Quadro 3 apresenta quais são estes temas nas três diferentes entidades esportivas pesquisadas no presente estudo.

Quadro 3: Temas as quais os candidatos a sede devem ceder informações

#	TEMAS		
	Jogos Olímpicos	Copa do Mundo	Commonwealth Games
1	Experiência dos Jogos Olímpicos	Informações gerais da candidatura e da Visita de Inspeção	Motivações (visão esportiva, política nacional de esporte, legado)
2	Visão, legado e comunicação	Informação sobre o país/cidades sedes	Comitê Organizador
3	Conceito geral dos Jogos Olímpicos – incluindo cultura, educação, cerimônias e atividades da cidade	Panorama/Desenvolvimento do Futebol no país	País sede
4	Panorama e estrutura da política e economia	Desenvolvimento sustentável, social e humano	Cidade sede
5	Aspectos legais	Proteção ambiental	Clima
6	Fronteiras e formalidades de imigração	Comprometimento do país	Programa esportivo

TEMAS			
#	Jogos Olímpicos	Copa do Mundo	Commonwealth Games
7	Meio ambiente e meteorologia	Organização do Comitê de Candidatura	Funcionários técnicos
8	Finanças	Orçamento para realização do evento	Instalações esportivas
9	Marketing	Sedes da FIFA	Vila Olímpica
10	Esporte e instalações	Ingressos	Acomodação
11	Jogos Paralímpicos	Marketing da Candidatura	Preparação geral
12	Vila Olímpica	Situação fiscal/Garantias legais e governamentais	Sinal de transmissão
13	Serviços médicos e Controle de Doping	Estádios	Tecnologia
14	Segurança	Instalações/centros de treinamento	Comunicações
15	Transporte	Centro de mídia/relações públicas/direitos de marketing	Transporte
16	Tecnologia	Eventos e congressos	Confirmação
17	Operações de mídia	Segurança no país	Proposta orçamentária
18		Telecomunicações/tecnologia da informação	Garantias financeiras
19		Hotéis/acomodação	Transmissão internacional
20		Transporte	Cerimônias
21		Seguro e finanças	
22		Saúde e serviços médicos	

Fonte: Elaboração própria.

Para a construção do Quadro, foram considerados como parâmetro os seguintes documentos: “2016 Candidature Procedure and Questionnaire. Games of the XXXI Olympiad” (COI, 2008); Adaptado dos Relatórios de Avaliação para as Co-

pas do Mundo 2010 (FIFA, 2004), 2014 (FIFA, 2007b) e 2018 (FIFA, 2010a; FIFA, 2010b); “*Bid Document Delhi 2010 Commonwealth Games*” (INDIAN OLYMPIC ASSOCIATION, s/d).

No que concerne os Jogos Olímpicos, como visto na Fase de Candidatura, as cidades precisam formular um dossiê com maiores detalhes do que é feito na etapa nacional. Este dossiê precisa seguir rigorosamente a estrutura que o documento oficial do COI propõe. Uma observação a ser feita é que a quantidade de temas e a ordem em que são dispostos podem variar de edição para outra, contudo, os temas tratados são os mesmos.

Após análise dos dossiês e as visitas nas cidades, a Comissão de Avaliação formula um relatório demonstrando o desempenho de cada cidade. Para os Jogos Olímpicos de 2008 o documento responsável é intitulado “*Report of the IOC. Evaluation Commission for the Games of the XXIX Olympiad in 2008*” (COI, 2001). As cidades candidatas eram Osaka, Paris, Toronto, Pequim e Istanbul. Ao final do relatório foi feita uma conclusão levando em consideração todos os temas. As conclusões não foram dispostas em forma de ranqueamento. Segue a avaliação feita de Pequim, cidade posteriormente eleita sede de 2008:

Essa é uma licitação conduzida pelo Governo com considerável apoio do Comitê Olímpico Nacional. A combinação de bons conceitos sobre esporte com completo apoio Governamental resulta numa candidatura de alta qualidade.

A Comissão observa o processo e o ritmo da mudança tomando forma na China e em Pequim e os possíveis desafios causados pelo crescimento populacional e econômico no período que antecederá 2008, mas está confiante que esses desafios podem ser cumpridos.

Há um desafio ambiental, mas as fortes ações do Governo e o investimento nessa área devem resolver isso e fazer com que a cidade melhore.

É da convicção da Comissão que os Jogos de Pequim deixariam um legado único para a China e para o esporte e a Comissão está confiante que Pequim poderia organizar um excelente Jogos Olímpicos (COI, 2001, p. 95).

Dentre estes recentes megaeventos, a China foi o primeiro país a sediar um deles, com os Jogos Olímpicos de Pequim 2008. Como foi possível observar, a escolha dessa sede data do ano de 2001. Contudo, como relata o *Beijing Organizing Com-*

mittee for the Games of the XXIX Olympiad (BOCOG, 2009), a ideia do Governo Chinês de se lançar como candidato data de 1998, em decisão tomada pelo grupo de Administração Geral do Esporte da China. Portanto, três anos antes do estudo prognóstico de O'Neill (2001) e cinco da projeção de que a economia dos BRIC superaria a do G6 até 2050 (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003).

Na edição de Inverno dos Jogos Olímpicos de 2014, os candidatos foram as cidades de Salzburg (Áustria), Pyeongchang (Coreia do Sul) e Sochi (Rússia), a cidade eleita. A escolha da sede data de 2007 e segue os mesmos moldes do processo de candidatura da edição de Verão dos Jogos. O documento responsável pela avaliação das cidades é o “*IOC 2014 Evaluation Commission Report. XXII Olympic Winter Games in 2014*” (COI, 2007). De acordo com o relatório, o documento apresentado para a Comissão e as apresentações realizadas durante as visitas, assim como as garantias fornecidas, foram de alta qualidade:

[...] O projeto de Sochi 2014 está incorporado ao “Programa de Meta Federal para o Desenvolvimento de Sochi 2006-2014 (FTP)”, financiado por 60% de investimento público e 40% privado [...]

[...] O programa ambiental inclui a aplicação de um sistema de gestão sustentável para desenvolver instalações e operações [...]

[...] O investimento em infraestruturas de transportes equivaleria a US\$ 4,4 bilhões. A Comissão considera que as demandas de transporte seriam integralmente cumpridas. [...]

[...] A candidatura de Sochi apresenta um grande programa de construção de infraestruturas (incluindo transporte rodoviário, ferroviário, serviços públicos, de alojamento e de concorrência) tudo planejado em uma área concentrada. Construção teria que ser rigorosamente monitorada, a fim de garantir a entrega no prazo para os Jogos, incluindo as provas testes [...]

[...] Há um forte apoio por parte do Governo Federal, que está dirigindo os respectivos papéis da candidatura. A responsabilidades de cada uma dessas partes, que incluem a prestação de serviços, finanças e construção, foram definidos no FTP. Há um apoio muito forte da opinião pública [...] (COI, 2007, p. 67)

Para os Jogos Olímpicos de 2016 o documento “*Report of the 2016 IOC Evaluation Commission*” (COI, 2009) foi o responsável por avaliar as cidades candidatas.

Para esta edição do evento concorreram quatro cidades: Chicago (EUA), Tóquio (Japão), Rio de Janeiro (Brasil) e Madri (Espanha). Este relatório também não indicou qual seria a cidade mais preparada para sediar o evento, demonstrando apenas o que a comissão avaliou.

Dos pontos citados pela conclusão do relatório se destacam: a candidatura tem como visão usar o evento como catalisador para transformar a cidade, região e país e incorpora os planos do governo brasileiro de melhorar a integração social através do esporte, treinamento de alto rendimento, expansão da infraestrutura e a promoção de megaeventos esportivos; obter desenvolvimento econômico e social; grande apoio popular; governo assume a responsabilidade das garantias financeiras; experiência prévia dos Jogos Pan-Americanos para formação do Comitê Organizador; promoção do esporte Paralímpico; nova infraestrutura para o transporte; aceleração do plano de regeneração urbana (vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal); número insuficiente de quartos será suprido, por exemplo, por navios/cruzeiros na costa da cidade; Copa do Mundo de 2014 irá fornecer experiência na organização do evento; documentação da candidatura bem detalhada e de alta qualidade.

No caso da Copa do Mundo FIFA, após a manifestação de interesse dos Membros Associados e a submissão da candidatura, há um documento oficial publicado pela FIFA, sendo este um relatório de avaliação dos MAs que se candidataram para sediar a Copa do Mundo. Este relatório é construído através das informações cedidas pelos MAs nos documentos submetidos, além da visita de um grupo de inspeção da FIFA no país candidato. Assim, vários fatores são levados em consideração. O número de quesitos e a forma como são descritos teve pequena variação nos relatórios das Copas de 2010, 2014 e 2018. Contudo, não apresentam modificações quanto à sua importância e peso, apenas tendo modificação “estrutural” de como são mencionados nos relatórios.

No documento para a Copa de 2010, intitulado “*Inspection Group – Report for the 2010 FIFA World Cup™*” (FIFA, 2004), foram avaliados Marrocos, África do Sul, Tunísia, Egito e Líbia como candidatos. No resumo geral do relatório, os autores afirmam que o Continente Africano estava preparado para sediar a Copa do Mundo de 2010, com países candidatos preparados para organizar o evento. Como uma forma de “*ranking*” entre os cinco países, o relatório indica a África do Sul com maior potencial para organizar o evento:

Se a Copa do Mundo for concedida à África do Sul, isto irá gerar uma unidade significativa entre os diferentes grupos étnicos que

foram separados social, cultural e esportivamente por vários anos. Além disso, a África do Sul possui várias atrações turísticas e culturais de apelo mundial.

O projeto para sediar a Copa do Mundo FIFA 2010™ apresentado para o Grupo de Inspeção, baseado em uma excelente infraestrutura geral, foi clara, detalhada e estável, provando sua confiabilidade. Além disso, há um forte apoio para a candidatura por parte de Governo. A população é muito entusiasmada com o futebol, mostrando de forma espontânea sua animação com a perspectiva de sediar a Copa do Mundo. Apesar de questões acerca de segurança no país, o legado comparado ao investimento necessário será uma ótima contribuição para o país. A opinião do Grupo de Inspeção é que a África do Sul tem **potencial** para organizar uma **excelente** Copa do Mundo (FIFA, 2004, p. 8).

Interessante ressaltar que as palavras “potencial e excelente” estão em negrito. Isto, pois as avaliações dos outros países contem palavras de menor impacto, por exemplo, na opinião para o segundo colocado neste *ranking*, o Egito, essa última frase do texto refere-se ao país como sendo “**capaz** de organizar uma Copa do Mundo **muito boa**”.

Como legado para o país o relatório ressalta que a Copa do Mundo FIFA 2010 “irá contribuir para o estabelecimento e a confirmação do processo de democratização e unificação do país que começou aproximadamente há uma década”, a partir daquela data (2004), referência ao sistema de “*Apartheid*” que vigorou até o começo dos anos 1990 (MARTINS, 2014).

Para a Copa de 2014 o documento responsável foi o “*Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup*” (FIFA, 2007b). Diferente das outras duas Copas, para 2014 apenas um país se lançou candidato, o Brasil. Assim, este relatório pareceu servir apenas como uma confirmação de que realmente havia condições de se realizar o evento no país:

É consenso do time de inspeção que o Brasil é uma escolha apropriada para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014™. O Brasil mostrou potencial e demonstrou mais que capaz de sediar uma excepcional Copa do Mundo™.

[...] O comprometimento do Brasil de sediar a Copa do Mundo FIFA 2014™ tem sido demonstrado em todos os níveis do governo, pelo Comitê Organizador Local e pelo público como um todo. A equipe de inspeção foi capaz de ver em primeira mão o desejo e a vontade de todos os grupos se unirem para a realização bem-sucedida do evento.

Concluindo, na opinião considerada da equipe de inspeção, o Brasil está bem posicionado para organizar uma excepcional Copa do Mundo FIFA 2014™ (FIFA, 2007b, p. 9).

“2018 FIFA World Cup™ Bid Evaluation Report: Russia” (FIFA, 2010a) foi o relatório individual do país candidato para a Copa de 2018. Há também um documento que integra de forma resumida a avaliação de todos os países candidatos para as Copas de 2018 e 2022, intitulado “Evaluation reports on the bids for the 2018 and 2022 FIFA World Cups™: Executive Summaries” (FIFA, 2010b).

Ao contrário do relatório da Copa de 2010, cujo texto aparentemente indicava quem teve a melhor avaliação, e de 2014, em que o Brasil era único candidato, este de 2018 e 2022 se manteve imparcial em relação à indicação de um melhor ranqueado. Segue o comentário de conclusão feito no relatório:

[...] Se a Rússia for premiada com o direito de sediar o evento, os riscos legais da FIFA parecem ser baixos. Os requisitos dos documentos contratuais foram cumpridos, e o apoio governamental necessário foi assegurado e confirmado pela Declaração Legal do Governo. Além disso, o Governo Russo está se dando a chance de ganhar experiência em apoiar a realização de um dos principais eventos esportivos e de mostrar sua vontade de fazer concessões materiais e de acomodar as preocupações dos organizadores do evento (FIFA, 2010b, p. 34).

No que tange ao processo dos Commonwealth Games, a mesma linha de raciocínio é seguida pela comissão avaliadora. Para a edição do evento em 2010, a cidade que competiu com Delhi foi Hamilton, do Canadá. O documento “The Report of the Commonwealth Games Evaluation Commission for the 2010 Commonwealth Games” (COMMONWEALTH GAMES FEDERATION, 2003) fez a

avaliação destas duas cidades. A princípio, a conclusão geral do relatório é que ambas as cidades tinham capacidade de oferecer um evento bem-sucedido.

Algumas outras questões foram aprofundadas no relatório. Nova Delhi focou em sua capacidade de através do evento motivar os jovens do país a se envolverem mais com o esporte; Índia conta com a experiência prévia de eventos esportivos desse porte; instalações esportivas de acordo com as normas de competição assim como a acomodação para atletas; alerta para orçamento para as questões de Tecnologia que parece ser inadequado; certa parte da infraestrutura nos transportes precisava ser melhorada, levando a Comissão Avaliadora supor que o trânsito poderia ser uma área de risco; detalhamento do orçamento do evento não é completo em algumas áreas chave, mas confia que o governo da Índia e Delhi cumprirá os acordos com a CGF; Delhi está comprometida no legado do evento através da promoção do esporte; A Comissão verificou o apoio que a realização do evento possui junto ao Primeiro Ministro da Índia e seu Governo, assim como o líder da oposição do governo e Chefe de Estado de Delhi demonstraram total apoio.

Discussão

Com relação à análise dos indicadores que levaram os países/cidades do BRICS a serem sedes dos megaeventos esportivos aqui pesquisados, alguns pontos devem ser mencionados. Como foi possível observar, desde o lançamento do processo de candidatura, até a eleição final da sede escolhida, as organizações que regem os diferentes movimentos esportivos ao redor do mundo seguem uma programação bem definida e estruturada. A partir do momento que COI, FIFA e CGF lançam o edital para o processo de candidatura, países/cidades que querem concorrer a uma chance de serem sedes precisam seguir e respeitar uma série de exigências das organizações.

Em comum, as três entidades determinam que os candidatos preencham um rico e detalhado questionário contendo informações sobre diversos temas acerca da situação da cidade/país. De modo geral, os questionários são divididos por temas, onde cada um deles possui uma vasta gama de perguntas a serem respondidas, algumas de cunho bem específico. Os temas abordados pelas organizações são praticamente os mesmos, variando somente na forma como eles são dispostos nos documentos oficiais entre uma edição e outra e entre os tipos de evento.

Os temas que parecem convergir como fundamentais para a escolha da Comissão Avaliadora são: infraestrutura presente no local (este item também se baseando em certa experiência que o candidato possui em eventos anteriores); segurança e apoio governamental. Este último tema, que, como observado nos relatórios aqui apresentados, demonstra ser o elo comum entre a avaliação das candidaturas. Dessa forma, este tema parece convergir com o que a literatura aqui citada discorre sobre a ideia de que sediar tais eventos possa servir de ferramenta para fortalecer a imagem de potência perante o mundo (BRAATHEN et al, 2014; HORNE; MANZENREITER, 2006) assim como enaltecendo seu poder como liderança nacional ou regional (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2014).

No âmbito da segurança, o tema consente em ser de grande importância, haja vista que a preocupação acerca das questões com terrorismo e atentados está cada vez mais em evidência, principalmente por eventos como estes terem a capacidade de chamar grande atenção de público. Infraestrutura também mostra ser fundamental para que as entidades (COI, FIFA e CGF) avaliem positivamente os candidatos, principalmente no que tange as instalações esportivas, já que são peças preponderantes para a realização das competições de acordo com as diretrizes dos esportes.

Considerações finais

Há uma tendência de cidades e países do ocidente e do Hemisfério Sul sediarem os megaeventos esportivos a partir da virada deste século XXI, fazendo com que essa abertura implique na consolidação desses países no moderno mundo capitalista. A correlação criada entre as ambiciosas economias emergentes e o ato de sediar os eventos pode salientar o porquê dos países dessas regiões tanto se sentirem atraídos.

Deste modo, países e cidades se submetem às exigências das entidades esportivas em favor de se tornarem sedes dos megaeventos esportivos. Apesar de haver diferenças entre o processo de candidatura e entre a formulação dos documentos entre uma edição e outra, as entidades esportivas seguem um padrão de organização durante os anos. Embora seja necessário o fornecimento de uma vasta gama de informações, esses critérios visam uma total compreensão do país/cidade candidato por parte das organizações para que estes sejam devidamente creditados a sediarem eventos de tamanha importância e magnitude.

Recentemente os megaeventos esportivos têm sido vistos como grandes estimuladores econômicos, fazendo com que em alguns pontos as sedes sejam beneficiadas, tais como: melhoras na infraestrutura, geração de empregos e atração de turistas. Ser sede desses eventos também tem um efeito simbólico, anunciando o *status* de cidades e países como locais importantes em redes globais dos poderes políticos e econômicos. Assim, numa ordem mundial tão restrita, um dos indicadores nas mudanças de poderes globais pode ser representado pelo ato de países do Sul e do Oriente sediarem os megaeventos esportivos. No entanto há uma expectativa de mudanças em relação ao tema em função da Agenda 20+20 do Comitê Olímpico Internacional, que deverão ser consideradas e analisadas.

Dessa forma, o presente estudo abre possibilidades para futuras pesquisas analisarem outros aspectos, tais como políticos e econômicos, assim como seus impactos, que incidem sobre a realização desses eventos por parte dos países emergentes. Além disso, aqui se encontra uma base de conhecimento para que em eventos futuros sejam comparadas as alterações que ocorreram no processo de preparação e na forma de escolha das sedes destes megaeventos.

Referências

ALMEIDA, B. S.; JÚNIOR, W. M. “O Brasil e os Megaeventos esportivos: os subsídios da política externa”. In *Motrivivência*, v. 26, n. 42, p. 13-26, jun. 2014.

AGUIAR, L. B. *A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI*. 2014. 32f. Especialização – Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ANDRADE, R. F. *Preparativos para a Copa do Mundo de 2014 na cidade de Manaus/AM: Uma abordagem antropológica*. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BANDEIRA, L. “Cúpula dos Brics tem poucos resultados práticos e proposta de festival de cinema”. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150709_resultados_brics_lb_lk. Acesso em 10 ago. 2015.

BEIJING ORGANIZING COMMITTEE FOR THE GAMES OF THE XXIX OLYMPIAD. “Bid documents and analysis: passion behind the bid”. In *Official report of the Beijing 2008 Olympic Games*. v. 1, 2010.

BLACK, D. “Dreaming big: the pursuit of ‘second order’ games as a strategic response to globalisation”. In *Sport in Society*, v. 11, n. 4, p. 467–480, 2008.

BRAATHEN, E.; SØRBØE, C. M.; MASCARENHAS, G. “BRICS, megaeventos esportivos e o Rio de Janeiro como ‘cidade de exceção’”. In *Tensões mundiais*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 327- 362, 2014.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Mecanismos inter-regionais. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR. Acesso em 24 jul. 2015a.

_____. Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. Conheça os BRICS. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em 24 jul. 2015b.

CHADE, J; NOSSA, L. Fifa põe fim a rodízio de continentes. 30 out. 2007. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,fifa-poe-fim-a-rodizio-de-continentes,72576>. Acesso em 08 mai. 2015.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Report of the IOC. Evaluation Commission for the Games of the XXIX Olympiad in 2008. Lausanne. 03 abr. 2001. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Host-City-Elections/XXIX-Olympiad-2008/Report-of-the-IOC-Evaluation-Commission-for-the-Games-of-the-XXIX-Olympiad-2008.pdf>. Acesso em 10 jun. 2015.

_____. IOC 2014 Evaluation Commission Report. XXII Olympic Winter Games in 2014. Lausanne. Jun. 2007. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Host-City-Elections/XXII-OWG-2014/Report-of-the-IOC-Evaluation-Commission-for-the-XXII-Olympic-Winter-Games-2014.pdf>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. 2016 Candidature Procedure and Questionnaire. Games of the XXXI Olympiad. Lausanne. Jun. 2008. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Host-City-Elections/XXXI-Olympiad-2016/Candidature-Procedure-and-Questionnaire-for-the-Games-of-the-XXXI-Olympiad-in-2016.pdf>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. Report of the 2016 IOC Evaluation Commission. Games of the XXXI Olympiad. 2009. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Host-City-Elections/XXXI-Olympiad-2016/Report-of-the-IOC-Evaluation-Commission-for-the-Games-of-the-XXXI-Olympiad-in-2016.pdf>. Acesso em 11 jun. 2015.

_____. The Modern Olympic Games. The Olympic Museum. Lausanne. 3ª Edição, 2013. Disponível em: https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_668.pdf. Acesso em 10 maio 2015.

COMMONWEALTH GAMES FEDERATION. The Report of the Commonwealth Games Evaluation Commission for the 2010 Commonwealth Games. Londres. 2003. Disponível em: https://www.thecgf.com/media/games/2010/2010_eval_report.pdf. Acesso em 10 mai. 2015.

_____. Constitutional Documents of the Commonwealth Federation. Commonwealth Games Federation. 2017. Disponível em: <http://www.thecgf.com/about/constitution.pdf>. Acesso em 29 jun. 2017.

CONMEBOL. Copa das Confederações. 2015 Disponível em: <http://www.conmebol.com/pt-br/copa-confederaciones>. Acesso em 10 mai. 2015.

CNN. FIFA end World Cup rotation policy. 29 out. 2007. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2007/SPORT/football/10/29/switzerland.cup/>. Acesso em 03 jun. 2015.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). Inspection Group Report for the 2010 FIFA World Cup™. Zurique. 2004. Disponível em: http://www.fifa.com/mm/document/tournament/competition/ig_report_fwc2010_en_25997.pdf. Acesso em 18 jun. 2015.

_____. Rotation ends in 2018. 29 out. 2007a. Disponível em: <http://www.fifa.com/worldcup/news/y=2007/m=10/news=rotation-ends-2018-625122.html>. Acesso em 03 jun. 2015.

_____. Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup. Zurique. 30 out 2007b. Disponível em: http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/mis-sion/62/24/78/inspectionreport_e_24841.pdf. Acesso em 05 jun. 2015.

_____. 2018 FIFA World Cup™ Bid Evaluation Report: Russia. Zurique. 2010a. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/33/74/52/b5ruse.pdf>. Acesso em 14 jun. 2015.

_____. Evaluation reports on the bids for the 2018 and 2022 FIFA World Cups™: Executive Summaries. Zurique. 2010b. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/33/59/45/bidevaluationreport.pdf>. Acesso em 15 jun. 2015.

_____. FIFA Fact Sheet. Overview of all the FIFA World Cup™ host countries 1930-2022. 2015. FIFA Communications & Public Affairs – Documentation. Disponível em: <http://www.fifa.com/mm/document/fifafacts/mencompovw/51/99/03/133485-factsheet-fifahostcountriesoverview1930-2022.pdf>. Acesso em 03 jun. 2015.

_____. Bidding process. 2017a. Disponível em: <http://www.fifa.com/governance/competition-organisation/bidding-process.html>. Acesso em 03 jun. 2015.

_____. Bidding for FIFA's Other World Cups. 2017b. Disponível em: <http://www.fifa.com/governance/competition-organisation/introduction.html>. Acesso em 04 jun. 2015.

HORNE, J. "Assessing the sociology of sport: On sports mega-events and capitalist modernity". In *International Review for the Sociology of Sport*, v. 50, p. 466-471, 2015.

HORNE, J. MANZENREITER, W. "An introduction to the sociology of sports mega-events". In *Sociological Review*, v. 54, n.2, p. 1-24. 2006.

INDIAN OLYMPIC ASSOCIATION. Bid document. Delhi 2010 Commonwealth Games. Disponível em: http://www.thecgf.com/media/games/2010/IOA_Bid.pdf. Acesso em 17 mai. 2017.

JESUS, D. S. V. "De Nova York a Durban: o processo de institucionalização do BRICS". Rio de Janeiro. *Oikos*. v. 12, n. 1, 2013.

MATIAS, M. "Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades". In *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 175-198, out. 2008.

MARTINS, A. Apartheid: 20 anos após seu fim na África do Sul, ele "sobrevive" em outros países. 21 mar. 2014. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/apartheid--20-anos-apos-seu-fim-na-africa-do-sul-ele-sobrevive-em-outros-paises.htm>. Acesso em 31 jul. 2015.

MULLER, M. "What makes an event a mega-event? Definitions and sizes". In *Leisure Studies*. Zurique/Birmingham, v. 34, n. 6, p. 627-642. 2015

O'NEILL, J. "Building Better Global Economic BRICS". In *Goldman Sachs*. n. 66, nov. 2001.

REIS, M. E. F. "BRICS: surgimento e evolução". In: *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2012.

RICUPERO, R. "O Brasil, os BRICS e a agenda internacional". In: *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2012.

SILVA, C. E. L. "BRICS: de acrônimo esperto a fórum influente". In: *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2012.

STEVENS et al. *Concise encyclopedia of church and religion organization marketing*. Nova York. Routledge. 2012.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TERRA. Fifa confirma fim do rodízio de continentes na Copa. 29 out. 2007. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/futebol/brasil2014/noticias/0,,OI-2030260-EI10545,00-Fifa+confirma+fim+do+rodizio+de+continentes+na+Copa.html>. Acesso em 08 mai. 2015.

WILSON, D; PURUSHOTHAMAN, R. "Dreaming with BRICs: the Path to 2050". In *Goldman Sachs*, n. 99, out. 2003.

4 Dos Jogos Olímpicos que Temos ao Espírito Olímpico que Queremos ³⁴

Katia Rubio ³⁵

Introdução

Quando em 2 de outubro de 2009, em Copenhague (Dinamarca), a cidade do Rio de Janeiro foi anunciada como a sede dos Jogos Olímpicos de 2016 pensei atônita o quão pouco dirigentes olímpicos de todo o mundo conheciam sobre o Brasil.

Menos eufórica que a maioria dos colegas próximos ou distantes pensei em tudo o que poderia acontecer naqueles sete longos anos que estavam por vir. De imediato não pensei nas dimensões administrativas, nem organizativas que dois anos antes já haviam sido ensaiadas na realização dos Jogos Pan-americanos. Ali já se desvendara muitas das mazelas de um modo singular de conduzir a coisa pública: falta de planejamento ou um planejamento irreal, a morosidade na condução de licitações e concorrências obrigatórias para que no limite do prazo tudo fosse realizado em caráter de urgência sem os necessários trâmites legais, ou ainda, a inexistência de um projeto posterior de uso do bem público para benefício da

34 Este capítulo é composto a partir de três artigos publicados durante 2016, a saber: RUBIO, K. “A imagem do Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro”. In *Revista USP*, v. 110, p.66, 2016; RUBIO, K. “Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional”. In *Revista USP*, v. 93, p. 2012-28, 2016; Rubio, K. “Structural challenges in Brazilian sports: how to empower athletes?” In *Bulletin ICSSPE*, v. 70, p. 104-109, 2016.

35 Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP).

população duramente atingida em seu cotidiano por obras que alteraram radicalmente a vida em uma cidade já caótica. O que pensei naquela tarde, olhando pela janela, foi que ainda estavam por vir duas eleições nas diferentes esferas de poder, todas elas envolvidas na realização dos Jogos, poder esse partilhado por políticos de diferentes partidos, com visões de mundo e de Brasil muito distintas, muito embora, naquele momento parecessem amigos de infância. Embora eu não defendesse a candidatura brasileira, no momento em que o resultado foi anunciado pensei que como cidadã e pesquisadora eu deveria me envolver naquilo que estava por vir.

Nos meses e anos que se seguiram, nos vários congressos internacionais dos quais participei, a pergunta que sempre tentava responder era como o Brasil, a sexta maior economia de então, país emergente que sobreviveu sem solavancos à crise de 2008, realizaria um evento das proporções dos Jogos Olímpicos tendo outros tantos problemas para resolver. Mais de uma vez respondi tentando resgatar um pouco de nossa história “republicana”, mostrando que a democracia no país era não mais do que uma criança e o que eu mais temia era a estabilidade democrática, tão duramente construída nos últimos anos. Mas, por mais que eu me esforçasse em explicar o que isso significava, o que havia sido o período da ditadura militar ou como as instituições ainda eram frágeis, o imaginário idílico que cerca esta nação tropical, uma espécie de Shangrilá latino-americana, abençoada por Deus e bonita por natureza, sobrepunha-se aos argumentos objetivos de que corríamos sérios riscos nesse processo. Ou seja, mais do que discutir no plano da objetividade, era necessário apresentar e desconstruir um campo simbólico fortemente enraizado no imaginário internacional sobre o que é e o que foi o Brasil nos últimos anos, ou melhor, séculos. Realizados os Jogos Olímpicos de 2016 é tempo de fazer um balanço sobre o ocorrido nesta Ilha de Vera Cruz que durante alguns anos foi objeto de curiosidade e atenção por parte de pesquisadores e interessados em esporte, ou não, de todo o mundo.

O mito fundador e a necessidade de um semióforo

O que é o Brasil afinal? Essa pergunta é quase sempre respondida com frases feitas como “um país onde todas as raças se encontram e convivem harmoniosamente” ou “um país descoberto por portugueses, invadido por holandeses e franceses, cultivado por africanos e branqueado por imigrantes vindos de todas as partes do mundo no final do Século XIX”. Mas, mais do que responder a uma

pergunta que encobre a dificuldade de afirmar uma identidade nacional, o que se observa nas respostas dadas é a afirmação de um senso comum que faz o próprio brasileiro duvidar de quem é e o que é seu país.

Conforme aponta Chauí (2000), esse mito fundador vincula o passado ao presente, impedindo assim um entendimento atual, resguardando o distanciamento necessário da criação original. Aponta a autora que a sociedade brasileira é resultado de uma espécie de mito criado pelas elites do país, sejam elas intelectuais ou não, capaz de mantê-la unida no longo processo de formação da nação. O conceito de mito aqui é usado não apenas na acepção etimológica como uma narração pública de feitos lendários da comunidade, mas principalmente no sentido antropológico, onde a narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para ser resolvidos no nível da realidade. Daí a autora afirmar também o caráter mítico-psicanalítico, de uma repetição de algo imaginário, que impede ou dificulta a percepção da realidade sobre si. E assim, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUÍ, 2000, p. 6).

Como nação colonizada, desfruta da frescura da condição de pertencimento a um mundo novo (a América), em contraste ao velho mundo (a Europa). O deslumbramento dos europeus com as condições de uma terra paradisíaca se encontra desde o documento escrito por Pero Vaz de Caminha quando da chegada dos portugueses àquilo que seria o Brasil, entendido então como “descobrimento”. Conforme apontam Karnal e Tatsch (2009), muito embora essa carta tenha sido encontrada em 1773, apenas em 1817 ela foi publicada pela primeira vez, momento em que se ensejava a valorização da identidade nacional no Brasil independente. A ‘epifania documental’ trazida na carta “dependeu do surgimento do nacionalismo brasileiro, dependeu do crescente orgulho português pelo passado épico das navegações e do contexto do Quinto Centenário no ano de 2000” (KARNAL e TATSCH, 2009, p. 12). Amplamente divulgada ao longo do século XX, a carta de Caminha descreve a terra encontrada como um paraíso habitado por mulheres nuas, com água e comida em abundância, clima ameno e seres pintados e amistosos.

Se a narrativa do europeu português sobre essa terra nova estava baseada na visão que aquele primeiro contato proporcionava, a carta-documento foi a matéria prima para a criação do mito fundador se tornar um semióforo. Conforme Chauí (2000) um semióforo são signos de poder e prestígio desprovidos de utilidade aparente. Celebram a unidade daqueles que compartilham uma crença ou passado em comum. É um fato ou acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma

instituição que adquirem um valor simbólico, tornando-se objeto de adoração ou celebração e seu lugar deve ser público para que a sociedade possa celebra-lo, conservando assim o sentimento de comunhão e unidade por ele proporcionado.

Se a carta de Caminha se apresentou a Portugal no século XVIII, e séculos mais tarde ao mundo, como o devir da Terra Brasilis, na condição de semióforo ela afirmou o imaginário idílico de um país de proporções continentais (identidade que se apresentará no hino nacional com a expressão “gigante pela própria natureza”), livre de adversidades naturais que provocam toda a ordem de desgraça, fonte inesgotável de água (bem mais que precioso no tempo presente), oferecendo assim aos poetas românticos os elementos para a construção de um imaginário heroico sobre seu povo, como manifestado na construção do poema A Pátria, de Olavo Bilac:

Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste.
 Criança! Não verás pais nenhum como este.
 Olha que céu, que mar, que rios, que floresta!
 É a natureza aqui perpetuamente em festa
 É um seio de mãe a transbordar carinhos.

Transposto para o início do século XXI, os Jogos Olímpicos reforçam os signos do semióforo já constituído no passado. Eles representam a maior celebração esportiva do planeta, e apenas países pujantes e grandiosos poderiam ascender a essa condição (Guttmann, 2002). E então, repetindo Chauí (2000), o ‘verdeamarelismo’ anteriormente utilizado pelo Estado brasileiro para garantir que a “questão nacional” fosse alcançada é novamente instrumentalizado, agora em um governo democrático, para se fixar no imaginário popular, neutralizando toda a sorte de tensões vividas por essa sociedade definida circunstancialmente e oportunisticamente como pacata. E uma vez mais os semióforos, que também têm por função dissimular uma cidadania mal estruturada, são remodelados conforme a conveniência do momento histórico. Com a expressão “nunca antes na história deste país” criou-se uma falsa impressão de que o “Gigante pela própria natureza” havia acordado e estava pronto para conquistar o mundo. Passou-se a reivindicar assento no Conselho de Segurança da ONU e no G7, anunciou-se que a grande crise de 2008 não produzira no país um tsunami, conforme previsto, mas apenas uma marola, e conquistou-se o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos num intervalo de apenas dois anos. Os megaeventos esportivos eram a prova maior de que o país estava pronto para pertencer não ao grupo

dos primos novos ricos do mundo (os BRICS), mas aos verdadeiramente ricos e poderosos, ou seja, o G7.

Os Jogos Olímpicos da Era moderna também se afirmam como o semióforo do esporte contemporâneo. Criado como uma competição com repertório simbólico inspirado nos Jogos Olímpicos da Antiguidade manteve ao longo do Século XX, a despeito das Grandes Guerras e dos conflitos internacionais regionais, a frequência quadrienal de um fato quase religioso (Rubio, 2016.a).

Mais do que uma criação que sobreviveu e se locupletou do capitalismo, os Jogos Olímpicos foram entendidos desde sua criação como a face pública do Movimento Olímpico, que tinha como finalidade educar e promover o esporte como valores fundamentais da sociedade. A partir dessa narrativa construiu-se um imaginário capaz de mobilizar governos, e mais recentemente empresas, transformando o Comitê Olímpico Internacional (COI) em uma das instituições mais poderosas do planeta, e os atletas em artistas capazes de alavancar a produção e o consumo de toda espécie (Rubio, 2001).

Para além das questões de ordem esportiva especificamente, misturam-se e escondem-se interesses de todas as ordens, apontando o poder que o COI, como instituição, e os Jogos Olímpicos, na condição de evento, desempenham no mundo contemporâneo. Realizados de quatro em quatro anos, com alternância entre Jogos de Verão e de Inverno, o evento reúne os melhores atletas das modalidades consideradas olímpicas de todo o mundo em um só lugar. O valor simbólico, conforme conceituaria Bourdieu (1998), dos melhores entre os melhores reunidos fisicamente em um mesmo lugar, confere a este sítio a equivalente excelência por exigir competência na realização da organização da competição.

Não entrarei no mérito das exigências feitas pelos detentores dos direitos da realização dos Jogos Olímpicos, algo que supera a questão técnica da organização do evento em si, mas impõe um padrão singular dessa realização, o que leva ao desrespeito da soberania nacional, entre outros muitos desrespeitos. Esse estado de coisas tem promovido uma reorientação da proposta olímpica, visto que os países verdadeiramente democráticos começam a declinar de convites para as próximas edições (RUBIO, 2016b).

Das imposições feitas aos organizadores brasileiros pelos mandatários olímpicos muitas foram cumpridas à risca e com maestria, outras nem tanto. Obras monumentais foram realizadas às custas de deslocamentos humanos cujo impacto ainda é difícil de mensurar (ZURIM, 2014). O valor gasto em tudo isso talvez também nunca se saiba ao certo, uma vez que a responsabilidade por cada obra cumpriu a mesma trajetória que uma bola em jogo de bobinho. A esfera federal

jogava para a estadual, que empurrava para a municipal, que dias antes dos Jogos serem inaugurados decretou estado de calamidade pública em função da falta de recursos para pagar contas e salários de servidores. E quando chegou o grande dia, com improvisação e criatividade – marcas clássicas do jeitinho brasileiro – lá estava a cara do Brasil para ser transmitida por mais de 120 emissoras ao redor do globo, alcançando 60 mil pessoas ao vivo no Estádio do Maracanã e mais de três bilhões de pessoas em todo o mundo.³⁶

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e a afirmação do mito fundador do Brasil

No processo de postulação brasileira aos Jogos Olímpicos, desde que passou a ser conduzido de forma realmente séria, a cidade do Rio de Janeiro sempre foi o projeto inicial de seus idealizadores, mesmo que Brasília, São Paulo e Curitiba demonstrassem interesse nessa realização (ZIRIN, 2014). Daí em diante, pode-se dizer que o Rio de Janeiro passou a representar, ou ainda ser, a imagem do próprio Brasil. Os Jogos não eram do Brasil, muito embora a receita para grande parte das obras fosse federal (RUBIO, 2010). Os Jogos foram da cidade do Rio de Janeiro. E os símbolos de nação brasileira que foram apresentados ao mundo eram, na realidade, símbolos cariocas, mais especificamente de uma parte de uma cidade que além de frente para o mar tem costas largas para uma periferia que clama por respeito e visibilidade.

Desde a proclamação da cidade como sede até a realização dos Jogos, as imagens vendidas para o mundo buscavam contemplar uma cidade que vive para o prazer do lazer e a ostentação de um modo de vida hedonista. Sol vibrante, praias belas, montanhas verdejantes, cidadãos saudáveis e com tempo para práticas esportivas foram as imagens sistematicamente veiculadas para promover a cidade maravilhosa.

Na condição de uma celebração que se tornou um produto rentável, os Jogos Olímpicos, além de produzir competição esportiva, são também um desencadeador de consumo. Todos os tipos de produtos que possam ostentar a marca olímpica universal (os cinco anéis que em teoria representam a irmandade dos cinco

36 Dados obtidos do portal BBC (<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36938203>), disponibilizado em 14/09/2016. Acesso em 20 out. 2017.

continentes) ou a marca específica de uma edição olímpica costumam ser garantia de sucesso de vendas. É com essa intenção que são criados as mascotes, figuras antropomorfizadas que podem ser reduzidas ao tamanho de um chaveiro ou chegar a vestir um adulto, elas buscam simbolizar aspectos do país que abriga os Jogos.

Teoricamente escolhidos em votação popular por uma emissora de TV, os nomes homenagearam dois artistas brasileiros, ou melhor, cariocas: Vinicius de Moraes e Tom Jobim. Vinicius, a mascote dos Jogos Olímpicos, foi uma criatura com aspecto de felino, na qual se buscou misturar toda a fauna brasileira. Tom, a mascote dos Jogos Paralímpicos, um boneco sem forma definida, foi apresentado como uma criatura mágica na qual se sintetizou a flora brasileira. Mesmo com um manual de instruções não foi tarefa fácil explicar ao público brasileiro a relação entre esses nomes e as formas neles manifestadas.

A representação de nação presente nas narrativas produzidas para as Cerimônias de Abertura e Encerramento dos Jogos Olímpicos é um tema presente em várias pesquisas (TOMLINSON,1996; HOGAN, 2003; TRAGANOU, 2010; LENG at al, 2014). Sua relevância se deve, principalmente, pela abrangência que a veiculação desses espetáculos tem para o mundo divulgando uma representação de identidade nacional que poucos outros trabalhos de relações públicas internacionais têm o poder de oferecer. De uma forma mais ou menos ufanista costuma-se apresentar para o planeta o prestígio do país, e não apenas da cidade, que acolhe os Jogos Olímpicos, reforçando a ideia de que uma nação é muito mais de que uma entidade geopolítica. Nas narrativas construídas para o momento dessas cerimônias estão contidas a trajetória de um povo que acumula valores culturais relacionados com etnicidade, gênero e classes sociais.

No caso da cerimônia de abertura e de encerramento dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o que se assistiu foi uma vez mais o reforçamento da ideia do mito fundador e do semióforo de uma pátria virgem e intocada, de natureza transbordante, desvirginada pelos conquistadores europeus que a tudo e a todos destruiu, clamando, nesses tempos de devastação e gastura, o cuidado com as reservas naturais, como se essa fosse uma prática recorrente nessa pátria mãe gentil, que a todos acolhe e provê. Não existe paradoxo maior nessa narrativa do que todas as reclamações sobre a poluição da Baía de Guanabara e da Lagoa Rodrigo de Freitas, e o clamor de atletas para que algo fosse feito em relação à qualidade daqueles ambientes de competição. Em vão. Da chegada dos europeus conquistadores aos imigrantes do século XIX a história contada sobre uma nação multicultural e multiétnica buscava reforçar a cada imagem o acolhimento a todos aqueles que aqui chegaram e desejaram se instalar. Que mensagem apropriada para uma edição

olímpica que ocorre em um momento onde está se produz um fenômeno incontrolável de deslocamento humano em busca de um lugar seguro para viver!

A narrativa salta então desse imenso território chamado Brasil para a cidade do Rio de Janeiro e tudo depois disso gira em torno dos valores produzidos nesse reduzido espaço de brasilidade como se fosse possível representar a nação como um todo usando apenas a imagem de uma cidade. Da garota de Ipanema aos bailes funks, passando por toda a ordem de bens culturais produzidos naquele território específico, o que se assistiu tanto na cerimônia de abertura como de encerramento foi antes de tudo um grande enredo produzido com a maestria de quem há quase um século produz carnaval, onde são contadas histórias de pessoas, lugares ou fatos históricos que chegaram a inspirar Stanislaw Ponte Preta a escrever o Samba do Crioulo Doido.

Vale ressaltar que a cerimônia de abertura dos Jogos do Rio de Janeiro foi francamente elogiada pela mídia de todo o mundo, destacando-se inclusive o fato de que ela custou apenas 10% da última edição olímpica ocorrida em Londres. E então uma vez mais a criatividade e o jeitinho brasileiro são destacados como virtudes, encobrindo o rombo do orçamento ocorrido poucos meses antes da competição ter início em virtude da grave crise institucional que assolou o país, o que levou à necessária improvisação por parte dos criadores.

Passada a festa, terminado o entorpecimento provocado pelos dias de suspensão vividos em função da irrealidade criada na cidade maravilhosa, ela e o país voltam àquilo que se pode chamar de normalidade. O gigante pela própria natureza volta para o hino nacional e as belezas e pujanças cantadas nas cerimônias aguardam pelo carnaval do próximo ano, afirmando assim o mito fundador e a necessidade de criação de um outro semióforo para o Brasil.

A caminho do futuro: que Jogos Olímpicos vêm aí?

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro representam o final de um ciclo para o Movimento Olímpico. Claro está que nem cidades, nem atletas podem mais se submeter a uma relação verticalizada e desigual, onde sobram obrigações e faltam direitos. Mesmo diante da dificuldade de se adaptar às transformações sociais é preciso atentar que esse modelo autocrático e soberbo tem cada vez menos espaço de diálogo e manobra no contemporâneo. Ou seja, ou o Movimento Olímpico se revê ou ele está fadado ao esgotamento que vivem outras instituições seculares ao

redor do planeta. Porém, diferentemente de instituições pautadas em dogmas, o COI está organizado e assessorado por profissionais que estão sensíveis às demandas da sociedade em diferentes pontos do planeta, seja por idealismo ou por necessidade comerciais. Essa talvez seja a razão para que o novo presidente, Thomaz Bach, convocasse a comunidade olímpica a fim de encontrar saídas para o impasse criado pelas crescentes denúncias de corrupção e desmandos. Imediatamente à sua posse, encabeçou uma consulta que durou um ano e somou mais de 40 mil sugestões, que sistematizadas resultaram em 1.200 propostas que foram levadas pelos presidentes dos 14 grupos de trabalho à 127ª Sessão do COI que ocorreu em dezembro de 2014. Dessa reunião resultaram 40 recomendações denominadas Agenda 20+20, recomendações essas consideradas estratégicas para o futuro do Movimento Olímpico e dos Jogos Olímpicos. Dentre os temas centrais dessa discussão encontram-se o combate à corrupção dentro do ambiente olímpico, o controle sobre o agigantamento dos Jogos Olímpicos, a igualdade entre gêneros, o controle do doping e o empoderamento do atleta (IOC, 2016).

A busca pelo debate sobre essas questões sugere um redirecionamento não apenas político do Movimento Olímpico, conduzido ao longo do século anterior com a arrogância de uma entidade isolada e independente das questões maiores da sociedade internacional. Abrir-se para temas negligenciados no passado aponta para uma preocupação verdadeira sobre as repercussões de fatos que denotaram discriminação, preconceito e desrespeito à sociedade e levam no presente a um crescente desinteresse pelo maior espetáculo esportivo do planeta.

A implementação das recomendações da Agenda 20+20 do COI aponta não apenas para uma mudança de rumos para o Movimento Olímpico como aponta para uma transformação no papel social do atleta que deixa de ser um executor de gestos habilidosos valiosos para o espetáculo esportivo e passa a ser uma figura central dentro do Movimento Olímpico. Essa alteração de postura do COI aponta para uma tentativa de resgate dos valores olímpicos, virtudes desejadas, mas perdidas ao longo do processo de transformação do Movimento Olímpico, irreconhecíveis para a sociedade na atualidade.

Diante do que se observa, há indicações de que haverá um cuidado maior com as questões relacionadas com a transparência do processo de postulação, com o cuidado com o meio ambiente, com a promoção da igualdade de gênero – lembrando-se da dívida histórica que o Movimento Olímpico tem com as mulheres, impedidas de participar da competição no início da história olímpica contemporânea, e um maior investimento no apoio a atletas dentro e fora do campo de jogo. Esse respeito parece evidente também na honra concedida aos atletas limpos que

herdaram justamente as posições perdidas pelos dopados nas competições olímpicas. Até o presente, constatado o doping, a medalha era concedida ao atleta imediatamente colocado no ranking, porém sem a mesma pompa e circunstância da cerimônia dos Jogos Olímpicos. As recomendações da Agenda 20+20 é que cerimônias formais sejam organizadas para medalhistas que recebem sua medalha Olímpica após a desqualificação de um competidor e que ela seja devidamente comunicada a todas as partes envolvidas.

Claro está que o Movimento Olímpico se mobiliza para resgatar o respeito e a dignidade perdidos ao longo de um período obscuro manchado por desmandos e corrupção. Foi dado o início ao diálogo com a sociedade atual em busca de saídas para o impasse criado pelo distanciamento dos valores olímpicos basilares. Com isso busca-se desenvolver um diálogo pouco praticado no passado dando mostras de que o Olimpismo se abre para além das fronteiras do Movimento Olímpico, buscando com isso preservar o papel histórico do esporte para a sociedade.

O atleta como maior legado olímpico

Conforme discuti em trabalhos anteriores (MACHADO e RUBIO, 2013; RUBIO, 2014; RUBIO e MACHADO, 2007), entendo que as discussões realizadas sobre o impacto dos megaeventos esportivos podem realmente avançar caso sejam discutidos o papel e a importância do atleta na estrutura esportiva. Protagonista do espetáculo, ele é a razão de ser dos Jogos Olímpicos. Embora pareça óbvia essa afirmação, pouco se encontra na literatura esportiva estudos que discutam verticalmente essa questão. Compreender o papel social desse sujeito e as transformações ocorridas na formação de sua identidade ao longo do último século pode ajudar a explicar a preocupação atual do COI em proteger a integridade dos atletas limpos e fazer justiça em relação àqueles que não seguem o princípio fundamental nº 6 da Carta Olímpica, a saber: *Pertencer ao Movimento Olímpico exige o respeito da Carta Olímpica e o reconhecimento pelo COI.*

Ao longo do Século XX os Jogos Olímpicos se firmaram como um campo privilegiado para a manifestação de atitudes heroicas. Seres humanos excepcionais foram e são capazes de sair da média realizando feitos incomuns aos indivíduos médios. Até o advento da televisão suas proezas eram narradas em textos jornalísticos ou pelas ondas dos rádios espalhados ao redor do mundo. A narrativa heroica ganhava contornos especiais pela voz ou escrita de entusiastas das proezas espor-

tivas de atletas que superaram, ao seu modo e a seu tempo, as limitações impostas pelo país de origem e pela origem social. A entrada da televisão nesse universo alterou radicalmente a construção dessa narrativa apresentando em tempo real a estética do movimento perfeito e inalcançável ao público em geral. E assim consolidou-se o mito heroico já desenvolvido em tempos anteriores, mas agora explorado à exaustão pelo sentido do olhar.

Segundo já aprestado por nós (RUBIO, 2001), o culto do herói tem sido necessário pelas características que o heroísmo comporta e que correspondem analogamente às virtudes necessárias para triunfar do caos. A vitória sobre si mesmo é a grande propulsora do herói de todos os tempos. Diante dessa perspectiva, o herói pode ser visto para além de um personagem, mas como uma forma que estrutura um padrão de atitude. Diferentemente do atleta da Antiguidade, que tinha sua preparação voltada para objetivos bélicos, o atleta no mundo contemporâneo ocupa um espaço mais próximo do espetáculo e do lazer. Seus feitos são capazes de levar multidões às arenas esportivas em momentos de espetáculo ou causar comoção e dor em caso de acidente ou morte.

A dinâmica do Movimento Olímpico também interfere diretamente na construção dessa representação. Ao longo da fase amadora do esporte olímpico que remete ao período que vai do final do Século XX até a década de 1980 a formação e exercício do papel social do atleta envolvida basicamente uma vida de treinos e competições cujo objetivo maior era alcançar uma medalha olímpica ou a condição de campeão mundial.

Especificamente no Brasil, onde a maioria das práticas esportivas era realizada em clubes privados ou nos quartéis, o imaginário construído sobre o atleta e o esporte olímpico, esteve atrelado a um tipo de privilégio classista. Alguns atletas excepcionais romperam essa barreira, conquistando o reconhecimento de técnicos e dirigentes como foi o caso de Melânia, Benedita, Wanda dos Santos e Aída dos Santos ou Adhemar Ferreira da Silva. Embora Adhemar tenha superado o fato de ser negro e pobre para se tornar bicampeão olímpico, isso não o fez gozar de privilégios que um atleta com o seu status teria conquistado em outro país (Rubio, 2007). Ser atleta no Brasil na década de 1950 era quase sinônimo de ser vagabundo. Às mulheres o destino havia de ser ainda mais cruel. Triplamente discriminadas, por serem mulheres, atletas e em alguns casos, negras, elas ainda tiveram que enfrentar os dispositivos legais para a prática de esportes como todas as formas de futebol, lutas, polo aquático, polo e halterofilismo. Diante desses impedimentos, pouca ou quase nenhuma oportunidade se apresentava como realmente excitante e passível de desejo para as meninas e jovens daquela geração (RUBIO, 2015).

Essa dinâmica começa a sofrer uma profunda transformação com a transmissão das competições esportivas em tempo real para todo o mundo, e os feitos incomuns dos atletas já não precisam ser recriados pela narrativa de um locutor ou de um escritor. A imagem do movimento perfeito pode ser vista de imediato e reprisada infinitamente por muitas gerações. Àqueles que inovam com a criação de um novo gesto técnico ou com uma vitória avassaladora expondo essa excepcionalidade sobre o pódio, onde são consagrados os melhores, reforça a condição mítica heroica do atleta contemporâneo. E se num dado momento histórico o esporte associava-se a atividades de cunho amador, desprovido de interesse comercial, o que se percebe a partir da década de 1980 é a expectativa de associar essa imagem vitoriosa aos produtos que desejam ter suas marcas associadas a singularidade daquele ser mítico, o atleta vitorioso.

A entrada de companhias multinacionais e patrocínios marca uma periodização no esporte brasileiro, denominada profissionalização, caracterizando-se pela ampliação do financiamento de times e clubes, mas não necessariamente pela gestão competente das instituições e da carreira dos atletas (ALMEIDA, MARCHI JR., 2011; VLASTUIN, ALMEIDA, MARCHI JR., 2008; VAZ, 2008).

Nessa nova fase o atleta brasileiro já não precisa mais fazer os chamados “contratos de gaveta” (ANGELO, 2014; GIGLIO, 2013) documentos oficiosos, não registrados nas Confederações, utilizados principalmente pelos clubes para impedir a transferência de um atleta para outro clube no caso de uma proposta vantajosa. Outro recurso também utilizado era o registro do atleta como profissional da empresa que patrocinava o clube ou o time. Nessas condições o atleta era um funcionário da empresa, muito embora não executasse qualquer função que não fosse praticar esporte com a marca da empresa impressa em seu uniforme. Esse movimento teve início ao longo da década de 1980 e o esporte que mais rapidamente se adequou a esse modelo foi o voleibol (VLASTUIN, ALMEIDA, MARCHI JR., 2008). Para os autores, a CBV “desenvolveu uma estrutura organizacional com condições estruturais e materiais para que as funções esportivas tivessem o máximo de produtividade, visando alcançar resultados cada vez mais vitoriosos” (p. 17). A política de transformação do esporte em um grande negócio levou aquela geração de atletas, e também as futuras, a se relacionar de forma profissional com o esporte, dedicando todos os dias da semana à preparação física e técnica na busca de resultados, razão central de ser do esporte dali para frente. Nesse novo cenário o atleta deixou de ser aquele que “fazia por amor” (etimologia da palavra amador) para se tornar um “operário do esporte”, dentro de uma lógica de mercado onde o atleta passou a vender sua mão de obra àqueles que exploram o negócio esportivo.

Reflexo de uma tendência internacional o atleta brasileiro passou a se ver cada vez mais amarrado a contratos e obrigações que envolviam não apenas o resultado na competição, mas também a sua imagem privada, tornando-se prisioneiro de um sistema que dita o que ele deve fazer, falar, expressar, limitando o exercício da sua cidadania ao contrato assinado para aquela temporada. Presionados por essas limitações os atletas podem cada vez menos se manifestar a respeito de questões de ordem geral ou mesmo restrita a suas modalidades, restringindo assim sua capacidade de mobilização para o cumprimento de direitos, sejam eles esportivos ou mesmo políticos.

Conforme aponta Angelo (2014), diferentemente dos atletas do futebol que ganharam alguns direitos com a criação da Lei Zico, em 1993, aperfeiçoada posteriormente pela Lei Pelé (1998) e pela Lei Agnelo/Piva (2001), os atletas das modalidades olímpicas não são considerados profissionais do esporte. Iniciados na prática esportiva ainda muito jovens e pouco conscientes da necessidade de estudar muitos atletas olímpicos brasileiros dedicam-se a uma carreira que se inicia e tem seu apogeu em um momento da vida em que poucos estão preocupados com o futuro. Dedicam-se a treinar e conquistar títulos e, em alguns casos, até chegam a ganhar algum dinheiro, quando chega então o momento de se retirar da carreira atlética para iniciar uma nova fase da vida, quando pessoas da mesma idade já vivem o apogeu de suas vidas profissionais. E, em muitos casos, é nesse momento que se percebe os desdobramentos das restrições vividas no exercício da atividade profissional e no desempenho da cidadania. Debater, se expressar, pensar e discordar são atividades necessárias em qualquer ambiente profissional e social saudável. E poucos atletas olímpicos no Brasil desenvolveram essa habilidade ao longo de suas carreiras esportivas por força das circunstâncias do momento histórico em que viveram, e no presente, pela força dos contratos e dos regulamentos de competições que punem posicionamentos públicos a respeito do desempenho de dirigentes, arbitragem, do público ou qualquer ente envolvido com o espetáculo esportivo, do qual ele é o protagonista.

Nas narrativas dos atletas olímpicos brasileiros mais jovens despontam essas preocupações não apenas em relação a si mesmos, mas principalmente em relação às novas gerações. O desejo de aquisição e acumulação de bens materiais ameaça a construção de objetivos de médio e longo prazos, condição *sine qua non* para a construção de um projeto olímpico que demanda de 8 a 12 anos para a sua realização. A perda do referencial da excelência e da superação, na construção da carreira do atleta, interfere também na manutenção do imaginário esportivo heroico vigente no presente.

O atleta brasileiro, assim como grande parte dos atletas de todo o mundo, vive sob regras rígidas e restritivas. A queda crescente do número de praticantes desse tipo de atividade esportiva leva as autoridades a acionarem um alerta. E a recomendação da Agenda 20+20 sobre a proteção do atleta indica nessa direção. É preciso proteger o atleta. É preciso honrar e fortalecer os atletas limpos, que não fazem uso de doping, ou o sistema como um todo corre o risco de falência. O debate sobre instalações esportivas, a infraestrutura para os Jogos Olímpicos deixa de ser a questão central para ceder lugar à necessária humanização do espetáculo.

Considerações Finais

A implementação das recomendações da Agenda 20+20 do COI aponta para uma mudança no papel social do atleta que deixa de ser um executor de gestos habilidosos valiosos para o espetáculo esportivo e para ser uma figura central dentro do Movimento Olímpico. Com essa postura o COI passa a colocar a experiência dos atletas no centro dos Jogos Olímpicos e a resgata para dentro dos valores olímpicos, manifestações essas cada vez mais abstratas para a sociedade. Ou seja, tudo indica que haverá mais investimento no apoio a atletas dentro e fora do campo de jogo. Esse respeito parece evidente também na honra concedida aos atletas limpos que herdaram justamente as posições perdidas pelos dopados nas competições olímpicas. Até o presente, constatado o doping, a medalha era concedida ao atleta imediatamente colocado no ranking, porém sem a mesma pompa e circunstância da cerimônia dos Jogos Olímpicos. As recomendações da Agenda 20+20 é que cerimônias formais sejam organizadas para medalhistas que recebem sua medalha Olímpica após a desqualificação de um competidor e que ela seja devidamente comunicada a todas as partes envolvidas.

Claro está que o Movimento Olímpico se mobiliza para resgatar o respeito e a dignidade perdidos ao longo de um período obscuro manchado por desmandos e corrupção. Foi dado o início com o diálogo com a sociedade contemporânea em busca de saídas para o impasse criado pelo distanciamento dos valores olímpicos basilares. Com isso busca-se desenvolver um diálogo pouco praticado no passado dando mostras de que o Olimpismo se abre para além das fronteiras do Movimento Olímpico, buscando com isso preservar o papel histórico do esporte para a sociedade.

Referências

ALMEIDA, B. S., Marchi Jr. W. “Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das Confederações Brasileiras” In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 163-179, jan./mar, 2011.

ANGELO, L. F. *Gestão de carreira esportiva: uma história a ser contada no futebol*. Tese de doutorado. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2014.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

CHAUÍ, M. *Brasil - Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

GIGLIO, S. S. *COI x FIFA: A história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. Tese de doutorado. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, 2013.

GUTTMANN, A. *The olympics: a history of the Modern Games*. Illinois, University of Illinois Press, 2002.

HOGAN, J. “Staging the Nation. Gendered and ethnicized discourses of National Identity in Olympic Opening Ceremonies”, in *Journal of Sport and Social Issues*, n. 2, v. 27, 2003, pp. 100-123.

International Olympic Committee. Olympic Agenda 20+20 Recommendations. Disponível em http://www.olympic.org/Documents/Olympic_Agenda_2020/Olympic_Agenda_2020-20-20_Recommendations-ENG.pdf. Acesso em 20 out. 2017.

KARNAL, L.; Tatsch, F. G. “Documento e história: a memória evanescente”. In.: Pinsky, C. B.; Luca, T. R. *O historiador e suas fontes*. São Paulo, Contexto, 2009.

LENG, H. K.; KUO, T.; BAYSA-PEE, G.; Tay, J. “Make me proud! Singapore 2010 Youth Olympic Games and its effect on national pride of young Singaporeans”, in *International Review for the Sociology of Sport*, n. 49, v. 6, 2014, pp. 745-760.

MACALOON, J.J. Agenda 20+20 and the Olympic Movement. Sport in Society, 2015. Published online: 08 Jan 2016.

MACHADO, R. P. T.; RUBIO, K. “Legados do esporte: atleta, cultura e educação”. In: Nelson Carvalho Marcellino. (Org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Campinas: Papirus, v. 1, p. 69-82, 2013.

RUBIO, K. “Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional”. In *Revista USP*, n. 108, 2016.a, pp. 21-28.

RUBIO, K. “Como o Fora Temer se encaixa nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://olimpianasblog.wordpress.com/2016.b/09/07/>. Acesso em 8 set. 2016.

RUBIO, K. *Atletas olímpicos brasileiros*. São Paulo: SesiSP Editora, 2015.

RUBIO, K. “Memories and biographical narratives of Brazilian Olympians”. In: Katia Rubio (Org.) *Preservation of memory: the social responsibility of Olympic Games*. São Paulo: Laços, p. 103-117, 2014.

RUBIO, K. “A função olímpica do pesquisador diante do livre pensar”, in *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales*, v. XV, n. 895, 2010.

RUBIO, K. *Memórias, histórias e imaginário do esporte olímpico brasileiro*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

RUBIO, K. *O atleta e o mito do herói*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

RUBIO, K.; Machado, R. P. T. “O atleta como maior legado olímpico”. In: Katia Rubio. (Org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1, p. 161-170, 2007.

TOMLINSON, A. “Olympic spectacle: opening ceremonies and some paradoxes of globalization”, in *Media, Culture & Society*, n. 18, v. 4, 1996, pp. 583–602.

TRAGANOU, J., “National narratives in the Opening and Closing Ceremonies of the Athens 2004 Olympic Games”, in *Journal of Sport & Social Issues*, n. 34, v. 2, 2010, pp. 236-251.

VLASTUIN, J, Almeida, B. S., Marchi Jr. W. “O marketing esportivo na gestão do voleibol brasileiros: fragmentos teóricos referentes ao processo de espetacularização da modalidade”. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 29, nº 3, 2008.

ZIRIN, D. *O Brasil dança com o diabo: Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pela democracia*. São Paulo, Lazuli, 2014.

5 Retratos da Nação: as Narrativas das Cerimônias de Abertura das Grandes Competições Esportivas Internacionais no Brasil (1919-2016)

*João Manuel Casquinha Malaia Santos*³⁷; *Camille Ricaud*³⁸

Introdução

As cerimônias de abertura e encerramento das grandes competições esportivas internacionais passaram a chamar grande atenção do público e da mídia ao longo do século XX, estendendo-se até o tempo presente. Tradicionais nos Jogos Olímpicos (JOO) desde 1906, estes eventos passaram a ser usados para a transmissão de sentidos culturais diversos por parte dos organizadores dos países-sede, mas apenas em Antuérpia (1912) houve a primeira manifestação artística em uma cerimônia de abertura (LATTIPONGPUN, 2010). Diferentes conceitos de arte e beleza estética têm sido uma força maior em todo o processo de organização das cerimônias, oportunidade única que cada país que recebe a competição tem de mostrar aquilo que esperam que o mundo reconheça como sua identidade. Este foi o motivo de tomarmos a liberdade de chamar estas cerimônias no título de “retratos da nação”. Estes eventos têm sua historicidade, ao mesmo tempo em que contam

37 Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas.

38 Doutora em Ciências da Gestão pela Universidade Paul Valéry – Montpellier (França). Docente da Universidade de Pau et des pays de l’Adour (França).

uma história. Em cada tempo e em cada local representam valores estéticos e artísticos, mas também importantes escolhas políticas na representação do que se espera expor para o mundo.

Casos dos mais famosos são as cerimônias de encerramento dos JJOO de Moscou-1980 e de abertura dos JJOO de Los Angeles-1984. Em um dos períodos mais tensos da Guerra Fria, o governo da União Soviética, por meio de seu comitê organizador, financiou um evento que eternizou a imagem de uma coreografia de pessoas com placas coloridas que formavam Misha, o urso mascote do evento. De forma impressionante, Misha pareceu tomar vida e chorou ao se despedir do evento em um movimento ensaiado de movimentação das placas.

Quatro anos depois, o organizador da cerimônia de abertura dos Jogos de Los Angeles, Peter Ueberroth afirmou que não tinha uma sociedade que permitisse dizer para 30 mil pessoas que treinassem exaustivamente por seis meses sabiam que haveria comparações. Em claro discurso que objetivava opor em sentidos ideológicos opostos as duas organizações, Ueberroth apenas reverberava toda uma lógica liberal para a execução do evento de abertura, com os recursos provenientes da venda de direitos televisivos e de ingressos, além de patrocínios corporativos e com toda a cerimônia de abertura contando com voluntários (SHAIKIN, 1988). Diferente do urso chorando por meio de uma coreografia ensaiada e manual, os JJOO de Los Angeles 1984 eternizaram na memória das cerimônias um astronauta voando pelos céus e aterrissando no estádio palco da cerimônia de abertura. Mensagens e símbolos poderosos de discurso que mostram o potencial de análise deste fenômeno.

O objetivo deste capítulo é mostrar, de maneira panorâmica e inicial, como os eventos de abertura de algumas das principais competições esportivas já sediadas no Brasil se inserem no contexto de seu tempo e como articulam suas mensagens estéticas e políticas. A ideia é mostrar colocar algumas luzes sobre cerimônias de abertura que não são muito conhecidas do público, mas que tiveram também sua mensagem cultural, estética e política. Se os Jogos Pan Americanos de 2007, a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 têm inúmeros registros midiáticos e acadêmicos, as cerimônias de abertura do Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1919, do Sul-Americano de 1922, da Copa do Mundo de 1950 e dos Jogos Pan Americanos de 1963 não tiveram o mesmo destaque.

Procuramos perceber também como a “história contada” na cerimônia de abertura dos Jogos Rio 2016 foi recebida pela imprensa internacional, nomeadamente a francesa. Sabemos da limitação deste trabalho e que escolhas precisam ser feitas, o que necessariamente significa deixar de lado alguns eventos. Deixamos aqui de analisar de maneira mais detalhada as aberturas dos eventos mais recen-

tes, como os Jogos Pan 2007 e a Copa do Mundo de 2014 pelo fato de já haverem estudos realizados. Aqueles aqui apresentados não tiveram ainda estudos mais aprofundados e nos parecem ser alguns dos que representam bem nossa proposta.

1919: Acrobacias francesas em ares brasileiros

O primeiro grande evento esportivo internacional sediado no Brasil foi o IV Campeonato Sul-Americano de Futebol, que tomou lugar no Rio de Janeiro, em 1919. Os campeonatos de futebol mundiais só passaram a existir em 1930, e o evento de futebol sul-americano era uma das principais competições esportivas internacionais de seu tempo. A cerimônia de abertura marcou uma mensagem política importante. O Sul-Americano de 1919 contou com uma cerimônia de abertura propriamente dita, nos momentos anteriores à partida inicial entre brasileiros e chilenos. Tratou-se de um breve evento pensado em detalhes mediante o contexto político que se apresentava.

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, França e Alemanha disputavam o monopólio da influência sobre os exércitos da América Latina. A venda de material bélico e o envio de missões militares estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos estavam em disputa naquele momento. No Brasil, havia duas correntes que defendiam cada um dos lados. Uma deles era bastante atuante dentro do Exército, os chamados “jovens turcos”, que queriam o acordo firmado com o exército alemão (LUNA, 2007). A derrota na I Guerra Mundial e o torpedeamento de navios brasileiros pela marinha alemã durante o conflito fizeram com que os “jovens turcos” perdessem força no apoio aos alemães.

A partida inaugural da competição de futebol sul-americana se realizou em meio às discussões (que já se encontravam adiantadas) sobre a assinatura de acordo com a Missão Militar Francesa. Vários instrutores de aviação franceses atuavam na Escola de Aviação, no Campo dos Affonsos, no Rio de Janeiro. Dois deles foram designados para, momentos antes do apito inicial, sobrevoar o lotado estádio do Fluminense, local da partida. Os pilotos franceses realizaram inúmeras proezas aéreas e impressionaram os presentes.

Milhares de espectadores estavam presentes, mas também um grande número de personalidades da política do país. O presidente Epitácio Pessoa encontrava-se na Europa a tratar das reuniões da Liga das Nações e quem compareceu ao evento foi o presidente em exercício Delfim Moreira, acompanhado dos mi-

nistros General Cardoso de Aguiar (da Guerra), Domício Gama (do Exterior), os vice-presidentes do Senado, Antonio Azeredo, e da Câmara, João Vespucio, o prefeito do Rio de Janeiro, Paulo de Frontim, o embaixador dos Estados Unidos, E. Morgan e inúmeras outras autoridades, além do presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol, Heitor Gomes, e o presidente da Confederação Brasileira de Desportos, Arnaldo Guinle.

O jornal *O Paiz* assim relatou o acontecimento em suas páginas, na nota sob o título de “Cerimônia de Abertura”: “Dois aeroplanos vieram evoluir por sobre o *Stadium*, praticando proezas de verdadeiros dominadores do ar. Eram campeões de um nobre *sport*, que vieram a homenagear a irmãos de um outro *sport* não menos nobre” (12 de maio de 1919, p. 5). Tais manifestações corroboraram o apoio que políticos e oficiais davam à assinatura de apoio da Missão Militar Francesa.

Os organizadores do evento de futebol sediado no Brasil estavam cientes das possíveis repercussões das proezas aéreas na abertura de um evento internacional. Uma mensagem era dada quanto à posição do governo no apoio à Missão Militar Francesa em oposição aos alemães. Quatro meses depois, o governo brasileiro assinou o contrato com a Missão Francesa, contrato este que se estendeu até os anos 1940 (BELLINTANI, 2016).

1922: Uma cerimônia sob organização das Forças Armadas

Após o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1919, o governo brasileiro passou à organização de um projeto esportivo mais ousado: os Jogos Sul Americanos de 1922. A competição, desta vez poliesportiva, faria parte do calendário oficial das celebrações do centenário da independência do Brasil e tratava-se de uma das grandes atrações de entretenimento na capital federal (SANTOS; MELO, 2012). Houve um evento específico para a cerimônia de abertura dos Jogos de 1922. Os jogos foram um dos primeiros eventos regionais poliesportivos a acontecer no mundo. Sua organização teve a chancela do Comitê Olímpico Internacional (COI), o que fez com que alguns jornalistas e em algumas designações oficiais, a competição fosse chamada de “Jogos Olympicos do Rio de Janeiro”. Por conta disso, e fazendo jus a uma tradição que vinha ocorrendo nos Jogos Olímpicos desde 1906, os organizadores do evento prepararam uma pomposa cerimônia de abertura, que ocorreu no dia 13 de setembro de 1922. Boa parte organização

dos Jogos de 1922 ficou a cargo das Forças Armadas, inclusive com a comissão organizadora do evento e da cerimônia de abertura com a chefia do Coronel Estelita Werner (KANCELLA, 2014).

O ano de 1922 ficou marcado na história do Brasil. A famosa “Semana de Arte Moderna”, em São Paulo, buscava mostrar os caminhos tomados por uma nova estética da arte no país, mas que não se resumia apenas ao que aconteceu em São Paulo, muito menos apenas naquela semana, ou naquele ano (VELLOSO, 2008). O movimento modernista tomava corpo no Brasil e presenciava um de seus momentos mais marcantes enquanto se viviam momentos tensos com a eleição do presidente Arthur Bernardes e com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Semanas antes de o Sul-Americano ter início, o exército mostrava suas cisões internas e a violência com que se tratavam estas questões nas Forças Armadas, com mais de uma dezena de mortos em plena rua no dia do levante dos 18 do Forte.

A cerimônia de abertura teve de ser realizada em uma quarta-feira, à tarde, por conta de vários atletas estrangeiros precisarem voltar a seus países antes do final da semana, fato que prejudicou a participação de muitos dos atletas brasileiros, amadores e que trabalhavam durante o dia. O público também não lotou as arquibancadas do recém-reformado estádio do Fluminense, mas compareceu em bom número e participou efusivamente da festividade. O jornal *Correio da Manhã* apontava que o estádio tinha um “aspecto encantador, ao qual não faltou o ornamento feminino e chic de sempre” (14 de setembro de 1922, p. 5).

Desde as 13 horas, o público já se achava à espera do desfile das delegações, que só teve início às 13h50, após o toque de clarim da banda do exército. Na tribuna de honra do estádio, estavam o presidente da república Epitácio Pessoa, o Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, o chefe da polícia do Rio de Janeiro e diversas outras autoridades nacionais e embaixadores estrangeiros. Estava presente também o conde de Baillet Latour, representante do COI.

De acordo com a matéria do jornal *Correio da Manhã*, de 14 de setembro de 1922, (“A Parada Sportiva”, p. 5), os aficionados da América do Sul eram “desconhecedores ainda da beleza de tal solenidade”, destacando o ineditismo das cerimônias de abertura de competições esportivas internacionais nesta parte do continente. O cotejo de atletas foi chefiado pelo Coronel Estelita Werner (presidente do Comitê dos Festejos Esportivos do Centenário) e por Arthur de Azevedo, Celio de Barros, Roberto Trompowsky, Capitão Franco Fonseca e Amadeu Macedo. Depois deles, vinham as delegações esportivas.

O desfile contou com as delegações esportivas da Argentina (com 77 membros), Chile (72 membros) e Uruguai (55 membros). Estas delegações, que entra-

ram no estádio nesta ordem, traziam à frente a bandeira nacional de seus países, seguidas dos chefes das delegações, dos atletas das diversas modalidades esportivas e por fim dos jogadores das respectivas seleções nacionais de futebol. Depois destas três delegações, adentraram ao estádio as delegações da Marinha dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Japão, que estavam no Brasil para participar dos Jogos Mundiais Navais. Estas delegações desfilaram em colunas de quatro e traziam a bandeira de seus países, seguidos dos comandantes dos navios e depois dos marinheiros. Utilizando trajes de gala, os norte-americanos vestiam seus uniformes azuis, enquanto ingleses e japoneses trajavam branco. A delegação japonesa trazia à frente, ao lado da bandeira, uma banda militar. A última delegação a entrar foi a brasileira, trazendo Oswaldo Gomes, presidente da Confederação Brasileira de Desportos e a bandeira nacional à frente. Após os jogadores de futebol da seleção brasileira, últimos atletas a desfilar, a delegação foi acompanhada pelo Batalhão de Escoteiros Fluminense.

Após darem uma volta completa ao campo, as delegações se alinharam de frente para as tribunas com o Batalhão de Escoteiros Fluminense na retaguarda de todas as delegações. O Coronel Estellita Werner iniciou os discursos apontando as dificuldades do processo de organização e ajuda do governo federal na execução dos trabalhos e destacou a importância do evento para as relações entre os países participantes:

Sr. Presidente, o espetáculo grandioso que o povo brasileiro hoje contempla não encerra apenas uma homenagem prestada ao Brasil pelos representantes das nações amigas. Ele exprime e traduz a união fraternal dos povos de uma mesma raça latino-americana [...]. Os Jogos Latino Americanos vão permitir que a emulação entre os povos se desenvolva em meio da cordialidade e da alegria. (*Jornal do Commercio*, 14 de setembro de 1922, p. 4).

O Coronel Werner convida então o presidente Epitácio Pessoa a realizar a abertura oficial do evento esportivo. O presidente, em breves palavras, agradeceu o apoio das nações participantes, elogiou os organizadores e declarou aberta a competição. O último discurso foi realizado pelo Conde de Baillet Latour, representante do COI. Latour entregou as credenciais do COI ao presidente da república e felicitou o Brasil pela oportunidade feliz de reunir tantos povos amigos em seu território, promovendo assim a melhor aproximação entre os povos latino-ame-

ricanos. Após os discursos, houve a execução do hino nacional com a banda do exército brasileiro.

Encerrado o hino, as delegações saíram ordenadamente do estádio. À medida que passavam pela tribuna de honra, saudavam o presidente da república e as demais autoridades. As delegações da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai fazendo os tradicionais “hurras!” ao Brasil. Já as delegações das marinhas dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Japão passaram fazendo continência militar. A delegação japonesa foi a última a sair e tocou com sua banda a “Marcha do Soldado Paulista”, sendo efusivamente aplaudida pelo público presente.

A cerimônia de abertura dos Jogos de 1922 marca o início deste tipo de evento em competições esportivas na América do Sul. Carregam consigo um sem número de simbolismos e de estratégias de comunicação por parte dos organizadores. Alinhados com os objetivos de “passar uma mensagem” com a cerimônia de abertura, os organizadores do evento cumpriram seu papel. Em meio a um forte elemento descentralizador nas Forças Armadas, causando mortes violentas de seus elementos nas ruas, vinham mostrar uma esfera da realidade em que exército e sociedade civil caminhavam de mãos dadas. Mas de mãos dadas dentro de uma estética militar, organizada, ordeira, em marcha.

Copa 1950: a música nacionalista e a referência indígena entram em cena

A cerimônia de abertura da Copa do Mundo de Futebol de 1950 foi simples, mas bastante controversa. O Brasil vivia um momento político de intenso debate em relação à influência do capital internacional na economia brasileira ou ao desenvolvimento pautado na indústria nacional. Se a discussão da matriz de desenvolvimento era essa, vivia-se sob o lema “seremos universais, porque nacionais”, que organizava os discursos sobre a cultura. Eliana Dutra aponta que os diagnósticos e estratégias de escritores intelectuais e homens públicos passava, não sem divergências, pela “reivindicação de uma identidade nacional, ou de uma ‘orientação brasileira’ como dizia Mario de Andrade” (DUTRA, 2013, p. 229).

A breve cerimônia de abertura da Copa do Mundo de 1950 contava apenas com o hasteamento das bandeiras dos países participantes do evento, com destaque para as equipes que fariam a partida inaugural do campeonato (Brasil e México), seguido da execução de Polifania Guarani, de Carlos Gomes, por parte

da banda Dragões do Batalhão de Guardas, que em seguida executaria também os hinos nacionais das respectivas seleções. A escolha de Carlos Gomes, “considerado por muitos historiadores da música como o primeiro compositor nacionalista brasileiro” (FARIAS, 2014, p. 148), pode ser considerada uma tentativa de uma mensagem estética de valorização da cultura nacional.

O evento, que teve lugar no recém-inaugurado Maracanã, por volta das 14h, ocupou poucas, porém controversas linhas na maior parte dos jornais e revistas da época. A imprensa diverge principalmente quanto à participação do então presidente General Eurico Gaspar Dutra. As notícias dos jornais do dia seguinte à abertura da Copa do Mundo (25 de junho de 1950) são bastante contraditórias. De acordo com o jornal *Diário Carioca*, “pela primeira vez no Brasil, um jogo começou rigorosamente na hora marcada” e com a “presença de altas autoridades civis e militares”, do prefeito Mendes de Moraes e de Jules de Rimet, presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA) (p. 19). O *Jornal dos Sports*, principal periódico esportivo carioca, afirmou que o presidente estava presente à solenidade, chegando ao Maracanã com “a pontualidade de um rei britânico” (p. 12). O jornal *A Manhã* foi além, afirmando que Dutra foi “recebido carinhosamente com estrondosa salva de palmas” (p. 16). A revista *O Cruzeiro* não tem nada escrito sobre o assunto, mas ilustra suas páginas com fotos de Dutra ao lado de Jules Rimet e de Mendes de Moraes (p. 14).

No entanto, o jornal *Correio da Manhã* do dia 25 de junho de 1950 conta outra história. Inicia a nota afirmando que o programa fixado sofreu “mudanças de última hora”, mas que o evento “não chegou a ser prejudicado pelas improvisações”. Todos aguardavam ansiosamente a chegada do então presidente General Eurico Gaspar Dutra. Como o presidente não chegava e a organização precisava cumprir o horário de início da partida por obrigações com a FIFA, as solenidades tiveram início sem a presença de Dutra.

Primeiro, o hasteamento das bandeiras dos países de todas as seleções participantes. Em seguida, o hasteamento nos locais principais das bandeiras do Brasil e do México, adversários na estreia da competição. Após o hasteamento das bandeiras, a Polifania Guarani, de Carlos Gomes, tocada pela banda Dragões. Era chegado o momento da execução do hino nacional. Entretanto, o presidente Dutra ainda não havia chegado ao estádio. As duas equipes se alinharam, mas ninguém teve coragem de autorizar a execução do hino nacional brasileiro sem a presença do presidente. A partida começou. Já com o jogo em andamento, Dutra chega ao estádio, acompanhado do Ministro da Guerra, General Mendes de Moraes. O hino é então executado “passando despercebido em face do tumulto da torcida” (p. 17).

Talvez nem percebessem que Dutra estava no estádio, enquanto o Brasil vencia o México por 4 a 0. Nas palavras do cronista anônimo do *Correio da Manhã*, o público mostrava que não estava muito preocupado com a presença do presidente.

Pan 1963: o índio alçado a figura simbólica nacional

Os IV Jogos Pan-Americanos aconteceram na cidade de São Paulo em meio a um clima bastante tenso na política nacional. A competição, que teve início dia 20 de abril de 1963, acontecia alguns meses após a vitória do presidencialismo no plebiscito de janeiro daquele ano, confirmando poderes ao presidente João Goulart. O presidente tentava aprovar no Congresso várias reformas e aprovou em março desse mesmo ano o Estatuto do Trabalhador da Terra, estendendo os direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais. Goulart havia também enviado um projeto amplo de reforma agrária que chocava os membros dos partidos mais tradicionais, defensores dos interesses dos grandes latifundiários, e amplos setores das elites brasileiras.

A cerimônia de abertura do IV Jogos Pan Americanos foram o coroamento de um grande evento planejado meses antes e iniciado em Brasília, no dia 14 de abril de 1963, quando a tocha pan-americana foi acesa e percorreu várias cidades desde a capital nacional até São Paulo. Inicialmente, de acordo com o *Jornal dos Sports*, João Goulart declarou que seria ele mesmo a acender a tocha em Brasília e faria a abertura dos Jogos em São Paulo. No entanto, o presidente não participou de nenhuma das duas solenidades.

A tocha foi acesa em Brasília por meio de uma cerimônia envolvendo seis índios Carajás. A escolha dos índios para acender a tocha não deve ser vista como ingênua, ou mera valorização dos “habitantes primitivos” da nação. Um mês antes, era instaurada na Câmara Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as acusações de desvios de verba do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), bem como arrendamentos de terras que não obedeciam às condições do contrato, ocupação de enormes extensores de terras indígenas e invasões praticadas e posteriormente legalizadas pelo SPI por meio de contratos de arrendamento. A questão indígena estava na ordem do dia e apresentava-se, por meio daquela cerimônia, uma estratégia para aliviar as tensões dos conflitos existentes, ainda que simbolicamente.

De acordo com a *Folha de S. Paulo* do dia 15 de abril de 1963, os seis índios Carajás acenderam, “como há milênios”, a pira pan-americana “friccionando pe-

daços de madeira” em frente ao prédio do Congresso Nacional, exatamente onde se instalara aquela que ficou conhecida como a “CPI do índio”. De acordo com a matéria, os índios “em troncos nus pintados de preto e vermelho, vararam a multidão e ao pé da rampa do Congresso agruparam-se em roda acocorados”. Ali, enquanto tentavam acender o fogo, foram acompanhados pela banda do Batalhão de Guarda, que tocou “O canto do pagé”, de Villa Lobos, acompanhado ainda por um coral de “200 vozes infantis”. Se Carlos Gomes foi o eleito de 1950, agora era a vez de Villa Lobos em 1963, mas mantendo-se a temática indígena.

O momento em que o fogo se acende é descrito meticulosamente:

Depois de dez minutos friccionando a madeira, Adessuala (o mais civilizado do grupo) consegue fogo em uma mecha colocada na extremidade de uma pequena vara. Dez metros para acender a pira. A banda inicia então o hino nacional. O arcebispo de Brasília, D. José Nilton, procedeu à benção do fogo (p. 14).

Os elementos simbólicos estão aí postos: índios acendendo o fogo como no passado, a banda tocando uma música de inspiração indigenista de Villa Lobos, o hino nacional a embalar o caminho do fogo rumo à pira e a benção de um representante da Igreja Católica. Estava dada a mensagem de como seria encarada a questão indígena no Brasil.

A cerimônia teve continuidade com a tocha indo por terra até São Paulo e passando por 28 cidades de três estados (Goiás, Minas Gerais e São Paulo) após sair de Brasília e antes de chegar a São Paulo: Anápolis, Goiânia, Aparecida, Hidrolândia, Itumbiara, Monte Alegre, Uberlândia, Almino Campos, Uberaba, Igarapava, Ituverava, Guará, São Joaquim da Barra, Orlândia, Guaiavira, Jardinópolis, Ribeirão Preto, Cravinhos, São Simão, Santa Rita, Porto Ferreira, Pirassununga, Leme, Araras, Limeira, Americana, Campinas e Jundiaí.

Com a tocha em São Paulo, a cerimônia de abertura tomou lugar no dia 20 de abril de 1963, no estádio do Pacaembu. O jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 21 de abril deste ano, mostrava de maneira clara sua oposição em relação às reformas propostas para o setor agrário brasileiro e aproveitava o início dos Jogos Panamericanos para declarar a sua opinião contrária a João Goulart. Ocupando a maior parte da metade superior da primeira página, está uma foto da arquibancada lotada do estádio do Pacaembu. Em letras grandes e acima da foto, a frase: “Inicia-se o IV Pan-americano”. Do lado esquerdo da primeira página, uma coluna ocupa

toda a lateral da foto do estádio, com o pequeno texto “Nossa Opinião”, conduzindo para um artigo maior na página 4. Neste editorial, a *Folha de S. Paulo*, que se intitulava como “um jornal a serviço do Brasil”, apontava que os deputados dos partidos UDN e PSD, opositoristas a Goulart, debatiam o anteprojeto de reforma agrária e que tinha certeza que os mesmos iriam “aprimora-lo, aparando excessos, corrigindo distorções [...] para evitar que a reforma agrária acontecesse sem maiores traumatismos para o país” (p.4). As competições ganhavam cada vez mais notoriedade nos jornais e a *Folha de S. Paulo* sabia que sua primeira página seria procurada no dia seguinte à abertura dos Jogos Pan-Americanos, principalmente pela grande festa da cerimônia de abertura, que foi preparada por meses e gerava grande expectativa no público.

A cerimônia foi a maior até então realizada no Brasil, já incorporando elementos das aberturas dos Jogos Olímpicos para além do desfile dos atletas. Estava programada a exibição da Esquadrilha da Fumaça, mas “faltaram condições atmosféricas” para a exibição dos pilotos brasileiros. Entretanto, um helicóptero da Força Aérea Brasileira sobrevoou o estádio.

Após o desfile de todas as delegações, que teve início às 15h55, os Cadetes da Força Republicana de São Paulo carregaram a bandeira olímpica e a da Organização de Esportes Pan Americana (ODEPA). As bandeiras foram hasteadas pelo General Clark Flores, pelo presidente do COI, Avery Brundage, e pelo Major Silvío de Magalhães Padilha. Após uma salva de morteiros, os pombos foram soltos, como já era tradicional nos JJOO, e a pira foi acesa pelo atleta negro José Telles da Conceição, primeiro medalhista do atletismo brasileiro em Jogos Olímpicos (bronze no salto em altura, em Helsinque, 1952). O juramento do atleta foi feito por Amauri Passos, campeão do mundo de basquete em 1959, no Chile, eleito o jogador mais completo do torneio. O governador de São Paulo, Adhemar de Barros, na ausência de João Goulart, declarou abertos os IV Jogos Pan-americanos de São Paulo, em rápida declaração.

Outro evento mundial que o Brasil sediou no mesmo ano foi a Universíade, os jogos esportivos mundiais universitários, em Porto Alegre. A cerimônia de abertura aconteceu no dia 31 de agosto, no Estádio Olímpico, de propriedade do Grêmio de Foot-Ball Portoalegrense, reunindo uma verdadeira multidão para acompanhar (PEREIRA, LYRA e MAZO, 2012). A cerimônia do evento, que contou com o desfile de mais de 1.500 atletas de delegações de 23 países de todo o mundo, deveria ter contado com a presença do presidente João Goulart, que havia confirmado sua presença. No entanto, mesmo sendo um evento em seu estado e de

menor proporção e visibilidade, ao menos para a imprensa nacional, João Goulart pediu desculpas e não compareceu.

Após o Pan e a Universíade de 1963, o Brasil passaria um longo tempo sem sediar competições esportivas internacionais das mais relevantes. Apenas nos anos 2000, com a volta dos Jogos Sul Americanos ao país em 2002, inaugura-se uma nova época na política brasileira em relação à organização de eventos esportivos internacionais que levam o país a sediar novamente os Jogos Pan Americanos, em 2007, a Copa do Mundo, em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Estes eventos acontecem dentro de um novo período de espetacularização das competições esportivas e, principalmente, de uma nova estética nas mensagens.

Rio 2016 e sua construção de uma história da nação

Os Jogos Rio 2016 fizeram parte de um ciclo de grandes eventos esportivos sediados no Brasil, que incluem os Jogos Pan Americanos Rio 2007 e a Copa do Mundo de futebol 2014. As cerimônias de abertura destes últimos dois eventos procuravam marcar também esta estética dita nacional com a valorização das riquezas naturais, do clima e da hospitalidade e alegria do povo brasileiro (ABRAHÃO e SOARES, 2015; e GUTTEMBERG, 2015).

Antes de nos concentrarmos no discurso proferido na cerimônia de abertura dos Jogos Rio 2016 e de sua recepção na imprensa francesa, vale tecer alguns comentários sobre as cerimônias dos Jogos Sul Americanos 2002, dos Jogos Pan Americanos Rio 2007 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Como afirmamos, estas três competições fazem parte de um período em que o governo brasileiro veio reiteradamente realizando tentativas de sediar os maiores eventos esportivos do mundo (SANTOS, 2014).

Os Jogos Sul-Americanos de 2002 estavam previstos para Córdoba, na Argentina. Entretanto, a cidade argentina desistiu meses antes do evento, alegando falta de condições por conta da crise econômica naquele país. O Brasil concentrava seus esforços em tentar sediar o Pan de 2007, concorrendo com San Antonio, nos Estados Unidos. A decisão sobre o vencedor aconteceria em votação no Congresso da ODEPA, que aconteceria dias após o final do Sul Americano de 2002. Carlos Artur Nuzman, então já presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), percebeu a oportunidade estratégica: socorrer a Organização Desportiva

Sul Americana (ODESUR) para depois conseguir os votos dos delegados sul-americanos da ODEPA que iriam à assembleia da entidade, no México, votar a decisão da sede do Pan de 2007.

A cerimônia de abertura foi na verdade um grande encontro para realização do lobby pela votação do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan Americanos de 2007. O evento aconteceu no Palácio da Cidade, no Rio de Janeiro. Estavam no evento Carlos A. Nuzman, João Havelange (presidente de honra da FIFA e membro do COI), Caio de Carvalho (Ministro do Esporte e do Turismo) e Cézár Maia (prefeito do Rio de Janeiro). Estava presente também o presidente da ODESUR, Antônio Rodriguez, e foram convidados pela organização nada menos que 22 do total de 51 eleitores no congresso da ODEPA. Vinte e quatro dias depois, o Rio de Janeiro era eleito sede dos Jogos Pan Americanos de 2007, na 40ª Assembleia da ODEPA, na cidade do México, conseguindo 30 dos 51 votos.

Os Jogos Pan Americanos de 2007 tiveram grande espaço nos maiores veículos de mídia brasileiro e a cerimônia de abertura também teve grande espaço. O evento ocupou 55,3% do tempo do Jornal Nacional, principal programa de notícias da Rede Globo, maior canal de televisão do país (LISBOA, MEZZAROBBA, MURNARIN, 2009). A cerimônia de abertura elegeu o samba e a capoeira como símbolos principais a serem exaltados. Tais elementos foram reverberados pela mídia como uma metonímia da identidade brasileira, servindo para reafirmar a “nação mestiça” que era o Brasil (ABRAHÃO, SOARES, 2015).

A cerimônia de abertura da Copa do Mundo de 2014 traçou caminhos semelhantes na construção de seu discurso. Evento de grande poder midiático, a cerimônia de abertura foi realizada no estádio do Sport Club Corinthians Paulista. Trouxe consigo a exaltação à natureza, ao índio, aos ritmos brasileiros e ao próprio futebol. Mais uma vez, uma mensagem estereotipada representando uma cultura única e retratada de forma caricata, por meio de uma espetacularização de algumas características, sem atenção à nossa diversidade cultural, foi o mote da cerimônia (GUTEMBERG, 2015).

A cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2016 também esteve carregada de representações de valores estéticos idealizados do que se pretende mostrar como o “ser brasileiro”. A receita da mistura racial de Gilberto Freyre aparece explícita ao longo de toda a cerimônia. No entanto, desta vez, tal receita não veio sem uma tentativa de crítica às contradições deste processo, com referências ao peso da escravidão para o país. Com representações da periferia e da diversidade da sociedade brasileira, o cenário contrastava com a sombra do então presidente Michel

Temer, representante de um retrocesso político contrário ao que tornou possível tais manifestações da cultura brasileira (ROCHA, 2017).

O impacto desta ação pode ser percebido, ainda que de maneira limitada, pelo que foi dito a respeito da cerimônia de abertura na imprensa internacional. Em nosso caso, optamos pela imprensa francesa, que deu ampla repercussão à cerimônia de abertura e ao aspecto da mesma querer retratar o que acreditam ser uma representação história da identidade brasileira. Os termos usados para descrever a cerimônia de abertura são variados. No entanto, quase todos os meios de comunicação analisados perceberam que a cerimônia foi pensada para mostrar ao mundo a história do Brasil. Alguns dos principais jornais franceses como o *Le Point* (GRENAPIN, 2016), o *Le Figaro* (FESTOR, 2016) e o *Le Parisien* (ACOSTA, 2016) apontam que esta história do Brasil foi mostrada ao mundo ao revelar a colonização portuguesa, as marcas da escravidão, sem deixar de lado a valorização do índio e da Amazônia. No entanto, nem só de elogios - ou do que poderíamos chamar de uma assimilação positiva das mensagens construídas - foram feitas as matérias da imprensa francesa.

No jornal *L'Express*, a reportagem sobre o evento informa que a cerimônia, ao invés de algo rápido e de qualidade, não fugiu à regra do retorno à história do país que sedia o evento, em uma cerimônia cheia de clichês e glamour (SCOTTO, 2016). Mas a crítica mais pesada veio do *Le Monde*, um dos mais importantes jornais do país, na nota de Claire Gatinois, “A agressão que você não verá na cerimônia de abertura”. A jornalista entrevistou a socióloga e professora Esther Solano, da Universidade Federal de São Paulo, que teceu duras críticas às representações da cerimônia como pretensão de contar uma história do Brasil. Solano apontou que as simulações às agressões sofridas pelos escravos, por exemplo, foram lamentáveis. Apontou que os prejuízos raciais foram apresentados como se fossem aspectos naturais da história e não uma construção da sociedade. Ao mostrar o suposto cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, mostraram que suas mazelas podem sempre acabar em uma grande festa, em uma espécie de coroamento da tese da “democracia racial” de Gilberto Freyre que, segundo Solano, os brasileiros acreditam há muito tempo (GATINOIS, 2016).

Considerações finais

Observar os eventos na chamada longa duração nos traz alguns prejuízos, como por exemplo a perda dos detalhes na observação dos fenômenos históricos.

No entanto, exercícios dessa natureza nos permitem observar algumas constâncias ao longo do tempo, na medida em que podemos de alguma forma adotar algum tipo de medida comparativa. E no caso das cerimônias de abertura de alguns dos mais importantes eventos sediados no Brasil, algumas observações são possíveis.

De maneira óbvia, cada evento guarda suas proporções com seu tempo, sejam na organização, na utilização de elementos tecnológicos ou na midiaticização dos mesmos. O investimento de tempo, pessoas e dinheiro nas cerimônias contemporâneas são infinitamente superiores aos realizados nos eventos anteriores. As piruetas dos aviadores franceses de 1919 não se comparam à cerimônia grandiosa dos Jogos Rio 2016, se utilizarmos estes critérios de classificação. Mas se pensarmos nas suas mensagens políticas e no alcance de suas medidas, estas cerimônias são não apenas comparáveis, mas passíveis de uma reflexão.

A referência a uma questão nacional esteve sempre presente. Podemos ver isso na apresentação dos pilotos franceses e na decisão em favor da França como parceira para remodelação das Forças Armadas do país. Podemos ver também na necessidade de uma comissão organizadora militar em 1922, para mostrar que sociedade civil e os militares podiam andar de mãos dadas. Podemos ver também, de maneira tímida, na execução da Polifonia O Guarani, de Carlos Gomes, na Copa de 1950, e no papel destinado aos índios Carajás para acender o fogo pan-americano, em 1963, em meio aos graves conflitos indígenas que o país passava. Mais visões caricaturadas do sofrimento pelo qual passavam os diferentes povos indígenas brasileiros.

Se o negro passa a ser personagem das cerimônias de abertura de maneira tardia é porque assim foi pensado também em relação ao país. E mesmo fazendo parte desta história, o faz de maneira estereotipada, como também são os índios, desde sua inclusão como personagem deste tipo de evento no Brasil. Como bem disse a professora Esther Solano, mostramos as mazelas como se fossem naturais, e não como construções concretas das relações sociais nas quais estamos inseridos. E ainda com a possibilidade de tudo terminar em festa. Com diferentes matizes, em diferentes temporalidades, o que se assiste são cerimônias de abertura carregadas de significado cultural mas também, e principalmente, político.

Referências

ABRAHÃO, Bruno e SOARES, Jorge. "O espetáculo esportivo na construção das representações sobre a identidade brasileira: uma análise da abertura dos Jogos Pan-a-

americanos de 2007 - o 'Pan do Brasil'". In *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, v. 37, n. 4, p. 333-340, 2015.

ACOSTA, Luis. JO-2016: Début de la cérémonie d'ouverture. *Le Parisien*, 6 ago, 2016. <http://www.leparisien.fr/flash-actualite-monde/jo-2016-debut-de-la-cere-monie-d-ouverture-06-08-2016-6018797.php>. Acesso em 15 out. 2017.

BELLINTANI, A. I. "Relação França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro". In *Meridiano 47* (UnB), v. 17, p. 01-17, 2016.

FARIAS, G. M. "Convenções e invenções em torno da tópica 5 - #5 - 6..". In *Per Musi*, Belo Horizonte, n. 29, 2014, p.147-153.

FESTOR, Gilles. Le Brésil a parfaitement lancé ses Jeux olympiques dans une ambiance festive au stade Maracana. *Le Figaro*, 6 ago, 2016. <http://sport24.lefigaro.fr/jeux-olympiques/rio-2016/actualites/jo-2016-la-cere-monie-d-ouverture-en-direct-818276>. Acesso em 15 out. 2017.

GATINOIS, Claire. "JO 2016 : l'« agression » que vous ne verrez pas à la cérémonie d'ouverture". *Le Monde*, 5 ago, 2016. http://www.lemonde.fr/jeux-olympiques-rio-2016/article/2016/08/05/l-agression-ejectee-de-la-cere-monie_4978974_4910444.html. Acesso em 15 out. 2017.

GRENAPIN, Antoine. "JO 2016 : ce qu'il faut retenir de la cérémonie d'ouverture". *Le Point - Sport*, 6 ago, 2016. http://www.lepoint.fr/sport/jo-2016-ce-qu-il-faut-retenir-de-la-cere-monie-d-ouverture-06-08-2016-2059354_26.php. Acesso em 15 out. 2017.

GUTEMBERG, Aloisio. "A cerimônia de abertura da Copa do Mundo de 2014: hibridização das identidades e a resistência ao espetáculo". In *Temática*, Ano XI, n. 02, p. 25-36, 2015.

LATTIPONGPUN, Wichian "The origins of the Olympic Games' opening and closing ceremonies: artistic creativity and communication". In *The Journal of Intercultural Communication Studies*, 19(1), 103-120, 2010.

LISBOA, Mariana; MEZZAROBA, Cristiano; MUNARIN, Iracema. "Jogos Pan Americanos Rio 2007 e a cobertura do Jornal Nacional". In: De Lorenzi, Giovanni (org). *Observando" o Pan Rio/2007 na mídia*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2009, p. 47-52.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. "Os 'jovens turcos' no processo de desenvolvimento do Exército e da nação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

PEREIRA, Ester; LYRA, Vanessa; MAZO, Janice. "Universíade de 1963: Porto Alegre sedia um evento esportivo mundial". In *Kinesis*. Santa Maria. Vol. 30, n. 2 (jul./dez. 2012), p. 7-19.

ROCHA, Maria. “Nacionalismo e diversidade: do programa ‘Esquentá’, da Rede Globo, à cerimônia de abertura das Olimpíadas do Rio 2016”. In *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 16 – Nº 35 - Jan./Abr. de 2017.

SANTOS, João. “Brazil: An Emerging Power Establishing Itself in the World of International Sports Mega-Events”. In *The International Journal of the History of Sport*, v. 31, n. 10, p. 1-16, 2014.

SANTOS, João; MELO, Victor (org.). *1922: celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SCOTTO, Romain. EN IMAGES. JO de Rio: la cérémonie d’ouverture en dix moments kitsch. *L’Express*, 6 ago, 2016. Disponível em:

http://www.lexpress.fr/actualite/sport/en-images-jo-de-rio-la-ceremonie-d-ouverture-en-dix-moments-kitsch_1819073.html. Acesso em 15 out. 2017.

SHAIKIN, Bill. *Sport and politics: The Olympics and the Los Angeles Games*. New York: Praeger, 1988.

VELLOSO, Monica. “O modernismo e a questão nacional”. In: Ferreira, J. e Delgado, L. *Brasil Republicano v.1: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 351-386.

6 “Referenciais Ocultos”: a Questão da Identidade Nacional nos Jogos Olímpicos de Berlim e do Rio de Janeiro

Claudio Bertolli Filho ³⁹; *Renata Aparecida Frigeri* ⁴⁰

A realização dos Jogos Olímpicos implica em bem mais do que a apresentação de uma série de competições esportivas. Para além das performances atléticas, um megaevento que desperta a atenção mundial aflora como um momento privilegiado no qual o país que sedia o evento (re)apresenta-se ao mundo, imbricando no ritual olímpico mensagens articuladas com sua auto-identidade. Esse movimento de apropriação nem sempre discreta dos protocolos do cerimonial olímpico é entendido como a fluência de “referenciais ocultos” que, mais do que a celebração dos esportes, guarda em seus interstícios contingências socioculturais e também interesses de ordem política e econômica (BOURDIEU, 1997, p. 123).

O princípio segundo o qual a nação se constitui em uma “comunidade imaginada” impõe que, no processo de constituição do Estado nacional, uma série de elementos seja invocada para atestar a singularidade local frente às demais nações: um mapa no qual fiquem claramente esboçadas as fronteiras territoriais, uma língua oficial, uma história formalmente aceita pelas elites e também um conjunto de características culturais que seria específico da comunidade nacional (ANDER-

39 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e livre-docente na área de Antropologia na Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Bauru. Docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação na mesma instituição.

40 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação na Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Bauru, onde pesquisa a identidade germânica nos filmes de Leni Riefenstahl. Coordenadora do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Pitágoras de Londrina (PR).

SON, 2008). A identidade nacional resulta de uma complexa negociação social que, elaborada no percurso da história ou arquitetada em tempos recentes, atende aos interesses de um grupo ou de toda uma sociedade, anunciando a existência de um agrupamento humano capacitado para ser incluído positiva e funcionalmente no “orquestramento universal” das nações (HOBSBAWN, 1983).

A partir destas considerações, o objetivo deste texto é analisar como as identidades nacionais têm sido exploradas nos festejos olímpicos, circunscrevendo o estudo às cerimônias de abertura e de encerramento do ciclo de competições, especialmente os rituais iniciais, já que as solenidades de finalização tendem a reiterar o que já havia sido invocado nas encenações iniciais. Adotou-se para exame as celebrações dos XI Jogos Olímpicos, realizados em Berlim em 1936, e dos XXXI Jogos, ocorridos no Rio de Janeiro em 2016. A seleção destes dois momentos olímpicos deve-se não só às oito décadas que distanciam cada uma das competições, mas também porque na Alemanha, as cenas gravadas para serem perpetuadas dos Jogos constituíram-se em um momento marcante da história da humanidade, sendo registradas pela equipe capitaneada por Leni Riefenstahl, a cineasta preferida de Hitler, cuja produção tornou-se parâmetro para a mídia esportiva no pós-guerra; as imagens distribuídas em escala planetária dos Jogos do Rio de Janeiro ficaram a cargo do Olympic Channel, criado no ano de 2016 pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para oferecer uma versão dos Jogos que satisfizesse os interesses tanto do próprio COI quanto do país sede da competição.

Berlim, 1936

Berlim foi designada para receber os Jogos Olímpicos cinco anos antes da realização do evento, durante a República de Weimar (1919-1933). A escolha não foi eventual; a eleição da cidade objetivava demonstrar que, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha era novamente aceita pelas nações vitoriosas, inclusive porque vivia sob um regime republicano, democrático e compromissado com o pagamento dos custos da guerra para os países com os quais se defrontou (TRIMBORN, 2007, p. 131).

No entanto, devido a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, e o endosso oficial de uma política antisemita, as delegações esportivas de diversos países levantaram questionamentos sobre a viabilidade da realização dos Jogos na Alemanha. As contestações aumentaram significativamente após a proclamação das Leis Raciais

em Nuremberg, em setembro de 1935, que excluía oficialmente os judeus das atividades políticas, econômicas, culturais e esportivas do país. Em consequência, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos foram organizados protestos contra a realização dos Jogos em Berlim. Primeiramente na Inglaterra e, em seguida, na Holanda e na Suécia foram publicados artigos jornalísticos criticando a ditadura nazista e exigindo o boicote aos Jogos (BACH, 2007, p. 214). Os protestos e críticas foram, de regra, liderados por associações esportivas e por organizações judaicas, sendo que nos Estados Unidos deu-se a maior de todas as manifestações, pois lá havia um grande número de semitas nas equipes olímpicas e eram os judeus os principais patrocinadores dos atletas (HOLMES, 1974, p. 39).

Medidas foram implementadas pelo governo teutônico, em parceria com a sociedade civil, a imprensa e as empresas, para minimizar a ojeriza internacional em relação à realização dos Jogos em Berlim. Isto porque o evento foi avaliado como uma excelente ocasião para que fosse exibida uma versão altamente idealizada da Alemanha para milhares de turistas e para a imprensa internacional. O governo nazista viu-se coagido a assegurar a participação dos atletas semitas nos Jogos; dois germânicos judeus que haviam migrado da Alemanha foram chamados para retornar e competir pelo país. Também foi garantido ao COI que nenhum esportista estrangeiro seria discriminado (EVANS, 2014, p. 642).

Para causar uma boa impressão aos visitantes, em janeiro de 1936, os cartazes antisemitas expostos em todo o país, em espaços públicos e privados, foram discretamente retirados. O agressivo e violento jornal *Der Stürmer*, cujo *slogan* bradava “Os judeus são a nossa desgraça”, teve sua circulação suspensa. A imprensa recebeu instruções de como escrever as notícias que deveriam ser publicadas nos meses anteriores à realização das competições e passou a convocar todos os alemães para receberem bem os estrangeiros. Dentre as orientações governamentais, o Ministério da Propaganda determinou que os meios de comunicação não mencionassem a “questão judaica” durante os Jogos. Memorandos do departamento de Goebbels também foram enviados aos hotéis e restaurantes, recomendando hospitalidade aos visitantes e silêncio sobre a perseguição aos judeus (HOLMES, 1974, p. 22).

Além disso, um campo de detenção foi construído nos arredores de Berlim para retirar das ruas os considerados “indesejáveis” e garantir com isso maior segurança aos turistas. Para a prisão foram encaminhados marginais, comunistas e ciganos que potencialmente poderiam comprometer a imagem da cidade frente aos visitantes. Inicialmente, era uma medida temporária para ser aplicada apenas durante a realização dos Jogos, mas os ciganos permaneceram anos no campo de

Marzahn e, de lá, foram enviados para Birkenau e Auschwitz, onde seriam exterminados (BACH, 2007, p. 220).

Tentando atenuar ainda mais as críticas internacionais, Hitler não economizou recursos para exibir a “Nova Alemanha”: além de prédios e suntuosos espaços para o embelezamento de Berlim, foi construída uma vila olímpica, pela segunda vez na história dos Jogos, para acomodar os atletas. A primeira havia sido erguida para hospedar os participantes da Olimpíada de Los Angeles, quatro anos antes, mas era rudimentar se comparada à berlinense, que se mostrava maior e melhor estruturada, assemelhando-se a uma pequena cidade, com alojamentos, escritórios, restaurantes, clínicas médicas, bosques, lagos, e muito conforto (HOLMES, 1974, p. 72).

Hitler decidiu que os Jogos ofereceriam a oportunidade de os alemães, identificados como aliados do regime nazista, influenciarem positivamente a opinião pública mundial; por isso, cada detalhe deveria ser verificado com cautela. Victor Klemperer, judeu alemão e filólogo, que permaneceu na Alemanha durante todo o período nazista, registrou em seu diário a importância que os Jogos tiveram para o país. Segundo ele, o Terceiro Reich buscou projetar-se para que todos o percebessem como o líder cultural e político do mundo civilizado (KLEMPERER, 2009, p. 350).

Após oito meses de intensos preparativos, no sábado, dia 1º de agosto de 1936, Berlim, por meio de seus cidadãos, imprensa e empresas, estava pronta, em sua melhor versão idealizada, para receber seus visitantes para a Abertura dos Jogos Olímpicos.

A Olimpíada de Hitler

A abertura e o encerramento dos Jogos Olímpicos de Berlim foram destaque dentre todos os momentos das competições, pois em ambos os principais líderes do partido nazista estiveram presentes, inclusive o próprio Hitler. Nessas ocasiões, o *Olympiastadion*, construído especialmente para ser o ambiente central do evento, recebeu um grande público, viabilizando que a Alemanha apresentasse sua auto-identidade engendrada nos rituais olímpicos.

Tudo na produção do espetáculo foi preparado para invocar imagens e representações da Grécia Clássica, desde esculturas situadas na entrada principal do estádio até detalhes arquitetônicos do interior da construção. A referência aos gregos durante o período nazista não foi uma exclusividade dos Jogos de 1936. Hitler já havia afirmado em *Mein Kampf* que o ideal de beleza física dos helenos deveria ser almejado pelos alemães; o *Führer* também considerava o povo teutônico herdeiro

natural dos gregos. A escultura de Míron, *Discóbolo* (datada de 450 a. C.), que representa o lançador de discos preparando-se para competir foi insistentemente invocada no filme oficial dos Jogos, tornando-se um dos seus símbolos, inclusive devido ao modelo de perfeição física que o nazista deveria assimilar. Não é coincidência que, no ano seguinte à Olimpíada, a estátua foi adquirida pelo governo alemão e passou a integrar as exposições artísticas patrocinadas pelo Partido Nazista, conforme atesta o documentário *A Arquitetura da destruição* (COHEN, 1992).

A aproximação que Hitler e seus comparsas fizeram da arte grega com a sua ideologia visava legitimar a identidade nazista perante a opinião pública e destacar os germânicos como tributários legítimos da tradição artística, do ideal de pureza e da integridade moral dos helênicos. A pira olímpica, acendida em Atenas, percorreu diversos países até chegar a Alemanha. Na nação-sede, o Estádio Olímpico berlinense ostentava um grande sino em sua fachada; o símbolo pesava 13 toneladas e media 2,60 metros de altura, nele, viam-se os Anéis Olímpicos ao lado da águia nazista como elementos imagéticos que anunciavam a ordem olímpica: “Eu convoco a Juventude do Mundo” (CORNELSEN, 2006, p. 204).

O primeiro rito celebrado na abertura foi o hasteamento das bandeiras dos 49 países competidores representados por 3.963 atletas. Depois de içados os pavilhões nacionais, Hitler adentrou o palácio esportivo e foi ovacionado pela multidão que o saudou com o braço estendido segundo o protocolo nazista. O cumprimento eufórico dos teutônicos ao seu líder foi presenciado por estrangeiros e jornalistas de todo o mundo. O *Führer*, como membro honorário do COI, assistiu ao desfile das nações, iniciado pela comitiva grega, conforme a tradição olímpica, e seus membros saudaram o líder germânico. Os helenos foram seguidos pelos suecos e pelos britânicos, os quais evitaram cumprimentar os nazistas. Em seguida, adentraram ao estádio os austríacos e os italianos, que repetiram o gesto de saudação; entraram então os demais visitantes e, por último, os teutônicos.

Os atletas germânicos, homens e mulheres, vestiam trajes brancos e saudaram Hitler. No entanto, os competidores que pertenciam ao Partido Nacional Socialista ostentavam o uniforme nazista e, ao invés da saudação convencional, fizeram o cumprimento militar ao ditador, evidenciando uma cena não esportiva, mas sobretudo política. Ressalta-se que nenhum outro país utilizou vestimenta militar no desfile dos Jogos.

Hitler, declarou aberto os Jogos de 1936 sob forte comoção e apoio popular, inaugurando uma competição que, pouco tempo depois, foi considerada a primeira disputa olímpica na qual houve o uso generalizado de benzedrina, uma afetamina que ampliava momentaneamente a capacidade física e psicológica dos

atletas (OHLER, 2017, p. 52). A bandeira olímpica foi hasteada e, simbolicamente representando a paz, milhares de pássaros brancos foram soltos, revoando pelo ambiente do estádio. Na sequência do espetáculo inaugural, um atleta germânico apresentou-se para acender a pira no estádio. O hino alemão foi cantado e, após isso, 3 mil voluntários, regidos por Richard Strauss, entoaram o Hino Olímpico, sendo que num momento seguinte, o mesmo coro interpretou a Canção de Horst Wessel, um dos mais conhecidos hinos do Partido Nazista (EVANS, 2014, p.642). O discurso de abertura à cargo do presidente do COI foi proferido em alemão e traduzido em simultâneo para o italiano, francês, japonês, português e inglês.

O encerramento dos Jogos Olímpicos, que ocorreu na noite de 16 de agosto, concentrou-se na construção de poéticas imagens reforçando a um só tempo os símbolos olímpicos e os ícones e mensagens nazistas. Como no evento de abertura, os atletas dos países competidores desfilarão com suas bandeiras em punho e, quando o sino ecoou novamente, a última imagem vista pelo público foram fochos de luz projetados do estádio para o céu, marcando o fim dos Jogos Olímpicos de Berlim e celebrando a cidade de Tóquio como sede da competição que ocorreria em 1940 mas que, devido à Segunda Guerra Mundial, não seria realizada. Repetiu-se assim o que havia acontecido com a própria Alemanha, eleita para sediar a Olimpíada de 1916, a qual não ocorreu em consequência da Primeira Guerra Mundial.

Tal como na abertura, a cerimônia de encerramento do evento foi pródiga na invocação de referências à cultura helênica. Com isso reiterava-se uma vez mais a arquitetura de uma identidade nacional que situava os alemães como continuadores de uma tradição necessariamente atualizada dos princípios estéticos e morais clássicos. Na agenda nazista, o referencial oculto que instruiu a espetacularização dos Jogos de 1936 baseava-se na continuidade entre o antigo e o moderno; da mesma forma que a Grécia Clássica tornara-se o pilar da cultura ocidental, a Alemanha reivindicava uma identidade que supostamente atestava a capacidade e o poder dos germânicos para ocupar a posição de pedra angular de um mundo que se avizinhava da que foi considerada a guerra mais sangrenta de toda a história.

O espetáculo organizado na Alemanha e perpetuado nas imagens captadas pela equipe liderada por Leni Riefenstahl encantaram inclusive alguns críticos estrangeiros que condenavam o nazismo e que, de alguma maneira, buscaram desculpar as situações nas quais atletas afrodescendentes foram sutilmente – ou nem tanto – discriminados pelos alemães, tendo-se como episódio mais conhecido o caso protagonizado pelo atleta estadunidense Jesse Owens. A pretensa superioridade alemã foi atestada pelo fato de o país ter liderado o quadro de medalhas olímpicas, sendo a nação que ganhou o maior número de medalhas de ouro. Preconi-

zada como “providência do destino”, a exímia organização do evento, as vitórias dos atletas alemães e a versão fílmica oficial dos Jogos contribuíram para o bom desempenho propagandístico do regime nazista, fazendo que muitos visitantes estrangeiros regressassem a seus países entusiasmados com o espetáculo patrocinado por Hitler (KERSHAW, 2010, p. 391).

Rio de Janeiro, 2016

Em outubro de 2009, quando a cidade do Rio de Janeiro recebeu a indicação final para sediar os Jogos Olímpicos que seriam realizados sete anos mais tarde, boa parte da população brasileira comemorou o fato com euforia, tendência acompanhada em uníssono pela mídia. De imediato, jornais e revistas veicularam com destaque imagens do conagraçamento que aproximou o presidente Lula ao escritor Paulo Coelho, Pelé ao governador do Rio, Sérgio Cabral, acrescidas de tomadas de pontos turísticos e da população carioca. Celebrava-se o que foi de imediato considerada uma “vitória” fluminense sobre Chicago, Madri e Tóquio, cidades que também haviam disputado a indicação para sediar o evento (MARQUES, 2016a, p. 59-60).

A reação positiva à conquista deveu-se inclusive ao carisma demagógico do presidente da República e ao relativo bom desempenho econômico do país, os quais moldavam um momento de otimismo coletivo sobre o presente e o futuro nacional. No entanto, pouco tempo depois, o país mergulhou em uma crise econômica e política, ganhando vulto as notícias sobre a extensão da corrupção e o precário gerenciamento na administração pública, circunstâncias que fragilizaram o governo da presidente Dilma Rousseff e que, a partir de 2013, alimentaram sucessivos protestos populares.

Nesse novo cenário, o otimismo foi substituído por um pessimismo sem precedentes em relação à maior parte das iniciativas que contavam com a participação de verbas públicas, inclusive os megaeventos que ocorreriam no país, como a Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos de 2016. O movimento “não vai ter Copa” chamou a atenção e as imagens da repressão policial aos protestos de rua, assim como o fracasso do futebol nacional na Copa do Mundo contribuíram para que se agravasse ainda mais as críticas ao que por muitos foi considerado desperdício do dinheiro público em uma conjuntura de crise econômica e mau funcionamento dos serviços oficiais, como os de educação e saúde.

Da mesma forma que as vozes populares, boa parte da grande mídia também redefiniu seu posicionamento frente ao megaevento programado para ocorrer em 2016. Se desde 2010, alguns observadores passaram a advogar que o interesse em sediar os Jogos era um desejo político e empresarial e não uma opção popular (MAGALHÃES JÚNIOR et al., 2011, p. 54; BITTENCOURT, 2016, p. 91), nos meses anteriores à realização da Olimpíada, os meios de comunicação empenharam-se diariamente em elencar motivos que poderiam levar ao fracasso ou mesmo impedir a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. O acirramento da crise econômica, do desemprego e das denúncias de corrupção que comprometiam políticos e empresários, a substituição da presidente Dilma por Michel Temer, a falência financeira do Rio de Janeiro, a violência urbana e a epidemia de zika vírus, além do atraso e imperfeição das obras destinadas aos Jogos Olímpicos criaram um clima de incertezas, havendo por final boatos de que atletas estadunidenses e quenianos estariam se recusando a vir competir no Brasil.

Buscando responder às críticas, a esfera governamental limitava-se a atribuir tais observações ao espírito derrotista de alguns poucos e à tendência de se considerar os brasileiros como incapazes de gerenciar eventos de âmbito mundial. Mais do que isto, desde a realização dos Jogos Panamericanos de 2007, o governo reiterava que os megaeventos esportivos teriam um saldo positivo representado por novas edificações, melhorias nos equipamentos urbanos e no transporte público e também a renovação da imagem do Brasil no exterior (Rodrigues et al, 2008). No ano anterior à realização da Olimpíada no Rio, a presidência da República patrocinou uma pesquisa de opinião que, mesmo pouco clara em suas ponderações, concluiu que os brasileiros mostravam-se favoráveis à realização dos Jogos, depositando vigorosas esperanças no legado social e econômico que deixaria para o país (BRASIL, 2015).

A olimpíada de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda

Não obstante o volume de críticas e percalços, a cerimônia de abertura do XXXI Jogos Olímpicos foi realizada no estádio do Maracanã na noite de 5 de agosto de 2016, sendo que a competição estendeu-se até 21 do mesmo mês, quando houve os festejos de encerramento do evento. Segundo o COI, aproximadamente três bilhões de pessoas em todo o planeta assistiram por meio da televisão ou outras plataformas cada uma dessas cerimônias, sobretudo pela versão levada ao ar

pelo Olympic Channel, a qual contou com a assessoria dos profissionais da Rede Globo de Televisão.

Apesar de se colocar como inovador, em termos identitários o espetáculo que se iniciava no estádio empenhou-se em oferecer ao mundo uma representação do brasileiro segundo o que tem sido tradicionalmente aceito no plano internacional, aflorando como desdobramento ampliado do show apresentado em 2012, no encerramento da Olimpíada de Londres, quando o Brasil ganhou espaço por sediar a próxima edição da competição (Freitas; Lins; Santos, 2014). A persistência das mesmas marcas deixou evidente que as elites brasileiras e, presumivelmente, uma parcela significativa da população mantêm-se fiéis a um projeto identificador que, articulado no contexto do movimento modernista iniciado em 1922, guarda como ponto central as propostas de Gilberto Freyre (1900-1987), sintetizado especialmente em sua principal obra, *Casa-Grande & Senzala*, publicada originalmente em 1933, a qual ainda constitui-se em referência internacional e midiática do que é o Brasil e sua gente (FREYRE, 2006).

A exaltação do cenário carioca teve desdobramento em um dos temas que oficialmente instruiu a organização do espetáculo: a natureza e sua proteção. Avaliado como um país cujo território se situa todo ele nos trópicos, Jorge Ben Jor entoou “País tropical”, celebrando reiteradamente as frases “moro num país tropical, abençoado por Deus / e bonito por natureza”. Síntese turística que se quer comprovadora de uma nação “bonita por natureza”, o Rio de Janeiro foi exaltado, recorrendo-se incansavelmente ao rótulo de Cidade Maravilhosa a qual se buscou atestar com a multiplicidade de imagens exaustivamente difundidas no exterior, como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, a orla marítima, e o próprio estádio do Maracanã, acrescentando-se ainda a canção “Aquele abraço”, onde se declara “O Rio de Janeiro continua lindo”. Na sequência, mediante a invocação da natureza como sinônimo das florestas brasileiras, reivindicou-se a posição estratégica do país na proteção ambiental do planeta, já que em seu território localiza-se a maior parte da floresta Amazônica, louvada como “pulmão verde” do planeta. Para completar o esboço de um idílico cenário, imagem inegavelmente tributária da versão elaborada por Pero Vaz de Caminha em sua carta ao rei lusitano sobre a Terra de Vera Cruz, o espetáculo foi preenchido por uma multiplicidade de cores e sons, com referências à flora e à fauna brasileiras. Aliás, o próprio mascote da Rio 2016, que foi praticamente esquecido no decorrer da cerimônia, constitui-se em um personagem batizado Vinicius (em homenagem ao bossa-novista conhecido nos Estados Unidos e Europa, Vinicius de Moraes) e que se definiu como uma síntese elástica de todos os animais brasileiros.

As referências à natureza, como um dos temas-guias do show permeou todo o espetáculo, sendo que, já na metade da cerimônia, os cuidados ao meio ambiente tornaram-se por algum tempo tópico imperante. Uma das inúmeras crianças afrodescendentes que participou das apresentações chamou a atenção para a necessidade de defesa dos espaços habitados pelo homem. Naquele momento, deu-se pela primeira vez referência explícita a contextos extranacionais, veiculando-se imagens de várias localidades do planeta caracterizadas por diferentes níveis de degradação ambiental para que uma questão fosse posta: “será que tem jeito?”. A criança vagava por um cenário inóspito urbano (não obstante as idealizações da natureza carioca) e deparou-se com uma flor rompendo o asfalto; o garoto a acariciou e seu corpo assumiu a posição de um personagem que cultuava uma dádiva para, então, a tela ser tomada por cenas de pessoas plantando árvores e também de imagens florestais, fazendo uma vez mais lembrar a floresta Amazônica.

Para dar continuidade à encenação, no momento em que as equipes olímpicas foram convocadas para se apresentarem ao público, cada um dos onze mil atletas – representando 205 nações, além de uma comitiva de refugiados –, foram acompanhadas por triciclos multicoloridos e receberam sementes de árvores nativas, as quais se prometeu que seriam semeadas no território fluminense para a formação de uma nova mata, a “floresta dos atletas”, indicada como um dos legados proporcionados pelos Jogos Olímpicos.

Estabelecido o cenário “tropical” comprometido com a preservação da esfera natural, o segundo eixo das cerimônias foi a apologia à identidade requerida do “homem brasileiro” construída a partir da cordialidade. Desde o instante inaugurador do espetáculo, observou-se a exploração do mito fundador referenciado pelo Pindorama virginal, e os personagens humanos foram apresentados como seres tomados por uma frenética e celebrativa agitação corporal. Frente à natureza repleta de maravilhas, eles não pararam e contemplaram, mas sim se apropriaram do cenário paradisíaco e deixaram-se por ele contaminar.

O destaque implícito na trama espetacularizada do país como território da freyriana “democracia racial” e da pátria do multiculturalismo e da tolerância com as diferenças culturais deu-se mediante uma liturgia cênica que impressionou aos espectadores presentes no estádio e àqueles que assistiam pelos meios massivos de comunicação. Após a entrada e apresentação dos indígenas no espetáculo, concedeu-se pouco espaço temporal para a representação dos ocupantes europeus pioneiros, sendo o espetáculo muito mais tomado pelo enfoque dos africanos deslocados compulsoriamente para a colônia portuguesa da América. Em seguida, os imigrantes foram invocados, fazendo-se fugidias referências apenas a dois grupos, os ja-

poneses e os árabes, e não aos transterrados da Europa, que compuseram a maior parte dos que migraram para o Brasil a partir do último quartel do século XIX.

O empenho de apresentação do país como uma nação mestiça determinou que a maior parte das pessoas que se apresentaram no palco do Maracanã fosse composta de afrodescendentes, havendo a discreta eliminação dos personagens brancos. A percepção de uma “pátria mestiça” foi sintonizada com a noção de cordialidade, pressuposto rascunhado por Freyre e formalizada pouco depois pelo também modernista Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que adotou o conceito como elemento fundamental da identidade cultural brasileira, a qual foi referendada como o alto fluxo emocional que instrui as ações individuais e coletivas. Nesses termos, a cordialidade foi avaliada como “a grande contribuição brasileira para a civilização” (Holanda, 1976, p. 106).

Em coerência com essa perspectiva, o Maracanã foi tomado por encenações nas quais a população mestiça perambulou por cenários que faziam referência aos cenários cariocas, com prédios das áreas centrais e comunidades dos morros, onde todos se mostram operantes, felizes, colaborativos, pautados por um espírito semelhante daquele que vem sendo anunciado desde os momentos inaugurais do movimento Modernista (MARQUES, 2016b).

Na continuidade do espetáculo, as músicas e o ritmo bossa-novistas foram substituídas pelos cantos afro-brasileiros, lembrando o candomblé, a capoeira e o rap, com a atriz Regina Casé reiterando a celebração do multiculturalismo nacional ao apologizar que as diferenças culturais (e potencialmente sociais) longe de afastar, unem a todos, momento em que os presentes – público e encenadores – deixaram-se contagiar pela música que celebrava o país “abençoado por Deus”. No instante no qual sagrado e profano se avizinham e conjugam, as lentes do Olympic Channel reiteraram a identidade requerida pelos brasileiros, destacando imagens nas quais a irreverência dos nativos presentes no estádio, contagiando os estrangeiros presentes, dançavam e cantavam, abdicando de vez de ser plateia para se metamorfosear em parte integrante da grande encenação, circunstância reprisada quando da apresentação da equipe olímpica brasileira que, não por acaso, se mostrou bem mais sorridente e informal que os atletas das demais comitivas, fato reprisado no evento de encerramento dos Jogos.

No espetáculo dedicado às formalidades de abertura oficial dos Jogos, deram-se os discursos de Carlos Alberto Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e de Thomas Bach, líder do Comitê Olímpico Internacional (COI). Como anfitrião, Nuzman mostrou-se trêmulo (o que se repetiria na cerimônia de encerramento), sendo tomado pelo ufanismo imoderado. Perorações como “o

melhor lugar do mundo é aqui”, “este Brasil gigante, que apreendemos a adorar” e “os filhos do Brasil não fogem à luta, são fortes”, recitadas em três idiomas, foram sucedidas pela fala de Bach, que foi muito mais comedido e elegante em suas palavras, ressaltando sobretudo a Olimpíada como território de solidariedade entre os povos. Como para atestar as palavras do presidente do COI, homenageou-se o atleta queniano Kipchoge Keino não pelo seu passado de conquistas olímpicas, mas sim pelo empenho em assistir as crianças carentes de seu país, o qual pediu por “mudanças positivas na humanidade”, em coerência com as propostas da Rio 2016.

Após isto, os brasileiros presentes tiveram a oportunidade, não programada pelos organizadores do megaevento, de demonstrar, como ensinou Sérgio Buarque de Holanda, que a cordialidade incorpora não somente “bons sentimentos”, mas emoções de todos os tipos. No momento em que o presidente Michel Temer foi convocado para declarar que os Jogos estavam oficialmente abertos, foi recebido por intensas vaias, fazendo que seu pronunciamento não se delongasse por mais de 10 segundos, parte dele praticamente inaudível devido ao avolumar do protesto.

Como último ato do espetáculo, ocorreu a apresentação de escolas de samba e cordões carnavalescos. Nessa ocasião, despertaram atenção não só fantasias suntuosas, mas também personagens femininas em trajes sumários, as quais o canal do COI não se furtou em dedicar alguns closes reveladores, enfatizando assim outra marca que definem, perante os olhos dos estrangeiros, quem são os brasileiros.

A cerimônia de encerramento dos Jogos pouco se diferenciou do momento de abertura; a celebração da diversidade cultural e da natureza, a bossa-nova, o samba, o carnaval e o Rio de Janeiro como cenário idílico foram reiterados, assim como os pronunciamentos de Nuzman e de Bach foram bem pouco diferentes dos discursos de duas semanas antes. Nessa finalização dos Jogos, reiterou-se ainda outro traço da cordialidade brasileira, a qual anuncia a falta de apego à hierarquia. Voluntários na organização do espetáculo foram homenageados, assim como os responsáveis pela limpeza, todos oniricamente desfrutando do mesmo status e consideração social. Como aconteceu em Berlim 80 anos antes, o Japão ganhou destaque porque a cidade de Tóquio foi escolhida como sede da Olimpíada de verão de 2020.

Considerações finais: paradoxos olímpicos

A constatação da fluência de um amplo conjunto de referências extradesportivas nas duas edições visitadas de um evento dedicado ao esporte não implica que

em outras Olimpíadas não tenha ocorrido movimentos semelhantes. Fica evidente que os “referenciais ocultos”, corporificados pelo empenho de confirmação de traços identitários nacionais faz com que os rituais olímpicos sejam espetacularizados e, nesse curso, ganhem uma dimensão imaginária que, ao se afastar dos referenciais concretos das nacionalidades, incorrem em paradoxos que merecem ser enfocados. Tal como em Berlim e no Rio de Janeiro, em outras edições olímpicas a paz foi celebrada amplamente, mesmo que no cotidiano local ela fosse um personagem ausente, citando-se como exemplos as Olimpíadas realizadas no Japão (1964), marcada por violentos protestos antiamericanos que resultou em mortes e prisões, e no México (1968), onde a competição foi iniciada poucos dias após o massacre de centenas de rebeldes políticos.

As imagens eternizadas pela cineasta Leni Riefenstahl, patrocinada pelo Partido Nazista, ocultou a Alemanha que se preparava para um confronto bélico de grandes proporções e mesmo assim celebrou a paz em vários momentos dos Jogos Olímpicos de 1936. Da mesma forma, os germânicos pontificaram apreço às várias nacionalidades presentes como atletas e como turistas, ao mesmo tempo que perseguiam todos aqueles que eram enquadrados como inimigos do regime hitlerista, inclusive os judeus. Berlim, que reivindicava que em tempo curto seria a capital do mundo, foi elogiada pelos estrangeiros que para lá afluíram para assistir aos Jogos porque se esconderam dos turistas os antros e cortiços, isto é a miséria que depunham contra a modernidade, beleza e higiene da urbe (MARABINI, 1985).

No referente ao Rio 2016, a espetacularização do evento e a seleção de imagens gravadas pelo Olympic Channel resultaram numa versão asséptica da cidade-sede e de todo o país. Findos os Jogos, jornais estrangeiros asseveraram que “tudo saiu bem na Rio 2016, imperfeitamente maravilhosa” e que os Jogos “libertaram [os brasileiros] do difundido complexo de inferioridade de que no exterior tudo funcione melhor do que no próprio país” (Olimpíada... 2016). No contexto interno, uma pesquisa do IBOPE realizada poucas horas antes do encerramento dos Jogos constatou que a maior parte dos entrevistados considerou os Jogos como um “desperdício que deu certo”. A mesma pesquisa indicou que 62% dos entrevistados indicaram que os Jogos acarretaram em mais prejuízo do que benefícios para o país, apesar de 57% afirmarem que o megaevento contribuiu para uma imagem positiva no exterior (Toledo, 2016).

No entanto, pouco se registrou sobre os paradoxos resultantes do festejo da identidade nacional. Como encenação cuja estrutura mostrava-se deslocada do real e pautada pela estética da paz, viabilizou a produção de paradoxos em série. Engendraram-se cenários, encenações e narrativas que podem ser entendidas

como “para inglês ver”, isto é, houve empenho dos organizadores e do Estado em “manter a fachada”, articulando mensagens que tiveram como função burlar medidas e situações “sem que o outro perceba”, algo próprio do tipo malandro que se quer esperto (FRY, 1982, p. 17). Aliás, é significativo que tenha ganhado destaque nas cerimônias sambistas da velha geração que personificavam nos enredos musicais e na indumentária o semblante estigmatizado do malandro brasileiro.

O pressuposto que o malandro engana sem que o outro perceba, no entanto, não encontrou destinatários inocentes. Apesar das estratégias de sedução arremetidas no transcorrer do evento, a mídia nacional e estrangeira reportou-se aos arranjos impostos ao Rio de Janeiro, com deslocamento de pequenas comunidades, redobramento da repressão policial e instalação de grandes outdoors e a construção de prédios modernos para ocultar os cenários desqualificadores do espaço carioca. No dia da abertura dos Jogos, buscou-se calar a imprensa sobre a violência policial direcionada contra um pequeno grupo que, nas proximidades do Maracanã, bradavam contra a realização da Olimpíada. Da mesma maneira, uma foto muito divulgada nas redes sociais, captada por um fotógrafo sérvio, mostrava crianças de comunidades dos morros tentando ver alguma coisa do estádio onde ocorria a cerimônia, destacado no noturno carioca pelas luzes e fogos de artifício que encantavam a todos.

Os paradoxos não param por aí. A declaração de preocupações com a natureza e o meio ambiente tinham como contraposto o desinteresse oficial em despoluir a baía da Guanabara e a lagoa Rodrigo de Freitas, a destruição da mata carioca e o pouco empenho em preservar a floresta Amazônica, resultando em contínuas censuras internacionais. A proclamação do respeito à diferença e a multiculturalidade imperante no país também nutriram outros paradoxos. A nação mestiça ainda mantém os afrodescendentes como a maior parte que incorpora o contingente do grupo que se encontra em grau de miserabilidade e também o grupo que menos acesso tem aos sistemas escolares e de saúde; no Rio de Janeiro, nove em cada dez mortos pela polícia são negros.

O Brasil orgulhou-se da mestiçagem na Rio 2016 e os convocou a participar ativamente do espetáculo. Entretanto, no capítulo do show reservado para homenagear as personalidades tupiniquins que granjearam destaque mundial foram os descendentes de europeus que ganharam a cena. A ausência de Pelé foi justificada como consequência de um súbito problema de saúde, ou talvez para não lembrar em um evento esportivo a vergonhosa derrota futebolística frente à Alemanha em 2014. Em seu lugar foram reverenciados dois personagens que desde o sobrenome evidenciam a origem europeia: Santos Dumont, representado por um ator a ca-

ráter, em mais um episódio da disputa sobre a paternidade da aviação frente aos irmãos Wright, sobrevoou em um imaginário 14-Bis a cidade que se quer maravilhosa, e a supermodelo Gisele Bündchen, desfilou solitariamente ao som de “Garota de Ipanema” em uma passarela de 150 metros, trajando não uma roupa que lembrasse a identidade nacional requerida, mas um vestido criado pelo estilista Alexandre Herchcovitch segundo o requinte internacional.

No plano cultural, os Jogos foram avaliados positivamente porque ao longo das cerimônias foram reiterados estereótipos enraizados historicamente, assim como também foram reforçadas as representações que os estrangeiros nutrem sobre um “país tropical” postado na periferia do sistema capitalista e, mais do que isso, que sabe o seu lugar e seu papel na sinfonia das nações.

Berlim, 1936; Rio de Janeiro, 2016: e ventos repletos de canções que foram entoadas para o mundo como emblemas sonoros do que cada uma das nações reivindicava como sendo uma espécie de síntese da identidade. A Alemanha nazista tomada pela arrogância beligerante, com sua *Horst-Wessel-Lied*, ecoou como ordem coletiva a partir de um megacoral: “A chamada foi feita pela última vez! / estamos preparados para a luta / em breve a bandeira de Hitler flutuará sobre todas as ruas!”. O Brasil, por sua vez, buscando ser reconhecido pela paz social e pela eterna felicidade permitiu que Zeca Pagodinho, acompanhado por um número de vozes bem mais amplo que o teutônico, assim se pronunciasse: “Só posso levantar as mãos pro céu / agradecer e ser fiel ao destino que Deus me deu / Se não tenho tudo que preciso / com o que tenho, vivo de mansinho, lá vou eu / (...) / E deixa a vida me levar...”.

Referências

- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BACH, S. *Leni: a vida e obra de Leni Riefenstahl*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2007.
- BITTENCOURT, R. “Olimpiada da cisão social”. In *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, nº 183, p. 79-91, Ago. 2016.
- BOURDIEU, P. “Os Jogos Olímpicos”. In: Idem. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 121-128.
- BRASIL – PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Estudo qualitativo *ad hoc* – Olimpíadas. Brasília: Secretaria de Comunicação Social – Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública, 2015.

CORNELSEN, E. L. “Olimpia a serviço de Germânia: a recepção da arte e da tradição olímpica da Grécia antiga no contexto dos Jogos Olímpicos de Berlim”. In *Revista Clássica*, Belo Horizonte, v.19, n.2, p. 196-223, 2006.

EVANS, R. J. *O Terceiro Reich no poder*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2014.

FREITAS, R. F.; LINS, F.; SANTOS, M. H. C. dos. “Estereótipos e clichês: a (re) apresentação do Brasil na cerimônia de encerramento da Olimpíada 2012”. In *Animus*, Santa Maria, vol. 13, nº 26, p. 1-18, 2014.

FREYRE, G. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed., São Paulo: Global, 2006.

FRY, P. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HOBSBAWN, E. “Introduction: inventing traditions”. In: Idem; RANGER, T. (eds.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 1-14.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 9ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HOLMES, J. *Olimpíada - 1936: glória do Reich de Hitler*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.

KERSHAW, I. *Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KLEMPERER, V. *LTI: A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MAGALHÃES JÚNIOR, C.A.de O. et al. “Representações na mídia impressa sobre as Olimpíadas de 2016”. In *UNOPAR Científica*, Londrina, vol. 12, n. 2, p. 49-55, Out. 2011.

MARABINI, J. *La vie quotidienne à Berlin sous Hitler*. Paris: Hachette, 1985.

MARQUES, J. C. “‘Tá tranquilo, tá favorável’: a cobertura brasileira dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016”. In *Revista USP*, São Paulo, nº 108, p. 57-66, Jan.-Fev. 2016a.

MARQUES, J. C. “Olimpíada antropofágica”. In *Jornal da USP*, São Paulo, 22 de agosto de 2016. Disponível em: <http://jornal.usp.br/artigos/olimpiada-antropofagica/>. Acesso em 13 jul. 2017.

OHLER, N. *High Hitler: como o uso de drogas pelo Führer e pelos nazistas ditou o ritmo do Terceiro Reich*. São Paulo: Crítica, 2017.

OLIMPÍADA não foi ‘desastre épico’: veja balanço da imprensa estrangeira. Blog Olimpíada Rio 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/blog/brasil-visto-de-fora-na-olimpiada/post/jornais-estrangeiros-elogiam-olimpiada-e-o-legado-para-o-rio.html>. Acesso em 13 jul. 2017.

RODRIGUES, R. J. et al. (orgs.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

TOLEDO, J. R. de. "Olimpíada foi 'desperdício que deu certo', aponta Ibope". Estadão, 20 de agosto de 2016. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/Jogos-olimpicos,olimpiada-foi-desperdicio-que-deu-certo-aponta-ibope,10000070907>. Acesso em 13 jul. 2017.

TRIMBORN, J. *Leni Riefenstahl: a life*. New York: Faber and Faber, 2007.

Filmografia

A arquitetura da destruição (Undergângens arkitektur). Dir. Peter Cohen. Alemanha: Versátil Home Vídeo, 1992. DVD. (121 min). Color, legendado, Por.

Olympia, festa da beleza (Olympia, Fest der Schönheit). Dir. Leni Riefenstahl. Alemanha: Leni Riefenstahl-Produktion, 1938. DVD. (90 min). P&B, legendado, Por.

Olympia, festa dos povos (Olympia, Fest der Völker). Dir. Leni Riefenstahl. Alemanha: Leni Riefenstahl-Produktion, 1938. DVD. (111 min). P&B, legendado, Por.

Rio 2016 Closing Cerimony. Espanha: OBS; International Olympic Committee, 2016. Video. (174 min.), color, não legendado, Ing.

Rio 2016 Opening Cerimony. Espanha: OBS; International Olympic Committee, 2016. Video. (248 min.), color, não legendado, Ing.

A large, stylized graphic in shades of blue, depicting a person in motion, possibly a swimmer or a runner, with arms and legs extended. The graphic is composed of smooth, flowing lines and shapes, creating a sense of movement and energy. It is set against a solid blue background.

Parte 2

Leituras sobre os Jogos Rio-2016 e o esporte brasileiro

7 Jogos Olímpicos do Rio: elementos para uma Reflexão

Ronaldo Helal ⁴¹; Fausto Amaro ⁴²

Introdução

“Comunicar é ação de sempre, infinitamente, instaurar o comum da comunidade”. O que Muniz Sodré (apud FREIRE, 2012, p. 240) defende nessa assertiva é a vinculação entre os indivíduos, percebida como primordial e originária, enquanto o substrato do comum. A comunicação, nesta configuração, desempenha protagonismo na produção de alteridades, isto é, na conexão do homem com o Outro e com os objetos tecnomidiáticos.

A comunicação, pensada também como produto dos *media*, e o comum, enquanto estatuto de tudo aquilo que é público e usufruído por uma coletividade, são uma via profícua de compreensão do esporte na contemporaneidade. Pode-se entender o esporte como um meio propício para a produção de bens comuns, para o exercício de ações coletivas e para a entrega às alteridades (encontros de iguais, rivalidades jocosas, disputas efêmeras intra/extracampo). Esses produ-

41 Doutor em Sociologia pela New York University (EUA). Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom/UERJ) e coordenador do Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte.

42 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCom/UERJ) com bolsa FAPERJ.

tos do comum esportivo ⁴³ são, entretanto, frequentemente apropriados pela esfera econômica e por entidades como o Comitê Olímpico Internacional. Surge então a questão que nos instigou a escrever este ensaio: seria ainda possível pensar o bem comum no esporte sob a hegemonia de eventos esportivos dominados pela lógica do espetáculo? Fazemos, nesse sentido, uma tentativa de sistematizar algumas das relações entre o público, o privado e o comum que se imbricam no megaevento olímpico, do qual o Rio de Janeiro foi sede em 2016.

O público, o comum e o privado: algumas considerações

A esfera pública é um dos eixos-chave para compressão das sociedades democráticas. Denilson Werle (2014), na introdução à mais recente edição brasileira de *Mudança Estrutural na Esfera Pública* ⁴⁴, discorre sobre três momentos emblemáticos para compreensão da noção de esfera pública. Na Grécia Antiga (1), o espaço público era o lugar do diálogo entre cidadãos gregos, em oposição ao espaço privado da casa. Na Idade Média (2), a esfera pública estava associada à representação da vida do Rei em sua corte, o que, nos termos de Habermas, constituía uma esfera pública representativa. Na Modernidade (3), surgem a esfera pública literária e, complementarmente, a esfera pública burguesa, centradas na discussão “mediante razões” e no debate público sobre temas de interesse comum.

Habermas diagnostica uma ruptura na esfera pública burguesa à medida que aumenta substancialmente o número de seus integrantes, não mais restrito a uma minoria letrada (“literária”), e que cresce a influência dos *media*. A esfera pública

43 Termo que cunhamos para designar os bens comuns criados e compartilhados pelos aficionados pelo esporte (torcedores, jogadores, jornalistas). Vejamos os cantos de uma torcida. Dentro da comunidade de torcedores de dado clube, um cântico, que é composto e musicado por alguns membros, pode ser experimentado por todos os demais gratuitamente. É possível que seja até mesmo adaptado por outras torcidas. Eventualmente, pode ser dada a esse produto da ação coletiva alguma finalidade comercial, atrelando-o a um documentário, jogo de videogame ou que tais.

44 Texto clássico de Jurgen Habermas, publicado em 1962. A edição utilizada neste artigo conta com um prefácio escrito por Habermas em 1990, no qual o autor atualiza algumas das questões trabalhadas no texto original.

moderna apresenta o desafio de conciliação do debate “mediante razões” em face de um público massivo. Nessa conjuntura, os meios de comunicação transformam a política em um espetáculo pronto para o consumo das massas, ocupando papel central na construção de subjetividades, outrora cultivadas por meio das leituras e das discussões públicas. Além disso, o Estado moderno dispõe de ferramentas que lhe permitem impor um controle mais estrito sobre a sociedade e seus indivíduos, e a esfera privada econômica amplia sua influência sobre os rumos das políticas públicas.

Para entender a “dinâmica da esfera pública nas democracias contemporâneas”, Sérgio Costa (1995, p. 55) sistematiza os dois marcos conceituais mais referenciados. Um modelo funcionalista, que pressupõe uma escala de dois níveis (sociedade e instituições burocráticas) na tomada de decisões políticas. Nele, a influência de dado grupo (“atores sociais poderosos”) impacta a recepção que suas demandas públicas terão na “agenda política”. Por esse modelo, conseguimos entender como certos grupos podem utilizar de seu poder econômico para sugerir as decisões do Estado. No caso dos Jogos do Rio/2016, tivemos as empreiteiras enquanto agentes de relevo na tomada de decisões públicas, visto que reuniam “meios variados de influenciar as instâncias de decisão (dinheiro, contatos pessoais, poder organizacional, etc)” (Ibid., p. 57). O segundo marco conceitual, denominado de teórico-discursivo, foi proposto por Habermas e postulava a existência de fluxos comunicativos diversos oriundos de atores da sociedade civil, cujos “processos espontâneos” têm a capacidade de ascender as “instâncias decisórias” (COSTA, 1995, p. 59).

O principal obstáculo para uma esfera pública deliberativa, no cenário atual, parece se encontrar na dificuldade de unir as demandas da sociedade civil com os interesses da política formal, institucionalizada. Há um deslocamento entre as vontades dos atores sociais e a capacidade das instituições políticas de atendê-las. Uma esfera pública atuante deve garantir, segundo Habermas, que as vozes oriundas do “mundo da vida” consigam acessar o “sistema”, garantindo a liberdade de ação comunicativa. A deterioração da esfera pública imaginada por Habermas implica na transformação de um “um espaço de discussão e de exercício da crítica” em “uma esfera dominada pelos meios de comunicação de massa, infiltrada pelo poder [...] um cenário para interesses privados desenvolverem legitimidade” (LUBENOW, 2007, p. 104-105).

A noção de bem comum aparece latente na teoria habermasiana enquanto resultado da organização da sociedade civil em torno de temas de interesse coletivo, além de tarefa do Estado. O comum, a nosso ver, pode ser compreendido em dois sentidos complementares: um mais filosófico e outro sociológico ou antropológico

gico. O primeiro diz respeito a certa substância essencial de contato entre os homens, que existe a despeito de estarmos ciente dela ou não. Em outras palavras, seria parte fundamental e imanente de nossa constituição ontológica. Por esse viés mais filosófico, o debate sobre uma suposta perda do comum no esporte contemporâneo torna-se mais árido, na medida em que o comum não é um elemento objetivo, facilmente aferido. Dito isso, nos concentramos mais na proposta de David Harvey, que pensa o comum como um bem pertencente a todos os homens. Se o comum filosófico simplesmente “existe”, tal qual definido na frase que abre esse artigo, o comum “social” ou bem comum precisa ser continuamente instituído, pois é fruto de resistências.

Diversos autores tendem a concordar que é por meio das resistências, dos embates que se constrói o comum⁴⁵. No campo do esporte, as situações de tensão e duelo constituem parte inequívoca da disputa, que sedimentam um tecido comum de relações: “O lutar contra o outro pressupõe que nós temos e fazemos algo em comum, que nós produzimos as condições e o ambiente da luta e nos mantemos neles” (GEBAUER; WULF, 2004, p. 162). Curiosamente, esse caráter agonístico do esporte tem, em sua origem grega (*agon*), o paradoxal significado de “praça de reunião, o lugar do comunitário” (Ibid., p. 162).

David Harvey posiciona o bem comum na ordem das coisas vividas, pois “continuamente produzido” (HARVEY, 2014, p. 152). A privatização de propriedades e a ânsia pelo ganho individual impulsionariam, por outro lado, a deterioração do bem comum dentro da vida em comunidade. Como possível solução para impedir o avanço desse processo, Harvey propõe a autogestão dos bens comuns, o que contraria a crença na imperatividade de um agente externo (Estado ou empresa) para regulação coletiva. O geógrafo não desconsidera, contudo, a questão da escala, isto é, a necessidade de construção de hierarquias quando os problemas aumentam de tamanho (quanto maior o número de indivíduos, mais difícil se torna a auto-regu-

45 Richard Sennett propõe que é por meio dos embates, do encontro dos divergentes, que a comunidade encontra sua força comunal: “a cena do conflito torna-se uma comunidade” (2001, p. 171). Analogamente, Rancièere afirma que o consenso, na vida em sociedade, “é a tentativa de desfazer este tecido dissensual do comum, de reconduzir o comum a regras de inclusão simples” (2010, p. 426). Roberto Esposito (2003) é outro autor que questiona o comum como partilha e consenso. Ao repensar a comunidade enquanto unida pela obrigação de retribuição de um indivíduo a outro, Esposito enxerga muito mais um ato em processo do que um estado previamente estabelecido ou previsível.

lação). Com isso, ele evidencia que a gestão do comum envolve também uma alta dose de complexidade.

O movimento contrário, de ocupação coletiva dos espaços públicos, também pode ocorrer, como quando uma praça pública se torna um lugar de protesto, de instauração do comum por meio do conflito. Harvey aponta que os espaços públicos das praças “se tornaram comuns urbanos quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações” (2014, p. 144). Esses debates em praça pública também podem ser interpretados positivamente como um retorno a “discussão mediante razões”, idealizada por Habermas na esfera pública literária. Veremos a seguir como as esferas do público, do privado e o comum interagem na dinâmica dos Jogos Olímpicos.

O comum, o público e o privado no megaevento olímpico

Em 1894, Coubertin organizou um Congresso na Universidade de Sorbonne (Paris) para deliberar sobre a refundação dos Jogos Olímpicos e apontar sua primeira sede. Os objetivos confiados ao Comitê Olímpico Internacional (COI) pelo referido encontro expressam, em linhas gerais, os anseios de Coubertin e o domínio futuro da entidade sobre o evento:

1º de assegurar a celebração regular dos Jogos; - 2º de tornar esta celebração cada vez mais perfeita, digna de seu glorioso passado e compatível às ideias elevadas das quais se inspiraram seus renovadores; - 3º de provocar ou de organizar todas as manifestações e, em geral, de tomar todas as medidas apropriadas a orientar o esporte moderno por caminhos desejáveis. (IOC, 1908, p. 7, trad. nossa).

Esses três itens garantiam ao COI o direito futuro sobre as rendas de monopólio dos Jogos Olímpico. A renda de monopólio, conforme definida por Harvey (2014, p. 186), engloba a “linguagem de autenticidade, originalidade, singularidade e caráter irreprodutível do produto”. Ela confere uma valiosa vantagem competitiva no mercado global de produtos e serviços a dada empresa ou entidade, pois propicia “um maior fluxo de receitas por um maior período de tempo” graças à exclusividade do produto que detém. Na venda da mercadoria “esporte olímpico”, o

COI não possui concorrentes. No campo do entretenimento, aí, sim, o COI possui adversários, por isso tem de associar a experiência olímpica a valores como “singularidade, autenticidade, particularidade e especificidade” (Ibid., p. 192).

Lembremos que ainda no início do século XX, outros Jogos Olímpicos, fora da autoridade do COI, eram organizados ao redor do mundo, em eventos de maior ou menor escala, como torneios poliesportivos, comemorações de datas festivas, ou mesmo em exibições circenses. Coubertin, nas décadas de 1910 e 1920, inicia então o combate ao que considerava apropriações indevidas dos termos Jogos Olímpicos e Olimpíada, denunciando esses casos em artigos publicados em periódicos europeus. Subjacente a esse discurso estava o temor da perda do monopólio sobre o evento e consequente de suas rendas. Ao longo do século XX, o que ocorreu foi um bem-sucedido domínio do COI sobre o imaginário que cerca os Jogos Olímpicos. Para garantir sua hegemonia, a entidade se utiliza da força econômica e judicial para reprimir o uso indevido de suas marcas e expressões patenteadas.

A partir do mandato de Juan Saramanch (1980-2001), o COI se abriu ao capital das grandes empresas, conseguindo sobreviver financeiramente, ao mesmo tempo em que profissionalizava de vez todos os esportes (à exceção do boxe). Los Angeles/1984 e Atlanta/1996 representam pontos capitais na curva de capitalização e mercantilização do movimento olímpico. Se, por um lado, argumenta-se que essa abertura foi necessária à sobrevivência do Comitê Olímpico e dos próprios Jogos, por outro, também é dito que o movimento olímpico corrompeu alguns dos seus princípios fundadores e trouxe o ônus e o bônus do esporte espetáculo. Isto é, volta-se ao clássico debate sobre o moderno e o lúdico, encontrada na obra de Huizinga (1980). Soma-se a isso a influência mais incisiva dos conglomerados de mídia sobre a programação de um evento mundial. Nesse particular, o caso dos Jogos de Seul/88 é emblemático, uma vez que a NBC, emissora detentora dos direitos globais de transmissão, colocou naquela ocasião o conforto do telespectador norte-americano como prioridade na definição do horário das provas, independente do que seria melhor para os atletas (GUTTMANN, 1992, p. 167).

Apesar da lógica mercadológica que o envolve, o COI se define, segundo a mais recente Carta Olímpica⁴⁶, como “uma organização internacional não-governamental sem fins lucrativos de duração ilimitada, na forma de uma associação

46 O COI publica desde 1908 suas diretrizes gerais sob a forma de Cartas Olímpicas. Constantemente atualizada e ampliada, a Carta Olímpica funciona ao mesmo tempo como um anuário e uma constituição do movimento olímpico. Atualmente, o COI também publica inúmeros outros instrumentos de comunicação (revistas, relatórios, guias informativos) que visam a

com *status* de pessoa jurídica” (IOC, 2015, p. 33, trad. nossa). Lembremos essa definição, que trata o COI como uma ONG, um ente com caráter não-público e não-privado, pois a retomaremos ao longo desse tópico. As esferas de poder no COI se constituem pelos seus membros (os delegados), reunidos em uma espécie de Câmara Olímpica, pelo Comitê Executivo (presidente, vice-presidente e dez delegados olímpicos) e pelo Presidente, eleito para um mandato de oito anos renovável por mais quatro (IOC, 2015, p. 43). O movimento olímpico é composto pelo COI mais as Federações Internacionais de cada esporte e os Comitês Olímpicos Nacionais (Ibid., p. 17).

Esses dados refletem a estrutura básica do COI, que, no entanto, compreende outros atores para além dessa fachada institucionalizada. A execução de uma Olimpíada depende da boa interação entre diversos agentes e da aceitação dos papéis que lhe são outorgados pela autoridade olímpica internacional. Vejamos como Eleni Theodoraki descreve essa rede de atores:

Os Jogos Modernos pertencem ao Comitê Olímpico Internacional (COI), mas o evento global é entregue predominantemente por outros, quais sejam, a cidade anfitriã/nação que se compromete a entregar todos os serviços de infraestrutura e desenvolvimento; e as federações internacionais que representam os eventos de verão e de inverno no programa dos Jogos. Não obstante o papel fundamental desempenhado pelo setor público no país-sede, o setor privado também está envolvido na entrega via patrocínio, outro valor em espécie, e/ou serviços contratados. Finalmente, dezenas de milhares de voluntários contribuem para o funcionamento do evento em uma série de papéis e a realização dos Jogos seria, sem dúvida, proibitivamente caro sem seu trabalho não remunerado (s/a, p. 2, trad. nossa).

Os Jogos Olímpicos envolvem assim entidades públicas e privadas em interação com atores da sociedade civil. A esfera pública aqui está sitiada por interesses públicos (do Estado) e privados (econômicos) que relegam ao indivíduo papel secundário nessa complexa rede de relações. Mesmo organizado enquanto torcida,

orientar seus distintos públicos-alvo: cidades-sede, patrocinadores, aficionados pelo esporte, redes de televisão, pesquisadores.

o indivíduo-torcedor não ocupa papel central na tabela de rendimentos dos Jogos. A venda de entradas para os Jogos corresponde a apenas 5% das receitas do COI, enquanto o patrocínio privado e os direitos de transmissão equivalem respectivamente a 45% e 47% do total⁴⁷. As empresas desejam vincular suas marcas à de atletas vencedores, e eventos esportivos reúnem os melhores esportistas no ápice de suas condições físicas⁴⁸. Tendo em vista essa hierarquia econômica, é de se esperar que o COI privilegie os atores econômicos, a despeito da opinião pública e mesmo da esfera pública formal (instituições, órgãos públicos).

No caso da Rio/2016, as decisões estratégicas sobre o evento foram tomadas sem envolver os cidadãos cariocas. Não houve consultas públicas ao longo do processo olímpico carioca, pelo menos. Para ser ouvido, nessas circunstâncias, é necessário que a sociedade civil se posicione publicamente, seja por meio de passeatas ou outros movimentos que captem a atenção das mídias tradicionais e alternativas para as reivindicações de grupos e indivíduos que isoladamente não possuiriam poder de barganha. A despeito de ser dirigido por interesses mercado e depender da infraestrutura fornecida pelo Estado, o COI está arregimentado em torno de um bem essencialmente comum – o esporte. Parafraseando Harvey (2014, p. 146), podemos propor que a atração proporcionada pelo esporte é um “produto coletivo” dos amantes do esporte, mas é o COI e organismos semelhantes que “capitalizam comercialmente esse comum”, visando seu benefício privado.

Dentro da ordem capitalista contemporânea, sediar grandes eventos é um ativo valorizado por Estados nacionais, mais pela promessa de ganhos de imagem e possíveis investimentos futuros do que efetivamente pelos lucros imediatos⁴⁹. O lucro para o Comitê Organizador Local usualmente é baixo quando comparado aos gastos necessários para tornar o evento possível, o que acarreta frequentes prejuízos a essas entidades⁵⁰. Grandes eventos, especialmente os esportivos, legitimam os países-sede

47 Os licenciamentos correspondem aos 3% restantes. Esses dados podem conferidos em: <https://www.olympic.org/ioc-financing-revenue-sources-distribution> (acesso em 11 jul. 2017).

48 A lógica do esporte influencia até mesmo o *modus operandi* empresarial. *Slogans* motivacionais tratam o dia-a-dia de uma empresa pela lógica do jogo, haja vista, os famosos bordões vestir a camisa, atuar em equipe, ser campeão de vendas, dentre outros (EHRENBERG, 2010, p. 21).

49 Cf. Mascarenhas et al.

50 No caso do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 não foi diferente. As manchetes de março de 2017 indicavam que as dívidas contraídas pelo Comitê junto a fornecedores totalizavam 100 milhões de reais (MOREIRA, TEIXEIRA, 2017, on-line).

enquanto nações confiáveis e sólidas economicamente, tanto para potenciais turistas quanto para investidores. Na “cartilha de vendas” do legado olímpico, organizar os Jogos aparece como a chance almejada por nações emergentes para exercer um novo papel no cenário internacional e por nações desenvolvidas para justificar sua relevância no jogo político global. Em seu discurso oficial⁵¹, o COI preconiza o legado positivo e potencialmente comum para os habitantes das cidades-sede.

Ao contrário da simples participação, a organização de um evento desportivo demanda investimentos volumosos do Estado e, em menor escala, da iniciativa privada. Os gastos com a preparação da cidade-sede confluem para a questão do legado, tanto esportivo quanto em termos infraestruturais. O antropólogo Martin Curi problematiza a viabilidade de pensar o sucesso socioeconômico de um megaevento esportivo apenas com base em estatísticas, uma vez que “tanto defensores quanto opositores argumentam apresentando números concretos de ganhos e perdas financeiras, sendo que o saldo final é positivo ou negativo dependendo da linha de argumentação” (2013, p. 67). A primeira Olimpíada a comprovadamente dar lucro financeiro à cidade organizadora foi Los Angeles/1984, que soube aproveitar as parcerias com o capital privado para rentabilizar a realização dos Jogos. Nas demais cidades-sede, a grande crítica de determinados setores da sociedade, da imprensa e da academia concentra-se nos gastos excessivos, nos desvios de verbas públicas e no que seria, de fato, herdado e utilizado, enquanto bens comuns, após o grande acontecimento esportivo.

Acolher os Jogos implica oficializar o interesse da cidade perante o COI⁵² e convencer a opinião pública de que os benefícios superarão os possíveis prejuízos. Nem sempre os argumentos oferecidos pelo COI convencem os governos ou a população. São conhecidos os casos em que cidades postulantes retiraram suas candidaturas, por pressão população ou decisão governamental⁵³. Nesses casos,

51 O aparato publicitário criado em torno do legado tangível e intangível dos Jogos fica evidente em materiais audiovisuais como o documentário *Beyond the Finish Line*, produzido pelo COI e disponibilizado em seu canal no Youtube.

52 Antes de o legado dominar a agenda pública de discussões, há a disputa pelo direito de sediar os Jogos sete anos antes de sua realização. O calendário e as regras de candidatura são divulgados pelo COI nove anos antes do evento.

53 Ver, por exemplo, os casos de Cracóvia, Munique e Estocolmo, que desistiram de sediar os Jogos de Inverno de 2022, e de Hamburgo, Boston, Roma e Budapeste, que abandonaram a candidatura para os Jogos de Verão de 2024.

pode-se dizer que as demandas da sociedade civil (mundo da vida) foram atendidas pelas instituições do Estado (sistema). No Brasil, a decisão coube do Estado, estando a população alheada do processo decisório. Tivesse o evento delegado maior importância a participação popular desde seu início, aí sim poderíamos pensar em um legado comum para a cidade. Ao invés disso, o legado ficou circunscrito às empresas responsáveis pelas obras públicas e demais parceiros privados do Estado. Nesse sentido, o discurso do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, para justificar as parcerias público-privadas estava impregnado pelo argumento neoliberal do “efeito de transbordamento”: “Entregar a cidade aos empreiteiros e aos especuladores financeiros redundaria no benefício de todos!” (HARVEY, 2014, p. 71).

Vejamos também o caso das Vilas Olímpicas, que são instalações construídas com a intencionalidade de promover a circulação, o contato e a amizade entre os atletas das mais diversas origens nacionais e étnicas – nos termos aqui trabalhados, um espaço voltado a formação de vínculos e a promoção do comum. Esses locais de habitação coletiva ganharam a forma de “vilas” a partir dos Jogos de Los Angeles/1932 e desde então foram se ampliando e sofisticando para abrigar confortavelmente os competidores. Servir de morada para os atletas era o propósito principal, transmitindo imagens de união internacional dos povos, bem cara a ideologia fundadora do movimento olímpico. Nos Jogos do Rio/2016, entretanto, todos os apartamentos foram pensados enquanto bens imobiliários para ser vendidos posteriormente, remunerando a iniciativa privada pelo valor investido na sua construção. Converte-se então um bem público em um ativo para a iniciativa privada.

Conforma-se, assim, um entrecruzamento de interesses privados em torno dos Jogos Olímpicos, disputando a hegemonia na esfera pública formal. As brechas deixadas por essa relação entre público e privado devem ensejar movimentos de resistência para a produção e manutenção dos bens comuns. O COI e seus parceiros detêm o monopólio sobre os Jogos, porém eles não controlam, ainda, as formas pelas quais as pessoas escolhem ter suas experiências relacionadas ao esporte. A atração que o esporte exerce nas pessoas define um fenômeno que simultaneamente une povos em um sistema de comunicação universalizante e proporciona manifestações de diferenças culturais em estilos, comemorações e performances. Durante os Jogos, pessoas de vários países se encontram em circulação dentro e fora das arenas olímpicas, estabelecendo, por meio de interações imprevistas, laços de amizade. O turista olímpico vivencia a cidade, interagindo com o cidadão nativo e, nesse ato de comunicação, (re)instaura “o comum da comunidade” (SODRÉ apud FREIRE, 2012, p. 240).

Por fim, cabe pensarmos: será que a privatização e espetacularização do esporte é um passo inequívoco na configuração desse campo? Esse caminho representa os anseios de todos os públicos interessados no esporte ou apenas satisfaz a vontade dos agentes econômicos? Há ainda espaço, dentro de entidades hegemônicas como COI e FIFA, para pensar o esporte como bem comum? É fato que ao tomar para si a causa do esporte olímpico, o COI difundiu as imagens dos Jogos que organiza globalmente⁵⁴, mas até que ponto essa entidade tem trabalhado para transformar o esporte em um bem comum? Não queremos imputar ao COI a responsabilidade exclusiva de construção e promoção de bens comuns, mas, sem dúvida, essa entidade poderia criar um ambiente menos normatizado, menos voltado aos interesses mercantis e mais aberto à experiência de comunicação, encontro e comunidade.

A seguir, por meio da discussão sobre o estatuto moderno do esporte, buscamos acrescentar outros argumentos à visão crítica que permeou esse tópico.

Esporte e Modernidade: um contraponto

O esporte é um fenômeno social que permeia a vida do homem moderno. A quantidade de tempo e afeto que as pessoas dedicam ao esporte é frequentemente maior do que às outras esferas da vida social. Por conseguinte, o espaço concedido ao tema na mídia é, muitas vezes, superior ao espaço dedicado à economia ou à política. O que se segue são alguns pontos que merecem uma reflexão mais profunda sobre esporte, modernidade e sociedade brasileira.

Na maioria dos clássicos da literatura da sociologia do esporte, encontramos uma discussão sobre o fim do elemento lúdico e sobre a profanação dos esportes modernos. Johan Huizinga argumenta em seu *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura* (2010) que o esporte moderno destrói um dos aspectos fundamentais para o prazer e a satisfação dos grupos humanos: o elemento lúdico. Para Huizinga, “o espírito do profissional não é mais o espírito lúdico, pois lhe falta espontaneidade, a despreocupação” (1980, p. 219). Muito dessa crítica de Huizinga

54 Nas Olimpíadas de Londres/2012, as imagens do evento foram disponibilizadas, em alta definição, pelo *Youtube* para 64 países da África e da Ásia, onde nenhuma emissora havia adquirido os direitos de retransmissão das imagens televisivas. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/sportsNews/idBRSPE85508V20120606> (acesso em 1 mai. 2015).

deve ser atribuída à realização dos Jogos de 1936 em Berlim e ao intenso uso do esporte como propaganda do regime nazista. Stanley Eitzen, em *Sport in Contemporary Society* (1984, p. 1), critica a “corrupção do esporte” afirmando que este ao se transformar em um espetáculo substitui o prazer do atleta “por aquilo que dá prazer aos torcedores, dirigentes, televisão e empresas que pagam os comerciais televisivos”. Gregory Stone faz uma crítica parecida em “American Sports: Play and Display” (1973, p. 83). Segundo ele, a “exibição” (display) para os espectadores é “des-brincadeira” (dis-play) destruidora do “puro elemento lúdico”. Seguindo esta tendência, Georges Magnane, em *Sociologia do Esporte* (1969, p. 159), expressa sua crítica ao esporte moderno afirmando que este “corre o risco de perder o seu caráter lúdico para tornar-se uma empresa comercial, sujeita às regras da propaganda e da publicidade”. O conjunto dessas críticas nos remete à ideia de que a transformação do esporte em um “espetáculo” das multidões é responsável pelo declínio do lúdico e de que a erosão desse elemento é acompanhada e até mesmo causada pelo advento da comercialização do esporte, tornando-o um negócio e, conseqüentemente, um evento profano. Podemos dizer, remetendo à discussão anterior, que a espetacularização do esporte é consequência da privatização desse bem comum.

A ideia de que a erosão do lúdico foi acompanhada pelo advento da comercialização e de que os esportes modernos se tornaram atividades totalmente seculares também foi alvo de questionamentos. As afirmações de Huizinga, por exemplo, foram contestadas por Eric Dunning e Kenneth Sheard no livro *Barbarians, Gentlemen and Players* (1979). Esses autores não acreditam que os esportes pudessem ter mantido a sua popularidade se o elemento lúdico inerente a eles tivesse sido atrofiado na extensão colocada por Huizinga, ou se eles tivessem se transformado em uma atividade profana. Segundo eles, o que parece estar ocorrendo é justamente o contrário, ou seja, “a centralidade cultural do esporte tem crescido de tal forma que hoje ele parece ser um fenômeno social de proporções quase que religiosas” (DUNNING, SHEARD, 1979, p. 14). Nessa leitura, a privatização do comum teria paradoxalmente reforçado os laços de comunidade (“quase que religiosas”) entre os aficionados pelo esporte.

O caso do futebol no Brasil, por exemplo, tenderia a confirmar as asserções de Dunning e Sheard. Apesar da crescente comercialização do futebol e da tendência contemporânea de elitização presenciada nas novas “arenas”, ainda encontramos espaço para manifestações “sagradas”. Em jogos entre rivais tradicionais, os torcedores cantam, reverenciam seus ídolos, símbolos e cores de seus times, choram e rezam nos estádios, demonstrando que certa aura sagrada permanece, ou melhor, é ressignificada. É como se a crescente comercialização do futebol fosse absorvida

pela necessidade da “sacralidade”, fazendo com que os limites entre o sagrado e o profano não sejam bem definidos nesse universo. A ritualidade também é parte precípua dos Jogos Olímpicos modernos, veja-se o aparato de símbolos criados desde o início do século XX: hino, bandeira, juramentos, desfile de nações, revezamento da tocha olímpica. Não obstante, a elitização das arenas no pós-Copa/Olimpíada tem suscitado reflexões sobre os danos ao espaço de encontro e comunhão representado pelos antigos estádios.

A Olimpíada do Rio reforça esse debate e acirra a polêmica. Se existe uma força que caminha na direção da destruição do lúdico, da profanação do espírito esportivo e da implosão do comum, existe também uma outra, que vai na direção oposta, reforçando o lúdico e sacralizando elementos corriqueiros. Émile Durkheim em *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (2003) já chamava a atenção para a capacidade da sociedade de “sacralizar” elementos mundanos, triviais e corriqueiros. O universo do esporte é um exemplo emblemático desse processo de “sacralização” de coisas mundanas na sociedade moderna. Vimos nos Jogos Olímpicos atletas “profissionais” serem adorados, idolatrados e festejados como semi-deuses do Olimpo. Presenciamos o “espírito olímpico” reafirmado e celebrado no esforço “sobre-humano” de alguns competidores, seja para vencer uma prova ou somente para terminá-la. Vimos o Brasil, “país do futebol”, festejar as medalhas conquistadas pelos atletas olímpicos nacionais, acompanhando as provas ao vivo *in loco* ou por meio da cobertura televisiva. A cultura brasileira, que privilegia o lúdico “inventando” e “improvisando” jogadas no universo do esporte, estimula que a torcida, parte integrante do espetáculo, aja de forma semelhante. Mas, mesmo assim, devemos nos indagar: até que ponto a sacralidade resiste ao espetáculo? Quem pode comungar da festa olímpica? Quem tinha acesso aos estádios?

Assim, dentre as manifestações de massa da cultura moderna o esporte é o que melhor expressaria o significado mais plural de globalização – idealmente, uma comunicação universal que respeita as diferenças. O caráter extraordinário do esporte está justamente no fato de exigir a cooperação das diferenças ao mesmo tempo que as estimula. Trata-se de um processo de adaptação e de tradução cultural. Some-se a isso o elemento do conflito esportivo e a incerteza dos resultados e percebemos, subjacente à mensagem esportiva, o seu discurso altamente democrático. Um confronto entre grupos sociais distintos, regiões, classes, culturas e nações e, no final, uma classificação hierárquica baseada nos méritos dos competidores. Sendo que o perdedor de hoje pode ser o vencedor de amanhã. Nada mais claro para ilustrar a ideia de um comum instaurado com base nas diferenças e do confronto efêmero.

Por tudo isso, o esporte deve ser entendido como um ritual que proporciona sentido à coletividade, produzindo continuamente bens comuns. Nas competições internacionais, como uma Olimpíada ou uma Copa do Mundo, nos deparamos com um expressivo drama da modernidade que fala de igualdade em um plano e diferenças em outro. O esporte pode ser, então, visto como uma metalinguagem – no caso, a linguagem esportiva falando sobre a própria sociedade. Assim, o esporte é um espaço privilegiado no qual a sociedade moderna produz seus mitos e ritos e deposita aí as representações de seus desejos, frustrações e medos. Utilizamos-nos do esporte para expor quem somos e o que queremos ser. O esporte também fala de comunidade, de indivíduos juntos, compartilhando um bem comum.

Apontamentos finais

Se a Copa do Mundo trouxe à tona protestos contrários à utilização de verbas públicas no financiamento dos estádios, pode-se dizer que antes e após os Jogos Olímpicos as críticas foram mais brandas. No primeiro caso, a quantia de dinheiro do Estado envolvida na construção de estádios causou embaraço em diferentes setores da sociedade civil. A contrariedade à Copa e à sua instituição promotora (FIFA) atingiu seu ápice durante os protestos de junho de 2013. A sociedade conseguiu, por fluxos comunicativos variados, colocar em pauta sua insatisfação.

As Olimpíadas trouxeram um modelo mais neoliberal de organização. O grande mantra repetido pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e por sua equipe de governo era que os Jogos contavam majoritariamente com financiamento privado. As críticas endereçadas a esse megaevento tiveram, assim, de modificar substancialmente seu conteúdo. Algumas tentativas foram conjecturadas, ainda antes da realização dos Jogos. O documentário *Domínio Público* (2014), dirigido e produzido por Fausto Mota, descortinava a concessão de terrenos públicos de alto valor imobiliário para setores da iniciativa privada, o que desconstruía o argumento oficial do “custo reduzido” para o Estado. O que se configurava, na verdade, era uma aliança público-privada que deixou de fora a opinião pública. Decisões cruciais sobre o futuro da cidade foram deliberadas apenas na esfera pública organizada, detentora do poder político, e na esfera privada, interessada nos dividendos financeiros. Atualmente, o problema do uso das arenas olímpicas reacende o debate sobre o legado esportivo que (não) ficou da Olimpíada.

Nesse cenário, onde largas parcelas da sociedade civil encontram-se alijadas das discussões, achar ações voltadas para o bem comum torna-se tarefa ingrata.

Daí, algumas indagações se mantêm mesmo após o percurso bibliográfico e reflexivo gestado durante esse ensaio: a) O que permanece de comum ao esporte, uma vez que gerido pela autoridade do COI e seus parceiros público-privados (organismos nacionais, como as confederações e governos, e empresas privadas, como patrocinadores e empresas de comunicação)?; b) Como falar em bem comum quando as instituições que o gerenciam fornecem indícios de querer limitar os espaços de autogestão e colaboração coletiva? ⁵⁵ Acreditamos que, transpondo a superfície espetacularizada do megaevento (as notícias oficiais, a publicidade, a cobertura *in loco* das emissoras licenciadas, o falatório esportivo subsequente às grandes competições), os laços da coletividade e do comum, construídos e renovados pelos aficionados pelo esporte, tornam-se novamente visíveis. Por estarem às margens das instituições formais, esses atores da sociedade civil são mais sensíveis aos dramas da comunidade (LUBENOW, 2007, p. 115), o que poderia ser empregado na elaboração de políticas públicas e na tomada de decisões estratégicas para a organização de grandes eventos esportivos.

O Rio de Janeiro, por sua história esportiva e vocação lúdica, por sua tradição em sediar eventos esportivos relevantes, no uso comum dos espaços públicos, nas práticas esportivas experimentadas pela população nas praias, clubes e praças é uma cidade síntese das polaridades do esporte, que trabalhamos nesse artigo. As candidaturas fracassadas anteriores, para os Jogos Olímpicos de 1936, 2004 e 2012, reforçam a importância simbólica da realização da Olimpíada de 2016, tanto para a história do esporte brasileiro quanto para a memória da própria cidade do Rio. Tivemos aí uma oportunidade singular de produzir para o mundo e para nós mesmos um ritual paradigmático da sociedade moderna, momento para refletirmos sobre nossas identidades (nacional, regional, local) e sobre a(s) cultura(s) brasileira(s). Momento também para pensarmos que modelo de esporte queremos e como os Jogos de 2016 serão vistos pelas futuras gerações.

55 Por exemplo, o COI, por meio do aplicativo e do site *Olympic Hub*, fornece uma ferramenta de duplo viés: se, por um lado, promove o contato entre fãs e atletas (o slogan é justamente *Where Olympic Athletes and Fans connect*), por outro, facilita o controle sobre o que estes últimos estão publicando nas redes sociais (*Facebook, Instagram e Twitter* atualmente).

Referências

COSTA, Sérgio. “A democracia e a dinâmica da esfera pública” In *Lua Nova*, São Paulo, nº 36, p. 55-65, 1995.

CURI, Martin. “A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil”. In *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 40, pp. 65-88, jul./dez. 2013.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUNNING, Eric; SHEARD, Kenneth. *Barbarians, gentlemen and players: a sociological study of the development of rugby football*. New York: New York University Press, 1979.

EHRENBERG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

EITZEN, Stanley. “The structure of sport and society”. In: EITZEN, Stanley (Ed.). *Sport in contemporary society: an anthology*. New York: St. Martin’s Press, 1984.

ESPOSITO, Roberto. *Communitas: origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

FREIRE, Claudia. “O bios virtual, o local e o papel da diversidade na educação”. In *MATRIZES*, ano 6, n. 1, jul./dez. 2012.

GEBAUER, Günter; WULF, Christoph. *Mimese na cultura: agir social, rituais e jogos, produções estéticas*. São Paulo: Annablume, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Bauru: Editora UNESP, 2014.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectivas, 1980.

IOC. *Olympic Charter*, 2 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.olympic.org/olympic-studies-centre/collections/official-publications/olympic-charters>. Acesso em 30 mai. 2017.

———. *Olympic Charter*, 1 de janeiro de 1908. Disponível em: <https://www.olympic.org/olympic-studies-centre/collections/official-publications/olympic-charters>. Acesso em 11 jul. 2017.

LUBENOW, Jorge Adriano. “A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica”. In *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 10, p. 103-123, 2007.

MAGNANE, Georges. *Sociologia do esporte*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. “Introdução”. In: *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011, pp. 17-24

MOREIRA, Marcelo; TEIXEIRA, Mônica. Rio 2016: comitê deve R\$ 100 milhões a fornecedores e instalações têm abandono. *Portal G1*, março de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/rio-2016-comite-deve-r-100-milhoes-a-fornecedores-e-instalacoes-tem-abandono.ghtml>. Acesso em 31 mai. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. “A comunidade como dissentimento”. In DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José. *A Política dos Muitos – Povo, Classes e Multidão*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2010, p. 425-436.

RUBIO, Katia. “Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização”. In *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-68, jan./mar. 2010.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. São Paulo: Record, 2001.

SODRÉ, Muniz. “Comunicação: um campo em apuros teóricos”. In *MATRIZES*, São Paulo, ano 5, n. 2, p. 11-27, jan./jun. 2012.

STONE, Gregory P. “American sports: play and display”. In: TALAMINI, John; PAGE, Charles (Ed.). *Sport & Society: an anthology*. Boston: Little, Brown & Company, 1973.

THEODORAKI, Eleni. *The Modern Olympic Games: Governance and Ownership of Risk*. Disponível em:

<http://www.bl.uk/sportandsociety/exploresocsci/sportsoc/mega/governanceownership.pdf>. Acesso em 25 jun. 2014.

WERLE, Denilson Luís. “Apresentação à edição brasileira”. In: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Bauru: Editora UNESP, 2014. p. 15-34.

8 Rio 2016. Análisis y Relatos de los Juegos Olímpicos Desde Dentro

*Joaquín Marín Montín*⁵⁶

Introducción

A lo largo de la historia más reciente, la ciudad y el país que alberga la celebración de unos Juegos Olímpicos experimenta un complejo proceso de transformación, que supera las raíces del propio evento deportivo. Cada edición olímpica ha estado siempre marcada por una serie de circunstancias políticas, económicas o sociales específicas que han influido en el devenir del acontecimiento. En este sentido, referirse a Rio 2016 implica necesariamente abordar el contexto que rodeó a Rio de Janeiro y Brasil. En primer lugar, la elección de la ciudad carioca en 2009 como sede oficial para albergar la XXXI Olimpiada representó la culminación de un proceso que permitiría al país sudamericano organizar desde 2007 los principales acontecimientos deportivos, conformando la denominada “década dos megaeventos no Brasil⁵⁷”. Tanto el contexto político general como el modelo macroeconómico del momento favorecieron la difusión de un discurso positivo por parte de los impulsores de la candidatura olímpica. En este sentido, la realización de los Juegos en Rio se constituía como una oportunidad única para organizar simultáneamente los eventos de mayor repercusión del planeta, así como favorecer

56 Doutor en Comunicación y Desarrollo Social por la Universidad de Sevilla (España). Docente de la Universidad de Sevilla.

57 Periodo que comprendió los Juegos Panamericanos, la Copa del Mundo FIFA 2014, los Juegos Olímpicos y Paralímpicos 2016.

la creación de infraestructuras necesarias para el desarrollo del país, además de propiciar el fortalecimiento y expansión de políticas públicas que garantizaran los derechos de los ciudadanos (FERNANDES, 2014).

Desde el punto de vista político, resultaría clave en la elección de Rio como sede el apoyo del entonces presidente Lula da Silva, como principal embajador de su proyecto, señalando que con los Juegos Olímpicos su país había obtenido un estatus internacional y el mundo había reconocido finalmente que era la hora de Brasil (HORNE, WHANNEL, 2016). La elección de Rio de Janeiro como sede olímpica llegaba en medio de una crisis económica internacional, pero que a Brasil afectaría inicialmente con menos intensidad con respecto a otros países occidentales. De hecho “en 2009, Brasil poseía el octavo PIB del mundo [...] destacando por asociar crecimiento económico y estabilidad política” (DAMO; OLIVEN, 2012, p. 243).

Con la llegada al poder de Dilma Rousseff en 2011, lo que se preveía como una continuidad de su antecesor en las políticas económicas y sociales se vería frenada años más tarde por dificultades a la que acompañarían futuros escándalos de corrupción, que afectarían también a la preparación y desarrollo de los grandes eventos deportivos. Mientras tanto, el 12 de agosto de 2012 en el marco de la ceremonia de clausura de los Juegos de Londres, Rio de Janeiro se presentaría ante el mundo para tomar el relevo como próxima sede olímpica. Con la presencia de la presidenta Rousseff en la capital británica, se buscaba aprovechar el buen momento económico de Brasil, así como potenciar su visibilidad ante el mundo tratando de fomentar su diversidad cultural, alegría y simpatía de sus habitantes. Para ello, la presentación de Rio 2016 recurriría a los tópicos de fácil identificación internacional, “clichês que representam a cidade e o Brasil: a (bela) mulher brasileira, simbolizada pela modelo Alessandra Ambrósio, o samba (com Renato Sorriso ensinando alguns passos para o “inglês ver”) e o futebol, na figura do Pelé” (FERREIRA et al., 2014).

Por otro lado, entre el 9 y el 13 de julio de 2012, visité por primera vez Rio de Janeiro, aunque la segunda en Brasil. Llamaba la atención las diversas obras que se estaban acometiendo, destacando especialmente la del estadio de Maracanã que ya empezaba a lucir un aspecto muy diferente al de épocas anteriores. Desde su Museo se podía apreciar el alcance de la reforma para convertir la instalación en el espacio estrella con “*padrão FIFA*”. Además, podían comprobarse sustanciales cambios tanto en su interior como en sus diferentes accesos y conexiones con el transporte público a través de trenes y metro.

Sin embargo, frente al clima de euforia por el inicio de la cuenta atrás para la cita olímpica, con el paso de los meses tendrán lugar los primeros momentos

complicados a los que Dilma Rousseff tuvo que hacer frente durante su mandato. De esta forma se fue desatando entre la población una gran marea de descontento que dieron lugar a las primeras protestas ciudadanas generadas en el marco de la IX edición de la Copa FIFA Confederaciones 2013 celebradas en Brasil. Según el Movimento Passe Livre (2013, p. 14) las revueltas de junio de ese año fueron desencadenadas por la lucha organizada MPL en São Paulo motivadas contra el aumento de las tarifas del transporte público, y que posteriormente extendería las movilizaciones a todo el país, incluyendo Rio de Janeiro. Igualmente, las manifestaciones denunciaban como las inversiones asociadas a los grandes eventos deportivos estaban absorbiendo una gran cantidad de recursos públicos que debían ser utilizados en sectores más importantes como el transporte, la salud o la educación (FERNANDES, 2014). Por ello, las protestas en la calle de junio de 2013 permitieron retratar, sobre todo internacionalmente, otra imagen de Brasil, la del descontento social de gran parte de su ciudadanía. En ese sentido, “tal descontentamento se mostrou muito consistente nos protestos e nas manifestações, que se intensificaram durante a Copa das Confederações e que tomaram, inclusive, o entorno de diversos estádios de futebol, antes e depois da realização dos jogos do evento”. (SANFELICE, 2014, p. 185).

Al año siguiente, la Copa Mundial de la FIFA 2014 estuvo igualmente marcada por diversos problemas, como los retrasos en las obras, los excesos de costos, muertes causadas por accidentes laborales, así como la continuación de las protestas (HORNE, WHANNEL, 2016). Ahora la atención informativa hacia Brasil era máxima lo que originó una mayor repercusión global. En este sentido, desde el inicio de 2014, se desarrollarían actos y protestas dirigidas especialmente contra los excesivos gastos realizados con dinero público para las obras del Mundial. Precisamente, entre los eslóganes más reiterados destacaron: “Não vai ter copa” y “Da Copa eu abro mão, quero meu dinheiro pra saúde e educação”. Se trataban de consignas surgidas de las manifestaciones de junio en 2013. Su nuevo alcance ahora buscaba movilizar diversos discursos sobre el mismo tema, los altos gastos generados y el rechazo a la realización de la Copa del Mundo FIFA 2014 (MACEDO, 2014). A pesar de las mencionadas circunstancias, la Copa del Mundo 2014 fue considerada para la FIFA en términos organizativos como un gran éxito, “[...] Gracias al torneo, las doce sedes, repartidas por todo el país, presentaron ante todo el mundo la belleza y la diversidad del país, desde su fascinante y variada cultura hasta su gran historia, sin olvidar las riquezas naturales y la próspera industria” (2015). Pese a ello, los grandes costos generados en la construcción de los estadios con dinero público brasileño conducirían paula-

tinamente a ir destapando diversos escándalos de corrupción, implicando a muchos políticos y cargos públicos.

A partir de estas primeras consideraciones, este trabajo tiene como objetivo principal analizar nuevos puntos de vista sobre los Juegos Olímpicos de Rio 2016 mediante un análisis cronológico de sus momentos más destacados. Igualmente, el estudio busca explorar algunas consideraciones sobre su impacto y legado transcurrido un año de su celebración.

Para obtener una comprensión completa de lo que significa para una ciudad albergar el mayor evento de nuestra sociedad global, debemos comprender un análisis multidisciplinario y exhaustivo de los procesos interrelacionados tras la organización de los Juegos antes, durante y después de haberlos organizado. Algunos de los impactos son hechos tangibles, pero muchos son fenómenos intangibles y cambiantes (KENNET, 2011, p. 127).

Para su elaboración, se ha combinado la observación directa -con diferentes viajes realizados a Rio de Janeiro- antes, durante y a posteriori de los Juegos (2012, 2015, 2016 y 2017); la consulta de referencias **procedentes de textos académicos; así como** una recopilación de noticias procedentes de medios españoles que mayor cobertura realizaron del evento (El País y TVE). De igual forma, este texto forma parte de una investigación más amplia que pretende ofrecer nuevos elementos de interpretación sobre el alcance de Rio 2016.

2015 y los meses previos a los Juegos Olímpicos

Finalizado el Mundial, la atención informativa se fue orientando progresivamente hacia Rio de Janeiro, si bien una gran parte de medios extranjeros disponían de corresponsalías e incluso algunos ya contaban con ediciones propias en Brasil (el proveedor de noticias británico BBC o el diario español El País). La noticia no sólo estaba en la transformación progresiva de una ciudad que acogería por primera vez una Olimpiada, sino también en las implicaciones que esos cambios generarían. De igual modo, la inestabilidad política seguiría presente alrededor de la preparación de los Juegos Olímpicos. Como sucedió con el Mundial, las revueltas seguían congregando a una ciudadanía heterogénea que abarcaba

defensores y detractores del gobierno, partidarios, desencantados de la política y muchos indignados (EN PORTADA, 2014). Así durante 2015, las protestas en la calle continuaron, muchas dirigidas contra Dilma Rousseff y su partido, el PT. Mientras tanto, la entonces presidenta afirmaría en una Tribuna de opinión que “Los Juegos de Rio de Janeiro de 2016 buscan invertir para superar las desigualdades” (ROUSSEFF, 2015). La mandataria brasileña resaltaba la capacidad organizativa y su deseo de reducir las desigualdades sociales por medio del desarrollo económico que generará el evento.

Por otro lado, el tema de la seguridad preocupaba especialmente al Comité Organizador a medida que se acercaban los Juegos con vistas a garantizar el espectáculo. La seguridad era uno de los principales objetivos al asumir el proyecto, que además permitiera renovar la imagen de Brasil. La ciudad de Rio de Janeiro arrastra durante décadas el estigma de la violencia y el narcotráfico. Al igual que en el Mundial, uno de los mayores esfuerzos se centraría en recuperar el control de las favelas más peligrosas. A través del denominado proceso de pacificación que incluía la implantación en 2008 de un programa con las denominadas Unidades de Policía Pacificadora (UPP) se trató de hacer frente al problema, si bien insuficiente como se demostró con la ocupación del ejército los meses previos al Mundial. En 2015 unas cuarenta favelas habían sido incluidas reduciendo los crímenes violentos en los primeros cuatro años del programa. Sin embargo, el cambio se centraba especialmente en crear un “cinturón de seguridad” alrededor del Estadio Maracanã y cerca de otros sitios olímpicos y turísticos, aunque ignorando las zonas más violentas de la región metropolitana (HORNE, WHANNEL, 2016). Sin embargo, como señalaba José M. Beltrame, responsable de seguridad local, no se puede trabajar ni hacer proyectos que afectan a los habitantes de Rio de Janeiro pensando en eventos olímpicos o La Copa porque los eventos se acaban (EN PORTADA, 2014).

Además del problema de la seguridad, los grandes eventos deportivos desataron en Rio de Janeiro una gran fiebre inmobiliaria. Como resultado, se produjeron innumerables desalojos en diferentes favelas de la ciudad bajo la justificación de la reestructuración urbana que implicaba la cita olímpica. Así la reforma del área portuaria con proyectaba Porto Maravilha obligaría al desahucio de gran parte de los habitantes de Providência⁵⁸. En consecuencia, una gran franja su espacio fue objetivo del cambio que se pretendía dar a esa zona como parte de la estrategia llamada “Copa del Mundo y la modernización olímpica” gastándose cerca de se-

58 Denominada originalmente Morro da Favela. Es el asentamiento más antiguo de Rio de Janeiro.

tenta millones de dólares. La mayor cantidad del dinero se empleó en un teleférico, aunque no tanto para que sus habitantes lo usen sino más bien para los turistas [...] haciendo que la ciudad parezca limpia, sin la imagen de las favelas y la pobreza. (ZIRIN, 2016, p.217). De igual modo, otra muestra de la especulación inmobiliaria fue la realizada en Vila Autodrómo, situada junto al futuro Parque Olímpico, y sobre la que se proyectó un desalojo masivo de más de 60.000 personas. Los Juegos Olímpicos se convirtieron en el pretexto para la llegada de magnates de la construcción para generar nuevas áreas de lujo alrededor del lago. A pesar de la resistencia de sus moradores, la mayoría de las familias aceptaron indemnizaciones del ayuntamiento y abandonaron el lugar ante las demoliciones programadas. En junio de 2015, los enfrentamientos violentos con la policía tuvieron gran repercusión internacional con los residentes que quedaban luchando por su derecho a permanecer. En este sentido el periodista y escritor brasileño Mario Magalhães⁵⁹ señalaría “Já temos um vergonhoso recorde olímpico antes mesmo da abertura dos Jogos” (HORNE, WHANNEL, 2016).

Otro de los aspectos clave de los Juegos Olímpicos se refiere a la organización, que a un año de su celebración implicaba la coordinación de múltiples aspectos. Uno de los más importantes, se refería al transporte. A pesar de la experiencia previa de la Copa del Mundo FIFA 2014, la complejidad mayor de la olimpiada estaba sobre todo en coordinar los traslados de los diferentes colectivos (deportistas, periodistas, espectadores, etc.) entre las diferentes áreas. El primer punto esencial del transporte fue el aéreo, donde el Aeropuerto Internacional de Galeão tendría un importante proceso de transformación especialmente en su terminal internacional, principal punto de entrada para la mayoría de visitantes que acudirían a los Juegos. Situado en el norte de la ciudad, los accesos y conexiones de Galeão a la ciudad y al aérea olímpica resultaban esenciales. En este sentido, una de las novedades fue el diseño del denominado “High Performance Transport Ring” que se convertiría en el eje más importante en términos de movilidad que introdujo el sistema BRT⁶⁰ como la forma más factible de conectar los cuatro núcleos olímpicos (Barra, Deodoro, Maracanã, Copacabana). De todos ellos, Barra sería el punto nodal de los tres corredores de autobuses. Con una extensión de

59 Editora rebate Eduardo Paes, que chamou de ‘asneira’ livro sobre remoções. Disponível em <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/07/28/editora-rebate-eduardo-paes-que-chamou-de-asneira-livro-sobre-remocoes/?cmpid=copiaecola>. Acesso em 26 ago. 2017.

60 Bus Rapid Transit.

117 km, el sistema incluiría: la línea Transoeste que uniría Barra al final del Oeste y una nueva terminal de metro; la línea Transcarioca que atravesaría el extremo norte hacia el aeropuerto internacional; y la Transolímpica que uniría el Parque Olímpico con Deodoro.

Paralelamente se fueron ejecutando la ampliación de las líneas de metro y tren para atender las zonas norte, sur y oeste. Sin embargo, antes de los Juegos Olímpicos había corrientes críticas que señalaban que dichas ampliaciones eran insuficientes ya que podían provocar grandes aglomeraciones, como sucediera en 2012 y 2014 (HORNE; SILVESTRE, 2016). Y en realidad fue así, ya que a falta de pocos días de los Juegos Olímpicos se demostrarían problemas en el metro debido a que “la nueva línea que lleva a aficionados y voluntarios y los cariocas siguen su rutina en una de las urbes más congestionadas [...] el nuevo metro tendrá que cerrar tras las competiciones y sólo abrirá cuatro horas por día” (MARTÍN, 2016, p. 36).

A nivel organizativo, otro de los asuntos que generaba preocupación, especialmente durante los meses previos a los Juegos Olímpicos, eran los relativos a los retrasos e incidencias en las obras de diferentes recintos e infraestructuras. A pesar de que el Comité Organizador aseguraría su finalización tuvo que incrementarse a tres los turnos de trabajo, como fue el caso del Parque Olímpico Deodoro. De igual forma, algunas instalaciones que se estrenarían por primera vez en la ciudad, como el Velódromo, sufriría un retraso de medio año por errores en el diseño del proyecto, cancelación de contratos y problemas con los materiales. Frente al retraso, se registraron otros contratiempos en obras como la Villa Olímpica localizada en Barra de Tijuca, que tenía ya ejecutada en 2015 el 85% de la obra. Sin embargo, a falta de pocas semanas para el inicio de los Juegos se comprobó que “el Comité entregó la mitad de las residencias sin haber comprobado que estaban limpias y con luces y duchas funcionando” (GIOVIO y MARTÍN, 2016. p.36.). Igualmente, aunque ya había instalaciones construidas para eventos anteriores, la gran mayoría precisarían de reformas de acondicionamiento para los Juegos Olímpicos. Este fue el caso del Estadio João Havelange “Engenhão”⁶¹ – sede de las competiciones de atletismo-, que además de las reformas para la preparación de la Olimpiada, tuvo que cerrarse de forma inesperada en 2013 durante dos años por fallos en la

61 Localizado en el barrio de *Engenho de Dentro* e inaugurado para los Juegos Panamericanos de 2017. También se conoce como Estadio Olímpico Nilton Santos, sede local del Botafogo F.C.

estructura de su cubierta exterior⁶². Precisamente en el mes de abril de 2015, tuve la oportunidad de visitar los alrededores de la instalación y pude comprobar el estado de las obras, así como los accesos por tren de la misma, que ya estaban desde entonces en funcionamiento.

Además de los retrasos señalados de algunos recintos deportivos, hay que mencionar también otras incidencias relativas a nuevas infraestructuras proyectadas en la ciudad. Este fue el caso del derrumbe de un tramo de un carril bici próximo al mar en el contorno de la montaña de Dois Irmãos que formaba parte de la nueva ciclovía Tim Maia -de 4 kilómetros e inaugurada el 17 de enero de 2016-, que conectaba los barrios de Leblon y São Conrado en la zona sur de Río. “Promocionado como parte del legado olímpico, se desmoronó como una hoja de papel tras el impacto de una ola gigante. Murieron por lo menos dos personas y puso en evidencia la negligencia de una constructora que participa en varias instalaciones olímpicas” (MARTÍN, 2016, p. 14).

Otros dos componentes fundamentales en los preparativos de Río 2016, fueron las cuestiones ambientales y de salud. En el primer caso, el mayor reto se situaba en la limpieza de las aguas de la Bahía de Guanabara (Figura 1), donde se desarrollarían las competiciones olímpicas de vela. Pero en dicho entorno había un alto nivel de contaminación, que había crecido progresivamente desde los años 60 debido a la actividad industrial y a la descarga de aguas residuales de los 16 municipios de la Región Metropolitana de Río de Janeiro a orillas de la bahía (HORNE; SILVESTRE, 2016). Ya años atrás, la candidatura olímpica estableció el objetivo de descontaminar el 80% de las aguas para 2016, pero a medida que se acercaban los Juegos no se alcanzaron esos resultados: “La contaminación en Guanabara ha bajado, pero sigue por encima del nivel permitido por la OMS” (El País, 29/7/2016).

62 Esta circunstancia obligaría al Botafogo F.C. a no poder jugar sus partidos allí durante ese periodo.

Figura 1: Bahía de Guanabara

Viernes 29 de julio de 2016

EL PAÍS 37

DEPORTES

A UNA SEMANA DE LOS JUEGOS



Una barrera impide que la basura fluya a la Bahía de Guanabara donde se celebrarán las pruebas olímpicas. (AGENCIA OCHA/UNEP)

Barreras contra la basura

La contaminación en Guanabara ha bajado, pero sigue por encima del nivel permitido por la OMS. "El miedo es que se infecte una herida", dice la doctora del equipo de vela

E. GOWD / M. MARTÍN Madrid / Río Carlos, un carroca de casi 50 años, vive de alquilar tablas de paddle surf en la playa de Flamengo, bañada por las contaminadas aguas de la Bahía de Guanabara, escenario de algunas de las competiciones acuáticas de los Juegos. Mientras sus colegas que trabajan en playas más turísticas y

go y en la zona del interior del puerto había índices de bacterias altísimos, han bajado a la mitad y aún así siguen un poco por encima del nivel permitido por la OMS (Organización Mundial de la Salud), cuenta Carmen Vaz, doctora del equipo español de vela que lleva ya varios días en Río. Desde la organización le han

de mosquitos se infectan a los dos días es que el agua no está bien. El miedo que me da a mí es eso, no tanto si se tragan el agua. Yo nos pasó el año pasado que a uno de los deportistas se le infectó una herida", cuenta Vaz. Su miedo es ese, mientras que el de los deportistas tiene que ver con que trozos de plástico, troncos u otros

aguas están bastante más limpias en comparación con las últimas veces que he venido, ya no solo porque no haya plásticos y cosas así flotando sino que está más transparente que hace dos semanas. Está claro que algo han hecho", cuenta la que fue oro en Londres 2012 en RSX. "Está mejor, pero tampoco para tirar cohe-

gara Tamara Echeegoyen que busca medalla junto a Berta Betanzos en 49erFX y también se está entrenando en Guanabara.

"Hay partes más limpias porque los brasileños han construido en todos los afluentes que desembocan en la bahía unas barreras físicas que frenan la llegada de vertidos. Los más pequeños si consiguen colarse y son recogidos a diario. Yo el año pasado llegué a ver hasta perros muertos. Todos los días un helicóptero recorre 4-5 kilómetros de bahía para revisar que las barreras de los 20 afluentes estén bien. Algunos vecinos, enfadados con el derroche de presupuesto para los Juegos, rompían esas barreras. De ahí que las construyan a

Fuente: El País (29/07/2016).

En cuanto a la salud, uno de los aspectos que generó gran inquietud fue el virus del Zika. A comienzos de abril de 2015 las autoridades sanitarias de Brasil alertaron de un gran brote epidémico, que obligaría a implantar planes para prevenir su diseminación durante los Juegos Olímpicos.

EL virus Zika, transmitido a través de mosquitos, ha creado una oleada de defectos de nacimiento, afectando el cerebro de los recién nacidos. Se cree que el virus habría llegado durante la Copa del Mundo 2014, procedente de Polinesia, anidándose e instalándose

en Brasil debido al clima, a un defectuoso sistema de salud pública paralizado por la recesión, y a una red deficiente de saneamiento (ZIRIN, 2016, p. 1).

A medida que se acercaba el gran evento, se extendió un debate a nivel internacional sobre si la enfermedad suponía un motivo para suspender el megaevento. Más de 170 científicos encabezados por el epidemiólogo Amir Attaran elaboraron un documento que alertaba de los riesgos a la Organización Mundial de la Salud en la que se señalaba: “[...] con medio millón de personas acudiendo a Rio para los Juegos no se trata de unos visitantes habituales sino que vienen de cada rincón del mundo, abres la posibilidad de que una persona de cualquier lugar se infecte” (ABAD, 2016). Como consecuencia, una larga lista de destacados deportistas⁶³ expresó su temor por el virus y los peligros que generaría para la salud. En España, Pau Gasol quiso también sumarse al debate publicando un artículo en la que planteaba si “¿estamos tomando todas las precauciones que garanticen la salud y la seguridad de los aficionados, deportistas y otros profesionales que viajarán a Río, o se están anteponiendo los intereses económicos a la salud de millones de personas en todo el mundo? (GASOL, 2016).

A pesar de los inconvenientes organizativos, las dudas y los problemas internos de inestabilidad política, el inicio de los Juegos Olímpicos resultaría ya imparables. Mientras que la antorcha olímpica seguía su recorrido por más de 300 ciudades del país, Rio de Janeiro esperaba el inicio de los primeros Juegos de Sudamérica. Después de haber estado en 2015, mi percepción personal fue comprobar un año después como la transformación progresiva que estaba teniendo la ciudad repercutía en su escenario, como la renovación del alumbrado urbano, el incremento de la limpieza o la mejora en el sistema de transportes del metro.

Arrancan los Juegos de la XXXI Olimpiada: *¿Um mundo novo?*

Frente al momento festivo por el inicio de la mayor competición deportiva del planeta, la situación política en Brasil se complicaba más. El 12 de mayo de 2016 Dilma Rousseff fue apartada de su cargo temporalmente por el Senado como

63 Marc Leishman, Carmelo Anthony o Serena Williams entre otros.

presidenta para someterse a un juicio político por irregularidades fiscales de las cuentas públicas durante su mandato en 2014 y 2015. Como resultado, el entonces vicepresidente Michel Temer, en el pasado aliado electoral de Dilma, pasaría a ocupar de forma interina la presidencia del gobierno mientras se desarrolló el proceso contra Rousseff. Bajo este nuevo marco, el 5 de agosto el nuevo presidente interino sería el encargado de declarar institucionalmente abierta la XXXI Olimpiada de la era moderna, en medio de un ambiente de gran tensión. De un lado, la ex mandataria acusaría de “golpe” la nueva situación tras recibir la notificación oficial de su suspensión. De otro lado, el presidente interino teniendo que hacer frente a una profunda impopularidad dando lugar a nuevas protestas de los contrarios al nuevo gobierno, que alcanzaron también a los Juegos Olímpicos.

Así, en diferentes recintos deportivos se extendieron los abucheos contra el Ejecutivo popularizándose el lema “Fora Temer” a través de gritos y pancartas. El mismo día de la inauguración, hubo una gran manifestación en la playa de Copacabana que obligaría a cambiar el recorrido de la antorcha olímpica pocas horas antes del inicio de los Juegos. Ya en la propia ceremonia de apertura, pese a las medidas de seguridad no se consiguieron evitar las protestas contra Temer:

Los Juegos Olímpicos de Río de Janeiro han sido inaugurados por una ceremonia de cuatro horas y un discurso de menos de diez segundos. Michel Temer, presidente de Brasil en funciones, cumplió con su obligación y anunció el inicio de los Juegos, pero lo hizo con una única frase – “Tras esta maravillosa fiesta, declaro inaugurados los Juegos Olímpicos de Río, que se celebran en la trigésimo primera olimpiada de la era moderna” – cuyo final apenas llegó a escucharse a causa los abucheos (AVENDAÑO, 2016)

Además, se creó una gran polémica en la forma en que algunas de las protestas fueron neutralizadas dentro de las instalaciones deportivas, ya que si bien “Brasil contempla la libertad de expresión en su Constitución, el Comité Río 2016 y el Comité Olímpico Internacional (COI) se basan en una ley, la 13.284, sancionada el 10 de mayo por Rousseff, para la realización de los Juegos: prohíbe banderas que no sean para fines festivos o amigables, así como manifestaciones de carácter ofensivo, xenófobo, racista o que estimulen otras formas de discriminación” (BETIM, 2016).

En lo que respecta a la seguridad, además de los problemas locales de violencia urbana de Rio se sumaría además la amenaza terrorista, que exigió un enorme

despliegue que incluía al propio ejército. Sin embargo, fuera del entorno de los Juegos Olímpicos los problemas continuaban e incluso en ocasiones aumentaron por un descenso de la vigilancia en otras zonas: “La fuerte presencia del Ejército cerca del Parque Olímpico y de otras áreas de competición contrasta también con los principales accesos de la ciudad en barrios como Botafogo o incluso en la turística Ipanema, donde la seguridad es nula” ((BETIM, 2016). De esta forma, los tiroteos, atracos u homicidios seguían afectando a los ciudadanos de Río a pesar de las medidas extraordinarias de seguridad.

Para el visitante del exterior, como fue mi caso, las medidas de seguridad eran muy visibles desde la propia llegada al Aeropuerto Internacional de Galeão. Así en el viaje que realicé a Rio de Janeiro el 3 de agosto, a falta de pocos días del inicio de los Juegos Olímpicos, hubo controles especiales nada más aterrizar que iban desde la formación de filas especiales al registro fotográfico y grabación de las huellas dactilares. Igualmente, desde el propio aeropuerto llamaba la atención la presencia de una gran cantidad de miembros del ejército y la Força Nacional⁶⁴. Ya en la ciudad, pude comprobar también la presencia masiva militar en zonas donde se desarrollaría competiciones, como Maracanã, el Parque Olímpico o Copacabana. Si bien impresionaba el operativo desplegado, la sensación que generaba para el visitante era de extrema seguridad.

En términos organizativos, el inicio de los Juegos Olímpicos implicaría el momento decisivo para la puesta en marcha de múltiples actividades que se desarrollarían entre el 3 y 21 de agosto repartidas en distintas áreas. A pesar de la experiencia previa en grandes eventos deportivos o festivos como su famoso Carnaval y tener habitualmente una gran afluencia de turistas, la Olimpiada superaría cualquier acontecimiento celebrado hasta ese momento en la ciudad carioca. Durante esos días, Rio de Janeiro modificaría gran parte de su rutina, concentrando una intensa actividad en diferentes áreas de la ciudad (v. Figura 2). Si bien el eje principal organizativo de los Juegos se situaba principalmente alrededor de los cuatro grandes núcleos, escenarios de las competiciones deportivas a las que se sumarían otras cinco ciudades para el torneo de fútbol (Belo Horizonte, Brasilia, Manaus, Salvador y São Paulo). Además, de las sedes deportivas hay que mencio-

64 Força Nacional de Segurança Pública, cuerpo de cooperación federativa cuya función es preservar el orden público, la seguridad de las personas y del patrimonio.

nar el Boulevard Olímpico⁶⁵, como un espacio público y lugar de encuentro donde se desarrollarían diferentes actividades culturales, artísticas y de ocio.

Figura 2: Mapa de las zonas olímpicas



Fuente: Guia Oficial do Espectador Jogos Olímpicos Rio 2016.

Como viene siendo habitual en este tipo de eventos, una parte importante de apoyo a la organización de los Juegos Olímpicos la desempeñarían los voluntarios, facilitando entre otras labores informaciones a los miles de personas procedentes de distintas partes del mundo. En este sentido, resultó clave su colaboración con labores de orientación en el transporte público que por primera vez estrenaba nuevos sistemas de desplazamiento (Figura 3). Sin embargo, a pesar de ello la primera jornada de los Juegos, después de la ceremonia la noche anterior, estuvo marcada por largas filas de espectadores y problemas con el transporte. En muchos casos, esta desorganización fue debida al enorme dispositivo de seguridad, anteriormente mencionado, y que parecía tener más protagonismo: “[...] Las fotos de camiones y carros blindados (Figura 3) vigilando a los ciudadanos sedientos de deporte en

65 Situado en el distrito portuario del centro histórico de la ciudad. Forma parte del proyecto Porto Maravilha.

chancletas y camiseta no ayudan mucho a transmitir los mensajes e ideales olímpicos que tanto dinero cuestan” (ARRIBAS, 2016, p. 31).

Figura 3: Río 6/08/2016



Miembros de la policía brasileña inspecciona la zona donde detonaron una mochila sospechosa. / OIC

La policía detona una mochila abandonada junto al circuito en el que se disputaba la prueba de ciclismo en ruta.

Atascos, caos y colas interminables

MARÍA MARTÍN. **Río de Janeiro**
No fue un día fácil para quienes madrugaron para ver las primeras competiciones de Río 2016. El espíritu de orgullo y eficiencia que invadió la ciudad tras el éxito de una espectacular ceremonia de apertura pareció diluirse con los primeros rayos de sol. Hubo atascos, caos en el transporte, muchísimas colas y algún puñetazo. También brotó la inquietud cuando una mochila abandonada en el

circuito de ciclismo fue detonada por las fuerzas de seguridad. El primer día de competición resultó, durante algunos momentos, una odisea.

Recorrer los 2,3 kilómetros que separan uno de los hoteles de la zona del Parque Olímpico hasta los estadios suponía, a las nueve de la mañana, una hora y diez minutos en autobús, 20 minutos más que el trayecto de 44 kilómetros que separa Barra de Tijuca, el bar-

rio olímpico, del Parque Deodoro, donde, entre otras, se celebran las competiciones de tiro o hípica. El mismo Comité Olímpico Español tuvo que suspender una rueda de prensa de la selección de waterpolo femenino, convocada a las 12.30 en la Villa Olímpica, por “problemas de transporte”.

Los aficionados se llevaron la peor parte. Mientras el primer partido de la selección brasileña femenina de balonmano comenzaba,

Recorrer dos kilómetros suponía, a las nueve de la mañana, una hora

El COE suspendió una rueda de prensa por “problemas de transporte”

centenares de personas hacían colas de cerca de dos horas para entrar en el Parque Olímpico. Los asistentes querían información, pero no encontraban a quién pedirle y, según la prensa local, se produjeron varias peleas entre algunos aficionados que, con prisa para llegar a las gradas, quisieron colarse. Una vez comenzado el segundo tiempo, el estadio empezó a llenarse —había aun así muchos asientos vacíos— y el ambiente ayudó a que las brasileñas derrotaran a las noruegas.

Otros aficionados viajaron sin retrasos en el nuevo metro reservado a los Juegos, pero se toparon con enormes colas para entrar en los autobuses expresos que van hasta los estadios. Querían ver el waterpolo, que comenzaba justo cuando consiguieron llegar al Parque, pero al intentar acceder una nueva cola les bloqueó. Entraron una hora después, cuando el primer partido ya había terminado. “Había muchísima gente y estábamos impacientes. Muchos llegamos a última hora, pero la logística podría ser mejor. Había solo dos puertas para entrar”, se quejaron. El Comité Organizador se disculpó por los retrasos y pidió refuerzos a las autoridades para acelerar los controles de seguridad. A partir del mediodía, la situación mejoró, pero buena parte del público ya había llegado tarde a los partidos.

Fuente: El País (07/06/2016).

Para completar, estos primeros días de los Juegos haré referencia a mi propia experiencia. El día 6 de agosto, al día siguiente de la ceremonia de apertura, asistí

a los primeros partidos del torneo de voleibol femenino que tendría lugar en el recinto de Maracanãzinho en el área de Maracanã y junto al mítico estadio donde la noche anterior se inauguraron los Juegos. Siguiendo las informaciones prácticas, me desplazé con suficiente tiempo utilizando la línea 2 de metro. El traslado en metro fue fluido y no noté especialmente mucha aglomeración (7.30 a.m.) aunque ya veía movimiento de gente dirigiéndose a diferentes áreas de la ciudad. Al llegar a la estación de Maracanã (Figura 4), llamaba la atención toda la decoración del lugar, engalanado con los símbolos olímpicos y zonas especialmente dispuestas por los patrocinadores. Para la entrada al recinto se requería pasar por un registro de seguridad personal que incluía un control de escáner. Ya en el interior de Maracanãzinho el ambiente ya era más tranquilo y festivo, propio de un gran acontecimiento deportivo, diseñado y planificado para su retransmisión televisiva. En líneas generales, la asistencia a este primer evento me permitió comprobar la magnitud de una parte de los Juegos Olímpicos, donde todo funcionó a pesar de los tiempos de espera e inconvenientes que generaba tanta seguridad.

Figura 4: Interior de la estación de metro de Maracanã



Fuente: Elaboración propia.

En relación con el propio desarrollo de los eventos deportivos en Rio 2016, una de las situaciones más repetidas fue la escasa asistencia de espectadores. Y es que la venta de entradas, iniciada en marzo de 2015, no alcanzaría las cifras esperadas. En este sentido, la organización del evento dispuso que 7,5 millones

de boletos se ofrecieran para su venta a Brasil; 1 millón venderse en el extranjero; y 1,3 millones se reservaría, -como viene siendo habitual-, para la denominada familia olímpica (federaciones internacionales, miembros del Comité Olímpico Internacional y deportistas). Aunque uno de los objetivos del comité organizador local era “evitar la mala imagen que da un mar de asientos vacíos durante las competiciones es un problema crónico de todas las ediciones olímpicas” (MARTÍN, 2016) la situación en Rio 2016 no cambiaría. En un espectáculo tan televisivo, una de las peores imágenes que las cadenas no quieren ofrecer son grandes espacios en las gradas, circunstancia que ya había sucedido en Londres 2012. En el caso de los Juegos de Río, había que añadir la particularidad del excesivo precio de las entradas, que para una gran parte de la población local resultaba inalcanzable. Ante esta circunstancia, el Comité Organizador entregó 285.000 entradas a diferentes escuelas y programas sociales en la ciudad, que dio la oportunidad a niños procedentes de zonas humildes acudir a ver las competiciones. Además, durante los Juegos Olímpicos de Río se destapó una red de venta ilegal de entradas⁶⁶, con antecedentes del mismo tipo en el Mundial de fútbol 2014, que la ofrecían a precios desorbitados.

En relación con la escasa presencia de público, debo añadir que en las dos competiciones a las que asistí observé claramente esa situación. En el mencionado Maracanãzinho (Figura 5), donde el aforo de la instalación tenía una capacidad de 11.800 localidades, el primer partido al que asistí no llegaba a completar ni tan siquiera la mitad si bien en el siguiente partido la cifra subiría ligeramente. Por otro lado, el 15 de agosto acudí a las competiciones de atletismo que se disputaban en el Estadio Engenhão en jornada de tarde. Para evitar aglomeraciones, al igual que en el caso del voleibol, realicé el traslado con suficiente tiempo, combinando el transporte de metro y tren. Al llegar a la instalación, y tras superar los oportunos controles de seguridad, ingresé en el estadio en el momento que la organización lo permitía. Si bien las competiciones atléticas no comenzaban hasta las 20.15, accedí con anterioridad para poder ver con detalle toda el área anexa como la pista de entrenamientos. Ese día se disputaban sesiones clasificatorias, semifinales y finales destacadas como los 800 m.l. masculinos y el salto con pértiga masculino. Igualmente, se procedería a la entrega de medallas de los 100 m.l. celebrados la jornada anterior con la presencia de Usain Bolt, A pesar de ese repertorio, la presencia de público en

66 “Los dos detenidos son empleados de THG Sports, una de las mayores empresas de venta de entradas y paquetes de viajes para eventos deportivos, con sede en Londres” (El País 11/08/2016, pág. 38).

las gradas no era la esperada, teniendo en cuenta la fidelidad de público que el atletismo suele tener en la Olimpiada. Además, debido a la presencia de la lluvia se produjo un parón en las pruebas que originó un retraso horario haciendo que muchos espectadores se fueran antes.

Figura 5: Interior de Maracanãzinho (6/08/2016)



Fuente: Elaboración propia.

Frente a la falta del público deseado en las competiciones, hay que señalar sin embargo como el ambiente en la ciudad no siguió esa tendencia durante los Juegos Olímpicos. Uno de los puntos de mayor concentración de personas se encontraría en el Boulevard Olímpico (Figura 6), donde el fuego olímpico constituía una de las atracciones del lugar. Por primera vez en la historia de los Juegos Olímpicos la llama se instalaría en un espacio distinto al del estadio donde tuvo lugar la inauguración. En pleno centro de la ciudad y frente la iglesia de la Candelaria se situaría un pebetero visible para que todos aquellos que quisieran verlo sin necesidad de acudir al estadio de Maracanã. Además del fuego olímpico, el espacio contaba con diversas pantallas gigantes que permitían seguir en directo las competiciones, escenarios con música en vivo, puestos de comida⁶⁷ así como otras atracciones culturales y artísticas, que lo convirtieron en uno de los espacios más concurridos. Precisamente, tuve la oportunidad de visitar esta área y puede comprobar toda la

67 Sobre todo *Food trucks*.

animación e interés que despertaba, ya que eran muchas las actividades ofertadas, pero sobre todo el poder vivir esa otra parte de la Olimpiada más cultural.

Figura 6: Boulevard Olímpico durante los JJ.OO.



Fuente: Elaboración propia.

Desde el punto de vista mediático, a partir de los medios españoles analizados (El País y TVE), la cobertura de los Juegos Olímpicos estuvo marcada por una mayor presencia de aspectos negativos, en gran parte precedida por el contexto anterior de los Juegos que sembró desconfianza en las posibilidades organizativas de Rio de Janeiro. Así, en los días previos al evento uno de los temas abordados fue el incremento de la prostitución: “Mujeres de todo el país llegan a Río con la intención de prostituirse. Atraídas por el aluvión de turistas durante los Juegos” (DÖRR, 2016). Igualmente se mencionó la explotación sexual de menores en el área del Parque Olímpico: “La policía de Río pone en marcha una operación para detener a una banda que explotaba a adolescentes en un piso de lujo” (MARTÍN, 2016). De igual forma, durante el desarrollo de los Juegos, se generaron sucesos que fueron magnificados incrementando mayor confusión alrededor de la seguridad y organización del evento. Uno de los más sonados fue el incidente protagonizado por el nadador Ryan Lochte. De la noticia “Asaltan a punta de pistola a cuatro nadadores estadounidenses en Río [...] que pone en evidencia el enorme dispositivo de seguridad desple-

gado en la ciudad con cerca de 85.000 hombres entre policías y militares” se pasaría días más tardes al titular bien distinto: “El asalto a Lochte y sus colegas que nunca existió” (MARTÍN, 2016) tras confirmarse que todo se trató de un montaje. Otro episodio destacado, fue el referido al cambio de color del agua en la piscina de saltos que “[...] ha pasado de reflejar un inmaculado color azul claro a un turbio verdoso de un día a otro” (RODRÍGUEZ, 2016). De igual modo, se registró otro incidente en el que se produjo la caída de una cámara de televisión en la zona cercana al recinto Arena Carioca 1 y que causaron “Siete heridos en el Parque Olímpico por una cámara aérea descolgada” (RTVE, 2016). Todos estos percances permitieron incrementar las críticas de los medios durante los Juegos, especialmente referidas a fallos organizativos.

Los “post Juegos” y los primeros signos de legado un año después

Al término de cada edición de los Juegos Olímpicos, comienza la tarea de hacer balance y establecer análisis para comprobar sus repercusiones. Sin embargo, sólo el paso de los años ayudará a establecer un alcance más preciso para determinar el legado real de Rio 2016. Será entonces cuando se podrá valorar si los Juegos Olímpicos resultaron ser un “catalizador para el cambio, para ejecutar proyectos urbanos a gran escala en un periodo relativamente corto, para atraer inversiones, para provocar un cambio social y para comunicar mensajes a una atenta audiencia internacional” (KENNET, 2011, p. 128).

Tanto el epílogo como los primeros días posteriores de los Juegos no alteraron los asuntos abordados hasta ahora por los medios. De un lado, la inestabilidad política de Brasil seguía estando presente, como quedó reflejado en la ausencia del presidente interino Temer en el cierre del evento. Por otro lado, el ambiente festivo de la ceremonia de clausura permitió que las valoraciones negativas se frenaran momentáneamente: “Los Juegos en la Ciudad Maravilhosa, cuestionados hasta el último momento por el virus del zika, el terrorismo o el transporte, han sido un éxito” (MARTÍN, 2016).

Además, cada edición de los Juegos también es recordada por sus deportistas y sus hazañas heroicas. En los de Río, los grandes protagonistas fueron Michael Phelps, Usain Bolt, Simone Biles e incluso el propio Neymar que permitió reforzar a Brasil como país del fútbol. Sin embargo, frente a la resaca festiva de la ceremonia de clausura, emergerían nuevamente las dudas tanto de las repercusiones de la

Olimpiada como de la capacidad organizativa para los Juegos Paralímpicos, que se iniciarían dos semanas más tarde.

Otro de los temas, que siguió generando debate un año después fue el virus del zika si bien a pesar de la alarma creada durante los Juegos Olímpicos finalmente no hubo ningún caso. Por otro lado, la crisis económica de Brasil se convertiría en protagonista de los análisis de Rio 2016 debido a la paralización de algunos proyectos previstos para el legado olímpico. Sin embargo, frente a esta situación el entonces alcalde de Río señalaba:

[...] Los Juegos contribuyeron a aliviar las dificultades económicas porque generaron empleo, especialmente en los sectores de la construcción y el turismo, cuando los brasileños más lo necesitaban. El ministerio de Turismo del país reconoce a los Juegos el mérito de haber impulsado el crecimiento turístico durante el año pasado [...] Es demasiado pronto para una valoración definitiva del legado de los Juegos, pero actualmente Río ya es una ciudad mejor gracias a los Juegos Olímpicos (PAES, 2017).

De igual modo, el problema de la seguridad seguiría estando presente un año después en la ciudad de Río. A pesar de que los Juegos Olímpicos no lo resolvieran si se contuvo alrededor de determinadas zonas gracias al despliegue de 21.000 soldados. Sin embargo, meses más tarde la violencia volvería a intensificarse, marcada especialmente por el robo de camiones de carga con toneladas de tabaco, carnes o yogures para venderse en el mercado negro. Además, debido a la situación de banca rota del Estado de Río, se tuvo que recurrir al gobierno federal para el envío de tropas militares que refuercen la seguridad.

Otro de los asuntos relacionados con los primeros signos del legado, se refiere al estado posterior de las instalaciones deportivas tras los Juegos Olímpicos. Uno de sus principales espacios fue el estadio de Maracanã (Figura 7), que a principios de 2017 sufriría un abandono en sus instalaciones causado principalmente por las innumerables deudas contraídas. El origen del problema estaba en el conflicto entre el Comité Río 2016 y Maracanã S.A.⁶⁸ por el incumplimiento de la devolución del estadio en las mismas condiciones que su cesión antes de los Juegos, exigiendo-

68 Entidad administradora del estadio y perteneciente a la compañía Odebrecht, vinculada al mayor escándalo de corrupción en Brasil.

se “desde el cambio de ventanas rotas, a la reposición de muebles, hasta la entrega de certificados técnicos que demuestren el grado de desgaste de la cobertura del campo tras el espectáculo pirotécnico de las ceremonias” (MARTÍN, 2017). Este episodio obligaría a que equipos locales de fútbol, como el Flamengo, asumieran parte de las deudas de la instalación para poder seguir disputando allí sus partidos.

Figura 7: Estadio de Maracanã



El estadio de Maracanã visto desde el Cristo Redentor de Río de Janeiro. / LIZ SOLIZA (NIUR PHOTO)

Río abandona Maracanã

Fuente: El País (08/01/2017).

Por otro lado, las instalaciones del Parque Olímpico tras cinco meses de los Juegos presentaban un completo estado de abandono, sin saber cuál sería el destino de ellas. Así se desconocía qué usos tendrán y como se transformarían espacios como la Piscina Olímpica, la Arena del Futuro o el Parque Acuático. De este modo, cinco meses después de los Juegos Olímpicos y Paralímpicos “el legado deportivo, la principal razón para justificar las inversiones millonarias que requirieron los Juegos, se encuentra en entredicho” (MARTÍN, 2017).

Para completar, este apartado haré referencia al último viaje que realicé a Rio de Janeiro el pasado mes de abril de este año. La primera sensación al volver a la

ciudad después de los Juegos Olímpicos es percibir una especie de vacío. Al llegar a la terminal internacional del Aeropuerto Galeão la seguridad había disminuido drásticamente, notándose especialmente al recorrer sus amplias zonas, el área de inmigración y la salida al vestíbulo de llegadas. Igualmente, ese descenso de vigilancia se notaba también en diversas zonas de Río, incluyendo las áreas más turísticas como Copacabana o Ipanema. Conversando con algunas personas residentes en la ciudad, se quejaban del incremento de la violencia, con asaltos y homicidios. Uno de los taxistas, relató la dramática situación describiendo la reciente muerte de un joven al que le robaron la moto o los continuos asaltos de camiones por parte de bandas organizadas que venían de Santa Catarina y todo el negocio posterior. Igualmente me comentaban como en la favela Providência había vuelto la violencia, a pesar de la pacificación anterior. El mismo taxista relataba el deterioro de las condiciones de la policía con impagos de salario y falta de armamento. A pesar del difícil panorama, no todo fue negativo y se podían percibir cambios como parte del legado olímpico. El primer cambio, tenía que ver con el transporte público sobre todo el metro, que había ganado en capacidad y accesibilidad. En segundo lugar, gracias a la nueva zona de Porto Maravilha la zona céntrica (Figura 8) había renacido frente al deterioro de épocas pasadas. Igualmente, la puesta en marcha de una nueva línea de tranvía ligero había reactivado toda esa área. Durante esos días el estadio de Maracanã acogería un encuentro de la Copa Libertadores y parecía que la instalación recobraba la vitalidad de épocas pasadas.

Figura 8: Pebetero olímpico (10/04/2017)



Fuente: Elaboración propia.

No hay duda de que uno de los principales problemas del legado de los Juegos ha sido el sobrecosto ocasionado, que por otro lado no es novedad. El Comité Olímpico Internacional y las grandes empresas constructoras son las que obtienen el mayor beneficio de este megaevento. Aún debe transcurrir tiempo para evaluar de forma completa los legados y repercusión de Rio 2016, con datos económicos más precisos. Pero de momento ya pueden formularse algunas cuestiones:

- ¿Valió la pena los Juegos Olímpicos en Río de Janeiro? ¿Es Río mejor ahora?
- ¿Cuál fue el gasto real? ¿Cuánta fue la deuda real y cómo se hará frente a ella?
- ¿Van a finalizarse las infraestructuras inacabadas?
- ¿Qué uso van a tener las instalaciones deportivas construidas durante los Juegos? ¿Cómo revertirá en el uso público?

Referencias

ABAD, J. Hay que aplazar los Juegos: el zika se contagiará por vías insospechadas. EL PAÍS. Edic. electrónica 31 de mayo de 2016. Disponible en: https://elpais.com/internacional/2016/05/29/actualidad/1464545459_088495.html. Acceso en 14 ago. 2017.

ARRIBAS, C. Río es un festivo caos. EL PAÍS, Madrid, 7 de agosto de 2016. Deportes. p.31.

AVENDAÑO, T. El presidente en funciones de Brasil, abucheado al inaugurar los Juegos. EL PAÍS. Edic. electrónica 6 de agosto de 2016. Disponible en: https://elpais.com/internacional/2016/08/06/america/1470453395_263572.html. Acceso en 19 ago. 2017.

BETIM, F. La organización de los Juegos Olímpicos censura el ‘Fuera Temer’. EL PAÍS. Edic. electrónica 8 de agosto de 2016. Disponible en: https://elpais.com/internacional/2016/08/08/america/1470685203_152953.html. Acceso en 20 ago. 2017.

_____. La rutina de la violencia en Río perfora la burbuja olímpica. EL PAÍS. Edic. electrónica 12 de agosto de 2016. Disponible en: https://elpais.com/internacional/2016/08/08/actualidad/1470685327_182344.html. Acceso en 17 ago. 2017.

DAMO, A.; OLIVEN, R. G. La “gran ocasión”. Brasil como sede de la Copa del Mundo de Fútbol de la FIFA de 2014 y de los Juegos Olímpicos 2016. In: Ramón Llopis Goig. (Org.). *Megaeventos Deportivos. Perspectivas científicas y estudios de caso*. Barcelona, UOC, p. 227-245, 2012.

DÖRR, L. La cara oculta de Rio 2016. EL PAÍS. Edic. electrónica 12 de agosto de 2016. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2016/07/30/album/1469830506_475862.html#1469830506_475862_1469888465. Acceso en 15 ago. 2017.

EN PORTADA. Guerra y paz en la favela olímpica. Dirección: José Antonio Guardiola. Producción: Ana Pastor. Reportaje, 41'14". Radio Televisión Española, 21/02/2013. Disponible en: <http://rtve.es/v/1702529>. Acceso en 14 ago. 2017.

———. A propósito de “La Copa de las Copas”. Dirección: José Antonio Guardiola. Producción: Ana Pastor. Reportaje, 39'44". Radio Televisión Española, 12/06/2014. Disponible en: <http://rtve.es/v/2612176>. Acceso en 24 ago. 2017.

FERREIRA, R; RODRIGUES, F; CARMO DOS SANTOS, C. “Estereótipos e clichês: a (re)apresentação do Brasil na cerimônia de encerramento da Olimpíada 2012”. *Animus* (Santa Maria), v.13, n.25, 2014.

FIFA Informe de Actividades 2014. 65º Congreso de la FIFA, 2015. Disponible en: https://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/60/91/68/fifaactivityreport2014-es_spanish.pdf. Acceso en 22 ago. 2017.

GASOL, P. Sueño olímpico o pesadilla sanitaria. EL PAÍS. Edic. electrónica 31 de mayo de 2016. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2016/05/29/actualidad/1464539657_699143.html. Acceso en 21 ago. 2017.

GIOVIO, E y MARTÍN, M. El velódromo, la Villa Olímpica y otros retrasos. EL PAÍS, Madrid, 29 de julio de 2016. Deportes. p.36.

———. Barreras contra la basura. EL PAÍS, Madrid, 29 de julio de 2016. Deportes. p. 36.

HORNE, J.; WHANNEL, G. *Understanding the Olympics*. New York, Routledge, 2016.

HORNE, J.; SILVESTRE, G. Brazil, politics, the Olympics and the FIFA World Cup. In: A. Bairner, J. Kelly and J. Lee (eds) *The Routledge Handbook of Sport and Politics*, Routledge, London, 2016.

KENNETT, C. Barcelona'92 y el estudio de los legados de los Juegos Olímpicos. In: E. Fernández (et al). *Mosaico olímpico. Investigación multidisciplinar y difusión de los estudios olímpicos*, Ayuntamiento de Barcelona y Centro de Estudios Olímpicos (UAB), Barcelona, p. 127-133, 2011.

MACEDO, R. “Não vai ter copa” e “vem pra rua”: uma análise dos enunciados e seus possíveis estatutos de fórmula. In: SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF – ESTUDOS DE LINGUAGEM, 5., 2014, Niterói, RJ. Anais... Niterói: Letras da UFF, 2014. p. 407-421.

MARTÍN, M. De piscina olímpica a nido de mosquitos: la debacle de Río 2016. EL PAÍS, Edic electrónica 5 de agosto de 2015. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2017/02/25/actualidad/1488021571_433833.html. Acceso en 11 ago. 2017.

_____. Las dudas del metro. EL PAÍS, Madrid, 4 de agosto de 2016. Deportes. p. 36.

_____. Carrera de obstáculos hacia Río 2016. EL PAÍS, Madrid, 2 de mayo de 2016. Deportes. Página 14.

_____. Los Juegos Olímpicos de Río no logran atraer al público extranjero previsto. EL PAÍS. Edic. electrónica 31 de mayo de 2016. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2016/07/08/actualidad/1468013709_629895.htm. Acceso en 14 ago. 2017.

_____. Prostitución infantil con vistas al parque olímpico. EL PAÍS. Edic. electrónica 29 de julio 2016. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2016/07/28/actualidad/1469733522_602997.html. Acceso en 19 ago. 2017.

_____. La Policía confirma que el asalto a Lochte y sus colegas nunca existió. EL PAÍS. Edic. electrónica 18 de agosto 2016. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2016/08/18/actualidad/1471537040_439724.html. Acceso en 11 ago. 2017.

_____. Río clausura los “Juegos Maravillosos” y vuelve a la realidad. EL PAÍS. Edic. electrónica 22 de agosto 2016. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2016/08/22/actualidad/1471838579_462091.html. Acceso en 18 ago. 2017.

_____. Río de Janeiro abandona Maracaná. EL PAÍS. Edic. electrónica 8 de enero 2017. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2017/01/06/actualidad/1483740749_767357.html. Acceso en 14 ago. 2017.

_____. De piscina olímpica a nido de mosquitos: la debacle de Río 2016. Edic. electrónica 8 de enero 2017. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2017/02/25/actualidad/1488021571_433833.html. Acceso en 22 ago. 2017.

PAES, E. La realidad del legado olímpico. EL PAÍS. Edic. electrónica 12 de abril 2017. Disponible en: https://elpais.com/deportes/2017/04/12/actualidad/1492012656_243352.html. Acceso en 20 ago. 2017.

RTVE. Siete heridos en el Parque Olímpico por una cámara aérea descolgada. Portal Web Radio Televisión Española rtve.es. Disponible en: <http://www.rtve.es/deportes/20160815/dos-heridas-parque-olimpico-impacto-camara-aerea-descolgada/1386580.shtml>. Acceso en 8 ago. 2017.

RODRÍGUEZ, G. El agua de una piscina se vuelve verde y nadie sabe por qué. EL PAÍS. Edic. electrónica 29 de julio 2016. Disponible en: https://verne.elpais.com/verne/2016/08/10/articulo/1470812789_613295.html. Acceso en 12 ago. 2017.

ROLNIK, R.. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda In: ROLNIK, Raquel, VAINER, Carlos, JENNINGS, Andrew (et al). *Brasil em jogo: O que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo, 2014.

ROUSSEFF, D. Tribuna (Opinión) La mayor fiesta del deporte. EL PAÍS, Edición electrónica de 5 de agosto de 2015. Disponible en: https://elpais.com/elpais/2015/08/04/opinion/1438689236_078305.html. Acceso en 4 ago. 2017.

SANFELICE, G. R. (et al). “Análise comparativa entre os jornais El País e Folha de S. Paulo na final da Copa das Confederações”. In *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 177-196, 2014.

ZIRIN, D. *Brazil's Dance with the Devil*. Chicago, Haymarket Books, 2016.

9 Os Jogos Olímpicos de Berlim 1936 e Rio 2016, e os Fantasmas do Passado

*Elcio Loureiro Cornelsen*⁶⁹

O uso político dos Jogos Olímpicos e o caso de Berlim sob o jugo do nazismo

O uso político dos Jogos Olímpicos da Era Moderna é evidenciado por alguns casos pontuais. Pelo menos em três momentos da história dos Jogos, tal uso se fez presente de maneira patente: em 1936, em 1980 e em 1984. Portanto, Berlim, Moscou e Los Angeles, cidades-sede dos Jogos nos respectivos anos, foram palco de disputas não apenas atléticas, mas também simbólicas, com vistas a se obter certo capital político na conformação geopolítica europeia e mundial.

Enquanto a Olimpíada de Moscou em 1980 foi realizada à sombra da invasão do Afeganistão por tropas soviéticas e, em virtude do ocorrido, sofreu um boicote de 65 nações capitaneadas pelos Estados Unidos da América, a Olimpíada de Los Angeles em 1984 representou uma revanche do bloco soviético, que a boicotou maciçamente. Tais Jogos tornaram-se campos de batalha simbólicos das disputas da Guerra Fria, que já entrava em seu declínio com o enfraquecimento e consequente desmantelamento das nações por trás da chamada “Cortina de Ferro”.

Todavia, na história dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, até o presente momento, o uso político dos Jogos organizados sob a égide do nazismo em Berlim, no

69 Doutor em Germanística pela Freie Universität Berlin (Alemanha). Docente da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

ano de 1936, não conheceu um novo capítulo que pudesse superá-lo em dimensão. Aquela edição, a 11ª da Era Moderna, contaria com um investimento pesado de capital e de mão de obra até então não registrado nas edições anteriores. Arriscaríamos até mesmo a definir aqueles Jogos como o primeiro megaevento esportivo de que se tem conhecimento. Muito se falou e ainda se fala sobre a intensa propaganda utilizada naqueles Jogos, sem, entretanto, considerar que, por mais eficaz que sejam as estratégias de propaganda, estas tem seus efeitos limitados caso não haja um substrato simbólico que a sustente e que desfrute de valorização positiva marcada por discursos edificantes.

Sendo assim, o que garantiria ao projeto nazista eficácia em termos de propaganda? Contar, em primeira linha, não com um mercado de capital, mas sim com um mercado simbólico, explorando-o à exaustão. E foi exatamente isso o que ocorreu em 1936: a utilização da mídia em estratégias de marketing político. Quando estudamos a fundo a Olimpíada de Berlim, nos surpreendemos com os mínimos detalhes de organização, alguns até que, no olhar da atualidade, parecem beirar as raias da insanidade que caracterizava o nazismo: pouca gente sabe que o Complexo Olímpico Poli-Esportivo – em alemão, *Reichssportfeld* – continha em sua área um mausoléu! Isso mesmo: um mausoléu em plena praça esportiva. E por quê? Para se produzir, simbolicamente, uma associação entre o guerreiro e o atleta.

Tomemos esse par com atenção: guerreiro e atleta. Já vimos isso em algum lugar, e em tempos remotos: os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. É de conhecimento geral que os guerreiros, representantes das diversas cidades-Estado, depunham armas para medirem forças entre si em Olímpia, que sediava uma das quatro competições no Ístimo, ao lado dos Jogos Píticos, dos Jogos Nemeios e dos Jogos Panatenaicos. Havia até uma “trégua sagrada” selada entre as cidades-Estado, para que seus atletas-guerreiros pudessem se deslocar para Olímpia, competir e regressar, antes que retomassem as armas. Afinal, o cotidiano era de guerra, e a paz era algo da ordem do sagrado e, portanto, sublime.

Voltemos a 1936: os ideólogos e artistas do nazismo retomaram esse significado e o atualizaram para a “Nova Alemanha”: no *Olympiastadion* desfilariam os atletas do século XX, que deveriam se sacrificar por suas nações como os guerreiros de outrora. E o mausoléu, presente no Complexo Olímpico, deveria reforçar, simbolicamente, tal relação. Parece insano, mas foi exatamente isso o que aconteceu: trouxeram terra do cemitério de Langemarck, nos flamandres belgas, onde centenas de milhares de soldados alemães da Primeira Guerra Mundial foram sepultados. Em virtude disso, o mausoléu recebeu o nome de *Langemarckhalle* – Pavilhão de Langemarck, e a terra do cemitério foi colocada sob uma placa de ferro no solo.

Não bastasse isso, as colunas de sustentação do Pavilhão foram ornamentadas com estandartes das unidades de combate que tomaram parte naquela sangrenta batalha. E para “coroar” tal obra arquitetônica, o pavilhão recebeu ainda uma torre elevada, na qual havia um sino. Isso mesmo: um sino, com a águia germânica em relevo e a inscrição “Eu conclamo a juventude do mundo” – em alemão: *Ich rufe die Jugend der Welt*. Tal torre, inicialmente, foi chamada de “Torre do Führer” – *Führerturm*, porém, com as pressões de boicote e a crítica ao provável uso político dos Jogos levaram os nazistas a rebatizá-la como “Torre do Sino”, *Glockenturm* (HOFFMANN, 1993, p. 23).

E esse é apenas um pequeno detalhe frente ao “conjunto da obra”, o negócio era produzir aquilo o que se costuma chamar em análise do discurso de “cacofonia polienunciativa”, ou seja, elementos aparentemente diferentes expressam a mesma coisa, produzindo uma espécie de bordão. Isso posto, qual seria, pois, o bordão daqueles Jogos? A “Nova Alemanha” como uma nação amante da paz! Sim, pelo menos, da “paz olímpica”. A palavra “paz” – em alemão, *Frieden* – nunca foi tão usada e abusada como no contexto da Olimpíada de Berlim. E *Olympia* era da ordem do sagrado. A coisa era tão séria que a censura chegou a proibir o uso dos termos *Olympia*, *Olympiade* e *olympisch* em campanhas publicitárias para se vender produtos.

Todavia, uma coisa era a Alemanha nazista se anunciar como tal, amante da paz; outra coisa era contar com um discurso que a pudesse sustentar em termos de marketing político. Afinal, quem desfruta de valoração positiva em termos culturais entre as nações ocidentais? Com certeza, a Grécia Antiga. Assim, a Alemanha tornou-se, pelo menos naquelas duas semanas de agosto de 1936, “amante da paz”, uma amante de “fachada”, pois nos bastidores já se preparava para atingir a autarquia de guerra, alcançada em 1938.

O discurso edificante sobre a Grécia Antiga, até em nossos dias, a situa como berço das nações, em nível elevado de alta cultura, seja nas artes, na filosofia, na literatura, na política etc. Que se tratava de uma sociedade escravocrata, cujos vestígios encontrados até hoje resultam de certo “lugar social” – sem dúvida, não dos despossuídos ou dos sem voz –, de uma aristocracia, isso pouco é lembrado.

Assim, a cúpula nazista se esmerou e não poupou esforços para produzir uma ponte simbólica entre a Grécia Antiga e a “Nova Alemanha” no contexto dos Jogos Olímpicos de Berlim. Não se tratava, entretanto, de se apropriar pura e simplesmente da simbologia grega, mas sim de atualizá-la de acordo com os devaneios de grandeza do regime de Hitler, e também do chamado “mito ariano”. Assim, a estatuária nazista, que contou com obras de escultores a serviço do regime, Arno Breker, Josef Torak, Karl Albiker, Sepp Mages e Joseph Wackerle (HOFFMANN, 1993,

p. 34-39), entre outros, estabeleceu relações com a representação grega de estátuas, com destaque para o Discóbolo de Myron: o que as une, por exemplo, é a representação do corpo nu, um anacronismo, se pensarmos na Alemanha dos anos 1930, e o contexto dos Jogos na Antiguidade, quando os atletas, de fato, disputavam nus as competições (KAKRIDIS & ANDRÓNIKOS, 2004, p. 166). Mas as semelhanças param por aí: a representação facial do tipo nórdico, de modo às vezes agressivo, é distinta da leveza na representação de rostos em estátuas da Grécia Antiga; além disso, enquanto as estátuas de atletas na Antiguidade, em geral, eram do tamanho do corpo humano, uma vez que, segundo Lauret Godoy (1996, p. 98), as estátuas maiores eram reservadas aos Deuses, as estátuas que ornamentam o Complexo Olímpico Poli-Esportivo, por exemplo, são de dimensões maiores, acompanhando o monumentalismo neoclássico arquitetônico (RÜRUP, 1999, p. 66), típico de regimes autoritários ou totalitários, como é o caso da Alemanha nazista.

Poderíamos nos aprofundar ainda mais nesse pântano obscuro da propaganda nazista: se os gregos utilizavam como premiação a coroa de louros, feita a partir de ramos de árvores plantadas no Áltis, o jardim sagrado de Olímpia, os nazistas não fizeram por menos e elegeram o carvalho, isso mesmo: o carvalho como símbolo da tradição nórdica, a árvore sagrada, o *deutscher Eiche*, símbolo também do movimento de ginástica alemã do século XIX, conforme aponta o historiador Hilmar Hoffmann (1993, p. 42), e que exibia também o lema: *Wachse zu Ehre des Sieges, rufe zu weiterer Tat* (“Cresça em honra da vitória, desperte outro grande feito”). Com as folhas de carvalho não dava para se fazer a coroa dos vencedores. Então, optou-se pelos dois: os atletas vencedores recebiam a coroa de louros, além da medalha olímpica, e de quebra levavam para casa ainda como lembrança de Berlim um vaso contendo uma muda de carvalho. Imaginem Jesse Owens – ao qual voltaremos a nos referir mais detalhadamente a seguir – e seus quatro vasos de carvalho: daria para iniciar uma pequena plantação. E isso foi, inclusive, explorado imagetivamente em uma charge de Willard Mullin no *New York World Telegram*, em 6 de agosto de 1936, ridicularizando os nazistas frente ao triunfo atlético de Owens: correndo e tentando equilibrar nas mãos seus três vasos, com as três medalhas no pescoço e as coroas de louro, obtidos até aquela data, Jessé Owens passa de maneira rasante por Hitler, retratado ridiculamente, acompanhado de um balão com os dizeres: “Ach! Maybe iss gute T’ing, I keep mine Han’s in der Pockets!” (“Ah! Talvez seja melhor eu enfiar minhas mãos nos bolsos”) (imagem publicada in BACHARAH, 2000, p. 99).

Sem dúvida, o exemplo mais patente dessa tentativa de se estabelecer uma ponte entre a Grécia Antiga e a Alemanha nazista foi posta em prática literalmente: pela primeira vez na história dos Jogos: o “fogo sagrado” foi aceso em Olímpia

e transportado para Berlim por meio de uma corrida de revezamento de 3 mil corredores, passando por sete países: Grécia, Bulgária, Iugoslávia, Hungria, Tchecoslováquia, Áustria e Alemanha (cf. HOFFMANN, 1993, p. 100). Os membros do Comitê Olímpico Internacional ficaram tão fascinados com o evento que, após os Jogos, decidiram adotá-lo como parte do cerimonial protocolar das edições olímpicas futuras, cabendo lembrar que o “fogo sagrado” já era aceso desde os Jogos Olímpicos de 1928, em Amsterdã (cf. RÜRUP, 1999, p. 13).

Esse episódio foi retratado no prólogo do filme *Olympia*, da cineasta Leni Riefenstahl, uma mega-produção que contou com um orçamento expressivo e com uma equipe de profissionais numerosa, além dos equipamentos de ponta à época, que possibilitaram a filmagem dos atletas de uma forma até então inusitada. A alta qualidade do filme, lançado em 20 de abril de 1938, como presente de aniversário a Hitler, que completou 49 anos naquela data, fez com que fosse premiado na França, prêmio esse, aliás, cancelado após a invasão do país por tropas nazistas em 10 de maio de 1940 (HINZ, 1991, p. 147-148).

Portanto, os preparativos para os Jogos Olímpicos de Berlim se assemelharam à preparação de uma vitrine: esta foi composta por diversos elementos que, como em toda a estratégia de marketing, não poderia “afugentar” os fregueses. Assim, o que poderia ser motivo de crítica ou mesmo argumento para se boicotar ou transferir os Jogos para outra cidade-sede foi suprimido de tal vitrine: dizeres antissemitas em cartazes, bancos de praça etc., uma realidade já em 1936, lembrando que as leis raciais haviam sido promulgadas 01 ano antes, foram retirados, e alguns poucos atletas de origem judaica, entre eles a esgrimista Helene Mayer e o jogador de hóquei Rudi Ball, integraram a equipe olímpica alemã sob o álibi de que mais atletas poderiam fazer parte da equipe, tivessem eles atingido índice olímpico. O que não aparecia, a realidade dos fatos, é que atletas judeus alemães não eram autorizados a competir nas seletivas para os Jogos, reservadas apenas a atletas considerados “arianos”.

Um atleta olímpico desafiando o nazismo: Jessé Owens

Como toda edição dos Jogos Olímpicos, desde que revitalizados pelo Barão Pierre de Coubertin na última década do século XIX, a Olimpíada de Berlim também conheceu um novo herói olímpico: o atleta afro-americano Jessé Owens (1913-1980), de 22 anos de idade à época. Num desempenho magistral, Owens ga-

nhou nada mais, nada menos do que quatro medalhas de ouro: nos 100 e nos 200 metros rasos, no salto em distância e na corrida de revezamento 4 x 100 metros. Por assim dizer, aqueles Jogos se tornaram a “Olimpíada de Owens”, cujo feito só seria batido pelo conterrâneo Carl Lewys nos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, que obteve cinco medalhas naquela edição.

O significado das vitórias de Owens está além do próprio desempenho atlético: seus resultados tiveram um efeito de “contra-discurso”, uma vez que desestabilizaram o discurso da superioridade da “raça ariana” propagada aos quatro ventos pelo Estado nazista.

Décadas mais tarde, Owens recebeu o devido reconhecimento de seu alto desempenho atlético e de seu significado para a Olimpíada de Berlim e para a Alemanha, ao ser homenageado com a atribuição de seu nome a uma das principais avenidas nas proximidades do *Olympiastadion*: a *Jesse-Owens-Allee*.

Todavia, na cobertura jornalística brasileira dos feitos de Jesse Owens em Berlim, não foi veiculado, de imediato, esse sentido adquirido *a posteriori*. Tomemos algumas manchetes e notícias do *Jornal dos Sports*, o principal periódico esportivo do país na época: na edição nº 2076 de 04 de agosto de 1936, uma terça-feira, aparece na página 2 a primeira matéria sobre Owens. Em letras garrafais, lemos: “Varias Marcas Olympicas e Mundiais Já Foram Superadas Em Berlim”. Tal título é seguido do seguinte subtítulo: “Jesse Owens E Helen Stepyens, As Duas Figuras Sensacionaes de Hontem”. E este é seguido também por uma breve referência ao desempenho de Owens na final dos 100 metros rasos, em caixa alta: “O PRETO YANKEE VENCEU METCALFE NA FINAL DOS 100 MTS.” Logo abaixo, figura a matéria “A Final Dos 100 Metros”, em que é exibida uma foto de Jesse Owens saltando em distância, acompanhada da seguinte legenda: “Jesse Owens, o espantoso negro yankee de Ohio, ganhou a final sensacional dos 100 metros, igualando o Record olympico de Eddie Tolan”. A fonte dessa matéria é indicada como “JORNAL DOS SPORTS”, datada de 03 de abril de 1936, de Berlim:

BERLIM, 3 – (JORNAL DOS SPORTS) – A prova final dos 100 metros foi sensacional, maximé pela energia com que lutaram Owens e Metcalfe, os dois negros formidáveis todo team yankee. Owens conseguiu o laurel olympico por pequena margem, marcando 10,4. Metcalfe foi o segundo com 10,5 [...].

A mesma matéria, em sequência, comenta o fato de o recorde mundial de Owens não ter sido validado na disputa de quartas de final pelos 100 metros rasos, sob o título de “NÃO VALEU O RECORD MUNDIAL DE OWENS”:

BERLIM, 3 - (Serviço Especial do JORNAL DOS SPORTS) - Hon-tem, no quarto de final dos 100 metros, Jesse Owens, o colossal preto yankee, ganhou a serie marcando 10,2, o que constituia novo record olympico e mundial. As autoridades, porém, consideraram que o vento a favor que reinava na ocasião, teria favorecido a performance de Owens, razão porque a performance não foi homologada como record.

Portanto, tais notas sobre o alto desempenho de Owens nos 100 metros se referem ao velocista norte-americano como “o preto yankee”, “o espantoso negro yankee de Ohio”, “negro formindáve[l]”, e “colossal preto yankee”. Em todas essas referências, evidencia-se a distinção do atleta por sua cor de pele, por sua origem “yankee” e pelos adjetivos “espantoso”, “formidável” e “colossal”. Pelo menos na cobertura do *Jornal dos Sports*, não há qualquer menção nem de que Owens tenha sofrido algum tipo de hostilidade pelo público alemão no estádio, nem de que sua vitória nos 100 metros seria uma prova de que o mito da “superioridade ariana” seria imprecendente. Está certo que ainda era apenas o primeiro dos quatro triunfos do atleta, e, por isso, a imagem de Owens como o maior atleta daquela edição dos Jogos ainda estava para se estabelecer.

Por sua vez, na primeira página da edição nº 2077, de 5 de agosto de 1936, quarta-feira, Jesse Owens volta a ser destaque: dentre as manchetes de capa, figura a seguinte, em destaque: “Jesse Owens A Maior Attracção dos Jogos Olympicos!”. A primeira página exibe ainda a matéria “O DIA DE OWENS”, com o subtítulo “O Phenomeno Negro Dos Jogos Olympicos” e a menção “HONTEM O FORMIDAVEL ATHLETA QUEBROU DOIS RECORDS OLYMPICOS”. Tal matéria é ilustrada por uma foto de Owens, vestido de terno e saltando, aparentemente, diante de transeuntes. Tal foto é acompanhada da seguinte legenda: “Jesse Owens, o ‘Rei de Berlim’, o preto sensacional dos Estados Unidos, que vem assinalando uma série extraordinária de formidáveis records olympicos e do mundo”. A seguir, temos o texto dessa matéria:

JESSE OWENS, o espantoso athleta negro dos Estados Unidos, é o homem mais sensacional do momento, a attracção principal para

as provas athleticas que estão se desenrolando no grande estádio Olympico de Berlim.

A classe extraordinária do risonho athleta de Ohio, marcando resultados consecutivos e de um valor considerável, tornam-no um ídolo que não pertence só aos yankees, mas a todo o mundo.

Pode-se afirmar que todo o mundo torce pelos resultados de Owens, sempre novas performances que se julgavam a ocerbio de superioridade tão visível.

Hontem, principalmente, Owens ganhou uma corôa extraordinária: provou ao mundo como é possível um homem normal saltar além de 5 metros em extensão.

[...]

A página 2 da edição nº 2077, de 5 de agosto de 1936, quarta-feira, também exhibe uma manchete destacando o desempenho de Owens ao conquistar a medalha de ouro nos 200 metros rasos e no salto em distância: “Jesse Owens Quebrou Hontem Mais Dois Sensacionaes Records Olympicos”. Além desta, Owens obteve a medalha de ouro também no salto em distância, assinalada em 01 nota e 01 matéria: “A PROEZA DE OWENS. Record Olympico e Não Mundial”; “O Salto Em Extensão”, com o subtítulo “O PHENOMENAL OWENS SALTOU 8,m06!”. Na matéria, Owens ganha destaque especial:

Owens ganhou a prova, assignalando o segundo titulo olympico. O preto phenomeno quebrou o Record olympico no primeiro salto, seguiu Mellinando, sempre até entusiasmar a Europa com os 8m,06 finaes, facto que se assiste pela primeira vez no velho continente.

Cabe ressaltar que tal prova tornar-se-ia histórica, por reunir Jesse Owens e o atleta alemão Lutz Long (1913-1943), numa disputa direta pela medalha de ouro, com uma série de saltos. O próprio Long apresentou desempenho elevado ao bater o recorde alemão, conforme indica a seguinte nota, publicada na mesma página, intitulada “LONG MELHOROU O RECORD ALLEMÃO”, tendo a agência Havas como fonte: “BERLIM, 4 (H.) - O saltador allemão Lutz Long, durante a prova semi-final de salto em distancia conseguiu bater o record allemão, saltando 7m,84 ct.”

Por sua vez, a página 2 da edição nº 2082, de 11 de agosto de 1936, terça-feira, exhibe uma matéria em que se relata sobre o grande feito da equipe norte-americana no revezamento 4 x 100 metros, tendo Jesse Owens como finalizador da sequência: “O Derradeiro Dia Athletico Da XI. Olympiada”, com o subtítulo em caixa alta “O TEAM YANKEE DE 4X100 MARCOU O TEMPO ABSURDO DE 39,8 DECIMOS!”. No texto da referida matéria, Owens recebe destaque especial:

Mas os duendes de 1932 não puderam manter o espanto mundial, cederam lugar a outros demonios, mais velozes, ou antes, não resistiram à acção de Jesse Owens, que entrou no team de 1936 para assignalar a sua derradeira façanha, talvez a mais incrível. Todo o team “passou” maravilhosamente e na etapa final, Owens deu uma arrancada para a meta com um impeto incrível, correu para a gloria de asphyxiar o absurdo, implantando um maior ainda, para si e seus companheiros! 39 segundos e 8 décimos de segundo!

[...]

Jesse Owens foi, assim, o homem memoravel da XI Olympiada, abrindo-a com aquele estupendo 10!

estupendo 10, na eliminatória dos 100 metros, fechou-a com essa extraordinaria proeza do revezamento de 4 x 100.

Assim, já figurando nas páginas da imprensa como “o homem memoravel” dos Jogos Olímpicos de Berlim, Jesse Owens é reverenciado pelo articulista, que não poupa em empregar expressões marcadas por um estilo hiperbólico: “Owens deu uma arrancada para a meta com um impeto incrível, correu para a gloria de asphyxiar o absurdo”; “[Owens] fechou-a com essa extraordinaria proeza do revezamento de 4 x 100”.

A próxima menção do *Jornal dos Sports* a Jesse Owens ocorre na primeira página da edição nº 2094, de 23 de agosto de 1936, ou seja, após o encerramento dos Jogos Olímpicos de Berlim. No centro da página figura uma matéria intitulada “Aguardando A Maravilha Excepcional DOS JOGOS OLYMPICOS”, acompanhada do subtítulo “Jessé Owens Terá Honras Excepcionais”. Tal matéria é acompanhada por uma foto de Owens na execução do salto em distância, seguida da legenda “Jessé Owens, o maravilhoso atleta de côr que a América festejará”. Utilizando como fonte a agência internacional Havas, o articulista assim escreve: “NOVA YORK, 22 (H.) – Quando o athleta Jessé Owens, que conquistou tres

vitorias nos jogos olympicos, chegar a Nova York, a bordo do ‘Queen Mary’, será recebido por uma delegação da cidade de Cleveland [...]”.

Por sua vez, Owens voltaria a ser notícia em uma matéria do *Jornal dos Sports* somente no pós-guerra, mais precisamente na página 9 da edição 5.905, de 25 de julho de 1948, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Londres. Trata-se de uma entrevista do jornalista Geraldo Romualdo da Silva a Aloísio Acioli Neto, médico e jogador de basquete que integrou a equipe olímpica brasileira em 1936, intitulada “O Ideal Olímpico Indica Ao Mundo O Caminho Da Paz”. Um dos segmentos da entrevista recebe o subtítulo de “JESSE OWENS, O SUPER-HOMEM DE 36” e contem o seguinte texto:

— Bem, mas no seu entender, qual foi a expressão máxima das Olimpíadas de Berlim?

— Jessé Owens, não apenas porque era portador de excepcional figura mecânica ou porque conquistasse quatro títulos, mas, sobretudo, pelo equilíbrio de suas qualidades físicas, morais e intelectuais, sua tranquilidade, sua naturalidade e sua despreensão. Não sei se o espírito era fruto de suas qualidades físicas ou se estas qualidades provinham do equilíbrio do seu espírito.

Em sua resposta Aloísio Acioli Neto retoma a máxima da *kaloskagathia*, ou seja, da máxima grega que define um equilíbrio entre aspectos físicos (*kalós*, o belo) e espirituais (*agathós*, o bom no sentido moral), algo que havia sido explorado à exaustão pelos nazistas como ideal para se forjar o “homem ariano” (cf. PFISTER, 1983, p. 126-127). Não há, entretanto, qualquer menção a Owens como aquele que teria se destacado por ter colocado em cheque a premissa nazista da suposta superioridade da “raça ariana”.

Todavia, deve ser ressaltado que, mesmo antes do início dos Jogos Olímpicos de Berlim, em agosto de 1936, Jesse Owens já era conhecido do público leitor do *Jornal dos Sports*, uma vez que já haviam sido publicadas duas matérias sobre o seu alto rendimento atlético: na página 3 da edição nº 1360, de 18 de janeiro de 1936, figura a matéria “A História de Jesse Owens: o demolidor de ‘records’”; na página 3 da edição nº 2063, de 19 de julho de 1936, foi publicada a matéria “Quatro Espantosos Records Mundiaes De Athletismo”, acompanhada do seguinte subtítulo: “Jesse Owens, Carpenter, Williams E Towns Marcaram Formidaveis Resultados”.

Portanto, tanto em matérias de cobertura dos Jogos Olímpicos de Berlim, quanto nos primeiros anos do pós-guerra, publicadas pelo *Jornal dos Sports*, não encontra-

mos referências de hostilidades de cunho racista a Owens, ou mesmo de falta de *fair-play* da torcida alemã durante as competições vencidas pelo atleta norte-americano.

Tampouco encontramos na imprensa alemã, que se “esmerava” em camuflar toda e qualquer ocorrência eu pudesse afetar a imagem fabricada de uma Alemanha tolerante e “amante da paz”, qualquer menção de que Owens tenha sido hostilizado ou tenha sofrido algum ato de racismo por parte do público alemão. As matérias de cobertura dos Jogos, publicadas no *Völkischer Beobachter*, órgão de imprensa do partido nazista, atestam tal aspecto: Na página 2 da edição nº 217, de 4 de agosto de 1936, foi publicada a matéria “Jesse Owens Olympiasieger” (“Jesse Owens vencedor olímpico”), sobre a vitória do atleta norte-americano nos 100 metros rasos; Na edição nº 218, de 5 de agosto de 1936, figuram dois artigos, que tomam boa parte da página 2: “Jesse Owens nicht zu schlagen” (“Jesse Owens imbatível”) e “Schnelle Vorläufe über 200 Meter” (“Disputas velozes nos 200 metros”). Ambos dão destaque não só para as competições classificatórias para a final nos 200 metros rasos, mas também para Owens e a equipe norte-americana de atletismo como um todo.

Além disso, deve-se considerar também a questão da pré-censura de imprensa na Alemanha durante o regime nazista, num procedimento não comumente encontrado em Estados autoritários ou totalitários, quando um censor está presente nas redações de jornais, lê e suprime das matérias passagens “indesejáveis”, antes que essas sejam publicadas. Ao contrário, cada jornal ou revista devia enviar um redator às reuniões diárias no Ministério de Propaganda e Instrução Popular, em Berlim, nas quais “Instruções de imprensa” (*Presseanweisungen*) eram expedidas no sentido de indicar, previamente, que temas poderiam ser tratados ou suprimidos. Tais “Instruções” variavam, basicamente, entre si sob dois aspectos: enquanto umas continham informações falsas a serem veiculadas através da imprensa, outras proibiam a divulgação de determinadas notícias.

No total, ao longo dos Jogos Olímpicos de Berlim, nove “Instruções de Imprensa” instruíram os jornais alemães sobre a maneira como eles deveriam relatar sobre as vitórias tanto dos “guerreiros” (*Kämpfer*) alemães como dos atletas estrangeiros. A motivação da metade dessas instruções foi especialmente provocada pelo de Jesse Owens na prova dos 100 metros rasos. No dia 03 de agosto de 1936, foram expedidas quatro instruções. Na primeira delas, é frisado que deveriam “ser mencionados no título somente os maiores desempenhos alemães” (“nur die deutschen Höchstleistungen in der Überschrift zu erwähnen”), e as reportagens não deveriam aparecer em grande destaque. Além disso, foi determinado que não deveria ocorrer, em hipótese alguma, a diminuição das vitórias de atletas estrangeiros (ZSg.101/8/77/ nº 790, de 3 de agosto de 1936; BOHRMANN, 1993, p. 831). Na instrução em questão, também foi salienta-

do o seguinte: “O ponto de vista racial não deve, de maneira alguma, ser empregado na discussão dos resultados esportivos. Sobretudo os negros não devem ser atingidos em seus sentimentos.” (ZSg.101/8/77/ n° 790, de 3 de agosto de 1936; BOHRMANN, 1993, p. 831)⁷⁰ Em uma outra instrução do mesmo dia, essa ordem foi ampliada: “Negros são cidadãos americanos e precisam ser dignificados como tal. Isto não significa que o fato de que um negro seja vencedor também não possa ser mencionado de passagem.” (ZSg.102/3/3/53 (7) de 3 de agosto de 1936; BOHRMANN, 1993, p. 832).⁷¹

Por sua vez, a cúpula nazista não estava satisfeita especialmente com o resultado da prova de 100 metros rasos, sobretudo pela vitória de Owens e pela quinta colocação do velocista alemão Erich Borchmeyer. Nesse contexto, também foi expedida uma “Instrução de Imprensa” em 3 de agosto de 1936, que instruiu os jornais alemães para o fato de que, na cobertura dos Jogos, não deveria aparecer apenas o atletismo em provas de pista no primeiro plano, mas também outras modalidades, como, por exemplo, o levantamento de peso (ZSg.102/3/3/53 (9) de 3 de agosto de 1936. BOHRMANN, 1993, p. 836). Sem dúvida, as vitórias de Owens nas competições dos 100 e dos 200 metros rasos, bem como no salto em distância, fizeram com que os censores insistissem que aspectos raciais não fossem tratados em matérias de cobertura do alto desempenho do atleta norte-americano, conforme a seguinte “Instrução” de 6 de agosto de 1936: “Advertimos com insistência para que se evite carregar a cobertura dos Jogos Olímpicos com pontos de vista raciais.” (Zsg. 101/8/83/n° 808, de 06 de agosto de 1936; BOHRMANN, 1993, p. 853).⁷² Mas, no mesmo dia, foi expedida a seguinte “Instrução”, a qual ilustra mais uma vez a estratégia de imprensa em se apresentar com discrição e só expressar críticas por meio de informações oriundas de fontes estrangeiras: “Se, em algum lugar, expressões dos jornais americanos sobre as vitórias dos negros americanos vierem a público, talvez se possa citar, mas com cuidado.” (ZSg.102/3/10/39 (10), de 6 de agosto de 1936; BOHRMANN, 1993, p. 853).⁷³

70 No original: “Der Rassenstandpunkt soll in keiner Weise bei Besprechung der sportlichen Resultate Anwendung finden; vor allem sollen die Neger nicht in ihren Empfindlichkeiten getroffen werden.”

71 No original: “Neger seien amerikanische Staatsbürger und müßten als solche gewürdigt werden. Das schließe nicht aus, daß die Tatsache, daß ein Neger Sieger sei, nebenher auch miterwähnt werden könne.”

72 No original: “Es wird dringend gewarnt, die Berichterstattung der Olympischen Spiele mit rassistischen Gesichtspunkten zu belasten.”

73 No original: “Wenn irgendwo Äußerungen amerikanischer Blätter zu den Siegen der amerikanischen Neger laut würden, könnte man vielleicht, aber mit Vorsicht, zitieren.”

Portanto, constata-se que o alto desempenho atlético de Owens recebeu atenção especial da cúpula nazista no sentido de interditar qualquer publicação que pudesse evidenciar o racismo propagado pelo Estado como parte de sua política. Ao contrário, se Owens não fora hostilizado durante as competições, sendo, na verdade, ovacionado pelo público como um fenômeno atlético de primeira grandeza, no caso da imprensa alemã, o Ministério de Propaganda e de Instrução Popular procurou minar qualquer possibilidade de a imagem da “Nova Alemanha”, a ser veiculada naqueles Jogos, fosse comprometida, caso o racismo não fosse encoberto. Nesse sentido, mais uma vez, cabe o destaque a Owens como aquele que, de fato, desestabilizou com suas vitórias incontestes toda uma política racista que pretendia vender ao mundo a imagem da superioridade da “raça ariana”.

“Em 1936, o público de Berlim estava contra Jesse Owens”, ou Lavillenie e as vaias do público brasileiro na Olimpíada Rio 2016

Uma das disputas mais acirradas que o Estádio Olímpico Rio 2016 conheceu reuniu o atleta francês Renaud Lavillenie, recordista mundial e medalhista de ouro em Londres 2012, na modalidade salto com vara, e o atleta brasileiro Thiago Braz da Silva. De acordo com o jornalista Carlos Arribas, do *El País*, a prova foi marcada por “um corpo a corpo entre dois atletas que pareciam boxeadores, trocando golpes sem descanso até que um deles, o francês, disse ‘chega.’” (ARRIBAS, 2016) Franco favorito para obter o ouro, Lavillenie, detentor da incrível marca de 6,16 metros (recorde mundial), parecia que venceria a competição sem conhecer adversário à altura, quando atingiu a marca de 5,98 metros, que representava, naquele momento, o recorde olímpico. Enquanto os outros competidores falhavam em seus saltos, Thiago Braz conseguiu obter em um de seus saltos a marca de 5,93 metros. A partir daí, desenvolveu-se uma acirrada disputa entre ambos os atletas.

Todavia, um fator extra campo potencializou aquela disputa: o comportamento do público brasileiro nas arquibancadas, que passou a comemorar efusivamente cada salto bem sucedido de Thiago Braz e a vaiar intensamente o francês Lavillenie enquanto este tentava realizar seus saltos. A falta de *fair-play* dos torcedores mereceu até mesmo uma reprimenda vinda do serviço de alto-falantes do Estádio, cujo locutor pediu silêncio durante os saltos. Porém, a solicitação teve efeito contrário: as vaias a Lavillenie aumentaram, assim como as comemorações pelos êxitos de Thiago Braz.

Segundo Carlos Arribas, do *El País*, “[n]um ambiente de estádio de futebol, completamente enlouquecido, o mundo viu o valor de jogar em casa” (ARRIBAS, 2016). De certo modo, parece que tal afirmativa não procede plenamente, pois o perfil do público que ocupava as arquibancadas naquela oportunidade não era, necessariamente, aquele que costuma ocupar os estádios de futebol. Arriscamos afirmar que, na verdade, era o mesmo gesto do público ao hostilizar e vaiar a então Presidenta Dilma Rousseff durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2014, dois anos antes. Era, pois, um gesto de intolerância muito presente em manifestações por várias cidades brasileiras desde 2013, que se transferiu das ruas e praças para dentro do estádio.

Inegavelmente, tal comportamento nada lisonjeiro do público teve influência direta no desempenho do atleta francês, que encontrou dificuldades para se concentrar em seus saltos, principalmente após Thiago Braz atingir a marca de 6,03 metros, aliás, a primeira vez na carreira em que o atleta brasileiro superava a marca dos 6,0 metros. Naquele momento, o delírio do público atingiu seu ápice. Ao ser derrotado, Lavillenie atribuiu ao público uma parcela em seu insucesso, fazendo alusão aos Jogos Olímpicos de Berlim e ao nazismo: “Em 1936, o público de Berlim estava contra Jesse Owens. [...] Desde então não víamos algo parecido. É algo que precisamos encarar, mas não deixa uma boa imagem do público. Não fiz nada de mal para os brasileiros.” (LAVILLENIE apud ARRIBAS, 2016)

Posteriormente, o atleta francês viria a se desculpar por tal declaração, sem, entretanto, negar a falta de *fair-play* da torcida presente no estádio. Ele teria escrito a seguinte mensagem no *Twitter*: “Yes, sorry for the bad comparaisom I made. It was a hot reaction and I realize it was wrong. Sorry to everyone.” (LAVILLENIE apud BANDEIRANTES, 2016; “Sim, desculpe a má comparação que eu fiz. Foi uma reação ‘de cabeça quente’ e eu sabia que era errado. Peço desculpa a todos”).

Quando os fantasmas do passado são evocados - 2016 frente a 1936

Oitenta anos após a realização dos XI Jogos Olímpicos de Berlim, seus fantasmas continuam a rondar o mundo esportivo. Como tivemos oportunidade de constatar, as declarações do atleta francês Renaud Lavillenie frente às vaias da torcida brasileira durante a acirrada competição do salto com vara evocaram tais fantasmas. Se o mito de Owens como aquele que derrotara esportivamente o nazismo, construído *a posteriori*, não encontrou eco já durante a disputa dos Jogos

de Berlim, pelo menos no *Jornal dos Sports*, sem dúvida, sua força fez com que Lavillenie evocasse seu nome como alguém que sofrera de atitude anti-desportiva por parte da torcida anfitriã, quando, na verdade, o atleta norte-americano fora reverenciado pelo público alemão como uma verdadeira estrela do esporte, conforme atestam cenas do filme *Olympia*, nas quais ele está junto ao público nas arquibancadas, concedendo autógrafos. Na disputa da medalha de ouro no salto em extensão, inclusive, o atleta alemão Lutz Long, que morrerá tragicamente em 1943, na batalha de San Pietro, na frente italiana, foi o primeiro a cumprimentar Owens pela conquista. Durante as disputas, ambos se aproximaram e conversaram, como se fossem bons amigos, numa prova de nobreza atlética e de *fair-play*.

Mesmo que, na prática, Owens não tenha sido hostilizado pelo público alemão presente no *Olympiastadion* em agosto de 1936, tal declaração ganha força como uma interpretação *a posteriori*. Independente disso, o que de fato parece ter ocorrido foram os ecos de uma intolerância de determinados seguimentos da população brasileira, detectada desde 2013, que se refletiria também nos estádios da Copa das Confederações, da Copa do Mundo, e da Olimpíada Rio 2016. Tal intolerância, aliás, parece ser menos uma atitude costumeira entre torcedores de futebol, trazidas para o âmbito político, mas sim de ordem política. Intolerância que se faz presente, desde então, em nosso cotidiano, como parte de um processo que compromete sensivelmente a política brasileira e a estabilidade democrática do país.

Referências

ARRIBAS, Carlos. Francês compara ambiente inflamado no Engenhão a nazistas. *El País*. Rio de Janeiro, 17. ago. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Elcio%20Cornelsen/Desktop/Livro%20-%20Os%20Jogos%20Olímpicos%20de%202016%20-%202016052017/Atletismo%20Jogos%20Rio%202016_%20Francês%20compara%20ambiente%20inflamado%20no%20Engenhão%20a%20nazistas.pdf (acesso em 23 out. 2017).

BACHRACH, Susan D. The Nazi Olympics. In: BACHRACH, Susan D. *The Nazi Olympics: Berlin 1936*. Boston; New York; London: Little, Brown and Company, 2000, p. 73-105.

BOHRMANN, Hans (org.). *NS-Pressenanweisungen der Vorkriegszeit*. Edition und Dokumentation, v. 4/I-II: 1936, München: Saur, 1993.

GODOY, Lauret. *Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

HINZ, B. NS-Kunst und „Entartete“ Kunst: Ästhetik als soziale Norm. In: HOFFMANN, H./KLOTZ, H. (Orgs.). *Die Kultur unseres Jahrhunderts 1933-1945*. Düsseldorf (et al.): Econ, 1991, p.138-149.

HOFFMANN, Hilmar. *Mythos Olympia*. Autonomie und Unterwerfung von Sport und Kultur. Berlin: Aufbau-Verlag, 1993.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, n. 1360, 18 jan. 1936.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, n. 2063, 19 jul. 1936.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, n. 2076, 04 ago. 1936.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, n. 2077, 05 ago. 1936.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, n. 2082, 11 ago. 1936.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, n. 2094, 23 ago. 1936.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, n. 5.905, 25 jul. 1948.

KAKRIDIS, J./ANDRÓNIKOS, M. “O atletismo na poesia e na arte”. In: YALOURIS, N. (Org.). *Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. Olímpia Antiga e os Jogos Olímpicos*. Tradução de Luiz Alberto Machado Cabral. São Paulo: Odysseus, 2004, p. 159-171.

Lavillenie compara brasileiros a nazistas e se desculpa. BANDEIRANTES. 16 ago. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Elcio%20Cornelsen/Desktop/Livro%20-%20Os%20Jogos%20Olímpicos%20de%202016%20-%2016052017/Lavillenie%20compara%20brasileiros%20a%20nazistas%20e%20se%20desculpa.pdf> (acesso em 23 out. 2017).

PFISTER, Renate. Dabei sein ist nichts. Sport in der Antike. In: LIENEN, Ewald. et al. (orgs.). *Oh!Lympia*. Sport, Politik, Lust, Frust. Berlin: Elefanten Press, 1983, p. 125-128.

RÜRUP, Reinhard (org.). 1936. Die Olympischen Spiele und der Nationalsozialismus. Eine Dokumentation. 2ª ed., Berlin: Heenemann, 1999.

VÖLKISCHER BEOBACHTER. Norte da Alemanha, n. 217, ano 49, 4 ago. 1936.

VÖLKISCHER BEOBACHTER. Norte da Alemanha, n. 218, ano 49, 5 ago. 1936.

10 E para o Esporte Brasileiro, Existe Luz no Fim do Túnel? Reflexões pós Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016

*Leandro Carlos Mazzei*⁷⁴

Introdução

No dia 5 de outubro de 2017, o então presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ex-presidente do comitê organizado dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, o senhor Carlos Arthur Nuzman, era conduzido à prisão por agentes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal do Brasil. A acusação era em razão de uma tentativa de ocultação de bens, após mandado de busca na casa de Nuzman no mês passado. E todo o fato envolve uma investigação internacional sobre intermediar a compra de votos de integrantes do Comitê Olímpico Internacional (COI) para a eleição do Rio 2016 (GUIMARÃES; ROUVENAT, 2017).

Cabe lembrar ao leitor que Carlos Arthur Nuzman, com 75 anos, estava há 22 anos na presidência do COB. Bem antes disso, Nuzman foi atleta de voleibol, integrou a delegação brasileira que participou dos Jogos Olímpicos de Tóquio 1964; Formado em direito, presidiu a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) durante duas décadas antes de ascender à presidência do COB em 1995 (GLOBOESPORTE, 2017).

Nuzman foi o principal idealizador, arquiteto e articulador dos projetos que acarretariam as candidaturas brasileiras para sediar os Jogos Olímpicos (2000,

74 Doutor em Educação Física pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EFEUSP) e pela Vrije Universiteit Brussel (VUB) – Bélgica. Docente da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

2004 e 2012), e a organização de boa parte dos grandes eventos esportivos no país, dentre eles: Jogos Sul-Americanos em 2002, Jogos Pan-Americanos em 2007 e Jogos Olímpicos em 2016. Quase da mesma forma, foi Nuzman o principal engenheiro de um projeto quase que impossível de se encontrar em documentos oficiais, intitulado “Brasil, Potência Olímpica”, que tinha como derradeira meta a conquista de 30 medalhas nos Jogos do Rio e Janeiro em 2016 ou estar entre os 10 melhores países no quadro de medalhas do mesmo evento.

Com a prisão e todas as denúncias sob Nuzman, ficou o sentimento de “pá de cal” em toda a expectativa de legado positivo com relação ao esporte brasileiro. De certa forma, as expectativas de boa parte dos brasileiros e de profissionais da área já vislumbravam um cenário turvo pós-evento, somados à corriqueira aceitação de fatos relacionados com a corrupção em nosso país. Por outro lado, sempre houve a esperança de que algo mudasse para melhor no esporte nacional.

Neste contexto, o objetivo deste capítulo é apresentar alguns pontos negativos, mas também outros pontos positivos relacionados com o esporte Brasileiro após a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Tal proposta não visa esgotar o tema, mas pontuar e provocar reflexões para os leitores interessados neste assunto e principalmente para servir de base para os diferentes profissionais de esporte de nosso país em seus projetos futuros, sejam eles práticos ou acadêmicos.

As expectativas...

Como observado pelos fatos citados na introdução, o cenário para o esporte brasileiro no futuro não é otimista. Dentre muitos problemas, pouco se fomentou com relação à sustentabilidade do esporte de alto rendimento nacional (MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017). E ainda a expectativa é a falta de cenário, muito em razão da crise moral que o país atravessa (ou talvez seja essa a nossa característica...) a partir do ano de 2016. Mas nem sempre foi assim. Entre 2007, com a realização dos Jogos Pan-Americanos, e 2009, com o anúncio vitorioso da eleição do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016, as expectativas eram as melhores possíveis.

Boa parte dessas expectativas vislumbravam os legados positivos relacionados com o esporte. Coreia do Sul (1988), Espanha (1992), Austrália (2000), China (2008) e Reino Unido (2012) aproveitaram a organização dos Jogos Olímpicos em seus países para “turbinar” os investimentos no esporte (principalmente Olímpico). Os investimentos foram principalmente em organização de instalações espor-

tivas e centros de treinamento; suporte para treinamento e dedicação *full-time* de atletas de elite; aumento de investimento para o trabalho de treinadores e cientistas do esporte; mais oportunidade para que os atletas competissem internacionalmente e com nível respectivo (HOULIHAN; GREEN, 2008). E para além de terem êxito no resultado esportivo ao competir em casa, esses países mantiveram desempenho considerável nos jogos Olímpicos posteriores. Fomentaram, investiram em longo prazo e de modo sustentável.

Os Estados Unidos e a Grécia (2004) são exceções aos exemplos anteriores. No primeiro, este tem sido desde 1984 (para dizer o mínimo) o país com melhor desempenho nos Jogos Olímpicos. Já o segundo, apesar de melhora no desempenho em Atenas, os resultados nos Jogos posteriores retornaram para níveis semelhantes aos de 1996. Ou seja, os resultados positivos dos gregos nos Jogos Olímpicos de 2004 foram momentâneos e se pode sugerir uma insustentabilidade dos investimentos feitos pela Grécia no esporte de seu país. Adiciona-se no caso grego uma grave crise econômica deflagrada em 2008, mas decorrente das ações dos governos anteriores a este ano (THE ECONOMIST, 2010).

Quanto ao Brasil, é importante pontuar que para se concorrer aos eventos Olímpicos alguns avanços acontecerem bem antes, sendo os principais deles relacionados com a legislação esportiva e com o investimento no esporte.

Sobre a legislação esportiva, é preciso destacar a Lei Pelé, ou Lei 9.615 de 1998 (BRASIL, 1998), que instituiu normas gerais sobre o esporte nacional. Cabe mencionar que a “Lei Pelé” já não merece o crédito do nome do primeiro Ministro Extraordinário do Esporte, Edson Arantes do Nascimento, pois já foi completamente modificada em vários de seus itens além de ainda estar em constante mudança ou aperfeiçoamento. No geral, olhando para quase 20 anos atrás, houve avanços apesar de algumas incoerências da própria redação da lei com ela mesma. Dentre os avanços destaca-se a ênfase para uma gestão mais democrática e transparente das organizações esportivas brasileiras, importância do controle de dopagem e inclusão do paradesporto na redação. Dos negativos, simplesmente recomendamos a leitura da lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm.

Sobre o investimento para o esporte Olímpico, como até pode ser observado em caráter de destaque na Lei 9.615, o repasse das loterias para as principais organizações esportivas brasileiras – Lei Agnelo/Piva ou Lei 10.264 de 2001 (BRASIL, 2001) – a Lei nº 10.891 de 2004 que instituiu o programa federal “Bolsa-Alela” (BRASIL, 2004) e a Lei nº 11.438 de 2006, a de Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte (BRASIL, 2006). Tais leis garantem tanto o apoio para o esporte nacional como proporcionam uma política de Estado e não um investimento pontual. Além

disso, essas leis, em meio a outras, fizeram com que as expectativas para a melhora do esporte no Brasil realmente viessem a se tornar realidade. Tínhamos realmente tudo para que a estrutura esportiva, o apoio aos atletas e treinadores se tornasse melhor. Entretanto, observou-se que as leis não foram tão efetivas na prática, ou alguns itens sobre transparência foram incluídos em meados de 2013 e 2015. Os recursos foram investidos visando resultados a curto prazo e a falta de transparência somado a ausência de gestão foram os tons que determinaram os últimos 15 anos do esporte nacional (BÖHME; BASTOS, 2016; MAZZEI et al., 2015; MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017).

Toda a expectativa existente com a melhora do esporte nacional estava relacionada com a temática dos legados, sendo que a mensuração e até a discussão sobre legados são complexas e por vezes dependentes do olhar de diferentes áreas científicas. Desta forma, existem inúmeras definições para os legados esportivos, envolvendo desde consequências diretas e indiretas, tangíveis e intangíveis, materiais, culturais, sociais e políticas (GETZ, 2007; MASTERMAN, 2004; PREUSS, 2007). Além disso, para alguns autores, os legados podem ser realmente medidos passados 10 anos (PREUSS, 2007).

Ao mesmo tempo, com relação aos legados e o esporte brasileiro, talvez não seja necessário esperar 10 anos para se chegar à conclusão de que os impactos negativos estão em maior número do que os positivos se forem analisados os fatos pós Jogos Olímpicos do Rio 2016. Novamente, tínhamos tudo para fazer bem, mas sobressaíram-se a falta de investimento estratégico e a longo prazo, a falta de transparência e a ausência de gestão em boa parte das ações e nas organizações esportivas brasileiras.

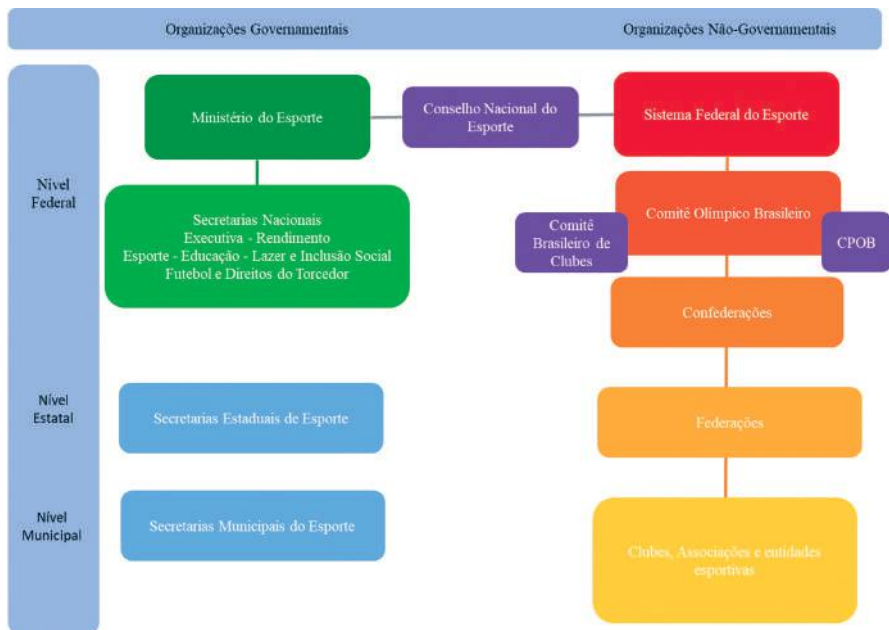
Por falar em Gestão

Apesar de ainda em desenvolvimento no Brasil, a área da Gestão do Esporte, seja em termos práticos ou teóricos, está a pelo menos 20 anos atrasada se comparado com grandes centros de conhecimento nesta temática: América do Norte, Europa e Oceania. Se os leitores interessados puderem verificar em algumas obras como *Fundamentos de marketing esportivo* (PITTS; STOTLAR, 2002), lançado no Brasil em 2002 e escrito pelos autores norte-americanos em 1996, e *Marketing esportivo a reinvenção do esporte na busca de torcedores* (REIN; KOTLER; SHIELDS, 2008), lançado no Brasil em 2008 e escrito originalmente em 2006, terão a sensa-

ção de que os conceitos apresentados não podem ser identificados totalmente no Brasil. Essa conclusão não se dá apenas pela diferença do ambiente, e sim por uma incapacidade de boa parte de nossos “gestores” esportivos em realizar ações simples e objetivas para a valorização do “produto” esporte no país.

Em outra frente, as pesquisas em Gestão do Esporte continuam a crescer no Brasil, muito pela iniciativa do grupo de pesquisadores e interessados que compõem a Associação Brasileira de Gestão do Esporte (ABRAGESP). Obras como *Administração Esportiva* (BASTOS, 2003); *Gestão do Esporte: definindo a área* (ROCHA; BASTOS, 2011); *A gestão do esporte como tema de pesquisa: análise da publicação científica* (SANTOS; FREIRE; MIRANDA, 2017); *Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: um momento para a sua afirmação no Brasil* (MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017), demonstram a evolução da área no país. E caso ocorra o equívoco em achar que essa área de conhecimento não possui importância, convidamos ao leitor deste texto a visualizar a figura abaixo, onde os autores apresentam graficamente o sistema esportivo descrito na legislação esportiva brasileira.

Figura 1: Sistema esportivo brasileiro,
(adaptado de MAZZEI et al., 2015; MEIRA; BASTOS; BÖHME, 2012).



Como está na própria Lei Pelé, um dos princípios fundamentais do esporte nacional é a autonomia de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática esportiva, além da democratização, garantido em condições de acesso às atividades esportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação. Assim como na Figura 1, percebe-se que essa autonomia e democratização resultam em um número considerável de tipos de organizações que atuam com o esporte no país.

Essas organizações deveriam ser efetivas, eficazes e eficientes, onde: efetividade está na capacidade de se alcançar resultados e objetivos pretendidos; eficácia é a capacidade de se fazer o que é preciso; e eficiência é a capacidade de se alcançar os objetivos utilizando a menor quantidade de recursos possíveis (CERTO; PETER, 2005; CHELLADURAI, 2009; SLACK; PARENT, 2006). Tais conceitos são básicos para a Administração, e a Gestão do Esporte pode ser definida como a utilização e aplicação de diferentes conhecimentos oriundos principalmente das Ciências do Esporte e da Administração, no gerenciamento das diferentes atividades e organizações existentes e que envolvem o fenômeno Esporte (MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017).

Infelizmente, o que se pode concluir após a realização dos Jogos Olímpicos em 2016 é que a maioria das ações não foram pensadas, e, portanto, não houve uma gestão no minimamente efetiva. Apenas uma menor quantidade de ações teve êxito.

Nos exemplos negativos, podem ser citados o COB (introdução), Confederações Brasileiras de Desportos Aquáticos, Futebol, Handebol, Taekwondo, Basquete, Vôlei, Tênis de Mesa, Tênis em razão de escândalos de corrupção ou falta de gestão (JUNQUEIRA, 2017). Claro que a falta de desempenho esportivo desejado nesses esportes possui correlação direta com a ingerência presente nas organizações citadas acima. Ou, para aquelas que ainda conquistaram algum resultado, sugerimos duas hipóteses: primeiro, se com a falta de gestão se consegue resultado, imaginem o que poderia ser alcançado com um pouco de organização; segundo, que boa parte dos resultados foi alcançada com o esforço individual de atletas e seus familiares, o que é uma característica comum no Brasil.

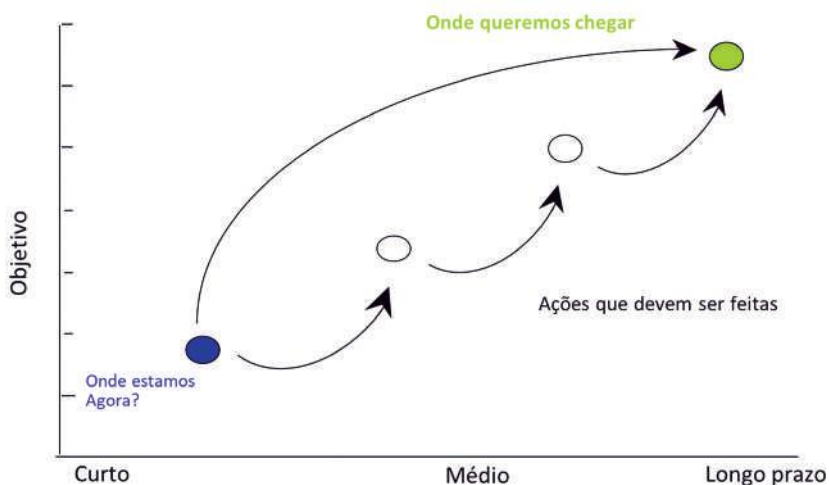
Os exemplos positivos são as Confederações do Judô, Ginástica, Rugby e por que não, também do Voleibol, além de alguns clubes multi-esportivos brasileiros e projetos de ONGs relacionados ao esporte. Nestes casos, os exemplos positivos se destacam não pela perfeição, mas por processos gerenciais minimamente dignos ao suor dos atletas, além de conquistas esportivas de acordo com as expectativas (ou próximas a isso) traçadas previamente.

Por que negativo, por que positivo?

Antes que o leitor avalie o julgamento realizado acima, os destaques negativos e positivos não são em razão dos escândalos de corrupção e conseqüentemente da falta de gestão. Um dos principais critérios para que tal avaliação ocorresse, é a falta de planejamento e pensamento sustentável nas organizações citadas.

O planejamento é um processo que define as ações necessárias para enfrentar situações e atingir metas, e proporciona um mapa a ser seguido, ao mesmo tempo flexível de acordo com as adversidades que surgem durante a sua existência. É também um processo de desenvolver estratégias observando a relação pretendida da organização com seu ambiente (MAXIMIANO, 2006). Assim, o planejamento estratégico é na prática um filtro da viabilidade futura, como ilustrado e pode ser observado na Figura 2.

Figura 2: Exemplo gráfico de Planejamento (estratégico).

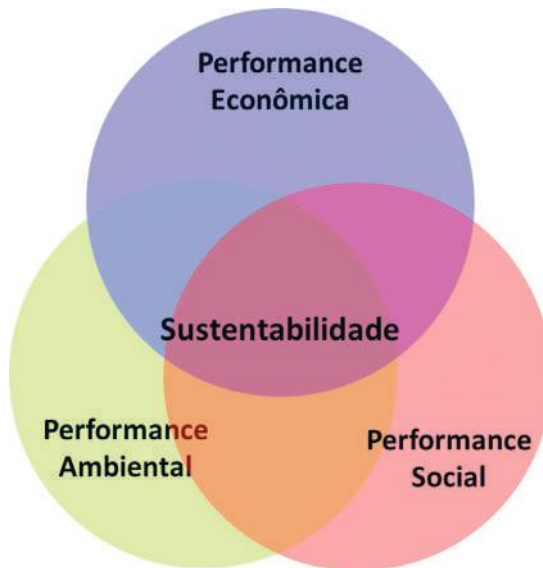


Fonte: Elaborado pelo autor.

Já a sustentabilidade se relaciona com um “desenvolvimento sustentável”, onde tal conceito surgiu na Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment), realizada em Estocolmo em 1972, referindo-se ao processo de manutenção de um

equilíbrio entre a capacidade do ambiente e as demandas por igualdade, prosperidade e qualidade de vida da população humana. Porém, com o tempo o conceito de sustentabilidade mais utilizado é o da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1987, também conhecida como Comissão Brundtland, onde: “Desenvolvimento sustentável é o tipo de desenvolvimento que atende às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987). Sob esta ótica, Elkington (1998), propôs o modelo “Triple Bottom Line” apresentado na Figura 3.

Figura 3: “Triple Bottom Line” (ELKINGTON, 1998).



No Triple Bottom Line, as organizações devem ser capazes de: (1) possuir uma dimensão de gestão muito maior do que o simples ganho de imagem; (2) possuir metas mais arrojadas e inteligentes, como a redução de seus custos operacionais e produtivos, a redução de seus passivos ambientais e trabalhistas, a melhora da imagem institucional, a melhoria nas relações com seus *stakeholders*; e (3) melhor e mais justa lucratividade empresarial.

Transferindo esses conceitos para o esporte, principalmente o último, o que boa parte das organizações esportivas brasileiras não fazem é planejar em longo prazo. Muitas vezes o motivo desta característica é a falta de comprometimento em lugar de objetivos políticos e partidários (manutenção do poder). Ou seja, mais

vale objetivos em curto prazo, mas aquém do potencial, do que pensar a longo prazo com desempenho incontestável.

Sobre sustentabilidade no esporte brasileiro, não é difícil vislumbrar que boa parte dos investimentos nos últimos 15 anos foram feitos na manifestação alto rendimento, inclusive com diversas publicações apontando este fato (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010, 2011; MAZZEI et al., 2014). Praticamente três ciclos olímpicos com prioridade de investimentos em atletas já formados. Mas quem formou esses atletas? Quais os investimentos na base, na cultura esportiva, no lazer, na participação da população? Por mais que membros das organizações governamentais e de algumas confederações/federações esportivas brasileiras afirmem o contrário, o esporte brasileiro ficou dependente de situações insustentáveis:

- Dependência de recursos estatais e um “produto” esportivo quase que incapaz de ser interessante ao publicado interessado.
- Falta de investimento consistente no desenvolvimento de uma cultura esportiva efetiva, com atendimento de profissionais capacitados e espaços adequados para a prática esportiva.
- Falta de punições reais para casos de corrupção envolvendo organizações esportivas.
- Responsabilidade da má gestão se mantém na pessoa jurídica, e a pessoa física responsável permanece na maioria das vezes sem punição.

Além de as situações acima, algumas pesquisas demonstram a perspectiva negativa para o nosso futuro, como os resultados do estudo internacional SPLISS – *Sports Policy factors Leading to International Sporting Success* (BÖHME; BASTOS, 2016; DE BOSSCHER et al., 2015). Até mesmo pesquisas do Ministério do Esporte, lançadas somente em 2015 e 2016, apresentam uma participação esportiva pífia da população brasileira (BRASIL - MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2015, 2016).

Perspectivas para o futuro

Nem sempre a situação esteve tão ruim. Entre os anos de 2001 e 2010, o Ministério do Esporte se manteve coerente com a sua proposta de existência, ou seja, um investimento equilibrado (entre esporte participação, educacional e de rendimento) ou em alguns momentos prioritário para o esporte educacional e de par-

ticipação (Programa Segundo Tempo e Programa Lazer nas Cidades) (ROSSETO JÚNIOR; BORIN, 2017).

A partir do momento em que o poder público começou a investir prioritariamente no esporte de alto rendimento, com a organização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, o esporte nacional se enforcou com o próprio sonho. Primeiro, o desejo que o investimento do esporte refletisse em algo indireto não ofuscou outras necessidades da população em geral. Segundo, boa parte dos investimentos estruturais foram (mais uma vez) catalizadores para o desvio de recursos em benefícios escusos para particulares. Terceiro, o poder publicou delegou recursos financeiros para organizações esportivas sem nenhuma transparência e geridas por dirigentes esportivos sem nenhuma responsabilidade moral com o próprio esporte.

Para o futuro, é difícil realizar alguma perspectiva, até mesmo pelo momento em que o país passa em 2016-2017. Mas, se vale a esperança, é preciso dizer que não podemos mais continuar realizando os mesmos erros. Devíamos ter feito um caminho bem simples, mas efetivo. Alguns fizeram, outros não, mas cabe aqui, mais uma vez, a orientação, baseados, mas adaptados nos conceitos de PORTER (1989):

- Diagnosticar a realidade: qual é a realidade da organização esportiva?
- Identificar os processos utilizados por quem conquista o sucesso, ou seja, a partir do diagnóstico, quais soluções já foram feitas por outras organizações? (Princípio do *benchmarking*).
- Determinar a lacuna de desempenho, ou, o que é preciso se feito ou quais problemas precisam ser solucionados?
- Decidir o que é possível realizar e empreender em adaptações, quais são as prioridades?
- Planejar em curto, médio e longo prazo (planejamento estratégico, sem se esquecer em decisões sustentáveis).
- Avaliar os resultados constantemente.
- Continuar, mudar o necessário, empreender de novo ou começar de novo.

Ações simples, ultrapassadas no contexto da Administração, mas efetivas no âmbito do esporte nacional. Para o futuro, existe somente a esperança de que novos gestores profissionais e com formação específica (Educação Física e Esporte + Administração) assumam cargos decisórios nas principais organizações esportivas brasileiras. Na verdade, este processo já começou, basta ver que em organizações que possuem sucesso, há quase sempre por traz um gestor ou empreendedor.

Daí para frente, teremos que ter outra esperança, comum nos assuntos que envolvem as ciências políticas: as relações do poder; a facilidade com que o ser humano se corrompe pelo poder; e por fim as disputas pelo poder (BOBBIO; BOVERO, 2000). Uma situação é certa: ou aprendemos a ter uma gestão do esporte mais ética, transparente, efetiva, no mínimo, eficaz e quem sabe eficiente, ou continuaremos como estamos, de ciclos com altos investimentos a ciclos com baixos investimentos de uma montanha russa sem fim.

Considerações finais

Existe luz no fim do túnel para o esporte brasileiro? Sim, a resposta é sim. Mesmo no momento de incerteza em que o país passou em 2016 e 2017, há solução para os problemas que o esporte nacional possui.

Porém, a mudança necessária tem de vir de todos os envolvidos assim como o engajamento de todos os interessados. Na perspectiva de Tonshoff e Weida (2008), os processos de mudanças podem ser: (1) “Top-down”, ou seja, de cima para baixo, o que no Brasil é algo praticamente impossível, já que a grande maioria dos governantes e gestores atuais estão preocupados a se defenderem ou se perpetuarem no poder; ou (2) “Bottom-up”, em outras palavras, de baixo para cima, que desta forma significa que a mudança tem de partir de nós mesmos, apaixonados pelo esporte e que priorizamos todos os seus valores positivos e sua boa organização.

No fundo, o processo de mudança deveria iniciar com as duas frentes (“Top-down” + “Bottom-up”), por outro lado, sabemos que é mais viável e mais coerente esse processo começar de nós, passando por pequenas organizações e assim por diante, basta querer. E já existem diversas iniciativas interessantes com o esporte no Brasil, com soluções criativas, sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental, além da presença de gestão transparente e profissional. Alguns exemplos: Instituto Reação, do patrono e medalhista Olímpico Flávio Canto e origem da campeã Olímpica Rafaela Silva; Instituto Compartilhar, idealizado e mantido por Bernardinho; Instituto Passe de Mágica, da realista e competente Magic Paula; dentre outros. Todas iniciativas “Bottom-up”, que nós precisamos aprender com elas e nosso “Top-down” entender que fazer o simples as vezes resulta em muito mais.

Referências

ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. “O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008)”. In *Movimento* (UFRGS), v. 16, n. 4, p. 73–92, 2010.

ALMEIDA, B. S. DE; MARCHI JÚNIOR, W. “Comitê Olímpico Brasileiro e o financiamento das Confederações Brasileiras”. In *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 33, n. 1, p. 163–179, 2011.

BASTOS, F. C. “Administração Esportiva: área de estudo, pesquisa e perspectivas no Brasil”. In *Motrivivência*, n. 20–21, p. 295–306, 2003.

BOBBIO, N.; BOVERO, M. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2000.

BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (EDS.). *Esporte de alto rendimento: fatores críticos – gestão – identificação de talentos*. São Paulo: Phorte Editora, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998: Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em 30 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001 - Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto., 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10264.htm. Acesso em 31 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 que Institui o Bolsa Atleta. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm. Acesso em 24 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de Dezembro de 2006 - Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências., 2006. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/ministerio/legislacao/lei1143829122006.pdf>. Acesso em 24 ago. 2017.

BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE. Diagnóstico Nacional do Esporte - Caderno I. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.

BRASIL – MINISTÉRIO DO ESPORTE. Diagnóstico Nacional do Esporte - Caderno II. Brasília: Ministério do Esporte, 2016.

BRUNDTLAND, G. H. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1987.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. *Administração estratégica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHELLADURAI, P. *Managing organizations for sport and physical activity: a systems perspective*. Scottsdale: Holcomb Hathaway, 2009.

DE BOSSCHER V.; SHIBLI, S.; WESTERBEEK, H.; VAN BOTTENBURG, M. *Successful Elite Sport Policies: An international comparison of the SportsPolicy factors Leading to International Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations*. Aachen: Meyer & Meyer Verlag, 2015.

ELKINGTON, J. *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1998.

GETZ, D. *Event studies: theory, research and policy for planned events*. Amsterdam: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2007.

GLOBOESPORTE. De atleta a dirigente; do sonho olímpico à prisão: a trajetória de Nuzman. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/de-atleta-a-dirigente-do-sonho-olimpico-a-prisao-a-trajetoria-de-nuzman.ghtml>. Acesso em 28 out. 2017.

GUIMARÃES, A.; ROUVENAT, F. Nuzman e ex-diretor de Comitê Olímpico são presos em operação que investiga fraudes na escolha da Rio 2016 | Rio de Janeiro | G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pf-esta-nas-ruas-do-rj-para-cumprir-mandados-de-prisao.ghtml>. Acesso em 28 out. 2017.

HOULIHAN, B.; GREEN, M. *Comparative Elite Sport Development. Systems, Structures and public policy*. London: Elsevier, 2008.

JUNQUEIRA, J. E. Denunciado presidente FIFA: escândalos em sequência no esporte. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/esporte-legal/post/denunciado-presidente-da-fifa-escandalos-em-sequencia-no-esporte.html>. Acesso em 29 out. 2017.

MASTERMAN, G. *Strategic sports event management: an international approach*. Amsterdam: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S.; DE BOSSCHER, V. “Política do esporte de alto rendimento no Brasil: análise da estratégia de investimentos nas Confederações Olímpicas”. In *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, v. 14, n. 2, p. 58–73, 2014.

MAZZEI, L. C.; MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S.; DE BOSSCHER, V. “High performance sport in Brazil: structure and policies comparison with the in-

ternational context”. In *Gestión y Política Pública*, v. Temático, n. Políticas Públicas del Deporte, p. 83–111, 2015.

MAZZEI, L. C.; ROCCO JÚNIOR, A. J. “Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: um momento para a sua afirmação no Brasil”. In *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 2, n. 1, p. 96–109, 2017.

MEIRA, T. DE B.; BASTOS, F. DA C.; BÖHME, M. T. S. “Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar”. In *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, n. 2, p. 251–262, 2012.

PITTS, B. G.; STOTLAR, D. K. *Fundamentos de marketing esportivo*. São Paulo: Phorte, 2002.

PORTER, M. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. 34a ed. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 1989.

PREUSS, H. “The Conceptualisation and Measurement of Mega Sport Event Legacies”. In *Journal of Sport & Tourism*, v. 12, n. 3–4, p. 207–228, 2007.

REIN, I.; KOTLER, P.; SHIELDS, B. *Marketing esportivo a reinvenção do esporte na busca de torcedores*. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ROCHA, C. M. DA; BASTOS, F. C. “Gestão do esporte: definindo a área”. In *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 25, n. especial, p. 91–103, 2011.

ROSSETO JÚNIOR, A. J.; BORIN, M. E. S. “Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos”. In *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 2, n. 2, 2017.

SANTOS, M. A. G. N.; FREIRE, E. S.; MIRANDA, M. L. J. “A gestão do esporte como tema de pesquisa: análise da publicação científica”. In *Motrivência*, v. 29, n. 50, p. 183–201, 2017.

SLACK, T.; PARENT, M. M. *Understanding sport organizations: the application of organization theory*. Champaign: Human Kinetics, 2006.

THE ECONOMIST. Greece’s sovereign-debt crunch: a very European crisis. Disponível em: <http://www.economist.com/node/15452594>. Acesso em 29 out. 2017.

TONSHOFF, S.; WEIDA, A. *Where top-down, where bottom-up?* Bern: Peter Lang Publishing Group, 2008.



Parte 3

Os Jogos Rio-2016 e o aparato midiático

11 Os Jogos Olímpicos do Rio nas Páginas do The New York Times: uma Análise do Soft Power Brasileiro⁷⁵

*Marco Bettine*⁷⁶; *Diego Gutierrez*⁷⁷; *Billy Graeff*⁷⁸

Introdução

Na festa de encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil concluiu também o seu ciclo de megaeventos. O projeto iniciado em 2007 com a escolha do país para sediar a Copa do Mundo de Futebol transformou o Brasil no único a sediar os dois maiores eventos esportivos seguidamente no Século XXI. Uma epopeia que durou quase dez anos, atravessou o mandato de três presidentes, viu o país passar de um período de crescimento acelerado para a maior crise econômica de sua história e um momento de grande instabilidade política.

75 Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

76 Doutor em Sociologia do Lazer pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP).

77 Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP).

78 Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do Instituto de Educação – Centro Esportivo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Para os jogos esse também foi um período de grandes transformações, passando do glamour, com o duelo dos países e cidades para sediar os eventos, para a rejeição, com cidades e países retirando sua candidatura por não ter apoio popular. Pouco se vê, concretamente, do famoso legado, mas muito se vê da socialização dos prejuízos e da individualização dos lucros, sendo o evento considerado um facilitador para a corrupção, principalmente em países com democracias frágeis.

Para se compreender as transformações e ramificações de um evento dessa magnitude ainda serão necessários muitos estudos, com uma vasta gama de assuntos a serem abordados, como: economia, corrupção, legado, desenvolvimento urbano e esportivo, saúde, contribuição social. Este capítulo busca oferecer ao leitor a imagem que o Brasil construiu no exterior durante os Jogos Olímpicos de verão de 2016 tendo como objeto de análise as reportagens publicadas no jornal *The New York Times*.

A ideia deste estudo foi analisar os efeitos nas relações internacionais ao sediar os megaeventos utilizando como categoria de análise o Soft Power, e perguntando: os megaeventos oferecem de fato, aos países sede, a plataforma para divulgar sua cultura, belezas naturais, valores políticos e instituições criando uma imagem que pode contribuir para maior destaque nas relações internacionais? No caso do Brasil, a tão sonhada cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU pode ser conquistada com ações políticas internacionais como são os megaeventos esportivos? Qual a imagem de Brasil construída a partir dos Jogos Olímpicos de 2016?

Como um estudo introdutório, visando dar subsídios para uma discussão mais aprofundada no futuro, analisaremos a cobertura de apenas um veículo, o *The New York Times*, durante os jogos olímpicos. Consideramos este jornal representativo devido a sua enorme base de leitores e credibilidade, que garante que as informações divulgadas terão grande repercussão mundial.

A partir de uma discussão teórica sobre o Soft Power, este trabalho analisa as implicações políticas envolvidas ao sediar um megaevento esportivo, principalmente nos países em desenvolvimento, para, a partir dessa ótica, analisar a cobertura do *The New York Times* buscando entender como o jornal descreveu o Brasil e como esse momento poderá afetar a imagem do país no exterior e sua posição na esfera das relações internacionais.

Soft Power na Política Internacional

Joseph S. Nye Jr, em 1990, no seu livro *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, e depois em uma série de artigos e outras publicações (NYE,

1990b, 2004) reinterpretaria a noção de poder na política internacional, dividindo-o em duas grandes categorias, Hard e Soft, termos que se consagraram, tanto na academia quanto na própria política, sendo inclusive tema de discursos dos mais variados líderes internacionais, como Hu Jin Tao em 2007, quando, no 17º congresso do partido comunista, se referiu à necessidade de a China aumentar o seu Soft Power (HUANG, DING, 2006; DING, 2010).

A noção de Hard Power pode ser definida, de uma maneira direta, como sendo a capacidade de coerção de uma nação sobre as outras, descrita por Nye como incentivos e ameaças. Os estudos do Hard Power irão se focar no poder militar, econômico e ameaças diplomáticas como ferramentas para um estado conseguir seus objetivos (CAMPBELL, MICHAEL, O'HANLON, 2006).

Diferentemente, o Soft Power é definido como a forma de um país obter resultados na política internacional devido a outros países admirarem seus valores, aspirarem ao seu nível de prosperidade e acabarem por segui-lo. Para Nye, o poder nas relações internacionais é a capacidade de um país conseguir os resultados que lhe interessam na política internacional, o que pode ser feito por meio da coerção (Hard Power) ou da cooptação (Soft Power) (KEOHANE, NYE, 1977).

Os críticos do Soft Power irão atestar a dificuldade para dissociar o Hard do Soft, ou quanto de cada elemento existe na influência real de um país e o fato de que é impossível acompanhar a inter-relação entre eles. Respondendo às críticas, Nye (2004), e outros teóricos, formularam a categoria Smart Power, que é a utilização combinada de elementos Hard e Soft (WILSON, 2008).

Nye irá dividir as fontes de Soft Power em três elementos principais: (1) a cultura, (2) os valores políticos e (3) a política internacional:

- (1) Cultura engloba os aspectos da sociedade, e seus valores, na medida em que eles são atrativos para os outros, como os países que buscam reproduzir o modo de vida e as tradições das nações mais bem vistas. A cultura de um país pode ser divulgada pelo comércio, intercâmbio cultural e turismo.
- (2) Valores Políticos podem ser definidos na forma como as instituições e os valores de um país são compreendidos no exterior, a partir de como um país lida com as questões políticas e sociais dentro do próprio território.
- (3) Política internacional é o conjunto de condições que faz com que um país tenha uma legitimidade maior que outros na hora do debate internacional, podendo, com a sua opinião sobre determinado assunto, ser

referência para os demais. Força construída a partir do seu histórico de posicionamento em questões e conflitos globais.

Nos estudos de Soft Power a nação é a protagonista das relações internacionais, agindo de forma coesa e racional. Mesmo que os sujeitos não-estatais se desataquem cada vez mais no cenário internacional, sua relação ainda é dada pela influência ou não sobre os estados nacionais (COOPER, 2004). Segundo Morgentau (2003, p; 173), “a política é a manifestação de uma luta pelo poder, e é justificado em termos éticos, legais ou biológicos”.

A centralidade do conceito de poder, na teoria política e de Nye (1990b), particularmente, é uma característica da escola realista. Para esta escola as relações entre as diferentes nações são dadas como disputas por poder, que no final é o objetivo último de cada país, sendo esse poder medido principalmente em termos militares e econômicos.

Nye irá entender o poder como algo amplo, nesse sentido os diferentes elementos de empoderamento não poderiam ser transferidos de uma nação para a outra como simples cópia, nem sua existência é garantia direta de influência e coerção. Há elementos intangíveis que são importantes na política e nas relações de poder internacional. Nas novas relações internacionais, pós-queda do muro de Berlim, a teoria de poder como algo mais fluído faz sentido. A teoria de Nye se mostra também uma boa ferramenta para a análise do novo cenário internacional e o crescimento dos BRICS, principalmente da China (HOLSTI, 1985, p.4).

No texto de 1977, “Power and Interdependence: World Politics in Transition”, Nye, juntamente com Robert O. Keohane, utilizará o conceito de interdependência, fundando o que hoje é considerada a escola neoliberal institucional das relações internacionais, entendendo que na maioria das vezes os estados, mesmo aqueles em expansão, preferem utilizar as instituições existentes para a busca de poder e prestígio internacional.

O conceito de interdependência legitima o Soft Power, pois considera que a coerção militar e econômica não são os únicos meios, nem os mais utilizados, na busca por prestígio e influência internacional, permitindo que os sujeitos busquem estes objetivos por outros caminhos, muitas vezes legítimos, e possam ascender dentro da ordem estabelecida sem necessariamente destruir suas instituições e acordos.

O Soft Power e os Megaeventos Esportivos

Os megaeventos, hoje, gozam de grande visibilidade no mundo acadêmico, não precisando aqui discutir o que são os megaeventos, o que os caracteriza, o processo histórico de consolidação do esporte como megaevento. Muitos pesquisadores trazem estas questões com maior profundidade do que se pode desenvolver aqui. Há uma ampla bibliografia que pode ser consultada, inclusive nas referências deste capítulo, para dar base teórica sobre este universo.

O país sede, desde o anúncio do evento, ficará no foco da mídia internacional, sendo assunto recorrente no noticiário de um grande número de países que incorporaram estes espetáculos como componente cultural. Temas como o andamento das obras, segurança dos turistas, gastos, atrasos, terrorismos e protestos são discutidos quase diariamente.

Durante o evento os olhos do mundo se voltam para o país, que além de ser ocupado por um grande número de turistas, também atrai a imprensa internacional e seus leitores. Segundo dados do próprio comitê olímpicos, metade da população mundial assistiu a alguma cobertura dos jogos olímpicos, sendo que apenas os vídeos oficiais disponibilizados na internet foram assistidos sete bilhões de vezes ⁷⁹, e segundo medições do Google, a busca por informações sobre a cidade do Rio de Janeiro foi, durante o evento, dez vezes maior do que em qualquer outro momento ⁸⁰. Apesar de o foco principal ser a festa esportiva, a audiência mundial acaba, mesmo que indiretamente, tendo contato com outros aspectos do país, e estes aspectos é que se buscou trabalhar.

A noção de Soft Power oferece diversas ferramentas para entendermos esse novo fenômeno social, os megaeventos esportivos (MANZENREITER, 2010; PREUSS, CHRISTIAN, 2011; GRIX, LEE, 2013): (1) turismo e os valores culturais projetados internacionalmente; (2) funcionamento das instituições estatais durante o evento; (3) valores sociais que o país apresenta na realidade concreta. Nesse novo cenário os megaeventos esportivos apresentam uma oportunidade para o país divulgar sua imagem para o mundo e, através dos valores universais dos jogos, atingir uma audiência global.

79 Ver texto: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Games/Summer-Games/Games-Rio-2016-Olympic-Games/Media-Guide-for-Rio-2016/Global-Broadcast-and-Audience-Report-Rio-2016.pdf>. Acesso em 29 dez. 2017.

80 Ver texto: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=today%205-y&q=%2Fm%2F06gmr>. Acesso em 29 dez. 2017.

Não há consenso sobre o sucesso do Soft Power nos megaeventos esportivos. O artigo de Manzenreiter (2010) “The Beijing Games in the Western Imagination: The Weak Power of Soft Power” aponta, a partir de dados globais, o fraco impacto da transformação de percepção das pessoas do ocidente sobre a sociedade chinesa na questão dos direitos humanos, liberdade de expressão e garantias institucionais, no entanto, apresenta dados positivos sobre a cultura chinesa, o turismo, a pungência econômica e infraestrutura (2010, p. 45). No mesmo sentido, em questionar o poder do Soft Power, Brannagan e Giullianotti (2014) discutem a forma que o Qatar está utilizando Copa do Mundo para se firmar como nação amiga do ocidente, que por um lado, geram graves crises locais, mas por outro lado, há o aumento significativo das transações multinacionais e incremento do turismo.

Portanto, apontamos aqui uma análise de via de mão dupla: os megaeventos podem ou não incrementar o Soft Power do país sede, sendo falsa a afirmação de que o megaevento esportivo por si só traria ganhos na política internacional.

Como já foi exposto, Nye divide as fontes de Soft Power em três categorias principais: (1) cultura; (2) valores políticos e (3) política internacional (NYE, 2008).

- (1) A cultura é divulgada pelo evento com um todo, com um grande número de turistas vagando pelo país e tendo contatos com suas mais diferentes manifestações, nem sempre positivas. Os eventos de abertura e encerramento constituem o ápice, com apresentações cada vez mais cinematográficas que têm como objetivo mostrar os feitos e as qualidades da nação.
- (2) Os valores políticos são divulgados na organização da competição e no funcionamento das instituições. Com a proximidade do evento as instituições, o respeito aos direitos humanos e a situação de vida no país passam por um escrutínio da opinião pública internacional, aliado a ONGs e movimentos sociais que utilizam a visibilidade do momento para divulgar suas causas (JENNINGS, 2014).
- (3) Na política internacional o resultado dos jogos é menos evidente. O país sede pode ganhar nesse aspecto, pois a visibilidade dada às suas instituições e à sua cultura no período pode garantir um novo prestígio internacional. Esse aspecto, porém, está ligado ao desempenho dos outros dois, a cultura e os valores políticos

Avaliar o Soft Power dos eventos é muito complicado já que, pela sua importância cada vez maior, sediá-los envolve mudanças nos mais diversos aspectos do país, desde a mobilidade urbana e a habitação, até políticos e jurídicos (PREUSS,

2007, p. 68). No campo do Soft Power, o gasto de bilhões de dólares, o suposto lucro e uma audiência massiva não representam, por si só, o sucesso da empreitada, podendo resultar em enormes fracassos, como apontou Ziaks (2015) nos Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi.

O Brasil nas páginas do *The New York Times*

Já discutimos as dificuldades relacionadas em medir o Soft Power de um país, e como ele é visto pela população em geral no exterior. Através do discurso jornalístico estereótipos são criados e cristalizados reforçando ideologias pré-existentes, esse movimento, porém não é imutável, com as mensagens podendo ser alteradas através do tempo. O Soft Power brasileiro está ligado com a imagem do país no exterior e à forma como suas instituições e cultura são vistas ao redor do mundo.

Entender como a cultura brasileira, sua música, arte e culinária são apreciadas no exterior; como a política e o funcionamento das instituições são interpretados; a influência da violência no dia a dia do brasileiro; assim com a evolução da noção de simpatia e cordialidade do povo estão sendo interpretados no exterior, fornece um subsídio importante para compreender como o país se relaciona na esfera mundial e como se posicionar em assuntos estratégicos, como comércio e turismo.

No nosso entendimento os jogos olímpicos apresentam um momento chave na consolidação da imagem brasileira no exterior, podendo tanto apresentar um novo Brasil para o mundo, assim como confirmar estereótipos e preconceitos já existentes. O interesse massivo nos jogos, e a produção incessante de informações, colocam em contato muitas pessoas com notícias sobre a realidade brasileira, que não teriam esse tipo de interação em outras situações. A cobertura dos jogos contribuirá para formar uma imagem do país, que tudo indica perdurará por muito tempo no imaginário internacional.

Analisar a cobertura internacional dos jogos olímpicos como um todo é uma tarefa que vai muito além do escopo deste trabalho. Por isso optamos por analisar a fundo a cobertura de um único veículo, o *The New York Times* (NYT) (<https://www.nytimes.com/>). NYT é o terceiro site de notícias mais acessado do mundo⁸¹ e o 117º no geral⁸². O diário nova-iorquino foi um dos pioneiros na entrada no

81 Fonte: <http://www.alexa.com/topsites/category/News>. Acesso em 27 dez. 2017.

82 Fonte: <http://www.alexa.com/siteinfo/nytimes.com>. Acesso em 27 dez. 2017.

mundo digital, possuindo uma base de leitores global e uma reputação indiscutível como uma fonte confiável de informação. Consideramos este jornal uma fonte representativa para tentar entender a cobertura internacional dos jogos no Rio de Janeiro, tanto pela sua base global de leitores quanto pela sua capacidade de influenciar a cobertura como um todo, seja pela venda de notícias a outros periódicos, ou, pela sua capacidade de pautar o discurso.

Analisamos a cobertura do *The New York Times* englobando um dia antes da abertura e um dia depois da festa de encerramento, entre os dias 4 e 22 de agosto de 2016, selecionando reportagens que discutissem elementos presente no conceito de Soft Power descrito por Nye. Dividimos a produção do jornal em três categorias pré-estabelecidas, desenvolvidas a partir dos três elementos do Soft Power: cultura, valores políticos e política internacional. Entendemos, porém, que a produção jornalística é múltipla, e que uma reportagem pode estar sujeita a diversas interpretações, de sorte que qualquer tentativa de separar o conteúdo produzido pelo jornal em categorias estáticas esta sujeito a uma margem de erro. Procuramos então selecionar as reportagens a partir do seu tema fundamental com o objetivo de criar um quadro a partir das temáticas centrais.

- (1) Cultura: procuramos selecionar as reportagens que abordavam de modo direto o estilo de vida e valores culturais considerados marcantes do povo brasileiro, assim como elementos referentes às belezas naturais, patrimônio histórico, culinária e música.
- (2) Valores Políticos: selecionamos as reportagens que discutem o funcionamento das instituições brasileiras, sua eficiência e eficácia, assim como os valores em geral da população relativos a temas como os direitos humanos, desigualdade e preconceito.
- (3) Política Internacional: separamos as notícias que discutem o posicionamento do Brasil em relação aos mais diversos temas das relações internacionais.

A partir destes critérios foram selecionadas 222 reportagens produzidas pelo *The New York Times*, no período dos jogos olímpicos. O jornal produziu 46 reportagens abordando majoritariamente a cultura brasileira, 165 referentes aos valores políticos e apenas 11 discutindo a política internacional.

(1) Cultura

O *The New York Times* analisou elementos culturais brasileiros em 46 reportagens, o jornal não se aprofundou muito neste tema, ficando restrito aos elementos relacionados diretamente ao Rio de Janeiro e colocados em foco pelo evento, sem se preocupar em trazer para seus leitores uma visão ampla e diversa da cultura brasileira ou apresentar um quadro do país como um todo. O jornal, por exemplo, dedica apenas três reportagens exclusivamente à música brasileira e em dois casos aborda a canção Garota de Ipanema^{83 84}, utilizada na festa de abertura.

O elemento mais interessante surgido da análise das reportagens do jornal é a manutenção dos tracionais estereótipos associados com o Brasil e os brasileiros. Nesse sentido a praia, o samba, o futebol e a tropicalidade continuam a ser entendidos pelo NYT como elementos fundamentais da identidade brasileira, sem nenhuma tentativa de se aprofundar na diversidade e multiplicidade do país.

O povo brasileiro continua a ser retratado a partir da ótica tradicional da cordialidade, da informalidade, pela pouca atenção às regras e à etiqueta e sempre pronto para festejar e se envolver emocionalmente com a situação. Esse tipo de brasilidade estará frequentemente associado com a forma de o brasileiro torcer. A atitude dos espectadores durante os jogos será um tema frequentemente destacado pelo jornal, sempre em oposição ao que seria a etiqueta tradicional dos jogos olímpicos, o que o jornal irá referir como um “choque cultural”⁸⁵.

As vaias, a torcida pelo mais fraco e as agressões ao adversário são vistas como uma parte da cultura brasileira, relacionadas com a prevalência dos valores futebolísticos⁸⁶ e muitas vezes em conflito com o que deveria ser a atitude correta de

83 Fonte: <https://www.nytimes.com/2016/08/10/arts/music/the-girl-from-ipanema-goes-walking-again-with-gisele-bundchens-help.html>. Acesso em 5 set. 2016.

84 Fonte: <https://www.nytimes.com/aponline/2016/08/08/sports/olympics/ap-oly-music-girl-from-ipanema.html>. Acesso em 5 set. 2016.

85 Fonte: <https://www.nytimes.com/reuters/2016/08/08/sports/cycling/08reuters-olympics-rio.html>. Acesso em 8 set. 2016.

86 Fonte: <https://www.nytimes.com/reuters/2016/08/08/sports/soccer/08reuters-olympics-rio-soccer-fans.html>. Acesso em 4 set. 2016.

um espectador olímpico⁸⁷, para irritação de muitas pessoas inclusive dos atletas que, principalmente, quando disputando com brasileiros, entraram em conflito com a torcida⁸⁸.

(2) Valores Políticos

Essa foi a categoria mais numerosa, com o *The New York Times* produzindo 163 reportagens que se enquadram neste aspecto. Ao contrário da cultura, onde o jornal fez uma cobertura restrita, nesse caso o veículo proporcionou aos leitores uma abordagem bastante ampla da situação política do país, dos conflitos sociais e do funcionamento das instituições nacionais, sendo que os elementos mais recorrentes foram relativos à infraestrutura do evento, a desigualdade social, a crise política que o país atravessava, o caso do nadador Ryan Lochte e a prisão de executivos do COI acusados de vender ingressos ilegalmente.

A organização do evento será um dos assuntos mais destacados pelo jornal, com 35 reportagens sobre esse tópico. O jornal irá noticiar quase diariamente os mais variados problemas enfrentados pela organização.

Alguns dos problemas destacadas pelo jornal foram: a violência⁸⁹, as filas e falta de sinalização⁹⁰, a qualidade da água da baía de Guanabara⁹¹ (que o Rio tinha prometido despoluir), e, principalmente, a piscina do parque aquático que, para o embaraço dos organizadores, ficou verde sem nenhuma explicação aparente⁹². Nes-

87 Fonte: <https://www.nytimes.com/2016/08/09/sports/olympics/brazilians-give-even-table-tennis-a-raucous-atmosphere.html>. Acesso em 8 set. 2016.

88 Fonte: <https://www.nytimes.com/aponline/2016/08/16/sports/olympics/ap-oly-ath-booing-lavillenie-.html>. Acesso em 4 jun. 2016.

89 Fonte: <https://www.nytimes.com/aponline/2016/08/11/sports/olympics/ap-oly-police-attacked.html>. Acesso em 21 set. 2016.

90 Fonte: <https://www.nytimes.com/reuters/2016/08/04/sports/olympics/04reuters-olympics-rio-tickets-cosport.html>. Acesso em 8 set. 2016.

91 Fonte: <https://www.nytimes.com/aponline/2016/08/06/sports/olympics/ap-oly-rowers-in-the-water.html>. Acesso em 11 set. 2016.

92 Fonte: <https://www.nytimes.com/aponline/2016/08/09/sports/olympics/ap-oly-div-diving-green-water.html>. Acesso em 8 set. 2016.

se sentido o jornal nunca estará mostrando uma empolgação com o evento ou com a cidade do Rio de Janeiro, adotando uma postura reticente até o final dos jogos.

A desigualdade, em todos os seus aspectos, será tema de 19 reportagens. Nesse sentido, analisando a cobertura como um todo, podemos considerar que essa temática é sempre retratada como central do país. O *The New York Times* entende a sociedade brasileira como extremamente desigual, não apenas no sentido econômico do termo, mas também na questão de gênero, racial e diferenças regionais. Para destacar a ideia de “um país de contrastes” o jornal irá se valer frequentemente da oposição entre a opulência do parque olímpico, de um lado, e a precariedade da favela carioca, de outro⁹³.

Um caso interessante, e que mostra como a cobertura da mídia ajuda a construir uma imagem do país, alterando seu Soft Power. É o caso da jogadora de rugby da seleção brasileira Isadora Cerullo, pedida em casamento pela namorada após a cerimônia de premiação. O fato foi celebrado pelo *The New York Times*, que colocou o Brasil como um país “Gay Friendly”⁹⁴, principalmente em oposição à política homofóbica da Rússia (sede da Copa do Mundo de Futebol), ignorando que o Brasil é líder em diversos rankings de violência contra homossexuais.

A crise econômica e política também encontrará ressonância nas páginas do *The New York Times*, que irá sempre destacar os problemas de “tamanho olímpico”⁹⁵ tanto na economia quanto na política, acompanhando de perto os cortes de gastos, o impeachment de Dilma Roussef e os inúmeros processos. Apesar de descrever os muitos problemas enfrentados pelo Brasil, o jornal não irá colocar em dúvida o funcionamento das instituições brasileiras, nem o seu processo democrático.

Além do debate geral em torno da política doméstica, dois assuntos em particular foram destacados pelo jornal, com efeito para o desenvolvimento e transformação do Soft Power brasileiro: o caso do nadador Ryan Lochte e a prisão dos diretores do Comitê Olímpico acusados de vender ingressos ilegalmente. O caso envolvendo os quatro nadadores americanos, Ryan Lochte, Gunnar Bentz, Jack Conger e Jimmy Feigen foi o assunto mais comentado nos jogos olímpicos, com o

93 Fonte: <https://www.nytimes.com/reuters/2016/08/05/sports/olympics/05reuters-olympics-rio-opening-favela.html>. Acesso em 4 set. 2016.

94 Fonte: <https://www.nytimes.com/aponline/2016/08/09/sports/olympics/ap-oly-gay-friendly-games.html>. Acesso em 1 set. 2016.

95 Fonte: <https://www.nytimes.com/aponline/2016/08/04/sports/olympics/ap-oly-olympics-brazil-economy.html>. Acesso em 8 set. 2016.

The New York Times dedicando 52 reportagens apenas para esse assunto. O caso, que acabou se tornando um incidente internacional, mostra como os megaeventos podem impactar na imagem de um país e como a cobertura da imprensa serve para modificar e transformar o seu Soft Power.

Nesse caso específico os quatro nadadores, voltando de uma festa, pararam em um posto de gasolina na Barra da Tijuca por volta das seis horas da manhã e se envolveram em uma confusão, tendo de pagar por alguns itens quebrados no posto. No dia seguinte, porém, Lochte deu uma entrevista afirmando que ele e seus companheiros haviam sido vítimas de um roubo a mão armada durante a noite. A segurança sempre foi uma das preocupações centrais dos organizadores, com muitas dúvidas sobre a capacidade da organização em manter os fãs e os atletas seguros, sendo o caso de quatro medalhistas olímpicos assaltados a mão armada usado como um exemplo da falta de capacidade da organização⁹⁶.

A polícia carioca irá encarar a resolução do crime como uma questão de honra e, rapidamente, a versão dos atletas seria contestada e posteriormente desmentida. Nas páginas do jornal é possível perceber a transformação em relação aos personagens e as relações internacionais. No início o Brasil seria retratado como o culpado, com um governo incapaz de conter a violência e a desigualdade, para depois ser transformado em vítima, uma nação que abriu suas portas apenas para ser abusada pelos visitantes.

As reportagens sobre Ryan Lochte seguiriam o caminho oposto, sendo tachado pelo jornal de “Ugly American”⁹⁷, um atleta que, na posição de representado dos Estados Unidos, envergonhou a nação contribuindo apenas para aprofundar os estereótipos já difundidos dos americanos como um povo ignorante, que não sabe se portar no exterior e não respeita a cultura e o país alheio⁹⁸.

O outro caso emblemático é o das investigações envolvendo a venda ilegal de ingressos⁹⁹. Durante o evento as autoridades brasileiras prenderam e acusaram

96 Fonte: <https://www.nytimes.com/2016/08/15/sports/olympics/ryan-lochte-and-three-team-mates-robbed-at-gunpoint.html>. Acesso em 7 set. 2016.

97 Fonte: <https://www.nytimes.com/reuters/2016/08/19/world/americas/19reuters-olympics-rio-lochte-reaction.html>. Acesso em 5 set. 2016.

98 Fonte: <https://www.nytimes.com/2016/08/20/nytnow/top-10-comments-this-only-confirms-the-image-of-the-usa.html>. Acesso em 12 set. 2016.

99 Fonte: <https://www.nytimes.com/2016/08/18/sports/olympics/top-irish-olympic-executive-arrested-over-ticket-scalping-allegations.html>. Acesso em 5 set. 2016.

diversos membros do Comitê Olímpico Internacional, denunciados por vender ingressos ilegalmente. A mesma situação aconteceu durante a Copa do Mundo de Futebol em 2014, com diversos membros da FIFA também sendo investigados e acusados de crimes similares. O caso foi amplamente discutido pelo jornal, mostrando a eficiência e o pioneirismo das autoridades brasileiras em lidar com esse problema, mostrando para o leitor que, mesmo com os mais diversos problemas, o país possui instituições que funcionam e são capazes de identificar e punir criminosos, independente do seu poder.

(3) Política internacional

O pouco espaço dedicado a essa categoria, apenas 11 reportagens, a maioria delas relativas aos esforços antiterrorismo durante o evento, é significativa, apesar de não ficar claro o que essa ausência de fato representa. Pode estar relacionado com o fato dos eventos serem em território nacional, o que foca a cobertura nas especificidades do país e não em sua relação com o exterior ou que o Brasil, mesmo com os avanços recente, ainda não é visto como um país com grande influencia internacional, com suas posições em relação aos mais diversos assuntos da diplomacia não sendo consideradas relevantes pelo jornal.

Considerações finais

Definir o sucesso ou não de um megaevento evento, como já discutimos, é uma tarefa extremamente complexa, envolvendo uma série de variáveis eventualmente contraditórias. Este trabalho procurou demonstrar a validade do Soft Power como uma categoria de análise das relações internacionais e aplicá-la na compreensão e análise da cobertura jornalística dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. O primeiro grande problema encontrado é pensar se um acontecimento de curto prazo pode interferir na política internacional instantaneamente, no caso brasileiro não há elementos concludentes para pensarmos o incremento do Soft Power de forma absolutamente segura, pois existem apontamentos positivos e negativos, cabendo uma nova análise de longo prazo analisando as políticas internacionais e seus sucessos e insucessos.

Os Jogos Olímpicos do Rio propiciaram uma visibilidade no cenário internacional sem precedentes, vide as buscas pela internet apontadas no começo deste capítulo. Deste modo, pensamos que o Brasil conseguiu se expor. Mas não obteve o sucesso de alavancar seu Soft Power de maneira forte, podemos apontar a violência, a desigualdade social e a fragilidade democrática, como pontos negativos e a divulgação da diversidade cultural, do turismo e da prisão de membros do Comitê Olímpico Internacional como aspectos positivos.

Referências

BRANNAGAN, P.M., GIULLIANOTTI, R. “Soft Power and Soft Disempowerment: Qatar, Global Sport and football’s 2022 World Cup finals”. In *Leisure Studies*, v. 10, p. 1-17, 2014.

CAMPBELL, K. M., MICHAEL E., O’HANLON. *Hard power: The new politics of national security*. Basic Books, 2006.

COOPER, R. “Hard power, soft power and the goals of diplomacy”. In *American power in the 21st century*, p. 167-180, 2004.

DING, S. “Analyzing Rising Power from the Perspective of Soft Power: a new look at China’s rise to the status quo power”. In *Journal of Contemporary China*, v. 19, n. 64 p. 255-272, 2010.

GRIX, J., BRANNAGAN, P.M., HOULIHAN, B. “Interrogating States Soft Power Strategies: a case study of Sports Mega-Events in Brazil and the UK”. In *Global Society*, v. 29, n. 3, p. 463-479, 2015.

GRIX, J., LEE, D. “Soft Power, Sports Mega-Events and Emerging States: The Lure of the Politics of Attraction”. In *Global Society*, v. 27 n. 4, p. 521-536, 2013.

HOLSTI, K. J. *The Dividing Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory*. London Book, 1985

HUANG, Y., DING, S. “Dragon’s underbelly: an analysis of China’s soft power”. In *East Asia*, v. 23, n. 4, p. 22-44, 2006.

JENNINGS, A. *Brasil em Jogo: o que fica da copa e das olimpíadas?* São Paulo, Boitempo, Carta Maior, 2014.

MANZENREITER, W. “The Beijing games in the western imagination of China: The weak power of soft power”. In *Journal of Sport & Social Issues*, v. 34, n. 1, p. 29-48, 2010.

MILLINGTON, R., DARNELL, S. R. "Constructing and contesting the Olympics online: the internet, Rio 2016 and the politics of Brazilian development". In *International Review for the Sociology of Sport*, v. 49, n. 2, p.190-210, 2014.

MORGENTHAU, H. *A Política entre nações: a luta pelo poder e pela paz*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NAURIGHT, J. "Global Games: culture, political economy and sport in the globalized world of the 21st Century". In *Third World Quarterly*, v. 25, n. 7, p. 1325-1336, 2004.

NYE, J. S. *Bound to lead: the changing nature of American power*. New York. Basic Book, 1990a.

NYE, J. S. "Soft Power: Foreign Policy". In n. 80, special issues twentieth anniversary. *Washingtonpost*, p.153-171, 1990b.

NYE, J. S. *Soft power: the means to success in world politics*. Public Affairs, 2004

NYE, J. S. "Public Diplomacy and Soft Power". In *Annals AAPSS*, n. 616, p. 94-111, 2008.

PREUSS, H. "The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies". In *Journal of sport & tourism*, v. 12, n. 3-4, p. 207-228, 2007.

PREUSS, H., CHRISTIAN A. "Signaling through the 2008 Beijing Olympics - using mega sport events to change the perception and image of the host". In *European Sport Management Quarterly*, v. 11, n. 1, p. 55-71, 2011.

WILSON, E. J. "Hard power, soft power, smart power". In *The annals of the American academy of Political and Social Science*, v. 616, n. 1, p. 110-124, 2008.

ZIAKAS, VASSILIOS. "For the benefit of all? Developing a critical perspective in mega-event leverage". In *Leisure Studies*, v. 4, n. 6, p. 689-702, 2015.

12 A Bipolaridade das Narrativas da Imprensa Acerca do Futebol Masculino e Feminino nos Jogos Olímpicos

*Sérgio Settani Giglio*¹⁰⁰

Pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos as seleções brasileiras de futebol – masculino e feminino – teriam a chance de conquistar a inédita medalha de ouro. O futebol masculino havia sido medalha de prata em três oportunidades. Foi derrotado na final pela França em 1984, pela União Soviética em 1988 e pelo México em 2012. A seleção feminina havia sido medalha de prata em duas oportunidades, em 2004 e 2008, e em ambas foi derrotada pelos Estados Unidos.

Embora o futebol olímpico venha sendo colocado em segundo plano quando se pensam as competições futebolísticas, os jornais não deixaram de produzir materiais sobre essa modalidade nos Jogos Olímpicos. Conforme ressaltai em outros trabalhos (GIGLIO, 2013; GIGLIO, 2016), colocar o futebol olímpico como algo secundário foi uma das estratégias do ex-presidente da FIFA, João Havelange, para valorizar o seu principal produto, a Copa do Mundo de futebol masculino.

O objetivo deste texto é problematizar como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* apresentaram e analisaram o futebol olímpico nos Jogos de 2016. Assuntos como o estilo de jogo e a individualidade dos jogadores brasileiros centrados na figura de Neymar e Marta conduziram boa parte das narrativas apresentadas. A análise proposta dialogou tanto com reportagens informativas quanto com as colunas dos jornalistas especializados em futebol. O período de pesquisa foi 25 de julho de 2016 a 24 de agosto de 2016.

100 Doutor em Ciências pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP). Docente do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O lugar do futebol olímpico

Dentro dos Jogos Olímpicos, o futebol é uma modalidade que apresenta algumas particularidades. As seleções circulam por várias sedes, realizam viagens entre as partidas e isso as impede de ficar na Vila Olímpica. Outra característica marcante dessa modalidade é a de começar a sua competição mesmo antes da cerimônia oficial dos Jogos. O futebol feminino estreou um dia antes do masculino, e isso foi apresentado pelos jornais como uma condição de visibilidade. As mulheres foram a capa da primeira página e dos cadernos de esportes de ambos os veículos de comunicação.

A manchete da *Folha de S. Paulo* explorava exatamente esse aspecto da visibilidade: com uma foto das jogadoras brasileiras treinando, vinha abaixo a chamada – “estrelas por um dia: sem a concorrência de outros esportes, futebol abre Rio-16” (RIZZO, 2016a). Ainda na *Folha* houve um destaque, nessa mesma edição, para a jogadora Formiga – Miraildes Maciel Mota – que disputou a sexta olimpíada pela seleção, ou seja, todas as vezes em que o Brasil disputou o torneio de futebol a jogadora Formiga estava no elenco (RIZZO, 2016b). O jornal *O Estado de S. Paulo*, sob a manchete “Pontapé inicial: antes da cerimônia de abertura, meninas do futebol fazem estreia contra chinesas”, fazia um paralelo entre o sucesso da carreira da jogadora Marta e o insucesso da modalidade no país. O texto de Grellet e Torres (2016) apontava que “O ouro em casa representará o fecho de uma carreira brilhante desenvolvida em uma modalidade abandonada no país”.

Como tentativa de propiciar uma melhor preparação para as atletas brasileiras que atuam no país, a CBF criou em 2015 a seleção permanente. Essa opção pontual foi necessária para manter as jogadoras ativas, mas a falta de campeonatos estruturados ainda era uma realidade naquele momento.

Apesar do destaque inicial do futebol feminino, logo a cobertura dos jornais focou, especialmente, no treinamento da seleção brasileira masculina e a sua forma de jogar. A reportagem exaltava a necessidade de ter “um time ofensivo, com variações de jogadas e compacto, sem abrir mão do talento individual” (LEITE, 2016a). A conexão com o estilo de jogo brasileiro que evoca a individualidade como marca distintiva colocava a disciplina e jogo de equipe em segundo plano (SOARES e LOVISOLO, 2011) e que deveria estar associada às influências de outros treinadores – Pep Guardiola, Carlo Ancelotti e Jürgen Klopp – que o técnico da seleção masculina Rogério Micalle supostamente teria como balizador da definição de seu próprio estilo de jogo. Essa dimensão aparece em destaque quando Micalle afirma que a base

de seu sistema tático era o 4-2-3-1. “Mas essa é uma plataforma inicial. Depende do momento do jogo. Pode[mos] nos armar nos 4-3-3 e até no 4-2-4” e completa que no futebol atual é preciso “atacar com 11 e defender com 11” (LEITE, 2016a).

A busca pelo ouro não demora a aparecer na narrativa dos jornais. Na lógica de produção de heróis, Neymar é logo alçado a essa condição ¹⁰¹. Em que pese o caráter especulativo da reportagem de Leite (2016b), já que naquele momento não havia a definição oficial da comissão técnica, o próprio técnico Micale apontava que no futebol olímpico a condição de capitão era simbólica, porque não existia uma taça a ser levantada e a premiação era a medalha para todos os atletas.

É preciso entender que essa lógica de produção de heróis esportivos é cíclica e muito bem demarcada pela periodicidade dos próprios eventos (GIGLIO, 2007), potencializados no caso dos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, pelo longo período de interstício entre as competições. Em 1994, dadas as circunstâncias da época em que o Brasil não vencia uma Copa do Mundo, Romário foi alçado à condição de salvador da pátria. Guedes (1998) afirma que tanto Romário quanto os jornalistas corroboravam com a ideia de que ele seria erguido à condição de herói, ou melhor, de “herói salvador”.

A condição de salvador da pátria atribuída a Neymar era, de alguma forma, também validada por ele. Em 2016, preteriu a Copa América do Centenário, realizada nos Estados Unidos, para poder jogar pela seleção olímpica. Como a FIFA não reconhece os Jogos Olímpicos como uma competição oficial de seu calendário, os clubes não são obrigados a ceder os jogadores para essa competição. Neymar encarnava o discurso e se colocava como protagonista para a conquista da inédita medalha de ouro. Suas palavras o colocavam no caminho do mito do herói e pronto para realizar o percurso do herói – partida-realização-retorno (CAMPBELL, 1990). Enfim, estava preparado para o desafio: “Estou há um bom tempo na seleção e quero tirar essa responsabilidade das costas deles [companheiros] para deixá-los tranquilos e felizes para jogarem futebol. Eles são novos, mas sabemos da responsabilidade de levar o Brasil [ao sucesso] em casa na Olimpíada” (LEITE, 2016d).

Em sua coluna, Tostão (2016) chamava a atenção para o fato de que o Brasil poderia ganhar uma medalha no futebol olímpico, tanto masculino quanto feminino, mas dizia que a seleção masculina não era “favoritaça”. Apontava que a

101 Também existe em torno da figura de Neymar uma dimensão de celebridade. Quando a seleção brasileira masculina visitou a Vila Olímpica durante os Jogos Olímpicos, Neymar foi o mais assediado e tirou dezenas de fotografias com atletas, funcionários e voluntários. Conferir a reportagem de Ramos (2016).

maior parte da imprensa, incluindo-o nessa análise, tinha poucas informações sobre as seleções olímpicas, pois muitos jogadores ainda não eram titulares em suas equipes e/ou não atuavam em grandes clubes. Mas ressaltava que isso não era impeditivo de que as seleções pudessem ter excelentes jogadores. Em relação ao Brasil apontava uma certa tensão, embora sem fazer referência a essa palavra, entre o individual e coletivo. Mas essa condição poderia ser interpretada pelo modo como construiu seus argumentos: “Como Neymar é o craque e presidente do time, ele, como já acontece na seleção principal, talvez queira resolver tudo sozinho. [...] Micalle tem que ficar atento”. Para Tostão, o debate em torno do estilo de jogo passaria pela forma como o técnico Micalle entendia o futebol:

Receio que Micalle, um técnico atualizado, com novas ideias e entusiasmado, seja influenciado pelas opiniões saudosistas e desinformadas, que dão audiência, de que o “Brasil tem de resgatar a essência do futebol e voltar aos anos 1960”. O mundo e o futebol mudaram muito. O time precisa ousar, reinventar, sem deixar de ser organizado, equilibrado, disciplinado taticamente e moderno. Ainda bem que temos um técnico sensato (TOSTÃO, 2016, p. B4).

Kfourri (2016b) também seguiu seus argumentos nessa linha ao associar o estilo de jogo com as características do treinador brasileiro. Para o jornalista, o técnico Micalle, ao mostrar seu lado humano (repleto de dúvidas), acabava por seduzir a todos. Em relação ao estilo de jogo, Micalle era apresentado por Kfourri do seguinte modo: “[...] Rogério Micalle tem o hábito de fazer o que fala que fará ao defender uma volta às origens do futebol brasileiro. Pior: o time dele bota a teoria em prática [...]”.

Esse debate em torno das origens do futebol brasileiro leva-nos, inevitavelmente, ao estilo de jogo e com ele as representações em torno do futebol-arte e futebol-força. O que seria esse retorno às origens do futebol brasileiro?

Ao se falar em origem do futebol brasileiro acabamos por nos remeter a uma forma de jogo específica. Conforme aponta Toledo (2002, p. 66), “As formas de jogo revelam, em primeiro lugar, as diversas denominações das *escolas* [...]”. Daí que falar jogar à brasileira remete a uma representação compartilhada não somente entre os brasileiros mas pelos demais países. Do ponto de vista simbólico, ressalta Toledo, forma-se a expressão *forma-representação* que corresponderia a

uma terceira natureza¹⁰² do jogo. Desse modo, só é possível falar em escola, estilo e jeito de jogar se tal ideia for compartilhada e validada não só por quem produz o jogo de futebol como também por aqueles que fazem as análises de uma partida de futebol, seja a mídia especializada e/ou os torcedores.

A primeira rodada e o início da polarização do futebol masculino e feminino

Antes da estreia do futebol feminino, o jornal *O Estado de S. Paulo* destacou a história de uma atleta que participou dos Jogos de Atlanta 1996. A reportagem produzida a partir de uma entrevista com Marileia dos Santos (PEZZO, 2016), conhecida como Michael Jackson, vinculada na sessão *memória olímpica* cumpria a função de apresentar a atleta, seus feitos e a primeira participação brasileira no futebol olímpico que também estreava no torneio olímpico de Atlanta.

Na mesma edição do jornal, uma entrevista de Neymar (LEITE, 2016c) ocupava metade da página, enquanto a seleção feminina ficou com menos de um quarto da outra metade da página. Porém, a comparação entre a seleção masculina e feminina se estabelecia:

Envolta em polêmicas fora de campo e com desempenho pífio nos gramados, a seleção masculina sofre intensa pressão para conquistar o ouro olímpico. Sem os mesmos holofotes, a equipe feminina espera contar com o apoio massivo da torcida em busca de seu primeiro título de maior relevância, mas diz estar preparada caso isso não aconteça (DOLZAN e GARCIA, 2016, H7).

A *Folha de S. Paulo* não deu muito destaque para a entrevista de Neymar. A reportagem de Rangel (2016a) apenas pontuou a resposta do jogador, que se mostrou irritado com um jornalista sobre a pergunta se ele frequentava festas. Neymar respondeu que frequentava e que ao estar em campo buscava ter seu máximo rendimento. O foco da reportagem foi o levantamento sobre o nível de escolaridade dos jogadores. Novamente o destaque é para o universo do futebol masculino, e

102 Para o autor, a primeira natureza seriam as regras que definem a atividade como esporte. A segunda natureza seriam as *formas* de jogo.

as jogadoras da seleção feminina não são mencionadas. Os dados para se pensar a escolaridade indicavam que 77,7% (ou 14 dos 18 convocados) haviam concluído o ensino médio. Dos quatro restantes, três chegaram ao terceiro ano do ensino médio, mas não finalizaram a escolarização (Neymar, Felipe Anderson e Wallace) e um concluiu o Ensino Fundamental (Douglas Santos).

O amistoso preparatório da seleção masculina de futebol contra o Japão ganhou o destaque em ambos os jornais. A goleada sofrida na Copa de 2014 para a Alemanha, no famoso 7 a 1, e o grito “Uh, é 7 a 1; uh é 7 a 1” entoado pelos torcedores em Goiânia demonstravam o descrédito com a seleção brasileira de futebol (LEITE, 2016d).

Enquanto os torcedores lembravam o vexame em outra competição, o técnico Micale assumia um tom populista de que seu time estava “preocupado com o nosso povo”. O repúdio à corrupção que tomava conta do noticiário político do país encontrava no discurso de Micale o tom de aproximação entre futebol e política. Porém, sua promessa de futebol ofensivo e de “jogar pelo povo” não ia além de uma retórica articulação que poderia render ao futebol a pecha de ópio do povo. Nas palavras de Micale: “Nós, que temos oportunidade numa competição com tantas atenções, podemos falar ao nosso povo sem palavras, com trabalho nos pés. Aqui, existem homens comprometidos, sensíveis ao que acontece no Brasil, com repúdio muito grande à corrupção” (RANGEL, 2016b, p. B6).

No único amistoso preparatório da equipe masculina, a vitória por 2 a 0 sobre o Japão ficou em segundo plano com o corte, por contusão, do goleiro Fernando Prass (RANGEL, 2016c). Diante do enredo que se constituía em torno da seleção masculina, os jornais pesquisados praticamente esqueciam que haveria uma seleção feminina brasileira no torneio de futebol. Neymar dominava as atenções e era visto como a esperança de conquistar o título que o Brasil não tinha. O colunista Antero Greco, do jornal *O Estado de S. Paulo*, foi o primeiro a tratar do futebol olímpico. Sua crítica centrava-se em uma “obsessão meio besta de um país que tem cinco títulos mundiais no profissional, que no fundo é o que conta e interessa”. Esse favoritismo da seleção poderia ser quebrado por alguma “zebra” que aparecesse pelo caminho ou da possibilidade de se repetir um vexame como o do jogo contra a Alemanha na Copa do Mundo.

A medida do argumento de Antero não era o torneio olímpico, pelo contrário, suas referências apontavam para a Copa do Mundo. O temor naquele momento era a sexta colocação que a seleção principal ocupava nas Eliminatórias para a Copa da Rússia de 2018. A sua esperança era que a qualidade dos jogadores convocados pudesse inspirar uma mudança no futebol brasileiro, enfim, seria a chance de superar

o vexame da Copa de 2014 e das eliminações na Copa América, mas para isso acontecer era preciso “condensar-se na possibilidade de vermos um grupo que jogue bem, bonito, que estimule as fantasias para a Copa de 18” (GRECO, 2016a, p. H2).

Aos poucos o futebol passou a ocupar as colunas dos demais jornalistas. A desconvoação de Prass foi destaque das colunas de Antero Greco (2016b) e de Calçade (2016a), o qual, diferentemente do discurso de a competição olímpica ser menor, indicava que Prass sofreria com o corte porque havia sido sua primeira chance na seleção brasileira. Diferentemente dos anteriores, o colunista Paulo Vinícius Coelho (2016), o PVC, não falou sobre o corte de Prass e buscava decifrar a tática que a seleção brasileira masculina usaria.

O futebol feminino passou a ser notícia poucos dias antes da estreia da seleção nos Jogos Olímpicos. O destaque centrava-se no experiente técnico Vadão. Embora tenha destacado a preparação da seleção feminina mostrava-se cético com uma reviravolta no futebol feminino:

Vamos supor que ganhemos a medalha de ouro para dar um grande impulso à modalidade. No dia seguinte vai ter futebol feminino nas escolas? No dia seguinte, as prefeituras vão decidir fazer escolinhas de futebol feminino? O que nos falta é isso, é o incentivo social. Nós não podemos jogar futebol feminino no Brasil. Temos poucas equipes que jogam, não temos foco. Se cada prefeitura pegasse o mesmo professor que dá aula no masculino e colocasse no feminino, nós teríamos hoje um Brasil muito mais forte (GRELLET, 2016, p. H7).

Entre os colunistas, foi Juca Kfourri (2016a) quem primeiro tratou do futebol feminino. Para Kfourri, o desafio das mulheres era maior do que os homens porque na competição do futebol olímpico feminino estariam representadas as melhores seleções do mundo e sem restrição de idade, como acontecia com o masculino. Apontava também que ambas as seleções já haviam disputado finais olímpicas, mas foram derrotadas. Faltava, portanto, para o futebol masculino e feminino do Brasil a conquista da medalha de ouro.

A estreia com vitória da seleção feminina contra a China (3 a 0) dividiu os comentários das reportagens com os problemas que aconteceram no estádio. Os problemas mais diversos (portão sem chave, latas de lixo que não estavam prontas para o uso, internet com problemas e jornalistas presos em elevador) foram

tratados com destaque junto ao resultado positivo da seleção feminina brasileira (GRELLET, DOLZAN e TORRES, 2016; RIZZO, 2016c).

O foco da estreia da seleção masculina foi dividida em dois elementos: a presença de Neymar como o único astro do torneio olímpico de futebol (LEITE, 2016e) e como a grande chance de a seleção conquistar o ouro (RANGEL, 2016d). A conquista da medalha de ouro era apresentada como uma meta pessoal de Neymar. Novamente as narrativas apontavam para a construção de um herói. Ele estaria preparado para tal tarefa. Tendo falhado quatro anos antes quando o Brasil perdeu para o México a final dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, o próprio Neymar entendia que estava em um melhor momento, mais maduro e experiente. Enfim, pronto para atender ao chamado:

Mudei muito de 2012 para cá. Tive erros nesses anos, mas vamos aprendendo, crescendo, tenho a certeza de que mudei bastante. No meu jeito de jogar, em tudo. Eu jogava no Santos não estava entre os melhores do mundo, na temporada passada eu fiquei. Aprendi outra filosofia de jogo, agreguei coisas às minhas qualidades (LEITE, 2016, p. H1).

A recompensa de Neymar pelo feito era vista não só pela conquista da inédita medalha de ouro, mas, seria também, uma oportunidade para concorrer à Bola de Ouro. Esse prêmio concedido pela FIFA elege o melhor jogador do mundo – condição buscada por Neymar desde que chegou à Europa em 2013. A dimensão coletiva de Neymar dentro da equipe era constantemente suplantada pela sua trajetória individual.

O empate sem gols da seleção masculina contra a África do Sul contrastava com os prognósticos de que o torneio seria fácil. As manchetes eram a síntese de que o sucesso havia sido trocado por uma realidade menos glamorosa. “Frustrante” (LEITE, 2016f) e “decepção” (RANGEL e AMORA, 2016) foram as manchetes para buscar entender como que uma seleção candidata ao título não conseguira vencer uma seleção inferior e que contou com um jogador a menos durante boa parte do segundo tempo. Neymar assumindo sua condição de protagonista também se apresentou para justificar o insucesso da estreia: “Tivemos mais de não sei quantas Olimpíadas em que tentaram [o título] e ninguém conseguiu. Isso aqui não é fácil. Não vamos chegar aqui, pegar o ouro e levar para casa. Temos de jogar futebol” (RANGEL e AMORA, 2016).

A estreia da seleção de futebol masculina, além de ter mais páginas na cobertura de ambos os jornais, também foi analisada pelos colunistas. Para Antero Greco (2016c), o resultado da estreia era o sintomático retrato do futebol brasileiro. Seu argumento era de que:

[...] o Brasil vive anormalidade – e não é de agora. Já faz tempo que se depara com uma crise de identidade num esporte no qual durante meio século, no mínimo, carregou a fama de ser o melhor do planeta. [...]. Num raciocínio esquemático e ilustrativo, ela não joga nem à brasileira (se assim se entender o estilo solto, com base funda em criatividade e ginga), nem à europeia (como sinônimo de aplicação e disciplina tática rígidas). É um lusco fusco, em que sombras prevalecem e no qual frustrações se acumulam.

Completava ainda com a marca do futebol brasileiro nos Jogos Olímpicos: a desorganização e atrelada a ela a ausência de um “projeto olímpico”. Existia a reunião de jogadores para conquistar a inédita medalha de ouro, que, conforme ressaltava Greco, seria o nosso mantra.

Paulo Vinícius Coelho (2016b) apontava para a bipolaridade dos discursos em relação à seleção. A derrota na Copa América indicava uma geração sem craques. Em que pese o discurso de senso comum nessas análises, conforme ele mesmo aponta, a euforia passou a fazer parte quando nos deparamos com as ideias de Micale em relação a sua intenção de “[...] revigorar o estilo mais encantador que vimos nas seleções do passado”.

Tanto Antero Greco quanto Paulo Vinícius Coelho centraram suas análises na crise de identidade da seleção brasileira. Essa crise, produtora de resultados pífios da seleção, frequentemente sintetizados pela derrota por 7 a 1 para a Alemanha, trouxe para o debate o estilo de jogo brasileiro. Ainda seria possível falar em estilo de jogo? Uma seleção que treina pouco conseguiria desenvolver um estilo de jogo? Teria a seleção brasileira perdido seu status de referência e se transformado em uma seleção comum?

Para responder a essas perguntas é preciso entender como surge o debate sobre o estilo de jogo. O estilo de jogo serve para demarcar e, muitas vezes, opor visões sobre o futebol. Isso faz com que esteja presente a ideia de ruptura (DAMO, 2002). O problema da ruptura foi a produção de binarismos. Os elementos que compõem o futebol-arte se contrapõem aos que representam o futebol-força.

A origem do futebol brasileiro como sendo sinônimo de futebol-arte pode ser atribuída à análise feita por Gilberto Freyre por ocasião da Copa de 1938 (BARRETO, 2004; MARANHÃO, 2006) e depois reforçada no prefácio do livro de Mário Filho (2003). Sua classificação tinha como estrutura a oposição. De um lado estaria o futebol brasileiro marcadamente dionisíaco, mais individualista e artístico, e de outro o futebol europeu, caracterizado como apolíneo, mais racional e formal.

A crise de identidade da qual os jornalistas discutem já era apontada por Soares e Lovisoló (2011), quando entendiam que o mundo globalizado afetava também o futebol e como consequência as equipes utilizavam modelos semelhantes de jogo. Por isso, as classificações que geravam uma estrutura binária não explicam por completo os modelos de jogo. Devemos pensar o estilo de jogo como sendo uma mescla desses elementos (GIGLIO, 2005) que em algum momento certas características ficam em primeiro plano e acabam por determinar em qual lado do estilo estará enquadrado o modo de jogar de um time ou seleção. O debate promovido especialmente pelos colunistas dos jornais acerca do estilo de jogo ou de uma análise tática do modo de jogar esteve centrado somente na seleção masculina. O ocultamento dessa dimensão para o futebol feminino é como se o colocasse em outro lugar quando se pensa o futebol e, portanto, como algo distinto daquilo que os homens praticam.

Segunda rodada ou expectativa à flor da pele

O empate sem gols da seleção masculina em sua estreia contra a África do Sul aumentou a expectativa para a rodada seguinte. O Iraque foi apresentado pela imprensa como o mais fraco do grupo, apesar de o técnico Micale afirmar que era bom respeitar o Iraque (KFOURI, 2016c). Vencer era obrigação (LEITE, 2016g), e uma derrota seria considerada como a pior campanha desde os Jogos de Munique 1972 (RIZZO, 2016d).

Em sua coluna, Tostão (2016b, p. B4) analisou como seriam construídos os discursos em torno da seleção brasileira masculina caso conquistasse o ouro ou caso não conquistasse. O risco da conquista poderia produzir, segundo ele, um discurso da imprensa de que “houve o renascimento da magia brasileira”, enquanto na decepção as falhas apresentadas na primeira partida, especialmente, em relação ao excesso de individualismo. De certa forma, Tostão retomava o discurso do estilo de jogo na tentativa de avançar para além do binômio futebol-arte/futebol-

força. Não bastava apenas ter vários atacantes na equipe, considerava necessário “[...] unir o drible e o passe, a ousadia e a lucidez, o talento individual e o coletivo”.

A perda da identidade do futebol nacional tinha como marco simbólico a derrota na Copa de 2014 para a Alemanha. Para Kfoury (2016c), o respeito que a camisa amarelinha impunha foi enterrado no gramado pela seleção alemã. Apesar de tudo, apontava que o Brasil continuava como favorito, porque jogar em casa e ter o futebol como um dos elementos de quem somos nós ainda poderia nos colocar como referência nessa modalidade.

O contraponto à seleção masculina não vinha das outras seleções que estavam na disputa. Ela começou a ser construída quando a seleção feminina venceu a Suécia por 5 a 1 pela segunda rodada¹⁰³. O protagonismo de Marta foi materializado pela torcida por meio de uma comparação com Neymar: “Ah, Marta é melhor que Neymar! Marta é melhor que Neymar! (RIZZO, 2016e).

O segundo empate sem gols da seleção masculina, agora contra o Iraque, confirmou o pior início de uma seleção olímpica nacional desde os Jogos de Munique em 1972. A torcida pedia a entrada de Marta para possibilitar um aumento de qualidade do jogo da equipe masculina. Seu nome foi entoado nas arquibancadas do estádio Mané Garrincha, em Brasília, “Olê, olê, olá, Marta! Marta!” (LEITE, 2016i). A seleção feminina, com duas vitórias em dois jogos, já havia garantido a classificação, enquanto a masculina agonizava sem conseguir marcar gols (RANGEL e AMORA, 2016b).

Paulo Calçade e Paulo Vinícius Coelho analisaram o desempenho da seleção masculina no torneio e não fugiram dos debates que ganhavam força naquele momento. Calçade (2016b, p. H9) argumentava a respeito do atraso no qual o futebol brasileiro se encontrava. Pautado em uma lógica que outrora havia sido o grande diferencial nacional, condenava o individualismo materializado por meio da “condição técnica que sempre nos distinguiu do resto [...]” ao mesmo tempo em que via algo de interessante nessa situação, “[...] a necessidade de começarmos, embora tardiamente, a reconhecer que a composição do jogo não se restringe apenas a recursos individuais”. Seu argumento de que a tática e preparação deveriam caminhar juntas com a técnica também serviam para criticar os “boleiros” que ocupam os espaços no futebol profissional, afastando pessoas com formação acadêmica desses locais. Já Paulo Vinícius Coelho (2016c) utilizou-se dos ícones de cada seleção, Neymar e Marta, para traçar um paralelo entre as duas equipes. Para o jornalista,

103 O jornal *O Estado de S. Paulo* não produziu reportagem sobre essa vitória.

A seleção olímpica tem um craque e não tem jogo coletivo. Não consegue vencer nem o Iraque. O grande contraponto entre o futebol dos meninos e das meninas é este. Não se trata de dizer que os garotos usam salto alto enquanto as garotas vestem sandálias da humildade. [...] Só que salário não tem a ver com isso... Vontade também não tem... o pecado do futebol brasileiro olímpico é o mesmo da seleção principal há seis anos. Não há trabalho planejado, sequência de treinadores e equipes.

O próprio PVC relativizou seu comentário “Não consegue vencer nem o Iraque” ao indicar que muitos dos jogadores dessa seleção haviam disputado o mundial da categoria chegando até a semifinal. O ponto da crítica de fato não era esse. Em suas palavras, o que se via em campo nada mais era do que as consequências do planejamento. Enquanto na seleção feminina o técnico Vадão conhecia as suas jogadoras e havia disputado muitas partidas com elas, o técnico Micale, do masculino, havia feito poucos jogos, exatamente pela falta de planejamento da CBF, que naquele momento havia demitido há pouco tempo o técnico Dunga da seleção principal.

Terceira rodada ou o futebol brasileiro no torneio olímpico vive momentos distintos

O que parecia ser obrigação tornava-se a cada empate um martírio para a seleção masculina. Tudo se potencializava com as vitórias conquistadas pela seleção feminina. Se alguma seleção de futebol possuía ou jogava de acordo com o estilo à brasileira era a equipe feminina, e não a masculina. Marta era alçada à condição de heroína, e Neymar passava para um segundo plano. Ainda não era o vilão, pois haveria a última partida da primeira fase. Caso fossem derrotados pela Dinamarca Neymar seria posto nessa condição.

As dúvidas em torno de sua capacidade de jogo na seleção brasileira bem como a ameaça em perder a sua condição de capitão da seleção principal (LEITE, 2016h) eram debatidas em meio à pressão para que o Brasil jogasse bem, convencesse e conquistasse a medalha de ouro. Do outro lado, a seleção feminina – já classificada para a fase seguinte – não se abalava com a ausência da jogadora Cristiane (devido a dores musculares), ela que era apontada como uma das principais atletas ao lado de Marta (TORRES, 2016).

Para o jornalista Juca Kfourri (2016d), uma não classificação do futebol masculino representaria mais um dos insucessos dos gestores da CBF. Uma possível não classificação para a Copa da Rússia (Brasil não vinha bem nas Eliminatórias) seria, em seu entender, o auge da incompetência da entidade. Porém, diferentemente do que vinha sendo o mote das comparações, Kfourri buscava dissociar Neymar de Marta. Assim argumentava:

[A seleção feminina] Que virou parâmetro injusto para fustigar Neymar e companhia, principalmente ao fazer emergir o nome de Marta em Brasília quando ela já estava em Manaus [...]. Marta não gosta de ser comparada a Neymar. Porque sabe que o futebol entre as mulheres não tem nada a ver com o dos homens e, além de tudo, afinal, ela é que foi eleita cinco vezes a número 1 do mundo, razão mais do que suficiente para ser incomparável.

Kfourri tomou Neymar e Marta para reforçar que o futebol masculino e feminino são distintos entre si. Apesar disso, a *Folha* publicou logo abaixo de sua coluna uma comparação dos salários dos jogadores com os das jogadoras da seleção (SETO, 2016a). Se não caberia a comparação por serem mundos diferentes, o debate sobre os salários somente serviria para reforçar essas diferenças.

A terceira rodada para a seleção feminina terminou com um empate sem gols contra a África do Sul. Com a classificação garantida o técnico Vadão resolveu poupar suas principais jogadoras (Cristiane, Marta e Formiga). Delas, somente Marta entrou no decorrer da partida, mas não conseguiu levar o Brasil à vitória (RODRIGUES e PONTES, 2016).

No entanto, pelas circunstâncias dessa última partida, o resultado em si ficou em segundo plano, ganhando destaque nas redes sociais uma camisa da seleção brasileira vestida por um menino. Ele havia riscado o nome de Neymar e escreveu abaixo dele o nome de Marta com um coração pintado em vermelho. “Em vídeo no Instagram, o garoto diz que o time feminino é ‘símbolo do feminismo no Brasil’ e que Marta ‘merece essa camisa muito mais do que Neymar” (KLÜCHER, 2016). A sua camisa representava a valorização do futebol feminino diante do masculino por parte da torcida.

Antes da derradeira partida contra a Dinamarca, Tostão voltava suas análises para entender a estrutura do futebol brasileiro que o colocava naquela condição. Para ele, o ciclo de derrotas da seleção brasileira havia começado na Copa de 2006

e poderia terminar com a não classificação para a Copa de 2018. Entre esse período listava os insucessos nas Copas, na Copa América, o 7 a 1 de 2014 e as dificuldades olímpicas. Porém, voltava sua análise para o estilo de jogo da seleção:

O time corre demais com a bola, dribla demais e tem pressa demais para chegar ao gol. Isso se tornou, com o tempo, uma característica do futebol brasileiro. Não é por culpa de Micale, como não era de Dunga. Dizer que falta comprometimento, comentário sempre presente nas derrotas, simplifica demais e mediatiza as razões de nossa complexa queda (TOSTÃO, 2016c, p. H10).

Antero Greco se posicionava contra a blindagem que a seleção produzia. Não concordava com os argumentos de Micale em relação às críticas que Neymar recebia. Para o treinador, a torcida precisava tratá-lo com carinho para que não desistisse da seleção: “O Neymar quis estar na Olimpíada e volto a dizer: ele assumiu uma situação e é muito cobrado por isso. Mas ele tem 24 anos. Temos de refletir sobre isso” (LEITE, 2016j, p. H3).

O fato é que Neymar era o candidato a craque daquele time, e os argumentos do técnico Micale eram compreensíveis apenas no sentido de preservar seus jogadores. Porém, questionar a pressão sofrida pela seleção brasileira era como estivesse desconectado com a história recente da seleção, dos maus resultados e do desempenho abaixo do esperado pela seleção olímpica. Em que pese a falta de treinos, algo sabido por todos os envolvidos na comissão técnica da seleção, tudo parecia soar como uma desculpa para o insucesso.

Neymar e muitos outros jogadores talentosos dessa seleção olímpica carregavam os atributos do estilo de jogo à brasileira, mas diante dos insucessos e da pressão não lidaram bem com as situações. Para Greco (2016d, p. H3), “O camisa 10 é o principal nome do grupo, recebeu a tarja de capitão, concentra esperanças de algo fora do comum, porém tem ficado aquém da expectativa. Para piorar, fecha a cara e age como menino mimado”.

A vitória por goleada e a classificação em primeiro lugar do grupo concretizou o que se esperava da seleção masculina: Neymar tendo atitude coletiva durante a partida e com o Brasil tendo uma proposta ofensiva (LEITE, 2016k). Tudo isso foi recompensado pela atitude da torcida que gritou o seu nome, algo que ainda não havia acontecido e esqueceu Marta (RANGEL e PITOMBO, 2016).

A crítica dos cronistas também cedeu lugar ao elogio. Juca Kfoury (2016e) apontava a qualidade do gramado de Salvador ser muito superior ao de Brasília e isso, em sua opinião, se manifestou pela qualidade do futebol praticado pelo Brasil. Para Kfoury (2016e, p. B6), “A seleção olímpica apenas cumpria com a sua obrigação, mas, justiça seja feita, cumpria com graça e dava prazer de ver”.

A coluna de Paulo Vinícius Coelho (2016d) argumentava que existia uma falsa obsessão pela conquista da medalha de ouro por parte do Brasil. Seu principal argumento era de que o planejamento negligente em relação ao futebol olímpico por parte do Brasil era a prova de que o ouro não foi, ao longo da história, tão importante assim.

Em sua análise apresentou um panorama dos ciclos olímpicos em relação ao futebol ¹⁰⁴. Certamente a superficialidade de algumas informações foi produzida pela falta de um espaço maior para o desenvolvimento das ideias. Apesar disso, desenvolvia um argumento interessante quando apresentou o futebol olímpico após 1992, época em quando foi implementada a restrição de idade. Para o jornalista, a Argentina conquistou duas medalhas de ouro nesse período porque entendeu “[...] o ciclo olímpico como resultado final de dos dois mundiais sub-20 anteriores. Colocini, Ayala, Mascherano e D’Alessandro foram campeões mundiais de juniores e olímpicos, numa sequência de trabalho que levou ao primeiro ouro”.

A ideia que sustenta essa análise não está no argumento de PVC. Ela faz parte da lógica que a FIFA implementou a partir dos anos 1980 para colocar o futebol olímpico como uma etapa de um cronograma futebolístico baseado em uma escala de competições que tinha em seu topo a Copa do Mundo (GIGLIO, 2013; 2016).

Complexo de vira-latas?

Em um jogo de espelhos, as seleções masculina e feminina do Brasil começavam a trocar de lugar durante os Jogos Olímpicos. Se o início da seleção feminina havia sido avassalador, fazendo oito gols em dois jogos e garantindo a classificação antecipada em seu grupo, por outro lado, a sequência de partidas gerou uma certa apreensão, especialmente, pela falta de gols. Já a masculina, que havia partido de

104 Em sua coluna seguinte, o jornalista, emitiu uma errata a respeito de uma informação sobre campeões mundiais que não tinham a medalha de ouro olímpica. Conferir Coelho (2016e).

dois empates sem gols, tinha conseguido seguir outro rumo ao se classificar na última rodada aplicando uma goleada.

Enfim, as expectativas em relação a cada seleção eram atualizadas a cada partida. A seleção feminina entrou em campo um dia antes da masculina para definir seu futuro na competição. A partida contra a Austrália representaria o salto necessário para colocar a seleção feminina em outro patamar no futebol mundial.

A euforia pelo excelente desempenho que a equipe teve no início do torneio foi substituída pelos gritos de “eu acredito” por parte torcida quando a decisão foi para os pênaltis após um novo empate sem gols (MARQUES, 2016). A única cobrança da seleção brasileira não convertida foi da jogadora Marta (defendida pela goleira australiana). Embora tenha perdido o pênalti, o Brasil avançou porque a goleira Bárbara defendeu duas penalidades. A alegria de Marta se misturava com uma decepção pelo erro que a poderia ter levado da condição de heroína à de vilã. Segundo ela, “Eu não queria ser protagonista disso [uma derrota], e deixei para a Bárbara brilhar”¹⁰⁵. Sem marcar gols, a seleção feminina avançava para a semifinal.

Pelo lado masculino o confronto seria contra a Colômbia, e as referências ao que havia acontecido em partidas anteriores apareceram nas reportagens¹⁰⁶. Ambas as seleções haviam se enfrentado pelas quartas-de-final da Copa de 2014. Naquela ocasião, apesar de o Brasil ter vencido, Neymar se machucou e ficou fora do restante da competição (RANGEL, 2016c). O discurso apresentado foi que o Brasil deveria evitar as provocações dos jogadores colombianos, especialmente em torno de Neymar, mesmo que o atleta fosse dúvida para a partida porque havia sofrido uma entorse no tornozelo durante a partida contra a Dinamarca (LEITE, 2016l).

A tensão esperada antes da partida se concretizou durante o jogo. Neymar foi o alvo predileto dos colombianos. Sofreu inúmeras faltas e em alguns momentos revidou as entradas mais fortes dos adversários. A síntese do jogo foi dada por Micalé, que avaliou o desempenho do time e o contexto da partida: “Nossa equipe soube sofrer. Teve equilíbrio. Não entramos em provocação. Foi jogo com cara de Libertadores da América” (RANGEL, SETO e COSENZO, 2016, p. B2).

105 Marta perde pênalti, mas Brasil vai à semi. *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 2016, p. H4. Reportagem sem autor.

106 O jornal *O Estado de S. Paulo* não noticiou a vitória do Brasil sobre a Colômbia. A partida realizada no sábado às 22h não gerou alteração do fechamento do jornal no fim de semana. Desse modo, somente a *Folha de S. Paulo* produziu notícias sobre o jogo.

A coluna de Juca Kfourri (2016f, p. B4) pontuava o sucesso do futebol masculino diante das derrotas no vôlei de praia e basquetebol, ambos masculinos. Sua análise não se referia à vitória contra a Colômbia e tampouco ao jogo da semifinal contra Honduras. Sua proposta era pensar em uma possível final contra a Alemanha. Em suas palavras:

Quando a seleção olímpica entrou em campo, já sabia que, se passasse pela Colômbia, enfrentaria Honduras pelas semifinais, no Maracanã. Melhor: que havia a possibilidade de encontrar a Alemanha na final. Vingar o 7 a 1 não vingaria, mas, digamos, o jogo despertaria um interesse adicional, ainda mais para Neymar, que não esteve no Mineirão no fatídico 8 de julho de 2014. OK, não há como comparar uma goleada em semifinal de Copa do Mundo com um jogo de Olimpíada, mesmo que a finalíssima.

A dimensão entre as competições colocava algum impedimento na análise, no sentido de que uma vitória em outro contexto não apaga o que aconteceu no passado. De fato, isso é impossível de acontecer. Mas a relação de comparação, de rememorar o passado e projetar um diálogo com o futuro, fornece elementos para entender como funciona o jornalismo e, em especial, o jornalismo esportivo.

Para Paulo Calçade (2016c), houve uma mudança radical no modo de jogar da seleção brasileira ao longo do torneio. Depois da decepção das primeiras partidas, o bom futebol apresentado nas vitórias contra a Dinamarca e Colômbia era creditado à entrada de dois jogadores: Wallace e Luan, ambos pertencentes ao Grêmio. A presença deles, na análise de Calçade, permitiu que Neymar e Gabriel Jesus desempenhassem outras funções em campo, e isso teria possibilitado uma melhora no modo como a seleção jogava.

O posicionamento da seleção em campo também foi tema da análise de Paulo Vinícius Coelho (2016e). Para o jornalista, ao acertar o posicionamento, a seleção passou a jogar mais compacta e com maior liberdade a Neymar, que não teria que participar ativamente da marcação do adversário.

Juca Kfourri (2016g, p. B6) recorreu à expressão “complexo de vira-latas” para analisar as decisões que as seleções nacionais teriam pela frente. Reproduziu em sua coluna boa parte do texto escrito por Nelson Rodrigues sobre o complexo de vira-latas que assolava a seleção nacional de futebol, especialmente em relação ao resto do mundo. Kfourri tomava como ponto de partida a crônica de Rodrigues e

pontuava que o Brasil precisava ser confiante “[...] sem se julgar inferior às suecas nem superior aos hondurenhos, por mais que, paradoxalmente, as primeiras tenham sido derrotadas por 5 a 1 na primeira fase olímpica, e os segundos, na Copa América de 2001, tenham vencido a seleção de Felipão por 2 a 0”.

Embora apresentado de forma antagônica, o argumento de Kfoury versava sobre a soberba que as seleções nacionais poderiam ter na partida da semifinal. No caso feminino, apesar de saber das qualidades das suecas, a seleção havia aplicado uma goleada na primeira fase fato que a colocaria na condição de favorita enquanto a masculina seria considerada superior ao selecionado hondurenho pelo histórico que cada seleção possuía em termos de representatividade no mundo do futebol.

É fato que a seleção feminina reencontraria a Suécia em uma situação distinta da primeira fase. Naquela partida, com a equipe completa, a seleção brasileira conseguiu impor o seu jogo. Era como se naquela partida tivesse atingido o ápice de sua preparação e nas seguintes a queda de rendimento foi visível. Assim, enfrentar a Suécia representaria um novo desafio potencializado pelo desencontro de informações acerca da presença da atacante Cristiane, considerada ao lado de Marta uma das principais jogadoras da equipe. Enquanto a reportagem de Vettorazzo (2016) a colocava como dúvida a de Torres (2016b) a apresentava como recuperada da lesão muscular. Marta, por sua vez, mostrava-se consciente da potencialidade das suecas: “Não podemos cair na armadilha de achar que será fácil. As suecas eliminaram as americanas. É um novo jogo. Agora, é matar ou morrer” (TORRES, 2016c).

O terceiro empate sem gols levou o Brasil a decidir a vaga, pela segunda vez seguida, nos pênaltis. Dessa vez, Marta converteu sua cobrança, mas a goleira sueca defendeu duas penalidades de Cristiane e Andressinha (MARIANTE, 2016). Diante da impossibilidade de disputar a terceira final olímpica, a seleção brasileira ainda teria a chance de conquistar a medalha de bronze. Mesmo com a derrota, Marta procurava o discurso otimista para manter o foco na competição: “Nada vai tirar o brilho do trabalho que a gente fez durante esse período. Temos a briga pelo bronze” (PITA e CAMPOS, 2016, p. H9).

A reportagem de Mariante (2016, p. B4) estabelecia a relação entre o futebol masculino e feminino para explorar um problema estrutural: “Se o país do futebol está em baixa no masculino, tem um problema mais complicado para resolver no feminino”. O fato é que essa derrota decretou o fim de um ciclo de algumas jogadoras brasileiras, entre elas, de Formiga. Essa transição de gerações acentuava-se negativamente pelo fato do Brasil, até aquele momento, não possuir um campeonato de futebol estruturado para mulheres.

A coluna de Tostão (2016d) fez apenas uma menção à derrota da seleção feminina nos pênaltis e centrou sua análise no modo como a seleção masculina começou o torneio – com quatro atacantes – e como a redução para dois atacantes melhorou a forma de o Brasil jogar. O futebol olímpico masculino ainda dividiu espaço com o Campeonato Brasileiro. Enfim, o olhar e interesse de Tostão não estavam voltados para além do futebol masculino.

Para além do resultado em si, afinal ganhar ou perder faz parte do jogo, a coluna de Antero Greco (2016e, p. H3) centrava-se em uma questão estrutural da sociedade brasileira: o preconceito. Após a desclassificação o jornalista recuperou alguma das mensagens que circularam nas redes sociais:

‘Está no DNA delas serem perdedoras’, ‘Não fizeram gols em três jogos e ninguém criticou, ao contrário do que aconteceu com os rapazes’, ‘Elas não produziram, então não há o que lamentar’. Reação de torcedor é assim mesmo, não há como cobrar coerência dele. A passagem do paraíso do incentivo para o inferno da crítica ocorre num piscar de olhos. A frustração prevalece, num momento desses, e o sujeito corre para o computador ou o celular para desabafar e lavar a alma. Pouco importa se tem lógica ou não; tanto faz se queima trabalho e reputações. [...] Noves fora o desejo de vê-las no alto do pódio, pela simpatia, pelo empenho e pela persistência, a realidade, descalçada das chuteiras, é cruel: o futebol feminino não existe no Brasil como atividade regular, porque é produto que não vende, diante da concorrência com o masculino.

De maneira rápida, a análise de Kfourri (2016h, p. B6) seguia as pistas para mostrar como houve uma mudança de atitude em relação aos homens e mulheres no futebol olímpico. Para ele, “Os patinhos feios, os rapazes, viraram cisnes, e as meninas, coitadas, agora são chamadas de amarelonas”. Essa dinâmica à qual se referia Kfourri da troca de papéis nada mais era do que “voltar à normalidade”. Em uma sociedade machista como a brasileira o futebol é, frequentemente, associado ao público masculino e não ao feminino. O excelente desempenho das mulheres em um período da competição foi potencializado pelo insucesso dos homens. Porém, essa condição se alterou e as mulheres não conquistaram uma medalha. Conforme ressalta Goellner (2005), o sucesso das mulheres na prática esportiva poderia colocar em xeque o discurso das diferenças naturais. No caso do futebol

olímpico, a derrota feminina acabava por colocar em “seus devidos lugares” ao menos via o discurso apresentado por Greco (2016e) e Kfoury (2016h), afinal, o futebol feminino não possuía estrutura interna de treinamento e calendário.

Enquanto a seleção feminina teria que disputar a medalha de bronze, a masculina cumpria as expectativas de que chegaria à final. Venceu a seleção de Honduras por 6 a 0, e o debate sobre o estabelecimento de um padrão de jogo sumia a cada partida.

A final seria disputada contra a Alemanha. Se o roteiro da jornada brasileira no futebol masculino começou com o drama diante da falta de gols, chegar à final e ainda jogar contra o seu algoz da última Copa do Mundo representaria, de algum modo, a resolução de algumas pendências do passado. Ao menos essa ideia estava na manchete da capa do caderno Olimpíada do jornal *O Estado de S. Paulo*. Com uma foto de Neymar superando o goleiro hondurenho para fazer um de seus gols na partida, a manchete colocada sob a foto buscava, por meio de uma onomatopeia, reproduzir o grito da torcida durante a semifinal: “‘Ô Alemanha, pode esperar’: seleção goleia Honduras e busca ouro inédito; torcida espera revanche dos 7 a 1 da Copa” (*O Estado de S. Paulo*, 18 de agosto de 2016, p. H1). Na reportagem do jornal era apresentado o restante da letra cantada pela torcida: “Ô Alemanha, pode esperar! A sua hora vai chegar”. Os jornais destacavam que a Alemanha e o Brasil chegavam à final com a mesma campanha, dois empates nos dois primeiros jogos e três vitórias na sequência (RANGEL, 2016e; 2016f), e que o Brasil ainda não havia sofrido gol (LEITE, 2016m).

A revanche pensada pela torcida foi imediatamente refutada pelo técnico da Alemanha, Horst Hrubesch: “Os 7 a 1 não têm nada a ver com meu time. Agora são novos jogadores, com novas oportunidades, que têm a chance de jogar uma final. É isso que tem de ser comemorado” (MARQUES, 2016a, p. H4). O jornal *Folha de S. Paulo* perguntou a dois de seus colunistas, Tostão e Paulo Vinícius Coelho, se consideravam a partida final contra a Alemanha como sendo uma revanche. Ambos refutavam essa análise:

Não tem nada a ver. Este é um torneio olímpico. A diferença técnica entre as seleções brasileiras olímpica e principal é muito pequena, ao contrário da Alemanha e de outros países que disputam a Olimpíada. A seleção alemã olímpica é formada por jovens desconhecidos. Por outro lado, a Olimpíada mostra que o Brasil continua produzindo muitos jogadores de talento (Tostão)

O destino reservou a final contra a Alemanha, e ela pode dar a medalha de ouro inédita. Não, não vai apagar os 7 a 1. Nada irá apagar. Mas pode ajudar a devolver o futebol à sua rotina, e a história mostra que Brasil x Alemanha sempre teve equilíbrio. Fazer jogo difícil, como deve ser no sábado, devolverá a noção de que o mundo não acabou e o futebol voltará à sua rotina após um dia absolutamente normal (PVC)¹⁰⁷

Os argumentos utilizados pelos colunistas e destacados pelo próprio jornal refletiam o contexto no qual estava inserido o futebol olímpico. Para Tostão, era um espaço de jogadores desconhecidos e, portanto, menor. Sua análise contrastava com os argumentos que haviam surgido por ocasião da derrota para a Alemanha na Copa de 2014 de que havia uma geração sem atletas talentosos. PVC, por sua vez, pontuava que uma conquista não seria capaz de apagar o vexame do passado. De fato, apesar de a partida ser no Brasil e ter a Alemanha como adversária, todo o restante era diferente, passando pelos jogadores, técnicos e contexto.

A cor da medalha

A disputa da medalha de bronze pela seleção feminina foi contra o Canadá. Nas palavras do técnico Vadão, a pior parte da ressaca da desclassificação havia passado e prometia uma equipe comprometida para conquistar a medalha de ouro. O apoio da torcida também era apontado como um fator de motivação (BATISTA, 2016). Se a conquista da medalha representava o presente em relação à seleção feminina, o temor maior referia-se ao seu futuro. A reposição de atletas era apontada por Vadão como um dos principais problemas pelo fato de que existiam poucas atletas brasileiras em atividade (SETO, 2016b).

Pelo lado masculino, tantos os jogadores alemães quanto os brasileiros eram explícitos em indicar que não haveria clima de revanche. Era um outro campeonato, com outros jogadores e que não faria sentido estabelecer essa relação. Micalé também pontuava nesse sentido e completava que isso era uma ação dos torcedores: “São competições, jogos, idades diferentes. Não vejo como vincular. O torcedor está no papel dele” (RANGEL, 2016g). Ainda completou que “É um grande jogo,

107 Grifos do próprio jornal. *Folha de S. Paulo*, 18 de agosto de 2016, p. B3.

Alemanha e Brasil, mas não tem nada a ver com o que passou. Vamos procurar buscar o ouro. Vai criar um clima de Copa pelo que aconteceu, mas não podemos focar nisso” (LEITEn, 2016, p. H8).

Paulo Vinícius Coelho (2016, p. B5) sintetizou o que representava esse jogo para a seleção brasileira. Não o considerava uma revanche, mas uma oportunidade em conquistar o ouro. E junto com essa oportunidade pedia cautela em um processo de transição que poderia levar muitos desses jogadores para a seleção principal. O jornalista voltava para a bipolaridade como forma de entender os discursos em torno da seleção.

TITE GANHOU uma semana para divulgar os convocados para as eliminatórias, e há indício de que a seleção olímpica estará representada contra Equador e Colômbia. Já tem gente querendo a equipe inteira. Menos... É mais um capítulo da nossa bipolaridade quando o assunto é seleção. Se havia críticas depois dos empates contra Iraque e África do Sul e até gritos de Marta, como agora podem querer todos os meninos? E se perder para a Alemanha? Muda tudo de novo? [...] Juntar jogadores que levam as cicatrizes dos 7x1 com outros da campanha olímpica é fundamental para formar uma seleção mais forte, moderna e ofensiva. [...] Ganhar da Alemanha e inserir os meninos de ouro – se houver – na seleção pode ser uma maneira de reparar o hiato de uma geração que fez Neymar se tornar a estrela solitária.

A FIFA, conforme já falado, queria que o futebol olímpico fosse apenas uma etapa para se chegar ao topo das competições futebolísticas. A análise de PVC mostrava que a restrição de idade oportunizava condições para que esses jogadores tivessem experiências com a seleção brasileira, mas que estavam ali como uma etapa para alcançar um objetivo posterior. Além disso, seus argumentos apontavam que a ideia de uma “geração perdida” era, de certa forma falsa. Um dos pilares da derrota por 7 a 1 na Copa era a dependência que aquela equipe tinha do Neymar e quando ele não esteve em campo sentiu isso.

A coluna de Sérgio Rodrigues (2016, p. H8) também teve como tema o 7 a 1. O escritor enfrentou os discursos dissonantes que buscavam colocar a partida final em outro lugar e trazia para o debate o quanto a memória estaria presente nessa partida e que era fundamental estar para que pudéssemos superar os momentos

que, no passado, foram de derrota. Seus argumentos combatiam a ideia presente nos discursos de que não era preciso falar sobre. Era apenas para poder olhar para frente. Porém, só poderia olhar para frente quem teve um passado para servir de base. Assim pontuou:

Eis algo que a paixão do torcedor pode ensinar aos profissionais da bola, inclusive a grande parte da imprensa esportiva: não adianta assobiar, olhar para o outro lado, fingir indiferença, maturidade. O 7 a 1 é a pior assombração da história do esporte brasileiro, passado e futuro, ponto. Não irá embora nunca mais. O resultado mais humilhante já imposto ao nosso outrora orgulhoso futebol estará impresso no lado avesso de cada minuto de bola jogador hoje no Maracanã. É assim que deve ser, e mais até do que isso: é bom que assim seja. A única alternativa seria uma forma de loucura, a perda de contato com a realidade de nossas emoções mais básicas. Daqui até o fim dos tempos, toda vez que Brasil e Alemanha se cruzarem num campo de futebol, o 7 a 1 se fará presente. Melhor a gente se acostumar logo.

A seleção feminina entrou em campo um dia antes da masculina. A derrota e a não conquista da medalha de bronze produziram um efeito nos jornais investigados. A *Folha* dedicou um destaque maior, mas de modo geral, sua principal cobertura referiu-se ao jogo da final entre Brasil e Alemanha retomando basicamente o que já havia sido apresentado dias antes, isto é, evitar a relação com a partida da Copa do Mundo (LEITE e DOLZAN, 2016; RANGEL, 2016h).

Daquela seleção que mostrou um excelente futebol na primeira fase não sobrou nada além de críticas. A bipolaridade da qual PVC tanto falou em sua coluna comprovava-se mais uma vez. Na reportagem de Seto (2016c) era destacada a necessidade de se encontrar um padrão tático para a seleção feminina. Apesar de não conquistarem a medalha, as jogadoras brasileiras destacaram o apoio da torcida durante a competição e, particularmente, na decisão do bronze (MARQUES, 2016b).

A seleção masculina conquistou a medalha de ouro após vencer a Alemanha nos pênaltis¹⁰⁸, depois de um empate em 1 a 1. As razões da vitória foram pontuadas por Calçade (2016d) pela qualidade individual de Neymar, pelo gol de falta, e pela

108 O jornal *O Estado de S. Paulo* não produziu reportagem sobre essa partida.

defesa de Weverton na cobrança de pênaltis. Aliás, essa defesa colocou o goleiro na condição de herói¹⁰⁹. A coluna de Paulo Vinícius Coelho (2016g) buscava estabelecer uma relação entre o individual e o coletivo. Para isso, Neymar era o exemplo da individualidade enquanto ressaltava a existência do jogo coletivo. Projetava ainda que a união desses dois elementos poderiam ser conseguidos até a Copa da Rússia de 2018.

Se para os torcedores a conquista do ouro era a vingança dos 7 a 1 (MERGULHÃO, 2016), para Calçade (2016d), Kfourri (2016i) e Tostão (2016e) a final contra a Alemanha nada tinha de revanche da derrota ocorrida na Copa de 2014.

Poucos dias depois da conquista da medalha de ouro pela seleção masculina, o futebol olímpico cedia lugar para a seleção principal. Na lista de Tite para as Eliminatórias para a Copa de 2018, sete jogadores da seleção olímpica estavam convocados,¹¹⁰ (DOLZAN, 2016; RANGEL, 2016i). Uma solitária análise de Tostão (2016f) ainda falava do estilo de jogo brasileiro, centrado na individualidade e pouco coletivo, e alemão, muito coletivo e com poucas alternativas individuais. Feita essa análise fazia críticas à convocação do treinador. Assim o futebol olímpico deixou de ser notícia nos jornais investigados para dar lugar ao Campeonato Brasileiro e às Eliminatórias para a Copa de 2018.

Considerações finais

Acompanhar um mês de notícias e colunas durante os Jogos Olímpicos nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* forneceu elementos de análise para entender como a imprensa realizou a cobertura do futebol masculino e feminino. Existe, de fato, uma hegemonia masculina no espaço destinado pelos jornais. Apesar de as mulheres serem referenciadas em algumas reportagens, em poucos momentos elas foram alvo da análise dos colunistas. Quando a análise tática apareceu, era ao universo masculino que ela se aplicava, como se tal dimensão estivesse ausente no jogo das mulheres.

Dois pontos importantes surgiram no discurso da imprensa quando fez referência à necessidade de o Brasil recuperar seu estilo de jogo – novamente a referên-

109 Matéria não assinada. Chamado de última hora para o lugar de Prass, Weverton vira herói. *Folha de S. Paulo*, 21 de agosto de 2016, p. B3.

110 Os jogadores olímpicos convocados foram: Weverton, Marquinhos, Rodrigo Caio, Renato Augusto, Gabriel, Gabriel Jesus e Neymar.

cia era ao futebol masculino -, estilo esse perdido após a derrota por 7 a 1 contra a Alemanha na Copa.

O primeiro ponto era o fantasma da derrota como algo que não deverá ser esquecido. Pelo contrário, quando os jornalistas falavam que vencer a Alemanha na final não representaria uma revanche, acabavam por reforçar a importância histórica daquela derrota.

O segundo ponto referia-se ao pêndulo entre individualidade e coletividade. As narrativas das mulheres ganharam força enquanto Marta ocupava o lugar de destaque da seleção e Neymar amargava as críticas. Durante a competição, os papéis se inverteram. Neymar firmava-se como o craque, e Marta passava a ser questionada. Ambas as narrativas se encontraram no sentido de exaltação da individualidade como marca distintiva da forma de jogar. A diferença estava na relação da individualidade com o coletivo. A imprensa ressaltou o equilíbrio dessas dimensões. É preciso pensar o estilo de jogo de forma híbrida, pois do contrário continuaremos a fazer análises binárias que geram rupturas. Enquanto esse equilíbrio esteve presente no futebol feminino ele serviu de modelo, embora sem ressaltar a execução tática da equipe. Quando o equilíbrio passou para o lado masculino a figura de Neymar foi reforçada como elemento fundamental do processo e ele passou a ocupar o lugar do herói.

Os resultados conquistados pelas duas seleções brasileiras de futebol reforçaram as polarizações entre elas. O ouro do futebol masculino coroava a individualidade de Neymar, sua condição de predestinado, e o fato de que havia uma geração de jogadores talentosos. A não conquista da medalha pelo futebol feminino chamava a atenção para a renovação da seleção, com a saída das jogadoras mais experientes. Marta não ocupava mais o lugar de destaque que a própria competição lhe havia dado e reforçava a falta de estrutura da modalidade no país.

O que sobrava após a competição era a bipolarização de mundos distintos entre homens e mulheres jogadoras de futebol e que o sonho olímpico não havia sido capaz de transformar a estrutura, pelo contrário, apenas a havia reforçado.

Referências

BARRETO, Túlio Velho. "Gilberto Freyre e o futebol-arte". In *Revista USP*, São Paulo, nº 62, p. 233-238, 2004.

CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. São Paulo: Palas Athena, 1990.

DAMO, Arlei Sander. “Ah! Eu Sô Gúcho! O nacional e o regional no futebol brasileiro”. In: DAMO, Arlei Sander. *Futebol e identidade nacional: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

GIGLIO, Sérgio Settani. “Futebol-arte ou futebol-força? O estilo brasileiro em jogo”. In: DAOLIO, Jocimar (Org.). *Futebol, cultura e sociedade*. Autores Associados: Campinas, 2005.

_____. *Futebol: mitos, ídolos e heróis*. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. *COI x FIFA: a história política do futebol nos Jogos Olímpicos*. 2013. 518f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. “As estratégias de João Havelange para enfraquecer o futebol olímpico”. In *Revista USP*. São Paulo, n. 108, p. 67-76, 2016.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades”. In *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

GUEDES, Simoni Lahud. “O Salvador da Pátria: considerações em torno da imagem do jogador Romário na Copa do Mundo de 1994”. In: GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói: EDUFF, 1998.

MARANHÃO, Tiago. “‘Apolíneos e dionisíacos’ – o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do ‘povo brasileiro’”. In *Análise Social*, Lisboa, n. 179, p. 435-450, 2006.

MÁRIO FILHO. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. “Futebol: a construção histórica do estilo nacional”. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. *Futebol, jornalismo e Ciências Sociais: interações*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

Fontes

BATISTA, Daniel. Vação promete luta pelo bronze. *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 2016, p. H8.

CALÇADE, Paulo. As dores de Prass. *O Estado de S. Paulo*, 1º de agosto de 2016a, p. H8.

_____. Os metais do fracasso. *O Estado de S. Paulo*, 8 de agosto de 2016b, p. H9.

_____. Mudança radical. *O Estado de S. Paulo*, 15 de agosto de 2016c, p. H8.

_____. Reflexões do ouro. *O Estado de S. Paulo*, 22 de agosto de 2016d, p. H8.

COELHO, Paulo Vinícius. O caos organizado. *Folha de S. Paulo*, 1º de agosto de 2016, p. B8.

_____. Somos bipolares. *Folha de S. Paulo*, 5 de agosto de 2016b, p. B11.

_____. Meninas e meninos. *Folha de S. Paulo*, 8 de agosto de 2016c, p. B4.

_____. Falsa obsessão. *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 2016d, p. B9.

_____. De volta ao Maracanã. *Folha de S. Paulo*, 15 de agosto de 2016e, p. B6.

_____. A próxima lista. *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 2016f, p. B5.

_____. Neymar e o Maraca. *Folha de S. Paulo*, 22 de agosto de 2016g, p. B16.

DOLZAN, Marcio. Sem margem de erros, Tite chama time de confiança. *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 2016, p. A18.

DOLZAN, Marcio; GARCIA, Nathalia. Feminino se prepara para humor da torcida. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 2016, p. H7.

GRECO, Antero. Além do ouro. *O Estado de S. Paulo*, 31 de julho de 2016a, p. H2.

_____. A solidão de Prass. *O Estado de S. Paulo*, 1º de agosto de 2016b, p. H2.

_____. Isto é Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 5 de agosto de 2016c, p. H2.

_____. Não só pela Olimpíada. *O Estado de S. Paulo*, 10 de agosto de 2016d, p. H3.

_____. Dura realidade. *O Estado de S. Paulo*, 17 de agosto de 2016e, p. H3.

GRELLET, Fábio. 'Ouro não vai salvar o futebol feminino'. *O Estado de S. Paulo*, 2 de agosto de 2016, p. H7.

GRELLET, Fábio; TORRES, Sergio. Pontapé inicial. *O Estado de S. Paulo*, 3 de agosto de 2016, p. H1.

GRELLET, Fábio; DOLZAN, Marcio; TORRES, Sergio. Com o pé direito. *O Estado de S. Paulo*, 4 de agosto de 2016, p. H4.

LEITE, Almir. Micale quer seleção compacta e ofensiva. *O Estado de S. Paulo*, 25 de julho de 2016a, p. H6.

_____. Neymar, o capitão na busca pelo ouro. *O Estado de S. Paulo*, 26 de julho de 2016b, p. H7.

_____. Neymar está pronto para buscar o ouro. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 2016c, H7.

_____. Seleção tenta resgatar prestígio. *O Estado de S. Paulo*, 29 de julho de 2016d, p. H7.

_____. A chance de Neymar. *O Estado de S. Paulo*, 4 de agosto de 2016e, p. H1.

_____. Frustrante. *O Estado de S. Paulo*, 5 de agosto de 2016f, p. H1.

_____. Brasil encara o Iraque para 'isolar' a pressão. *O Estado de S. Paulo*, 7 de agosto de 2016g, p. H5.

_____. Neymar perde a braçadeira de capitão na seleção principal. *O Estado de S. Paulo*, 8 de agosto de 2016h, p. H5.

_____. Seleção deixa o Mané Garrincha debaixo de vaias. *O Estado de S. Paulo*, 8 de agosto de 2016i, p. H4.

_____. Micalé volta a fazer defesa de Neymar. *O Estado de S. Paulo*, 10 de agosto de 2016j, p. H3.

_____. Bola pra frente. *O Estado de S. Paulo*, 11 de agosto de 2016k, p. H1.

_____. Seleção masculina encara o primeiro desafio eliminatório. *O Estado de S. Paulo*, 13 de agosto de 2016l, p. H4.

_____. No caminho do ouro um rival bem conhecido, *O Estado de S. Paulo*, 18 de agosto de 2016m, p. H3.

_____. Seleção quer evitar pressão de revanche contra a Alemanha. *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 2016n, p. H8.

LEITE, Almir; DOLZAN, Marcio. Perto do sonho. *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 2016, p. H1.

KFOURI, Juca. Para começar na quarta-feira. *Folha de S. Paulo*, 2 de agosto de 2016a, p. B2.

_____. O bem-amado. *Folha de S. Paulo*, 4 de agosto de 2016b, p. B4.

_____. Agora, o Iraque. *Folha de S. Paulo*, 7 de agosto de 2016c, p. B10.

_____. Algo de podre. *Folha de S. Paulo*, 9 de agosto de 2016d, p. B9.

_____. Enfim, gols. *Folha de S. Paulo*, 11 de agosto de 2016e, p. B6.

_____. Futebol salva o sábado. *Folha de S. Paulo*, 14 de agosto de 2016f, p. B4.

_____. Vira-latismo em alta. *Folha de S. Paulo*, 16 de agosto de 2016g, p. B6.

_____. É a cabeça, estúpido! *Folha de S. Paulo*, 18 de agosto de 2016h, p. B6.

_____. O ouro que faltava. *Folha de S. Paulo*, 21 de agosto de 2016i, p. B6.

KÜCHLER, Adriana. Feminismo olímpico. *Folha de S. Paulo*, 10 de agosto de 2016, p. B5.

MARIANTE, José Henrique. Seleção repete roteiro sem gols, cai na semi e disputa o bronze. *Folha de S. Paulo*, 17 de agosto de 2016, p. B4.

MARQUES, Jose. Em decisão dramática nos pênaltis, Brasil vai à semi. *Folha de S. Paulo*, 13 de agosto de 2016, p. B7.

MARQUES, Vítor. Alemanha vence e foge do tema '7 a 1'. *O Estado de S. Paulo*, 18 de agosto de 2016a, p. H4.

_____. Torcida reconhece luta da seleção feminina. *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 2016b, p. H7.

MERGULHÃO, Alfredo. 'O melhor é poder tirar ranço do 7 a 1', afirma torcedora. *Folha de S. Paulo*, 21 de agosto de 2016, p. B4.

PEZZO, Rafael. Michael Jackson não esquece Atlanta-96. *O Estado de S. Paulo*, 27 de julho de 2016, p. H6.

PITA, Antonio; CAMPOS, Ciro. Derrota não tira o brilho da seleção feminina, diz Marta. *O Estado de S. Paulo*, 17 de agosto de 2016, p. H9.

RAMOS, Raphael. Neymarmania chega à Vila. *O Estado de S. Paulo*, 15 de agosto de 2016, p. H10.

RANGEL, Sérgio. Seleção olímpica estudou mais que a média nacional. *Folha de S. Paulo*, 27 de julho de 2016a, p. B13.

_____. Micalé quer Brasil ofensivo e 'pelo povo'. *Folha de S. Paulo*, 30 de julho de 2016b, p. B6.

_____. Prass sofre lesão grave e está fora da Olimpíada. *Folha de S. Paulo*, 31 de julho de 2016c, p. B6.

_____. Seleção inicia seu caminho mais fácil na busca pelo inédito ouro. *Folha de S. Paulo*, 4 de agosto de 2016d, p. B6.

_____. Falta um. *Folha de S. Paulo*, 18 de agosto de 2016e, p. B1.

_____. Seleção goleia e torcida agora pede vingança contra a Alemanha. *Folha de S. Paulo*, 18 de agosto de 2016f, p. B2.

_____. Vizinho do Mineirão, técnico ficou abalado com o 7 a 1. *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 2016g, p. B6.

_____. Micalé monta 'blitz' para derrotar a Alemanha. *Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 2016h, p. B4.

_____. Lista de Tite tem surpresas, como a volta de Paulinho. *Folha de S. Paulo*, 23 de agosto de 2016i, p. B7.

RANGEL, Sérgio; AMORA, Dimmi. Decepção. *Folha de S. Paulo*, 5 de agosto de 2016, p. B10.

_____. Aos gritos de Marta, Brasil empata de novo. *Folha de S. Paulo*, 8 de agosto de 2016b, p. B5.

_____. Seleção espera até a última hora para ter Neymar hoje no Itaquerao. *Folha de S. Paulo*, 13 de agosto de 2016c, p. B7.

RANGEL, Sérgio; PITOMBO, João Pedro. Um baile, enfim. *Folha de S. Paulo*, 11 de agosto de 2016, p. B2.

RANGEL, Sérgio; SETO, Guilherme; COSENZO, Luiz. Com fim de jejum de Neymar, seleção vai à semifinal dos Jogos. *Folha de S. Paulo*, 14 de agosto de 2016, p. B2.

RIZZO, Marcel. Estrelas por um dia. *Folha de S. Paulo*, 3 de agosto de 2016a, p. B1.

_____. Aos 38, Formiga iguala recorde de participações. *Folha de S. Paulo*, 3 de agosto de 2016b, p. B2.

_____. Com festa, Brasil bate a China na estreia. *Folha de S. Paulo*, 4 de agosto de 2016c, p. B4.

_____. Seleção tenta evitar pior início desde Munique-72. *Folha de S. Paulo*, 7 de agosto de 2016d, p. B9.

_____. Torcida consagra Marta em noite de goleada do Brasil. *Folha de S. Paulo*, 7 de agosto de 2016e, p. B9.

RODRIGUES, Eduardo; PONTES, Fábio. Seleção fica em 1º e pegará a Austrália nas quartas de final. *Folha de S. Paulo*, 10 de agosto de 2016, p. B4.

RODRIGUES, Sérgio. 7 a 1 é para sempre. *O Estado de S. Paulo*, 20 de agosto de 2016, p. H8.

SETO, Guilherme. Xodó da torcida, jogadoras ganham teto de R\$ 13,5 mil por mês no Brasil. *Folha de S. Paulo*, 9 de agosto de 2016a, p. B9.

_____. Ao fim da Rio-2016, renovar time feminino é motivo de preocupação. *Folha de S. Paulo*, 19 de agosto de 2016b, p. B6.

_____. Nova geração da seleção feminina comprova que merece confiança. *Folha de S. Paulo*, 20 de agosto de 2016c, p. B6.

TORRES, Sérgio. Em Manaus, seleção joga sem Cristiane. *O Estado de S. Paulo*, 9 de agosto de 2016, p. H5.

_____. Seleção promete início ofensivo contra Suécia. *O Estado de S. Paulo*, 16 de agosto de 2016b, p. H4.

_____. Marta ressalta força de suecas e avalia que jogo será difícil. *O Estado de S. Paulo*, 16 de agosto de 2016c, p. H4.

TOSTÃO. O Brasil não é favoritaço. *Folha de S. Paulo*, 3 de agosto de 2016, p. B4.

_____. O mundo ideal e o real. *Folha de S. Paulo*, 7 de agosto de 2016b, p. B4.

_____. Castigo e culpa. *Folha de S. Paulo*, 10 de agosto de 2016c, p. B10.

_____. Celebração da vida. *Folha de S. Paulo*, 17 de agosto de 2016d, p. B5.

_____. Ótimo enquanto durou. *Folha de S. Paulo*, 21 de agosto de 2016e, p. B7.

_____. Nada será como antes. *Folha de S. Paulo*, 24 de agosto de 2016f, p. B9.

VETORAZZO, Lucas. Cristiane é dúvida contra a Suécia. *Folha de S. Paulo*, 16 de agosto de 2016, p. B5.

13 A Fotografia no Ecosistema Midiático: Estudo de Caso dos Jogos Olímpicos Rio 2016 ¹¹¹

Laís Akemi Margadona ¹¹²; Marcos Américo ¹¹³

Introdução

No contexto da sociedade da informação, manifesta-se um novo habitat humano, marcado pelo acesso em banda larga à *web* e pela democratização de equipamentos digitais capazes de permitir a ampla produção e disseminação de registros fotográficos. Silva Junior (2014) aponta a recente combinação de dispositivos de captura fotográfica com as chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), culminando no que Souza e Silva (2015) descreve como a “inserção definitiva da fotografia na lógica de produção e distribuição de imagens por meio das telas” (SOUZA E SILVA, 2015, p. 331).

111 Este trabalho é a continuidade de estudos preliminares desenvolvidos nos trabalhos “A fotografia no ecossistema midiático: estudo de caso dos Jogos Olímpicos Rio 2016” apresentado na XVIII Jornada Multidisciplinar – Imagem, Pensamento e Cultura, ocorrida em Bauru (SP) nos dias 29 de novembro a 1 de dezembro de 2016 e “O protagonismo dos espectadores nas fotografias dos Jogos Rio 2016”, apresentado no IX Simpósio Nacional ABCiber, realizado em 8, 9 e 10 de dezembro de 2016 em São Paulo (SP).

112 Mestre em Mídia e Tecnologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Bauru.

113 Doutor em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Bauru.

O registro fotográfico digital foi incorporado a um complexo midiático que envolve desde os tradicionais meios de massa, como a mídia impressa e a transmissão televisiva, às novas mídias, de aplicativos diversos a *sites* e mídias sociais. Nesse ambiente multiplataformas, de apropriações e integrações, a Ecologia dos Meios é capaz de oferecer uma abordagem integrada das mídias em que o registro fotográfico contemporâneo está inserido.

Os Jogos Olímpicos Rio 2016 seguiram a tendência de inserção em rede iniciada nos Jogos de Londres em 2012, descrita pelo jornal australiano *The Sydney Morning Herald* como “a primeira olimpíada das mídias sociais” (2012, documento eletrônico). Na edição de 2016, os registros fotográficos do evento foram divulgados de forma maciça dentro do ecossistema midiático digital, em redes sociais diversas como o *Instagram*, *Snapchat*, *Facebook*, *Twitter*, *YouTube*, *Google+* e um *app* exclusivo agregados ao site oficial do evento, documentando em tempo real eventos como o revezamento da tocha olímpica no país. O público foi também capaz de indexar seus próprios registros dentro do fluxo da web com *hashtags*¹¹⁴ como #Rio2016.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é mapear a fotografia dentro das possibilidades do ecossistema midiático contemporâneo, tendo as imagens relativas aos Jogos Olímpicos 2016 como estudo de caso. Espera-se que os resultados possam suscitar discussões sobre a fotografia contemporânea e a Ecologia dos Meios. Interessam os registros estáticos, dispensando o vídeo, e as discussões providas da publicação e compartilhamento fotográfico em novas plataformas interativas. Este trabalho não busca esgotar todas os nichos em que os registros foram compartilhados, tampouco discutir a fotografia de maneira isolada.

Percurso Metodológico

Esta pesquisa apresenta o seguinte caminho metodológico:

- a) Revisão bibliográfica interdisciplinar em Fotografia, Mídia e Esporte, de modo a compreender o contexto midiático em que as fotografias estão inseridas. Interessam as discussões sobre a Ecologia dos Meios realizadas

114 *Hashtags* são palavras-chave indexadoras em postagens em mídias sociais como o *Instagram*, *Twitter*, *Facebook* e *Google+*. Permitem categorizar o conteúdo postado e agrupá-lo em buscas da mesma palavra-chave. As *hashtags* são precedidas de cerquilha (“#”) e são inseridas pelos próprios usuários.

- por Levinson (2012) e Scolari (2010); a contextualização da comunicação e mídia na sociedade da informação feita por Straubhaar e LaRose (2004); as reflexões sobre a fotografia em rede realizadas por Silva Junior (2004) e Souza e Silva (2015); e as discussões sobre o uso da imagem e da mídia nos jogos olímpicos advindas de Quintão e Vieira (2009) e Bordieu (1997).
- Mapeamento exploratório do ecossistema midiático em que as fotografias digitais foram distribuídas, dividido em duas áreas maiores, a saber: mídia tradicional e novas mídias;
 - Coleta qualitativa de fotografias em nichos do ecossistema mapeado. Entre os meios tradicionais: capas de revistas de notícias de circulação nacional publicadas em 2016 (Veja, ISTO É e Exame, capas disponibilizadas no *website* das respectivas revistas) e jornais impressos, transmissão televisiva (*SporTV* e *Globo*), bancos de imagem e agências de notícias (*Getty Images*), e outros impressos relevantes. Entre as novas mídias, elenca-se: site oficial, mídias sociais oficiais e não-oficiais (*Instagram*, *Snapchat*, *Facebook*, *Twitter*), e *website* oficial Rio 2016.
 - Discussões preliminares sobre a fotografia olímpica em cada nicho coletado.

Mapeamento midiático

Inseridas na narrativa transmídia das olimpíadas, as fotografias ligadas à edição Rio 2016 foram também distribuídas em um rico ecossistema midiático (Figura 1).

Figura 1: Ilustração do ecossistema midiático onde as fotografias estão inseridas.



Fonte: MARGADONA; AMÉRICO, 2016.

A metáfora ecológica na Comunicação nos ajuda a compreender o cenário em que essas fotografias estão inseridas. Tida como “o estudo de sistemas complexos de comunicação como ambientes” (NYSTROM, documento eletrônico), a Ecologia dos Meios empresta da biologia um termo que designa um conjunto formado por todas as comunidades que vivem e interagem em determinada região.

Scolari (2010) afirma que boa parte dos discursos científicos se limita a estudar os meios de forma isolada – se estuda “a televisão”, “o rádio”, “o cinema”. Buscando sanar essa limitação, propõe que a Ecologia dos Meios seja capaz de abarcar quase todos os aspectos dos processos de comunicação, desde as relações entre meios e a economia, até as transformações perceptivas e cognitivas que sofrem os indivíduos a partir de sua exposição às tecnologias de comunicação (SCOLARI, 2010, p. 5).

Paul Levinson (2012), teórico ligado à Nova Ecologia dos Meios, aponta que as mídias estabelecem uma relação de competição tal qual os organismos vivos de Darwin – no entanto, são também capazes de estabelecer relações simbióticas, em que mídias diferentes trabalham e agem em benefício mútuo (LEVINSON, 2012, p.4). Neste pulsante cenário midiático, de interações e apropriações, a convergência “não significa que um meio novo destrua ou invalide um meio antigo, mas entende que ambos os modificam mutuamente em uma intersecção da qual emergem novos significados” (MARTINO, 2015, p. 36).

Na fotografia, é possível que sua incorporação na lógica da sociedade de consumo – no passado, arte e produto de produção restrita – tenha sido catapultada nos Estados Unidos pela mítica empresa de George Eastman, possibilitando assim que a realidade fosse registrada “generosa e brevemente em instantâneos” (BRIGGS; BURKE, 2006, p.167-168). Mais recentemente, sua distribuição dentro da Nova Ecologia dos Meios foi facilitada pelos registros via dispositivos móveis. No contexto da sociedade da informação as imagens habitam “as bases de dados, as nuvens de informação (...)” (SILVA JUNIOR, 2014, p. 126), como também convivem com suportes tradicionais impressos da mídia tradicional, os meios de massa.

Mídia tradicional

Por mídia tradicional, entendemos aquelas que são base da comunicação de massa, isto é, aquela efetuada de “um-para-muitos ou *ponto a multiponto*” (STRAUBHAAR; LAROSE, 2004, p.9, grifo dos autores), com limitadas respostas da audiência. É importante frisar que Schramm (1982) define nesses meios a figura dos *gatekeepers*, ou seja, um grupo elitizado ligado à produção midiática que atuava

como mediadores de conteúdo, decidindo o que a audiência iria consumir e conseqüentemente, efetuando um importante papel na construção da opinião pública.

No passado, o conteúdo distribuído pelos chamados meios de massa (televisão, rádio, mídia impressa, etc.) tendia a ser homogêneo e direcionado à maior audiência possível. No entanto, o aprimoramento da indústria da mídia em recursos como a pesquisa de audiência tornou possível a definição e direcionamento de conteúdo para públicos mais específicos (STRAUBHAAR; LAROSE, 2004, p. 13).

Neste trabalho, incluem-se como mídia tradicional os impressos (revistas e jornais), transmissões televisivas, bancos de imagem (visto que abastecem principalmente as mídias tradicionais) e alguns outros casos isolados.

Revistas

Na mídia impressa, jornais e revistas exibiram fotografias dos Jogos Rio 2016 tanto em edições regulares quanto em volumes especiais dedicados ao evento. A maior parte das fotografias desses meios está no tradicional molde do fotojornalismo esportivo e é geralmente provinda de bancos de imagem pagos, fotógrafos contratados internos ou vinculados a agências de notícias.

Durante o período olímpico, apenas duas edições da revista ISTOÉ apresentaram os Jogos Rio 2016 como capa (Figuras 2 e 3). A edição n.2434 contém imagem do fotógrafo brasileiro João Castellano, e o n. 2437, uma montagem com registros aos moldes dos executados por bancos de imagem e agência de notícias.

Figuras 2 e 3 – Capas da revista ISTOÉ figurando os Jogos Rio 2016: edições n. 2434 (29 jul. 2016) e n. 2437 (19 ago. 2016).



Fonte: Retirado de ISTOÉ (2016).

João Castellano disponibilizou em seu website oficial o ensaio fotográfico desenvolvido para a ISTOÉ (Figura 4), cujo intuito foi o de contextualizar os atletas dentro do cenário carioca.

Figura 4: Amostras do ensaio fotográfico de João Castellano para a revista ISTOÉ.



Fonte: JOÃO CASTELLANO (2017).

Nas edições da revista VEJA, apenas duas capas figuraram exclusivamente os Jogos Rio 2016 (Figuras 5 e 6).

Figuras 5 e 6: Capas da revista VEJA contendo exclusivamente os Jogos Rio 2016: edições n. 2491 (17 ago. 2016) e n. 2489 (03 ago.2016).



Fonte: Retirado de VEJA (2017).

O “Guia completo da olimpíada”, edição de número 2489, apresentou um especial de 80 páginas editoriais e quatro capas distintas para o mesmo conteúdo (Figura 7).

Figura 7: Capas lançadas para a edição dedicada aos Jogos Rio 2016 da revista VEJA.



Fonte: VEJA (2016).

No caderno exclusivo do Guia Olímpico, 75 fotografias foram publicadas creditadas. Delas, 49 são providas de bancos de imagem e agências de notícias internacionais e 22 imagens foram capturadas por fotógrafos independentes. Na Figura 8, uma fotografia provida de banco de imagem (*Getty Images*) inserida dentro da diagramação. Fotografias históricas também foram utilizadas para contextualizar os jogos 2016 com as edições passadas (Figura 9 e 10).

Figura 8: Página dupla da VEJA especial olimpíadas, figurando Usain Bolt em foto provida de banco de imagem.



Fonte: VEJA (2016), p.66-67.

Figuras 9 e 10: Fotografias históricas publicadas em duas páginas-dupla do Guia Olímpico da VEJA.



Fonte: VEJA (2016), p.58-59 e p.60-61.

O fotógrafo brasileiro Paulo Vitale, que já foi editor das revistas *Veja* e *Época*, realizou um ensaio temático de catorze imagens figurando os atletas para uma matéria do Guia Olímpico (Figura 11).

Figura 11: Amostra do ensaio de Paulo Vitale para o Guia Olímpico da VEJA.



Fonte: Retirado de VEJA (2016).

Em análise das edições de 2016 da revista *Exame*, nenhuma capa exclusiva dos Jogos Rio 2016 foi encontrada. Até o momento deste trabalho, a revista *Época* não disponibilizou de maneira *online* a capa das edições publicadas em 2016.

Jornais

O colunista Luciano Azevedo do site de notícias *Destinos do Rio* (2016, documento eletrônico) realizou uma compilação de cerca de setenta jornais impressos na mídia internacional publicados no dia seguinte à festa de encerramento dos jogos (Figura 12).

Figura 12: Parte da compilação de capas de jornais nacionais e internacionais publicados após a festa de encerramento.



Fonte: DESTINOS DO RIO, 2016.

A linguagem fotográfica dos jornais, de modo bastante similar às revistas impressas, incluiu registros fotojornalísticos provindos de bancos de imagens e agências de notícias nacionais e internacionais.

Dentro desta amostragem, encontram-se 12 jornais nacionais (Figura 13).

Figuras 13: Montagem com as capas de jornais nacionais publicados após a festa de encerramento dos jogos.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em DESTINOS DO RIO, 2016.

Dentre as edições nacionais, apenas uma capa não apresentou a fotografia como recurso visual (Publimetrô, quarto jornal da terceira fileira, figura 13). Den-

tro da amostragem fotográfica encontrada, a talvez única exceção do padrão do fotojornalismo esportivo seria a capa do jornal Extra, figurando dois registros indiscretos de Usain Bolt e seu *affaire* brasileiro – fotografias realizadas pelo *paparazzo* Sandro Cardoso (na amostragem da Figura 13, quarto jornal da segunda fileira).

Transmissão televisiva

A fotografia também é utilizada como recurso imagético dentro das transmissões televisivas. Em 2016, mais de 63 milhões de pessoas assistiram aos jogos olímpicos pela TV (KANTAR IBOPE MEDIA, 2016).

O canal SporTV realizou uma cobertura dos jogos olímpicos em 56 canais distribuídos pela televisão e internet. Em um dos quadros, o apresentador brasileiro Marcelo Tas exibiu registros fotográficos realizados por espectadores, uma estratégia de obtenção de engajamento do público (Figura 15).

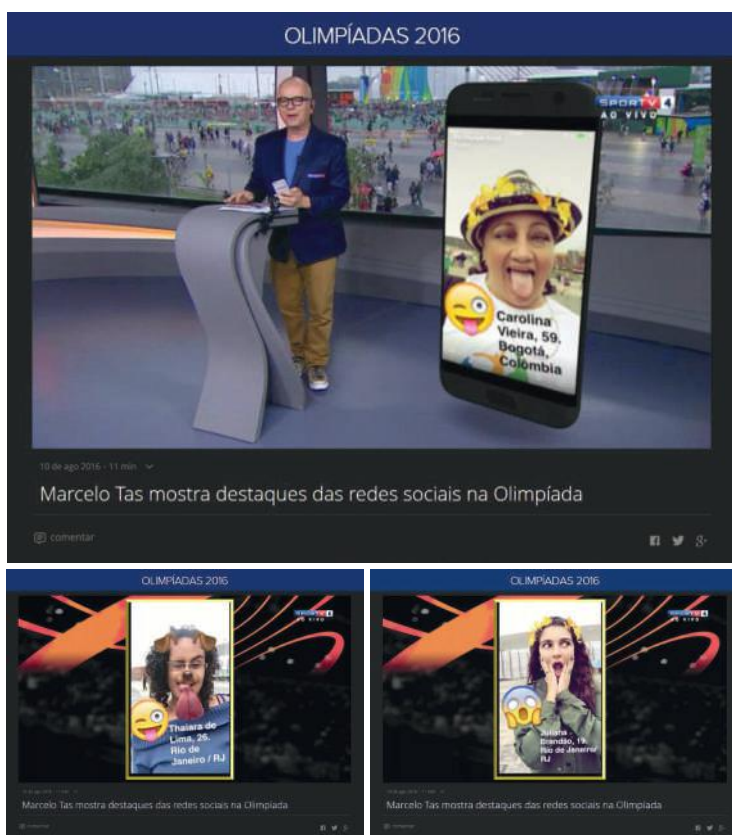
Figura 14: Quadro de Marcelo Tas no especial Olimpíadas 2016 no SporTV, exibindo um registro fotográfico de fã.



Fonte: SPORTV, 2016.

Os espectadores foram instruídos a utilizar a *hashtag* “#TASNOSPORTV” em suas postagens nas mídias sociais. Tas realizou a chamada “Mande um meme”¹¹⁵ fazendo uma carinha de como você está assistindo os jogos na frente da TV” (SPORTV, 2016). *Selfies* de espectadores decoradas por filtros do *Snapchat* foram então exibidas ao vivo (Figura 15 a 17).

Figuras 15 a 17: *Selfies* de fãs no quadro de Marcelo Tas no especial Olimpíadas 2016 no SporTV, exibidas ao vivo.

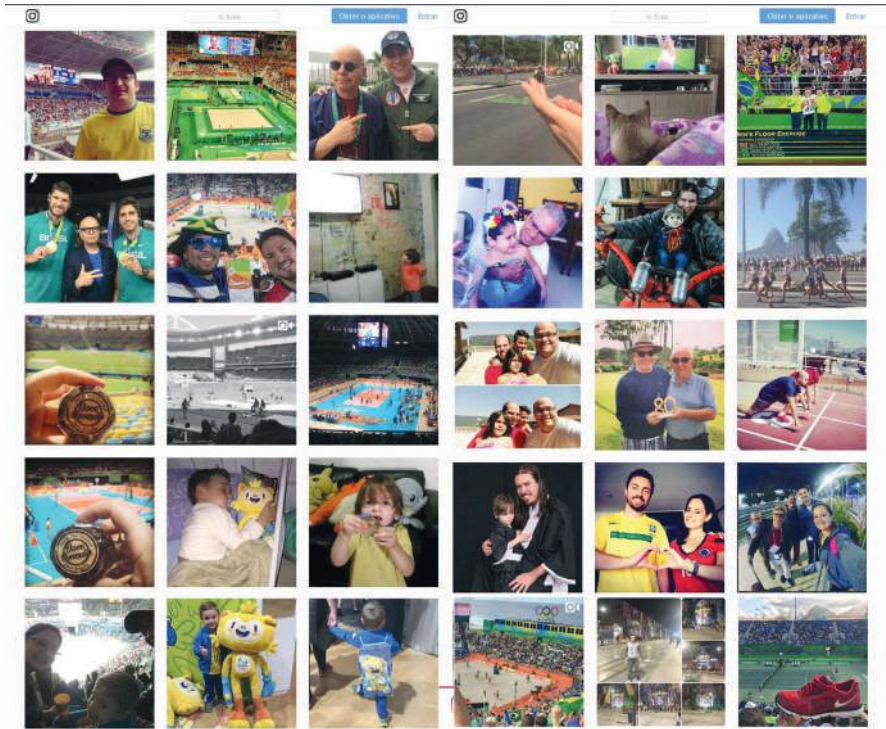


Fonte: SPORTV, 2016.

115 Termo originalmente utilizado por Richard Dawkins em 1976, o meme é uma manifestação imagética que une recursos como a fotografia com outros elementos visuais e/ou textos curtos, em montagens rudimentares. Na internet, os memes encontram terreno fértil para replicação (MARTINO, 2015, p. 177).

Ao acessar a indexação da *hashtag* #TASNOSPORTV no aplicativo *Instagram*, encontra-se uma amostragem de fotografias afetivas de fãs e espectadores (Figura 18).

Figura 18: Amostragem indexada pela *hashtag* #TASNOSPORTV no *Instagram*, capturada em 29 ago. 2017.



Fonte: [instagram.com/explore/tags/tasnosportv/](https://www.instagram.com/explore/tags/tasnosportv/). Acesso em: 29 ago. 2017.

Alunos do Laboratório de Mídias e Linguagens (LABCON) da Universidade Federal de Minas Gerais realizaram estudos sobre a cobertura e engajamento dos jogos olímpicos pela Rede Globo. A emissora elegeu *hashtags* oficiais para que os fãs pudessem indexar suas postagens, como #Somostodosolímpicos, e #Playnos-jogos (COELHO et al., 2016). No entanto, apesar do aparente protagonismo oferecido aos espectadores, as postagens replicadas na transmissão televisiva foram pouco numerosas precisamente selecionadas (COELHO et. al, 2016) e “(...) o uso do engajamento do público ficou bem limitado a poucos programas na TV aberta e na transmissão pela internet” (FONSECA et. al, 2016).

Ao acessar os registros públicos indexados pela *hashtag* #Somotodosolimpicos no *Instagram*, encontram-se registros fotográficos afetivos de fãs (Figura 19), de maneira semelhante aos indexados pela *hashtag* #TASNOSPORTV.

Figura 19: Amostragem indexada pela *hashtag* #Somotodosolimpicos no *Instagram*, capturada em 29 ago. 2017.



Fonte: [instagram.com/explore/tags/somotodosolimpicos/](https://www.instagram.com/explore/tags/somotodosolimpicos/). Acesso em: 29 ago. 2017.

Bancos de imagem e agência de notícias

Bancos de imagem como o *Getty Images* e *AP Images*, e agências de notícias internacionais como a *Reuters* e *Agence France-Presse* (AFP) foram fontes da maior parte dos registros fotojornalísticos do ecossistema midiático analisado. O banco *Getty Images* publicou uma página especial com registros selecionados dos Jogos Rio 2016 (Figuras 20 e 21).

Figura 20: Especial Rio 2016 do banco Getty Images.



Fonte: GETTY IMAGES, 2016.

Figura 21: Registros presentes no especial Rio 2016 do banco Getty Images.



Fonte: Retirado de GETTY IMAGES, 2016.

No Guia Olímpico publicado pela revista VEJA, 49 fotografias foram provenientes de bancos de imagem e agências de notícias internacionais, sendo: *Getty Images* (29 imagens), *AFP* (7 imagens), *AP Photo* (3 imagens), *New York Times* (1 imagem), *Reuters* (4 imagens), *RB Press* (1 imagem), *Glow Images* (1 imagem), *KMSP/DPPI* (1 imagem) e *USA Today Sports* (1) e *Ola Vista Photography* (1); duas de agências de notícias nacionais: *Estadão Conteúdo* (1) e *Infoglobo* (1).

A narrativa das imagens encontradas nesses meios corrobora o que Quintão e Vieira (2009) definem sobre a construção da imagem dos atletas pela mídia:

(...) os atletas vencedores – recordistas, de preferência – são transformados, de um momento para outro, em modelos e ícones, caracterizados por suas marcas olímpicas incomuns, tornando-se, por meio dessa mídia, referências para milhões de pessoas e governos, que usam seus nomes e desempenhos para atrair novos aficionados para o esporte, para mobilizar ou imobilizar nações ou para inocular ideologias. (QUINTÃO; VIEIRA, 2009, p. 62).

Outros

A Editora Panini lançou em 3 de junho de 2016 um álbum de figurinhas oficial dos Jogos Rio 2016 (Figura 22), em parceria com o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e o Comitê Olímpico do Brasil (COB). O lançamento do produto foi noticiado em canais oficiais do governo brasileiro, como o site Portal Brasil (2016, documento eletrônico). O objetivo foi trazer mais engajamento e participação do público brasileiro dentro da narrativa olímpica através de autocolantes colecionáveis. O projeto levou aproximadamente 18 meses para ser concluído.

Figura 22: Álbum de figurinhas Rio 2016 publicado pela Panini em parceria com o Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro.



Fonte: PANINI (2016).

Quanto ao conteúdo fotográfico, novamente registros do fotojornalismo esportivo foram abundantes e inseridos juntamente de montagens, infográficos e conteúdos textuais. Os assuntos das fotografias foram diversos, conforme pode ser visto na própria descrição da Panini:

A coleção completa reúne 374 cromos oficiais da competição que representam, além dos atletas, os símbolos oficiais, as cobijas das tochas, os ícones de cada modalidade, os mascotes Vinicius e Tom, as arenas de competição, entre outros. Com 56 páginas, o álbum de figurinhas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 retrata ainda a história dos Jogos da Antiguidade, ícones e história dos mascotes, como o urso Micha, imortalizado dos Jogos de Moscou 1980, e figurinhas históricas, como a foto da primeira participação feminina nos Jogos Olímpicos, em 1960. (PANINI, 2016, documento eletrônico).

Protagonistas do evento olímpico, os atletas também puderam ter a experiência afetiva de transmitir sua própria experiência olímpica por meio da fotografia. Dentre as mídias tradicionais como a fotografia impressa, o Bradesco, patrocinadora

dor do Comitê Olímpico Internacional, promoveu a distribuição de câmeras analógicas instantâneas Fuji Instax para os atletas, de forma a criar posteriormente um álbum coletivo das impressões e memórias daqueles que competiram nos estádios (Figuras 23 e 24). Outros esforços em inserir registros fotográficos dos atletas na narrativa olímpica serão vistos no item de novas mídias.

Figuras 23 e 24: A atleta Raquel Kochhan e seus primeiros registros com a câmera Fuji Instax.



Fonte: ISTOÉ (2016).

O uso da tradicional fotografia instantânea segue as tendências de popularização e ressignificação de tecnologias analógicas na contemporaneidade digital (MARGADONA; HENRIQUES, 2013).

Novas mídias

Neste trabalho, as novas mídias serão consideradas como sinônimos das mídias digitais. Martino (2015) debruça-se sobre o que são as mídias digitais:

Como inúmeras perguntas teóricas, há uma quantidade considerável de respostas disponíveis, nem sempre dialogando entre si. Como lembram Chandler e Munday em sua obra de referência, o termo “mídias digitais” é às vezes intercambiado com “nova mídia”, “novas mídias”, “novas tecnologias” e expressões derivadas. De algum modo, essas expressões procuram estabelecer uma diferença entre os chamados “meios de comunicação de massa” ou

“mídias analógicas”, como a televisão, o cinema, o rádio, jornais e revistas impressos, dos meios eletrônicos. (MARTINO, 2015, p.10).

Paul Levinson (2012) ainda cunha o termo “novas novas mídias”, em que não há uma mão mediadora visível de membros da indústria cultural, como os *gate-keepers* de Schramm (1982).

Site oficial Rio 2016

O site oficial do evento disponibilizou imagens do tradicional fotojornalismo esportivo (Figura 25). Há a tentativa de validar a imagem oficial ansiada pelo Comitê Olímpico e pelo poder público, utilizando para esse fim imagens de qualidade técnica apurada realizadas por profissionais, incluindo recortes temáticos como a diversidade e integração étnica e cultural (MARGADONA; AMÉRICO, 2016).

Figura 25: Amostragem de imagens recolhidas do site oficial Rio 2016.



Fonte: RIO 2016 (2016).

Nessa mídia digital, a figura do *gatekeeper* é evidente, visto que as imagens foram cuidadosamente selecionadas por membros ligados ao Comitê Olímpico.

Mídias sociais

As mídias sociais consistiram em um nicho pulsante do ecossistema midiático ligados aos Jogos Rio 2016. No país, somaram-se mais de 15 milhões de usuários brasileiros interconectados, gerando cerca de 40 milhões de interações em mídias sociais (IINTERATIVA, 2016, documento eletrônico).

Gabriela Barkho, em resenha para o blog da plataforma Latter (2016, documento eletrônico), afirmou que a agregação criativa de conteúdo nos jogos 2016 gravitou em torno de mídias oficiais, mediadas pelo Comitê Olímpico, e mídias -não oficiais, alimentadas por fãs.

O historiador olímpico David Wallenchisky relata à Gabriela Barkho que, historicamente, o Comitê Olímpico Internacional controlava de maneira estrita e conservadora o modo em que os Jogos eram percebidos, coibindo a produção fotográfica pessoal dos atletas. Em 2016, as redes sociais foram percebidas de maneira mais positiva pelo comitê (LATTER, 2016, documento eletrônico). A Samsung distribuiu como brindes *smartphones* aos atletas (ÉPOCA, 2016), e foi possível vê-los fotografando em momentos como a cerimônia de abertura dos jogos (Figura 26).

Figura 26: Atletas realizando *selfies* na cerimônia de abertura.



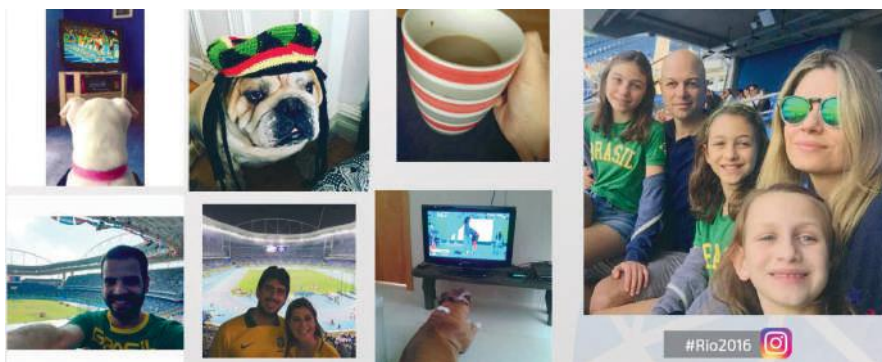
Fonte: Retirado do banco de imagens Getty Images (2016).

No Instagram, os registros foram divididos em dois tipos de veiculação: em perfis oficiais, como o @Rio2016, e via *hashtags* específicas. Dentro da narrativa fotográfica olímpica, esta mídia ocupou um papel notável expresso no trecho a seguir, retirado do blog da agência de marketing digital *Social Brain*:

E o que falar do Instagram, que foi o grande álbum de fotos coletivo dessas Olimpíadas? Mais de 130 milhões de usuários postaram 916 milhões de imagens em apenas 21 dias, marca inédita na história da plataforma. E de todos os países, o Brasil foi o que teve mais engajamento. (SOCIAL BRAIN, 2016, documento eletrônico).

Em monitoramento das imagens indexadas pela hashtag #Rio2016 durante a abertura do evento, cerca de 80 mil registros imagéticos foram postados pelos usuários (MARGADONA; AMÉRICO, 2016). Dentro dessa amostragem extensa, há a ampla disseminação de *selfies* e registros cotidianos (Figura 29) e outras construções imagéticas como memes, marketing e *spam*.

Figura 29: Capturas de tela no aplicativo *Snapchat* com filtros e figurinhas para aplicação em fotos e vídeos.



Fonte: Retirado do aplicativo *Snapchat*.

O papel da mídia na eleição dos heróis olímpicos, explicitado por Bordieu (1997), não pode ser negligenciado no caso de Usain Bolt, atleta jamaicano tido como um dos ícones dos Jogos 2016 (Figura 30).

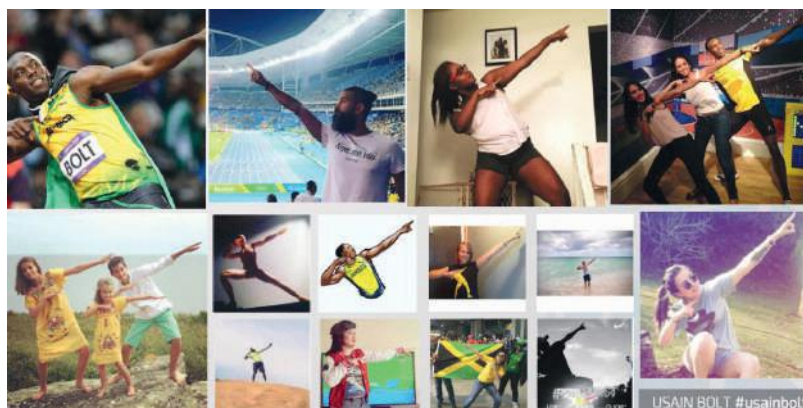
Figura 30: Fãs realizando *selfies* com Usain Bolt.



Fonte: Retirado do banco de imagens Getty Images (2016).

Durante as provas de atletismo em que figurou o atleta, diversas fotografias de fãs posando com o mítico gesto de vitória do jamaicano dentro e fora dos estádios olímpicos foram publicadas na rede social do Instagram (Figura 31) por meio de *hashtags* como #UsainBolt (MARGADONA; AMÉRICO, 2016).

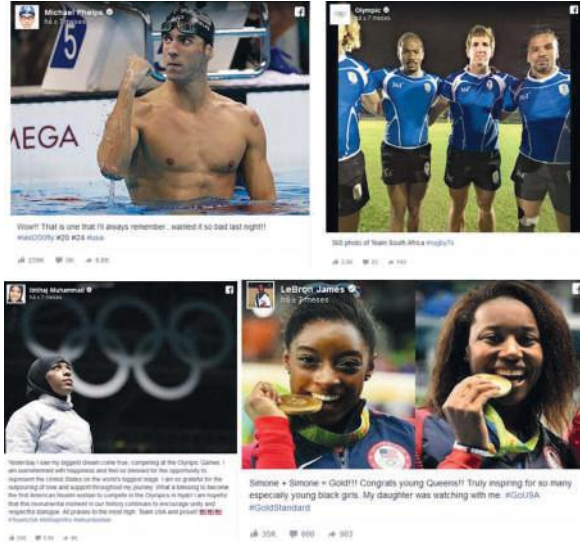
Figura 31: Amostragem de fãs realizando o gesto característico de Usain Bolt no Instagram, #UsainBolt, coletadas durante as finais das provas de atletismo.



Fonte: Retirado do aplicativo *Snapchat*.

A mídia social *Facebook* lançou os dados de engajamento oficiais ligados aos jogos Rio 2016. Quatro registros fotográficos foram inseridos na postagem (Figura 32), indexados por *hashtags* e inseridas em páginas oficiais.

Figura 32: Fotografias destacadas nas estatísticas oficiais de engajamento do Facebook.



Fonte: FACEBOOK MEDIA (2016).

Em perfis pessoais de usuários no *Facebook*, as restrições de privacidade geridas por cada usuário e a indexação não tão eficiente via *hashtags* (se comparada ao *Instagram* e ao *Twitter*, por exemplo) dificultaram o levantamento e coleta de registros fotográficos realizados estritamente pelos espectadores (MARGADONA; AMÉRICO, 2016).

Por fim no *Twitter*, a narrativa imagética foi permeada por memes. A convergência permitiu unir ferramentas de edição de imagem e publicação *online* em um único *gadget* móvel, possibilitando interferências sobre as fotografias de maneira rápida, por meio de aplicativos específicos. (MARGADONA; AMÉRICO, 2016, p. 15)

Os memes realizados por meio de interferências sobre as fotografias olímpicas, por meio da inserção de textos e outros elementos gráficos à fotografia, oferecem o que Jenkins definiria como “curiosa mistura de cinismo e otimismo” (JENKINS, 2009, p.285),

em seu capítulo *Photoshop pela Democracia*, em que discorre sobre manipulação de imagem e poder público. Nas manipulações de imagem analisadas nesta pesquisa, apropriações e interferências foram realizadas nos registros fotográficos tradicionais da imprensa – imagens tidas como oficiais e vistas como “intocáveis” pelo público, o que adiciona novas mensagens e significações ao que Kossoy (2001, p.27) define como a “imparcialidade” da objetiva fotográfica. Paródias e sátiras são temas comuns aos memes. (MARGADONA; AMÉRICO, 2016, p. 15-16)

O *Twitter* lançou uma compilação de memes criados por fãs durante os jogos (Figura 33). Uma fotografia de Usain Bolt provinda do *Getty Images* foi transformada em um meme por meio da adição do óculos “*Turn down for what*”¹¹⁶.

Figura 33: Captura de tela do especial Rio 2016 organizado pelo *Twitter*.



Fonte: TWITTER (2016).

116 O significado deste meme por ser compreendido em: <http://www.mairovergara.com/turn-down-for-what-o-que-significa/>. Acesso em 29 ago. 2017.

Considerações finais

A fotografia dificilmente encontra-se num contexto isolado de outras mídias. No cenário contemporâneo, o suporte dessas imagens consiste em desde a consagrada mídia impressa às novas mídias. Em uma análise preliminar, as imagens fotográficas dos meios de massa impressos, como jornais e revistas, provêm do fotojornalismo tradicional e são geralmente obtidas em bancos de imagem, como o *Getty Images*, e agências de notícias. Todavia, registros fotográficos de fãs também podem ser encontrados na mídia massiva, obtidos via postagens dos próprios espectadores. É uma estratégia de se obter engajamento do público, como visto nas transmissões televisivas da *Globo* e *SporTV*.

Já no ecossistema digital, a produção fotográfica do público é numerosa e rica. O protagonismo dos fãs é visível nas mídias sociais ao se acessar a indexação via *hashtags*, realizada pelo próprio usuário e acessada de maneira pública. O espectador é capaz de ter autonomia em todas as etapas do processo fotográfico, da captura à publicação, dispensando a figura do *gatekeeper* dos tradicionais meios de massa – embora ela esteja presente nos perfis oficiais vinculados aos Jogos, como o @Rio2016 no Instagram, e nos perfis ligados a canais televisivos.

No ecossistema midiático analisado, cada meio contribuiu de maneira distinta para a narrativa fotográfica olímpica, das *selfies* do *Instagram* e dos memes do *Twitter* ao fotojornalismo da mídia impressa, à maneira do proposto por Jenkins (2009) sobre narrativa transmídia. Além disso, as fotografias no ecossistema midiático digital trouxeram uma experiência de mobilização e aproximação do evento olímpico ao universo dos espectadores brasileiros.

Referências

AMÉRICO, Marcos. “O Jornalismo esportivo transmídia no ecossistema dos esportes eletrônicos (E-Sports)”. In *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v.11, n.2, jul./dez. 2014.

BORDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Seguido de: A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

COELHO, Dalila; MORAES, Gabriel; ARAUGIO, Giulia; VARGAS, Mônica; GALVÃO, Raíssa; FALCONELLI, Stephanie. Laboratório de Mídias e Linguagens da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Engajamento na cobertura das Olimpíadas 2016: Globo no Twitter. Disponível em: <http://labcon.fafich.ufmg.br/engajamento-na-cobertura-das-olimpiadas-2016-globo-no-twitter>. Acesso em 31 out. 2016.

DESTINOS DO RIO. Rio 2016: Orgulho carioca, ressaca mundial! Garimpamos 70 capas de hoje (22) dos maiores jornais impressos do mundo. Colunista: Luciano Azevedo. Disponível em: www.destinosdoriorio.com.br/cidades/rio-de-janeiro/esportes-e-aventuras/item/615-rio-2016-orgulho-carioca-ressaca-mundial-garimpamos-70-capas-de-hoje-22-dos-maiores-jornais-impressos-do-mundo. Acesso em 29 ago. 2017.

ÉPOCA. O olhar deles: atletas brasileiros farão um álbum de fotografias sobre a Olimpíada. Autoria de Rodrigo Capelo. Disponível em: epoca.globo.com/esporte/olimpiadas/noticia/2016/08/o-olhar-deles-atletas-brasileiros-farao-um-album-de-fotografias-sobre-olimpiada.html. Acesso em 29 ago. 2017.

FACEBOOK MEDIA. Rio 2016 Week 1: The Biggest Moments on Facebook and Instagram. 12 ago. 2016. Disponível em <https://media.fb.com/2016/08/12/rio-2016-week-1-the-biggest-moments-on-facebook-and-instagram/>. Acesso em 14 fev. 2017.

FONSECA, Tainá; Souza, Gustavo; MACEDO, Luiz; RODRIGUES, Marcos. Ensaio Analítico dos Objetivos, Premissas, Estrutura e Contexto da cobertura da Rede Globo dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Laboratório de Mídias e Linguagens da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://labcon.fafich.ufmg.br/ensaio-analitico-dos-objetivos-premissas-estrutura-e-contexto-da-cobertura-da-rede-globo-dos-jogos-olimpicos-rio-2016/>. Acesso em 21 out. 2016.

GETTY IMAGES. 2016 Summer Olympics Pictures and Olympic Games Photo Coverage | Getty Images. Disponível em: <http://www.gettyimages.com/sports/olympics>. Acesso em 14 fev. 2017.

IINTERATIVA. Infográfico – Rio 2016: As Olimpíadas das Redes Sociais. 23 ago. 2016. Disponível em: <http://www.iinterativa.com.br/infografico-rio-2016-olimpiadas-das-redes-sociais/#koqoBgmrtfUTz0w9.99>. Acesso em 31 out. 2016.

ISTOÉ. Edições anteriores – ISTOÉ independente. Panorama de capas de revistas impressas já publicadas. Disponível em: istoe.com.br/edicoes/page/2/. Acesso em 29 ago. 2017.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JOÃO CASTELLANO. Portfólio do fotógrafo brasileiro João Castellano, postagem Olympic Portraits. Disponível em: www.joaocastellano.com/gallery/olympicportraits. Acesso em 29 ago. 2017.

KANTAR IBOPE MEDIA. Mais de 63 milhões de pessoas assistiram à Olimpíada 2016 pela TV. 25 ago. 2016. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/mais-de-63-milhoes-de-pessoas-assistiram-a-olimpiada-2016-pela-tv/>. Acesso em 14 fev. 2017.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LATER. How Social Media Changed the Olympics, and What It Means for #Rio 2016. Artigo no blog da plataforma Later. Autoria de Gabriela Barkho. 2016. Disponível em: <https://later.com/blog/how-social-media-changed-the-olympics-and-rio-2016/>. Acesso em 15 fev. 2017.

LEVINSON, Paul. *New new media*. Nova Iorque: Pinguim, 2012.

MARGADONA, Laís; AMÉRICO, Marcos. “O protagonismo dos espectadores nas fotografias dos Jogos Rio 2016”. In: Simpósio Nacional ABCiber, 9, 2016, São Paulo. *Anais do IX Simpósio Nacional ABCiber*. São Paulo: ABCiber, 2016.

MARGADONA, Laís; HENRIQUES, Fernanda. “Lomografia e Instagram: a retomada e atualização da fotografia analógica”. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 18, 2013, Bauru. *Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Bauru: Intercom, 2013.

NYSTROM, Christine. What is Media Ecology? (Documento eletrônico). Disponível em: www.media-ecology.org/media_ecology/index.html. Acesso em 25 junho 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PANINI. Livro ilustrado oficial Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Disponível em: collectibles.panini.com.br/editorial/livro-ilustrado-oficial-jogos-olimpicos-e-paralimpicos-rio-2016tm.html. Acesso em 29 ago. 2017.

PEREIRA, Erick; PONTES, Vanessa; RIBEIRO, Carlos. “Jogos olímpicos de Londres 2012: brasileiros e brasileiras em foco”. In *Revista Educação Física*, Maringá, v.25, n.2, p.257-271, 2014.

PORTAL BRASIL. Rio 2016 lança álbum de figurinhas dos Jogos Olímpicos. Disponível em: www.brasil.gov.br/esporte/2016/05/rio-2016-lanca-album-de-figurinhas-dos-jogos-olimpicos. Acesso em 29 ago. 2017.

QUINTÃO, Aylê-Salassie Filgueiras; VIEIRA, Paulo César Trindade. *Dossiê de um projeto clandestino*. Editora Otimismo: Brasília, 2009.

RIO 2016. Site oficial. Disponível em: www.rio2016.com. Acesso em 31 out. 2016.

SCHRAMM, Wilbur. *Men, women, messages and media*. Nova York: Harper & Row (1982).

SCOLARI, Carlos. *Ecología de los medios: Mapa de um nicho teórico*. Quaderns del CAC. Barcelona, v.13, n.1, jun. 2010.

SOCIAL BRAIN. O que as redes sociais fizeram pelas olimpíadas e que também podem fazer pela sua marca. Autoria de Nayla Soutelo. 26 ago. 2016. Disponível em: <http://www.socialbrain.com.br/inbound-marketing/o-que-as-redes-sociais-fizeram-pelas-olimpiadas-e-que-tambem-podem-fazer-pela-sua-marca/>. Acesso em 31 out. 2016.

THE SYDNEY MORNING HERALD. London Games to be first social media Olympics. Autoria de David Stringer e Stephen Wilson, 20 jun. 2012. Disponível em: www.smh.com.au/digital-life/digital-life-news/london-games-to-be-first-social-media-olympics-20120620-20n0l.html. Acesso em 20 jul. 2016.

SILVA JUNIOR, José Afonso. “Da fotografia expandida à fotografia desprendida: como a crise da Kodak pode explicar a emergência do Instagram ou vice-versa”. In *Líbero*, São Paulo, v.17, n.33, p.117-126, jan./jun. 2014.

SOUZA E SILVA, Wagner. “Fotografia e interfaces digitais: convergência entre construção, comunicação e significação”. In Revista *GEMInIS*, São Carlos, v.6, n.1, p.329-340, 2015.

SPORTV. Marcelo Tas mostra destaques das redes sociais na Olimpíada. Vídeo no *website* do canal SporTV, 11:00, publicado em 10 ago. 2016. Disponível em: sportv.globo.com/olimpiadas/videos/v/marcelo-tas-mostra-destaques-das-redes-sociais-na-olimpiada/5225736/. Acesso em 29 ago. 2017.

STRAUBHAAR, Joseph; LAROSE, Robert. *Comunicação, Mídia e Tecnologia*. São Paulo: Thomson, 2004.

TEIXEIRA, Gabriela; MEI, Marina; ROZO, Micaela; AMARAL, Thaynara. *Multipataformas e diversidade de personagens: a cobertura das Olimpíadas Rio 2016 feita pela Rede Globo*. Laboratório de Mídias e Linguagens da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://labcon.fafich.ufmg.br/multipataformas-e-diversidade-de-personagens-a-cobertura-das-olimpiadas-rio-2016-feita-pela-rede-globo/>. Acesso em 21 out. 2016.

TWITTER. A história da Rio 2016 contada em memes. 28 dez. 2016. Disponível em: <https://twitter.com/i/moments/741362846936764416>. Acesso em 31 out. 2016.

VEJA. *Acervo online*. Disponível em: acervo.veja.abril.com.br/#/editions. Acesso em 29 ago. 2017.

VEJA. Revista n.2489, publicada em 2016, disponibilizada *online*. Disponível em: acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/52665?page=80§ion=1. Acesso em 29 ago. 2017.

14 Do Oito ao Oitenta: Um Modo Português de Estar no Desporto¹¹⁷

Francisco Pinheiro ¹¹⁸

Introdução

Os denominados “desportos modernos”¹¹⁹ surgiram ao longo do século XIX e desde logo encontraram na imprensa (e esta, no próprio desporto) um aliado para o seu processo de difusão, popularização e massificação. Como Bellamy (2006, p. 63) afirmou, a contribuição dos desportos para os *media* é difícil de avaliar, dado o seu impacto, parecendo “insaciável o apetite por conteúdos desportivos”. No caso português, em que vamos centrar este capítulo, o desporto, em especial o futebol, tem dominado as audiências televisivas ao longo das últimas décadas, com enfoque nos jogos da Seleção Nacional – a final do Campeonato da Europa de Futebol de 2016, entre Portugal e França, foi o programa de televisão mais visto do ano e um dos mais vistos da história da televisão portuguesa, com uma au-

117 Este texto mantém a ortografia utilizada em Portugal.

118 Doutor em História pela Universidade de Évora. Investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra e investigador associado do Instituto de História Contemporânea (IHC) da Universidade Nova de Lisboa.

119 Designação utilizada no campo da historiografia sobre desporto (e.g. SZYMANSKI, 2015; SCAMBLER, 2014; GUTTMANN, 1978) para distinguir o desporto contemporâneo (desde o século XIX ao século XXI) dos desportos antigos e medievais.

diência de 3,7 milhões de espectadores, a que correspondeu um share de 80,5%¹²⁰. Números impressionantes para um país com pouco mais de 10 milhões de habitantes e em que “o desporto e a comunicação sempre andaram juntos”, na aceção de Morais (2012, p. 11).

A génese histórica da relação entre *media* e desporto em Portugal remonta ao último quartel do século XIX, através da imprensa escrita – a rádio apareceu no final dos anos 1920 e a televisão somente em finais da década de 1950. Mas tratou-se de um processo relacional mais tardio do que no resto da Europa, onde as primeiras publicações desportivas surgiram logo nas primeiras décadas do século XIX, generalizando-se em meados desse século. Em Londres, por exemplo, despontou em 1852 o primeiro diário desportivo (em Portugal só em 1924) de que se tem notícia (ALCOBA, 1999, p. 60), com o título de *Sportsman*, convertendo-se sete anos mais tarde no *Sporting Life* – publicação desportiva de referência em Inglaterra entre 1859 e 1998 (cf. Lambie, 2010). Em França, os primeiros jornais desportivos emergiram na década de 1820, dedicados a temáticas como a hípica, o tiro e a esgrima, como o *Journal des Haras*, em 1828. O primeiro periódico desportivo generalista francês seria o parisiense *Le Sport* (1854-1887), enquanto o primeiro diário desportivo francês apareceu somente em 1890 com o *Le Vélo* (1892-1904). Em Espanha, a imprensa desportiva teve um aparecimento mais tardio do que em Inglaterra e França. As primeiras publicações desportivas começaram por emergir nos principais meios urbanos, espaços intimamente ligados ao nascimento e desenvolvimento do desporto, como Madrid, Barcelona e Valência. Caça e pesca, tiro, ginástica e ciclismo foram as modalidades a que se dedicaram exclusivamente várias publicações a partir das décadas de 1850 e 1860.

Os jornais desportivos portugueses apareceram ligeiramente mais tarde, em meados da década de 1870, no período que o historiador José Tengarrinha (1989, p. 17) definiu como a terceira época de evolução da imprensa periódica portuguesa, caracterizada pela “organização industrial da imprensa”, com início no último quartel do século XIX. Neste período, a imprensa desportiva deu os primeiros passos numa sociedade pouco familiarizada com a ideia de desporto, cujas primeiras atividades não passavam, a maioria das vezes, de uma importação elitista de modelos europeus, em especial de Paris (referência cultural para as elites portuguesas) e Londres (pela tradicional relação económica e aliança política com Portugal).

120 Cf. Meios & Publicidade (<http://www.meiosepublicidade.pt/2017/01/a-tv-que-os-portugueses-viram-em-2016/>).

Ciclismo, ginástica e futebol, por exemplo, seriam exemplos dessa importação e imitação de certas práticas desportivas europeias por parte das elites portuguesas (restritas a Lisboa e Porto). Neste período só a elite (nobreza e burguesia) tinha o tempo, meios e conhecimentos necessários para praticar desporto, num país profundamente pobre, raquítico e analfabeto, em que as classes trabalhadoras careciam de tempo para o lazer. A ausência de uma prática desportiva regular e diversificada fez com que as primeiras publicações se tenham centrado nas tradicionais atividades de caça e tauromaquia, como foram o *Jornal dos Caçadores* (Lisboa, 1875) e *O Toureiro* (Lisboa, 1876). A ginástica e a educação física começaram também a merecer atenção por parte dos responsáveis do sistema de ensino primário, que as consideravam essenciais para o “revigoramento rácico e de formação dum ideal patriótico” (Estrela, 1980, p. 73) entre os portugueses, emergindo publicações com essa índole temática, como *O Gymnasta* (Lisboa, 1878) e *O Gymnasta* (Porto, 1882).

Gradualmente o noticiário desportivo internacional passou a ter uma presença regular nos jornais desportivos portugueses, assentando na transcrição de notícias dos principais jornais desportivos internacionais que chegavam a Portugal, vindos em especial de Espanha, França, Inglaterra e Brasil, assim como através dos correspondentes estrangeiros. Madrid, Paris, Londres e Rio de Janeiro, por exemplo, eram cidades onde os principais jornais desportivos de Lisboa e Porto contavam com correspondentes, tratando-se habitualmente de cidadãos portugueses residentes nessas cidades e, em alguns casos, de jornalistas estrangeiros. O noticiário internacional era veiculado através de secções específicas dos jornais, como “Crónica internacional” ou “Pelo estrangeiro” (PINHEIRO, 2011, p. 59). Naturalmente, as notícias relacionadas com o movimento olímpico internacional passaram a integrar o noticiário dos principais jornais desportivos, num processo gradual de crescimento da cobertura noticiosa em relação aos Jogos Olímpicos de Verão (no caso português não existe tradição de desportos de inverno).

Apesar de ser uma ambição antiga, que vinha desde os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, Portugal esteve ausente das quatro primeiras Olimpíadas (Atenas-1896, Paris-1900, Saint Louis-1904 e Londres-1908). Mas isso não significava que os atletas portugueses fossem pouco competitivos ou que não existissem clubes desportivos e competições organizadas em Portugal. Ao longo da segunda metade do século XIX, acentuando-se no último quartel, criaram-se vários clubes, nos principais meios urbanos, que conseguiram dinamizar desportos de índole olímpica, como o remo (modalidade olímpica desde 1900) e a natação (uma das nove modalidades pioneiras em Atenas-1896, juntamente com o atletismo, esgrima, halterofilia, luta, tiro, ciclismo, ginástica e ténis). Estes dois desportos foram

praticados de forma pioneira no seio da Associação Naval de Lisboa (Lisboa, 1856), do Clube Fluvial Portuense (Porto, 1876) e da Associação Naval 1º de Maio (Figueira da Foz, 1893). Seguiram-se a ginástica (através, por exemplo, do Real Ginásio Clube, formado em Lisboa em 1875, ou o Ginásio Clube Figueirense, criado na Figueira da Foz em 1893), o ténis e o futebol (modalidade olímpica desde 1900), no Clube Internacional de Football (Lisboa, 1902). O futebol, jogado pela primeira vez entre portugueses em 1888, viria a popularizar-se a partir do início do século XX graças à ação de três clubes, os mais populares na história contemporânea portuguesa: Sport Lisboa e Benfica (Lisboa, 1904), Sporting Clube de Portugal (Lisboa, 1906) e Futebol Clube do Porto (Porto, 1906¹²¹).

A dinâmica de criação de clubes, aliada à ação dinamizadora da imprensa desportiva, teve reflexos no aumento de praticantes e no incremento da competitividade entre atletas (totalmente amadores) e clubes. Inclusivamente alguns desportistas portugueses ganharam dimensão internacional, batendo recordes mundiais no ciclismo e halterofilia (cf. PINHEIRO & NUNES, 2012, p. 20-21). A rutura política de 1910, com o fim da Monarquia e o advento da I República – melhorando a conjuntura político-ideológica à volta do desporto –, aliada ao próprio processo de crescimento do desporto a nível nacional e internacional (proporcionando mais contatos internacionais), determinaram a criação de condições para a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos.

Olimpismo e imprensa desportiva portuguesa: contributos históricos

O advento da República, em 1910, teve o condão de potenciar a necessidade de representatividade internacional de Portugal. A opinião pública, em grande parte alimentada pela imprensa, começou a considerar as vitórias desportivas internacionais como afirmações de superioridade de um determinado país, raça ou continente. Enquanto as derrotas ou a ausência de um país, num evento com a dimensão dos Jogos Olímpicos, eram vistas como um sinal de decadência, denotando um afastamento em relação à civilização europeia e ao que de mais “moderno” sucedia no seu seio.

121 Entre 1893 e 1895 esteve em atividade um clube com o nome de FC Porto, sendo inexistente qualquer atividade desta agremiação entre 1895 e 1906, ano em que surgiu o atual FC Porto (cf. Coelho & Pinheiro, 2002).

Neste período de conturbação política (início da década de 1910), o desporto português vivia “num ambiente tranquilo e consensual, trabalhando em prol da ‘causa desportiva’” (PINHEIRO & NUNES, 2012, p. 22). Este ambiente levou inclusivamente o meio jornalístico a fundar a primeira organização de classe dos jornalistas desportivos, a Associação dos Jornalistas Sportivos, em 1911. Na sua génese estiveram diversos jornalistas de secções desportivas de jornais generalistas (*O Mundo*, *Diário de Notícias*, *Lucta*, *O Dia* e *O Século*), assim como de periódicos desportivos (*Tiro e Sport* e *Os Sports Ilustrados*). No seio da Associação era unânime a opinião de que Portugal deveria estar presente nos Jogos Olímpicos de 1912, passando a ser regulares, em 1911, os artigos de opinião e editoriais que defendiam precisamente essa posição. O diário *O Século* e o jornal desportivo *Os Sports Ilustrados* publicaram periodicamente cartas dos leitores que defendiam a participação olímpica de Portugal e a melhoria das condições de treino dos desportistas – a ausência de boas condições de treino era apontado como “o ponto mais fraco”¹²² do desporto português.

Entre o final de 1911 e o início de 1912, tornou-se consensual a necessidade de Portugal participar nos Jogos Olímpicos de 1912. Os principais obstáculos residiam na falta de recursos económicos para financiar a comitiva portuguesa e na inexistência de um Comité Olímpico Português. Os clubes viviam com dificuldades e faltavam as estruturas federativas, denotando-se um afastamento da classe política. Entre 1909 e 1911, o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi informado, por diversas vezes, pelo Comité Olímpico Internacional (COI), sobre as diversas provas a realizar em Estocolmo-1912, da data de inscrição e do calendário do evento. Porém, o Governo português resolveu “fazer silêncio sobre o caso”¹²³. A situação foi denunciada por *O Século* e *Os Sports Ilustrados* que encetaram uma campanha a favor da participação portuguesa. Os jornais justificavam essa presença com o facto de Portugal contar com atletas de nível internacional, sendo necessário unicamente melhorar as condições de treino. Era recorrente apresentar o exemplo de Francisco Lázaro, cujo tempo com que venceu a Maratona de Lisboa de 1911 estava ao nível dos melhores maratonistas mundiais.

O prestígio de Portugal parecia igualmente estar em causa, com a ausência do País nos Jogos Olímpicos a poder ser encarada como um exemplo de desorganização desportiva e atraso social em relação às nações modernas que habitualmente

122 *Os Sports Ilustrados*, 23 de dezembro de 1911.

123 *Os Sports Ilustrados*, 13 de janeiro de 1912.

participavam nas Olimpíadas. A participação portuguesa em Estocolmo-1912 era assim vista como um exemplo de modernidade, como afirmava *Os Sports Ilustrados* de 10 de fevereiro de 1912. Pese a insistente campanha da imprensa, o Governo desmarcou-se do financiamento à participação olímpica, afirmando publicamente que não dispunha de recursos financeiros para auxiliar a participação de uma equipa portuguesa nos V Jogos Olímpicos. A imprensa desportiva mostrou-se indignada, afirmando que Portugal podia formar “um team poderoso”¹²⁴, demonstrando esperança na conquista de medalhas através do maratonista Francisco Lázaro.

Apostada em levar a Estocolmo a primeira comitiva olímpica portuguesa, a imprensa teve um papel determinante na criação do Comité Olímpico de Portugal (COP), em abril de 1912, apoiando a angariação de fundos para a participação olímpica lusa. Apesar dos constrangimentos, foi formada uma comitiva com seis atletas, nas modalidades de atletismo, luta greco-romana e esgrima. Entre a imprensa, a expectativa crescia à volta de Francisco Lázaro, detentor de uma marca de nível mundial na Maratona. Porém, o atleta lisboeta viria a desfalecer durante a maratona olímpica de 14 de julho de 1912, vítima de uma insolação, a qual viria a ser fatal no dia seguinte. A imprensa desportiva não tardou em elevar o nome de Lázaro ao patamar de herói nacional, como sucedeu em *Os Sports Ilustrados*, *O Mundo* e *A Luta*.

As seguintes edições dos Jogos Olímpicos voltariam a ter impacto na imprensa desportiva portuguesa, em especial Paris-1924 e Amesterdão-1928, por razões distintas. Os Jogos Olímpicos de Paris contribuíram fortemente para a criação do primeiro diário desportivo em Portugal, o *Diário de Sport*, em 22 de maio de 1924, assegurando o volume noticioso e o interesse público necessários para o arranque de um diário desportivo, uma vez que se tratava da maior representação olímpica portuguesa, com 25 atletas em oito modalidades. No caso de Amesterdão-1928, em que estiveram presentes 29 atletas lusos, repartidos por oito modalidades, a novidade foi a participação da equipa nacional de futebol, que atingiu os quartos-de-final. A conquista de uma medalha de bronze em hipismo em 1924 e na esgrima em 1928 também contribuíram para um reforço da cobertura noticiosa aos Jogos Olímpicos. Os seguintes Jogos a terem uma cobertura noticiosa alargada seriam os de Berlim-1936, contando com a presença de uma delegação de jornalistas, em representação das mais importantes publicações desportivas, como as revistas *Sporting* e *Stadium* e os jornais *Os Sports* e *O Norte Desportivo*.

124 *Os Sports Ilustrados*, 17 de fevereiro de 1912.

Devido à sua dimensão social, política, económica, mediática e, obviamente, desportiva, que o eleva à categoria de megaevento, os Jogos Olímpicos entraram na agenda noticiosa dos jornais portugueses ao longo do século XX e XXI, alcançando um estatuto que só os megaeventos futebolísticos (Mundial e Euro) atingiram. Estes megaeventos acabaram por ter uma cobertura noticiosa alargada na imprensa desportiva de referência – com circulação nacional e credibilidade informativa –, que no caso português se resumiu historicamente a um leque restrito de publicações com sede em Lisboa e Porto, como foram *O Sport de Lisboa* (Lisboa, 1915-1934), *Os Sports* (Lisboa, 1919-1945), *Sporting* (Porto, 1921-1953), *Stadium* (Lisboa, 1932-1951), *O Norte Desportivo* (Porto, 1934-1983), *A Bola* (Lisboa, 1945-atualidade), *Mundo Desportivo* (Lisboa, 1945-1980), *Record* (Lisboa, 1949-atualidade), *Gazeta dos Desportos* (Lisboa, 1981-1995) e *O Jogo* (Porto, 1985-atualidade). Este restrito grupo de publicações assumiu-se como “o centro irradiador de ideias, saberes e exemplos, confluindo nele todo o género de estratégias” (Pinheiro, 2011, p. 433), incluindo a cobertura aos megaeventos desportivos. Representam também uma das principais fontes de pesquisa sobre o jornalismo (desportivo) e a própria identidade portuguesa (COELHO, 2001).

Deste modo, tendo em conta que os mais recentes Jogos Olímpicos (Rio de Janeiro-2016) se realizaram pela primeira vez num país de língua portuguesa, com fortes ligações históricas e culturais a Portugal, torna-se extremamente relevante (do ponto de vista histórico, social e de estudo dos *media*) analisar a cobertura noticiosa da imprensa desportiva portuguesa a estes Jogos. Segundo o investigador Wayne Wanta (2006, p. 106), a pesquisa sobre jornalismo desportivo na imprensa escrita agrupa-se em três áreas: “(1) estudos sobre o conteúdo das notícias desportivas ou de que forma e como os desportos são cobertos; (2) estudos sobre quem escreve informação desportiva ou quem produz conteúdos desportivos; (3) e estudos sobre os leitores de desporto, sobre os consumidores de conteúdos desportivos”. Nesta pesquisa teremos em consideração as duas primeiras áreas de investigação definidas por Wanta, aplicadas a um “corpus” de pesquisa na linha do que propõe Roland Barthes (apud BAUER et al., 2002, p. 44), ou seja, “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo investigador, com (inevitável) arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar”. Nesse sentido, o “corpus” assenta em dois diários desportivos, *A Bola* e *O Jogo* – o primeiro com sede em Lisboa e o segundo no Porto, assumindo-se como os dois principais diários desportivos¹²⁵ das duas

125 Em Portugal só existem três diários desportivos: *A Bola* (Lisboa, 1945-atualidade), *Record* (Lisboa, 1949-atualidade) e *O Jogo* (Porto, 1985-atualidade).

principais cidades portuguesas, respetivamente –, e como estes cobriram os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. A “coleção finita de materiais” é formada pelas edições de ambos diários entre os dias 1 e 23 de agosto de 2016 – englobando todo o período dos Jogos Olímpicos, entre 5 de agosto (cerimónia de abertura) e 21 de agosto (cerimónia de encerramento). Metodologicamente teremos em consideração as linhas de pesquisa sugeridas por Wanta (2006) no que respeita à cobertura desportiva nos *media* impressos, por Herscovitz (2007) relativamente à análise de conteúdo em jornalismo e por Motta (2007) quanto à análise pragmática da narrativa jornalística.

Rio 2016 em *A Bola*

Uma das figuras incontornáveis do desporto e olimpismo português no século XX foi Moniz Pereira, primeiro treinador luso a ver um atleta seu conquistar a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos, em Los Angeles-1984, com o maratonista Carlos Lopes. Nascido em 1921, Moniz Pereira participou como treinador em 11 Olimpíadas, falecendo a 31 de julho de 2016, dias antes do início dos Jogos do Rio de Janeiro. Na edição de 1 de agosto de 2016, o diário *A Bola* dedicou a primeira página a Moniz Pereira, com o histórico¹²⁶ diretor da publicação, Vítor Serpa, a defini-lo como “o maior desportista português do século XX, dito no sentido eclético e universal da palavra”¹²⁷. Todo o movimento olímpico português ficou comovido com a morte desta figura singular, com o seu legado desportivo a ser recordado por diversas ocasiões ao longo da cobertura noticiosa ao Rio-2016.

Para acompanhar os Jogos Olímpicos, *A Bola* enviou três jornalistas para o Brasil: o subdiretor José Manuel Delgado, antigo guarda-redes de futebol, que após terminar a carreira futebolística nos anos 1980 enveredou pelo jornalismo, sendo estes os primeiros Jogos Olímpicos que acompanhava (já havia estado em Mundiais e Europeus de futebol); o jornalista António Simões, com uma vasta carreira e diversos livros publicados sobre a história do desporto e futebol português; e Nuno Perestrelo, de uma nova geração de jornalistas, com a função de seguir a seleção portuguesa de futebol durante o torneio olímpico. A acompanhá-los foi

126 Em 2017 fez 25 anos no cargo de diretor.

127 SERPA, Vitor. “Moniz Pereira – o senhor que fez um Portugal maior”. In *A Bola*, 1 de agosto de 2016, p. 21.

também um fotojornalista, André Alves. Para além do noticiário diário, os três jornalistas seriam responsáveis por três colunas de opinião.

Entre 1 e 23 de agosto de 2016, *A Bola* publicou um total de 229 páginas dedicadas ao Rio-2016, representando 23,4% da totalidade das 976 páginas¹²⁸ publicadas, com uma média diária de 9,5 páginas dedicadas aos Jogos Olímpicos. Os Jogos tiveram destaques diários na primeira página ao longo desse período, mas só foi o tema predominante numa única edição, em 9 de agosto, dedicada à conquista da medalha de bronze de Telma Monteiro no judo e que viria a ser a única medalha ganha pela comitiva portuguesa. Do total de 23 edições analisadas de *A Bola*, 21 primeiras páginas tiveram como tema principal o futebol português, repartidas entre os três “grandes”: SL Benfica, com 11 capas como tema principal; Sporting CP, com 6,5 capas; e FC Porto, com 3,5. O futebol foi sempre dominador nas 23 edições, ocupando em média 50% a 60% do total de páginas. O torneio de futebol olímpico foi igualmente um tema predominante em *A Bola*, sobretudo enquanto esteve presente a Seleção Portuguesa.

Durante as primeiras edições de agosto, que antecederam a abertura oficial dos Jogos, os jornalistas de *A Bola* (alojados perto da Aldeia Olímpica) mostraram-se impressionados com o “gigantismo da operação olímpica”¹²⁹, apresentando quatro grandes linhas de trabalho jornalístico: descrever o “gigantismo” olímpico, sublinhando as infraestruturas desportivas e de apoio, como a Aldeia Olímpica (e.g. o “mega” restaurante da Aldeia, referido em diversas ocasiões); procurar o que de português existia no meio olímpico e na própria cidade; relatar o ambiente geral que se vivia no Rio de Janeiro e na Aldeia Olímpica; e comparar os sentimentos que haviam precedido os Jogos e a sua própria chegada ao Brasil, com a realidade que estavam a viver. Uma das preocupações incontornáveis era a violência, com o jornalista Nuno Perestrelo, na sua coluna de opinião “Rio 40 graus”¹³⁰ de 3 de agosto de 2016 (p. 21), a afirmar: “Desconfio que 95% dos viajantes cujo destino é o Rio de Janeiro têm um ou 200 instantes em que pensam que vão ser assaltados. Ser apenas assaltado, é aliás, uma sorte.” Mas reconhecia que os receios foram-se dissipando com o passar dos dias, deixando-se cativar pela cidade e tranquilizar pelo forte dispositivo de segurança que se fazia sentir, concluindo que “o Rio é mesmo uma cidade maravilhosa”.

128 16 edições com 40 páginas e 7 edições com 48 páginas.

129 DELGADO, José Manuel. “Moderadamente otimista”. In *A Bola*, 2 de agosto de 2016, p. 28.

130 Provavelmente inspirado no filme *Rio, 40 graus* (1955) (cf. MARQUES, 2011, pp. 314-315).

A temática da violência e da segurança iria manter-se presente em *A Bola* ao longo dos Jogos, assim como as referências ao “trânsito caótico”¹³¹ do Rio de Janeiro. Menos cobertura noticiosa teriam os temas da “brutalidade policial”¹³², corrupção (e.g. a venda ilegal de bilhetes) ou dopagem (e.g. envolvendo a Rússia). A própria organização olímpica brasileira foi um tema em foco, dado que “muitos não acreditavam na capacidade dos brasileiros para organizar os Jogos”¹³³, percepção que foi mudando em *A Bola* ao longo do tempo, acabando por afirmar que se tratou de uma “organização colossal”¹³⁴ com “nota amplamente positiva”¹³⁵. A dimensão “colossal” dos Jogos, a sua “logística e apetrechamento infraestrutural ciclópico”¹³⁶ levaram inclusivamente o jornalista José Manuel Delgado a afirmar que “nem Lisboa, nem o Porto têm qualquer hipótese, nem horizonte médio, de realizar uns Jogos Olímpicos, nem o País teria condições para se meter numa cavalgaria tão alta”¹³⁷.

As relações luso-brasileiras acabaram também por estar muito presentes no período analisado, como demonstra a edição de 4 de agosto, em que se destacava a presença no Rio de Janeiro do presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa. No discurso de entrega da bandeira portuguesa à comitiva olímpica lusa, o presidente caracterizou o Brasil como “um país que fala português e é mais do que um irmão”¹³⁸, com a relação entre os dois países a ser “uma realidade difícil de definir, tão forte é aquilo que sentimos no nosso coração, algo feito de história, cultura, sentimentos, afetos e vivências comuns.”¹³⁹ Essa história comum seria igualmente refletida na cerimónia de abertura dos Jogos, a 5 de agosto, no Estádio

131 Cf. edição de 18 de agosto de 2016, p. 26.

132 S.a. “Violência hipoteca legado olímpico”. In *A Bola*, 4 de agosto de 2016, p. 23.

133 DELGADO, José Manuel. “Terráqueos, vamos salvar o planeta!” In *A Bola*, 6 de agosto de 2016, p. 28.

134 DELGADO, José Manuel. “O encanto dos JO na hora da despedida”. In *A Bola*, 21 de agosto 2016, p. 28.

135 Ibidem.

136 Ibidem.

137 Ibidem.

138 Declarações de Marcelo Rebelo de Sousa. In DELGADO, José Manuel. “Os nossos atletas vão ser embaixadores de Portugal”. In *A Bola*, 4 de agosto de 2016, p. 19.

139 Ibidem.

do Maracanã, quando a delegação portuguesa foi recebida por parte do público brasileiro com uma “estrandosa ovação”¹⁴⁰, fazendo com que “décadas de anedotas de portugueses”¹⁴¹ ficassem “perdoadas perante tão amigável acolhimento”¹⁴². Era igualmente um momento marcante para o português enquanto língua, ao ser a primeira vez na história olímpica que “a grande festa do desporto universal se realizava num país de língua portuguesa”, com o Brasil a fazer “questão não apenas de assinalar a sua relação com a história de Portugal e dos portugueses, como privilegiou a nossa língua comum na comunicação com o mundo” durante a cerimónia de abertura dos Jogos. O tema da língua portuguesa seria recorrente, com *A Bola* a retomá-lo a 20 de agosto, afirmando que “os brasileiros mostram uma capacidade inventiva que cria a dinâmica evolutiva do idioma de Camões. São eles, e não nós (portugueses), por mais que nos julguemos no centro do mundo, que expandem globalmente a nossa língua comum”¹⁴³.

Um outro aspeto inevitável neste género de megaeventos desportivos e na sua respetiva cobertura noticiosa é a análise constante aos resultados desportivos dos países envolvidos. Tradicionalmente, no caso português, essa análise segue o fio narrativo que começa na expectativa em bons resultados (no início das competições) e termina em desilusão (no final). No Rio-2016, essa narrativa manteve-se inalterada, alimentada pelo próprio Comité Olímpico de Portugal (COP). Duas frases simbólicas do presidente do COP, José Manuel Constantino, representam esta espécie de modo português de estar no desporto: dias antes da abertura oficial dos Jogos, o presidente do COP mostrou-se “moderadamente otimista”¹⁴⁴ (alimentando as expectativas) em relação à prestação dos 92 atletas portugueses presentes no Rio-2016 e no final da competição admitia com desilusão que “os nossos objetivos não foram atingidos”¹⁴⁵. *A Bola* teve dois momentos em que demonstrou

140 DELGADO, José Manuel. “Maracanã recebeu Portugal com uma estrondosa ovação”. In *A Bola*, 7 de agosto de 2016, p. 21.

141 Ibidem.

142 Ibidem.

143 DELGADO, José Manuel. “A imperdível história do ‘abençoado’”. In *A Bola*, 20 de agosto de 2016, p. 19.

144 Declarações de José Manuel Constantino. In DELGADO, José Manuel. “Moderadamente otimista”. In *A Bola*, 2 de agosto de 2016, p. 28.

145 Declarações de José Manuel Constantino. In S.A. “Os nossos objetivos não foram atingidos”. In *A Bola*, 23 de agosto de 2016, p. 1.

claramente este mesmo modo português de estar no desporto. O primeiro foi a 9 de agosto de 2016, numa edição que teve, em grande destaque, na primeira página, a judoca portuguesa Telma Monteiro, vencedora na véspera da primeira medalha de Portugal (um bronze) no Rio-2016. O momento foi de euforia, com o jornalista José Manuel Delgado, que havia acompanhado *in loco* o combate da judoca lusa, a afirmar que eram “tempos felizes”¹⁴⁶ para o desporto português, “pela frequência de vitórias que podem não resolver a crise mas fazem bem à alma e aumentam a autoestima”¹⁴⁷, numa alusão que incluía a vitória de Portugal no Campeonato da Europa de Futebol, em 10 de julho de 2016, na França – conquista que se mantinha muito viva na memória coletiva dos portugueses. Na mesma edição, o diretor da publicação, Vítor Serpa, lembrava que “todas as medalhas, sobretudo para um pequeno e pobre país como Portugal, são de fulcral importância, como resultado desportivo e como motivação de uma cultura desportiva mais aberta”¹⁴⁸, tendo a medalha de bronze de Telma Monteiro “um valor universal”¹⁴⁹ uma vez que o judo era uma das modalidades de “primeira grandeza”¹⁵⁰ nos Jogos Olímpicos. Dias depois, a 12 de agosto, Vítor Serpa voltaria ao tema no “Editorial” (p. 40) de *A Bola*, afirmando que para os portugueses uma medalha significava a “consagração da pátria” e a “notabilidade pública”. Por isso, “uma medalha não é, apenas, um feito desportivo. É uma condição próxima à de herói nacional. Demasiado? Obviamente que sim”. E justificava essa condição pelo facto de Portugal ser “um pequeno país”, com “falta de autoestima”, tendo por isso “o direito a ser algo diferente dos grandes países”. Mas lembrava que esse modo de estar no desporto tinha o “reverso da medalha. É que a derrota também não é sentida, apenas, como um desaire desportivo. É quase uma humilhação nacional.” E reconhecia que isso também era “um evidente exagero. Mas é assim”, concluía. Com o aproximar do fim dos Jogos Olímpicos e a ausência de mais medalhas por parte dos atletas portugueses surge o segundo momento, com os “tempos felizes” da edição de 9 de agosto a transformarem-se em desilusão a 19 de agosto e em “lágrimas” a 22 de agosto. No “Editorial” (p. 40) de *A Bola* de dia 19, José Manuel Delgado defendia agora que Portugal continuava “sem ser um país de desporto”, com os apoios a serem “insuficientes”

146 DELGADO, José Manuel. “Eu e o eixo Paris-Rio de Janeiro”. In *A Bola*, 9 de agosto de 2016, p. 5.

147 Ibidem.

148 SERPA, Vítor. “Telma de bronze – um belo exemplo”. In *A Bola*, 9 de agosto de 2016, p. 40.

149 Ibidem.

150 Ibidem.

e as queixas dos atletas portugueses (sobretudo sobre a falta de boas condições de treino) a “multiplicarem-se” durante os Jogos. Faltava identificar o culpado, que para o subdiretor do principal jornal desportivo português era o Governo: “É a estas magnas questões que o Governo deverá dar resposta. O que queremos para o desporto? Como se enquadra a escola? Que soluções para o Alto Rendimento?” E quem parecia ilibado de responsabilidades eram os atletas portugueses: “Do que tenho visto no Rio de Janeiro, os atletas representaram bem Portugal, com sentido de responsabilidade e ambição”. As críticas à classe política (por falta de investimento e políticas desportivas) aumentaria de tom nos dias seguintes, quando se confirmou a conquista de uma única medalha, com José Manuel Delgado a afirmar na edição de 22 de agosto que “se nada mudar, seremos no Japão (2020) o que somos hoje: desportivamente subdesenvolvidos”¹⁵¹.

Finalmente, o próprio trabalho jornalístico durante os Jogos Olímpicos mereceu algumas reflexões por parte dos jornalistas de *A Bola*. Na edição de 3 de agosto, José Manuel Delgado publicou o artigo “Ontem foi um dia bom. Aprendi muito...” (p. 28), em que analisava precisamente o que tinha aprendido (enquanto jornalista) durante os primeiros dias no Rio de Janeiro. E uma das principais reflexões recaía sobre “o que é o espírito olímpico?”, defendendo que a “força do olimpismo está, sobretudo, nos atletas, e é a força contagiante que deles emana que se mostra capaz de derrubar todas as barreiras e que, no fundo, legitima e motiva os dirigentes.” Na edição de 23 de agosto, Delgado voltaria a abordar o seu labor de jornalista, sublinhando que “em intensidade e concentração de trabalho, nada se compara a uns Jogos Olímpicos”¹⁵².

Rio 2016 em O Jogo

Entre 1 e 23 de agosto de 2016, o diário *O Jogo* dedicou 132 páginas ao Rio-2016, representando 13,2% da totalidade das mil páginas¹⁵³ publicadas nesse período, com uma média diária de 5,7 páginas sobre o tema. Os Jogos Olímpicos

151 DELGADO, José Manuel. “As lágrimas do Rio e as contas portuguesas”. In *A Bola*, 22 de agosto de 2016, p. 28.

152 DELGADO, José Manuel. “Três semanas a ver estrelas”. In *A Bola*, 23 de agosto de 2016, p. 31.

153 18 edições com 40 páginas, 2 edições com 48 páginas, 1 edição com 56 páginas e 2 edições com 64 páginas.

tiveram vários destaques na primeira página, mas não foi o tema predominante em nenhuma edição, nem mesmo a 9 de agosto, dia seguinte à conquista da medalha de bronze de Telma Monteiro no judo. Do total de 23 edições analisadas de *O Jogo*¹⁵⁴, a totalidade das primeiras páginas teve como tema principal o futebol português, repartidas entre o FC Porto (19 capas como tema principal), SL Benfica (2,5 capas), Sporting de Braga (1 capa) e Sporting CP (0,5 página). O futebol foi o tema dominador diariamente, ocupando em média entre 60% a 75% do total de páginas¹⁵⁵. Das modalidades olímpicas, a que recebeu maior cobertura noticiosa foi o futebol, sobretudo enquanto a Seleção Portuguesa esteve presente no Rio. E foi precisamente para acompanhar a equipa lusa no torneio olímpico de futebol que *O Jogo* mandou para o Rio de Janeiro o seu único enviado especial, a experiente jornalista Mónica Santos, fazendo a partir da Redação¹⁵⁶ do jornal (com sede no Porto) o acompanhamento das restantes modalidades e incidências. Além de seguir diariamente a seleção de futebol portuguesa, Mónica Santos tinha uma coluna de opinião, “Central do Brasil”¹⁵⁷. Uma outra coluna de opinião sobre os Jogos Olímpicos esteve a cargo do veterano jornalista Manuel Queiroz, com o título “O Samba dos Jogos” – apesar de não estar no Rio de Janeiro, acompanhou diariamente as incidências dos Jogos.

A presença física (ou a sua ausência), no sentido do acompanhamento direto dos acontecimentos, no Rio de Janeiro, fez com que as temáticas e enfoques das crónicas de Mónica Santos e Manuel Queiroz fossem diferentes, além da própria questão de género influir nos temas das crónicas. Mónica Santos acabaria por refletir essa mesma condição (feminina), sobretudo na escolha dos temas a abordar nas crónicas da “Central do Brasil”. Assumiu mesmo, em diversas ocasiões, uma posição política, em defesa da presidente Dilma e de crítica negativa às “figuras

154 A análise assentou na edição Norte do jornal, existindo uma edição Sul, variando quase unicamente o teor da primeira página. A edição Norte é mais vocacionada para leitores interessados no FC Porto, principal clube do Porto, e a edição Sul para adeptos do SL Benfica e Sporting CP, principais clubes de Lisboa.

155 Cf. edição de 6 de agosto de 2016 (36 páginas sobre futebol, num total de 48) ou 9 de agosto de 2016 (25 páginas sobre futebol, num total de 40 páginas).

156 Utilizando múltiplas fontes de informação, como agências noticiosas, edições online de jornais internacionais, páginas online oficiais (comitês olímpicos, federações desportivas, páginas de atletas, etc.), entre outras.

157 Provavelmente inspirado no filme *Central do Brasil* (1998).

sinistras” da política brasileira (e.g. Temer), como fez na crónica de 6 de agosto (p. 20). No dia seguinte, a jornalista abordou o tema dos contrastes sociais no Brasil, utilizando uma linguagem em que referia “bebés”, “colo” e os próprios sobrinhos, refletindo sobre a sua própria condição feminina, fugindo ao “discurso patriarcal masculino” (CIXOUS, COHEN & COHEN, 1976) dominante na imprensa desportiva (escrita e lida, tradicionalmente, por homens). Este estilo de escrita e temas (femininos?) estariam presentes em diversas crónicas, como a de 10 de agosto com o título de “Mulheres” (p. 14) e, sobretudo, a 13 de agosto, “Autogolo” (p. 24), em que ironizou com o ministro da saúde brasileiro, o engenheiro civil Ricardo Barros, por este ter “rebetado com a ‘agenda positiva’ do Governo ao afirmar que os homens ‘trabalham mais’ do que as mulheres e por isso vão menos ao médico”, sendo eles (homens) “os provedores da maioria das famílias e não acham tempo para a saúde preventiva”. Para a jornalista, as estatísticas contrariavam o governante, já que o homem brasileiro só trabalhava mais cinco horas do que as mulheres (e somente no trabalho pago), recorrendo Mónica Santos à sua sensibilidade feminina para contrariar Ricardo Barros, afirmando que “é o medo dos médicos que os demove (de ir às consultas), mas isso não é científico...”.

Estes foram os Jogos Olímpicos em que participaram mais mulheres portuguesas, com a comitiva de 92 atletas a contar com 30 mulheres, um “recorde feminino”, como escreveu Augusto Ferro em 5 de agosto (p. 30), superando as 29 de Londres-2008. Duas destas atletas eram as mesatenistas Fu Yu e Shao Jieni, nascidas na China mas naturalizadas portuguesas. Esta questão levou o jornalista Manuel Queiroz a discorrer sobre a identidade nacional, afirmando que Portugal tem “uma história de aproximação aos outros, não de rejeição”¹⁵⁸, aceitando por isso atletas nascidos noutros países. E deu exemplos (masculinos) de desportistas, nascidos “fora” de Portugal, que representaram o País: “Sei que Eusébio, Coluna, Deco, Obikwelu os sinto portugueses, ligados ao hino, à língua, aos valores gerais.”¹⁵⁹ As questões identitárias do ser português seriam abordadas por Manuel Queiroz na coluna “O Samba dos Sambas”, relacionando por vezes a história de Portugal com os resultados desportivos. Na edição de 7 de agosto, em virtude dos maus resultados dos nadadores portugueses, Queiroz questionava o que faltava à nataçãõ portuguesa para obter medalhas olímpicas, recorrendo a um imaginário histórico: “O povo

158 QUEIROZ, Manuel. “O Samba dos Jogos. A difícil arte de conviver”. In *O Jogo*, 8 de agosto de 2016, p. 37.

159 Ibidem.

marinheiro não sabe nadar? O melhor de sempre foi Alexandre Yokochi¹⁶⁰ num sétimo lugar, porque os genes eram pouco portugueses?”. O orgulho dos Descobrimentos e da tradicional relação com o mar, para que remete Queiroz com a expressão de “povo marinheiro” para caracterizar os portugueses, seria também utilizado pelos próprios atletas lusos. O canoísta Fernando Pimenta, após a final da canoa-gem em K4, em que ficou em sexto lugar, alertava de que no Rio-2016 os 92 atletas portugueses estavam “unidos, como os nossos navegadores há uns anos fizeram, atravessando tempestades e conquistando o Mundo. Temos de ter orgulho neles e continuar a conquistar o Mundo.”¹⁶¹ Dias antes, a judoca Telma Monteiro, única medalhista portuguesa no Rio-2016, tinha sintetizado essa vontade de “conquistar o Mundo” (aqui obviamente do ponto de vista desportivo) na frase “foi na garra, foi no querer, foi na raça lusitana, teve de ser”¹⁶², proferida logo após o combate que lhe valeu a medalha de bronze.

Perante estes comentários dos atletas, o jornalista Carlos Flórido, que substituiu Mónica Santos¹⁶³ como enviado especial de *O Jogo* ao Rio-2016, alertaria o público português¹⁶⁴ de que esta era a comitiva lusa mais bem formada de sempre, com 70% a 80% dos atletas a terem formação superior. Salientou também que, aliado a isso, o COP tinha realizado sessões de “media training” com os atletas, preparando-os para lidar com os jornalistas. E prevenia os leitores: “O país que gosta de criticar esta rapaziada pela falta de medalhas que se prepare. Eles não são apenas bons atletas, também são inteligentes. E gente assim, quando quer melhorar um país, obriga os outros a mexerem-se.”¹⁶⁵ Sublinhava ainda que eram eles, os

160 É o detentor do maior palmarés da natação portuguesa, finalista olímpico em Los Angeles-1984 com um sétimo lugar nos 200 metros bruços. De ascendência japonesa (pelo pai) e alemã (pela mãe), começou a nadar por influência do pai Shintaro Yokochi, reputado treinador de natação em Portugal nos anos 1970 e 1980.

161 Declarações de Fernando Pimenta. In S.A. “Canoístas de consciência tranquila”. In *O Jogo*, 21 de agosto de 2016, p. 55.

162 Declarações de Telma Monteiro. In DOMINGOS, Catarina. “Glória de Telma”. In *O Jogo*, 9 de agosto de 2016, p. 29.

163 Regressou a Portugal após o fim da campanha da Seleção Portuguesa de futebol, eliminada a 13 de agosto, pela Alemanha, publicando a última crónica “Central do Brasil” a 15 de agosto de 2016.

164 Cf. FLÓRIDO, Carlos. “Por um país melhor”. In *O Jogo*, 21 de agosto de 2016, p. 54.

165 Ibidem.

atletas, que “cada vez perguntam mais se o país está ao nível dos seus resultados nuns Jogos Olímpicos”¹⁶⁶, uma vez que 37% dos 92 atletas portugueses presentes no Rio-2016 haviam conseguido ficar nos dez primeiros lugares das respetivas competições. O atleta João Pereira, quinto classificado no triatlo e a somente nove segundos da medalha de bronze, teria o mesmo discurso no final da prova, pedindo aos portugueses para imaginarem que “têm uma empresa e a querem entre as três melhores do mundo. Força, não deve ser fácil.”¹⁶⁷ Fechou afirmando que “se querem medalhas, têm de dar melhores condições”¹⁶⁸ – queixa transversal à generalidade dos atletas lusos¹⁶⁹.

O enviado especial de *O Jogo*, Carlos Flórido, mostrou-se solidário com este discurso dos atletas, admitindo conhecer bem vários deles e respetivos treinadores, o que o limitava na hora de criticar, como reconheceu na crónica “Comentário” de 15 de agosto de 2016 (p. 31). Títulos como “A tristeza delas é maior do que a nossa” (15 de agosto de 2016, p. 31, referindo-se às desistências das atletas portuguesas na maratona olímpica feminina), “Que podemos nós fazer pelos olímpicos?” (18 de agosto de 2016, p. 30, lamentando os fracos apoios que recebia Rui Bragança, do taekwondo) ou “Pimenta não merecia isto” (17 de agosto de 2016, p. 28, dedicado ao canoísta Fernando Pimenta que falhou as medalhas devido às folhas na Lagoa Rodrigo de Freitas que atrasaram a sua embarcação) são exemplificativos da forma como Carlos Flórido olhou a participação olímpica portuguesa. Mas o jornalista mostrou-se, por vezes, consciente dessa limitação na crítica, optando por “ser objetivo” nas suas análises, como afirmou a 15 de agosto (p. 31).

Mas com o avolumar dos dias, a frustração pela ausência de medalhas foi aumentando entre os cronistas de *O Jogo*. “Modalidade a modalidade, Portugal vai sendo eliminado”¹⁷⁰, lamentava Carlos Flórido a 14 de agosto (p. 54), com Manuel Queiroz a lembrar a 19 de agosto (p. 32) que “o povo anda à procura de mais medalhas e elas não aparecem”. A frustração era maior em virtude das expectativas (altas) criadas no início

166 Ibidem.

167 Declarações de João Pereira. In FLÓRIDO, Carlos. “João Pereira falha por nove segundos”. In *O Jogo*, 19 de agosto de 2016, p. 32.

168 Ibidem.

169 Cf. Declarações de Fernando Pimenta, em *O Jogo* de 20 de agosto de 2016, p. 31; de Rui Bragança (taekwondo) em *O Jogo* de 18 de agosto de 2016, p. 30; de Alexis Santos (natação) em *O Jogo* de 12 de agosto de 2016, p. 32.

170 FLÓRIDO, Carlos. “Comentário”. In *O Jogo*, 14 de agosto de 2016, p. 54.

dos Jogos. Nas edições de 2 e 5 de agosto, *O Jogo* havia empolgado os leitores com afirmações como “é grande a expectativa de medalhas”¹⁷¹ ou “começam hoje no Rio de Janeiro uns Jogos Olímpicos que se poderão tornar históricos para Portugal, uma vez que a Seleção Nacional integra candidatos ao pódio numa quantidade nunca antes vista”¹⁷². A empolgação inicial, gradualmente transformada em frustração, segundo o subdiretor de *O Jogo*, Jorge Maia, tinha como principais culpados os dirigentes desportivos. Na sua coluna de opinião “Jogo Final” de 17 de agosto (p. 40), com o título “Expectativas”, Maia sublinhava que “não se pode dizer às pessoas para esperarem por cinco ou seis medalhas e depois ficar surpreendido quando as pessoas perguntam onde estão”. Reforçou ainda que “as expectativas criadas foram irrealistas”, sendo preciso “a coragem de encarar a realidade e baixar as expectativas”. Nessa edição, Carlos Flório lembrou que “nos Jogos Olímpicos chega sempre o dia do desespero, aquele que se percebe que teremos uma, talvez duas, no máximo três subidas ao pódio”¹⁷³.

Quatro dias depois, a 21 de agosto, confirmava-se “o desespero” de que falava Flório. Portugal terminava os Jogos Olímpicos com uma única medalha (bronze). Prevendo o que se iria seguir na sociedade portuguesa (rol de críticas negativas), o cronista e músico Carlos Tê, na sua coluna de opinião quinzenal “Folha Seca”, publicou um texto com o título simbólico de “O sentimento de vira-lata vem à tona em momentos de exaltação patriótica” (p. 64). Para além de historiar o “complexo de vira-lata”¹⁷⁴, remetendo-o para o famoso jornalista e dramaturgo Nelson Rodrigues – que o criou e definiu após a traumática derrota do Brasil no Mundial de 1950 –, Carlos Tê afirmava que era “provável” que este complexo fosse “uma herança colonial portuguesa, variação exacerbada do nosso oito-ou-oitenta, ir de imperador a vira-lata quase da noite para o dia”. Para Tê, o português era “um narciso carente de glória que a cobertura jornalística vai contagiando com a sua fanfarra diária.” E se a medalha falha, o português “vê-se ao espelho e descobre lá um vira-lata, então cospe na imagem, endossa culpas, acusa os atletas de fazerem turismo olímpico com os seus impostos”. Alargou também a reflexão ao mundo virtual (onde avolumavam as críticas aos atletas), defendendo que “as redes sociais são um esgoto de inveja e cobardia. Navegar por aí é abrir a porta a efeitos perturbadores”. Os próprios atletas

171 DOMINGOS, Catarina. “Missão portuguesa embarcou para o Rio”. In *O Jogo*, 2 de agosto de 2016, p. 35.

172 FERRO, Augusto. “A melhor missão de sempre”. In *O Jogo*, 5 de agosto de 2016, p. 30.

173 FLÓRIDO, Carlos. “Comentário – O momento do desalento”. In *O Jogo*, 17 de agosto de 2016, p. 28.

174 Cf. MARQUES, José Carlos. *O futebol em Nelson Rodrigues*. São Paulo: Educ, 2012.

já se tinham referido precisamente ao efeito “perturbador” das redes sociais, como o canoísta Fernando Pimenta, na edição de 20 de agosto (p. 31). Pimenta foi inclusivamente mais longe na reflexão, lembrando que os atletas portugueses tiveram no Brasil uma “torcida enorme”¹⁷⁵, com os brasileiros a “apoiarem”¹⁷⁶ as equipas portuguesas, o que devia orgulhar Portugal “ao ver que uma comunidade irmã está com os seus e vibra connosco. Têm uma energia positiva, aquilo que em Portugal devíamos aprender a ter”¹⁷⁷. E lamentava o facto de, em Portugal, só se apoiar uma modalidade (futebol), com os portugueses a revelarem “falta de cultura desportiva”¹⁷⁸. Acentuou o tom crítico quando afirmou que os portugueses deviam “ser perdoados, talvez nunca tenham ido à escola, talvez só se preocupem com modalidades por altura dos Jogos Olímpicos e nunca viram o desporto além do futebol”¹⁷⁹.

Após o final dos Jogos Olímpicos, *O Jogo* fazia um balanço muito positivo da organização brasileira. Na coluna de opinião “Comentário” (p. 32) de 22 de agosto, Carlos Flórido reconhecia que “conseguir organizar a maior competição mundial, quando ninguém acreditava neles, deixou-os compreensivelmente orgulhosos”. E fazia uma espécie de *mea culpa*: “Sou sincero, também não acreditei. Aterrei no Brasil disposto a contar os dias até ser assaltado...” Dias antes, a 19 de agosto (p. 30), na mesma coluna de opinião, Flórido tinha definido o Rio de Janeiro como “uma cidade de extremos”, colocando-se visivelmente ao lado dos brasileiros ao afirmar “que se lixem os anglófonos mais as suas críticas ao Rio de Janeiro”, uma vez que os Jogos Olímpicos estavam a ser “bem melhores do que esperávamos”. E continuava: “Têm falhas, e algumas graves, mas também têm algo que não existiu em edições anteriores e que muito admiro: a capacidade de reconhecer o erro e saber emendá-lo. E sobretudo têm a simpatia.” A qual se traduzia no “sorriso constante, até das forças de segurança”, o que era “uma novidade olímpica”. Perante isto, Flórido reconhecia que gostava “de pensar que foi de nós (portugueses) que os brasileiros herdaram estas qualidades”.

175 Declarações de Fernando Pimenta. In FLÓRIDO, Carlos. “Noto angústia em alguns dos nossos atletas”. In *O Jogo*, 20 de agosto de 2016, p. 31.

176 Ibidem.

177 Ibidem.

178 Ibidem.

179 Ibidem.

Considerações finais

O primeiro ponto desta reflexão final, que se pretende aberta e cruzada, assenta no que Wanta (2006, p. 107) caracteriza como “quantidade da cobertura noticiosa”. Na amostra definida – edições em papel, entre 1 e 23 de agosto de 2016 –, *A Bola* dedicou um total de 229 páginas aos Jogos Olímpicos, o que representou 23,4% da totalidade de páginas publicadas nesse período, enquanto *O Jogo* ficou-se pelas 132 páginas, correspondendo a 13,2%. Deste modo, em média, diariamente, *A Bola* publicou 9,5 páginas sobre o Rio-2016 e *O Jogo* somente 5,7 páginas, sendo clara a diferença de espaço noticioso concedido por ambos diários desportivos. Quanto ao tema dominante, o futebol olímpico foi o que acabou por ter maior cobertura nos dois periódicos (enquanto Portugal esteve em prova), tendo ambos enviado um jornalista para acompanhar exclusivamente a seleção olímpica de futebol portuguesa.

O facto de *A Bola* ter enviado para o Brasil três jornalistas e um fotógrafo e *O Jogo* somente uma jornalista determinou também diferenças do ponto de vista da “qualidade da cobertura noticiosa” (Wanta, 2006, p. 108), com efeitos ao nível da “interpretação do conteúdo noticioso” (Herscovitz, 2007, p. 131). Quantitativamente, o volume noticioso de *A Bola* foi maior, o que se repercutiu na própria diversidade de temas analisados. A diferença foi notória em todo o período analisado, beneficiando largamente *A Bola* do trabalho dos seus enviados especiais, ficando *O Jogo* muito condicionado por ter um único enviado especial. Do ponto de vista temático, a segurança e a violência foram temas recorrentes em ambos periódicos, reconhecendo-se algumas ideias pré-concebidas pelos jornalistas em relação ao Brasil e ao Rio de Janeiro – em vários casos admitiram essas ideias como erradas e exageradas. As relações luso-brasileiras estiveram sempre presentes ao longo do período analisado, utilizando-se frequentemente as relações históricas e culturais entre ambos países para ilustrar os textos jornalísticos. Os jornalistas portugueses mostraram-se também muito solidários e tolerantes com a organização (algumas vezes caótica) brasileira, aceitando-a e justificando-a em diversas ocasiões, criticando por vezes os colegas anglófonos por não entenderem a realidade brasileira.

A proximidade dos jornalistas de ambos periódicos com a delegação olímpica portuguesa, em especial com certos atletas, ficou igualmente patente ao longo deste período, condicionando em algumas ocasiões a própria objetividade e crítica jornalística. Nesse aspeto *A Bola* mostrou-se mais crítica do que *O Jogo*, embora

ambos tenham culpado mais os políticos e dirigentes pela ausência de medalhas do que os atletas, comungando (e respaldando) a explicação recorrente da “falta de condições de treino” dada pelos atletas.

Comum a ambos periódicos foi o que já caracterizámos como o modo português de estar no desporto, o “oito-ou-oitenta” ou o “complexo de vira-lata” de que falou um cronista de *O Jogo* para caracterizar os portugueses e a sua forma de olhar e sentir as vitórias e as derrotas desportivas. Das elevadas “expectativas” iniciais (em várias medalhas) ao “desespero” final (só uma medalha de bronze), com os jornais a apontarem as culpas do fracasso olímpico aos dirigentes desportivos e políticos. O meio jornalístico praticamente nunca aparece como culpado deste modo português de estar no desporto, nem de o alimentar. Somente um cronista, um músico, faz essa reflexão, nas páginas de *O Jogo*. A justificação crónica dos insucessos de Portugal devido à sua “pequenez” geográfica e populacional¹⁸⁰ quase pareceu desaparecer – era uma justificação clássica no século XX, aparecendo somente resquícios disso em *A Bola*, para o que muito contribuiu a afirmação de Portugal como um país europeu e as conquistas desportivas de vários atletas e equipas portuguesas a nível europeu e mundial (embora no medalheiro olímpico os portugueses estejam na 60ª posição, entre a Geórgia e a Mongólia).

Diferente no Rio-2016 também foi o volume de cobertura noticiosa às atletas portuguesas, mercê da presença de 30 atletas femininas na comitiva lusa – a maior representação feminina de sempre no caso português. Este é precisamente um tema que pode ser desenvolvido em futuras investigações, de forma a perceber se existem diferenças entre a cobertura noticiosa feita à participação olímpica de atletas femininas em comparação com os masculinos. Este estudo que aqui apresentamos também abre espaço de reflexão a futuras investigações sobre a evolução histórica da cobertura da imprensa desportiva portuguesa aos Jogos Olímpicos, assim como a temas relacionados com a identidade nacional, patriotismo e nacionalismo, linguagem jornalística, ética e objetividade jornalística, entre outros. A própria reflexão que aqui propomos sobre o modo português de estar no desporto merece mais e novas incursões científicas, cruzando-se inclusivamente com o “modo português de estar no mundo” (Castelo, 1998) e no caso do cruzamento com o Brasil nas teorias do luso-tropicalismo propostas por Gilberto Freyre.

180 Em população, Portugal é o nono país num total de 29 países europeus, segundo dados do Eurostat.

Referências

- ALCOBA, A. *La prensa deportiva*. Madrid: IUOCD, 1999.
- BAUER, Martin W. “Análise de conteúdo clássica”. In BAUER, Martin W. & GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BELLAMY, R. “Sports media: a modern institution”. In RANEY, A. & BRYANT, J. (orgs.) *Handbook of Sports and Media*. USA: Lawrence Erlbaum A., 2006.
- CASTELO, C. *O modo português de estar no mundo – O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.
- CIXOUS, H., COHEN, K. & COHEN, P. “The laugh of the Medusa”. In *Signs*, vol. 1, nº 4, 1976, pp. 875-893.
- COELHO, J. N. & PINHEIRO, F. *A Paixão do Povo*. Porto: Afrontamento, 2002.
- EUROSTAT. Disponível em: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submit-ViewTableAction.do>. Acesso em 4 out. 2010.
- GUTTMANN, A. *From ritual to record: the nature of modern sports*. New York: Columbia UP, 1978.
- HERSCOVITZ, H. “Análise de conteúdo em jornalismo”. In LAGO, C. & BENETTI, M. (orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LAGO, C. & BENETTI, M. (orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LAMBIE, J. *The story of your Life (1859-1998)*. Leicester: Matador, 2010.
- MARQUES, J. C. & GOULART, J. O. (orgs.). *Futebol, comunicação e cultura*. São Paulo: Intercom, 2012.
- MARQUES, J. C. & MORAIS, O. J. (orgs.). *Esportes na Idade Mídia*. São Paulo: Intercom, 2012.
- MARQUES, J. C. “Entre a ficção e a não-ficção: erros e acertos da produção filmica brasileira sobre o futebol nos últimos 50 anos”. In MARQUES, J. C. & MORAIS, O. J. (orgs.). *Esportes na Idade Mídia*. São Paulo: Intercom, 2012.
- MEIOS & PUBLICIDADE. Disponível em: <http://www.meiosepublicidade.pt/2017/01/a-tv-que-os-portugueses-viram-em-2016/>. Acesso em 4 out. 2010:
- MORAIS, O. J. “Comunicação e Esportes”. In MARQUES, J. C. & MORAIS, O. J. (orgs.). *Esportes na Idade Mídia*. São Paulo: Intercom, 2012.
- MOTTA, L. G. “Análise pragmática da narrativa jornalística”. In LAGO, C. & BENETTI, M. (orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINHEIRO, F. & NUNES, R. *Os 6 de Estocolmo*. Porto: Afrontamento, 2012.

PINHEIRO, F. *História da imprensa desportiva em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2011.

SCAMBLER, G. Sociology, sport and change: Ancient to modern. Disponível em <http://www.grahamscambler.com/sociology-sport-and-change-1-ancient-to-modern/>. Acesso em 16 jan. 2014.

SZYMANSKI, S. "Economics and (modern) sports history". In *The International Journal of the History of Sport*, 2015, vol. 32, nº 15.

TENGARRINHA, J. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.

WANTA, W. "The Coverage of Sports in Print Media". In RANEY, A. & BRYANT, J. (orgs.). *Handbook of Sports and Media*. USA: Lawrence Erlbaum A., 2006.

Periódicos consultados

A Bola

O Jogo

Os Sports Ilustrados

15 A Medalha que (não) Salva a Honra do Convento. Apontamentos Sobre a Deceção 'Olímpica' Portuguesa¹⁸¹

João Sedas Nunes ¹⁸²

Na edição dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, realizados no Rio de Janeiro, o saldo de medalhas da representação portuguesa cingiu-se a uma, por sinal de bronze, correspondente ao patamar literalmente inferior do pódio. Conquistou-a a judoca Telma Monteiro. Na antecâmara dos Jogos, a poucos meses da competição se iniciar, ainda que a cobro de circunspeção, as expectativas oficiais formuladas pelo Presidente do Comité Olímpico Português, José Manuel Constantino, destacavam doze atletas individuais, inscritos no Projeto Rio 2016, justamente o dispositivo institucional criado para apoiar suplementarmente os atletas promissores, e uma equipa (a de futebol) como potenciais medalhados – prudentemente descritos como capazes de disputar medalhas¹⁸³. Este quadro, por coincidência, quase reproduzia o que se obtivera quatro anos antes, nas Olimpíadas de Londres. Diferentemente, apenas a cor da medalha, a modalidade em que fora alcançada e a exclusão do futebol, que em 2012 não se apurara para o torneio olímpico. Nessa edição, a honra do convento fora salva pela dupla canoística Emanuel Silva e

181 Este texto mantém a ortografia utilizada em Portugal.

182 Doutor em Sociologia da Cultura pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa e Pesquisador do CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais).

183 Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/01/18/desporto/entrevista/a-minha-expectativa-e-ter-mais-posicoes-de-podio-que-em-londres-1720367>. Acesso em 15 jan. 2018.

Fernando Pimenta, que chegara em 2º lugar em K2, na distância de 1.000 metros, logrando assim a prata.

Nada, na verdade, que se afaste do padrão da participação portuguesa em Jogos Olímpicos. Com presença ininterrupta desde os Jogos de Estocolmo, em 1912, logo pontuada tragicamente pela morte do porta-estandarte português, Francisco Lázaro, poucas horas após desfalecer em plena prova da Maratona, no conjunto das 24 edições dos Jogos Olímpicos que contaram com delegações portuguesas, a bandeira portuguesa só foi içada nos mastros olímpicos em 24 ocasiões, numa média, pois, de uma medalha por edição [Quadro 1]. Acresce que, do cômputo medalhístico, somente quatro são de ouro, triunfos sem exceção obtidos no Atletismo, o primeiro concretizado já bem dentro do último quartel do séc. XX, na Olimpíada de Los Angeles em 1984, pela passada firme do fundista Carlos Lopes na prova(ção) da Maratona. Os últimos Jogos de Los Angeles (a cidade já anteriormente sediara as Olimpíadas em 1932) são, de resto, sob o ponto de vista da rendibilidade desportiva (medida como função da relação entre o número de atletas participantes nos Jogos e o número de medalhas alcançadas), a par dos pretéritos de Montreal, realizados oito anos antes, em 1976, os mais bem-sucedidos da história olímpica portuguesa. Enquanto em 1984 “bastaram” 13 atletas para conquistar cada medalha, em 1976 este índice situou-se (única vez na história) abaixo da fasquia dos 10 atletas. São índices nunca antes ou depois aproximados, muito distantes da média geral: no global, Portugal “precisou” de 46 atletas para obter cada uma das medalhas que, até ao momento, integram o espólio medalhístico olímpico nacional.

Quadro 1: Síntese da Participação Olímpica Portuguesa nas Olimpíadas de Verão

Olimpíada	Nº atletas	Medalhas	IRC*
1912, Estocolmo	6	0	μ
1920, Antuérpia	13	0	μ
1924, Paris	30	1	30
1928, Amesterdão	39	1	39
1932, Los Angeles	6	0	μ
1936, Berlim	19	1	19
1948, Londres	46	2	23
1952, Helsínquia	72	1	72
1956, Melbourne	12	0	μ

Olimpíada	Nº atletas	Medalhas	IRC*
1960, Roma	66	1	66
1964, Tóquio	20	0	μ
1968, Cidade do México	20	0	μ
1972, Munique	29	0	μ
1976, Montreal	19	2	9,5
1980, Moscovo	11	0	μ
1984, Los Angeles	38	3	12,67
1988, Seoul	65	1	65
1992, Barcelona	100	0	μ
1996, Atlanta	107	2	53,5
2000, Sydney	62	2	31
2004, Atenas	82	3	27,33
2008, Pequim	77	2	38,5
2012, Londres	77	1	77
2016, Rio de Janeiro	92	1	92
1912-2016, Total agregado	1108	24	46,17

* Índice de rendibilidade coletiva = Total atletas: Total de medalhas.

São, globalmente e em qualquer caso, números modestos, números que não autorizam, e muito menos incitam, narrativas mais ou menos inflamadas de grandeza nacional(ista). Na pauta central do entendimento desportivo que, inscrito na gramática (moral) da competição e da rivalidade, distingue e (des)qualifica reciprocamente *estado de grande* e *estado de pequeno* como articulação da antinomia *winner-loser* (vencedor-perdedor), números exíguos não podem, *per se*, ser transmudados em proezas coletivas (nacionais) dignas de celebração. Quando não se ganha, ou ganha pouco, o que, diante de delegações relativamente numerosas (sempre acima, no caso português, dos 60 atletas nas últimas oito edições dos Jogos), significa que se perde ou se perde muito, quando, enfim, vez após vez, a prestação é discreta e quase estéril quanto à prova modelar da grandeza desportiva, a medalha, torna-se inviável produzir um *discurso de instituição* de êxito desportivo (comprovado).

Assim sendo, não será, com efeito, pela medida modelar do êxito desportivo, que a medalha justamente mais do que emblematizar materializa, que a prática

específica de produção da distinção e do reconhecimento desportivos e dos juízos que neles entroncam poderá fundar-se.

Note-se que a prática específica em questão não é política ou mediática. Não nos interessa aqui integrar as repercussões político e/ou mediáticas das participações mais ou menos bem-sucedidas das comitativas portuguesas aos Jogos Olímpicos. Não obstante seguirmos Ehrenberg (1991) e Bromberger (1995) quando, aperfeiçoando uma espécie de antropologia da justa concorrência (DURET, 2001: 44), grifam as inferências políticas do desporto ao encará-lo como dispositivo normativo que, até certo ponto, permite atenuar a tensão nas sociedades democráticas entre, de um lado, a igualdade e a hierarquia, e, do outro lado, entre igualdade de princípio e desigualdade de facto. Para estes etnólogos franceses, este efeito é obtido porque, no desporto, na sua forma ideal(izada), a justiça é exposta como um simples e direto produto da concorrência, funcionando, por seu turno, como um écran ideológico para o mito de que uma sociedade mais competitiva seria também ela igualmente mais justa.

O que nos interessa, então, apurar é quais são as gramáticas que, integrando a composição da autonomia da instituição desportiva como modelos de significação *sui generis* (se se quiser: as culturas desportivas), informam o entendimento e os juízos em que se entretece o sentido da experiência desportiva.

Se, acompanhando Christian Pociello (1983: 251), fizermos fé na ideia de que as audiências desportivas (audiência, no sentido de Goffman) “esperam dos seus heróis que eles exaltem as qualidades e valores próprios do grupo de modo a se admirarem a si próprias quando os admiram a eles”, atletas, então temos um problema importante para resolver que pode ser formulado nos seguintes termos: não haverá mesmo, contemporaneamente, alternativa à decepção?

Dito doutro modo, modo porventura mais denso, o desencanto, a desilusão, a frustração, a mágoa, o que poderemos titular de *economia emocional da decepção*, e cunhamo-la assim para rejeitar a naturalização das emoções ligadas às práticas desportivas (GEERTZ, 1973; ROJO, 2003), é a única pauta de significação urdível pela comunidade desportiva nacional portuguesa (quer dizer: aquelas fileiras da audiência portuguesa que justamente se caracterizam pela projeção nos seus heróis desportivos) diante do padrão de desempenho olímpico que atrás identificámos? Não é ao acaso que, aqui, evitamos o uso de terminologia como fracasso ou fiasco, que prontamente acudirá ao espírito do leitor desprevenido, para representar/objetivar esse desempenho. Esse é, importa frisar, o vocabulário da gramática moral da competição e da concorrência. Uma vez acionado, veda automaticamente

qualquer intelecção que se pudesse construir fora da configuração (axio)lógica que a citada gramática, ela mesma, estabelece.

A resposta, implícita, à questão formulada é, já se adivinha, a de que, sim, há alternativa à citada economia emocional. O que, aliás, fica logo fortemente indiciado no facto de que a pauta dominante das reacções ao desempenho no Rio'16 se ter firmado no silêncio e na pacatez. Do máximo responsável político pelo sector do desporto aos blogues mais e menos especializados em assuntos desportivos nem um fogacho de indignação, consternação ou agastamento jorrou; e não se observou mais do que umas e pontuais demonstrações de desconforto, embaraço, o que seja que possa sinalizar decepção de forma cordial. Dentre estas, a mais significativa, principalmente pelo cargo que ocupa, terá sido a do já citado José Manuel Constantino, Presidente do Comité Olímpico Português. Assumindo o ónus da prestação menos feliz, assinalava, ainda em agosto, a quente mas, significativamente, sem o mínimo recurso a expedientes dramaturgicos, que embora “feliz, satisfeito, pelo empenho, pelo esforço, pela dedicação, pela forma como a missão viveu nestes Jogos (...) os resultados alcançados ficaram aquém das nossas expectativas.”¹⁸⁴ Quanto a crítica, auto-crítica, entenda-se, não se foi muito além disto, o que, antes de mais, lembra – talvez tenha sido o caso, não sabemos – que a auto-crítica pode constituir um poderoso utensílio de esvaziamento/neutralização da crítica. Mas, constatando-se que daí nem o próprio nem ninguém tirou consequências, ao menos não será deslocado recordar a análise da relação entre capital político e os grupos de prebendeiros que a sua institucionalização gera garimpada por Bourdieu (2001: 103): “quanto mais a institucionalização do capital político avança, mais a conquista dos ‘espíritos’ está subordinada à conquista dos postos e mais mingnam os militantes ligados à ‘causa’ estritamente pela devoção, ao contrário dos ‘prebendeiros’, como os designou Weber, espécie de clientes, duravelmente ligados ao aparelho pelos benefícios e vantagens que esse aparelho lhes proporciona” (tradução livre nossa).

Que *no passa nada* ficaria, aliás, evidente na homenagem prestada à equipa olímpica pelo Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, realizada em novembro de 2016, dois meses e meio após o fecho dos Jogos. Pese a discricção da cerimónia (e o cunho protocolar do evento), que envolveu a condecoração da única medalhada portuguesa, a já referida judoca Telma Monteiro, no fundo, o ato solene, conferindo-lhe dignidade institucional, coroava o tom geral

184 Disponível em: <https://www.dn.pt/desporto/rio-2016/interior/jose-manuel-constantino-resultados-alcançados-ficaram-aquem-das-nossas-expectativas-5351230.html>. Acesso em 15 jan. 2018.

do rescaldo elaborado, ainda no Rio, em finais de agosto, pelo Chefe da Missão Olímpica portuguesa, José Garcia. Expressando um “extremo orgulho” em relação à comitiva que encabeçara, justificara-o assim:

O balanço é positivo. Temos a melhor prestação de sempre em termos de resultados nos seis primeiros. Dez atletas conseguiram, nas competições em que participaram, estar ao mais alto nível. (...) Temos uma medalha da Telma Monteiro, uma medalha merecida, não só porque ela tem um currículo desportivo extremamente rico, mas porque comprovou o seu nível. [Além disso] em 58 competições [outros resultados] de muita relevância [foram alcançados, destacando-se] “os 10 entre os seis primeiros, dobrando os cinco de Londres 2012. [Acrece que] “dos 91 atletas, 29 regressam a casa com diploma, 38 saem no ‘top 10’ e 50 na posição de semifinalistas. (...) Isto é alto rendimento e queremos sempre mais. Essa é a nossa postura e a dos atletas, mas temos de valorizar o que conquistámos. Nós melhorámos em relação ao passado, estes resultados nunca foram atingidos. (...) Temos uma equipa fabulosa e fiquei extremamente orgulhoso de liderar uma missão como esta. Estamos imbuídos num espírito de união, de amizade e de honra. Todos nós estamos extremamente orgulhosos de representar Portugal. Estamos aqui genuinamente portugueses e aquela bandeira quando sobe faz-nos tremer efetivamente. Quando o hino toca, emocionamos, mas empurra-nos para a frente, para fazermos melhor.”¹⁸⁵

Ponto de ordem. Se é verdade que, como igualmente se testemunha nas declarações transcritas do chefe da missão portuguesa, não há registo de balanços encomiásticos, panegíricos, não é menos que também não há assento de censuras coletivas ou individuais. Há, outrossim, queixas de atletas olímpicos (ainda que raramente revistam o modelo do libelo acusatório): quanto aos apoios, quantos às condições da preparação olímpica, quanto aos recursos facultados pelo Estado para o Programa Olímpico Português. Por exemplo, enquanto João Pereira, triatleta, um dos diplomados no Rio (alcançou a sexta posição), desabafava: “sinto que para con-

185 Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/08/21/desporto/noticia/chefe-da-missao-portuguesa-nos-jogos-olimpicos-faz-balanco-positivo-1742005>. Acesso em 15 jan. 2018.

seguir uma medalha temos de ter melhores condições de trabalho, melhor estrutura”¹⁸⁶, Nelson Évora, ouro no triplo-salto nos Jogos de Pequim, em 2008, ia consideravelmente mais longe, dando à sua mágoa/revolta uma forma protestativa inegável:

Todos os atletas, os grandes atletas portugueses, pedem melhores condições, mas não se veem resultados. Nós sabemos que o poder é que manda nisto tudo. Nós, atletas, só somos válidos, só olham para nós, enquanto estamos na pista, enquanto entretemos as pessoas. É triste, mas é uma realidade. Nunca me vou conformar com isso. Vou ser sempre uma voz ativa para mudar as coisas. Não sou de dizer o que me convém, só porque é melhor para o meu bolso; direi sempre o que é melhor para o atletismo, pelo qual sou apaixonado desde os sete anos de idade.¹⁸⁷

Mas, insista-se, composições sobre prestações que teriam defraudado as expectativas e/ou lesado o prestígio nacional, enfim: críticas agudas capazes de agudizar os ânimos contra as autoridades políticas e desportivas e, quiçá, até os próprios atletas portugueses, nada disso se viu.

Assim sendo, a não ser que se projete nas propriedades das reações públicas à atuação dos atletas olímpicos portugueses no Rio'16 um conformismo que reprimirá uma agitação interior assim terminantemente contida no mundo do cisma subjetivo ou disposicional, hipótese, convir-se-á, pouco provável e ainda menos testável, há então que concluir que a *economia emocional da decepção* efetivamente não terá colonizado o espaço simbólico de produção da narrativa olímpica portuguesa.

Por contraste, essa *economia emocional da decepção*, embrulhada em alvoroço e celeuma, oito anos antes, nos Jogos de Pequim, tomara total conta da *região de fachada* da narrativa olímpica portuguesa. Ela sobreveio como corolário menos de uma prestação desportiva desapontante do que das declarações que o atleta que a protagonizou, ao final, concedeu. Marco Fortes, o atleta em causa, arremessador de peso, na sequência da eliminação na fase inicial de apuramento para a competição final, sorrindo, alardeando boa disposição, descontraído, candidamente escudou a eliminação no facto de o apuramento ter decorrido de manhã, acres-

186 Disponível em: <http://observador.pt/2016/08/21/portugal-e-mesmo-uma-casa-desportiva-onde-nao-ha-pao/>. Acesso em 15 jan. 2018.

187 Idem.

centando em tom quase jocoso “isto é complicado, já cheguei à conclusão que, de manhã, só estou bem é na caminha, (...) para o último lançamento as pernas pediam... queriam era estar esticadinhas na cama.”¹⁸⁸ Na sequência, o atleta debateu-se com múltiplas impaciências, críticas, descomposturas e torpezas oriundas um pouco de todo o lado, inclusive escutando que nunca mais uma representação nacional lhe deveria ser entregue ou a, em certo sentido mais significativa, simulada expressão de perplexidade: *parece que não é nada com ele*. Colmando tudo, não obstante as versões contraditórias, terá sido compelido a antecipar o retorno a Lisboa, segundo ele – assim lho teriam justificado – supostamente para preservar o ambiente de tranquilidade e foco competitivo na fração da delegação portuguesa que permanecia em Pequim.

Porquê, inquirir-se-á então, uma tão vincada disparidade de reação? Por que razão o reduzido pecúlio olímpico amealhado edição após edição é recebido com uma certa frieza e até indiferença, quase nos antípodas da receção mediada ora pela dor (para expressar a derrota) ora pelo riso (para expressar a vitória), sentimentos em que radica o melodrama (COSTA, 2013: 100), enquanto umas palavras proferidas em cima do acontecimento por um atleta sem traquejo de exposição mediática são objeto de censura não raro impiedosa?

Uma resposta possível, por certo uma solução que aqui não será contestada, é admitir que, dado que a participação olímpica portuguesa se caracteriza historicamente por um padrão de resultados módicos, então, provavelmente, essa craveira, algures no tempo, (pré)estabeleceu uma bitola baixa de expetativas que, na continuação, se foi ao mesmo tempo confirmando e reeditando em cada nova conjuntura da série olímpica. Acresce que, como Portugal é um país que dispõe de recursos limitados, não vale a pena sonhar com glórias olímpicas só ao alcance das nações endinheiradas. Os portugueses, no limite, até poderão estar “*famintos de heróis e comida*” (GUEDES, 1998), mas dificilmente se saciarão investindo seus anseios de vitória desproporcionadamente em campeões que, por todas as razões, lá longe, onde os Jogos se disputam, travarão lutas invariavelmente desiguais. O critério do êxito deve então residir na trajetória desportiva, virgulada sem fantasias em uma álea relativamente estreita de variantes. Essa é a posição de João Paulo Rebelo, Secretário de Estado do Desporto português, que afirma:

Parto sempre deste princípio: olhar para trás, ver de onde vimos, onde estamos e, obviamente, ter a ambição do futuro. Os apoios

188 Ver <https://www.youtube.com/watch?v=eoH8LCEc4zs>. Acesso em 15 jan. 2018.

são os que um país da nossa dimensão, com os nossos recursos; acho injusto compararmo-nos com outros países.¹⁸⁹

Assim, para que a *economia emocional da decepção* seja desencadeada será sempre preciso algo mais do que o *déjà vu* (por mais desolador que seja). Se não almejamos objetar a esta hipótese, também é verdade que cremos que ela não esvazia inteiramente o problema, e não só no atinente à incógnita específica que a própria reação vincadamente adversa à tomada de posição de Marco Fortes forja.

Para entender plenamente porquê é, a nosso ver, necessário ir mais longe e identificar e caracterizar três processos distintos, todos vertendo nas *classificações desportivas*, isto é, na forma como, no geral, os bens desportivos são consumidos, ou seja, representados, perçecionados e simbolicamente apropriados pelas audiências desportivas. São eles: 1) um primeiro, que respeita à autonomia da instituição desportiva e a certos dos seus desenvolvimentos (DEFrance, 1995, 2000; FLEURIEL, 1997, 2004); 2) um segundo, que retém a valoração heterogénea das práticas desportivas (HEINICH, 2003); 3) um terceiro, que atenta às particularidades da “grande narrativa desportiva” portuguesa (DOMINGOS e KUMAR, 2011: 207-309). Por partes.

Da mercadorização acelerada dos megaeventos desportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol, cujo impulso inicial está sem dúvida ligado à ascensão, ainda na primeira metade da década de 1970 do século passado, à Presidência da FIFA daquele que se veio a converter em signo consumível da própria *distinção dirigente* entre os dirigentes desportivos brasileiros (Rocha, 2013), João Havelange, conjeturar-se-ia que a lógica do mercado, que pouco mais admite enquanto seres relevantes que vencedores (mais ou menos épicos) e perdedores (mais ou menos trágicos), se teria imposto a ponto de tornar o desporto, e em particular o desporto polarizado pelos megaeventos, impermeável a outros princípios de prática e significação que não os que diretamente concorrem nas *regras de jogo* do espetáculo destinado ao consumo económico e simbólico do grande público (o desporto-mercadoria, por assim dizer). Essa “conversão” seria justamente emblematizada pela estratégia de seleção cirúrgica e diferimento horário das competições transmitidas adotada pelas televisões americanas a partir dos Jogos Olímpicos de Atlanta 96. Seria esse o meio de assegurar que o público ame-

189 Disponível em [http://observador.pt/2016/08/21/portugal-e-mesmo-uma-casa-desportiva-
onde-nao-ha-pao/](http://observador.pt/2016/08/21/portugal-e-mesmo-uma-casa-desportiva-onde-nao-ha-pao/). Acesso em 15 jan. 2018.

ricano garantidamente só presenciaria as façanhas e glórias americanas, sendo, em contrapartida, poupado a prestações decepcionantes, a fragilidades que, quiçá, exporiam a sua própria fraqueza.

Mas esta hipótese, na realidade, sobrestima o efeito na instituição desportiva da lógica do mercado ao mesmo tempo em que subestima os efeitos de controle lógico e normativo do mundo desportivo por parte dos Estados modernos. Pensamos aqui, em particular, na invenção e institucionalização de uma nova categoria desportiva, a do desporto (e dos desportistas) de alta competição. Como ressalta Fleuriel (2004), o processo que decorre da instauração dessa nova categoria é um processo que: 1) cria/inventa/produz uma nova realidade social e uma população real que, na sua ausência, evidentemente não podia existir; 2) impõe novas representações do desporto e das suas elites competitivas, através das quais a partir daí as chamadas práticas de alta competição se tornaram uma questão pública que o Estado não pode negligenciar; 3) impõe ainda, e não menos importante, uma rotação na definição da elite desportiva: de uma população feita *pela* performance para uma população feita *para* a performance; 4) por fim, consagra uma lógica de unificação/integração de todos os praticantes (das massas não competitivas aos atletas de eleição) em um mesmo movimento, justamente o desportivo.

Mas, como é bom de ver, esta dinâmica de unificação não vai de si nem deixa de encerrar tensões significativas dentro da própria instituição desportiva, em parte ligadas a modos concorrenciais (e conflituais) de conceber a prática desportiva e as divisões internas que ela deve acoitar. Com efeito, hoje em dia, a influência de lógicas não universais de fonte económica ligadas à segmentação e estratificação desportiva torna especialmente complexo o controle lógico e normativo do mundo desportivo pelo Estado. O trabalho de atualização ou redefinição social das elites desportivas de modo a que se conformem à noção de interesse geral casa num trabalho, valha a verdade: crescentemente estorvado, de neutralização das lógicas propriamente económicas que tendem a isolar os melhores desportistas (os que asseguram efetivo retorno económico) num mundo social específico, isto é, apartado do movimento desportivo (FLEURIEL, 2004).

Poder-se-á argumentar que o movimento olímpico se tornou mais vulnerável à lógica do mercado a partir do momento em que eliminou as barreiras à participação de atletas profissionais nas Olimpíadas. Como se poderá alegar que o controle apertado das ligas profissionais por autoridades federativas amadoras tem vindo a amaciar-se. Em muitos casos, assiste-se à profissionalização dos próprios dirigentes, rareando cada vez mais os dirigentes amadores, os carolas, forçados a abandonar a cena desportiva. A essa saída de cena corresponde o declínio do que

designaremos de *ethos público*, ou seja, de uma inclinação de serviço dos interesses do desporto como um todo, e não duma qualquer das suas fileiras, em particular a composta pela *indústria desportiva*. Ou ainda que, na sequência do acórdão Bosman, na Europa, em plena consonância com os *ares do tempo neoliberais*, tanto os legisladores quanto os poderes públicos propendem a considerar o desporto, acima de tudo, como uma realidade económica que, enquanto tal, cabe ao sector privado animar; realidade em que, então, o Estado não deve intervir salvo para exercer as funções de regulação e controle que lhe compete exercer sobre qualquer esfera de vida económica (LANFRANCHI, 2000).

Seja como for, a subsunção da prática desportiva de exceção na mercadoria não constitui um facto consumado, pelo que seria precipitado falar de tutela mercantil hegemónica desse espaço. Não significa isso que a correlação de forças não se altere e o estado da instituição desportiva não reflita mais do que hoje a lógica de *capitalização económica*. Aliás, nesse sentido pode ser interpretada a decisão tomada pela Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF) já no decurso do mês de novembro de 2017¹⁹⁰ de, como critério de triagem dos atletas integrantes das grandes competições internacionais de atletismo, incluindo Jogos Olímpicos, cambiar a marca mínima pelo posicionamento (elevado) no *ranking* da respetiva especialidade. Fica assim a participação reservada aos melhores, mais consistentes, que provaram na pista uma e outra vez que estão lá para realmente competir, que respondem, assim, pelo valor comercial acrescido que representam para patrocinadores, à mercadorização do desporto.

Emparelhando nestas dinâmicas de unificação/fragmentação do *corpo desportivo*, deve-se igualmente prestar atenção aos registos valorativos que desportistas, as suas múltiplas audiências (espetadores, técnicos, preparadores de índole variada, massagistas, médicos, etc.) e, em particular, as comunidades de admiração que orbitam aqueles podem acionar para significar os feitos desportivos e os seus autores.

A este respeito, Heinich (2003), ocupando-se da problemática da singularidade comparada no desporto e na arte, desenvolve uma matriz analítica para restituir a relação entre profissão, as formas de qualificação da grandeza e as respetivas medidas. A propósito da profissão, Heinich destaca que esta pode revestir dois sentidos diferentes. A primeira aceção opõe *profissional* a *amador*. O primeiro impõe-se quanto a competência, enquanto o segundo, nos antípodas das práticas utilitárias (BRUANT, 1992: 50), impera em termos de desinteresse. Nesse sentido,

190 Disponível em: <https://www.iaaf.org/news/press-release/iaaf-official-world-rankings>. Acesso em 15 jan. 2018.

essa aceção comporta dois eixos de valorização: o da (in)competência e o do (des)interesse, compondo, pois, em si, um dispositivo pluralista para dar conta de forma razoavelmente complexa dos registos de valores que estão disponíveis para os atores desportivos (no sentido lato que abrange as audiências). Mas a profissão acomoda uma segunda aceção, aceção que se inspira no sentido anglo-saxónico de *professional*. Cativa assim a atividade intelectual, não a manual; a competência adquirida na escola, não na prática, ou simplesmente dada pelo dom e pela vocação; a prevalência da instituição sobre o indivíduo e do trabalho sobre a inspiração. Nesta ótica, o regime profissional, além de se opor ao amadorismo, cliva-se tal qualmente diante do regime vocacional.

Torna-se, deste modo, claro que o lema olímpico, *Citius, Altius, Fortius*, não tem de ser reduzido forçosamente a “o mais rápido, o que chega mais alto, o mais forte.” Se essa interpretação é possível (e isso basta para não falar de distorção), outras o serão também. Quais as que imperam e as relações sensíveis com a prática desportiva que nelas se exteriorizam? Dependerá justamente dos registos de valores que são ativados pelos atores desportivos nos diferentes quadros de interação.

Se, como frisámos atrás, descartamos um trabalho de pinçar as qualificações político e/ou mediáticas do rendimento desportivo das comitivas portuguesas aos Jogos Olímpicos, isso não significa que queiramos ignorar o peso histórico e corrente que a *media* tem na constituição dos *princípios de classificação desportiva*. Domingos e Kumar (2011) refazem-no exemplarmente para o caso português, mostrando que o espaço da narrativ(iz)ação desportiva nacional, desde muito cedo (os anos 40 do séc. XX) duplamente estruturado pelo futebol e por rivalidades clubistas virguladas no essencial nas competições futebolísticas, sofreu no último quarto de século um processo de nítida homogeneização. A hegemonia do futebol reforçou-se a ponto de, nos *media* generalistas de grande circulação, sentenciar à quase invisibilidade, quer dizer, insignificância, as ditas “modalidades” (os demais desportos). Essa hegemonia, importa salientar, vinculou uma quádrupla virada. Desde logo, na(s) narrativa(s) que preenchem essa *futebolização*, não é mais o relato, descrição e análise das incidências do jogo jogado dentro de campo que magnetiza a produção discursiva; esse lugar fascinante foi tomado por controvérsias referentes a *jogos de bastidores* em regra organizadas pela lógica da denúncia de torpedeamentos à justiça da competição desportiva. Depois, escoltou-a a transformação da imágética desportiva, hoje compulsada pelo princípio da personalização (e não mais pela ação desportiva), seja na figura do herói seja na do vilão. Ainda, neste processo de futebolização conflui a acentuação da masculinização da(s) narrativa(s) desportiva(s), muito por força da institucionalização do que designare-

mos de *gramática da picardia*, uma gramática de marcação cerrada entre torcedores/comentadores de clubes rivais que sobrevivem num *ethos* de honra (masculina) mas também numa *hexis* corporal, ou seja, em gestos, esgares faciais (as vulgares carantonhas), solilóquios agrestes sobrepostos, numa teia conflitual de *troca de galhardetes* temperados como provas convencionais/estilizadas de virilidade. Finalmente, na desautonomização da imprensa desportiva, hoje, em parte por efeito do mercado (económico), transformada num espaço de agencialidade clubista, ou seja, de reprodução da correlação de forças estabelecida entre os principais clubes portugueses de futebol, Benfica, Sporting e FC Porto. Noutros termos, as regras do jogo da simbólica (e, portanto, da narrativa) desportiva tricotada pelos media são, atualmente, penetradas pela parcialidade clubista.

É, posto isto, considerando os efeitos combinados destes três processos, que, a nosso ver, se pode entender, ao mesmo tempo, a reação generalizada aparentemente *blasé* (SIMMEL, 2004) perante o desempenho da equipa olímpica portuguesa presente no Rio'16 e a crispação/animosidade sem precedentes ante o deslize de Marco Fortes.

Desde logo, a futebolização do espaço da narrativ(iz)ação desportiva portuguesa, *per se*, quando encontra as propriedades socio-simbólicas dos Jogos Olímpicos, tende a tamponar a indexação dos juízos de classificação desportiva à racionalidade que concorre na gramática (moral) da competição e da rivalidade. Fá-lo de duas maneiras. Por um lado, ao instaurar uma hierarquia entre o futebol e os demais desportos, não só desvaloriza estes como balda a possibilidade de a grandeza estabelecida por conquistas nas “modalidades” virar conexão metafórica (GUEDES, 2014) que transcenda essa grandeza local para recobrir toda a comunidade (nacional) imaginada através da identificação desportiva. No borralho da primeira medalha de ouro olímpica, há 33 anos, em 1984, o principal (e mais antigo) jornal desportivo português, *A Bola*, trazia o triunfo à primeira página cunhando-o “Lopes de ouro. *O mais alto momento do desporto português*” (grifo em itálico nosso). Esta fórmula abrangente hoje dificilmente seria abraçada. Por outro lado, do facto de que, por acordo entre o Comité Olímpico Internacional e a FIFA, nunca é a principal seleção de futebol que representa o País nos Jogos, antes um grupo formado maioritariamente por jovens promessas com idade inferior a 24 anos, resulta que a conexão metonímica entre desporto e nação inerente à produção da comunidade específica acima indicada se vê fortemente refreada. Uma competição em que justamente só intervêm *seres pequenos* não exclui emergências heroicas, mas estas tenderão a veicular menos o *esprit de géométrie* da glória olímpica (palpável e contabilizável) que um *esprit de finesse* capaz de estimar quaisquer

sagas humanas (e até de desdenhar o princípio que faz da conquista de medalhas, em especial a de ouro, a *ultima ratio* da participação olímpica).

Igual retração, embora não sem tensões e contradição, da sensibilidade competitiva que repele denotações de grandeza marginais à condição de vencedor (sensibilidade que, afim da lógica do desporto-mercadoria, facilmente casa com a *economia emocional da decepção* aquando das derrotas desportivas), resulta do trabalho de unificação do *corpo desportivo* realizado na construção política e simbólica da representação olímpica portuguesa. Com efeito, a narrativa (oficial) da participação nos Jogos do Rio baloiçou, *ab ovo*, entre uma normalização identitária e homogeneizadora, ressaltando a Missão, a Comitativa, os Atletas Olímpicos, a Representação Portuguesa, Portugal, a União, de que a honra, a bandeira e o hino seriam os símbolos maiores, e uma normalização fragmentadora e estratificadora, selecionando, distinguindo e separando os candidatos a medalhas e os integrantes do Projeto Rio'16 dos outros atletas olímpicos.

Ainda assim, realçar-se-á que a clivagem não operou em cima da antinomia amador-profissional, princípio anacrónico porém simbolicamente ainda atuante mediante o qual, em certos contextos, são produzidos os juízos de classificação desportiva em Portugal. Do que nos importa, tê-lo-emos visto aflorar no rescaldo do Rio'16 realizado pelo Chefe da Missão, José Garcia, particularmente quando este enfatizou (passagem que completa o trecho transcrito acima): “espero que os nossos atletas tenham o que merecem, porque são excepcionais e porque mais de 65 por cento conseguem combinar a sua carreira desportiva de excelência com carreiras académicas de excelência”.

Excepcionais ou não, quase todos (exceto nas modalidades coletivas em que os jogadores que conquistaram o apuramento não formam obrigatoriamente o elenco convocado para o torneio olímpico) experimentaram a transformação do direito conquistado *por mérito próprio* em participar no dever cívico de “servir a Pátria” (GUEDES, 2014: 65). Essa transformação não deixará de reverberar na razão desportiva, favorecendo a que nela se plasmem as injunções lógicas e morais da *grandeza cívica*.

Estão assim criadas as condições (axio)lógicas básicas para que ganhar e perder, as provas modelares da *grandeza desportiva mercadorizada*, passem a segundo plano; para que, no seu lugar, seja acionado um registo plástico de valores para apreciar a *prática desportiva* e qualificar os seres que a interpretam. Para lá da *eficácia mercantil* repousa um número considerável de combinatórias que articulam de modo flexível os eixos de valorização para que abrem o amadorismo e os regimes vocacional e profissional. Se, regressando à fórmula de Pociello já desta-

cada, para as audiências desportivas, os heróis desportivos constituem um espelho dos seus próprios princípios reconhecidos de grandeza, então os juízos operados em situação sobre os atletas transmudam-se em juízos sobre o seu próprio valor, no sentido de que este exprima certas exigências de coordenação axiológica diferenciadoras do grupo nacional que se constitui no grande palco desportivo dos Jogos Olímpicos. Pode-se enfim esperar o avigoramento do regime de ação que transparece nas asserções nos protagonistas do jogo (social) olímpico português. Um regime que, tudo indica, concerta desinteresse (Bourdieu, 2001), ou seja, rejeição da (plena) monetarização das relações sociais (Simmel, 2004), dom e trabalho, trabalho que, em simultâneo, depure o dom, a tal ponto que, ano após ano, competição após competição, as marcas e os feitos desportivos vão melhorando, e, na forma de justificação, atraia a revelação/denúncia de uma injustiça que não está nas mãos dos atores desportivos (dirigentes, técnicos e atletas) corrigir: não se vai mais longe porque os apoios e as condições de treino não equivalem às oferecidas aos concorrentes das grandes nações desportivas.

Desfaz-se, paralelamente, o enigma da hostilidade dirigida a Marco Fortes. O *desastre* do depoimento em que explicava a eliminação precoce da competição do arremesso do peso, no prisma privilegiado neste texto, terá residido menos em ter-se exposto pessoalmente ao descrédito do que em ter exposto a uma desqualificação particularmente perturbadora todos aqueles portugueses que, por se comporem como audiências desportivas nacionais, foram coatados a nele, Marco Fortes, se quimerizarem. O herói que vira vilão nacional não deixa de ser um *ideal-tipo* das qualidades portadas pelo grupo em que se inscreve. Com a agravante de que a preguiça, a indolência, a displicência, a incapacidade de superação e de sacrifício, o repúdio do ascetismo e da cultura somática tolerante entre o mais ao sofrimento e à dor física (BOLTANSKI, 1971), todos esses *pecados* não renegam apenas o *atleta sério* (figura declinada de um *homem sério*) que se dedica diariamente a extrair o máximo de si desafiando os limites da sua vocação desportiva pelo trabalho duro e intenso; um atleta que, por isso mesmo, granjeia o direito a trajar as cores nacionais, as quais, cumpridas essas condições, honrarão sejam quais forem os resultados alcançados e a comunidade nacional idealizada (em torno dessa figura honrada). A apostasia munícia, ainda espelharmente, a atualização de outras comunidades nacionais imaginadas através do desdém votado a *nós, os portugueses*. A traição encapela-se, então. Mais do que defraudar expectativas, confirmam-se prejuízos (no duplo sentido) sobre *nós, os portugueses* que se conjectura estarem enraizados no olhar de outrem sobre nós. Somos, afinal de contas, o que outros – outros mais poderosos, por sinal – maldizem de nós.

Deve, na conclusão, ficar claro que no título deste texto flui uma ironia. É que, em bom rigor, perante a correlação de forças desportiva que converge nas Olimpíadas, como na maior parte das grandes competições internacionais, o convento só pode ser salvo/preservado se o sentido da experiência desportiva, *o mundo desportivo* (português) *como vontade e representação* (glosando o título que cunha a *opus magnum* de Schopenhauer), se imunizar em relação à demanda de títulos olímpicos e lugares no pódio. Com efeito, não é previsível que, num futuro próximo, Portugal venha a angariar muitas mais medalhas por edição olímpica do que o máximo histórico alcançado (três, por duas vezes, em Los Angeles'84 e Atenas'04). Mas não se apresenta tarefa fácil. Como tivemos oportunidade de notar, a tendência continua a ser a da consolidação das propriedades mercadológicas das grandes competições desportivas, por isso mesmo cada vez mais reservadas a *grandes* do desporto que, exemplarmente, comprovam esse estatuto através de vitórias desportivas memoráveis.

Referências

- BOLTANSKI, L. "Les usages sociaux du corps". In *Annales: économies, sociétés, civilisations*. Paris: 26^e année, n° 1, p. 205-233, 1971.
- BOURDIEU, P. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Seuil, 2001.
- _____. "Um acte désintéressé est-il possible?" In: *Raisons pratiques*. Paris: Seuil, 1994.
- BROMBERGER, C. "De quoi parlent les sports?" In *Terrain*, Nanterre, n° 25, p. 5-12, septembre 1995.
- BRUANT, G. *Anthropologie du Geste Sportif: la construction sociale de la course à pied*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- COSTA, L. M. da. "Produzindo notícias: Mário Filho, imprensa esportiva, melodrama e folhetim". In: BISCARDI, C.H; COSTA, L; CURI, M (orgs). *Enquanto a Copa não vem: memórias e narrativas sobre o futebol*. Niterói, EDUFF, 2013, p. 97-119.
- DAMO, A.S; OLIVEN, R.G. *Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2014.
- DEFRANCE, J. "L'autonomisation du champ sportif: 1890-1970", In *Sociologie et Sociétés*, Montréal, v. 27, n° 1, p. 15-31, printemps 1995.

———. “La politique de l’apolitisme: sur l’autonomisation du champ sportif”. In *Politix*, Paris, n° 50, p. 13-27, 2000.

DOMINGOS, N; KUMAR, R. “A grande narrativa desportiva: o desporto nos media em Portugal”. In: NEVES, J; DOMINGOS, N (coord.). *Uma História do Desporto em Portugal*. Vila do Conde: QuidNovi, 2011, v. I, p. 207-310.

DURET, P. “L’importance croissante des démarches ethnologiques”. In: *Sociologie du Sport*. Paris: Armand Colin, 2001, C. 2, p. 37-62

EHRENBERG, A. *Le culte de la performance*. Paris: Calmann-Lévy, 1991.

FAURE, J-M; FLEURIEL, S (dir). *Excellences sportives. Économie d’un capital spécifique*. Broissieux: Éditions du Croquant, 2010.

FAURE, J-M; SUAUD, C. *La raison des sports: sociologie d’une pratique universelle et singulière*. Paris: Raisons d’agir, 2015.

FLEURIEL, S. *Le sport de haut niveau en France: sociologie d’une catégorie de pensée*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2004.

GEERTZ, C. “The growth of culture and the evolution of mind”. In *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, 1973, C. 3, p. 55-83.

GUEDES, S.L. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói, EDUFF, 1998.

———. “A dádiva e os diálogos identitários através das Copas do Mundo no Brasil”. In: CAMPOS, F. de; ALFONSI, D (orgs.). *Futebol: objeto das ciências humanas*. São Paulo, Leya, 2014, p. 57-69.

HEINICH, N. “Art et sport au regard d’une sociologie de la singularité”. In: DURET, P; BODIN, D (dir). *Le sport en questions*. Paris: Chiron, 2003, p. 125-133.

LANFRANCHI, P. “Entre initiative privée et question nationale: genèse et évolution des politiques sportives en Europe (Grande-Bretagne, Allemagne, France, Italie)”. In *Politix*, Paris, n° 50, p. 29-48, 2000.

POCIELLO, C. *Sports et société*. Paris: Vigot, 1983.

ROCHA, L.G.B.S.P. “No coração de Havelange: memória, biografia e narrativa na simbólica de um livro sobre o maior dirigente de futebol do século XX”. In *Esporte e Sociedade*, n° 21, março 2013.

ROJO, L.F. “Discursos sobre emoção entre atletas olímpicos brasileiros”. In *Esporte e Sociedade*, n° 1, novembro 2015/fevereiro 2006.

SIMMEL, G. “As metrópoles e a vida mental”. In: *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*. Lisboa: Relógio d’Água, 2004, p. 75-94.

16 Entre Imagens e Palavras: os Jogos Paralímpicos Rio 2016 e as Representações na Imprensa Brasileira do Atleta com Deficiência¹⁹¹

*José Carlos Marques*¹⁹²

Introdução

De 5 a 21 de agosto de 2016, parte dos meios de comunicação e do mercado de anunciantes no Brasil voltou suas atenções para a realização dos XXXI Jogos Olímpicos de verão da era moderna, ou simplesmente os *Jogos Olímpicos Rio 2016*. Maior acontecimento esportivo do planeta, as Olimpíadas tiveram sede pela primeira vez numa cidade da América do Sul, mais especificamente no Rio de Janeiro (ainda que algumas provas, como o futebol, tenham acontecido em outras cidades e Estados).

A nova dimensão alcançada pelos Jogos Olímpicos desde o final do Século XX trouxe também a reboque outra competição que acontece contígua às Olimpíadas desde os anos de 1960: trata-se dos Jogos Paralímpicos¹⁹³, que em 2016 acontece-

191 Este texto deriva de pesquisa financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

192 Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Bauru.

193 Entidades esportivas brasileiras, a partir de orientação do Comitê Paralímpico Internacional, passaram a adotar o termo “Paralímpico” desde novembro de 2011. Outros órgãos governamentais optaram por manter o uso do termo “Paraolímpico” (Guia Escolar Paralímpico:

ram de 7 a 18 de setembro, também na cidade do Rio de Janeiro, e que envolveram atletas com algum tipo de deficiência. Entretanto, as semelhanças entre Jogos Olímpicos e Paralímpicos esgotam-se quase que totalmente na proximidade de suas datas e no uso das mesmas arenas esportivas. De resto, as diferenças são inúmeras: Olimpíadas mobilizam verbas e aparatos midiáticos vultosos (BOURDIEU, 1997, 1983), e na edição de 2016 eram esperados no Rio de Janeiro cerca de 10.500 atletas de 206 países. Já as Paraolimpíadas contam com menos investimentos e cobertura midiática reduzida (RODRIGUES MARQUES et al., 2014); além disso, era esperado no Rio de Janeiro um contingente de atletas bem menor: cerca de 4.350 participantes, de 176 países.

Até o início do Século XX, uma pequena parcela de pessoas com deficiência era reeducada por meio do esporte. É somente com a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e principalmente com a Segunda Guerra Mundial (1939–1945) que surgem as primeiras estruturas para a prática física de mutilados em combate. Coube ao neurologista alemão Ludwig Guttmann (1899–1980) o pioneirismo de iniciar um trabalho que, mais tarde, viria a originar os atuais Jogos Paralímpicos: por volta de 1945, ele passou a chefiar uma equipe médica no hospital de Stocke Mandeville, nas cercanias de Londres (Inglaterra), para cuidar dos feridos na coluna vertebral, especialmente aviadores da Real Força Aérea que se tornaram paraplégicos em combate.

Com a realização dos Jogos Olímpicos de Londres em 1948, o Dr. Guttmann decidiu organizar paralelamente um evento esportivo para os pacientes com deficiência que usavam cadeiras de rodas. Três anos mais tarde, ele criou os “Jogos Internacionais de Stocke-Mandeville” e começou a divulgar em todo o mundo a necessidade da atividade esportiva para a reabilitação física do paciente com deficiência. Os esforços do médico alemão foram premiados em 1960, com a organização em Roma dos primeiros Jogos Paralímpicos da história.

Diante da relevância adquirida pelo paralimpismo no novo milênio e dos desafios que a cobertura deste tipo de evento oferece aos meios de comunicação, este trabalho propõe-se a analisar como foi retratada, em três jornais diários brasileiros, a participação dos paratletas nacionais nos Jogos Paralímpicos de 2016. Deste modo, pretendemos aplicar conceitos da Análise do Discurso de linha francesa e

2014, p. 4.). Neste artigo, apesar de considerarmos o termo “Paraolímpico” mais afeito à língua portuguesa, damos preferência ao emprego de “Paralímpico”, uma vez que se trata do nome oficial do evento e seu uso tem sido difundido de forma majoritária pelos meios de comunicação no Brasil.

da sociologia do esporte (por meio da contribuição de Norbert Elias e Pierre Bourdieu) à produção de dois dos principais jornais generalistas brasileiros (*Folha de S. Paulo* e *O Globo*), e à produção do maior jornal esportivo nacional (*Lance!*).

A pesquisa buscou investigar como estes veículos operaram os níveis de recorte e de reconstrução do fato esportivo, tendo em vista o desempenho de atletas nacionais com deficiência em meio à principal competição mundial de paratletas. Nossa intenção foi verificar as formações discursivas postas em marcha pelos jornais elencados em nosso corpus ao noticiarem as provas desportivas.¹⁹⁴

Partimos da hipótese de que uma das tendências dos veículos jornalísticos é a de perpetuar certos estigmas e estereótipos que envolvem a pessoa com deficiência – algo percebido em coberturas similares por ocasião das edições anteriores dos Jogos Paralímpicos. Essa visão provoca um pêndulo que oscila entre a representação do atleta ora como um herói, capaz de promover a superação e a celebração da humanidade, ora como um indivíduo a quem se olha com compaixão e estranheza, realçando-se a diferença com aquele esportista que não é deficiente.

Jogos Paralímpicos: breve histórico

Quando falamos de Jogos Olímpicos ou de Mundial de Futebol, estamos diante não apenas de eventos, mas sim de “megaeventos”, cuja definição vem ganhando nuances particulares nos últimos anos, em função da dimensão e das características que esses torneios ganharam a partir da segunda metade do Século XX. Para Allen (2008), megaeventos são aqueles cuja magnitude afeta economias inteiras e repercute na mídia global. Como exemplo, ele cita Olimpíadas e Feiras Mundiais. Outro pesquisador da área de turismo, Hall (1992), caracteriza também os Mundiais de Futebol FIFA como exemplo de megaeventos. Em todos os casos, teríamos eventos direcionados para o turismo internacional e que poderiam receber o radical grego “mega” em virtude da grandiosidade de público, dos recursos investidos (públicos e privados), do comprometimento político de governos, da cobertura

194 Os resultados e análises aqui elencados foram apresentados, parcialmente, no XV Congresso IBERCOM, na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017) e no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, na Universidade Positivo (Curitiba, 4 a 9 de setembro de 2017).

midiática, da construção de arenas esportivas (estádios, ginásios, pistas etc.) e do impacto socioeconômico sobre a comunidade anfitriã.

Por outro lado, um megaevento esportivo supõe, na mesma medida, uma megacobertura midiática. A esse respeito, o antropólogo francês Daniel Dayan e o sociólogo norte-americano Elihu Katz (1994) publicaram um trabalho sobre os grandes eventos televisados, os quais eles preferiram chamar de “eventos midiáticos”: aqueles que empregariam a potência eletrônica dos meios de comunicação para atrair a atenção mundial e contar simultaneamente uma história. Esses eventos promoveriam um “convite ao rompimento da rotina diária” e um convite à união em torno de uma “experiência festiva”. A diferença mais óbvia entre os “eventos midiáticos” e as demais fórmulas genéricas televisivas é que os primeiros não são rotineiros, mas sim uma interrupção do cotidiano feita de maneira monopolística, pois qualquer emissora estará dedicada a falar do mesmo assunto. Além disso, os “eventos midiáticos” seriam sempre transmitidos ao vivo e planejados previamente, apesar de seu elemento de imprevisibilidade. Por fim, tais eventos promoveriam “ocasiões cerimoniais”, nas quais se conjugaria um tratamento estilístico reverente e protocolar, como se o público fosse transportado para o “centro sagrado de nossa sociedade”. (DAYAN y KATZ, 1994: 334 – apud CASCALE RAMOS; SÁNCHEZ DORADO: 2008, p. 17).

Deste modo, percebemos que os “eventos midiáticos” esportivos, tais quais os Jogos Olímpicos, passaram a exigir cada vez mais atenção e investimentos dos meios de comunicação para “contar uma história”, por um lado, e a acompanhar uma crescente sofisticação e mercantilização da própria atividade esportiva, por outro. Os Jogos Paralímpicos inserem-se nessa mesma lógica, qual seja, a de propiciar diversas histórias e enredos para serem contados, recontados e relatados pelos diferentes suportes comunicacionais.

No caso específico das Paralimpíadas, cabe ressaltar que até o início do Século XX uma pequena parcela de pessoas com deficiência era reeducada por meio do esporte. É somente com a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e principalmente com a Segunda Guerra Mundial (1939–1945) que surgem as primeiras estruturas para a prática física de mutilados em combate. Coube ao neurologista alemão Ludwig Guttmann (1899–1980) o pioneirismo de iniciar um trabalho que, mais tarde, viria a originar os atuais Jogos Paralímpicos (GUTTMANN, 1976; THOMAS & SMITH, 2009): por volta de 1945, ele passou a chefiar uma equipe médica no hospital de Stocke Mandeville, nas cercanias de Londres (Inglaterra), para cuidar dos feridos na coluna vertebral, especialmente aviadores da Real Força Aérea que se tornaram paraplégicos em combate. Um dos métodos estabelecidos pelo Dr. Guttmann para a reeducação corporal dos militares supunha a realização de jogos

esportivos, a fim de entreter os pacientes e, ao mesmo tempo, forçá-los a realizar alguma atividade física (GUTTMANN, 1976; THOMAS & SMITH, 2009).

Com a realização dos Jogos Olímpicos de Londres em 1948, o Dr. Guttman decidiu organizar paralelamente um evento esportivo para os pacientes com deficiência que usavam cadeiras de rodas. Três anos mais tarde, ele criou os “Jogos Internacionais de Stoke-Mandeville” e começou a divulgar em todo o mundo a necessidade da atividade esportiva para a reabilitação física do paciente com deficiência. Os esforços do médico alemão foram premiados em 1960, com a organização em Roma dos primeiros Jogos Paralímpicos da história, logo após a realização dos Jogos Olímpicos de Verão também na capital italiana. A partir desse ano, os Jogos Paralímpicos passaram a ocorrer sempre imediatamente após os Jogos Olímpicos. Entretanto, apenas a partir de 1992, em Barcelona (Espanha), as Paralimpíadas passaram a ocupar as mesmas instalações esportivas utilizadas pelos atletas olímpicos. De 1968 a 1984, por exemplo, enquanto os Jogos Olímpicos tiveram lugar na Cidade do México (México, 1968), Munique (Alemanha, 1972), Montreal (Canadá, 1976), Moscou (então União Soviética, 1980) e Los Angeles (Estados Unidos, 1984), os Jogos Paralímpicos aconteceram em Tel Aviv (Israel, 1968), Heidelberg (Alemanha, 1972), Toronto (Canadá, 1976), Arnhem (Holanda, 1980) e Stoke Mandeville (Inglaterra, 1984) e Nova Iorque (Estados Unidos), respectivamente.

O crescimento dos Jogos Paralímpicos, a partir de 1960, tem sido notável. Em 1960, em Roma, cerca de 300 atletas de 10 países estiveram presentes. Quarenta anos mais tarde, nos Jogos de Sidney (Austrália), já se contabilizava a presença de cerca de 5 mil atletas, representando 124 países. E se em sua origem a iniciativa do Dr. Guttmann tinha a ver primordialmente com pessoas em cadeira de rodas, ao longo dos anos os Jogos Paralímpicos passaram a incluir também indivíduos amputados, com deficiência visual, motora e cerebral.

Cobertura midiática dos Jogos Paralímpicos e metodologia de pesquisa

Diversos estudos realizados no Brasil, na Espanha, em Portugal e na França têm colocado em debate o tipo de cobertura que os meios de comunicação põem em prática por ocasião dos Jogos Paralímpicos (HILGEMBERG, 2013; NOVAIS & FIGUEIREDO, 2010; PAPPOUS et al., 2009; PEREIRA et al., 2011; PAILLETTE et al., 2002). Tais estudos são quase unânimes em destacar as impropriedades

ou desajustes praticados pelos veículos midiáticos, desacostumados com a prática cotidiana de reconstrução de eventos esportivos nos quais estão presentes pessoas com deficiência. No estudo sobre a midiaticização das Paralimpíadas na televisão francesa, Sylvain Paillette (2002) aponta de maneira bastante apropriada o dilema que se instala junto aos órgãos de imprensa e às emissoras de rádio e TV: esses eventos colocam em cena atores que possuem uma característica dupla:

D'une part, ils participent à une pratique sportive de haut niveau; d'autre part, ils sont atteints d'une déficience. Quelles logiques peut-on identifier dans la médiatisation d'un événement de cette nature, qui est à la fois un événement sportif de haut niveau et un événement qui concerne des personnes handicapées? (PAILLETTE, 2002, p. 185).¹⁹⁵

Nosso intuito foi o de verificar se os meios de comunicação brasileiros perpetuaram, nos Jogos Paralímpicos de 2016, a utilização das mesmas lógicas de cobertura midiática que eles empregam nos demais eventos esportivos de atletas sem deficiência, deixando de levar em conta, assim, as especificidades dos atores que entram em cena em um e em outro caso. O fato de o Brasil sediar os dois eventos de forma contígua (Jogos Olímpicos de Verão em agosto e os Jogos Paralímpicos em setembro de 2016 no Rio de Janeiro) deveria oferecer-nos como hipótese a ideia de que os meios de comunicação brasileiros estariam mais atentos e preocupados com as particularidades e os públicos dessas duas competições.

Por outro lado, importa verificar se as Paralimpíadas de 2016 obedeceram a uma lógica de cobertura esportiva ou a uma lógica de cobertura social de inclusão da pessoa com deficiência. Desta forma, acreditamos que este trabalho poderá colaborar com a literatura científica sobre a cobertura de Jogos Paralímpicos, na medida em que dados e análises serão atualizados em função de um elemento inédito: a organização desse tipo de megaevento em solo brasileiro, diante dos meios de comunicação nacionais, que em tese não poderão alegar dificuldades de cobertura, como sói acontecer quando as competições acontecem em países e realidades distantes.

195 “Por um lado, eles participam de uma prática esportiva de alto nível; por outro lado, possuem uma deficiência. Que lógicas podemos identificar na midiaticização de um evento desta natureza, que é ao mesmo tempo um evento esportivo de alto nível e um evento que envolve pessoas com deficiência?” (Tradução nossa).

A metodologia utilizada no presente trabalho foi prioritariamente qualitativa, baseando-se em leitura bibliográfica de obras literárias, de textos conceituais e dos textos do corpus selecionado, utilizando-se a Análise do Discurso de linha francesa que por si só já estabelece uma forma própria de reflexão sobre o objeto (ORLANDI, 1997, 2001; BRANDÃO, s/d). Surgida na França, a AD representava uma tentativa de suprir as insuficiências da análise de conteúdo praticada nas ciências humanas e que se ocupava apenas da projeção de uma realidade extradiscursiva, não levando em conta as articulações linguísticas e textuais da obra. A Análise do Discurso, por sua vez, preocupou-se logo em fazer uma análise textual, realçando o modo de funcionamento linguístico-textual dos discursos (PÊCHEUX, 1990; DUCROT, 1987), especialmente os ligados à publicidade e ao jornalismo.

Em sua gênese, a AD de linha francesa originou-se de três práticas notadamente europeias: a da tradição filológica; a da explicação de textos como exercício de leitura (comum no aparelho escolar francês); e a do estruturalismo. O pensamento dominante nesse momento é o de Louis Althusser (que procedeu a uma releitura das ideias marxistas), por meio dos estudos de Michel Pêcheux. Este concebe uma nova teoria do discurso que serviria, assim, para dar conta daqueles estudos que procuravam ver, na linguagem, um lugar privilegiado de materialização da ideologia. Esse objeto complexo que é a linguagem passa a ser concebido não apenas em seu componente linguístico, mas também em seu componente sócio-ideológico.

Resultados

O trabalho pedagógico realizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) nos meses que antecederam os Jogos Paralímpicos promoveu resultados satisfatórios. Entre vários materiais distribuídos aos meios de comunicação, chamamos a atenção para o “Guia para a mídia: como cobrir os Jogos Paralímpicos”, de Athanasios Sakis Pappous e Doralice Lange de Souza (2016), que procura lutar contra a perpetuação dos preconceitos que cercam a imagem do paratleta. Nesse “Guia para a Mídia” divulgado pelo CPB (**Figura 1**), destacam-se algumas orientações para os jornalistas: colocar em primeiro lugar o atleta e não a sua deficiência, destacando suas habilidades e seu nome; priorizar os feitos dos atletas e não suas deficiências; não hiperbolizar os aspectos da derrota ou do fracasso do paratleta. Os autores listam também os termos que deveriam ser evitados, como “deficiente”, “aleijado”,

“paralisado” e “inválido”, que poderiam ser substituídos simplesmente por “atleta”, “atleta com deficiência” ou “atleta com...” (citando-se o tipo da deficiência).

No que diz respeito aos registros fotográficos o material desenvolvido por Pappous e De Souza (2016) elenca o que deveria ser evitado: poses passivas que enfatizam a deficiência; fotos que denunciam falhas dos paratletas; fotos que retratam os atletas em suposta condição de isolamento ou tristeza; fotos que escondam as deficiências; fotos que dão enfoque excessivo à deficiência. Em contrapartida, os registros fotográficos deveriam retratar os atletas dentro do campo de competição, em ação, portando roupas esportivas, não se escondendo nem se enfatizando a deficiência.

Figura 1: Capa de material divulgado pelo CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro).



ATHANASIOS (SAKIS) PAPPOUS e DORALICE LANGE DE SOUZA

University of
Kent

UFPR



Acreditamos que as iniciativas do CPB possam ter influenciado o trabalho dos dois jornais aqui analisados. À semelhança do jornal *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* também manteve um registro discursivo respeitoso, salvo algumas exceções de registros fotográficos, como veremos a seguir.

O jornal *O Globo* foi fundado em 1925 no Rio de Janeiro e, desde cedo, sempre se mostrou ligado à cultura de massa e às manifestações populares da cidade. Atualmente, situa-se entre o segundo mais vendido do país em 2014 e 2015¹⁹⁶. Durante a realização dos Jogos Paralímpicos de 2016, de 7 a 18 de setembro, a cobertura do evento recebeu um caderno especial de seis páginas diárias. No dia da abertura da competição (7 de setembro de 2016), o jornal apresentou um caderno de oito páginas. Após a realização dos Jogos Paralímpicos, *O Globo* ainda publicou um caderno especial de oito páginas no dia 21 de setembro, com o balanço da cobertura numa coprodução com o jornal alemão Tagesspiegel. Já no dia 23 de setembro, outro caderno com oito páginas fazia novo balanço do evento, fazendo-se um retrospecto da competição e do chamado legado deixado para a cidade no que diz respeito às instalações esportivas e à conscientização com relação à situação da pessoa com deficiência.

No caso de *O Globo*, alguns casos fortuitos nos chamam a atenção, como estas oito imagens que analisamos a seguir, quatro delas trazendo como destaque o nadador brasileiro Daniel Dias, que nos Jogos de 2016 se tornou o nadador com o maior número de medalhas em Paralímpiadas (24 no total). A primeira imagem (**Figura 2**), ainda que apresente o nadador em ação em seu próprio ambiente competitivo, foca com grande realce seu braço direito. O atleta nasceu com uma má formação congênita nos dois braços e na perna direita, e a seleção desta imagem (dentre centenas de outras de que o jornal dispõe) torna-se ainda mais discutível quando vemos que ela se refere aos Jogos Paralímpicos de Londres 2012, como descrito na legenda (“Daniel Dias na final dos 100m livres em Londres:...”):

196 Dados de 2015 consolidados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e publicados pela Associação Nacional de Jornais em <http://www.anj.org.br/moiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 10 set. 2017.

Figura 2: *O Globo*, 07/09/2016, pág. 6 – Jornal Paralímpico.



Registro semelhante é o que encontramos na capa de *O Globo* no dia 18 de setembro (Figura 3), com nova foto a dar destaque para o braço direito do nadador, em movimento numa prova de nado costas. Enquanto a manchete do jornal procura louvar “o dia de glória” do nadador ao apontar as duas medalhas obtidas por Daniel Dias na véspera (uma de bronze e uma de ouro, o que o alçou à condição de recordista paraolímpico na natação), a imagem enfoca novamente o braço com má formação congênita.

Figura 3: *O Globo*, 18/09/2016, Capa.



Se estes dois exemplos podem não representar o reforço do estigma e o foco excessivo na deficiência, o mesmo não nos parece ocorrer no registro de Daniel Dias ao lado de um quadro de medalhas (**Figura 4**), em que a imagem do nadador aparece recortada, com o braço esquerdo elevado – algo que destaca por demasia sua má formação congênita:

Figura 4: *O Globo*, 09/09/2016, pág. 1 – Rio 2016 Paralimpíada.



Por último, no caso de Daniel Dias, temos a imagem em que ele aparece ao lado de outros dois nadadores da equipe de revezamento do Brasil (**Figura 5**). O que destoa aqui é o fato de os três atletas aparecerem com os rostos total ou parcialmente encobertos, de forma que é difícil inclusive identificá-los a partir da informação da legenda da foto.

Figura 5: *O Globo*, 15/09/2016, pág. 5 – Rio 2016 Paralimpíada.

Um por todos, todos por Dias

Revezamento do Brasil ganha prata e deixa ídolo perto de recorde mundial de pódios paralímpicos em natação

GUAN ASSATO
gvanassato@globo.com.br

De sempre solidário e solidário. No revezamento, os nadadores dividiram a raia e os seus objetivos, mesmo que eles sejam individuais. Hanno na prova do 4x100m livre masculino 34 pontos, os nadadores nacionais ganharam mais que a medalha de prata ontem: ajudaram Daniel Dias, maior medalhista paralímpico brasileiro, a se aproximar do recorde de medalhas e pódios em sua carreira.



Para além destes registros discutíveis do nadador Daniel Dias (principal atleta brasileiro dos Jogos Paralímpicos para a imprensa em virtude da “decepção” de vários paratletas no atletismo), dois registros do jornal no dia 10 de setembro são

evitáveis: um deles refere-se ao destaque excessivo dado à noção de tombos e trombada nas modalidades com uso de cadeiras de rodas, como é o caso do basquete (Figura 6), na seção “De olho no detalhe”:

Figura 6: O Globo, 10/09/2016, pág. 6 – Rio 2016 Paralimpíada.



Quem acompanha minimamente o basquete paraolímpico sabe o quanto choques com cadeiras de rodas são comuns e corriqueiros, assim como as quedas dos atletas. Trata-se de uma condição inerente ao próprio basquete adaptado. Não se compreende, assim, por que o jornal prefere chamar tal característica de “risco” (“Nos jogos de basquete, há risco de choques e quedas”). Há choques e quedas, lógico, mas estes não deveriam ser precedidos pela ideia de risco, o que denota uma condição danosa para a própria prática da modalidade.

Notícia igualmente provocadora de estigma é a que destaca “O adeus do faraó do tênis de mesa”, em referência ao mesatenista Ibrahim Hamadtou (Figura 7). Deduzimos, pela chamada, que Hamadtou seja egípcio – embora a nota não informe sua nacionalidade, mas apenas que ele se tornou campeão africano. A condição distintiva do atleta é o fato de ele ser o único competidor que não tem braços na disputa do tênis de mesa. Entretanto, a posição da bola à frente do olho direito do jogador intensifica o sentido da deficiência: se não bastasse o fato de segurar a raquete com a boca, tem-se a impressão de que há ainda uma deficiência visual. Por fim, a menção ao adeus do “faraó”, em que pese a nobreza da referência, remete-nos igualmente para uma condição tumular, como se a eliminação representasse o fim da linha para ele (não à toa, o texto ainda afirma que ele tinha “sua última chance de avançar no torneio de simples da classe S6, para severas limitações motoras” – grifo nosso):

Figura 7: O Globo, 10/09/2016, pág. 3 – Rio 2016 Paralimpíada.



Julgamos igualmente equivocada a criação do jornal *O Globo* da seção “É ouro” ao lado da seção “Queimou”, em que atletas ou fatos da véspera ganham a primazia de serem louvados com uma seta para cima (no primeiro caso) ou menosprezados com uma seta para baixo (no segundo). A própria escolha semântica do “Queimou” em oposição ao “É ouro” parece-nos infeliz, uma vez que uma derrota ou um equívoco no esporte fazem parte da própria natureza agonística de uma competição deste tipo. Na edição do dia 12 de setembro, por exemplo, foi selecionada para a seção “Queimou” a atleta Terezinha Guilhermina, “uma das estrelas do esporte paraolímpico brasileiro”, como refere o próprio diário. Ao fazer troça com a possibilidade de a corredora não conseguir disputar os Jogos de Tóquio em 2020, o jornal desdenha o currículo de Terezinha (presente em três paralimpíadas e oito mundiais):

Figura 8: O Globo, 12/09/2016, pág. 2 – Rio 2016 Paralimpíada.



Outro registro irônico e dispensável foi o destinado a Alan Fonteles (Figura 9):

Figura 9: O Globo, 13/09/2016, pág. 6 – Rio 2016 Paralimpíada.



Fonteles despontou nos Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012, quando superou o favorito sul-africano Oscar Pistorius nos 200 metros rasos do atletismo e conquistou a medalha de ouro para o Brasil. O corredor ainda ganharia outras três medalhas no Mundial de Lyon (França) em 2013. Em seguida, desligou-se dos treinos e das competições, retornando de maneira surpreendente para a disputa dos Jogos de 2016, ainda que visivelmente acima do peso – daí a ironia do título da manchete “O peso de ser um ídolo”. A presença do atleta com uma expressão de desolação ou lamento intensifica ainda mais o registro disfórico de alguém de quem a imprensa brasileira esperava um desempenho diferente.

Se recolhemos oito exemplos que nos parecem equivocados ou menos felizes, cabe reportar que esse número é relativamente pequeno se lembramos que o jornal *O Globo* dedicou seis páginas diárias de cobertura dos Jogos Paralímpicos, ao longo de 12 dias. Em meio a estes possíveis tropeços aqui elencados, houve inúmeros acertos. Citaremos apenas dois, a título de exemplo. Um deles é o que envolve a capa do caderno Rio 2016 Paralimpíada do dia 10 de setembro, com destaque para a nadadora Susana Schnarndorf Ribeiro (Figura 10):

Figura 10: *O Globo*, 10/09/2016, pág. 1 – Rio 2016 Paralimpíada.



Ainda que tenha dado preferência a retratar o perfil da atleta, de lado, o jornal enfatiza a conquista da nadadora com uma interjeição, um vocativo e uma exclamação (“Oh, Susana!”), referindo-se à conquista da medalha de prata no revezamento misto. Desde 2004, Susana convive com a Atrofia de Múltiplos Sistemas (MSA), uma doença degenerativa que limita gradualmente seu movimento e sua respiração, provocando uma queda contínua de desempenho em suas provas de natação. A presença da foto da atleta aliada a uma manchete incomum comunga-se numa homenagem que busca louvar a obtenção da medalha de prata.

Exemplo semelhante de opção por mostrar os atletas em ação, sem reforçar os estigmas da deficiência, é o que se vê na seção “De olho no detalhe” – já citada anteriormente por um aspecto inverso – do dia 12 de setembro. Aqui, nota-se a busca por aquilo que o pensador alemão Hans Ulrich Gumbrecht chamou de epifania no esporte e que pode ser experimentada nos três registros a seguir:

[a] aparição inesperada de um corpo no espaço, que de repente assume uma bela forma que se dissolve de maneira tão rápida e irreversível, pode ser encarada como uma espécie de epifania. Essas epifanias, acredito, são a fonte da alegria que sentimos ao assistir a um evento esportivo, e elas marcam a intensidade de nossa resposta estética. (GUMBRECHT: 2007, 46)

Figura 11: O Globo, 12/09/2016, pág. 6 – Rio 2016 Paralimpíada.



Os “voos que embalam atletas” lembram-nos da falta de limites de que dispõe o corpo humano, irmanando competidores de diferentes modalidades no mesmo ideal competitivo.

A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, tem uma história que remonta a 19 de fevereiro de 1921, quando foi criado na capital paulista o jornal *Folha da Noite*, preocupado em noticiar as deficiências dos serviços públicos. Em julho de 1925, o diário lançou sua edição matutina, com o nome de *Folha da Manhã*. Após 24 anos, surgiu a edição vespertina, intitulada *Folha da Tarde*, lançada em 1º de julho de 1949. Os três títulos da empresa se fundiram em 1º de janeiro de 1960, dando surgimento ao jornal *Folha de S. Paulo*, conhecido popularmente pelos leitores como *Folha*. Na década de 1980, fruto da modernização de seu parque gráfico, de grande investimento em marketing e de mudanças propostas por um novo projeto editorial, a *Folha* tornou-se o jornal de maior circulação no país. Recentemente, tem alternado a sua colocação no ranking de circulação de jornais impressos entre a primeira colocação (em 2012 e 2014), a segunda (2013) e a terceira (2015).¹⁹⁷

197 Conforme dados já citados de 2015 publicados pela Associação Nacional de Jornais (disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>). Acesso em 10 set. 2017.

Durante os Jogos Paralímpicos de 2016, no mesmo período de 7 a 18 de setembro de 2016, a *Folha* manteve uma média de 1 a 2 páginas para falar do evento. As exceções foram no dia seguinte à cerimônia de abertura (edição de 8 de setembro, com 3 páginas) e à cerimônia de encerramento (edição de 19 de setembro, com 6 páginas). À semelhança do que ocorreu com *O Globo*, o jornal paulista manteve uma cobertura equilibrada, à exceção de quatro registros fotográficos: um na edição da quarta-feira, 07/09/16, na página 2 – **Figura 12**; e três (**Figuras 13, 14 e 15**) na edição da segunda-feira, 19/09/2016 – dia seguinte ao encerramento da competição –, na página 6 do caderno especial “Rio 2016 Paraolimpíada”.

Figura 12: detalhe de recepção de paratletas na Vila Olímpica.



Folha de S. Paulo, 07/09/16, página 2 – Rio 2016 Paraolimpíada.

Na **Figura 12**, dá-se enfoque excessivo à deficiência ao se mostrar em primeiro plano dois atletas utilizando próteses nas pernas, algo que contrasta com as pernas dos atletas que aparecem em segundo plano – todos utilizando o mesmo modelo de tênis. Esse close na deficiência, descontextualizando o atleta da cena,

não nos parece acrescentar grande interesse jornalístico para além do registro da diferença. A própria legenda da fotografia esforça-se em apagar o contraste, como se estivéssemos diante de uma imagem ordinária e comum: “Atletas em recepção na Vila Paraolímpica, na Barra; competições começam na quinta-feira (8)”.

As **Figuras 13 e 14**, igualmente, exageram no destaque da deficiência de dois nadadores. No caso do australiano Ahmed Kelly, ainda que o registro tenha sido feito no local da competição (a beira da piscina), chama-nos a atenção seu olhar perdido e o fato de se tratar de um atleta biamputado nas pernas e nos antebraços, reforçando e intensificando o efeito de desproteção e desamparo. O mesmo dá-se com o chinês Hong Yan, cuja fotografia retrata-o de costas e sem o registro de seu rosto, mas com grande enfoque ao antebraço amputado.

Figura 13: Legenda: “Acima, o australiano Ahmed Kelly se prepara para cair na piscina”.



Folha de S. Paulo, 19/09/16, página 6 – Rio 2016 Paraolimpíada.

Figura 14: Legenda: “ao lado, o chinês Hong Yang depois de competir na natação”.



Folha de S. Paulo, 19/09/16, página 6 – Rio 2016 Paraolimpíada.

Por último, destacamos a **Figura 15**, que traz a legenda: “O japonês Shinya Wada (à dir.) é consolado pelo guia, após o último lugar na final dos 1.500 m”. Tal registro, também com uma imagem que destaca a falha e o desconsolo de um atleta

que sequer tem seu rosto apresentado, intensifica algo que é reprovado pelo Guia para a Mídia, divulgado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.

Figura 15: japonês Shinya Wada após a final dos 1.500 m.



Folha de S. Paulo, 19/09/16, página 6 – Rio 2016 Paraolimpíada.

Para além destes exemplos, o jornal *Folha S. Paulo* procurou, por meio de alguns textos assinados por colunistas (casos de Mariana Lajolo e “Corre, Petrócio!”, de 16/09/16; e Mariliz Pereira Jorge e “Para-atletas não são super-heróis”, de 17/09/16), chamar a atenção para os estigmas e preconceitos que devem ser evitados ao se noticiar o esporte paraolímpico e a vida de pessoas com deficiência.

Por fim, temos o jornal *Lance!*, lançado em 1997 e que atualmente é o único jornal esportivo impresso a circular no Brasil dentre os 50 mais vendidos no país (média de 44.592 exemplares vendidos e a 16ª colocação).¹⁹⁸ Suas edições diárias contam com 24 páginas em média; durante a realização dos Jogos Paralímpicos 2016, de 7 a 18 de setembro de 2016, a cobertura do evento variou de seis páginas (na edição de 08/09/2016, um dia após a abertura) a apenas duas páginas (edição de 09/09/2016). Em média, três páginas foram dedicadas ao evento durante a realização da Paraolimpíada.

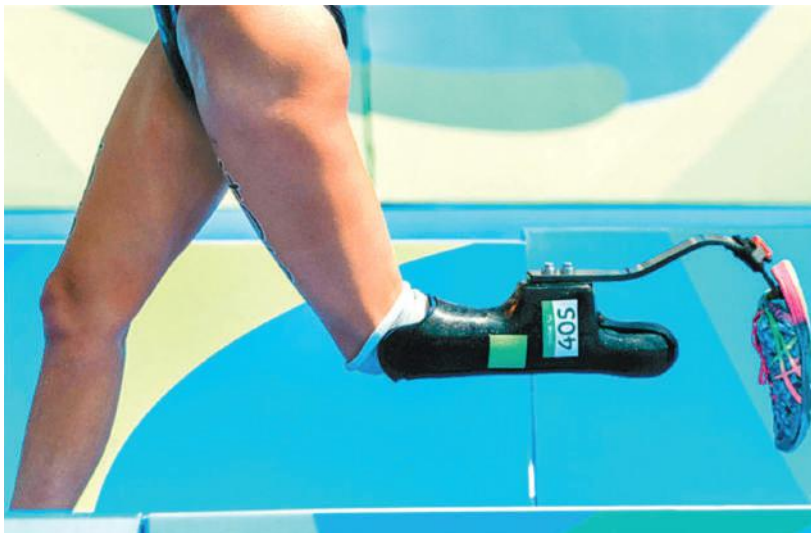
198 Dados de 2015 consolidados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e publicados pela Associação Nacional de Jornais em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 10 abr. 2017.

De forma geral, o diário esportivo procurou registrar as conquistas dos paratletas, esquivando-se de cair nas “armadilhas” de utilizar abordagens equivocadas e terminologias impróprias. Nesse sentido, o jornal – de forma geral – não promoveu a reprodução de estereótipos que costumam cercar a pessoa com deficiência.

Nas 12 edições do *Lance!* (de 8 a 19 de setembro de 2016) que acompanharam a realização dos Jogos Paralímpicos, não observamos registros fotográficos ou a utilização de termos impróprios ou inadequados. De forma geral, priorizou-se o registro dos paratletas nos ambientes da competição, louvando-se suas conquistas. O jornal fez prevalecer sua marca: a de sempre louvar a vitória em detrimento da derrota, realizando uma produção discursiva eufórica, e não disfórica.

No entanto, três casos, em particular, destoaram desses cuidados no *Lance!*: o registro fotográfico em close da prótese usada pela atleta americana de triatlo Grace Norman (12/09/16, p. 19) – **Figura 16**; a menção ao atleta Ivan Espinosa, das Ilhas Virgens (12/09/16, p. 18) – **Figura 17**; e o registro da nadadora norte-americana Jessica Long (13/09/16, p. 17) – **Figura 18**. Vejamos com mais detalhes estas questões.

Figura 16: destaque para a prótese da triatleta Grace Norman.



Na **Figura 16**, não se entende por que o registro fotográfico em close destaca a prótese da corredora, com riqueza de detalhes (pode-se até ler o número de inscrição da atleta). A própria legenda da imagem chama a atenção mais para o artefato do que para a atleta: “A prótese da americana Grace Norman, que faturou

a medalha de ouro no triatlo em Copacabana”. Assim, descontextualiza-se o ato da corrida para o detalhamento da deficiência.

Algo a nosso ver mais grave ocorre com o corredor Ivan Espinosa, das Ilhas Virgens, que disputou a prova dos 1.500 m – categoria T37 (**Figura 17**). A matéria em questão, intitulada “Jornadas solitárias no Rio”, fazia menção aos países que estavam representados por apenas um atleta nos Jogos Rio-2016. Era o caso de 38 delegações, entre as quais a das Ilhas Virgens. Entretanto, sem que houvesse no texto da matéria qualquer referência ao resultado da prova disputada por Ivan Espinosa, a fotografia selecionada para representá-lo mostra-o sentado, numa angulação de cima para baixo, intensificando a fragilidade atleta. Para intensificar o estigma, a legenda da fotografia afirma: “**Exausto** – Ivan Espinosa foi último e deu entrevista sentado”. Trata-se de opção editorial discutível, que poderia ser evitada, ainda mais pela intensificação de dois aspectos negativos: o corredor ter terminado em último lugar e, cansado, concedido a entrevista sentado, e não em pé.

Figura 17: retrato de Ivan Espinosa, das Ilhas Virgens.



Por último, temos a imagem da nadadora norte-americana Jessica Long, retratada à beira da piscina após uma prova enquanto se prepara para usar as próteses das pernas. A matéria em questão, intitulada “Eles vão voltar ao topo”, compara o desempenho de atletas dos Estados Unidos nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos, apontando para o fato de que a delegação paraolímpica estadunidense não consegue repetir os resultados obtidos na outra competição.

Figura 18: A nadadora Jessica Long e suas próteses para as pernas.



A legenda do jornal afirma: “**A melhor** – A nadadora Jessica Long conquistou três medalhas no Rio” e faz um registro isolado de seu desempenho na natação, sem ao menos identificar em quais provas ela obteve as medalhas e quais foram os resultados (se medalhas de ouro, prata e bronze). O olhar perdido no horizonte, enquanto começa a fazer o encaixe das próteses das pernas que estão encostadas ao lado e já calçadas com o par de tênis, intensifica o sentido da deficiência de uma maneira bastante explícita.

Considerações finais

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Lance!* procuraram não perpetuar, nos Jogos Paralímpicos de 2016, a utilização das mesmas lógicas de cobertura midiática empregada nos demais eventos esportivos de atletas sem deficiência. O fato de o Brasil sediar os dois eventos de forma contígua (Jogos Olímpicos em agosto e Paralímpicos em setembro de 2016 no Rio de Janeiro) fez com que os meios de comu-

nicação brasileiros estivessem mais atentos e preocupados com as particularidades e os públicos das duas competições. O resultado final é quase que satisfatório, uma vez que os dois veículos buscaram ressaltar, tanto no discurso verbal como no discurso visual, as conquistas e os resultados dos paratletas, em detrimento da derrota e da exploração da deficiência. Evitou-se, assim, a representação do atleta com deficiência como um herói, capaz de promover a superação da humanidade, ou como um indivíduo a quem se olha com compaixão e estranheza, em função de sua deficiência.

As exceções a esta lógica de cobertura ocorreram no registro imagético que procuramos recolher aqui, ao listarmos fotografias e respectivos textos que poderiam ser evitados, já que intensificam o efeito de sentido que se quer apagar no tratamento da pessoa com deficiência, ou seja, o enfoque excessivo na própria deficiência ou na falha do corpo com deficiência, e o destaque para a ideia de vulnerabilidade do paratleta.

O trabalho realizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro também colaborou para que a imprensa brasileira, ao menos no caso dos dois jornais aqui analisados, invertesse a lógica das coberturas anteriores, ainda que com um volume de notícias muito pequeno, levando-se em conta o fato de que o evento desenvolveu-se no Brasil. É de se esperar que as futuras coberturas jornalísticas, além de manterem uma representação digna do atleta com deficiência, possam incrementar o volume de matérias e de conteúdo sobre os Jogos Paralímpicos, competição em que o Brasil tem alcançado resultados expressivos nas últimas edições.

Referências

ALLEN, Johnny et al. Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2008.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Introdução à análise do discurso. 7ª ed., Campinas (SP), Editora da Unicamp, s/d.

CASCAL RAMOS, Antonio; SÁNCHEZ DORADO, Julia. Olimpiadas y choque de culturas. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2008.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. "Defining Media Events: high holidays of mass communication". In NEWCOMB, H (ed.). Television, the critical view. New York: Oxford University Press, 1994.

DUCROT, Oswald. O dizer do dito. Campinas, Pontes, 1987.

GUIA ESCOLAR PARALÍMPICO (2014). Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Disponível em <http://rio2016.com/educação>. Acesso em 20 abr. 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Elogio da beleza atlética. Tradução: Fernanda Ravnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUTTMANN, Ludwig. Le sport pour les handicapés physiques. UNESCO, Paris: 1976.

HALL, C. M. Hallmark tourist events: impacts, management & planning. Londres: Belhaven Press, 1992.

HILGEMBERG, Tatiane. “Representação midiática do atleta com deficiência na mídia brasileira e portuguesa: do coitadinho a super-herói”. In: Anais XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus (AM): 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1754-1.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2016.

MARQUES, José Carlos. “Teoria ou prática? O movimento pendular dos cursos de comunicação no Brasil e a abordagem do esporte”. Em Revista Atos de Pesquisa em Educação, v. 8, n. 1, 2013.

NOVAIS, Rui Alexandre; FIGUEIREDO, Tatiane Hilgemberg. “A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal”. In Revista Logos – Comunicação e Esporte. Vol.17, Nº 02. Rio de Janeiro: 2º semestre 2010.

ORLANDI, Eni. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, Pontes, 2001.

_____ (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. 2ª ed., Campinas, Ed. Unicamp, 1997.

PAILLETTE, Sylvain et al. “La médiatisation des Jeux Paralympiques à la télévision française”. Les Cahiers du Journalisme. Nº 11, décembre 2002.

PÊCHEUX, Michel. “Análise automática do discurso”, (1969), in GADET, F. & HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Campinas: Unicamp, 1990.

PAPPOUS, A. et al. “La representación mediática del deporte adaptado a la discapacidad en los medios de comunicación”. In Ágora para la Educación Física y el Deporte, nº 9. Valladolid: 2009.

PEREIRA, Ana Luísa et al. “A visibilidade da deficiência: uma revisão sobre as representações sociais das pessoas com deficiência e atletas paralímpicos nos media impressos”. In Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. XXII. Porto: 2011.

RIUS SANCHIS, Inma; SOLVES ALMELA, José Antonio. “Discapacidad y comunicación: periodismo especializado para públicos diversos”. In Revista Comunicación y Hombre, Número 6. Madrid: Universidad Francisco Vitória, 2010.

RODRIGUES MARQUES, Renato Francisco et al. “A abordagem midiática sobre o esporte paralímpico: o ponto de vista de atletas brasileiros”. In Revista Movimento: Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 989-1015, jul./set. de 2014.

_____ et al. “Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro”. In Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo: Out-Dez 2013.

RUIZ, Stevens. “Deporte paralímpico: una mirada hacia el futuro”. In Revista U.D.C.A Actualidad & Divulgación Científica. Vol. 15. (Supl. Olimpismo), Bogotá: 2012.

THOMAS, N.; SMITH, A. Disability, sport and society – an introduction. Nova York: Routledge, 2009.

The background of the page is a solid blue color. Overlaid on this are several large, overlapping, organic shapes in various shades of blue, ranging from a very light, almost white-blue to a deep, dark blue. These shapes are reminiscent of stylized leaves or petals, creating a layered, textured effect. The shapes are positioned primarily in the upper and middle sections of the page, leaving the bottom section clear for text.

Parte 4

Os Jogos Rio-2016 e outros olhares

17 Entretenimento, Torcedores, Consumidores e os Jogos Olímpicos Rio 2016: Motivação e Ida aos Locais de Competição

*Eduardo de Oliveira Cruz Carlassara*¹⁹⁹; *Ary José Rocco Júnior*²⁰⁰

Os megaeventos esportivos, em especial os Jogos Olímpicos, possuem a capacidade de integrar pessoas, promovendo, em alguns casos, a união entre elas. São tidos como acontecimentos que despertam a atenção do público (GIACAGLIA, 2004), geram conteúdo e interesse por parte de empresas patrocinadoras.

Nesse sentido, o momento atual, a chamada “era da globalização”, com o desenvolvimento dos meios de comunicação digital, as redes sociais e a integração econômica e financeira dos mercados, promove o esporte. Os eventos esportivos apresentam, para empresas patrocinadoras e de comunicação, grande potencial de mercantilização, com a criação de valor por meio, especialmente, da sua espetacularização (PIRES, 2002).

Tal processo transformou o esporte de alto nível, também chamado de alto rendimento, em um ambiente orientado para satisfazer as necessidades das indústrias de mídia, consumo e entretenimento. Sob tal perspectiva, o esporte espetáculo tornou-se um fenômeno multifacetado que, em sua conformação atual, passou a ser incorporado, também, pela indústria do entretenimento (PILATTI, 2000), focado na criação de uma atmosfera que proporcione aos espectadores uma experiência única. Neste contexto, os Jogos Olímpicos, se conformam, também,

199 Mestre em Ciências pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP).

200 Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Docente da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP).

como um ambiente de negócios, constituindo um poderoso mercado de mídia e entretenimento.

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna, segundo Rubio (2004), acompanharam e se adequaram frente às mudanças e a dinâmica histórica e cultural do século XX. Neste sentido, a autora apresenta quatro grandes momentos pelos quais o Movimento Olímpico passou durante este processo de adequação a tais mudanças:

- *Fase de estabelecimento* – Período de aceitação da proposta olímpica elaborada por Pierre de Coubertin (Atenas-1896 a Estocolmo-1912).
- *Fase de afirmação* – Período de reconhecimento, pelas nações, da importância dos Jogos Olímpicos e aderência das tais à competição (Antuérpia-1920 a Berlim-1936).
- *Fase de conflito* – Período de uso dos Jogos Olímpicos como palco de disputas entre o bloco socialista e o bloco capitalista (Londres-1948 a Los Angeles-1984).
- *Fase profissional* – Período de substituição do amadorismo, tido como um dos principais pilares do Olimpismo, pela profissionalização dos atletas e forte presença de grandes empresas multinacionais na realização do evento (Seul-1988 a Rio de Janeiro-2016).

Ainda segundo a autora, com o advento da profissionalização dos atletas e dos processos de gestão (Fase do Profissionalismo), houve uma ruptura gradual dos padrões clássicos da organização do evento, tornando-o cada vez mais suscetível às forças do mercado e seus interesses (RUBIO, 2004). Sendo assim, o aporte de recursos provindos da natureza privada ganha corpo e estrutura-se na organização dos Jogos.

Mas, o que seria do sucesso dos Jogos Olímpicos sem a presença do torcedor? A era da globalização, mencionada há pouco, e o processo de mercantilização dos Jogos Olímpicos promoveram considerável mudança nos meios de comunicação e passaram a influenciar diversos segmentos além do esportivo. Tal fato contribuiu para que o torcedor/participante dos mega eventos esportivos passassem a ser tratados como consumidores esportivos (PITTS e STOTLAR, 2013).

A passagem do ponto de vista do aumento da mercantilização dos Jogos, com incremento nos direitos de transmissão e cotas das empresas patrocinadoras oficiais dos eventos organizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), não deve ser encarada negativamente. Vivemos a era do consumo em massa em que o esporte, diante da importância que tem, inevitavelmente passou a fazer parte deste universo da indústria do entretenimento e, conseqüentemente, do consumo.

Além disso, existe uma vasta pluralidade de consumidores com variedade de desejos e expectativas que geram diferentes estilos de vida e comportamentos (SOLOMON, 2016), inclusive com relação ao fenômeno esportivo e suas áreas afins (PITTS e STOTLAR, 2013; REIN et. al., 2008).

Nesse sentido, seguindo essa nova perspectiva acerca do papel do torcedor/espectador enquanto consumidor, faz-se cada vez mais necessária a investigação de seu comportamento de consumo em eventos esportivos. Tal temática se tornou objeto de estudo importante e fundamental para os estudos relacionados ao esporte, em especial para sua gestão e formas de comercialização e promoção. Todos estes elementos fazem parte da Fase de Profissionalização dos Jogos Olímpicos, proposta por Rubio (2004).

Com a organização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro 2016, o torcedor/consumidor brasileiro se viu diante de uma perspectiva inédita: instalações esportivas novas, modernas, personalizadas e de alto padrão (MARQUES et. al., 2009). Tal fato, aliado à possibilidade de se vivenciar “o maior espetáculo do planeta” (RUBIO, 2010), trouxe aos consumidores experiências talvez jamais experimentadas anteriormente pelo público brasileiro. A expectativa no consumo de eventos esportivos mudou. O consumidor passou, de certo modo, a buscar entretenimento (ROCCO JÚNIOR e MAZZEI, 2015).

O conceito de entretenimento, buscado cada vez mais pelos consumidores esportivos, relaciona-se com diversos tipos de atividades, dentre elas esportivas, culturais, de bem-estar e de espetáculos esportivos, que proporcionam experiências emocionantes, criando sensações e percepções prazerosas em determinado público (KASER e OELKERS 2014; TIRELLI et. al. 2013). O entretenimento, uma vez concebido desta forma, passa a ser uma percepção transformadora da experiência esportiva (MACHADO, 2009).

Sob tal perspectiva, os Jogos Olímpicos passaram a ser fontes luxuosas de entretenimento aos seus interessados. Muito além do entretenimento, o evento oferta uma série de experiências, emoções e atmosferas sentidas apenas em ambientes como o desta disputa global, carregada de história e significados. Vale ressaltar que em competições desta magnitude o jogo, a competição esportiva em si, é o motor de uma série de interações sociais, psicológicas e emocionais (ROCCO JÚNIOR e MAZZEI, 2015) influenciadas pelos ambientes que cercam os espectadores. A criação de uma atmosfera envolta sob a possibilidade de tais interações se torna elemento essencial e fundamental na construção de megaeventos como os Jogos Olímpicos.

Um exemplo concreto do crescimento econômico da vertente entretenimento dos Jogos Olímpicos, em comparação com seu pilar esportivo, está nos preços dos ingressos para os eventos que compuseram o cartel de opções oferecido pelos Jogos Olímpicos Rio 2016. Entre as 42 modalidades esportivas presentes à Cidade Maravilhosa, com 306 medalhas de ouro em disputa, os mais espetaculares atletas do planeta e 7,5 milhões de entradas disponíveis, o valor mais caro cobrado foi para a Cerimônia de Abertura, ocorrida no dia 5 de agosto de 2016, no estádio do Maracanã (GLOBOESPORTE, 2014), momento em que nenhuma medalha de ouro esteve em disputa.

A competição esportiva, na Cerimônia de Abertura, esteve presente apenas no simbolismo dos Jogos, nos ritos históricos do evento e no desfile dos atletas no gramado do estádio. O público presente pagou por uma experiência de entretenimento. Experiência essa dirigida, em sua totalidade, por um especialista do universo do entretenimento, e não do campo esportivo, o renomado cineasta brasileiro Fernando Meirelles.

Objetivando aprofundar os estudos sobre as motivações relacionadas à decisão do consumidor esportivo em participar de megaeventos, aqui em especial os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, foi realizada em agosto de 2016, durante as competições esportivas do evento, uma coleta de dados que possibilitou o aprofundamento do entendimento do perfil deste consumidor do esporte e sua relação com o entretenimento, qualidade, atmosfera e experiências proporcionadas pelos Jogos.

O presente estudo contou também com inspiração provinda de nosso projeto “Os Novos Estádios e Arenas e o Comportamento do Consumidor do Produto Esportivo: o padrão FIFA de qualidade e o impacto no torcedor brasileiro” que teve seus procedimentos aprovados e financiados junto ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), em sua chamada ME/CNPq N ° 091/2013, na linha 1 – Legados dos Megaeventos Esportivos.

Assim, o objetivo central deste estudo é apresentar, a partir da opinião dos espectadores/consumidores dos Jogos Olímpicos Rio 2016, a identificação das razões/motivações que influenciaram na decisão de ir assistir às diversas competições do megaevento. Como dito, aqui neste trabalho é dada atenção especial aos motivos relacionados à vivência de experiências de entretenimento que criam atmosferas únicas e nunca vividas pelos indivíduos entrevistados durante o evento em questão.

Revisão de Literatura

Como já deixamos claro acima, no âmbito deste trabalho os torcedores/espectadores são tratados como consumidores esportivos, inseridos dentro do contexto da indústria do entretenimento, em uma vertente assumidamente mercadológica.

Neste sentido, é necessário que cada vez mais se entenda o comportamento destes indivíduos e a maneira pelo qual eles se comportam ao consumir o esporte, e todo o universo que o cerca, como um produto. Mais do que tentar prever os comportamentos de consumo deve-se, também, discernir sobre quais são as motivações destes indivíduos a consumirem o esporte (KENNETH et. al., 1999).

Estudos (HOLT, 1995, KENNETH et. al., 1999) demonstram que o ato de consumir é uma realização variável e determinada pelas características do objeto a ser consumido. O processo de consumo de um objeto (os produtos esportivos, por exemplo) acontece de e por diferentes maneiras e grupos. Desta forma, o ato de consumir envolve uma série de sensações e experiências marcantes, tanto positivamente quanto negativamente, para o indivíduo. Neste sentido, os estudos do comportamento do consumidor devem considerar diversas dimensões, tais como as emocionais, psicológicas e sociais associadas ao espectador/torcedor.

Kenneth et. al. (2009), ao considerar tais dimensões em seus estudos sobre o consumidor esportivo, propõe que os mesmos sejam tratados como fãs. O autor define o fã como um entusiasta devoto de algum tipo particular de esporte, equipe ou clube. Assim, uma vez que os consumidores são tratados como fãs entusiastas, estes estão motivados a se envolver e se relacionar com o esporte em diferentes níveis. Sendo assim, é necessário que se estabeleça algum tipo de classificação para este relacionamento entre o fã e o esporte, clube ou equipe.

Uma série de autores (SMITH, 1998; REAL e MECHIKOFF, 1992; RICHINS e BLOCH, 1986) desenvolveu estudos buscando propor a classificação ideal dos fãs esportivos. Alguns os classificam como fãs “sérios” e “normais”, outros sugerem o conceito de “fãs profundos”. No entanto, descrever as importantes diferenças entre fãs, seus motivos e comportamentos é muito mais complexo do que simplesmente caracterizá-los em um grupo (KENNETH et al, 2009). Desta forma, o autor propõe uma classificação que leve em consideração a motivação e o comportamento dos indivíduos ao se relacionarem com o esporte.

O “fã temporário”, como a própria classificação sugere, é aquele que se relaciona de maneira temporária com o fenômeno. Ou seja, após o término do evento de interesse ele não se motiva a exibir qualquer tipo de comportamento em relação ao

esporte, voltando ao seu comportamento habitual. Este tipo de indivíduo é um fã de um evento específico e nada mais (KENNETH et al, 2009).

O “fã local”, por sua vez, é caracterizado por aquele indivíduo que se limita a consumir o esporte de acordo com as restrições geográficas. Ou seja, esse sujeito exhibe comportamentos e se relaciona com o fenômeno esportivo, desde que isso ocorra na sua área geográfica (local em que nasceu ou vive) (KENNETH et al, 2009).

O terceiro tipo é o “fã devoto”, que não apresenta limitações com relação ao tempo ou área geográfica. O “fã devoto” provavelmente foi, em algum momento, um fã temporário ou local, mas seu interesse pessoal por esportes aumentou, afetando o seu comportamento de consumo do fenômeno. Este tipo de indivíduo é leal ao evento, equipe, clube ou afim e os acompanham independentemente do local e momento (KENNETH et al, 2009).

O próximo tipo é o “fã fanático”. Para este indivíduo, o esporte está acima de tudo, e ele se identifica, cria laços e necessita acompanhar e consumi-lo acima de qualquer outra necessidade. A principal diferença entre o fã fanático e o fã devoto é que o último pode ir a jogos, já o primeiro irá com toda a certeza (KENNETH et al, 2009).

Por fim, o último tipo de fã é o classificado como “disfuncional”. (KENNETH et al, 2009). Para este tipo de torcedor, a coisa mais importante do mundo é o seu time, esporte ou evento de preferência. Ser torcedor é o elemento mais marcante de sua autoidentificação, afetando seu comportamento de forma a torná-lo antissocial ou perturbado.

Outro trabalho de referência na área do comportamento do consumidor no esporte é o modelo de *The Psychological Continuum Model (TPCM)*, desenvolvido por Funk e James (2001), em que os autores classificam o torcedor de acordo com suas conexões psicológicas com o esporte e/ou equipe. Para a elaboração do modelo, os autores determinaram as quatro principais fronteiras que caracterizam cada um dos níveis em que o indivíduo pode se encontrar em sua relação com o produto esportivo. Os quatro níveis propostos por Funk e James (2001), no TPCM, são:

1. Nível do conhecimento: quando o torcedor irá apenas notar a existência de um esporte e/ou equipe sem nenhum tipo de preferência.
2. Nível da atração: em que o torcedor irá optar por um time e/ou esporte, de acordo com fatores sócio-psicológicos e geográficos.
3. Nível da ligação: o torcedor sedimenta seu interesse e estabelece conexões mais fortes com o objeto esportivo.

4. Nível da fidelidade: quando o indivíduo irá se tornar um torcedor fiel do time ou do esporte. Seu comportamento passa a ser consistente e durável.

Dentro do modelo proposto pelos autores, o torcedor pode iniciar sua jornada de relacionamento em qualquer nível e, de forma constante, alterar seu posicionamento de um nível para outro livremente e de acordo com estímulos a ele oferecidos (FUNK e JAMES, 2001).

Para Giulianotti (2002), importante sociólogo britânico que utilizou o futebol como esporte de referência para propor outra classificação, existem quatro tipos diferentes de torcedores: i) fanático, o torcedor que tem grande investimento emocional de longo prazo com o clube e que demonstra sua solidariedade nos bons e maus momentos dispendo-se ainda a gastar dinheiro com sua equipe do coração; ii) seguidor, aquele que acompanha o clube, mas também tem interesse nas demais situações relacionadas ao esporte; iii) fã, que tem grande identificação e sentimento de intimidade, mas com uma relação mais distante que a dos fanáticos; e o iv) flâneur, que é aquele que acompanha o clube mais pelos veículos de comunicação, olhando para como se estivesse em uma vitrine.

Vale ressaltar que independente da classificação que se utilize para definir as relações que os consumidores do esporte têm com o fenômeno, é importante saber que o propósito de tais classificações está em facilitar a segmentação dos tipos de indivíduos que se deseja analisar em estudos, por exemplo.

Além disso, tais classificações também são importantes do ponto de vista dos profissionais de mercado, que desejam definir estratégias para atingir determinado público-alvo. Assim, seja qual for a classificação que se utilize, o importante é a obtenção de dados que evidenciem e expliquem o comportamento por trás de cada indivíduo ao consumir o fenômeno esportivo, seja por meio de eventos, equipes ou afins.

Procedimentos Metodológicos

Para que os objetivos da pesquisa pudessem ser alcançados, ou seja, a identificação dos motivos que levaram os torcedores a assistir às competições esportivas dos Jogos Olímpicos Rio-2016, foram utilizados os dados coletados a partir de um questionário pré-definido, padronizado e baseado no modelo de questionário

Motives for attendance scale (MAS), desenvolvido e validado para o português por Carvalho et al. (2015).

Assim sendo, o questionário foi constituído por uma pergunta norteadora, tal qual o modelo do MAS: “Até que ponto os motivos listados abaixo influenciaram sua decisão de ir a esta edição dos Jogos Olímpicos Rio 2016?”; seguido de 14 fatores (variáveis) para serem apontados pelos entrevistados como elemento de motivação para ida às competições do megaevento.

Os respondentes, então, deveriam apontar se as sentenças os influenciaram a ir a edição dos Jogos Olímpicos a partir de uma escala de Likert de 5 níveis (1 representa “nada”, 2 “um pouco”, 3 “nem pouco nem muito”, 4 “muito” e 5 “demais”). Foram incluídas no questionário questões demográficas, para identificação do perfil sócio, econômico e social, dos respondentes.

Vale ressaltar que diante do objetivo secundário deste estudo ter sido a discussão acerca da influência do entretenimento na criação de uma atmosfera propícia para a geração de experiências diferenciadas aos torcedores/consumidores, utilizamos e analisamos apenas quatro fatores dos 14 aplicados aos indivíduos. Tais sentenças relacionam-se exatamente com o objeto específico deste estudo.

Os quatro fatores estudados dentro dos objetivos previstos neste trabalho foram: fator

1 – o gosto pelo entretenimento como fator de motivação para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016; fator 2 – o interesse por vivenciar uma nova experiência como fator de motivação para ida às competições do megaevento; fator 3 – a atmosfera criada na cidade do Rio de Janeiro como elemento de motivação para ida aos eventos esportivos da Rio 2016; e fator 4 – qualidade das disputas e de seus atletas como elemento de motivação para ida aos Jogos Olímpicos na Cidade Maravilhosa.

Para a coleta de dados optou-se por uma amostragem não probabilística e intencional de indivíduos, desta forma, os possíveis respondentes deveriam ser capazes de responder ao instrumento utilizado na pesquisa. A coleta foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, sede do evento, e ocorreu através da aplicação do questionário impresso. Os indivíduos foram abordados no Parque Olímpico da Barra da Tijuca, durante a primeira semana do evento (5 a 12 de agosto de 2016). Para o escopo desta pesquisa foram entrevistados apenas brasileiros presentes aos locais de competição.

Vale destacar que o questionário utilizado foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo ²⁰¹. Além

201 Processo nº 2016/14.

disso, todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, salvaguardando a confidencialidade, sigilo e privacidade das informações.

A organização dos dados se baseou no emprego da distribuição de frequência de respostas. A análise dos mesmos, por sua vez, foi feita de forma descritiva e explicativa. A pesquisa descritiva permite que se estabeleçam correlações entre variáveis que, por sua vez, podem se tornar inteligíveis e justificáveis a partir do emprego da análise explicativa (VERGARA, 2013).

Resultados e Discussão

Após a eliminação dos indivíduos que tiveram mais de 40% de respostas ausentes (2 casos), a amostra do estudo foi composta por 219 respondentes. Destes, 128 (58,44%) eram do sexo masculino, enquanto 91 (41,55%) do sexo feminino. A média de idade dos indivíduos entrevistados foi de 31,7 anos.

Com relação à renda mensal familiar, 4 (1,82%) dos indivíduos optaram por não responder a pergunta, 11 (5,02%) tinham até 2 salários mínimos ²⁰², 24 (10,95%) entre 2 e 4 salários mínimos, 38 (17,35%) entre 4 e 6 salários mínimos, 36 (16,43%) entre 6 e 10 salários mínimos, 46 (21%) entre 10 e 14 salários mínimos e 60 (27,39%) tinham mais de 14 salários mínimos como renda familiar mensal.

O fator 1 fez referência à influência pelo gosto ao entretenimento ter motivado os indivíduos a participarem do megaevento. Do total de pessoas entrevistadas, 3 (1,36%) não responderam à questão, 7 (3,19%) indicaram que o gosto pelo entretenimento não teve nenhuma influência na decisão de ir assistir às competições dos Jogos Olímpicos Rio 2016, 4 (1,82%) indicaram que o gosto pelo entretenimento influenciou um pouco na decisão, 21 (9,58%) apontaram que o gosto pelo entretenimento não influenciou “nem pouco, nem muito”, 65 (29,68%) disseram que o gosto pelo entretenimento influenciou muito e 119 (54,33%) dos respondentes indicou que o gosto pelo entretenimento influenciou demais na decisão de participar da edição do megaevento na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre o fator 2, referente ao interesse na vivência de uma nova experiência, 3 (1,36%) indivíduos optaram por não responder a questão, 5 (2,28%) respode-

202 Em 2016, no momento da coleta, o salário mínimo era de aproximadamente R\$880,00 por mês; em 2017 o valor mensal chegou a aproximadamente R\$ 937,00 (Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 2017).

ram ter nenhum interesse em vivenciar uma nova experiência ao participarem dos Jogos Olímpicos Rio 2016, 6 (2,73%) indicaram ter um pouco de interesse em vivenciar uma nova experiência, 11 (5,02%) apontaram “nem pouco, nem muito” interesse, 51 (23,28%) disseram ter muito interesse em vivenciar uma nova experiência e 143 (65,29%) indicaram ter interesse demais em vivenciar uma nova experiência ao participarem de uma edição dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

O fator 3, por sua vez, tratou sobre a influência que a atmosfera criada no local das disputas teve na decisão dos indivíduos de participarem dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Do total de respondentes, 4 (1,82%) optaram por não responder a questão, 7 (3,19%) disseram que a atmosfera do local não influenciou na decisão, 5 (2,28%) indicaram um pouco de influência, 21 (9,58%) apontaram “nem pouca, nem muita” influência da atmosfera na decisão de irem ao megaevento, 75 (34,24%) disseram que a atmosfera do local influenciou muito e 107 (48,85%) apontaram que a atmosfera do local das disputas influenciou demais na decisão de participarem dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Por fim, com relação ao fator 4, sobre a qualidade dos jogos e disputas serem fundamentais para a presença dos respondentes nos Jogos Olímpicos Rio 2016, 4 (1,82%) indivíduos optaram por não responder a questão, 6 (2,73%) indicaram que a qualidade dos jogos não influenciou na decisão de ir ao evento, 3 (1,36%) disseram que a qualidade influenciou um pouco, 32 (14,61%) apontaram a influência da qualidade como “nem pouca, nem muita”, 74 (33,78%) disseram que a qualidade contou muito na decisão e 100 (45,66%) indivíduos apontaram que a qualidade dos jogos e disputas influenciou demais na decisão de ter ido ao Jogos Olímpicos Rio 2016.

Os dados apresentados, resultados deste estudo, demonstram que mais da metade dos indivíduos respondentes indicaram que o gosto pelo entretenimento ofertado pelos Jogos Olímpicos influenciou sua decisão de participar da edição ocorrida no Rio de Janeiro em 2016. Tal dado corrobora uma tendência também vista no futebol após a Copa do Mundo da FIFA 2014, em que os torcedores buscaram o entretenimento através dos espetáculo esportivo ofertado nas novas arenas, por exemplo (ROCCO JÚNIOR e MAZZEI 2015).

Além de buscarem o entretenimento através do espetáculo esportivo, os consumidores/espectadores buscam, também, a possibilidade de vivenciarem uma nova e diferente experiência através de uma atmosfera especialmente encontrada nos ambientes dos megaeventos esportivos. Experimentar uma atmosfera especial é um dos principais pivôs dos elementos da criação do valor no consumo de esporte (UHRICH e KOENIGSTORFER, 2009).

No entanto, além da experiência e da atmosfera criada através do entretenimento gerado pelos espetáculos dos megaeventos como os Jogos Olímpicos Rio 2016, o consumidor/espectador não abre mão do “nível de qualidade do desempenho esportivo”. A qualidade da competição esportiva é, assim, também um elemento fundamental na decisão de consumo do produto esportivo.

Assim, e dentro dos resultados obtidos nos questionários aplicados, é possível afirmarmos que, no atual cenário da indústria do consumo esportivo, os produtos contemplados por um megaevento como os Jogos Olímpicos Rio 2016 apresentam, como elementos de atratividade para seu público consumidor, um forte caráter de entretenimento (fator 1), a possibilidade concreta do torcedor vivenciar uma nova e inédita experiência (fator 2), o desenvolvimento de uma ambientação, atmosfera, que envolva o consumidor no evento (fator 3) e a qualidade das disputas esportivas e dos atletas envolvidos na competição (fator 4).

Um megaevento como os Jogos Olímpicos permite, também e com base nos resultados obtidos, perceber que, dentro das categorias de fãs previstas por Kenneth et. al. (2009), a presença de quase todos os tipos de fãs. Com exceção do fã disfuncional, afastado pelo caráter de entretenimento das competições, todas as demais categorias estão ali presentes: o temporário, que vai aos eventos esportivos ou se interessa pela competição apenas nos momentos de grandes disputas, como os Jogos Olímpicos; o local, preso à cidade do Rio de Janeiro e que vê na atmosfera do local as condições ideais para participar da “festa”; o devoto, que encontra no momento da Rio 2016 as condições para seu “reencontro” com os produtos esportivos; e, o fanático, que está sempre presente nas competições que envolvem seu interesse constante pelo esporte e seus produtos.

Os resultados obtidos mostram, também, que, pela amplitude, diversidade e interesse que os Jogos Olímpicos provocam, o público presente às competições transita em todos os níveis previstos por Funk e Janes (2001) no TPCM: conhecimento, atração, ligação e fidelidade. O entretenimento, foco central deste estudo, desempenha importante papel como motivação para os indivíduos que se encontram nos níveis do conhecimento e de atração pelos produtos oferecidos pelos Jogos Olímpicos.

Já na classificação proposta por Giulianotti (2002), os resultados da pesquisa mostram a presença, nas competições da Rio 2016, de fanáticos, seguidores e fãs. A categoria dos torcedores flâneur prefere acompanhar às disputas pelos meios de comunicação de massa, portais de internet ou pelas redes sociais de sua preferência, muitas vezes interagindo, em tempo real, com indivíduos presentes nos locais das competições.

Considerações finais

A atual configuração dos megaeventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo FIFA de futebol, com a profissionalização cada vez mais acentuada dos principais atletas do universo esportivo e a presença cada vez mais marcante das grandes empresas com suas marcas globais e dos grandes conglomerados de mídia, trouxe para o universo esportivo a espetacularização do esporte e sua inserção, cada vez mais acentuada, na indústria do entretenimento e, conseqüentemente, do consumo.

Para garantir o retorno das elevadas cifras envolvidas no esporte, e nos seus grandes eventos, as empresas multinacionais com visibilidade em todo o planeta provocam nas entidades organizadoras destes eventos, como, por exemplo, o Comitê Olímpico Internacional (COI), uma pressão maior para a atratividade global no negócio esporte.

Como consequência deste processo, estratégias diferenciadas foram desenvolvidas para atrair, cada vez mais, novos públicos para os megaeventos esportivos. A união com o entretenimento, com a inclusão nestes megaeventos de elementos presentes na indústria cinematográfica e/ou da música, é cada vez mais marcante no universo dos megaeventos como, por exemplo, os Jogos Olímpicos.

Em busca de recompensar de forma adequada seus patrocinadores, as entidades que deveriam zelar pelo esporte, como o COI, procuram atrair um público consumidor cada vez mais distante do universo esportivo. Seja através da transformação do esporte em um espetáculo de entretenimento, seja através das redes sociais, o importante é o consumo do produto esportivo.

Se a diversão é garantida, a preocupação com a qualidade do evento esporte e dos atletas que fazem o espetáculo pode ser menor. Do consumidor pouco envolvido com o esporte, avido pelo entretenimento, ao torcedor fanático que dele tudo sabe, louco pelo esporte, todos estão ali, em um mesmo espaço, pagando pelo produto esportivo. O que importa, para as marcas patrocinadoras e para os promotores e organizadores do evento esportivo, que deveriam zelar pelo esporte, é o lucro, esteja ou não o esporte ali presente.

Referências

CARVALHO, M. et al. "What brings youngsters into the stadium Sociopsychological predictors of soccer attendance among Belgian and Portuguese young fans". In *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 15(1), pp.21-40. 2015.

CARVALHO, M.S.M.F. *What brings people into the stadium?: a social perspective of soccer fans' motives for attendance*. Universidade do Porto. 2015.

FUNK, D. C.; JAMES, J. "The psychological continuum model: a conceptual framework for understanding an individual's psychological connection to sport". In *Sport Management Review*, 4:119-50, 2001.

GIACAGLIA, M. *Organização de eventos: teoria e prática*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2004.

GIULIANOTTI, R. "Supporters, Followers, Fans and Flaneurs: A taxonomy of spectator identities in football". In *Journal of Sport and Social Issues*, 26(1):25-46. <http://dx.doi.org/10.1177/0193723502261003>, 2002.

GLOBOESPORTE.COM. Ingresso mais barato das Olimpíadas custará R\$ 40 e o mais caro, R\$ 4.600. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2014/09/majoria-dos-75-milhoes-de-entradas-das-olimpiadas-custara-ate-r-70.html>. Acesso em 16 set. 2014.

HOLT, D.B. "How consumers consume: a typology of consumption practices". In *Journal of Consumer Research*, vol. 22, June, pp. 1-16. 1995.

KASER, K.; OELKERS, D. B. *Sports and entertainment marketing*. 4th ed., Boston: South-Western, Cengage Learning. 2014.

KENNETH A.; BRISTOL, T.; BASHAW, R. E. "A conceptual approach to classifying sports fans". In *Journal of Services Marketing*, vol. 13 Iss 6 pp. 439 - 452. 1999.

MACHADO, Irene. *Ah, se não fosse Mcluhan!* São Paulo: Ed. Senac; 2009.

MARQUES, R.F.R.; GUTIERREZ, G.L.; MONTAGNER, P.C. "Novas configurações socioeconômicas do esporte na era da globalização". In *Journal of Physical Education*, 20(4), pp.637-648. 2009.

PILATTI, L. A. "A lógica da produção do espetáculo: o esporte inserido na indústria do entretenimento". In *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. 3, nº 2. 2006.

PIRES, G. "Olimpismo e ideologia: o desporto a serviço da humanidade". In: TURINI, M. & DaCOSTA, L. P. (ed.) *Coletânea de textos em estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho. 2002.

PITTS, B.G.; STOTLAR, D. K. *Fundamentals of sport marketing*. Morgantown: Fitness Information Technology. 2013.

REAL, M.R.; MECHIKOFF, R.A. "Deep fan: mythic identification, technology, and advertising in spectator sports". In *Sociology of Sport Journal*, vol. 9, pp. 323-39. 1992

REIN, I.; KOTLER, P.; Shields, B. *Marketing esportivo a reinvenção do esporte na busca de torcedores*. Porto Alegre: Bookman. 2008.

RICHINS, M.; BLOCH, P. H. "After the new wears off: the temporal context of product involvement". In *Journal of Consumer Research*, vol. 13, September, pp. 280-5. 1986.

ROCCO JÚNIOR, A.J.; MAZZEI, L.C. "Os novos estádios e arenas do futebol brasileiro, o padrão Fifa e o consumidor do esporte: o legado da Copa do Mundo 2014 e suas aproximações com o entretenimento". In A. C. Araújo, ed. *Copa do Mundo 2014: debates sobre mídia e cultura*. Natal: EDUFRN, pp. 181-210. 2015.

RUBIO, K. "Jogos olímpicos da era moderna: uma proposta de periodização". In *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. Vol. 24, nº1. São Paulo. 2010.

RUBIO, K. *Memória e Imaginário de Atletas Medalhistas Olímpicos Brasileiros*. São Paulo: USP. 370p. Tese (Livre Docência). Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SMITH, G.J. "The noble sports fan". In *Journal of Sport and Social Issues*, vol. 12, pp. 54-65. 1988.

SOLOMON, M. R. *O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo*. 11ª ed., Porto Alegre: Bookman. 2016.

TIRELLI, C.; GARCIA, S.L.S.; FONSECA, E.N. "Consultoria para a Diversão: Como gerenciar o mercado de entretenimento?". In *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, 1(1), pp.46-63. 2013.

UHRICH, S.; KOENIGSTORFER, J. "Effects of atmosphere at major sports events: a perspective from environmental psychology". In *International Journal of Sports Marketing & Sponsorship*, vol. 10, pp. 56 - 75. 2009.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

18 Violência como Parte dos Jogos: Medalhas, Rastro de Sangue e Terrorismo On-Line

Carlo José Napolitano ²⁰³; *Matheus Ramalho Orlando* ²⁰⁴

Introdução

Não se pode negar que o Brasil é uma nação violenta. Entre 2011 e 2015, o país registrou mais mortes violentas do que a Síria, assolada por uma guerra civil, de caráter político-religioso. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil teve, no período mencionado, 278.839 ocorrências de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial.

Conforme o Observatório de Direitos Humanos da Síria, o país asiático contabilizou 256.124 mortes violentas no mesmo período. Os dados, compilados em reportagem da Agência Brasil de outubro de 2016, são apenas um dos recortes que evidenciam a dimensão da violência urbana no Brasil.

Dentro desse contexto, o Rio de Janeiro é um dos principais expoentes da violência urbana nacional. Em 2009, quando a capital fluminense foi definida como

203 Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Araraquara. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, *campus* de Bauru.

204 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Bauru.

sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a segurança pública logo se tornou uma das principais preocupações da organização, governo, mídia e público.

Conjeturou-se a respeito de planos e estratégias que pudessem reduzir os indicadores de violência cariocas, mas município e Estado do Rio de Janeiro, além do Governo Federal, perderam a oportunidade de aproveitar a Olimpíada para trazer ganhos reais em segurança pública para a cidade, que é um dos principais cartões postais brasileiros – a mesma lógica vale para questões como mobilidade e infraestrutura urbana.

Este texto, em parte elaborado a partir da leitura de trabalhos acadêmicos, leis específicas e matérias e reportagens veiculadas por vários meios de comunicação sobre a relação entre Jogos Olímpicos de 2016 e violência, tem o objetivo de analisar qual foi a profundidade desse problema na prevenção, preparação e repressão à violência, durante e após as competições esportivas.

Diante disso, o presente texto pretende analisar as medidas legislativas e administrativas adotadas para a prevenção da violência durante eventos esportivos, bem como verificar a ocorrência de atos de violência durante os Jogos Olímpicos de 2016. Para tanto, está assim estruturado: além desta seção introdutória, a seção que segue trata da violência urbana no período antecedente e concomitante aos Jogos Olímpicos de 2016; na seguinte, o texto trata das disposições legais adotadas para a prevenção da violência, tanto em uma situação conjuntural, como foi a realização do megaevento esportivo, quanto estrutural, como é caso do futebol brasileiro; na penúltima seção aborda a Operação Hashtag, que prendeu supostos terroristas cibernéticos brasileiros, única ação efetiva realizada e relacionada aos Jogos Olímpicos; para finalizar, algumas considerações em caráter de conclusão ao trabalho aqui apresentado, indicando que o Brasil perdeu uma oportunidade de ouro para ao menos minimizar os problemas relacionados à segurança pública no ambiente urbano.

Prevenção da violência nos megaeventos: êxito esportivo x fracasso social

A questão da violência no futebol é um bom exemplo a ser explorado na tentativa de investigar a atuação do aparato de segurança estatal para a sua prevenção. No caso, as brigas entre membros de torcidas, em especial, das organizadas, são fatos conhecidos e geram incômodos há anos. Os atos de preparação, inclusive

ações legais, para a Copa do Mundo de 2014, entretanto, não suscitaram a implementação de políticas públicas que visassem a uma redução do número de mortos e feridos nesses embates. Talvez porque não se espera que torcedores de seleções estrangeiras briguem antes, durante ou após um jogo de Copa do Mundo, a despeito de ocorrências envolvendo hooligans em eventos futebolísticos europeus. Pelo contrário, são comuns as cenas de integração entre fãs de diferentes partes do mundo durante os jogos e nas denominadas Fans Fest. Tudo foi pensado para que o Mundial não registrasse problemas, mas pouco foi feito de modo que deixasse um legado de fato para a sociedade em geral.

Algo semelhante ocorreu com a organização dos Jogos Olímpicos de 2016. No dia 10 de agosto de 2016, a Agência Brasil publicou reportagem em que noticiava a denúncia feita pela organização não governamental (ONG) Justiça Global contra o Estado brasileiro à Organização das Nações Unidas (ONU) por supostas violações de direitos humanos contra moradores de favelas e periferias do Rio de Janeiro pela polícia ao longo dos preparativos da cidade para receber os Jogos Olímpicos. As ações teriam resultado no crescimento da estatística de mortos pela polícia.

Baseada em dados do próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro, a matéria apontou que em junho de 2016, 60 dias antes da realização dos Jogos, o percentual de civis mortos pela polícia – autos de resistência – na capital fluminense foi 104% maior em relação ao mesmo período do ano anterior. Em maio, o aumento foi de 122% em relação a maio de 2015. Entre janeiro e junho, o aumento do número de mortes provocadas por intervenções policiais foi de 16%, com cerca de 200 casos, o que equivale a uma morte a cada 24 horas.

A ONG Justiça Global argumentou que, embora a polícia carioca tenha tradicionalmente um caráter violento, as violações de direitos contra as comunidades da periferia atingiram índices ainda mais alarmantes durante o período que antecedeu a Olimpíada.

A resposta da Secretaria de Estado de Segurança apontava para a realização de investimentos para a pacificação das comunidades, além de investigações relacionadas a homicídios. A nota dizia também que entre 2007 e 2016, 2.038 policiais haviam sido expulsos das corporações pelas corregedorias.

É evidente que cada lado apresenta sua visão sobre o cenário, mas não é difícil de acreditar que, em nome de mostrar uma paisagem bonita para os estrangeiros, o Brasil tenha feito uso da força bruta para esconder os problemas e marginalizar ainda mais as camadas oprimidas da sociedade.

No fim de 2015, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro publicou o dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Ja-

neiro”. O comitê era composto por organizações populares, sindicais, organizações não governamentais, pesquisadores, estudantes, atingidos pelas intervenções da Copa e das Olimpíadas e pessoas diversas. Suas bandeiras eram a justiça social e o direito à cidade.

De acordo com o estudo, até aquele momento 22.059 famílias (77.206 pessoas) haviam sido removidas na cidade do Rio de Janeiro – os dados foram informados pela própria prefeitura do município do Rio de Janeiro. O dossiê apontou que algumas dessas remoções foram feitas de maneira irregular. “Os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro marcaram o retorno da forma mais violenta de desrespeito ao direito à moradia na cidade” (2015, p. 19), diz trecho da pesquisa. Teria havido “política de realocação dos pobres na cidade a serviço de interesses imobiliários e oportunidades de negócios, acompanhado de ações violentas e ilegais”.

Outro trabalho que versou sobre o tema foi “Um Legado de Violência”, publicado pela Anistia Internacional com o objetivo de detalhar violações de direitos humanos no campo da segurança pública registradas na cidade olímpica durante a realização dos Jogos. Para a organização internacional, as forças de segurança cariocas dispenderam força excessiva ao reprimir manifestações pacíficas e cercearam direitos como liberdade de expressão e o seu corolário, a liberdade de reunião, direitos humanos constitucionalmente previstos e garantidos pelo Estado brasileiro. A Anistia Internacional criticou a “abordagem militarizada da atividade policial” (2016, p. 5), já que até mesmo membros da Força Nacional de Segurança foram designados para operar o sistema de segurança pública no Rio.

Segundo a publicação, ações de segurança resultaram na morte de ao menos oito pessoas em operações policiais realizadas em favelas no período dos Jogos, os quais ocorreram de 5 a 21 de agosto de 2016. “Tirroteios e outros incidentes de violência armada continuaram ocorrendo diariamente no Rio de Janeiro durante as Olimpíadas, muitos em consequência direta de operações policiais nas favelas e em outras áreas marginalizadas da cidade” (2016, p. 5), diz o texto da organização.

Segundo “Um Legado de Violência”, em 2007 (Jogos Pan-americanos) e 2014 (Copa do Mundo), quando a capital fluminense também foi palco de megaeventos esportivos, a quantidade de pessoas mortas pela polícia aumentou com a chegada dos Jogos Olímpicos de 2016. O estudo compara a quantidade de homicídios registrados às vésperas das competições, em abril, maio e junho de 2016, com as estatísticas computadas no mesmo trimestre do ano anterior: o número de pessoas mortas pela polícia na cidade do Rio de Janeiro aumentou 103%.

De janeiro a julho de 2016, o Estado do Rio teve 470 mortes decorrentes de intervenções policiais, aumento de 15,19% em relação aos 408 homicídios registra-

dos nos sete primeiros meses de 2015. Na cidade do Rio de Janeiro, o salto foi de 22%: de 200 para 244.

Na parte das conclusões, o estudo da Anistia Internacional pede que as violações de direitos humanos não sejam esquecidas. “A Rio 2016 deixa um legado sombrio para uma cidade em que a marginalização e a discriminação são endêmicas, com uma abordagem profundamente militarizada da segurança pública e um histórico de violações de direitos humanos. No Rio de Janeiro, a violência continua fazendo parte do jogo” (2016, p. 13), acusa o texto.

Para a organização, o legado deixado após uma década recebendo eventos esportivos internacionais não é de ganho. “Infelizmente, o prometido legado olímpico de uma cidade segura para todos não foi cumprido. Em vez disso, o que permanece é um legado de violações de direitos humanos” (2016, p. 13), analisa a pesquisa.

As ponderações feitas por ONGs são corroboradas por reportagens jornalísticas. No dia 24 de agosto de 2016, o site do jornal *El País* no Brasil publicou a matéria “A violência que não cessou durante os Jogos Olímpicos do Rio”, com relatos de como moradores de várias favelas cariocas tiveram de enterrar seus entes queridos enquanto o mundo acompanhava torneios esportivos e os atletas recebiam suas medalhas e honrarias nos pódios.

“Não sou contra ir atrás de bandido, mas os policiais já entram atirando. Não respeitam trabalhador ou criança. Só trazem desgraça”, contou ao portal mulher de 37 anos cujo filho, de apenas 15, acabou morto durante ação das forças de segurança.

Esses são apenas alguns exemplos, relatados na imprensa e em estudos, da violência policial justificada pela organização dos Jogos Olímpicos no Rio. Fica claro não haver viés ideológico na divulgação desses dados e fatos, uma vez que notícias similares foram publicadas em portais e sites jornalísticos dos mais variados perfis editoriais.

Em 2014, o professor de criminologia e grandes eventos Camilo D’Ornellas escreveu o texto “Grandes eventos, uma perspectiva sobre a segurança e as novas arenas”, publicado como posfácio do livro *Hooliganismo e Copa de 2014*, organizado por Bernardo Borges Buarque de Hollanda e Heloisa Helena Baldy dos Reis.

Embora o texto tenha sido preparado em função da Copa do Mundo, é possível fazer alguns paralelos com os Jogos do Rio. Afinal, as Olimpíadas são, notadamente, grandes eventos esportivos internacionais.

D’Ornellas comenta a respeito de estudo conduzido pela Universidade de Liverpool e pela Academia de Polícia holandesa sobre o comportamento das massas. Segundo o professor de criminologia, o especialista Otto Adang enfatiza que a

prevenção e a atuação dos profissionais da segurança pública têm a capacidade de interferir, positiva ou negativamente, no comportamento de torcedores.

A característica principal deste novo modelo de policiamento preconizado pelo professor está amparada na não imposição exagerada de regras, no planejamento e na gestão eficiente, hospitalidade, abordagem de baixo perfil, comunicação proativa, organização eficaz e eficiente, sendo que os limites de atuação colocaram a polícia e o policiamento em destaque frente aos incidentes. A rapidez de decisões e soluções de conflito, agindo sempre sem truculência e ar desafiador que o policial passava quando da sua intervenção anterior, agora ele sempre age com o intuito de acalmar a situação e nunca potencializar. Essas novas arenas necessitam de revitalizar o procedimento e o trato dos policiais brasileiros frente a esse novo desafio: policiar sem ferir; policiar sem gerar mais conflito; prevenir e antecipar-se aos potenciais confrontos; compartilhar as melhores práticas com seus pares; e gerar uma aproximação mais cordial e menos impositiva de certas normas ainda em discussão. (D'ORNELLAS, 2014, p. 164).

A abordagem do trecho acima escapa à realidade brasileira, conforme se viu nas notícias e pesquisas mencionadas anteriormente. A própria observação rotineira de notícias é suficiente para ter-se a percepção de que as forças de segurança pública no Brasil não agem conforme o modo preconizado por Camilo D'Ornellas.

A sensação é de que, no país, as polícias atacam as consequências da violência, não suas causas. A situação no Rio antes, durante e após a Olimpíada era bastante grave, mas não muito diferente do que se vê, todos os dias, em relação à mistura entre esporte e violência.

O futebol, notadamente, é a modalidade que mais suscita paixões, mais movimentada torcedores (comuns e organizados) e mais desperta preocupação das autoridades em relação a vandalismo, brigas e até mortes. No livro *A Violência no Futebol*, de 2017, o sociólogo Mauricio Murad discute as causas e possíveis formas de enfrentamento à questão que dá título à obra. Segundo as pesquisas, o Brasil lidera o ranking mundial de mortes de torcedores. Foram 16 homicídios confirmados em 2015 e 13 em 2016. No período entre 1999 e 2016, foram 176 óbitos. A impunidade é um problema levantado pelo acadêmico. Em 2015 e 2016, 97%

dos crimes relacionados ao futebol (brigas, mortes, depredações, injúrias, casos de racismo) não tiveram as sanções previstas em lei.

Apesar de os números chocarem, Murad salienta a importância de não desvincular o esporte do contexto em que se insere, o da sociedade brasileira. Para isso, o autor faz uso de estatísticas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2015, que apontam índice de cerca de 60 mil assassinatos por ano no país. A título de comparação, a Europa tem 10 mil homicídios anuais, conforme o Relatório de Segurança Pública da Comunidade Europeia de 2016. Murad, que estuda a violência no futebol há três décadas, propõe que o problema seja combatido com medidas integradas e concomitantes: punição dos envolvidos a curto prazo, prevenção de novos casos a médio prazo e reeducação geral a longo prazo.

O curioso é que essas estratégias poderiam ser aplicadas em praticamente todas as áreas da sociedade permeadas pela violência. O que todo amante do esporte quer é que cesse toda a violência praticada, supostamente, em nome do esporte. A despeito dessas questões apontadas e que demonstram cabalmente a ineficácia das ações implementadas de combate à violência urbana durante os megaeventos esportivos realizados recentemente em nosso país, em especial, durante os Jogos Olímpicos de 2016, que de algum modo atenderiam a situação conjuntural dos eventos em questão, como também poderiam ser utilizadas para minimizar a condição estrutural da violência em nossas cidades, em especial, na do Rio de Janeiro, medidas legislativas foram adotadas pelo Estado brasileiro para amparar juridicamente tais ações. A análise dessas medidas legislativas é o tema da próxima seção.

Medidas legais de combate à violência durante os Jogos Olímpicos

Como atos preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos e como decorrência dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e com o Comitê Paralímpico Internacional (IPC), o Poder Executivo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, em 2 de outubro de 2015, anteprojeto de lei. O intuito era implementar “uma série de medidas para a efetivação dos compromissos assumidos pelo Governo Federal perante o Comitê Olímpico Internacional – COI e do Comitê Paralímpico Internacional – IPC, quando da escolha do País como sede das competições”, considerando “que muitas das questões relacionadas aos Jogos ainda não foram tratadas adequadamente na

legislação, o anteprojeto de lei ... tem o objetivo de trazer eficácia plena, na esfera federal, às garantias prestadas pelo Governo da República Federativa do Brasil.” (BRASIL, 2015).

O anteprojeto de lei apresentado ao Congresso, e de acordo com as justificativas do Executivo Federal, buscou “inspiração nos termos da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que disciplinou a realização da Copa do Mundo da FIFA no País”, e que “Trata-se do único evento de magnitude semelhante realizado no País no passado recente”. (BRASIL, 2015).

O projeto de lei tramitou no Congresso Nacional, tendo sido aprovado pelas casas legislativas e sancionado pela Presidência da República em 10 de maio de 2016, convertendo-se na lei 13.284/16, conhecida como Lei Geral das Olimpíadas.

Para fins deste trabalho interessa, especialmente, o tratamento dado pela lei às questões de segurança envolvendo a realização desse megaevento esportivo. A lei tratou especificamente deste assunto no Capítulo IV, ao disciplinar as condições de acesso e permanência nos locais oficiais dos jogos, determinando, expressamente, que para o ingresso nos locais de eventos o interessado deveria obrigatoriamente e de acordo com o artigo 28 da lei, dentre outras medidas estabelecidas na lei:

não portar objeto que possibilite a prática de ato de violência, consentir a revista pessoal de prevenção e segurança, não portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, de caráter racista ou xenófobo ou que estimulem outras formas de discriminação, não entoar xingamentos ou cânticos discriminatórios, racistas ou xenófobos, não arremessar objetos, de qualquer natureza, no interior do recinto esportivo, não portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos, inclusive instrumentos dotados de raios laser ou semelhantes ou que os possam emitir, à exceção de equipe autorizada pelas entidades organizadoras ou pessoa por elas indicada, para fins artísticos, não incitar e não praticar ato de violência, qualquer que seja sua natureza, não invadir e não incitar a invasão, de qualquer forma, das áreas reservadas a competidores, representantes de imprensa, autoridades e equipes técnicas (BRASIL, 2016).

A lei 13.284/16, no artigo 37, dispõe também que se aplicariam “aos Jogos, no que couber, as disposições da Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003”, conhecida como o Estatuto de Defesa do Torcedor.

Essa lei, do início dos anos 2000, visa dar condições de segurança aos cidadãos torcedores durante a realização de eventos esportivos em geral, notadamente, os eventos futebolísticos, mais populares e frequentados pelos brasileiros. O Estatuto de Defesa do Torcedor, desde a sua aprovação, sofreu inúmeras alterações, no intuito de aperfeiçoá-lo e adequá-lo às necessidades apresentadas. A alteração mais contundente ocorreu em 2010 e acrescentou diversos dispositivos relacionados à questão da violência, repetindo inclusive as condições de acesso e permanência aos locais de jogos esportivos apontadas acima.

A referida alteração legislativa incluiu o artigo 1ºA, no Estatuto de Defesa do Torcedor, com os seguintes termos:

A prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive de seus respectivos dirigentes, bem como daqueles que, de qualquer forma, promovem, organizam, coordenam ou participam dos eventos esportivos. (BRASIL, 2003).

Essa inclusão na lei claramente indica uma mudança na sua concepção, antes relacionada as questões consumeristas do torcedor, próximo a uma ideia de um Código de Defesa do Torcedor/Consumidor para um aspecto claramente protetivo e preventivo em relação a atos de violência, inclusive, relacionados às torcidas organizadas, não previstos na redação original da lei.

Na mesma linha de prevenção da violência e para a garantia dos torcedores em eventos esportivos e influenciados pelos atentados terroristas patrocinados pelo Estado Islâmico, em especial, no território europeu, o Executivo Federal submeteu ao Congresso Nacional em junho de 2015, projeto de lei para dispor sobre as organizações terroristas. Esse projeto após aprovação congressual e sanção presidencial, converteu-se na lei 13.260/16 e ficou conhecida como lei antiterrorismo.

A lei 13.260/16 define como atos de terrorismo, dentre outros: “sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de estádios esportivos...”.

A lei antiterrorismo foi efetivamente utilizada pelo Estado brasileiro no intuito de prevenir a preparação de supostos atos terroristas que seriam praticados durante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Essa ação do Estado brasileiro, efetivada pela Polícia Federal, e que ficou conhecida como a Operação Hashtag será o assunto da próxima seção.

Operação Hashtag: para inglês ver?

A Operação Hashtag foi a única ação efetiva de combate ao terrorismo realizada no Brasil em função da Olimpíada do Rio de Janeiro. Deflagrada oficialmente pela Polícia Federal (PF) em julho de 2016, às vésperas dos Jogos, teve o alegado objetivo de coibir ações terroristas na capital fluminense ao longo das competições esportivas.

A operação foi fruto de trabalho integrado entre a PF, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e as Forças Armadas. Foi o primeiro caso de combate ao terror após a sanção da lei 13.260/16, a qual ficou conhecida como lei antiterrorismo, pela então presidente Dilma Rousseff, em 16 de março de 2016. A norma fala em “promover, constituir, integrar ou prestar auxílio, pessoalmente ou por interposta pessoa, a organização terrorista”.

Inicialmente, oito pessoas foram presas. Depois, o número de detidos chegou a 16. As oito primeiras condenações foram determinadas pela Justiça em maio de 2017, com penas que variaram entre cinco e 15 anos de reclusão. As sentenças eram passíveis de recursos, e o caso tramita na Justiça Federal.

Foram interceptadas mensagens trocadas entre alguns dos acusados, e o assunto provocou muita polêmica e acusações de que as prisões (e posteriores condenações) ocorreram em função de crimes que eles teriam apenas prometido cometer.

Trata-se, contudo, de discussão diferente da questão da violência urbana. Não mais ou menos importante, porém distinta. Ao passo que os furtos, roubos e homicídios, crimes contra o patrimônio e contra a vida cometidos diariamente, estão intrinsecamente ligados a questões socioculturais e políticas do Brasil, a questão do terrorismo é caracterizada por contornos mais externos.

Na história recente do País, não há registros massivos de terrorismo vinculado ao fundamentalismo religioso da forma que acontece no Oriente Médio e na África e repercute na Europa e nos Estados Unidos. A Operação Hashtag, talvez alimentada pelos relatos de ataques no continente europeu, os quais têm se torna-

do um medo e uma realidade constante, ganhou grande destaque midiático por aqui – embora tenha deixado rastro de controvérsias.

O artigo “A controversa história das primeiras condenações por terrorismo do Brasil”, de R. Pacheco Jordão, da Agência Pública, disponibilizado no site do “El País” em 7 de maio de 2017, traz boa análise acerca do tema.

Em suma, o texto avalia que a espetacularização sobre o caso foi grande, talvez com cobertura jornalística excessiva, e que as investigações deixaram dúvidas no ar. A acusação era de que grupo de pessoas supostamente associado ao Estado Islâmico planejava atos terroristas no Rio de Janeiro durante o megaevento esportivo. Várias pessoas acabaram presas, e um dos acusados morreu linchado na prisão. Contudo, algumas das provas apresentadas podem não ser consideradas convincentes

O então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, concedeu diversas entrevistas e esteve nos holofotes da imprensa. O governo de Michel Temer ainda era temporário, já que o processo de impeachment de Dilma Rousseff ainda não estava concluído – o peemedebista somente foi formalmente empossado definitivamente no dia 31 de agosto.

Moraes, que até o afastamento da petista era secretário de Segurança Pública em São Paulo, no governo do tucano Geraldo Alckmin, saltou para ministro da Justiça. Nos bastidores, sempre especulou-se que Moraes desejava a toga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), objetivo finalmente cumprido em março de 2017.

Seria leviano e incorreto afirmar que a Operação Hashtag foi orquestrada para promover Moraes, mas não seria nenhum despropósito pensar que essas notícias fortaleceram e promoveram sua imagem. Diante do duvidoso resultado das investigações, tem-se a sensação de que a operação teve mais importância midiática do que operacional.

Conclusões

A partir disso, é possível fazer paralelo com a violência que, cotidianamente, acompanha o futebol, a modalidade esportiva mais importante em termos financeiros e de audiência, no Brasil.

A Copa do Mundo de 2014, que foi realizada no Brasil, e a Olimpíada de 2016, poderiam ter sido usadas para impulsionar os ganhos em diversas áreas no Brasil – entre as quais a segurança pública e o combate à violência urbana. Os megaeventos

esportivos são vistos como chance de mostrar o país ao mundo, mas a ausência de trabalhos aprofundados e integrados entre governos, órgãos de segurança, Ministério Público, sistema de Justiça e sociedade civil fez com que os problemas fossem apenas varridos para baixo do tapete.

Referências

BETIM, Felipe. Violência no Rio cruza o caminho da Olimpíada. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/20/politica/1471690574_365456.html. Acesso em 17 jun. 2017.

BOCCHINI, Bruno. Brasil tem mais mortes violentas do que a Síria em guerra, mostra anuário. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-10/brasil-tem-mais-mortes-violentas-do-que-siria-em-guerra-mostra>. Acesso em 17 jun. 2017.

BRASIL, Lei 10.671, de 15 de maio de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm. Acesso em 4 de julho de 2017.

BRASIL. Projeto de Lei 3221, de 02 de outubro de 2015. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D9682C4C-3CB4E2AF6E2D2BFCBA7F1D8B.proposicoesWebExternol?codteor=1396445&filename=PL+3221/2015. Acesso em 4 de julho de 2017.

BRASIL. Lei 13.260, de 16 de março de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em 04 de julho de 2017.

BRASIL. Lei 13.284, de 10 de maio de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13284.htm. Acesso em 4 de julho de 2017.

CORRÊA, Hudson. Violência no Rio cruza o caminho da Olimpíada. Disponível em: <http://epoca.globo.com/esporte/olimpiadas/noticia/2016/08/violencia-no-rio-cruza-o-caminho-da-olimpiada.html>. Acesso em 17 jun. 2017.

D'ORNELLAS, Camilo. "Grandes eventos, uma perspectiva sobre a segurança e novas arenas". In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. *Hooliganismo e Copa de 2014*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GOMBATA, Marsilea. Qual Rio de Janeiro as Olimpíadas revelam?. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/qual-rio-de-janeiro-as-olimpiadas-revelam>. Acesso em 17 jun. 2017.

JORDÃO, R. Pacheco. A controversa história das primeiras condenações por terrorismo do Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/06/politica/1494076153_663185.html. Acesso em 3 ago. 2017.

MURAD, Mauricio. *A violência no futebol: novas pesquisas, novas ideias, novas propostas*. 2ª ed. São Paulo: Benvirá, 2017.

NITAHARA, Akemi. A 100 dias da Olimpíada, Anistia denuncia aumento da violência policial no Rio. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-04/anistia-internacional-denuncia-violencia-policial-nacidade>. Acesso em 17 jun. 2017.

OLIMPÍADA Rio 2016, os jogos da exclusão: Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomite-rio2015_-_portugues.pdf. Acesso em 3 jun. 2017.

UM legado de violência: Homicídios praticados pela polícia e repressão a protestos na Olimpíada Rio 2016. Disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/09/PT_briefing_resultado_rio2016.pdf. Acesso em 3 jun. 2017.

VILLELA, Flávia. Justiça Global denuncia violência contra população para realização da Olimpíada. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/ong-denuncia-onu-execucoes-em-favelas-do-rio-de-janeiro-para-realiz>. Acesso em 17 jun. 2017.

19 Olimpismo e Desporto Contemporâneo: o Regresso do Ténis aos Jogos²⁰⁵

*João Tiago Lima*²⁰⁶

I

As evidências históricas, porque estribadas em documentação factual, podem por vezes gerar mal entendidos. Frequentemente o que parece indiscutível, de um determinado ponto de vista historiográfico, oculta uma realidade mais difícil de apreender. As complexas e nem sempre pacíficas relações que o ténis manteve, e sobretudo continua a manter, com o movimento olímpico talvez sejam disso um bom exemplo. Fazendo parte do núcleo original do olimpismo, o ténis foi uma das modalidades presentes na primeira edição dos Jogos Modernos, realizada em Atenas em 1896. O mesmo sucedeu, de resto, nas seis edições seguintes (Paris, 1900; St. Louis, 1904; Londres, 1908; Estocolmo, 1912, Antuérpia, 1920 e Paris, 1924).

No entanto, as cada vez mais aceras discussões entre o Comité Olímpico Internacional (COI) e a International Tennis Federation (ITF) redundaram num diferendo que vedou o acesso do ténis aos Jogos durante mais de meio século. O motivo oficial invocado pelo COI foi o mesmo que se utilizou para banir o futebol do movimento olímpico: o profissionalismo. Segundo Pierre Lagrue, historiador do desporto, o ténis “era o desporto da alta sociedade, aquele que gerava maiores receitas e, mesmo que os jogadores fossem oficialmente amadores, os melhores

205 Este texto mantém a ortografia utilizada em Portugal.

206 Doutor em Filosofia pela Universidade de Évora (Portugal). Professor Auxiliar com Agregação do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora. Investigador do Centro de Investigação de Ciência Política (CICP).

tinham acesso a prémios realmente elevados” (TM, 478: 39). Voltarei a este ponto um pouco mais à frente.

Ainda assim, o que não deixa de ser curioso é que também a ITF tenha interdito a participação de tenistas profissionais nos chamados torneios *majors* (como é o caso das quatro provas que constituem o chamado *Grand Slam*, ou seja, Australian Open, Roland Garros, Wimbledon e US Open), limitação que se prolongou até ao advento da chamada era *open*, mais precisamente em 1968. Ora, é nesse mesmo ano que se começa a falar de novo na possibilidade do ténis regressar aos Jogos e, na edição realizada na Cidade do México, disputou-se uma competição meramente de exibição, em cuja final o espanhol Manuel Santana derrotou o seu compatriota Manuel Orantes.

Tendo sido gorada a sua presença nas olimpíadas seguintes, o ténis acabou por regressar, de novo apenas enquanto modalidade de exibição, nos Jogos de Los Angeles (1984), embora a participação tenha estado limitada a atletas com menos de 21 anos. Quatro anos volvidos, os Jogos de Seul marcam o regresso efectivo da modalidade ao movimento olímpico. Deve, contudo, sublinhar-se que a prolongada ausência do ténis dos Jogos não corresponde propriamente a uma punição do COI à ITF. Em rigor, da parte do ténis, não parece ter havido também um considerável interesse em voltar a ser desporto olímpico. De qualquer modo, não é disso exactamente que o presente ensaio trata. A verdade é que as coisas mudaram progressivamente nas últimas décadas e não só o ténis se tornou numa das modalidades mais atractivas do programa olímpico, como também os Jogos passaram a ter uma importância cada vez mais significativa no calendário internacional da modalidade. Pelo menos, de quatro em quatro anos. Tudo isto parece constituir uma irrefutável verdade histórica.

Porém, talvez as coisas não sejam assim tão simples e, por isso, convém perguntar: será que temos assistido a uma espécie de regresso a um momento primordial das relações entre o olimpismo e o ténis? O que mudou, entretanto, durante o período em que a modalidade e os Jogos estiveram, por assim dizer, *de costas voltadas*? O ténis é hoje sem dúvida muito diferente do modo como se jogava entre 1896 e 1924, mas o movimento olímpico não sofreu alterações menos essenciais. Daí que importe fazer um balanço do que se tem passado ao longo destes últimos quase trinta anos. É sobre este período, que vai de 1988 a 2016, que incidirá a minha reflexão, visando fundamentalmente responder a duas questões principais:

1. Quais as maiores dificuldades que o ténis sentiu nesta reintegração no movimento olímpico?

2. De que forma o regresso do ténis aos Jogos pode ilustrar a complexidade da articulação do ideário original de Pierre de Coubertin com as características do desporto contemporâneo?

Para cumprir tal objectivo, dedicarei especial atenção às competições olímpicas de ténis que se realizaram nas edições de Seul (1988), Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sidney (2000), Atenas (2004), Pequim (2008), Londres (2012) e Rio (2016) e sobretudo ao modo como os tenistas e as tenistas profissionais foram perspectivando a relação entre a sua modalidade e os Jogos.

II

Isabelle Queval, filósofa francesa e antiga tenista de muito bom nível, tendo chegado a fazer parte das equipas nacionais do seu país nos escalões juvenis, caracteriza o olimpismo dizendo que ele “é ao mesmo tempo uma ideologia, uma instituição e uma empresa logística” (QUEVAL, 2009: 137). A ideologia olímpica começa por reflectir as contradições do seu fundador, Pierre Coubertin: “uma certa ideia de grandeza aristocrática e da elegância no esforço conjuga-se com uma vontade real de democratizar o desporto e de o oferecer ao maior número de pessoas” (QUEVAL, 2009: 138). Esta ambivalência ajuda a explicar que o pensamento e a prática de Coubertin seja às vezes progressista, como quando defende a entrada de atletas profissionais nos Jogos (LIMA, 2016: 101-120), enquanto em outras ocasiões manifesta uma mentalidade conservadora ou mesmo retrógrada, quando se opõe à presença das mulheres nas competições (CARVALHO; CONSTANTINO, 1986: 98-99; CRUZ; SILVA; GOMES, 2006). Como qualquer ideologia, o olimpismo, por um lado, não é insensível às transformações sociais, económicas e políticas que a história implica e, por outro, necessita de um suporte que a proteja, desenvolva e fomente. Neste caso, esse suporte é duplo, pois o olimpismo assenta numa instituição, o COI, e numa empresa logística que detém um poder quase total sobre a organização mundial do desporto. Daí o interesse que não só as outras empresas (*mass media*, equipamentos desportivos e tantas outras que, à primeira vista, pouco parecem ter a ver com o desporto propriamente dito), como também as federações desportivas nacionais e internacionais e até os diversos países de todo o mundo, têm em manter óptimas relações com o COI. Não deixa de ser significativo que o próprio processo de escolha das cidades que acolhem as edições

dos Jogos seja, também ele, altamente competitivo e, de resto, nem sempre através de processos onde é certo que impere o mais elevado *fair-play*.

Neste contexto, pergunto: o que tem o ténis dos nossos dias para oferecer ao COI? E, em contrapartida, o que ganha a modalidade em fazer parte do programa olímpico? De que modo os melhores tenistas e as melhores tenistas mundiais têm avaliado a ida aos Jogos no âmbito das respectivas carreiras profissionais? Valerá uma medalha de ouro olímpica o mesmo do que uma vitória em Wimbledon? Será que o ténis tem uma relação com o olimpismo que é, por exemplo, idêntica à verificada noutras modalidades altamente profissionalizadas como o futebol, o basquetebol ou, desde a edição do Rio, o próprio rugby (cf. LIMA, 2013: 51-58)? Tentarei acercar-me da resposta a estas perguntas através de uma breve retrospectiva do que foram as competições olímpicas de ténis desde os Jogos de Seul até 2016.

Mas começarei por recuar quatro anos para me deter na competição de 1984, realizada como já disse em Los Angeles em *hardcourts* ao ar livre. Tratou-se de uma prova destinada apenas a tenistas com idade inferior a vinte e um anos e, dado que nesta edição dos Jogos houve um boicote dos países do chamado Bloco de Leste, também sem jogadores da União Soviética, da Roménia ou da Checoslováquia, por exemplo. Ainda assim, os quadros contaram com nomes já consagrados – ou que iriam fazer carreira posteriormente – no circuito do ténis mundial. Assim, na prova masculina, o sueco Stefan Edberg derrotou na final o mexicano Francisco Maciel. No entanto, outros jogadores mais sonantes ficaram pelo caminho do jogo decisivo. Foi o caso do australiano Pat Cash vencedor de Wimbledon em 1987 ou do austríaco Thomas Muster, que ganhou Roland Garros em 1995, tendo alcançado o primeiro lugar do *ranking* mundial em Fevereiro do ano seguinte. No torneio feminino, sagrou-se vencedora uma das figuras mais relevantes de toda a história do ténis mundial, a alemã Steffi Graf que, de resto, obteve aqui um dos seus primeiros grandes triunfos a nível internacional. Com apenas dezassete anos, Graf foi apenas a oitava cabeça de série da prova que venceu derrotando na final a jugoslava e relativamente desconhecida Sabrina Goleš. O futuro de ambas finalistas foi bastante diverso. Se Graf, porventura hoje mais conhecida por ter casado com o americano Andre Agassi, ostenta um impressionante currículo, com a vitória em vinte e dois (22!) títulos de singulares em provas do *Grand Slam*, Goleš, por sua vez, jamais obteve um título muito importante, embora tenha chegado ao nº 27 do *ranking* mundial em 1987.

Mas esta é, de facto, uma das características mais interessantes das competições de ténis nos Jogos, ao permitirem o acesso a jogadores de países que raramente acedem às grandes competições internacionais, pois os seus atletas não dispõem

do *ranking* mínimo para ingressar nos respectivos quadros. Em Los Angeles no quadro de singulares homens participaram, representando respectivamente a Indonésia e o Zimbabwe, os quase anónimos Hary Suharyady e Orlando Lourenço. Suharyady, que voltará a participar nos Jogos de Seul e de Barcelona, teve como classificação mais elevada no *ranking* mundial o posto de nº 327, registado em Julho de 1988. Por sua vez, Lourenço, cujo nome indicia que terá ascendentes familiares portugueses, nunca subiu mais alto do que o 853º lugar. Devo referir, por fim, que em 1984 apenas se realizaram competições de singulares, cada uma com um quadro de trinta e dois participantes.

O efectivo regresso do ténis aos Jogos ocorre, todavia, apenas em 1988. Desta vez, o triunfo de Steffi Graf representa mesmo uma verdadeira medalha de ouro. Alguns dos melhores tenistas mundiais primam pela ausência, mas os quadros das provas de singulares e também de pares (disputados em *hardcourts* ao ar livre) são bastante mais ricos em quantidade, pelo que há mesmo a necessidade de se realizar provas de qualificação para os quadro principais, e sobretudo em qualidade com a participação de nomes como Stefan Edberg, Henri Leconte, Brad Gilbert ou Miroslov Mecir que derrotou na final o americano Tim Mayotte, entre os homens, e Gabriela Sabatini (prata), a veterana Chris Evert (eliminada na terceira ronda pela italiana Rafaella Reggi) ou até a ainda muito jovem Arantxa Sánchez Vicario, derrotada na primeira ronda por, imagine-se, Sabrina Goles, a jugoslava que ganhara medalha de prata em Los Angeles. As provas de duplas, vencidas pelos norte-americanos Ken Flach e Robert Seguso (masculinos) e Pam Shriver e Zina Garrison (femininos), ilustram que a obrigação dos pares serem constituídos por jogadores do mesmo país em nada afectou o altíssimo nível desta variante. Uma última nota para o facto de, nas competições de singulares e pares masculinos, os encontros terem disputados em Seul à melhor de cinco partidas, tal como sucede nas provas do *Grand Slam* ou na Taça Davis.

Barcelona constitui um êxito quase absoluto no que diz respeito à atracção exercida nos tenistas mais importantes do circuito mundial. No quadro de singulares masculinos, constavam jogadores como Jim Courier, Pete Sampras, Goran Ivanisevic, Boris Becker, Michael Chang, Michael Stich, Thomas Muster ou Sergi Bruguera, todos eles com títulos de provas do *Grand Slam* no seu currículo. No entanto, a final da prova acabou por ser surpreendente com a vitória do suíço Marc Rosset sobre o espanhol Jordi Arrese. Talvez o facto de a competição se ter realizado em campos de terra batida possa justificar o colapso de estrelas como Sampras, Edberg ou Courier em fases precoces do torneio, mas a verdade é que em outros Jogos posteriores nem sempre os grandes favoritos irão ter, como mostrarei

a seguir, o desempenho que à partida se esperaria deles. Em singulares senhoras, Graf perdeu o seu título ao ser batida na final por Jennifer Capriati, enquanto Aranxta Sánchez Vicario, derrotada nas meias-finais por Capriati, partilhou o bronze com Zina Garrison. Em pares, venceram os alemães Boris Becker e Michael Stich e as norte-americanas Gigi Fernandez e Marie-Joe Fernandez. Estes Jogos de 1992 marcam também pela participação das grandes estrelas mundiais na modalidade de basquetebol, com o inesquecível *Dream Team*, que incluía vedetas da NBA como Michael Jordan, Magic Johnson ou Larry Bird. Num certo sentido, o olimpismo passava a aceitar sem reservas a presença de atletas altamente profissionalizados, facto a que não poderá ser naturalmente alheio a novas circunstâncias políticas decorrentes da queda do Muro de Berlim.

Andre Agassi estreia-se nos Jogos Olímpicos em Atalanta (1996) da melhor maneira possível, arrebatando a medalha de ouro em singulares. Em declarações à revista francesa *Tennis Magazine* em Maio desse ano, Agassi confessa: “Vejo os Jogos Olímpicos como qualquer coisa que poderia ser as duas mais formidáveis semanas da minha vida” (*TM*, nº 245: 70). No entanto, em *Open*, a sua autobiografia, Agassi poucas linhas dedica à sua única e vitoriosa participação olímpica que, como ele mesmo confessa, significou antes de mais uma espécie de desforra para o seu pai, antigo pugilista que participou nos Jogos de Londres (1948) e de Helsínquia (1952) representando o seu país de origem, o Irão. Daí esta confissão de Andre sobre o que sentiu após receber a medalha de ouro:

Acenei à multidão e procurei com o olhar Gil [Reyes], Brooke [Shields] e Brad [Gilbert]. Olhei para o meu pai, mas ele estava escondido. Tinha-me dito na noite anterior que eu estava prestes a conseguir obter algo que lhe tinha sido retirado há uns anos atrás, mas mesmo assim não queria aparecer pois receava estragar aquele momento tão especial. Não percebeu que aquele momento era especial exactamente porque não tinha só a ver comigo. (AGASSI, 2009: 238)

Com efeito, Agassi vivia então uma fase algo difícil da sua carreira, tendo perdido prematuramente em Roland Garros e em Wimbledon alguns meses antes e, em Atalanta, numa competição novamente disputada em *hardcourts* ao ar livre, passou por encontros bastante complicados, designadamente frente ao italiano Andrea Gaudenzi e ao sul-africano Wayne Ferreira, em que foi obrigado a disputar

um terceiro *set* decisivo. Na final, única ronda jogada à melhor de cinco partidas, a sua superioridade sobre o espanhol Sergi Bruguera foi esmagadora tendo cedido apenas cinco jogos em três curtas partidas. Para este êxito de um Agassi longe dos seus melhores tempos, terá sido decisiva a colaboração de seu preparador físico e mentor Gil Reyes e de o seu novo treinador Brad Gilbert. Desta vez, o quadro de singulares masculinos não esteve tão recheado de vedetas o que, de certo modo, facilitou um pouco a vida de Agassi. Pela primeira vez, efectuou-se um jogo para atribuição da medalha de bronze que pôs em duelo os tenistas vencidos nas meias-finais. Talvez o ténis lusófono nunca tenha estado tão perto de uma medalha olímpica como em Atalanta, pois o brasileiro Fernando Meligeni perdeu o terceiro lugar ao ser derrotado, num encontro rijamente disputado, pelo genial indiano Leander Paes, que ainda hoje participa regularmente nas mais importantes provas de duplas do mundo. Em femininos, também não foi desta que Aranxta Sánchez chegou à medalha mais preciosa, pois perdeu a final face a Lindsay Davenport. Por seu turno, em pares, a também dupla americana Fernandez-Fernandez revalidou o ouro de Barcelona, e Todd Woodbridge e Mark Woodforde levaram a Austrália ao lugar mais alto do pódio.

Foi precisamente no país dos cangurus que se realizou a edição seguinte dos Jogos, mais concretamente em Sidney (2000). Embora os líderes dos dois *rankings* mundiais, Pete Sampras e Martina Hingis, tenham faltado, quase todos os restantes melhores tenistas participaram nos quatro quadros existentes, uma vez mais jogados em *hardcourts* ao ar livre. Desta vez, os vencedores não foram propriamente surpresa. O russo Yevgeny Kafelnikov impôs-se na final ao alemão Tommy Haas em cinco longas partidas, enquanto Venus Williams conquistou o seu primeiro ouro ao derrotar a norte-americana de origem jugoslava Monica Seles. Em duplas, venceram os canadianos Sébastien Lareau e Daniel Nestor, e Venus Williams, jogando com a sua irmã Serena, fez a *dobradinha*.

O ténis era já parte integrante do calendário olímpico, mesmo que essa integração nem sempre tenha sido simples. O francês Arnaud Di Pasquale, que alcançou a medalha de bronze em singulares, relata alguns episódios reveladores da sua inesquecível experiência em Sidney, nomeadamente quando chegou à aldeia olímpica:

A primeira coisa que me espantou bastante quando cheguei foi as pessoas cruzarem-se comigo – estou a falar daquilo que se passou comigo – e me perguntarem: ‘Mas estás alojado na aldeia?’. Creio que o que estava subentendido na pergunta era claro: ‘Não estás

num hotel de quatro ou cinco estrelas lá fora? É muito estranho.’ Ouvei coisas destas muitas vezes. Parece que há a imagem de que o tenista vai sempre para soberbos hotéis, luxo esse que não pode dispensar. A dada altura, cruzei-me com alguém quando levava a minha roupa suja à lavandaria, tal com o faziam todos os atletas. Ia portanto com o meu saco quando essa pessoa me diz: ‘Ver um tenista a levar a sua roupa lavandaria fá-lo parecer bastante humano!’. Achei isto incrível. Respondi (*risos*) que isso não me incomodava nada, pois era uma pessoa completamente normal. (TM, 296: 62).

O caso de Di Pasquale interessa-me por dois motivos. Por um lado, traduz o que muitos tenistas profissionais sentem acerca dos Jogos. É um momento em que não jogam apenas por eles próprios, mas em que, acima de tudo, representam o seu país. Depois, porque, sobretudo no caso dos tenistas que têm uma sólida cultura desportiva, para muitos jogadores de ténis vencer uma medalha é quase tão importante como ir à final de um torneio do *Grand Slam*. Por outro lado, há tenistas que têm uma propensão especial para jogar bem nas competições olímpicas, tal como sucede um pouco também na Taça Davis. Arnaud Di Pasquale foi um tenista relativamente modesto, cuja classificação mais alta no *ranking* foi apenas o 39º lugar (precisamente em Abril de 2000), mas ganhou a medalha de bronze em Sidney derrotando um tal... Roger Federer que, na altura, ainda não ganhara nenhum dos vinte títulos do *Grand Slam* que entretanto conquistou, mas já era o nº 30 do mundo. Compreende-se a frustração do jovem Federer ao perder aquela medalha, pois o suíço sempre dedicou grande importância aos Jogos. Ainda assim, Sidney 2000 constitui um momento inolvidável na vida de Roger. A representação do país dos relógios na prova de pares femininos não foi exaltante, pois a dupla suíça perdeu logo na eliminatória inicial. Mas quem compôs essa equipa? Emmanuelle Gagliardini e uma tal... Miroslava Vavrinec, mais tarde conhecida por Senhora Federer! Sim, segundo reza a lenda, Mirka e Roger ter-se-ão conhecido justamente em Sidney, provavelmente em plena aldeia olímpica. Os Jogos são, bem vistas as coisas, muito mais do que meras competições desportivas.

Roger Federer participará nos Jogos de Atenas (2004) já como número um do *ranking* mundial. No entanto, o seu desempenho na competição (de novo jogada em *hardcourts* ao ar livre) está longe de ser famoso. Em singulares, será derrotado pelo checo Tomaz Berdych, logo na segunda eliminatória. Em pares, associado ao modesto compatriota Yves Allegro, cai também na segunda ronda perante os

indianos, especialistas em duplas, Mahesh Bhupathi e... Leander Paes, esse mesmo, o inesperado vencedor da medalha de bronze em Atalanta! Mais inesperados serão, por seu turno, os finalistas em singulares masculinos em Atenas: o chileno Nicolas Massu (13º do *ranking*) bateu Mardy Fish (EUA), enquanto o seu compatriota Fernando González (19º) arrebatou o bronze. Ficaram pelo caminho nomes como os espanhóis Carlos Moya ou Juan Carlos Ferrero, o norte-americano Andy Roddick ou o russo Marat Safin. Em pares, Massu e González triunfaram de novo contra todas as expectativas, deixando os chilenos absolutamente eufóricos, pois nem antes, nem depois, o país conseguiu qualquer outra medalha de ouro em qualquer modalidade olímpica.

Embora menos improváveis do que os vencedores masculinos, também houve estreias entre as tenistas medalhadas em Atenas. Se, em singulares, a belga Justine Henin fez jus ao seu primeiro lugar do *ranking*, em pares confirmou-se o desenvolvimento do ténis na China, com o triunfo de Li Ting e Sun Tiantian. Todos os olhos se voltavam já para Pequim, quatro anos depois.

O ténis conheceu um enorme êxito nos Jogos de 2008, numa competição ainda jogada em *hardcourts* ao ar livre. O quadro de singulares masculinos apresentou-se fortíssimo, pois dos dez melhores tenistas mundiais apenas Andy Roddick não participou. Eliminado nos quartos-finais por outro norte-americano, James Blake, Federer viu o seu eterno rival Rafa Nadal arrebatar a medalha de ouro. No entanto, em pares, desta vez associado a Stan Wawrinka, conseguiu vencer a prova e assim realizar o sonho de criança de ganhar o ouro olímpico. Em femininos, numa final totalmente russa, Elena Dementieva derrotou Dinara Safina, ao passo que, em duplas, as irmãs Williams renovaram o ouro de Sidney.

Talvez nunca o ténis e os Jogos tenham estado em tão grande sintonia como em Londres 2012. O cenário escolhido para as cinco competições (desta vez, houve também pares mistos) não poderia ter sido mais adequado: o All England Club, o mítico clube onde todos os anos se joga, em *courts* de relva, o Torneio de Wimbledon. Os britânicos foram muito felizes com esta decisão, tanto mais que o escocês Andy Murray derrotou na final Roger Federer, vingando assim, no mesmo *court*, a derrota que este lhe infligira poucas semanas antes, precisamente no jogo decisivo de Wimbledon. Entre as senhoras, as irmãs Williams mais uma vez atropelaram a concorrência, com Serena a sagrar-se vencedora em singulares e pares. Outra vitória americana (e também *familiar*) aconteceu em pares masculinos, com o ouro a ser entregue aos famosos irmãos Bryan, Bob e Mike. Por fim, os bielorrussos Victoria Azarenka e Max Mirny venceram a competição mista.

Pela primeira vez neste século, Federer, considerado quase unanimemente o melhor tenista de todos os tempos (apesar de nunca ter vencido a medalha de ouro olímpica em singulares), não participou nos Jogos do Rio (2016), competição novamente disputada em *hardcourts* ao ar livre. O suíço interrompeu a sua carreira por lesão, para voltar em grande em 2017, vencendo o Australian Open e Wimbledon. Nadal, derrotado pelo argentino Juan Martin Del Potro nas meias-finais, perdeu por muito pouco a medalha de bronze para o japonês Key Nishikori. Disso se aproveitou, Andy Murray para realizar um feito único entre os tenistas: ganhar por duas vezes o ouro olímpico em singulares. Rafa desforrou-se, de certa forma, na competição de pares que venceu, jogando ao lado de Marc López.

Em femininos, passou-se algo similar ao que sucedeu nos homens em Atenas. Monica Puig ofereceu a Porto Rico a primeira medalha de ouro de sempre em qualquer modalidade olímpica. Nas restantes provas, vitórias para as russas Ekaterina Makarova e Elena Vesnina (pares femininos) e para os norte-americanos Bethanie Mattek-Sands e Jack Sock (mistos).

Entretanto cresce a expectativa em relação aos Jogos de Tóquio (2020)? Estará Federer disponível para participar na competição pela sexta vez? Nadal ou Murray voltarão a ganhar o ouro? E as irmãs Williams – juntarão mais medalhas ao seu incomparável currículo olímpico? Ou, pelo contrário, países inesperados poderão ter, como sucedeu com o Chile e o Porto Rico, a sua chance nos Jogos graças ao ténis?

III

Feito este balanço descritivo do regresso do Ténis aos Jogos, pretendo agora responder, com os dados entretanto apresentados, às questões com que iniciei este ensaio. Convém que comece por sublinhar que, entre os melhores tenistas do mundo, o reconhecimento da importância dos Jogos para a modalidade não é consensual. O austríaco Dominic Thiem, que faz parte dos dez melhores jogadores da actualidade, é muito claro acerca deste assunto:

Apesar de ter sentido muita pressão em sentido contrário, mantenho minha decisão de não participar no torneio olímpico. Aos meus olhos, o ténis não simboliza os Jogos Olímpicos, pelo menos não do mesmo modo como o fazem o atletismo ou a natação, por exemplo. Vejam o caso do futebol, por exemplo: a Áustria e a

Alemanha não jogam com as equipas principais, porque os Jogos não são uma prioridade para o futebol. E bem! Aos meus olhos, passa-se o mesmo com o ténis. Para mim, a prioridade é ganhar um *Grand Slam* e organizo o meu calendário em função deste objectivo. (TM, 477: 63)

Embora discutível, esta perspectiva de Thiem tem pelo menos o mérito de ser bastante clara, ao passo que muitos dos seus colegas parecem atribuir maior ou menor importância aos Jogos em função de motivos relativamente conjunturais. Do meu ponto de vista, a comparação com o futebol é, de resto, válida apenas até certo ponto. A verdade é que a competição olímpica do futebol tem uma enorme dificuldade em *encaixar-se* no demasiado estreito calendário olímpico – daí a situação algo absurda de haver jogos do torneio olímpico de futebol antes da cerimónia de abertura. Esse também foi o problema principal que impediu o regresso do rugby aos Jogos: como realizar um torneio em que o período entre os jogos dura no mínimo cinco dias? Como se sabe, o rugby voltou aos Jogos na edição do Rio, mas na cada vez mais atractiva modalidade de *sevens* em que as equipas podem fazer habitualmente três jogos por dia, dado que cada um deles tem apenas duas partes de sete minutos.

Se o que os Jogos Olímpicos, sobretudo enquanto empresa logística, ganham com o ténis (uma modalidade com uma telegenia particularmente eficaz) é bastante fácil de perceber, na medida em que consegue contar com a presença de alguns dos desportistas mais famosos do planeta, talvez haja interesse em reflectir sobre o que ganha o ténis em ser modalidade olímpica. Como procurei mostrar, o processo de reintegração não foi exactamente simples. No entanto, talvez Pequim constitua um momento de viragem com os triunfos de Nadal em singulares e de Federer em pares. A genuína alegria destas estrelas, cuja notoriedade era já na altura planetária, não pôde deixar de emocionar todos os espectadores e telespectadores. Tal como referia com humor Arnaud Di Pasquale, afinal, os tenistas também são humanos. Há um outro aspecto que, para mim, merece igualmente ser sublinhado. Claro que o ténis hoje é um desporto completamente globalizado, havendo torneios profissionais em quase todos os países. Porém, se atentarmos aos jogadores que disputam os primeiros lugares dos torneios mais importantes, veremos que o número de países aí representados é bastante reduzido. Ora, os Jogos são, apesar de tudo e cada vez mais, uma grande competição para o ténis mundial e, como pude atrás mostrar, têm permitido que tenistas de países com pouca tradição na história modalidade subam aos lugares mais altos do pódio.

Outra questão que se me afigura relevante consiste em procurar saber se a presença de desportos como o ténis nos Jogos traduz, ou não, as dificuldades que o chamado espírito olímpico enfrenta face à complexidade e aos problemas do desporto contemporâneo. Deste ponto de vista, estou de acordo com a leitura de Queval, que detecta em Coubertin “o sonho de uma *contra-sociedade* inocente” (QUEVAL, 2009: 143). Manuel Sérgio, por sua vez, faz radicar as bases ideológicas do olimpismo no que designa genericamente por utilitarismo inglês, procurando encontrar aí os motivos pelos quais os Jogos se tornaram uma máquina potentíssima, típica de uma globalização capitalista e neo-liberal (SÉRGIO, 2013: 70, 76). A argumentação apresentada por Manuel Sérgio é interessante, mas estou convencido de que o aristocrata francês dificilmente sustentaria a tese segundo a qual “a moral é uma disciplina empírica. O que é bem ou o que é mal é a experiência a dizê-lo e não qualquer dedução, a partir de princípios” (Ibid.: 71). Talvez também aqui as coisas sejam mais complexas do que, à primeira vista, possam parecer.

Em meu entender, é demasiado fácil assacar a Coubertin a responsabilidade pelos eventuais desvios que o desporto contemporâneo terá efectuado em relação ao olimpismo puro e original. Desde logo, porque o próprio Coubertin não deixou de ser ele mesmo um homem bastante contraditório, como era típico de um tempo que se caracterizava por uma profunda transformação de mentalidades. Ao procurar harmonizar a mundividência grega (ou, talvez melhor, uma visão algo romantizada dessa mundividência) com a modernidade europeia, o olimpismo nasce numa tensão que, até hoje, nunca se resolveu por completo (cf. Lima, 2007). E isso não é necessariamente mau. Quando Federer se empenha a fundo para ganhar a medalha de ouro em pares em Pequim com o seu amigo Wawrinka, estou convencido que o faz por algo mais e sobretudo algo diferente de quem cumpre uma mera obrigação profissional. Por isso, mesmo que o destaque conferido pelos tenistas aos Jogos varie de caso para caso, ou mesmo de país para país (talvez em função da sua própria cultura desportiva) não tenho dúvidas de que, desde Seul até ao Rio, se avançou imenso no aprofundamento das relações entre o ténis e o olimpismo e, por outro lado, acredito sinceramente que, esteja onde estiver, Pierre de Coubertin ficará bastante feliz com isso.

Referências

Periódicos: revista *Tennis Magazine (TM)*: Paris, 1996-2017.

AGASSI, A. *Open: a minha história*. Lisboa: Cavalos de Ferro, 2009.

CARVALHO, A. M.; CONSTANTINO, J. M. *O que é o olimpismo?* Lisboa: Horizonte, 1986. (Coleção Básica do Desporto, nº 2).

CRUZ, I.; SILVA, P.; GOMES, P. B. *Deusas e Guerreiras dos Jogos Olímpicos*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2006. (Coleção Fio de Ariana, nº 4).

LIMA, J. T. P. *O Fogo do Espírito. Desporto, Olimpismo e Ética*. Lisboa: Academia Olímpica de Portugal, 2007.

LIMA, J. T. "O rugby e o espírito olímpico: à volta da história de um regresso", In *Congresso História e Desporto - Olimpismo*, GHD, 2013, pp. 51-58.

LIMA, J. T. *Estética e Desporto*. Porto: Afrontamento, 2016. (Coleção História e Desporto, nº 9).

QUEVAL, I. *Le sport. Petit abécédaire philosophique*. Paris: Larousse, 2009. (Collection Philosopher Larousse).

SÉRGIO, M. O olimpismo: Uma lição de vida?. AAVV, *Olímpico. Os jogos num percurso de valores e de significados*. Porto: Afrontamento, 2013. 69-76p. (Coleção Ética no Desporto).

20 Para Além dos Jogos Olímpicos: Registros do Tema Olimpismo nas Aulas de Educação Física do Ensino Médio

*Patrício Júnior da Silva Xavier*²⁰⁷; *Eduardo Silva dos Santos*²⁰⁸;
*Allyson Carvalho de Araújo*²⁰⁹

Introdução

Segunda a Carta Olímpica, o Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina em um todo equilibrado as qualidades do corpo, vontade e mente. Relacionando esporte com cultura e educação, o Olimpismo busca criar um modo de vida baseado na alegria encontrada no esforço, o valor educacional do bom exemplo e o respeito pelos princípios éticos fundamentais e universais.

O objetivo do Movimento Olímpico é contribuir para a construção de um mundo pacífico e melhor por meio da educação dos jovens através do desporto praticado sem discriminação de qualquer tipo e no espírito olímpico, que requer a compreensão mútua com um espírito de amizade, solidariedade e fair play. Temos seis globais atividades: Desporto para Todos; Desenvolvimento pelo Desporto; Mulheres e Desporto; Educação pelo Desporto; a Paz através do Des-

207 Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

208 Licenciado em Pedagogia e Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

209 Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (PPGEF) e do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação Física (PROEF), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

porto; bem como Esporte e Meio Ambiente (*THE INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE*, 2015, p. 13).

A educação física escolar vem passando por transformações importantes, sobretudo, a partir dos anos de 1980, com o surgimento das concepções críticas de ensino. Entretanto, o maior desafio da disciplina, na contemporaneidade, ainda é sua afirmação pedagógica. Nesse sentido, desmistificar e/ou quebrar o paradigma das últimas décadas, em que as aulas eram baseadas em um conteúdo que, enfatizava predominantemente e/ou apenas, o campo biológico numa prática descontextualizada, é imperioso.

Para isso, a educação física escolar, no que se refere ao currículo, especialmente o proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, tem objetivado promover uma educação de forma integral, isto é, abrangendo os mais variados aspectos, sejam estes motores, cognitivos, afetivos, políticos e/ou sociais, através da riqueza de seus conteúdos (esportes, lutas, jogos, ginástica, dança, atividades rítmicas e expressivas).

Com isso, a disciplina adquire um papel pedagógico e humano importante, ou seja, visa formar os alunos cidadãos críticos e autônomos, ensinando-os a ler o mundo e a intervir na sua realidade socialmente construída, no sentido de, abstrair a cultura e confrontá-la com a realidade social posta, buscando meios de transformar esta realidade ao serem atores do processo.

Portanto, abordar na escola, através da educação física escolar o Olimpismo e seus respectivos valores ético-morais, se faz cada vez mais necessário atualmente, haja vista que, a intolerância e os quadros de violências diários, tanto dentro, quanto fora da escola, que é noticiado todos os dias pelos veículos de comunicação são preocupantes e que, de certa forma, obriga os professores e, em especial, os de educação física, a terem uma postura com foco mais social e humano, que possam atender às demandas do mundo pós-moderno e, as carências dos educandos no que diz respeito às problemáticas que se fazem presente na sociedade.

O esporte no ambiente escolar se configura em um conteúdo da educação física que serve como um fio condutor para o processo de ensino-aprendizagem e que, sem dúvidas, pode contribuir para uma formação mais preocupada com os valores humanos do que com os rendimentos e/ou resultados em competições.

Para tanto, estimular a convivência e o respeito ao próximo – usando o esporte como meio e não como fim – é fundamental para que tenhamos uma geração de jovens conscientes e preocupados com os aspectos essenciais à vida em harmonia, paz e igualdade, valorizando e respeitando os direitos humanos independentemente da cor, raça, etnia, gênero e sexualidade, livre de qualquer tipo de discriminação, mas sim exaltando a convivência da multiculturalidade humana. Assim, o presente estudo tem

como objetivo apresentar uma proposta de ensino que tenha como tema a Educação Olímpica e o Olimpismo nas aulas de educação física do ensino médio.

A educação olímpica dialogando com a mídia-educação

O presente texto relata uma experiência desenvolvida no segundo trimestre de 2015 pelos bolsistas do PIBID/UFRN, subprojeto de educação física da Escola Estadual Edgar Barbosa (na cidade de Natal, Rio Grande do Norte), que planejou, sistematizou e ministrou uma unidade didática para abordar o conteúdo esporte, visando possibilitar aos alunos o conhecimento, a vivência e a reflexão sobre o Movimento Olímpico, Jogos Olímpicos e Olimpismo.

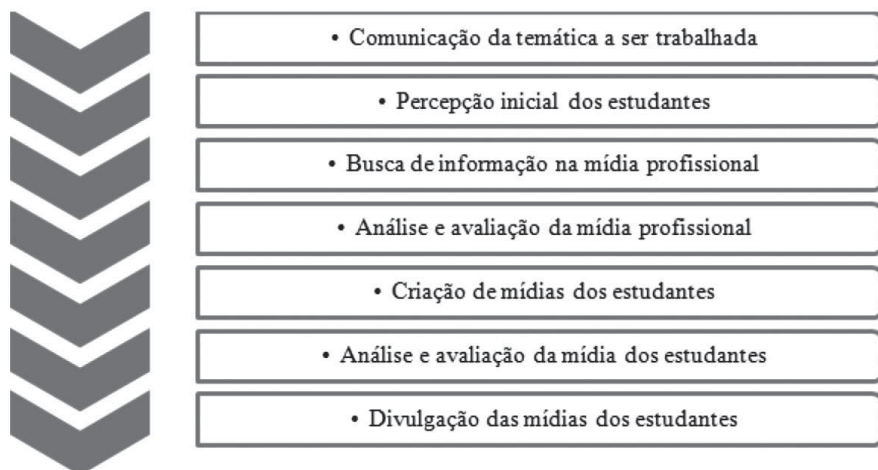
Tendo como referência o material divulgado pelo site rio2016.org.com, que apresenta três valores olímpicos (excelência, respeito e amizade) e quatro paralímpicos (inspiração, determinação, igualdade e coragem), estes foram distribuídos para as sete turmas existentes do turno vespertino da escola para estudo, análise e vivência esportiva a partir de suas intenções.

Imagem 1: Valores olímpicos e paraolímpicos.



Para problematizar o conteúdo esporte na perspectiva do movimento olímpico, a sequência pedagógica foi pautada nos momentos pedagógicos do método mídia-educação, propostos por Tufte e Christensen (2009) e adaptado pelos pesquisadores do LEFEM/UFRN.

Imagem 2: Organograma produzido no Projeto Mídia-Educação Física em tempos de megaeventos esportivos: impactos sociais e legados educacionais pelos pesquisadores do LEFEM.



É de conhecimento geral que a educação física escolar vem há muito tempo sofrendo críticas contundentes por priorizar a dimensão procedimental dos conteúdos e deixando em segundo plano a dimensão conceitual e atitudinal. Segundo, Darido (2012) por conta de sua trajetória histórica e da sua tradição, a preocupação do docente centraliza-se no desenvolvimento de conteúdos de ordem procedimental. Entretanto, é preciso superar essa perspectiva fragmentada, envolvendo, também, as dimensões atitudinal e conceitual.

Com base nesta constatação, focaremos na descrição e análise dos resultados dos momentos pedagógicos da proposta de mídia-educação, ressaltando a importância das vivências esportivas realizadas que se fundamentaram na ideia de materializar e fomentar a amizade, o respeito, a igualdade e todos os demais valores já citados, como dimensões atitudinais de quaisquer conteúdos passíveis de serem tematizados pela educação física escolar. Isso tem mostrado que um dos objetivos do PIBID, subprojeto educação física da UFRN, é desmistificar a tradição esportivista e excludente da disciplina, com métodos inovadores carregados de sentidos e significados, contribuindo para uma formação integral dos educandos.

Nessa perspectiva, teve-se sempre a preocupação com as três dimensões do conteúdo, enfatizando, sobretudo, a dimensão conceitual e atitudinal, contextualizando os saberes que os alunos já trazem em seus cotidianos com os valores humanos pregados pelo movimento olímpico. Estruturamos nossas aulas e iniciamos a intervenção pedagógica, comunicando a proposta de ensino a ser trabalhada com os alunos durante toda unidade didática e em seguida buscamos perceber, através do diálogo e a aplicação de um questionário, quais conhecimentos os alunos tinham sobre o movimento olímpico e de que forma se apropriavam do uso das novas tecnologias.

A análise dos questionários mostrou que os alunos têm alguns conhecimentos superficiais sobre os jogos olímpicos, que conhecem alguns símbolos, mas muitas vezes não compreendem seus significados, e lembram alguns fatos marcantes ocorridos em edições passadas dos Jogos Olímpicos, porém com baixo grau de análise crítica das situações. No que se refere ao uso das novas tecnologias, os alunos se utilizam muito dos smartphones, sendo seu uso destinado ao acesso, quase que exclusivo, às de rede sociais.

Com base nesse diagnóstico, apresentamos apontamentos sobre o movimento olímpico e os Jogos Olímpicos – em que abordamos sua origem, transformações, símbolos, lema etc., além da filosofia do Olimpismo, que prega a educação, a formação e apropriação de valores humanos através do esporte.

A partir desse momento, desafiamos os alunos a utilizarem os seus smartphones como ferramenta pedagógica para auxiliar na busca de informações sobre situações esportivas que abordassem a presença e ausência dos valores olímpicos e paraolímpicos, postassem em grupos de facebook, criados para cada turma, para posterior análise das situações.

Dessa forma, buscamos utilizar os recursos tecnológicos apontados com viés formativo, tentando mostrar a riqueza de possibilidades oferecida por essas ferramentas e agregar esse uso ao canal mais acessado (rede social) para também mostrar outras possibilidades de uso mais construtivo.

Em outra aula realizamos a análise e avaliação dos conteúdos midiáticos selecionados e postados pelos alunos na busca de identificar os valores olímpicos/paralímpicos dentro do contexto do esporte, buscando fazerem compreenderem que através do esporte se adquire outro conhecimento para além dos técnico-táticos e que a prática esportiva e que, principalmente na escola, deve também estar pautado o desenvolvimento dos aspectos éticos, morais e sociais. Os alunos perceberam com as vivências dos esportes olímpicos e com a discussão/análise da pesquisa realizada que o aprendizado dos valores humanos dentro do contexto esportivo é transferido para outros momentos da vida social dos envolvidos.

Por esta ótica, o professor assume um papel ainda mais relevante na formação dos educandos para o exercício da cidadania, isto é, capacitar os indivíduos de modo que estes tenham um olhar crítico sobre a realidade em que vivem e, sejam conscientes de seus direitos e deveres na sociedade, bem como de seus papéis político-sociais enquanto transformadores da realidade posta.

Baseado nesta compreensão, propusemos aos alunos que produzissem um material audiovisual utilizando, preferencialmente, as câmeras de seus smartphones, e que tivesse como objetivo passar uma mensagem de propagação dos valores olímpicos e paralímpicos em diferentes contextos sociais. A intenção foi permitir compreenderem que nos dias atuais, com o acesso facilitado aos meios de produção-divulgação de produtos midiáticos, eles podem ser produtores de informação e não apenas consumidores, e alertá-los que, baseados nessa facilidade atual, que não confiassem e multiplicassem informações veiculadas, principalmente em redes sociais, com verdades absolutas sem antes checar a veracidade dessas notícias.

Através dessa atividade os alunos puderam também experimentar e refletir sobre outros conhecimentos, como noções básicas de roteirização, plano e ângulos de filmagem e edição de vídeo. Essa aula acabou revelando que alguns alunos já dominavam bem as técnicas de edição de vídeos e fotos, o que de certa forma facilitou a produção dos trabalhos pelos mesmos, bem como o desenvolvimento das atividades propostas.

Imagem 3: oficina de edição de vídeos e fotos.



Após a produção-edição dos vídeos foram realizadas as análises e avaliações internas por turmas e valores específicos, onde cada grupo buscou explicar sua ideia e pontuar o processo de produção da mídia para possibilitar possíveis ajustes antes da publicação nas páginas da rede social da turma.

Imagem 4: Análise e avaliação das produções audiovisuais.



A unidade didática foi finalizada com a divulgação externa de todos os vídeos na abertura dos jogos internos da escola e teve como tema: “desenvolvendo valores através do esporte”! As equipes, de cada turma, foram batizadas com o nome de cada valor olímpico e paralímpico que representaram.

Imagem 5: Divulgação dos produtos e culminância da unidade didática.



Reflexões pedagógicas sobre o ensino do esporte no contexto escolar

Fundamentado numa perspectiva crítico-superadora da educação física escolar (SOARES *et al*, 1992), buscamos partir dos conhecimentos que os alunos já tinham sobre o conteúdo esporte e o movimento olímpico e pensamos o uso das novas tecnologias e mídias como suporte para a construção de um novo olhar sobre o referido megaevento esportivo. Buscamos levar em consideração, também, a realidade histórico-social a qual os alunos estão inseridos, para que as aulas proporcionem a estes uma leitura da realidade.

A esse respeito, Soares et al. (1992, p. 62) enfatizam que esta concepção de ensino implica um processo de entendimento da aula como um espaço intencionalmente organizado para possibilitar a direção da apreensão, pelo aluno, do conhecimento específico da Educação Física e dos diversos aspectos das suas práticas na realidade social.

Desse modo, os objetivos numa concepção crítica que propõe a superação de uma dada realidade ou uma dada situação problema no contexto das aulas de educação física, visam estabelecer os meios pelos quais levam os alunos à refletirem sobre a prática numa dada realidade e, tomarem juízo de valor, no sentido de superar as dificuldades de aprendizagem a partir de um determinado conteúdo da cultura corporal, sejam nos aspectos motores, psicológicos ou cognitivos. Nessa perspectiva, o esporte, enquanto tema da cultura corporal, é tratado pedagogicamente na escola de forma crítica quando evidencia o sentido e o significado dos valores que inculca e as normas que o regulamentam dentro de nosso contexto sócio histórico (SOARES, et. al, 1992, p. 28).

Por outro lado, sabe-se que o esporte pode ter várias conotações, podendo alguns grupos políticos e econômicos fazerem uso desvirtuado do mesmo, no sentido de tirar vantagens de várias formas do esporte enquanto fenômeno cultural da atualidade, para fins de interesses particulares. Assim, para Boff (1999, apud FERREIRA, p. 04) o capitalismo reinante promove a falta de respeito com as condições básicas do ser humano, pois a exploração visando lucros é a grande ferramenta do sistema atual. Assim é preciso que o cuidado com o próximo seja ativado para o resgate do respeito e do sentimento por todos. Para isso é necessária a ênfase no sentimento, já que a razão está ameaçada pelo capital.

Dessa forma, surge a questão do *fair play* no esporte, o que nos faz enxergar a questão do *doping*, ou seja, do vencer a qualquer custo e a qualquer preço, a ques-

tão da corrupção dentro das federações nacionais e internacionais esportivas, além de empresários de atletas mal-intencionados. Enfim, estes são alguns exemplos de que o esporte deve ser encarado de maneira crítica, no sentido de se policiar dos discursos e intenções de grupos criminosos que, tentam a qualquer custo, burlar as leis e a ética esportiva.

Nessa perspectiva, pode-se observar em competições esportivas de grandes dimensões, como é o caso das próprias Olimpíadas, que o esporte acaba muitas vezes ficando em segundo plano, haja vista que envolvem questões que vão além do próprio esporte enquanto prática, sendo o mesmo utilizado político e economicamente pelos governos e cidades sedes – dando visibilidade ao país e à cidade envolvida – como meio atrativo para investidores de empresas de todo o mundo, pelos meios de comunicação em massa, como a mídia televisiva, jornais, revistas e internet. Há de considerar ainda que, os investimentos dos governos e cidades sedes tendem a ser maiores para o “esporte rendimento” em detrimento dos investimentos para o “esporte educação”. Estas são algumas questões de “jogos” de interesses políticos e econômicos entre governo e empresas, geradas por um grande evento esportivo.

Retomando os aspectos pedagógicos da intervenção, no que concerne o esporte e sua capacidade enriquecedora de propagação de valores sociais e culturais, o resultado da abordagem proferida fez com que o método desenvolvido e organizado pedagogicamente na escola, com esse tema, tenha sido referente ao que propõe o olimpismo e, que tenha ido um tanto além das expectativas, pois se mostrou enriquecedor, na medida em que se abrangeu não somente os valores olímpicos mas também os paralímpicos, incutindo nos alunos a importância da valorização da convivência, do respeito às diferenças individuais, da paz, da amizade e solidariedade entre os povos.

Com tal ação, as aulas tiveram um enfoque sociocultural, ético e moral, dentro do contexto do conteúdo esporte, a partir das vivências e experiências dos alunos nas aulas de educação física da Escola Estadual Edgar Barbosa. Os educandos se depararam, refletiram e produziram narrativas sobre situações de constante reflexão sobre os valores humanos na atualidade, ou mesmo sobre a crise destes valores na sociedade atual.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a experiência foi coerente com a noção inclusiva de educação e com o conteúdo esporte a partir do tema da Educação Olímpica e o do Olimpismo. A afirmação baseia-se na forma sistemática que se planejaram e se executaram as aulas pautadas nos valores olímpicos, e ainda, para além desses, numa conjuntura moderna, os valores paralímpicos pregados por

esse movimento no contexto do olimpismo. Dessa forma, atualizaram-se as estratégias para abordar os ideais de educação pelo desporto de Coubertin numa nova roupagem da contemporaneidade, inclusive na percepção ampliada de diversidade que afirma politicamente a necessidade de inclusão de pessoas com deficiências.

Assim, para efeito comparativo com a Carta olímpica, que assevera que “o objetivo do Movimento Olímpico é contribuir para a construção de um mundo pacífico e melhor através da educação dos jovens através do desporto praticado sem discriminação de qualquer tipo e no espírito olímpico, que requer a compreensão mútua com um espírito de amizade, solidariedade e *fair play*” (THE INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2015, p. 13), consideramos que a abordagem sobre os valores olímpicos na escola foi bem coerente com os pregados no documento.

Já no que se refere ao processo avaliativo, enquanto elemento didático que na educação física escolar há décadas vem sendo negligenciada que tem se valido de métodos pouco ou nada pedagógicos, baseados nos resultados e/ou rendimentos dos alunos nas atividades e competições esportivas dentro da escola para atribuição de notas ao final das unidades de ensino, decidimos pela alteração da prática.

Essa conduta da meritocracia pelo desempenho esportivo contribui para a exclusão e desmotivação dos educandos durante as aulas, deixando de lado todo o processo de ensino-aprendizagem. A esse intento, Darido (2012, p. 01) defende a avaliação como um processo mais amplo do que apenas atribuir uma nota. Na verdade, avaliar é um processo que procura auxiliar o aluno a aprender, mais e melhor. Em outras palavras, avaliar é mais complexo do que tomar exclusivamente o desempenho dos alunos em uma prova e considerá-lo aprovado ou reprovado, mesmo porque cada aluno chega à escola e às práticas corporais com certo nível de conhecimento, carregando experiências anteriores e com características pessoais.

Em contraponto às formas tradicionais de avaliação, a metodologia empregada nas aulas a este intento, foi bem diversificada e pertinente, haja vista que foram utilizadas formas não tradicionais de avaliação dos alunos nas aulas propostas. Neste caso, a ênfase foi dada ao processo de ensino-aprendizagem entre professor-aluno, com objetivos bem definidos, isto é, fornecer aos envolvidos, professor-aluno-escola, subsídios para uma constante reflexão sobre a prática educativa. Para tanto, o processo teve conjuntamente as três formas de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa.

Para um melhor entendimento, é pertinente descrever as formas avaliativas do processo conforme se utilizou na escola, portanto, temos que na primeira, como já foi exposto anteriormente, foi aplicado um “questionário diagnóstico” para se conhecer o que os alunos já sabiam sobre o assunto, ou seja, o conteúdo esporte

na perspectiva das olimpíadas e os tipos e formas de utilização das TIC's, uma vez que está engendrada nos objetivos das aulas a utilização das mídias como instrumento pedagógico. Isso possibilitou uma série de informações importantes para que pudéssemos articular, de maneira mais eficiente, os conteúdos conforme as necessidades individuais e grupais dos educandos, pois permitiu detectar que estes tinham um conhecimento pouco sistematizado sobre o assunto e, que o acesso à internet se dava, de uma maneira geral, via *smarthphones* e que os conteúdos acessados por eles eram, predominantemente, às redes sociais.

Já quanto à segunda forma avaliativa empregada, houve a preocupação com a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, existiu um diálogo constante entre os atores do processo, com o intuito de identificar por meio de observações, os erros e acertos do método utilizado por estes, bem como as limitações e possibilidades dos alunos. Com isso, foram verificados durante o processo, se os objetivos em cada etapa ou situação didática vivenciadas nas aulas foram alcançadas, no sentido de buscar ajustes necessários para um efetivo e eficaz ensino dos conteúdos dentro da escola. A esse desígnio Darido (2012, p. 13) expõe que:

Se, por meio de observações, o professor avalia o aluno em processo, não é preciso conhecer o resultado de uma avaliação formal para efetivar mudanças em suas aulas. A observação avaliadora pode ser feita em todas as aulas e situações, e a avaliação do professor deve ser comunicada aos alunos, informando-lhes sobre as suas dificuldades, bem como sobre os avanços alcançados. Este é o verdadeiro sentido da avaliação processual. Essa avaliação do processo em geral é conhecida como avaliação formativa.

Por outro lado, na última forma avaliativa, avaliou-se de maneira criativa o resultado final do processo, o qual, por meio de instrumentos que não aqueles convencionais (provas escritas e desempenho em provas práticas), possibilitaram uma avaliação mais integral e condizente com os aspectos pedagógicos, pois objetivou-se atender as novas demandas socioculturais do mundo atual.

Logo, foi utilizado nas referidas turmas participantes do PIBID na escola um relatório individual e uma produção audiovisual (cinema minuto) sobre os valores olímpicos. Esta forma nova de avaliar pode ser fundamentada por Darido (2002, apud DARIDO 2012, p. 13), que afirma que em projetos disciplinares ou interdisciplinares, além do processo de observação contínua das etapas – que possibilita

uma correção do percurso –, também é possível avaliar o produto final, seja pela realização de um vídeo, um jornal ou uma página de internet, pela organização de um campeonato ou evento, pelo desempenho de táticas ou jogadas etc.

Considerações finais

Inicialmente, este relato expressa a importância do ato de planejar para o desenvolvimento, bem-sucedido, de uma proposta pedagógica consistente. Foram momentos de extrema riqueza profissional para os bolsistas do Pibid/UFRN, sub-projeto Educação Física envolvidos nesta intervenção, pois possibilitou discutir e sistematizar o conteúdo esporte de forma a contribuir de forma significativa com o processo de desenvolvimento dos alunos.

Percebemos com esta experiência que os alunos puderam perceber que o papel da educação física e do esporte, especificamente, vai além de apenas ensinar a jogar, e que seu papel é contribuir com a formação integral dos alunos, abarcando sim os aspectos técnicos e táticos próprios das modalidades, mas sem desprezar os aspectos socioeducativos tão presente nas práticas corporais de movimento.

Foi muito interessante fazê-los perceber que as olimpíadas, tão propagadas atualmente na mídia por termos sediado o evento em 2016, está ancorada em pressupostos filosóficos e educacionais, mas que devido a atual conjuntura socioeconômica mundial estes ficam relegadas à segundo plano, sendo enfocando apenas os aspectos relacionados a mercadorização desse fenômeno social chamado, esporte!

Foi muito importante despertar os alunos para o uso consciente das novas tecnologias e mostrá-los a riqueza de possibilidades de utilização desses recursos em prol de sua formação e da necessidade de uma análise crítica de seu uso e da influência dos meios de comunicação nos dias atuais. Assim, a partir do estudo, pode-se afirmar que os valores do olimpismo de amizade, excelência e respeito, além dos valores paralímpicos de igualdade, coragem, determinação e inspiração, foram empregados nas aulas de educação física.

A partir destes valores identificados, foi traçada uma metodologia coerente com o que prega a Carta Olímpica, no que se refere ao olimpismo e seus ideais humanistas, pois os interventores do processo optaram por uma abordagem em uma concepção crítico-superadora, problematizando os conteúdos que serviram de instrumento pedagógico de constante reflexão sobre a realidade.

Por meio da intervenção proposta, permitiu-se enxergar a educação física em uma perspectiva inovadora, deixando de lado os métodos tradicionais de conduzir o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando desse modo, que os conteúdos da disciplina se traduzissem em sentidos e significados para os alunos.

Nesse sentido, os interventores contribuíram para que os alunos não somente aprendessem os conteúdos específicos da educação física, mas, sobretudo, aprendessem a ter mais autonomia e a serem mais críticos da realidade posta.

A este intento, nos remetemos a quem nos inspirou, ao maior combatente das injustiças e lutas de classes, o educador Paulo Freire, que teve como maior característica o seu pensamento político, que defendia como objetivo da escola ensinar o aluno a ser crítico, a “ler o mundo” para poder transformá-lo, frente às injustiças sociais. Por outro lado, criticava os métodos de ensino das escolas conservadoras (às burguesas), a qual ele qualificou de bancárias e alienantes, em sua obra intitulada *Pedagogia do Oprimido*, pois nelas os professores agem como quem deposita o conhecimento em alunos apenas receptivos, ou seja, o saber é visto como uma doação dos que se julgam seus detentores.

E por fim, depois do exposto a respeito da contribuição do renomado educador à educação brasileira e, em especial, à educação física enquanto disciplina, o estudo pôde constatar um dado importante da pesquisa sobre o PIBID, mostrando que, mesmo com a expressiva contribuição do programa para formação dos novos professores, comprovada neste estudo, a produção bibliográfica sobre o tema ainda não é extensa, necessitando, assim, ser mais explorada e aprofundada.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 104-128.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespid>. Acesso em 22 out. 2015.

BARBIERI, Aline Fabiane; PORELLI, Ana Beatriz Gasquez; MELLO, Rosângela Aparecida. “Abordagens, concepções e perspectivas de educação física quanto à metodologia de ensino nos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) em 2009”. In *Motrivivência*. Ano XX, nº 31, p. 223-240 dez. /2008.

DARIDO, Suraya Cristina. “Educação física na escola: conteúdos, suas dimensões e significados”. In *Caderno de formação: formação de professores didática geral*. Prograd – Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 51-75, v. 16.

_____. A avaliação da educação física na escola. In. *Caderno de formação: formação de professores e didática geral*. Prograd – Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 127-140, v. 16. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/24112014-pibid-arquivoAnexado.pdf>. Acesso em 11 nov. 2015.

FERREIRA, Heraldo Simões; SAMPAIO, José Jackson Coelho; PRACIANO, Laryssa Sampaio. A ética aplicada à educação física escolar: de Leonardo Boff a Edgar Morin. Disponível em: <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/870-04082010-113115.pdf>. Acesso em 7 fev. 2016.

FRANCHI, Silvester. “Jogos tradicionais/populares como conteúdo da cultura corporal na Educação Física escolar”. In *Motrivivência*, Florianópolis, n. 40, p. 168-177, jul. 2013. ISSN 2175-8042. Disponível em: <https://www.rbcdh.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n40p168/25032>. Acesso em 5 nov. 2015. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2013v25n40p168>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro. Ed: Paz e Terra. 1987, p. 107.

GATTI, Bernardete A. *Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC/SEP, 2014, p. 120.

KUNZ, Elenor. *Educação física: ensino & mudanças*. Ijuí: Editora Unijuí, 1991.

_____. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Editora Unijuí, 1994.

SOARES, C. L.; et al. *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo, Cortez, 1992.

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. “A história do uso político do esporte”. In *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*. 2004; 12(2): 111-119.

SÁ JÚNIOR, Lucrecio Araújo de. *Relatório de Atividades: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)*, 2015.

THE INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Olympic charter. 2015, p. 13. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

TUFTE, B.; CHRISTENSEN, O. “Mídia-educação – entre a teoria e a prática”. In *Perspectiva*. Florianópolis, v. 27, n. 1, 97-118, jan./jun.2009. Disponível em: ht-

[tps://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v-27n1p97/12293](https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v-27n1p97/12293). Acesso em 25 mar. 2015.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de estudo e de pesquisa em administração*. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

